



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE ARTE E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DOUTORADO EM FILOSOFIA

LARA FRANÇA DA ROCHA

A BUROCRACIA SEGUNDO HANNAH ARENDT

FORTALEZA

2025

LARA FRANÇA DA ROCHA

A BUROCRACIA SEGUNDO HANNAH ARENDT

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Filosofia. Área de Concentração: Ética e Filosofia Política.

Orientador: Prof. Dr. Odílio Alves Aguiar.

FORTALEZA

2025

LARA FRANÇA DA ROCHA

A BUROCRACIA SEGUNDO HANNAH ARENDT

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Filosofia. Área de Concentração: Ética e Filosofia Política.

Aprovada em: 27/01/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Odílio Alves Aguiar (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Adriano Correia
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Profa. Dra. Daiane Eccel
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Judikael Castelo Branco
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Lucas Barreto Dias
Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE); Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Para minha mãe, Roberta, para minha madrinha, Iracema e para minha avó, Maria Celeste. Cada uma delas, à sua maneira, colaborou para que eu me tornasse alguém melhor. Eu as amo incondicionalmente.

À Arendt, pela companhia durante todos esses anos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelos indizíveis e extraordinários milagres que me trouxeram até aqui.

À minha mãe, Roberta, minha madrinha, Iracema, e minha avó, Maria Celeste, pelo amor e pela vida. Sou o fruto dessas mulheres formidáveis, de quem eu aprendi a força e a coragem para viver, o apreço pelos estudos, a potência inerente às coisas belas e a importância de não desistir. A vocês, que nunca mediram esforços para que eu tivesse as melhores oportunidades, meus agradecimentos e meu amor infinito.

À Márcia Bastos, a primeira a acreditar e a não desistir. Se eu estou aqui hoje, é porque você esteve lá atrás por mim. Muito obrigada.

À Raphaela, a mulher escondida nas letras de tantas canções (inclusive das que eu ainda hei de ouvir). Como diria Caetano, a tua presença é a coisa mais bela em toda a natureza. Te amo!

À Heloísa, a irmã que os caminhos da vida me trouxeram, pelo companheirismo, partilha nos bons e maus momentos e, sobretudo, pela torcida e apoio, quando tudo isso parecia impossível.

À minha sobrinha Vitória, pela companhia durante boa parte da jornada desse doutorado.

Ao Prof. Odílio Alves Aguiar, orientador dessa Tese, da pesquisa que a fundamentou e de tantas jornadas acadêmicas e humanas. Eu certamente me tornei uma pesquisadora e um ser humano melhor a partir do seu exemplo. Muito obrigada!

Ao Prof. Hugo, pela confiança e suporte que também viabilizou a consecução da pesquisa.

Aos professores Adriano Correia e Daiane Eccel pelo aceite em participar das bancas de qualificação e de defesa da Tese. Sou grata pelas excelentes sugestões que aprofundaram a pesquisa e pela cordialidade. Minha admiração e meus agradecimentos profundos!

Aos professores Judikael Castelo Branco e Lucas Barreto Dias, pela generosa participação na defesa da Tese e pela atenta leitura do texto.

À turma que transformou minha casa em lar: Ana, Caetano, Chico, Theodoro, Noah, Leopoldo, Gil e Bethânia.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Que sentido haverá, mesmo que a ação seja bem-sucedida, em derrubar o sistema de Hitler para estabilizar algo que é muito maior e, de maneira diferente, igualmente ruim?” (Orwell, 2017, p. 19).

RESUMO

O exame sobre o fenômeno totalitário instigou a teórica política Hannah Arendt a analisar os elementos que viabilizaram a sistematização do extermínio. Tal investigação demonstrou a nefasta localização da burocracia no empreendimento totalitário e, além disso, comprovou a sua continuidade mesmo com o fim dos regimes totais. Essa permanência auxilia a entender a frequência com que a burocracia aparece no empreendimento teórico arendtiano, oras descrita como uma *forma social de governo*, como em *A condição humana*, oras como sintoma do declínio do Estado-nação, como no seu *Diário filosófico*, ou mesmo como uma *tiranía sem tirano*, como em *Pensar sem corrimão*. Em comum entre essas leituras distintas e complementares se destaca a constatação de que se trata de uma forma antipolítica de governo fundada na não-participação da maioria dos homens e mulheres nos processos de tomada de decisão governamental, restrito a uma minoria detentora da *expertise* necessária para tanto. Frente a tais tensões, a presente Tese tem como objetivo examinar a burocracia como forma de governar a partir da teoria política de Hannah Arendt, o que implica também sobrelevar de que modo ela inviabiliza a política enquanto participação, deliberação, responsabilidade e liberdade. Para lográ-lo, é necessário inicialmente examinar o lugar da burocracia nas reflexões arendtianas sobre as formas de governar, assim como os elementos que a tornam possível, como a ascensão da sociedade e, com ela, da administração e da mentalidade científica na política, o declínio do Estado-nação e a burocracia partidária, indissociavelmente vinculada à burocracia governamental. A seguir, a partir da leitura arendtiana de alguns personagens serão apresentados os atributos e as reverberações da referida forma de dominação: com Lorde Cromer é exposto o panorama histórico e político do surgimento da burocracia, no final do século XIX, com os K.'s de Kafka é desvelada a face desumanizadora da dominação burocrática nas primeiras décadas do século XX enquanto, com Eichmann, são examinadas as características das burocracias totalitárias. Por fim, com os assessores de mentalidade científica da atualidade (os tomadores de decisão, os resolvidores de problemas e os criadores de imagens) é retraçado de que modo a burocracia ganhou fôlego novo e demonstrou sua fulcral adaptabilidade após o fim dos regimes totalitários, culminando na burocracia digital (*e-burocracia*) e no uso dos algoritmos.

Palavras-chave: burocracia; forma de governar; Hannah Arendt; expertise; especialização; alheamento.

ABSTRACT

The examination of the totalitarian phenomenon prompted political theorist Hannah Arendt to analyse the predicates that made the systematisation of extermination possible. This investigation demonstrated the disastrous location of bureaucracy in the totalitarian enterprise and, furthermore, proved its continuity even after the end of the total regimes. This permanence helps us to understand the frequency with which bureaucracy appears in Arendt's theoretical endeavours, sometimes described as a social form of government, as in *The Human Condition*, sometimes as a symptom of the decline of the nation-state, as in his *Philosophical Diary*, or even as a tyranny without a tyrant, as in *Thinking without banisters*. What these different and complementary readings have in common is the observation that it is an anti-political form of government based on the non-participation of the majority of men and women in government decision-making processes, restricted to a minority with the necessary expertise. Considering these tensions, the aim of this thesis is to examine bureaucracy as a form of government based on Hannah Arendt's political theory, which also implies examining how it makes politics unviable as participation, deliberation, responsibility and freedom. To achieve this, it is first necessary to examine the place of bureaucracy in Arendt's reflections on forms of governing, as well as the elements that make it possible, such as the rise of society and, with it, of administration and the scientific mentality in politics, the decline of the nation-state and party bureaucracy, inextricably linked to government bureaucracy. Next, based on Arendt's reading of some characters, the attributes and reverberations of this form of domination will be presented: with Lord Cromer, the historical and political panorama of the emergence of bureaucracy at the end of the 19th century is exposed; with Kafka's K.'s, the dehumanizing face of bureaucratic domination in the first decades of the 20th century is revealed; while with Eichmann, the characteristics of totalitarian bureaucracies are examined. Finally, with today's scientifically minded advisors (decision-makers, problem-solvers and image-makers), it is retraced how bureaucracy gained new momentum and demonstrated its crucial adaptability after the end of totalitarian regimes, culminating in digital bureaucracy (e-bureaucracy) and the use of algorithms.

Keywords: bureaucracy; form of government; Hannah Arendt; expertise; specialization; aloofness.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A COMPREENSÃO DA BUROCRACIA EM HANNAH ARENDT	24
2.1	Hannah Arendt e as formas de governar: qual o lugar da burocracia?...	26
2.2	O social e a ascensão da administração e da mentalidade científica	49
2.3	O declínio do Estado-nação	62
2.4	A burocracia partidária	76
3	LORDE CROMER, O BUROCRATA IMPERIAL	93
3.1	O Grande Jogo: a expansão por amor à expansão	97
3.2	O grafismo do sujeito imperialista e a mentalidade imperial	108
3.3	O retrato do personagem: quem foi Lorde Cromer?	116
3.4	O surgimento da burocracia: o governo invisível de Cromer no Egito ..	124
4	K., O HOMEM DE UM MUNDO CONDENADO	139
4.1	A alegoria do homem comum: um retrato de Kafka retratado por Arendt	140
4.2	A primeira leitura de Arendt sobre Kafka: a sociedade	148
4.3	A segunda leitura de Arendt sobre Kafka: a lacuna entre o passado e o futuro	157
4.4	A terceira leitura de Arendt sobre Kafka: a dominação burocrática	166
4.4.1	<i>A burocracia em O Processo</i>	169
4.4.2	<i>A burocracia em O Castelo</i>	178
5	EICHMANN, O BUROCRATA <i>PAR EXCELLENCE</i> , E A BUROCRACIA TOTALITÁRIA	191
5.1	A burocracia totalitária	197
5.1.1	<i>A burocracia totalitária e o modus operandi do extermínio</i>	218
5.1.2	<i>A burocracia nos campos de concentração</i>	226

5.2	O retrato geral do funcionário de burocracias totais	239
5.2.1	<i>Escólios sobre a mentalidade burocrata nazista: dois estudos de caso</i>	249
5.3	“Em que sentido, então, ele se considerava culpado?”: A efígie de Eichmann, o burocrata <i>par excellence</i>	258
5.3.1	<i>Eichmann e a formação de um aparato paralelo ao setor IV-B-4: os funcionários judeus</i>	270
5.3.2	<i>Um epílogo sobre Eichmann: os jargões e o mal burocratizado</i>	277
6	A DESPOLITIZAÇÃO DA POLÍTICA: OS CRIADORES DE IMAGENS, OS RESOLVEDORES DE PROBLEMAS E OS TOMADORES DE DECISÕES	283
6.1	Escólios sobre a permanência e o fortalecimento da burocracia pós-1945: um retorno a Höhn	284
6.2	Criadores de imagem (<i>image-making</i>) e resolvidores de problemas (<i>problem-solvers</i>): tipos modernos	289
6.2.1	<i>Os criadores de imagens</i>	291
6.2.2	<i>Os resolvidores de problemas</i>	299
6.3	Tomadores de decisão (<i>decision-makers</i>) e os processos de resolução das burocracias governamentais	316
6.4	<i>E pur si muove!</i> A e-burocracia e os algoritmos	322
6.4.1	<i>A e-burocracia</i>	324
6.4.2	<i>Os algoritmos</i>	331
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	341
	REFERÊNCIAS	357
	APÊNDICE A	377
	APÊNDICE B	378
	APÊNDICE C	379

1 INTRODUÇÃO

[...] fiz minha parte ao tentar compreender e reconciliar-me com o período. Deixemos que outros o tentem agora (Arendt, 1969, p. 030594).

O objetivo da presente Tese é apresentar o exame da teórica política Hannah Arendt acerca da burocracia enquanto forma de governo que enseja o ocaso da política concebida como liberdade, responsabilidade, ação e julgamento. Nesse sentido, o não-lugar da política equivale à sua inviabilização mediante o estabelecimento de espaços, de ritos, de símbolos e de conjunturas que, ao impossibilitar a formação de identidades, memórias e relações, dilui o significado do discurso, da experiência e do pertencimento. Para tanto, defende que, longe de ser uma leitura secundária em seu empreendimento teórico, trata-se de um fio condutor argumentativo que vincula suas obras e ao redor do qual ganham sustentação conceitos e discussões caros ao universo de suas reflexões, como sociedade, totalitarismo, Estado-nação, imperialismo, mentalidade científica, banalidade do mal, forma de governo e pensamento.

A fim de entendê-lo é mandatório iniciar a análise a partir da etimologia do conceito. O termo *burocracia* é derivado da combinação dos vocábulos *bureau*, que em francês significa escritório ou gabinete, com *krátos*, de origem grega, que acena para um panorama mais amplo de sentidos, dos quais se destacam governo, poder e regra. A partir daí, identifica-se que a palavra remonta a uma forma de governar proveniente de escritórios e gabinetes, o que a diferencia de outras tipologias que desde sua raiz etimológica repercutem a existência de pessoas, mais especificadamente à quantidade delas que participam dos processos de tomada de decisão governamental.

A ausência da menção a um *quem* por trás da forma burocrática de governar não é coincidência: especialmente nos corpos burocráticos dos séculos XX-XXI, altamente especializados e hierarquizados, é difícil conhecer a face de onde emanam as deliberações, o que fez com que Arendt (2021) a considerasse uma espécie de tirania sem tirano que se baseia na cisão abissal entre governantes e governados. Porém, em linguagem corrente, ela se notabiliza devido às suas disfunções e, na verdade, o uso do termo se derivou justamente desse campo semântico: em meados de 1665, o monarca francês Luís XIV nomeou Jean-Baptiste Colbert para o cargo recém-criado de controlador geral das finanças francesas. Já no exercício de suas funções, Colbert adotou medidas rigorosas com o objetivo de punir os funcionários corruptos e de reorganizar e dinamizar as atividades comerciais do país. Não demorou para que tais mudanças suscitassem críticas, sendo a mais contundente a elaborada pelo comerciante e economista fisiocrático Jean Claude Marie Vincent de Gournay, que criou o termo

bureaucratique a fim de designar “o poder do corpo de funcionários e empregados da administração estatal, incumbido de funções especializadas sob a monarquia absoluta e dependente do soberano” (Bobbio, 2008, p. 124) mediante o governo exercido unilateralmente nos gabinetes – ou seja, nos *bureaux* – em uma menção direta ao estabelecimento de normas independentemente de suas vantagens e reverberações práticas e sem a participação mesmo daqueles envolvidos nos processos aos quais se referem.

Duas constatações podem ser depreendidas do neologismo cunhado por Gournay. A primeira delas é que ao utilizar o vocábulo *kratós*, ele evocou a tipologia das formas de governar conhecida desde a Antiguidade grega, porém, sem interpretar o tipo de governança exercida na França do século XVII como uma forma corrompida de monarquia, por exemplo, mas com o objetivo de demonstrar que ali estava sendo exercida uma nova forma de dominação a partir de um novo grupo de governantes, contra os quais recaía a reclamação de que “não é que estivessem agindo ilegalmente, fora de sua autoridade adequada, mas que governar parece ter se tornado um fim em si mesmo” (Albrow, 1970, p. 17). Portanto, a percepção acerca dessa forma nova de governar, mesmo que identificada superficialmente nesse momento primário, é a primeira centelha significativa que o *bureaucratique* de Gournay enseja.

A segunda constatação advém da popularidade do termo. Não demorou para que se tornasse corrente a fim de designar governanças morosas, que fazem da proliferação de normas e regulamentos um rito cujos processos, além de ter autoria desconhecida, são incognoscíveis e ineficientes: já no século XIX foi utilizado por dicionários¹ e obras literárias, como as de Balzac², para criticar “o formalismo, a altivez e o espírito corporativo da administração pública nos regimes autoritários” (Bobbio, 2008, p. 124), o que sobreleva não apenas que o termo apresentou, em pouco tempo, uma incontestável facilidade de penetrar em diversas culturas, mas principalmente a rapidez com a qual ele adentrou no repertório politológico internacional. Na Alemanha, por exemplo, a primeira pessoa que o utilizou publicamente foi Christian Kraus,

¹ O dicionário da Academia Francesa publicado em 1798 definiu burocracia como “o poder e a influência dos chefes e funcionários de escritórios governamentais [...], a influência de *bureaux* governamentais e também um regime onde *bureaux* se multiplicam sem necessidade”. Em 1813, um dicionário alemão de expressões idiomáticas estrangeiras a descreveu como “poder que departamentos governamentais e seus ramos arrogam a si mesmos sobre os concidadãos”. Quinze anos depois, o verbete “Burocracia” apareceu em um dicionário italiano como um “neologismo que significa o poder dos funcionários na administração pública” (Albrow, 1970, p. 17-18).

² Em *Os funcionários*, Balzac (2009, p. 27) elabora um tratado literário sobre a burocracia, no qual se destaca a acidez de sua crítica. Segue um dos trechos em que é possível vislumbrá-la: “Desde 1789, o Estado, ou se preferir, *la patrie*, tomou o lugar do soberano. Os funcionários não recebem mais instruções diretamente dos magistrados do reino e, assim, a burocracia, o poder gigantesco exercido por pigmeus, veio ao mundo [...]. A burocracia foi definitivamente organizada, no entanto, sob um governo constitucional com uma gentileza natural pela mediocridade, uma predileção por declarações e relatórios categóricos, um governo exigente e intrometido”. Nessa conjuntura, o funcionário pode ser descrito como “um homem que vive do seu ordenado e que nada mais sabe fazer do que mexer, remexer e escrevinhar papéis” (Balzac, 2009, p. 8).

professor de filosofia prática na Universidade de Königsberg entre 1782-1804. Logo após, o termo rapidamente passou a fazer parte da fala comum para se referir ao modelo organizacional do Reich de Bismarck, no qual a hierarquização proveniente do âmbito militar possibilitou aos exércitos prussianos controlarem minuciosamente os indivíduos e evitar insubordinações.

Partindo desse contexto, Johan Görres, em *Europa e Revolução*, descreveu que a burocracia seria o sucedâneo social e político do exército e dos seus princípios de disciplina, centralização, subordinação e hierarquia, técnicas administrativas anteriormente restritas às forças armadas e “que preencheram a lacuna deixada pela falta de confiança entre governantes e governados e que se tornaram princípios de estado” (Albrow, 1970, p. 20). O sucesso desse controle motivou que empresários e industriais como Frederick Taylor levassem para as grandes corporações e conglomerados industriais o controle, o rigor, a eficiência dos movimentos e a proposta de uma gestão impessoal a partir de códigos rígidos de regras.

O Estado alemão de Bismarck constituía um modelo bem-sucedido de poder burocrático. E nada expressava melhor a disciplina prussiana que o célebre passo de ganso do exército [...] que refletia a capacidade dos generais de submeterem os recrutas às suas ordens e a uma disciplina estrita, por mais inúteis que parecessem [...]. A burocracia, baseada na aceitação de regras, facilitou o surgimento de organizações de grandes dimensões, sem controle familiar. O crescimento das burocracias viria a ocorrer em sociedades que aceitavam o fato de que regras coletivas estivessem acima dos indivíduos e seus interesses (Rego; Pina e Cunha; Wood Jr., 2010, p. 15).

Coadunando-se com o período descrito, para Arendt, a burocracia é uma forma de governar cuja origem remonta ao período imperialista, mais precisamente à dominação britânica no Egito nas duas últimas décadas do século XIX. Porém, suas propriedades e princípios, tomados separadamente, já eram utilizados desde priscas eras: na Antiguidade, mormente no Egito, na China, na Mesopotâmia, no Peru e no México, o aumento da produção agrícola demandou que houvesse especialistas nas diferentes etapas do processo produtivo, de modo que os burocratas, representantes de grupos administrativos, controlavam o excedente da produção, assim como eram incumbidos das finanças, das técnicas de irrigação e do planejamento militar. Os escribas egípcios e os funcionários letrados desses impérios demonstram que a burocracia se assenta na cisão entre os que executam e os que planejam, coordenam e dirigem. Ademais, à medida que as comunidades aumentavam, o corpo de assessores ao redor dos governantes também crescia, especialmente aqueles cujas funções eram assegurar as cobranças de impostos, demonstrando que “a evolução histórica das burocracias foi marcada pela sucessiva criação de especialidades funcionais” (Rego; Pina e Cunha; Wood Jr., 2010, p. 73) e preponderantemente ligadas às finanças.

Porém, não são apenas as divisões entre as funções operacionais e as de coordenação ou de planejamento que a presença dos escribas e dos funcionários letrados revelam: ao contrário, de modo muito mais premente, o fato de que, *mutadis mutandis*, os mesmos elementos de dominação se façam presentes no Império Romano após Constantino, na China de Confúcio, na Alemanha Nazista e no Ocidente atual demonstra que, de alguma forma, “parece que a burocracia foi inventada independentemente muitas vezes, em resposta a problemas que surgem à medida que a escala de administração cresce muito para permitir que sistemas menos formais funcionem em níveis aceitáveis de eficiência” (Garston, 1993, p. 6). Entretanto, mesmo com a variedade de conjunturas que abrigaram organizações burocráticas, em todas elas o *modus operandi* de dominação, iniciado a partir de setores específicos que demandavam intervenção especializada, tendeu a impor conformidade a todas as esferas governamentais e sociais ao mesmo conjunto de regras e procedimentos instituídos a partir dos *bureaux*.

O desenvolvimento da burocracia do Império Romano o comprova: quando se tratava de uma pequena cidade-estado, até mesmo questões de cunho administrativo eram resolvidas pelo Senado, sob a liderança dos cônsules e implementadas por magistrados assessorados por equipes pessoais restritas, formadas por escravos e técnicos. Todavia, quando as expansões ampliaram consideravelmente o território e novas demandas administrativas passaram a fazer parte do Império, foi preciso adotar uma série de medidas como a implementação de conselhos locais que, sob o comando do Senado Romano e de governadores provinciais subordinados a governadores superiores (ambos funcionários romanos, sendo a maioria magistrados ou senadores), eram incumbidos da administração local. Para abranger um território em constante expansão, cada um desses governadores passou a dispor de uma equipe própria que lhe devia fidelidade. Entretanto, como *staffs* numerosos não eram regulamentados pelo Senado Romano (apenas o pequeno grupo descrito anteriormente, composto por técnicos e escravos), na prática era como se essas equipes não existissem de fato, já que não havia nenhuma previsão legal que as legitimasse. Para Garston (1993), isso significa que tanto a república romana quanto o império foram mantidos mediante estruturas que não existiam em sentido formal, o que justifica porque a formação de corpos políticos de amplitude territorial e com uma quantidade crescente de indivíduos, que implicam maiores dificuldades administrativas, “induziram os governantes a encontrar soluções e adaptá-las às suas necessidades. Neste caso, a falha em encontrar boas adaptações levou à transferência de poder dos monarcas para facções na burocracia” (Garston, 1993, p. 8). Foi essa constatação que levou Weber (1978) a considerar que um dos principais motivos para a queda do Império Romano

teria sido a agudização desse estado de coisas em que uma estrutura administrativa gigantesca existia na prática, mas não na teoria: portanto, teria sido a burocratização do império um dos fatores que desencadeou sua ruína.

O cientista social Max Weber foi o primeiro teórico a se dedicar ao estudo da burocracia. Ele a situou no entrecruzamento das análises sobre as formas de dominação: se todo poder ganha delineamentos manifestos a partir de sua própria organização, restaria distinguir entre poderes – ou formas de dominar – legítimas e ilegítimas. Debruçando-se sobre as primeiras, identificou três formas preponderantes: a *carismática* (cuja legitimação provém dos predicados extraordinários dos líderes, originando um aparelho de dominação formado pelos discípulos), a *tradicional* (na qual a legitimidade é conferida pela conformidade às regras tradicionalmente dadas, fomentando sua imutabilidade, o que se reverbera em formas patrimoniais ou feudais) e a *legal-burocrática* (enquanto o termo *legal* acena para a legitimidade ancorada em normas formais e abstratas, *burocrático* denota o modelo das organizações administrativas) (Weber, 1947; 2000).

Na leitura weberiana, estados burocraticamente organizados existem desde a Antiguidade, com destaque para o Império Romano, o Persa e o Islâmico. Porém, sua organização como forma de dominação é tipicamente moderna, quando a figura do burocrata, o funcionário remunerado a serviço não mais do monarca, mas do Estado-nação, ascendeu na política, e quando os imperativos da racionalidade, da eficiência e da impessoalidade, somados ao desenvolvimento tecnocientífico e ao modo de produção capitalista, não se coadunavam nem com os sistemas tradicionais, tampouco com a dominação carismática. Sendo a burocracia um meio, o fim seria a manutenção do Estado, que deveria ser liderado por políticos por vocação.

Por considerar que a tendência da burocracia era a expansão, Weber (2000) teorizou que ela somente seria racional-legal quando a promulgação das leis e a fiscalização de sua aplicação não ficasse ao encargo dos burocratas: ou seja, quando os poderes executivo, legislativo e judiciário não fossem usurpados pelo próprio aparelho. Caso isso aconteça, poder-se-ia afirmar que o processo de burocratização ganhou força suficiente para ultrapassar as fronteiras de um regime racional-legal, modificando a sua estrutura. Para evitá-lo, caberia ao político por vocação assumir responsabilidades e iniciar processos políticos. Já o burocrata, ao contrário, um homem devotado ao *ofício*, e não ao *fenômeno político*, não concebe que tais virtudes lhes sejam necessárias, já que seu interesse é executar os comandos que lhes foram impostos, o que amiúde implica subordinar convicções políticas ao dever do ofício, tal como aparece circunscrito na crítica weberiana contida em “Parlamento e governo na Alemanha

reorganizada”. A desconfiança de Weber ganhou contornos bem realistas com os governos totalitários do século XX.

Divergindo da leitura weberiana, Arendt caracteriza a burocracia como uma forma de governar administrativa e social que difere das formas verdadeiramente políticas de estabelecer comunidades pela ausência de responsabilidade e pelo declínio da importância das leis, substituídas por decretos e outras medidas administrativas que envolvam processos sigilosos de tomada de decisões, ou seja, que prescindem da publicidade e da deliberação inerente aos processos de promulgação de códigos civis por se tratarem de disciplina especializada. Ora, porquanto a responsabilidade possui um caráter iminentemente intersubjetivo, advindo do fato de que a existência humana implica um movimento contínuo de prestação de contas, seja consigo mesmo, seja com os outros com quem compartilhamos o mundo, a burocracia, ao manter os homens isolados, mina a prestação de contas e a responsabilidade pessoal e coletiva, se sustentando na diluição da ideia de comunidade política. Por isso, em organizações burocráticas, nenhum governo assume de fato a responsabilidade pelas boas e más ações de seus antecessores, o que somente seria possível em governos verdadeiramente políticos.

A conceitualização arendtiana forma, então, “um contraste interessante com o modelo de burocracia de Weber como uma forma de governo altamente racionalizada e que funciona de acordo com regras”. A diferença entre ambas as interpretações se inicia com a constatação de que enquanto Weber a concebeu “do ponto de vista do funcionário, de dentro”, Arendt parte do sujeito, ponto de referência a partir do qual se desvela com mais clareza que “as características marcantes deste tipo de regra são o seu mistério, sigilo, imprevisibilidade e arbitrariedade, ou seja, suas qualidades kafkianas” (Canovan, 1974, p. 33).

Por outro lado, as distinções entre os exames dos autores adquirem contornos mais bem delineados quando se identifica que em Arendt a burocracia não é apenas um meio, ou seja, não se resume a um aparato a serviço do Estado moderno, tal como proposto por Weber. Ao contrário, a novidade ensejada pela interpretação arendtiana da burocracia está relacionada à sua transformação em forma de governar cuja *diferencia specifica* não é apenas a antipoliticidade (afinal, existem outras formas de governo antipolíticas, como a tirania), mas sua transmutação em um fim em si mesmo cujo ápice anti-humano é o totalitarismo, quando se tornou patente que o maquinário burocrático pode, sem problemas, estar a serviço não do Estado, tampouco de sua manutenção mediada por legislações específicas, mas ao redor de si mesmo e em prol de sua própria permanência. É, portanto, sob as vestes totalitárias que a burocracia se apresenta como o paroxismo das formas de dominação, pois, enquanto não se

afirma nem como governo das leis, tampouco dos homens, leva às últimas consequências, nos campos de concentração, a descartabilidade do humano, o que nenhuma dominação anterior havia proposto. Assim, o exame arendtiano ultrapassa a caracterização weberiana, o que pode ser justificado pelo ônus trazido pela vivência totalitária e pós-totalitária.

Entretanto, se foi em 1944, com a publicação na *Partisan Review* de “Franz Kafka: a reevaluation” e em 1951, com *Origens do totalitarismo*, que os primeiros registros da preocupação da autora com a dominação burocrática vieram a público, seu círculo de amigos já conhecia a desconfiança arendtiana com os labirintos burocráticos e o governo exercido nesse lugar de obscuridade. Com efeito, quando era uma jovem refugiada em Paris, “no momento caótico em que a guerra falsa terminou e as bombas verdadeiras começaram a cair”, o aparato burocrático francês, com a morosidade que já lhe era peculiar, “não se dedicou a conceder certidões de casamento a refugiados. E os casais que não tinham certidões de casamento eram confrontados com um dilema: os vistos mais desejáveis, de emergência, iam apenas para pessoas solteiras – individualmente – e para os casados” (Young-Bruhel, 1997, p. 156).

Porém, a burocracia não lhe causou apenas embaraços resolvíveis com visitas a órgãos públicos: no verão de 1940, quando a leitura dos romances policiais de Georges Simenon³ não ofereciam apenas um divertimento, mas um panorama estratégico sobre as “estruturas e métodos da polícia francesa” e quando a deportação parecia o final irresistível dos judeus refugiados, Arendt recomendou aos seus amigos que não cumprissem a ordem emitida pela polícia francesa de comparecer aos departamentos da prefeitura a fim de se registrar. Porquanto, inicialmente, seus amigos “achavam que ela era excessivamente inclinada a acreditar em conspirações e pronta a ver maquinações por trás da incompetência burocrática”, pouco depois não puderam deixar de agradecer a Simenon por influenciá-la a nutrir relevantes desconfianças com relação à polícia e à burocracia francesa. “Os que se recusaram a registrar-se tornaram-se ilegais além de apátridas, mas não foram presos – como tantos refugiados obedientes – após anotar seus endereços nos formulários de registro” (Young-Bruhel, 1997, p. 160).

O fato de sua existência ter permanecido por um fio, salvaguardada por carimbos e assinaturas nos vistos obtidos para o embarque rumo aos Estados Unidos, nas fugas até a referida viagem ou nos imbróglis suscitados por 18 anos como apátrida, manteve suas ressalvas com relação à burocracia, até que, em 1942-1943, Arendt soube de Auschwitz e, com

³ Georges Simenon foi um escritor belga que escreveu 192 romances e 158 novelas, dos quais a maioria era do tipo romance policial. Cerca de 75 dessas obras tinha um mesmo protagonista: o policial Maigret, um comissário da polícia francesa que viajava pela França e, inclusive, em outros países, a fim de resolver crimes.

ele, que o maquinário burocrático não era apenas perigosamente obscuro e potencialmente ineficaz, mas que poderia funcionar sem ruídos a fim de facilitar a consecução de extermínios em larga escala e compor uma forma de governo em que não importam nem os que governam, nem os que são governados (porquanto ambos são, resguardadas as devidas diferenças, supérfluos), mas apenas a manutenção do aparato. Nesse estado de coisas retraçado pela burocracia, “foi como se um abismo se escancarasse [...]. E não me refiro apenas ao número de vítimas. Eu me refiro ao método, à fabricação de cadáveres [...]. Ali ocorreu alguma coisa com a qual a gente não pode se conformar” (Arendt, 2008, p. 43).

Além dessas ocasiões, a burocracia bateu a sua porta no início da década de 1960, com a prisão de Adolf Eichmann. Na cobertura do julgamento, a autora pôde observar as reverberações dessa dominação a partir da figura do funcionário, confirmando tanto a sua descrição no capítulo “Imperialismo” de *Origens do totalitarismo* acerca dos riscos que o enquadramento ao sistema ensejava, quanto seus artigos sobre Kafka, quando descreveu que um homem apanhado pelo aparato burocrático está condenado de antemão, acrescentando a essas leituras a constatação de que regimes que inviabilizam os espaços necessários para a liberdade repercutem direta e negativamente nas atividades espirituais. Dito de outro modo, com Eichmann, outra face da burocracia se desvelou: sua interferência no pensamento e no juízo e, com isso, na prática do mal, já que “a natureza de toda burocracia seja transformar homens em funcionários e meras engrenagens, os desumanizando. E se pode debater com proveito o governo de Ninguém, que é de fato o que significa a forma política conhecida como bureau-cracia” (Arendt, 2017, p. 313). Portanto, Eichmann demonstrou quão perigosa para a manutenção do mundo é uma política que se alicerça na irreflexão.

Por fim, um outro contato da autora com a burocracia remonta ao final da década de 1960, por ocasião da publicação dos Documentos do Pentágono, quando ficou comprovado não apenas o compromisso do governo norte-americano com a imagem de superpotência, mas até onde ele estava disposto a ir (o que implica quais crimes estava disposto a cometer) para defendê-la. Com efeito, tal empreendimento envolveu todo o aparato administrativo estadunidense, cindido entre aqueles que criavam as imagens (*image-making*), os que resolviam os problemas (*problem-solvers*) e os muito pouco a quem cabia tomar decisões (*decision-makers*) que, por sua vez, eram amparadas pelas soluções encontradas pelo grupo anterior. Foi a apresentação desses três tipos que compunham o funcionalismo público norte-americano que fez com que Arendt confirmasse que a burocracia havia ganhado fôlego novo pós-1945. A periculosidade do xadrez apocalítico jogado por esses assessores de mentalidade científica que compõem o aparato dos governos assente para o risco de que os poucos homens a quem cabe

os rumos da política internacional *não pensem sobre o que estão fazendo*. Em um contexto de Guerra Fria, nada poderia ser mais ameaçador.

Na leitura arendtiana, a burocracia repercute (em uma aproximação com que motivou a criação no termo, no século XVII) o que o próprio nome enseja: o governo dos *bureaux*, dos escritórios e das repartições, demonstrando desde a sua terminologia que sob sua égide a esfera pública e os espaços de aparência são substituídos pela ausência de luminosidade – com traços kafkianos – inerente aos espaços mencionados, panorama que se coaduna com as inflexões de D’Entreves (1994, p. 196-197), para quem “mediatizar a população através de meios altamente burocratizados, administrativos, além de partidos e organizações, complementa e fortalece as formas de vida privatistas que fornecem a base psicológica para a mobilização do apolítico”, e de Aguiar (2007, p. 20), para quem a redução do caráter agônico da política à mera administração é um modo eficiente de coibir o envolvimento dos cidadãos nos processos decisórios dos governos, até porque “tornar as questões públicas temas para especialistas é tornar os cidadãos incompetentes para opinar sobre o que diz respeito a todos”. A ausência de luminosidade acarretada pela diluição da esfera pública, substituída pelos setores, hierarquias e gabinetes restritos a peritos e especialistas, faz com que na burocracia a estrutura e a organização sejam fins em si mesmos, de modo que atividades que não se voltem para a manutenção do aparato sejam concebidas como desnecessárias. Partindo das mesmas constatações, Villa (2023, p. 108) afirma que “o edifício burocrático do estado usurpa o espaço do político [...] ao promover uma concepção de política que é essencialmente administrativa e que busca maneiras de diminuir, senão de erradicar, a disputa e o debate que são o sangue vital de uma política robusta”, além de esvaziar a responsabilidade do palco dos assuntos humanos. Por isso Arendt (2012, p. 369) assente, na edição alemã de *Entre o passado e o futuro*, que a redução da política à mera administração se impõe quando a esfera pública é abordada a partir do ponto de vista da verdade racional, e não da consideração pela *doxa* e pelo *dokei moi*.

A impossibilidade de identificação e de responsabilidade, o que faz com que “pode haver muitas pessoas que exijam uma explicação, mas ninguém para dá-la, porque ninguém pode ser considerado responsável por ela” (Arendt, 2021, p. 65), além de demonstrar que em governanças burocráticas ninguém é responsável nem por ninguém, nem pelos resultados de suas funções laborais, tampouco pelo mundo, pode ser entendida como o resultado da *aguda setorialização e hierarquização*, que faz com que cada setor e funcionário execute uma pequena parcela de cada procedimento, estabelecendo uma separação com relação ao resultado das ações executadas; do *distanciamento entre os que sabem e não fazem, os que não sabem e fazem* e o *restante da população*, alheamento que colabora para um estado de coisas no qual a

possibilidade de debate e de ação é restrita apenas aos funcionários de um mesmo setor; a *ascensão de uma mentalidade científica*, idiossincrasia herdeira da cisão anterior, que faz não apenas da política uma disciplina especializada, mas que torna inoportuno que indivíduos que não detenham o *know-how* das áreas que tangenciam a governança participem dos processos de tomada de decisão, diluindo a espontaneidade, a singularidade e a contingência, as substituindo pelos ideais de normalização, racionalização, especialização, padronização e calculabilidade.

Todas essas características demonstram que tão importante quanto entender essa forma de governar é identificar quem a viabiliza. Dito de outro modo, é indispensável retrair o perfil do funcionário e dos processos que o desumanizam em prol da manutenção do aparato. Nesse sentido, o exame sobre a burocracia – sua origem, seus elementos constituintes, sua trajetória de desenvolvimento enquanto forma de governar – exposta nessa Tese será feita, predominantemente, através de quatro personagens apresentados por Arendt em diferentes obras, o que demonstra que a preocupação com a burocracia percorre o seu *corpus* teórico, confirmando a tese levantada no início da Introdução. Será através de Lorde Cromer que apresentar-se-á um panorama sobre o seu surgimento como forma de governo no período imperialista, enquanto através dos personagens K. retratados por Franz Kafka será delineado o período em que a burocracia passa a ser a forma organizacional utilizada não apenas nas colônias da Argélia, Índia e Egito, mas também nas instituições públicas e privadas das nações europeias. A seguir, através do retrato de Adolf Eichmann será possível identificar como funcionava o maquinário burocrático levado ao extremo pelo totalitarismo e, por fim, os assessores e especialistas presentes nos corpos políticos da atualidade auxiliarão a compreender como ela não apenas resistiu ao fim dos regimes totalitários, mas encontrou no período posterior a 1945 o solo fértil para sua perpetuação.

A trajetória argumentativa desenvolvida caminha *pari passu* com o que Arendt apresentou em inúmeros escritos: retratar perfis de personagens reais ou fictícios possibilita iluminar eventos e processos e, com isso, é de grande valia para compreendê-los. Com efeito, os retratos da galeria arendtiana foram escolhidos “dentro a multidão de seres vivos, no passado ou no presente, porque possuíam significação representativa na realidade” (Arendt, 2004, p. 237), o que se deve ao fato de que uma análise que os leve em consideração logra identificar “o que os episódios do destino pessoal têm a dizer sobre a obra e o mundo, as coisas públicas; ver que luz eles oferecem em nossos tempos sombrios” (Young-Bruhel, 1997, p. 18).

Portanto, não se trata de um trabalho puramente biográfico. Ao contrário, tais figuras possuem o potencial de iluminar os períodos sombrios trazidos por governos invisíveis porque revelam as entrelinhas dos movimentos e dos proscênios, o que as torna indispensáveis

para sua compreensão. Entender o pano de fundo em que esses personagens se moveram equivale a identificar o palco e os bastidores em que os eventos se sucederam de modo mais abrangente do que uma apresentação puramente conceitual poderia possibilitar.

Em segundo lugar, a escolha desses personagens como guia argumentativo remonta a importância das figuras exemplares para o pensamento: porquanto “a maioria das virtudes e vícios políticos são pensados em termos de indivíduos exemplares” (Arendt, 2004, p. 210), os exemplos podem ser concebidos como os signos de orientação da reflexão que permitem julgar e distinguir fatos, conceitos e processos. Mesmo que moralmente falando alguns dos indivíduos que aqui serão retratados não sejam as companhias mais indicadas para orientar *o que devemos fazer* – certamente Eichmann não é o melhor exemplo de cidadão reflexivo e do exercício da mentalidade alargada –, podem aclarar *o que não deve ser feito* ou, em termos políticos, *que tipo de mundo não queremos para nós, tampouco legar para aqueles que ainda virão*. Portanto, mesmo que Arendt não tenha ambicionado fornecer nenhum tipo de movimento dialético que sintetize soluções para os problemas que a burocracia instituída como forma antipolítica de governar impõe – pretensão que essa Tese também não possui –, a iluminação trazida pelo exemplo das figuras aqui apresentadas potencializa o debate filosófico sobre a burocracia, já que instiga a reflexão sobre ela.

É mediante esse propósito que cada capítulo da Tese descortinará uma faceta da burocracia. Aquiescendo à observação de Kohn (*in* Arendt, 2016a, p. 16), para quem “para Arendt, ver um objeto a partir de vários pontos de vista é o que o torna ‘concreto’ e real”, em cada capítulo a burocracia será apresentada sob um ponto de vista distinto e complementar.

Seguindo a *anima* da escrita de *Origens do totalitarismo*, que fora o exame sobre os elementos que se cristalizaram tornando o totalitarismo possível, o primeiro capítulo apresenta os atributos que viabilizaram a fundação e o desenvolvimento da burocracia. Para tanto, inicialmente será destacado o seu lugar nas investigações arendtianas sobre as formas de governar. A seguir será exposta a interpretação da autora sobre a esfera social e, com ela, o advento da administração e a mentalidade científica na política, argumentação importante para compreender por que a burocracia é uma forma social de governo. Por outro lado, visando entender por que tal gestão repercute o declínio do Estado-nação, a seção seguinte dedicar-se-á ao modelo dos estados nacionais, o que demanda a apresentação do repertório politológico que distingue estado e nação. Por fim, concatenando parte das discussões fundamentadas anteriormente, a última seção examinará a burocracia partidária, destacando sua origem, a crítica arendtiana sobre ela e algumas atualizações a partir do contexto brasileiro.

Ainda acerca do primeiro capítulo, é mandatório sobrelevar que em *A condição humana*, Arendt assente que quanto maior for a população de um corpo político, maior a probabilidade que o social assuma o protagonismo na condução dos assuntos públicos. Isso significa que estados formados por mais cidadãos mais facilmente reduzirão a política à administração, em um contexto em que nada pode ser mais desejável do que o definhamento do Estado, substituído pela administração exercida por uma mão invisível – ou seja, por ninguém –, anseio a qual Arendt se contrapõe por considerar que de reino da liberdade, tal virada se converte na burocracia: “como verificamos pela forma mais social de governo, isto é, pela burocracia (o último estágio do governo no Estado-nação), o governo de ninguém não é necessariamente um não-governo; pode, em certas circunstâncias, vir a ser uma das suas mais cruéis e tirânicas versões” (Arendt, 2016b, p. 49). É esse o fio condutor da crítica arendtiana a previsão do definhamento do governo como solução para os problemas sociais, o que somente poderia ser logrado com a administração, *modus operandi* ideal para assegurar a igualdade universal. Entretanto, “a administração deveria ser sem governo, mas na verdade só pode ser o governo de ninguém, a burocracia, uma forma de governo sem responsabilidade”. Desse modo, “se a Revolução de Outubro tivesse podido seguir as linhas prescritas por Marx e Lênin, é muito provável que resultasse em um governo burocrático. O governo de ninguém [...] é o perigo sempre presente em qualquer sociedade baseada na igualdade universal” (Arendt, 2021, p. 65). O apelo a uma igualdade universal é um mote essencialmente social e, portanto, a burocracia é a forma de governar da sociedade massificada.

O segundo capítulo, retraçado a partir da figura de Lorde Cromer, tem como objetivo apresentar o surgimento da burocracia como forma de governar, o que implica entender o período imperial e de que modo ele se relaciona com a afirmação da administração e da economia como motes governamentais. Logo após, seguindo a trajetória argumentativa empreendida em *Origens do totalitarismo*, examinar-se-á a mentalidade dos sujeitos imperiais a partir das lendas do período, especialmente aquelas criadas pelo escritor inglês Rudyard Kipling, com o fito de sobrelevar o pano de fundo que lançou as bases para a fundação da burocracia. Por fim, em duas seções apresentar-se-á o personagem Lorde Cromer: na primeira, ainda como Evelyn Baring, seu nome de batismo, será exposto um breve histórico de sua vida e carreira administrativa, em especial sua atuação na colônia inglesa na Índia, enquanto a segunda exporá a sua administração no Egito, bem como o *modus operandi* de tal dominação, sobrelevando elementos como o alheamento, a prática de governar através de decretos e a violência, bem como o exame sobre os burocratas imperiais. A importância da análise sobre o período advém da constatação de que nem a burocracia, “nem o racismo do nacionalismo

moderno, nem a loucura política do Estado moderno podem ser explicados sem uma compreensão adequada da estrutura do imperialismo” (Arendt, 2008, p. 239).

O capítulo seguinte dedica-se à leitura arendtiana sobre os textos de Franz Kafka, análise especialmente importante devido à influência que as narrativas do autor exercem na compreensão dos perigos inerentes à dominação burocrática. Para tanto, inicialmente será apresentado um apanhado do funcionário Kafka e dos primeiros contatos de Arendt com as narrativas do literato. A seguir serão expostas as principais leituras arendtianas influenciadas pelo escritor: a sociedade (a partir da historieta *Descrição de uma luta*), a lacuna entre o passado e o futuro (mediante a análise da parábola “Ele”) e a burocracia (a partir dos romances *O Castelo* e *O processo*). A *anima* para a fundamentação do capítulo é a argumentação que defende que se o salto significativo que diferencia as leituras de Arendt e Weber se assenta na constatação da autora de que a burocracia não é apenas um meio de dominação próprio do Estado moderno, mas que se converteu em um fim em si mesmo, em uma forma de governar voltada para a sua própria manutenção, reconhecer a situação dos sujeitos apanhados pelo aparato é condição essencial para que a burocracia seja efetivamente compreendida.

O capítulo subsequente examina a burocracia totalitária especialmente a partir do responsável pelo *Bureau IV-B-4*, Adolf Eichmann. A fim de lográ-lo, inicialmente apresenta um panorama da burocracia totalitária, identificando seus predicados e reverberações e como eles confluíram na direção do extermínio. Isso implica analisar a estrutura da casca da cebola, a setorialização e a multiplicação de cargos e identificar como tais estruturas eram reproduzidas nos campos de concentração, laboratórios dos regimes totais. Para tanto, será indispensável recorrer a obras mencionadas por Arendt em *Origens do totalitarismo* e *Eichmann em Jerusalém*, como *A destruição dos judeus europeus*, do historiador judeu Raul Hilberg, os livros de David Rousset, como *Les jours de notre mort* e *O universo concentracionário*, além dos textos de Primo Levi, como *É isto um homem?* e *Os afogados e os sobreviventes*. A seguir, a fim de compreender o perfil do funcionário inserido em uma burocracia plenamente desenvolvida, retratar-se-á, inicialmente, o perfil do funcionário comum para, a seguir, ressaltar as trajetórias profissionais do burocrata Eichmann e do jurista Reinhard Höhn, a fim de, à luz do empreendimento teórico arendtiano, arrazoar de que modo a burocracia interfere na linguagem, na ação e no pensamento, decaimento frente ao qual Eichmann é figura paradigmática.

O último capítulo apresenta as condições de permanência da burocracia com o fim dos regimes totais, demonstrando de que modo as estratégias de administração iniciadas no *Reich* hitlerista repercutiram no pós-guerra. O seu objetivo é responder à seguinte pergunta: é

possível apontar continuidades nos métodos administrativos das empresas públicas e privadas totalitárias com relação ao contexto pós-1945? Para empreender tal vinculação e entendendo que uma resposta afirmativa demonstraria que o mundo atual se assenta em bases protototalitárias, o êxito da continuidade da carreira de Reinhard Höhn, analisado no capítulo anterior no contexto da Alemanha de 1933-1945, será investigado. A seguir, a partir dos tipos de funcionários apresentados no ensaio “A mentira na política”, os resolvidores de problemas (*problem-solvers*), os tomadores de decisões (*decision-makers*) e os criadores de imagens (*image-makers*), serão examinados os perigos inerentes às burocracias atuais. Em um contexto de desenvolvimento científico e em um mundo cindido em corpos políticos extensos e com interesses econômicos e tecnológicos cada vez mais díspares, a Tese é concluída com a exposição sobre a burocracia digital (*e-burocracia*) e o uso de algoritmos.

No que concerne à burocracia digital, vale ressaltar que diferente do que as primeiras e otimistas leituras concebiam, a *internet* não atenuou a morosidade dos procedimentos, tampouco facilitou o acesso dos cidadãos aos órgãos públicos; ao contrário, “reproduziu-se no ambiente digital o conhecido modelo de organizar filas para disponibilizar fichas ou senhas de atendimento. Foram ignoradas as diversas possibilidades abertas pelas novas tecnologias” (Carvalho, 2020, p. 130). É digno de nota também que a ausência de controle e de transparência nas informações não diminuiu com a virtualização, gerando ainda mais ineficiência, além de ampliar a desconfiança com relação aos governos e a insegurança jurídica dos cidadãos, que convivem com novas modalidades de crimes, como os vazamentos de dados e o uso indevido das ferramentas de inteligência artificial.

Por fim, é importante sobrelevar que a presente Tese não ambiciona preencher contornos vazios legados pela patente ausência de reflexões filosóficas acerca da forma burocrática de governar, em uma clara dissonância com as Ciências Sociais, a Ciência Política e a Administração, que a mais de um século se dedicam às investigações sobre seu *modus operandi* e suas disfunções. Todavia, tem a intenção de colaborar com o início desses debates no campo semântico-conceitual inerente à filosofia, que partilha da mesma origem do pensamento, que é o espanto com aquilo que é e cujo *locus* peremptoriamente dinâmico é a experiência. É o que será feito a seguir.

2 A COMPREENSÃO DA BUROCRACIA EM HANNAH ARENDT

Max Weber é amplamente considerado o teórico exemplar da burocracia ou do “governo por regras”. A ascensão da burocracia moderna levou a um aumento da eficiência, mas foi desumana, produzindo “especialistas sem espírito”. No entanto, foi Hannah Arendt, mais influenciada por Franz Kafka, quem identificou a burocracia como algo potencialmente mais assustador do que o governo por regras. A burocracia é governada por ninguém, o que não é necessariamente uma ausência de regras; pode, em certas circunstâncias, revelar-se uma das suas versões mais cruéis e tirânicas. Na sua forma extrema, os indivíduos são desumanizados, tornando-se meros funcionários [...] do intrincado sistema de agências (Owens *in* Goldoni; McCorkindale, 2012, p. 268).

Desde a sua primeira obra seminal, *Origens do totalitarismo*, Arendt se mostrou interessada no delineamento das formas de governar, inclinação que a situa em um potente rol de autores⁴ que, como Bobbio (2017), consideram que a teoria política se distingue pelo exame de temas recorrentes no fenômeno político, dentre os quais pode ser alocada a tipologia das formas de governo. Porquanto o esforço por compreender os elementos que tornaram o totalitarismo possível é o fio que alicerça seu empreendimento teórico, em todo o trabalho da autora tais discussões aparecem. Por exemplo: 1) Em *Origens do totalitarismo* e “Sobre a natureza do totalitarismo: uma tentativa de compreensão”, ele foi categorizado como uma forma nova de governo; 2) Em *Sobre a revolução* e “Imperialismo totalitário: reflexões sobre a revolução húngara”, os conselhos são considerados uma forma de governar que resguarda o potencial de fundação política; 3) Em “Tiro pela culatra” e “A grande tradição”, a república é caracterizada como o governo das leis; 4) Em *Sobre a violência, A condição humana* e “Karl Marx e a tradição do pensamento político ocidental”, a burocracia é interpretada como uma forma social de governar que repercute o declínio do modelo dos estados nacionais.

Acrescidos a esses oportunos e estratégicos momentos em que as formas de governar são analisadas, no final da década de 1950, Arendt remeteu à fundação Rockefeller uma solicitação de fomento para a realização de um projeto de investigação que culminaria na obra “Introdução na política”, que seria desenvolvida em dois volumes, sendo o primeiro um relato crítico de conceitos caros à tradição de pensamento político, como governo, poder, guerra e lei,

⁴ Heródoto é o primeiro autor que se tem notícia a discutir a tipologia das formas de governo. No livro *História*, três personagens – Otanes, Megabizo e Dário – arrazoam sobre a melhor forma de governo para ser adotada na Pérsia com o falecimento de Cambises. Cada um desses três personagens defende uma forma clássica de governo: democracia, aristocracia e monarquia, respectivamente (Heródoto, 2019). É esse texto que Arendt utiliza em “A grande tradição” para examinar porque, para o personagem defensor da polis grega, é inviável pensar em uma comunidade política baseada no par mando-obediência. A possibilidade de tal inversão o motiva a pedir “permissão para se aposentar de toda a vida política, pois não quer nem governar nem ser governado. O fato era, naturalmente, que a vida na polis desconhecia qualquer divisão desse tipo entre os cidadãos. O governo na qual ela se baseava era experimentada prioritariamente não no âmbito público-político, mas na esfera estritamente privada do lar, cujo chefe governava sua família e seus escravos” (Arendt, 2021, p. 92).

enquanto o segundo se dedicaria ao exame das “esferas do mundo e da vida humana que chamamos de política propriamente dita”, o que demonstra sua preocupação com as “modalidades da pluralidade humana e as instituições que lhes correspondem”, o que incluía a “antiga questão das formas de governo, seus princípios e modos de ação”, bem como as modalidades em que os homens podem estar juntos como iguais, *locus* em que emana a ação e que estabelece as fronteiras que permitem a cada um manter relação apazível com “seu eu-mesmo a que corresponde a atividade de pensar” (Kohn *in* Arendt, 2016a, p. 20).

Tal projeto, porquanto nunca foi concluído – mesmo que possa ser entrevisto em diversos escritos, como o próprio “Introdução na política”, publicado no final de *A promessa da política*, mas também em *Sobre a revolução* e alguns ensaios que integram *Entre o passado e o futuro*, como é o caso de “O que é autoridade?” –, possibilita corroborar a argumentação que destaca o particular interesse da autora pelas formas de governar. Porém, vale ressaltar que Arendt se contrapõe a uma leitura tradicional e institucionalizada acerca delas, o que pode ser constatado pela abrangência de tipos de organização e de experiências políticas que ela caracterizou como formas de governar, assim como pela relação “entre o agir e o pensar”, de modo que condições de liberdade política podem incentivar a liberdade interior e, por conseguinte, o pensamento, defesa enfática com a qual encerra *A condição humana*⁵.

No que concerne à burocracia, Arendt a caracterizou como a forma social de governar na qual as disposições e arranjos extremamente difundidos inviabilizam que os homens conheçam as faces daqueles que os governam. Seu advento no final no século XIX, durante o imperialismo, e seu intrincado desenvolvimento durante os séculos XX e XXI acenam para processos distintos e complementares, como o colapso do Estado-nação, a diluição da esfera pública, substituída pelas maquinarias partidárias e governamentais e a redução do governo à administração, derivada de uma leitura deturpada do fenômeno político que remonta a Platão e que ganhou contornos melhor delineados com o advento do social e de uma mentalidade científica na esfera governamental. Assim, o surgimento da burocracia desvela “a

⁵ Destacamos o trecho final de *A condição humana* em que Arendt empreende tal defesa, que deixa entrever alguns predicados desenvolvidos em escritos posteriores, como “Pensamento e considerações morais” e *A vida do espírito*: “Finalmente, a atividade de pensar [...] ainda é possível, e sem dúvida está presente onde quer que os homens vivam em condições de liberdade política. Infelizmente, e ao contrário do que correntemente se supõe sobre a proverbial independência dos pensadores em sua torre de marfim, nenhuma outra capacidade humana é tão vulnerável; e é realmente muito mais fácil agir do que pensar em condições de tirania. Como experiência vívida, sempre se supôs, talvez erradamente, que a atividade de pensar era conhecida apenas por uns poucos [...]. Isso pode ser irrelevante, ou possuir uma relevância limitada, para o futuro do mundo, mas não é irrelevante para o futuro do homem. Pois se as várias atividades da *vita activa* não podem ser submetidas a nenhum outro teste senão o da experiência de se estar ativo [...], a atividade de pensar poderia superar a todas elas. Quem quer que tenha alguma experiência nessa matéria saberá quão correto estava Catão quando disse: “Nunca se está mais ativo quando nada se faz, nunca se está menos só que quando se está consigo mesmo” (Arendt, 2016b, p. 403).

queda simultânea de uma Europa composta por Estados-nação. A questão da confiabilidade, da estabilidade e da durabilidade da ordem política representada pelo Estado-nação, vista sobre o pano de fundo do entreguerras, torna-se o pivô de sua análise” (Volk, 2022, p. 41).

Diante da constatação de que a burocracia é uma forma de governar cuja ascensão remonta a diversos processos catalizadores do ocaso da política, este capítulo apresentará aspectos diferentes, porém relacionados, da burocracia, entendida como uma moderna e potente ameaça à liberdade representada pela aguda ingerência dos especialistas, “cujo domínio é institucionalizado através das grandes organizações [...] que produzem indivíduos que devem seguir o seu caminho através dos procedimentos designados [...], em processos de rotinização e exame, codificação e categorização de acordo com processos padronizados administrados por profissionais credenciados” (McGowan, 1998, p. 86). Trata-se de um panorama argumentativo-conceitual amplo acerca daquilo que será esmiuçado no decorrer dos capítulos subsequentes e que, com o fim de viabilizar o exame proposto, está cindido em quatro partes: 1) O que são formas de governar em Arendt e por que a burocracia pode ser assim considerada, o que implica o afastamento com relação às categorizações tradicionais e uma aproximação com a tipologia proposta por Montesquieu; 2) O que é a esfera social e porque a burocracia é uma forma social de dominação, partindo do pressuposto de que as análises de Arendt sobre o social e a ascensão da administração, acrescidas de sua crítica à técnica e a valorização da mentalidade científica na política e do “governo burocrático por decreto e a perversão do estado em uma ferramenta da nação expandem nossa compreensão de como certas práticas e eventos ajudaram a moldar o contexto no qual o totalitarismo se tornou possível” (Villa, 2023, p. 37); 3) O que significa o fim do Estado-nação e como a sua diluição se reverbera na ascensão da governança burocrática, destacando porque a “tese arendtiana do declínio da ordem europeia dos Estados-nação não deve ser vista apenas como um elemento em sua concepção do domínio total, pois é também uma intervenção que aponta para o fato de que o Estado-nação é impraticável como forma de governo em um mundo globalizado” (Volk, 2022, p. 46); 4) O que são as burocracias partidárias e de que modo inviabilizam a participação e corroboram a lógica fraudulenta que restringe a política ao imperativo acerca de quem domina quem.

2.1 Hannah Arendt e as formas de governar: qual o lugar da burocracia?

Hoje poderíamos acrescentar a última e talvez mais formidável forma de dominação: a burocracia, ou o domínio de um sistema intrincado de departamentos nos quais nenhum homem, nem um único, nem os melhores, nem a minoria, nem a maioria, pode ser tomado como responsável e que deveria mais propriamente chamar-se domínio de ninguém (Arendt, 2011a, p. 54-55).

A fim de entender o que significa, a partir do empreendimento teórico arendtiano, afirmar que a burocracia é uma forma de governar, é mandatório considerar que, para a autora,

[...] governar pode ser organizado de muitas maneiras diferentes. O governo pode estar nas mãos de um único homem ou de representantes eleitos. As pessoas podem ou não desfrutar da liberdade de expressão e de outras liberdades civis. A estrutura administrativa do país pode ser altamente centralizada ou descentralizada. O governo pode visar pouco mais do que a manutenção da ordem ou a transformação revolucionária da sociedade. Seja qual for sua forma, enquanto uma comunidade não for constituída politicamente [...], ela representa, para Arendt, uma forma de governar. Em geral, para ela, quem não participa ativamente dos assuntos públicos não é sujeito, mas objeto da decisão de outrem, sendo, portanto, “governado”; numa comunidade política perfeita, não há governantes nem governados. Todas as demais se situam algures entre os dois extremos (Parekh, 1981, p. 14-15).

Assim, estamos diante de uma autora em que as distinções acerca das formas de governo não são tão herméticas. Aliás, para ela, um dos maiores equívocos dos filósofos foi reduzir a política, com suas dinâmicas inerentes e seus eventos, ao governo e as características da governança, o que tornou a conceitualização das categorias formais advindas da última um dos objetos preferenciais da filosofia, e não o exame do conteúdo subjacente ao fenômeno político propriamente dito. Esse afã por categorizar, em detrimento do decrescente apreço pela reflexão acurada sobre as contingentes e peremptoriamente dinâmicas experiências políticas, demonstra que “a maioria dos filósofos sentiam-se profundamente hostis à política” e, conseqüentemente, se esforçaram para a substituir “por alternativas mais adequadas”⁶, a ponto de nublar o que seria um governo verdadeiramente político: o estabelecimento de uma comunidade “que se caracteriza por uma cultura pública vigorosa e na qual os cidadãos, inspirados pelo amor à liberdade e à felicidade pública participam na condução dos assuntos públicos” (Parekh, 1981, p. 14). Dito de outro modo, o empenho em conceitualizar as formas de organização da vida pública fez com que os filósofos somente as categorizassem, sem se preocupar com o exame sobre seu *modus operandi* e sobre as experiências humanas que as subjazem.

Por conta disso, a filosofia política tradicional “analisou o conceito de política, mas não a estrutura e as características fenomenais das experiências políticas”, assim como “o

⁶ Estamos cientes das leituras que destacam um certo exagero na interpretação arendtiana da “grande tradição” no que concerne às formas de governar. Essas argumentações defendem que a “grande tradição” não é tão homogênea quanto Arendt indica, de modo que autores como Platão, Agostinho, Cícero, Locke, Marx, dentre outros citados nos escritos da autora, oferecem reflexões distintas sobre a natureza, a tipologia e os objetivos dos governos. Coadunando-se com tais contrapontos, Parekh (1981) explana que a argumentação arendtiana de que os filósofos da tradição reiteradamente diluíram a dignidade da política se esquece que os homens se engajam na política não apenas para perpetuar grandes feitos e palavras, mas também para alcançar fins específicos, o que acena para uma dimensão instrumental inescapável. Todavia, o autor concorda que a maioria dos filósofos não considerou a importância de um domínio público plural e ignorou o exame sobre as experiências políticas, o que faz com que mesmo que as críticas de Arendt tenham certo grau de exagero, nem de longe são infundadas.

conceito de totalitarismo, mas não as experiências e formas de consciência daqueles que vivem sob tal governo” (Parekh, 1981, p. 12), cabendo, então, voltarmos-nos para essas experiências a fim de evitar cair no mesmo equívoco da tradição, ou seja, em sua dificuldade de dizer algo significativo e esclarecedor sobre as experiências políticas que nos tangenciam⁷.

As distinções mais importantes para a reflexão arendtiana gravitam entre as formas comunitárias que estabelecem corpos políticos autônomos e as que inviabilizam a tessitura de um mundo comum, demonstrando as experiências humanas que os possibilitam. Entretanto,

[...] governar é a antítese de uma comunidade política. Representa um tipo de comunidade cujos membros estão principalmente interessados nas atividades privadas que escolheram, têm pouco interesse na vida política, não conduzem eles próprios os seus assuntos comuns e os deixam aos cuidados do governo. Sob o “governo”, cada cidadão cuida da sua própria vida e o governo desfruta do monopólio do poder político e da tomada de decisões. O governo “governa” os seus súditos que, na verdade, são pouco mais do que objetos das suas ações. A comunidade é construída de cima para baixo, e não de baixo para cima, envolve uma rígida distinção entre o governo e os seus súditos e baseia-se no que Arendt chama de uma relação hierárquica de comando e obediência (Parekh, 1981, p. 14).

Com efeito, Arendt emprega a terminologia *forma de governo* de modo mais abrangente do que as classificações tradicionais, a concebendo como as diferentes tipologias de organização de um corpo político ou antipolítico e as diferentes experiências políticas que os homens vivenciam nelas. O que pode ser entrevisto na variedade de formas de governar proposta por Arendt é que as maneiras pelas quais os corpos políticos são organizados não são fixas e estáveis. Ao contrário, se o fluxo dos eventos se sustenta a partir de um estado de constante mudança, as formas de governar também estão sujeitas a transmutações. Para ela, por exemplo, os sistemas de conselhos, o totalitarismo, a República, a aristocracia, a burocracia e até mesmo o Estado-constitucional somam-se às formas de governar conhecidas desde a Antiguidade (Arendt, 2021). Por outro lado, a forma de governo será política ou antipolítica se o seu sustentáculo e seu processo de tomada de decisões mantiver o ímpeto fundacional.

Nesse horizonte de reflexão, existem diferenças entre as formas de governar, e mesmo que Arendt não as tenha formulado de forma sistemática, asseverou que o que as diferencia é “o papel desempenhado pela ação nas diferentes formas de organização política”

⁷ Tal argumentação se coaduna com o que foi defendido por Cavarero, em *Surging Democracy*: “Embora a definição de política de Arendt em termos de uma pluralidade de seres humanos agindo em conjunto no espaço público partilhado seja modelada na democracia da antiga pólis, que o vocabulário político moderno qualifica como direta, ela evita envolver-se com qualquer tipo de distinção lexical em referência a formas específicas de governar. Arendt prefere articular o seu pensamento sobre o conceito puro do que constitui o político por meio de um vocabulário novo – e anômalo – que intencionalmente deixa de lado a terminologia e a conceitualidade tradicionais” (Cavarero, 2023, p. 19) e por Herzog (2021, p. 11), quando afirma que Arendt, mesmo sendo uma teórica política por excelência, “não se limita às arenas políticas em seu sentido tradicional”.

(Arendt, 2021, p. 96), já que é ela que impele os pares a estarem juntos, que os motiva a se aventurar no palco dos assuntos públicos. Pela centralidade da ação, quanto mais uma forma de organização estabelecer e manter as condições indispensáveis para uma vida verdadeiramente pública, ou seja, quanto mais os homens e mulheres tiverem as condições para se manterem juntos nesse campo agonístico e performativo, tornando a coexistência um *habitus*, mais ela pode ser descrita como efetivamente política, deixando entrever também que “um sistema político é livre na medida em que os cidadãos têm direito e capacidade para governar a si próprios [...], liberdades políticas significam os direitos e liberdades que tornam a política possível: liberdade de reunião, de expressão, direito de discordar e de votar” (Arndt, 2019, p. 188).

Portanto, o critério de categorização das experiências políticas, na interpretação arendtiana, deixa de ser *quem* governa para *a distância que a ação, em uma determinada forma de governar, possui do centro da experiência política*. Daí advém que as diferentes tipologias originam, a partir de suas especificidades, modos diferentes dos homens viverem juntos, de tal modo que em organizações nas quais a possibilidade de agir com os demais é o que anima uma comunidade, têm-se formas políticas de organização da vida pública enquanto, no caminho oposto, onde a ação – e, por conseguinte, o discurso e a liberdade – é impossibilitada, trata-se de uma forma antipolítica de organização governamental.

Sem eleições gerais, sem liberdade irrestrita de imprensa e de reunião, sem confronto de opinião, a vida política morre em todas as instituições públicas, torna-se mera aparência fraudulenta de vida, na qual apenas a burocracia permanece como elemento ativo. A vida pública adormece, algumas dezenas de líderes partidários dirigem e governam. Tais condições inevitavelmente causam uma brutalização da vida pública [...]. A liberdade apenas para os apoiadores do governo não é liberdade alguma. A liberdade é sempre e exclusivamente liberdade para quem pensa diferente (Hermsen, 2022, p. 76).

Na extensão dessa compreensão, Arendt se afasta da leitura filosófica tradicional devido a sua crítica acerca da importância do *quem* para a categorização das formas de governo. Com efeito, a resposta à pergunta *Quem governa?* tem sido, historicamente, o critério de distribuição do poder e, portanto, de distinção entre a monarquia (ou tirania), a aristocracia (ou oligarquia) e a democracia (ou oclocracia). Entretanto, a questão acerca de *quem governa* ensaja, na mesma medida, a indagação sobre *quem deve ser governado*, duplo vértice que ganhou com Platão os seus primeiros contornos. Como pode ser constatado em textos como “Sobre a natureza do totalitarismo: uma tentativa de compreensão” e “A grande tradição”, o final da esteira das reverberações dessa herança platônica pode ser entrevisto em Kant (2004), que mesmo de modo apenas parcialmente satisfatório, estabeleceu em *A paz perpétua* uma cisão

entre *formas de governo* e *formas de dominação*, sendo que as últimas “se distinguem apenas segundo o *lócus* do poder” (Arendt, 2008, p. 349): quando o poder está nas mãos da nobreza, tem-se uma aristocracia, quando de um príncipe com poder soberano indiviso, há uma autocracia e, por fim, se o poder é exercido pelo povo, estabelece-se uma democracia.

O que chama a atenção de Arendt, porém, é que Kant foi o primeiro filósofo a identificar que todas essas formas de dominação, anteriormente conhecidas sob a égide de formas de governar, são ilegais. Segundo o filósofo de Königsberg, existem duas formas ou estruturas básicas de governo (*forma regiminis*), independentemente da quantidade de indivíduos que exerçam o poder institucionalizado: 1) *constitucional ou legal* (República), quando o poder é controlado por outros diferentes de quem o exerce porquanto há divisão entre os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); 2) *despotismo*, em que não há separação de poderes, o que faz com que o governante disponha do poder tal qual um soberano absoluto, o que torna tanto desnecessário quanto indesejável que outros o controlem⁸.

Da descrição kantiana identificamos a *radix* da sentença arendtiana de que formas de governo se referem a comunidades que, por diferentes razões, não se organizam e se constituem enquanto corpos políticos propriamente ditos. Nesse sentido, se antinomizam estes últimos – já que em comunidades políticas ideais, não haveria governantes, nem governados – e as formas de governar tradicionais, estabelecidas de acordo com a quantidade de *quens* concentra o poder institucional. É nesse sentido, portanto, que Arendt predominantemente utiliza *forma de governar* ou *formas de governo* – com exceção das repúblicas, sistemas federativos e conselhos, formas sob as quais podem se assentar comunidades políticas propriamente ditas – como sinônimo de *formas de dominação*, nas quais o que predomina é a quantidade sempre majoritária de indivíduos que abdicam das atividades de ação, discurso, pensamento e juízo e, portanto, se convertem em objeto nas mãos de outrem, o que os impossibilita de serem sujeitos no que tange à vida política. Trata-se, portanto, de diferentes modos, preponderantemente antipolíticos, de arregimentação dos estados, e no que concerne ao

⁸ O trecho descrito por Arendt está contido no “Primeiro artigo para a paz perpétua”, que se destina à defesa da constituição republicana. Nele, é possível entrever a influência kantiana sobre Arendt quando o filósofo postula que há uma distinção entre *formas de domínio* e *formas de governo*, ao que a autora vai além, porquanto as equaciona. Segue o fragmento: “A fim de não se confundir (como acontece comumente) a constituição republicana com a democrática, cumpre observar o seguinte. As formas de um Estado (*civitas*) podem ser divididas quer segundo a diferença das pessoas que detêm o supremo poder do Estado, quer segundo o *modo de governar* o povo [...]; a primeira chama-se *forma de domínio* (*forma imperii*), e só há três formas possíveis: ou *um* só detém o poder soberano, ou *alguns* coligados entre si, ou *todos* aqueles em conjunto que formam a sociedade civil (autocracia, aristocracia e democracia) [...]. A segunda é a forma de governo (*forma regiminis*) e refere-se ao modo, baseado na constituição, como o Estado faz uso da plenitude de seu poder; e a este respeito é ou *republicano* ou *despótico*. O republicanismo é o princípio político da separação do poder executivo do legislativo; o despotismo é o da execução arbitrária pelo Estado das leis que ele próprio deu” (Kant, 2004, p. 43).

campo de interesse da presente Tese, quando Arendt caracteriza a burocracia como *forma de governar*, ela está designando-a como uma *forma de dominação*, de modo semelhante ao que pode ser entrevisto na sua interpretação do totalitarismo e da tirania, formas antipolíticas de organização da vida pública que compartilham entre si o fato de carregarem as sementes de sua própria destruição.

A leitura tradicionalmente difundida de governo, assentada na díade comando-obediência e que enseja em si o princípio *in nuce* das tiranias, é antinômica ao que Arendt compreende como a *anima* da política, que são as comunidades nas quais os processos decisórios não estão submetidos a hierarquias governamentais, deixando os cidadãos a margem de participação efetiva. Parte dessa redução se deve à insistente incompreensão dos filósofos ao que seria a natureza e o encargo do governo: “geralmente concebido como um governante que emite comandos aos quais os seus súditos são obrigados a obedecer”, leitura que não se coaduna com uma comunidade assentada em homens e mulheres que não são apenas súditos, mas cidadãos. “São súditos no sentido de que estão sujeitos às leis; são cidadãos no sentido de que são livres para elaborá-las e alterá-las” (Arendt, 2021, p. 92). Ademais, estão sujeitos às leis porque deram seu consentimento ativo a elas, de modo que o governo é a instância que detém a autoridade para fazer cumpri-las, o que não implica que seja uma instância superior; porém, para a autora, a partir do momento em que a vida política declinou, seja em Roma ou na polis grega, iniciar processos se reduziu à obediência na realização de comandos, assim como a persuasão cedeu espaço à execução e a comunidade de iguais gradativamente se transmutou em estruturas cada vez mais hierarquizadas.

Soma-se a tais problemáticas a constatação de que o reducionismo posto na categorização das formas de governar, cindidas pela quantidade de *quens* exerce o controle dos governos, faz com que além dela ser insuficiente para lidar com formas realmente políticas de governo, de modo que “nada seria menos possível do que definir o Estado constitucional ou a república nesses termos de governar e ser governado” (Arendt, 2021, p. 92), o governo cindido entre *quem governa* e *quem é governado* remete não às experiências políticas genuínas, mas ao domínio privado da família e do lar, no qual o que estava em jogo não eram decisões sobre o *bem comum* tangenciadas pelos *inter esses* dos cidadãos, mas os imperativos biológicos de salvaguarda da vida individual e da espécie, respondidas através do trabalho e da proteção.

Os problemas que gravitam em torno do que os homens farão para permanecer vivos, ou seja, suas necessidades pré-políticas, são privados, enquanto as questões verdadeiramente políticas demandam a libertação dessas necessidades. Em outras palavras, a liberdade (política) impõe a libertação (privada) das necessidades e das atividades que se voltam

para sua momentânea supressão, e formas políticas de governo, como as repúblicas, baseiam-se na pressuposição da libertação das necessidades já ter sido lograda.

A divisão entre governar e ser governado foi primeiramente experimentada nesse campo privado, no qual se dividiam aqueles que governavam e aqueles que eram sujeitados as necessidades. A vida público-política fundava-se nessa divisão como sua condição pré-política, mas originalmente o conceito de governo enquanto tal não desempenhava papel algum nela. Isso se torna enfaticamente verdadeiro para a cidade-Estado e seu conceito de igualdade dos cidadãos, no qual a liberdade é uma condição pré-política, e não o conteúdo da política (Arendt, 2021, p. 93).

O êxito na perpetuação do governo como o centro da vida política, que equivale à ascensão do que é próprio do domínio privado na esfera pública, percorre todas as tipologias de formas de governar, que, como visto, podem ser predominantemente entendidas como *formas de dominação*. Anteriormente a Platão, a ideia de governo e as suas formas não ensejavam a cisão entre governante e governados, porquanto essa divisão se ancora nas experiências da vida privada, campo em que a *doxa*, em seus sentidos de aparência, fama e opinião, não possui os atributos para irromper; dito de outro modo, assim como a distinção entre governar e ser governado, ou entre governante e súdito, válida apenas no âmbito privado, não fornecia conteúdo para experiências políticas propriamente ditas, nada “poderia ser mais alheio a essas experiências do que a divisão entre governantes e súditos, uma vez que governar era uma condição pré-política para viver junto” (Arendt, 2021, p. 101). Todavia, posteriormente a Sócrates, os filósofos (encabeçados por Platão e seguidos pelo rol que perpassou a tradição de pensamento) formalizaram e conceitualizaram essa cisão anteriormente restrita ao espaço privado como a gênese da organização dos corpos políticos, arbítrio que, para Arendt, tem muito mais a ver com a sua atitude frente à política do que “com quaisquer traços presumivelmente imutáveis do próprio âmbito público-político” (Arendt, 2021, p. 94).

Em *A condição humana*, Arendt (2016b, p. 275) sublinha ainda que o conceito de governo e as tipologias tradicionais das formas de governar podem ser concebidos como a tentativa de encontrar fundamentos teóricos e vieses práticos com o fito de fugir da política:

O que caracteriza todas essas modalidades de evasão é o conceito de governo, isto é, a noção de que os homens só podem viver juntos, de maneira legítima e política, quando alguns têm o direito de comandar e os demais são forçados a obedecer. O lugar-comum, que já encontramos em Platão e Aristóteles, de que toda a comunidade política consiste em governantes e governados (suposição na qual se baseiam as atuais definições de formas de governo) baseava-se mais na suspeita em relação à ação que no desprezo pelo homem, e resultou mais do sincero desejo de encontrar um substituto para a ação que de alguma vontade de poder, irresponsável ou tirânica.

A fuga da ação para o governo empreendida por Platão e seguida pela tradição de pensamento trouxe uma desastrosa consequência para as diferentes experiências políticas

conceitualizadas mediante formas de governo: em *O político*, Platão diferencia dois modos de agir que eram considerados relacionados⁹. Trata-se de começar (*archein*) e realizar (*prattein*), cindidos em duas atividades distintas em prol de assegurar que o iniciador, ou seja, quem realiza a *archein*, permaneceria como o senhor absoluto dos processos que começou, o que implica que a *ação com os outros* foi substituída pela *ação de um único alguém*. Nesse sentido, a presença dos pares se tornou desnecessária, demonstrando que o iniciador, isolado, tende a ser um tirano – ou, na melhor das hipóteses, um governante absoluto – que precisa da presença dos demais apenas para a execução de suas ordens, “quando já não é necessário que adiram por iniciativa própria ao empreendimento [...] e quando aquele que tomou a iniciativa não se permite qualquer envolvimento na própria ação” (Arendt, 2016b p. 275). Com isso, o iniciador se converte em um governante (*archōn*) a quem compete comandar aqueles que executarão suas ordens, mas de quem não se espera realização (*prattein*), invertendo a essência da política, que passou a ser “saber como iniciar e governar assuntos mais sérios, considerando mormente o que é oportuno e o que é inoportuno” (Platão, 1991, p. 305), sem que isso implique em uma separação entre o governo da família e da polis, “de sorte que a mesma ciência abrangeria os assuntos políticos e econômicos ou domésticos” (Arendt, 2016b, p. 276), enquanto agir passou a ser sinônimo de “execução de ordens” (Platão, 1991, p. 259). Agir com os pares foi substituído pela cisão entre “os que sabem e não agem e os que agem e não sabem, em lugar da antiga articulação da ação em começo e realização, de sorte que saber o que fazer e fazê-lo tornam-se dois desempenhos inteiramente diferentes” (Arendt, 2016b, p. 276).

A divisão entre *os que sabem e não agem* e *os que agem e não sabem* deixa entrever a diferença ainda mais basilar entre pensamento – equiparado ao monopólio da técnica e o advento da mentalidade científica – e ação como o elemento *per quam* governantes são separados de governados. Arendt interpreta que uma política baseada nessa cisão se ancora em experiências também provenientes do âmbito doméstico, espaço em que “nada jamais seria feito se o senhor não soubesse o que fazer e não desse ordens aos escravos, que as executavam sem conhecer as razões” (Arendt, 2016b, p. 276); afinal, nessa perspectiva, aqueles que sabem não

⁹ “Os atenienses sabiam que toda ação política requer a cooperação de outros e tem duas dimensões. Envolve *archein*, que significa liderar, iniciar ou colocar algo novo em movimento, e *prattein*, que significa levar a cabo, alcançar ou terminar. Os romanos também usavam duas palavras relacionadas para descrever a ação. *Agere* pretendia liderar, estabelecer movimento, *gerere* significava levar adiante. De acordo com a autocompreensão de ambos, um membro de uma comunidade política inicia novas ideias, convence e depende de seus concidadãos para cooperarem com ele na sua concretização. A iniciativa pode ser exercida por um cidadão ou pelo governo. Como qualquer cidadão comum, o governo propõe novas políticas, convence os cidadãos de que estas merecem seu apoio e, eventualmente, as promulga como leis. Tanto para os gregos como para os romanos, governar significava iniciar ou liderar e dependia necessariamente do apoio dos cidadãos. A iniciativa do governo e o apoio popular foram duas etapas complementares e igualmente importantes no processo de governar” (Parekh, 1981, p. 166).

precisam fazer, enquanto os que executam não precisam conhecer porque devem fazê-lo. Inaugura-se, assim, nas primeiras discussões filosóficas acerca das formas de governar, as justificativas que subjazem à ascensão da administração como *modus operandi* da vida política.

Isoladamente, o governante percebe as formas eternas e as aplica como o artesão aplica suas regras e padrões; ele “faz” sua cidade como o escultor faz uma estátua. A atividade política passa a ser associada à legislação e ao voto porque eles, como o processo de fabricação, resultam em produtos tangíveis e têm um fim definido. Arendt observa: [...] é como se os homens renunciassem à sua capacidade de ação, com sua futilidade, infinitude e incerteza de resultado, poderia haver remédio para a fragilidade dos assuntos humanos. Na era da administração burocrática, Arendt teme que tenhamos aceitado um acordo semelhante (Kiess, 2016, p. 162).

Para entender as consequências de tal virada e de que modo ela repercute na normalização dos elementos que confluem na forma burocrática de governar cabe ressaltar que, contemporânea às assertivas platônicas, predominava a concepção de que os pares conceituais *comando-obediência* e *governar-ser governado* concerniam à relação entre senhor e escravo, na qual não havia ação. A conversão desse campo de domínio na referência para a vida política deixa entrever não apenas que a ação não deveria ter nenhuma ingerência nos assuntos humanos, mas que quaisquer participações nesse campo deveriam ser organizadas sob a forma do *Um-só-homem*, cabendo aos cidadãos agir apenas como espectros do governante, mediante a execução de seus imperativos. Na *República*, por exemplo, lê-se que por intermédio do governo, “os muitos se tornam um em todos os aspectos” (Platão, 2001, 443e).

A separação platônica entre o saber e o fazer como a origem da reflexão sobre as formas de governar, demonstrando que tal sistematização e as experiências políticas que as subjazem começaram sob a insígnia da antipoliticidade, se estabeleceu como a base das teorias da dominação que, por sua vez, “não se limitam à simples justificação de uma irreduzível e irresponsável vontade de poder” (Arendt, 2016b, p. 278). A força da equiparação entre *conhecimento e governo e ação, obediência e execução* prevaleceu sobre as experiências verdadeiramente políticas, sendo reverberada também sob a *anima* de substituir a ação pela fabricação, com o objetivo de imputar ao domínio dos assuntos humanos a concretude que subjaz à obra e à fabricação. Essa leitura ganhou força na Era Moderna, quando se tornou corrente a convicção de que somente seria possível aos homens conhecer aquilo que eles mesmos fazem, “que suas capacidades supostamente superiores dependem da fabricação e de que ele é, portanto, basicamente um *homo faber* e não um *animal rationale*, trouxe à baila as implicações muito mais antigas da violência inerentes a todas as interpretações do domínio dos assuntos humanos como uma esfera de fabricação” (Arendt, 2016b, p. 282).

Toda a terminologia da teoria política posterior a Platão, incluindo as discussões sobre as formas de governar, demonstra o quanto a transformação da ação em uma modalidade de fabricação, do mesmo modo como a cisão entre governantes e governados como o centro da vida e da organização política, foi bem-sucedida. No que concerne à burocracia, a cisão entre *os que sabem e não agem* e *os que agem e não sabem* coaduna com a equiparação da governança com o controle exercido por uma minoria experiente sobre uma maioria inexperiente, contextura na qual deter a técnica (saber fazer, saber realizar) é o critério utilizado pelos governantes para delegar os que ficarão incumbidos da execução das ordens. Porquanto a administração não é exercida pelo governante, a quem cabe a *archein*, mas não *prattein*, um bom governante seria sempre aquele que bem gerencia os incumbidos da realização de suas ordens, assim como, por outro lado, seria um movimento natural na organização da sociedade que estes a quem cabe a realização sejam considerados superiores a todos os demais, dedicados às suas demandas particulares e que, sem deter os saberes indispensáveis a *prattein*, não devem se envolver em questões que desconhecem (ou seja, de quem não se espera nem *archein*, nem *prattein*). Com base nessa cisão perpetuada no decorrer da história da filosofia, a burocracia seria a forma de governo ideal, justificando o que Arendt (2006) asseverou como o estabelecimento de uma *tiranía do conhecimento* que, assim como todas as formas de dominação, tem como objetivo despojar o outro de sua espontaneidade e, por isso, conduz ao caminho da desumanização. Não é difícil supor, portanto, que tanto a filosofia quanto a tipologia das formas de governar propostas desde Platão são tirânicas por definição.

A questão nevrálgica, na pena arendtiana, é que, independentemente de motivações e origens, formas de governar que “têm a pretensão de governar a ação humana a partir de fora são apolíticas e até antipolíticas” (Kohn *in* Arendt, 2016a, p. 11); portanto, aquelas que se baseiam na cisão entre governantes e governados também o são. No final de “A grande tradição”, Arendt sentencia que com o fim do Império Romano, a distinção que estabeleceu os alicerces da vida política, ou seja, o mundo dos livres, político por excelência, e o governo do lar, se tornou gradativamente mais turva porque o âmbito privado, com o desmoronamento do público, ganhou nova e destacada ênfase. A partir de então, a distinção entre os que governam e os que são governados teve cada vez mais importância, até que a “suposição básica de que todo o âmbito público é estruturado por essa divisão tornou-se a suposição básica da tradição do pensamento político”, fazendo com que seja impensável, após tantos séculos de sua afirmação, que um corpo político não se assente nessa cisão, ou ainda, “onde quer que essa divisão esteja ausente [...], a conclusão inevitável é de que o âmbito político inteiro, e não apenas o Estado, definhará” (Arendt, 2021, p. 103).

Ao se afastar de Platão e da tradição que o acompanhou – mais preocupada com o *páthos* de categorizar do que com o exame das experiências políticas – no que concerne às formas de governar, Arendt se aproximou de Montesquieu (mais precisamente, dos 13 primeiros livros de *Do espírito das leis*)¹⁰. Trata-se, segundo Amiel (2010, p. 123), de uma opção metodológica que se chancela na “recusa arendtiana de qualquer filosofia da história e do tipo de questionamento que isso envolve”. Com efeito, a influência das propostas montesquianas é identificada em diversas partes de seu *corpus* teórico¹¹: 1) Em *Origens do totalitarismo*, quando a autora assevera que o totalitarismo possui uma essência, que é o terror, e um princípio de ação, que é retraçado pela ideologia; 2) Na palestra “A grande tradição”, quando descreveu as contribuições do autor no debate sobre as formas de governar; 3) Em “A revisão da tradição em Montesquieu”, analisa as formas de governar descritas pelo filósofo e os princípios de ação ínsitos a cada uma delas como um dos elementos que estabelecem sua estrutura, o que distingue uma tipologia de outra; 4) Em “Sobre a natureza do totalitarismo: uma tentativa de compreensão”, parte das investigações montesquianas para comprovar o ineditismo do fenômeno totalitário, além de situar a importância de Montesquieu para a análise de quaisquer formas de governo, porquanto foi ele “o último a investigar a natureza do governo, isto é, a perguntar o que o faz ser o que é [...]”. Mas ele acrescentou uma outra pergunta, absolutamente original: o que faz um governo agir como age?” (Arendt, 2008, p. 348).

Desvela-se, assim, que Montesquieu (1773) representa uma ruptura com relação às proposições platônicas que faziam do *quem* o ponto nevrálgico das categorizações: com o filósofo francês, a quantidade de indivíduos que detêm o poder governamental não é suficiente para tornar um governo o que ele é, mas sim o princípio que o põe em movimento, porquanto ele instiga um determinado tipo de ação. Para o filósofo, há um espírito específico que enseja em si a gênese e a manutenção de um dado regime e que ao incitar os cidadãos e os governos a agirem, fornece os seus princípios de ação.

¹⁰ No curso ministrado por Arendt na Universidade de Cornell em outono de 1965, a autora elucida porque Montesquieu é tão importante para o seu empreendimento teórico: “Maquiavel, Montesquieu, Tocqueville [...] escreveram a partir de experiências políticas e em razão da política [...] outros autores são totalmente diferentes, escreveram a partir de fora e aspiravam impor critérios não-políticos à política” (Arendt, 1965, p. 0234530).

¹¹ A frequência com que Montesquieu foi citado por Arendt, não apenas em seus escritos, mas também nas palestras e cursos ministrados, motivou a publicação “Hannah Arendt letrice de Montesquieu”, de Anne Amiel (2010). Na ocasião, a pesquisadora faz o seguinte alerta: “Certamente não podemos esperar de Arendt uma leitura erudita e minuciosa, preocupada com articulações internas desta ou daquela obra, respeitadora da sua literalidade [...], a sua leitura consiste sempre em apoderar-se disto ou daquilo, de transcrever em seu próprio léxico e utilizá-lo no seu próprio problema”. Todavia, no que concerne ao filósofo francês, “Montesquieu permite-nos pensar politicamente na emergência de novos regimes, compreender que a moral está em jogo e, ao mesmo tempo, o estatuto da natureza humana ou da própria compreensão” (Amiel, 2010, p. 120; 122).

Porquanto, se por um lado, o princípio agonístico da ação ultrapassa o espírito montesquiano, por outro, interessa sobremaneira a Arendt (2008; 2021) a distinção proposta nos livros II e III d’*O Espírito das leis* entre as leis, a natureza e os princípios de governo¹². Para a autora, enquanto as leis estabelecem limites que circunscrevem e conferem estabilidade às ações, a natureza do governo consiste em sua estrutura particular. Por outro lado, os princípios são a origem do agir e das leis, fornecendo-lhes base comum. Princípios não repercutem motivações psicológicas para um determinado agir, tampouco padrões morais capazes de regulá-lo, mas se voltam para os critérios que organizam a vida política e, portanto, são os baluartes mediante os quais as ações políticas podem ser julgadas. Em vista disso, a leitura arendtiana sobre Montesquieu diverge de interpretações que equacionam princípios a normas reguladoras, já que a autora prefere concebê-los como aquilo que inspira as ações. O motivo para tanto é que caso a ação seguisse unicamente a ditames, não haveria liberdade, demonstrando que “ao voltar-se para Montesquieu, o objetivo de Arendt não é regular, conter e domar a liberdade, mas desenvolver um quadro conceitual que possa chegar a um acordo com a espontaneidade da ação” (Gündogdu, 2015, p. 179).

Repercutindo a tipologia presente em *O espírito das leis*, Arendt sobreleva a relação entre natureza e princípio, destacando que a república é a forma de governar cujo princípio (ou seja, o que impulsiona a comunidade ao movimento) de ação é a virtude – enquanto o medo é o princípio nos despotismos e a honra, oriunda do amor pela distinção, na monarquia – entendida também como o apreço à igualdade de todos perante a lei, o que deixa entrever que, seguindo o itinerário montesquiano, toda forma de governar é animada por um princípio que a diferencia. Isso somente é possível porque Montesquieu, divergindo da tradição, não equiparou o governo às estruturas particulares que tornam uma tipologia diferente das demais, mas identificou que é mandatório que haja um princípio capaz de movimentá-las, conferindo destaque ao que viabiliza as experiências políticas, que é a ação, que movimenta os governos e abre espaço para o inesperado. É partindo desse referencial que o filósofo francês reconhece que um bom governo se fundamenta na legalidade, “mas vê esse arranjo de leis apenas como a estrutura dentro da qual as pessoas agem e como fator estabilizador de alguma coisa que é viva

¹² A fim de entender as leituras arendtianas acerca de Montesquieu, transcrevemos as passagens de *O espírito das leis*: “Existem três espécies de governo: o Republicano, o Monárquico e o Despótico. Para descobrir-lhes a natureza [...], suponho três definições, ou antes, três fatos: um que o governo republicano é aquele em que o povo, como um todo ou somente uma parcela, possui o poder soberano; a monarquia é aquele em que um só governa, mas de acordo com leis fixas estabelecidas, enquanto, no governo despótico, uma só pessoa, sem obedecer a leis e regras, realiza tudo por sua vontade e seu capricho. Eis o que denomino de natureza de cada governo”, e, de modo ainda mais importante para Arendt: “entre a natureza e seu princípio, há esta diferença: sua natureza é o que o faz ser como é e seu princípio é o que o faz agir. A primeira constitui sua estrutura particular e a segunda, as paixões humanas que o movimentam” (Montesquieu, 1973, p. 39; 49).

por si mesma e se move sem necessariamente se desenvolver em uma direção prescrita, seja de ruína ou de progresso”. Desse modo, ele não examina apenas a natureza ou essência dos governos, mas “a estrutura do governo como aquela que, em relativa permanência, abriga as circunstâncias e as ações em mudança dos homens” (Arendt, 2021, p. 87). Tal governo se perpetua mediante as ações cotidianas dos cidadãos e das instituições públicas, de modo que o amor pela igualdade ou pela distinção somente é possível mediante a experiência de cada uma dessas paixões. Portanto, em locais onde tais vivências não sejam valorizadas, é bem menos provável que um governo com tais características possa se firmar¹³.

No que concerne à burocracia, assim como acontece com as demais formas de governar, Arendt não fornece uma definição sistemática, mas, ao contrário, concede, em diversos momentos de seu *corpus* teórico, direcionamentos acerca dela: 1) Em *Sobre a violência, A condição humana, Origens do totalitarismo* e “Karl Marx e a tradição de pensamento político ocidental”, assinala similaridades da burocracia com a tirania (no segundo escrito, também a relaciona com a ascensão do totalitarismo, bem como discute o seu surgimento); 2) Em “Hannah Arendt sobre Hannah Arendt” e *Responsabilidade e julgamento*, a sublinha como o *domínio de ninguém*; 3) Em *A vida do espírito* e *Eichmann em Jerusalém*, parte do burocrata nazista para entender de que modo um governo administrativo influencia o funcionamento das atividades espirituais; 4) Em *A condição humana* e nos *Diários filosóficos*, a burocracia é tanto relacionada com uma forma tirânica e administrativa de governança quanto com o sintoma do declínio do Estado-nação (Rocha in Correia *et. al.*, 2022). Mesmo com tamanha variedade de nuances e atributos, destaca-se pela frequência as correlações entre burocracia e tirania, o que torna imperioso entender como funciona a tessitura de tal correlação.

Tomando como base as críticas arendtianas sobre as formas de governar tecidas anteriormente, destaca-se que a primeira ponta da vinculação entre burocracia e tirania reside na deturpação originária da conceitualização de ambas: enquanto as investigações acerca das formas de governar se originaram da diluição das experiências políticas mediante a cisão entre o governante (*archō*) e aqueles que executam suas ordens (incumbidos do *prattein*) que, por sua vez, são concebidos como “melhores” do que os indivíduos não-participantes do aparato governamental, a burocracia se ampara justamente nessas cisões para se firmar, porém, utilizando da mentalidade científica e da distinção que ela estabelece entre os *experts*, capacitados para o exercício das funções públicas que são cindidas em diversas áreas ou pastas

¹³ A esses princípios montesquianos, Arendt (2021) ainda acrescenta a liberdade, a fama, a justiça e a igualdade, por considerar que estes também inspiram as ações humanas, além de funcionar como critérios de orientação para os julgamentos sobre as práticas políticas.

governamentais, e a população, composta por uma majoritária parcela que não adentra na esfera pública porque não detém o conhecimento técnico para tanto. Sendo assim, mesmo que não haja um *continuum* entre as propostas platônicas acerca das formas de governar e a ascensão da burocracia equivalendo à promoção da administração como modo moderno de fazer política, certamente há convergências entre as formas de dominação.

Ainda no que tange à tirania, sua categorização foi reiteradamente considerada como uma forma pervertida de governo e, por isso, foi utilizada de maneira indiscriminada para se referir a “qualquer governo que limitava suas decisões às suas vontades e aos seus desejos, mesmo que fossem as vontades e os desejos da maioria – e não também por leis que não puderam se tornar sujeitas a decisões políticas” (Arendt, 2021, p. 78). Na interpretação arendtiana, porquanto a tradição de pensamento político caracterizou a tirania como a forma de dominação que não presta contas a respeito de si mesmo (já que o único critério de escolha é a vontade do governante), então, a burocracia pode ser adjetivada como o mais tirânico de todos os governos, já que nela “não há a quem se possa questionar para que responda pelo que está sendo feito”, estabelecendo um estado de coisas em que “a localização da responsabilidade” e a “identificação do inimigo” (Arendt, 2011a, p. 55) são inviabilizadas.

Browning (2001 p. 162) auxilia a compreender por que o funcionamento da burocracia inviabiliza a localização da responsabilidade. Para o historiador, “a vida burocrática moderna promove um distanciamento funcional e físico da mesma forma que a guerra e os estereótipos raciais promovem um distanciamento psicológico entre perpetrador e vítima”, de forma que o envolvimento pessoal com valores e virtudes, o juízo e o senso de responsabilidade, até mesmo sobre os fins institucionais, são inviabilizados – assim como o próprio Estado-nação é atacado – por dentro, a partir de sua própria estrutura, cindida em uma profusão de setores, agências e ministérios sobrepostos que esvaziam as fontes de poder autênticas já que atuam como governos invisíveis formados por serviços secretos em uma aparência de ordem advinda da disciplina militar. Porquanto “autonomia envolve a condição de ser a fonte última de autoridade em uma determinada esfera de tomada de decisão, as estruturas hierárquicas negam a autonomia de julgamento” (May; Kohn, 1996, p. 97). Nessa setorialização, as decisões não são motivadas por iniciativa pessoal, mas mediante o enquadramento aos códigos e diretrizes das unidades administrativas que, por não formarem estruturas comunitárias, não fomentam o compromisso com o mundo e o senso comum e, na sua ausência, tais microestruturas perdem sua capacidade associativa e se tornam disfuncionais.

Tomando como base o aparato do Governo Federal do Brasil, pode-se entender como tais descrições adquirem contornos práticos: sem levar em conta os órgãos e agências

estaduais e municipais, existem atualmente 330 órgãos federais (incluindo empresas públicas, agências, secretarias e ministérios), que vão desde as universidades e seções vinculadas aos Três Poderes, como a Vice-Presidência da República, o Congresso, o Senado e a Casa Civil, até instituições financeiras, como o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e a Caixa Econômica Federal, cada um deles cindidos em diversos setores e subsecretarias (Brasil, 2024). Descritos na Constituição Federal como os centros de “competência, unidades de ação instituídas para o desempenho das funções estatais por meio de seus agentes que ocupam cargos públicos” (Brasil, 1987, art. 37), são criados e extintos por leis, decretos, portarias ou resoluções e integram a administração pública mediante a atuação de pouco mais de um milhão de funcionários, que controlam os rumos das políticas públicas que tangenciam diretamente a vida de mais de 215 milhões de pessoas. Ou seja, 0,51% da população participa do aparato federal e uma proporção bem menor do que essa é realmente incumbida da tomada de decisões.

A aguda institucionalização e a subdivisão funcional fragmentam o senso de culpabilidade individual e potencializam a sensação de anonimato e de impunidade. Isso é viabilizado pela ausência de confrontos de ideias, embates agonísticos importantes para que os indivíduos reflitam e desenvolvam um senso de responsabilidade. “Na falta dessa dimensão pessoal nas suas vidas institucionais, é provável que percam também o sentido de responsabilidade pessoal” (May; Kohn, 1996, p. 86). O anonimato, acrescido da setorialização e do alheamento, são as chaves de compreensão para entender não apenas o exame arendtiano sobre as implicações da burocracia, mas a perscrutar também a profundidade de conceitos que gravitam em torno desse panorama argumentativo.

Afirmar que a setorialização é uma característica dos governos burocráticos equivale a considerar que a estrutura das organizações repercute a adaptação nas empresas públicas e privadas da divisão do trabalho inaugurada pela Revolução Industrial e desenvolvida pelos modelos fordista e taylorista. Com efeito, essa compartimentalização do Estado em setores se ancora em seis constituintes: 1) *Especialização/Expertise do trabalho*: diferente de trabalhos artesanais ou manufaturados, nos quais o trabalhador em ofício era plenamente conhecedor dos processos de produção, a fim de obter maior eficiência, esse princípio administrativo preconiza a divisão da atividade a ser executada em diversas partes, o que implica que cada funcionário exerce apenas uma parcela fragmentada desse todo. Em sua lógica, quanto mais específica e especializada for uma função, menos pessoas conhecem seus trâmites e estão aptas a fazer parte deles; 2) *Departamentalização*: é próprio das organizações criar setores a partir dos quais trabalhos similares são agrupados em unidades homogêneas de atividades e de distribuição de recursos, como os departamentos, os ministérios, as secretarias

e as agências, divididos a partir de critérios como proximidade geográfica – nem sempre recomendados por terem a tendência de duplicação de cargos e funções, o que onera as organizações, além de demandar a existência de um controle maior a fim de evitar que cada departamento regional se torne completamente autônomo – e similaridade entre atividades, projetos ou serviços oferecidos – o que faz com que os funcionários se tornem especialistas em suas funções, mas desconheçam o todo processual, o que pode implicar, inclusive, em atrasos e dificuldades operacionais. No caso dos governos, dois tipos de departamentalização se sobressaem: *departamentos de linha*, órgãos de execução em formato de pirâmide hierárquica em que a tomada de decisão é mais rápida e que o chefe pode ou não ser um especialista da área, e *departamentos staff*, que não costumam tomar decisões, mas fornecem assessoria ou coordenação para os órgãos executivos, o que é logrado mediante a formação de equipes de especialistas. É bem comum que cada departamento de linha conte com um departamento de *staff* a ele diretamente ligado, como posteriormente demonstrarão as *think tanks*¹⁴ (Chiavenato, 2007; Motta, Gouvea de Vasconcelos, 2021).

Outros elementos conferem as faces da setorialização burocrática. São eles: 3) *Cadeia de comando*: trata-se da hierarquia da organização, fundada com base no direito do ocupante de um determinado cargo conferir diretivas a seus funcionários, de modo que quanto mais alto no cume hierárquico uma função estiver, mais funcionários estarão sob seu controle. Três grandes matrizes cindem a hierarquia das organizações e sua estrutura de comando: a) Nível estratégico: incumbido da organização, de modo geral; b) Nível tático: plano intermediário responsável por desmembrar e aplicar os valores da organização nas especificidades de cada departamento; c) Nível operacional: nível mais baixo da hierarquia, inclui os funcionários que movimentam o cotidiano das empresas públicas e privadas; 4) *Amplitude do controle exercido*: princípio administrativo que considera a quantidade de funcionários que cada gestor consegue comandar eficientemente, impactando positivamente a rotina das organizações. Desse modo, empresas com amplitude de controle baixa são aquelas em que os supervisores coordenam diretamente uma quantidade menor de pessoas. Essa amplitude baixa pode ser lograda por estruturas com diversos centros gerenciais que cindem diametralmente os funcionários incumbidos das rotinas mais básicas e a diretoria, o que é obtido com diretivas verticalizadas, supervisões rigorosas e aumento de custos. Tal condição é inerente aos aparatos setorializados dos governos; 5) *Descentralização*: de acordo com Lacombe e Heilborn (2008), trata-se da cisão física das atividades em instalações que devem estar

¹⁴ O exame sobre as *think tanks* será realizado no último capítulo da presente Tese.

especialmente distantes umas das outras. O objetivo desse princípio seria a flexibilidade e agilidade, além de incentivar os funcionários do nível operacional a tomar iniciativas a fim de resolver os problemas inerentes aos seus campos de atuação, porquanto os superiores estariam em instalações distantes das suas; porém, o que se nota com mais frequência é o completo desconhecimento sobre as atividades e rotinas concernentes a outros setores, agravadas por esse distanciamento físico; 6) *Formalização*: corresponde à padronização das tarefas de um setor, que podem variar em uma comparação entre setores ou entre organizações. De acordo com Herzfeld (2016, p. 28), esse princípio, assim como o de especialização/*expertise*, é legatário direto da tradicional perspectiva que hierarquiza a racionalidade acima de todas as demais capacidades humanas, mediante o qual “um sistema que se apresenta em termos de libertação universal mediante a racionalidade é difícil de refutar – e aqueles que parecem não compreendê-lo se tornam os modernos bárbaros vivendo nas trevas”. Na rotina das práticas administrativas, quanto maior a formalização, menor a flexibilidade e a autonomia dos funcionários (Chiavenato, 2007; Motta, Gouvea de Vasconcelos, 2021).

A coexistência desses elementos fomenta a despersonalização característica das burocracias e, com ela, a inviabilização da localização da responsabilidade, de modo que quanto maior for um aparato burocrático (como o maquinário estatal, por exemplo), mais desenvolvidos serão os elementos constituintes da setorialização e, por conseguinte, mais despersonalizado ele será. Tomando como base organizações extensas, contexto em que a tendência é que a formalização das regras atinja um grau elevado a ponto de estabelecer um ciclo quase automático de criação de cada vez mais normas e padrões – o que é conhecido como *governo por regras* –, Motta e Bresser-Pereira (1980, p. 86) destacam de que modo tais organizações influenciam os participantes do aparato e, por conseguinte, suas relações: “Na organização burocrática, em que a formalização atinge necessariamente um grau elevado, as relações pessoais são secundárias quando comparadas com as de trabalho. Os funcionários são reconhecidos pela posição que ocupam, pelas atividades que executam, muito mais do que por suas qualidades pessoais, pelo tipo de família que possuem, etc.”. Tais inversões são naturais em uma contextura burocrática.

Complementarmente a essa argumentação, May e Kohn (1996, p. 86) descrevem as disfunções burocráticas que repercutem na diluição do senso de responsabilidade:

Nas burocracias, há uma diluição da responsabilidade devido à natureza da empresa. Os burocratas se veem totalmente isentos de responsabilidade pelos seus atos. Na verdade, a maioria dos burocratas não consegue identificar facilmente o seu papel na atividade coletiva da máquina. A questão das burocracias é que nelas ocorre um certo tipo de divisão do trabalho em que o trabalho é compartimentado a tal ponto que a

ação humana individual é transformada em mero comportamento, isto é, a atividade de pessoas que, quase irrefletidamente, respondem aos condicionamentos. Os participantes de burocracias veem que nenhuma pessoa individual pode estar no controle, e assim identificam que a instituição burocrática está, de alguma forma, fora do domínio humano em que normalmente se sentiriam responsáveis pelos ocorridos.

Todavia, mesmo que guarde semelhanças com a tirania, Arendt identifica maior periculosidade nas burocracias, já que as últimas não apenas “não se originam no horizonte que reduz a política à questão de quem domina quem, mas o radicaliza, pois nela não há um quem que possa ser questionado – e responsabilizado – pelas decisões” (Rocha *in* Correia *et. al.*, 2021, p. 77). Deve-se a isso o fato de que a burocracia é uma forma de dominação destituída do elemento pessoal do governar, já que é ínsito ao seu *modus operandi* o desconhecimento com relação às faces de quem participa dos processos de tomada de decisão (pois conhece-se, na maioria das vezes, apenas o governante, enquanto toda a sua equipe, com papel bastante relevante e estratégico, permanece desconhecida). Entretanto, se “não há um *quem* por trás das resoluções aleatórias dos procedimentos, a burocracia é o *domínio de ninguém*, um regime despersonalizado, destituído de persona” (Rocha *in* Correia *et. al.*, 2021, p. 77).

Trata-se, ao fim e ao cabo, de uma ruptura com a leitura tradicional acerca das formas de governar, predominantemente cindidas mediante a quantidade de *quens* detém o poder governamental. Dessarte, se não há nenhum *quem* a ser desvelado, tampouco há política fundada na luminosidade que se instaura entre os agentes e os pronunciadores de palavras, o que deturpa, inclusive, as já conhecidas fronteiras que cindem a política da antipolítica, inaugurando um estado de coisas no qual até mesmo os governantes, que mantêm o poder de decisão, dispõem de um espaço muito mais restrito de ação do que possuem, por exemplo, os tiranos, cuja movimentação, ditada pela sua vontade, conhece bem menos barreiras do que os governantes burocratas, que cedem boa parte desse espaço aos técnicos e especialistas do aparato que eles próprios chefiam. “Essa consistente arbitrariedade nega a liberdade humana de modo muito mais eficaz que qualquer tirania foi capaz de negar” (Arendt, 2011b, p. 483).

Portanto, a burocracia, ao escapar da categorização cujo critério de distinção é a quantidade de sujeitos que dominam, o que é impossível de precisar com exatidão, mesmo que apresente um aspecto tirânico e arbitrário, é mais perigosa do que as tiranias, posto que nessas é conhecida a face de quem se deve temer, enquanto nas burocracias se desconhece quem esteja por trás de cada decisão. Ademais, se até os governantes possuem um campo mais restrito de ação, trata-se de uma forma de governar em que todos estão privados de sua capacidade de agir e, por conseguinte, de sua liberdade. Não à toa, Arendt a trata como um *domínio de ninguém*. “Mas esse governo sem homem, o fato de que em uma burocracia autêntica ninguém ocupa a

cadeira vazia do governante, não significa que as condições de governo desapareceram. Esse ninguém governa de forma bastante efetiva, quando considerado do ponto de vista dos governados” (Arendt, 2021, p. 65). Porquanto “o domínio de ninguém não é um não-domínio, e onde todos são impotentes temos uma tirania sem tirano” (2011a, p. 101), em uma burocracia plenamente estabelecida “não podemos responsabilizar ninguém pelo que acontece, uma vez que não existe um autor dos feitos e eventos” (Arendt, 2021, p. 521).

Portanto, o *ninguém* a quem Arendt se remete é o conjunto dos setores e cargos – com seus regulamentos e especificidades –, dos procedimentos de rotina, das resoluções e decretos aleatórios, estrutura difusa “que se mantém a prova de choques exatamente por ser amorfa” (Arendt, 2011b, p. 458). Trata-se da corporificação da sociedade e sua estrutura conformista e solitária, constituindo o que é correntemente conhecido como *o sistema*, geral e amorfo, irreconhecível porque é destituído de fisionomia humana, o que explica porque “a burocracia é essencialmente anônima” (Arendt, 2021, p. 333) e porque sob sua égide, torna-se corrente a sensação de anonimato que é potencialmente lograda quando a pessoa individual é extinta. Consequentemente, a burocracia se assenta na inexistência dos cidadãos com relação ao aparato e dos funcionários com relação aos cidadãos, fazendo com que ambos sejam *ninguéns*. A burocracia, portanto, demonstra que é possível que tanto o cidadão quanto o homem pereçam, comprovando que formas de governar que restrinjam a liberdade política potencialmente inviabilizam também a liberdade interior, tese que encerra *A condição humana*.

A investigação acerca da forma de governar burocrática guarda similaridades com os propósitos do texto “Sobre a natureza do totalitarismo: uma tentativa de compreensão”: “isolar a natureza de uma forma de governo nova e sem precedentes” (Arendt, 2008, p. 350), no caso, o totalitarismo, tornava imperioso buscar sua natureza, sua estrutura e, por fim, identificar por que se trata de uma forma de governar concebida como forma de dominação que enseja em si o não-lugar da política, minando os elementos que a constituem. Tal horizonte argumentativo deixa entrever que Arendt considera que mesmo que haja uma variedade de formas de governar,

[...] cada forma de governo tem um princípio que o põe em movimento e guia as suas ações. Esse princípio motivador guarda íntima relação com a experiência histórica (sendo a honra o princípio da monarquia medieval, baseada na nobreza, assim como a virtude era o princípio da República romana), e como princípio de movimento introduziu o processo histórico em estruturas de governo (Arendt, 2008, p. 350).

Porquanto os princípios são norteadores das ações individuais e governamentais, já que a “esfera em que os homens agem juntos quanto a questões de igual interesse para todos é determinada por certos princípios” (Arendt, 2008, p. 351), a análise de uma forma de governar

a partir de Arendt implica, necessariamente, a identificação de sua *natureza*, aquilo que a faz ser o que é e, portanto, a distingue das demais, e de seu *princípio*, o que a coloca em movimento. No caso da tipologia totalitária, a autora discerniu que o princípio – não de ação, mas de movimento – era dado pela ideologia e pelo terror, enquanto a natureza remonta igualmente ao terror que, em condições totais, suscita o movimento de forma incomensuravelmente radical, já que quando a “essência se torna movimento”, enquanto “não conquistar o mundo inteiro e não fundir, com o férreo anel do terror, todos os indivíduos numa única humanidade, o terror, em sua dupla função de essência de governo e princípio de movimento, não pode concretizar-se plenamente” (Arendt, 2008, p. 363).

Mediante o exposto, é plausível indagar acerca da natureza e do princípio da burocracia, porquanto se trata de uma forma de governar e, conforme a sugestão arendtiana, toda forma de governar se baseia nesses dois pilares. De início, cabe destacar que se trata de uma forma de governo lida como forma de dominação, porquanto faz parte do seu *modus operandi* a diluição da esfera pública. Trata-se não apenas do *governo dos homens*, mas do *governo de poucos homens* no qual não é possível prever a quantidade de *quens* governa. Porém, se o governo propriamente dito se restringe a esse corpo de assessores que são a parcela minoritária da população, pode-se assentir que a luminosidade da esfera pública é substituída pela nebulosidade das deliberações restritas aos gabinetes, o que auxilia a entender por que ela se coaduna com a fundação de tecnocracias e a ascensão da mentalidade científica na política.

As instituições burocráticas impedem o sentido de participação das pessoas porque a regra por decreto característica da ordem burocrática faz com que se se sintam excluídas das estruturas de tomada de decisão que afetam suas vidas. Dito em outros termos, as instituições burocráticas socializam as pessoas para que se vejam não como atores, mas como pessoas que sofrem a ação. Os sentimentos de impotência que se seguem podem originar aceitação e até mesmo participação em danos que não seriam considerados aceitáveis fora da instituição burocrática (May; Kohn, 1996, p. 88).

Sendo assim, enquanto em um governo das leis, no qual as convenções jurídicas e políticas “criam para cada um de nós uma persona artificial que pode ocupar o seu lugar no palco público, apresentando-nos não exatamente como os seres que somos naturalmente, mas como iguais para fins políticos” (Waldrom *in* Villa, 2006, p. 208), em um *domínio de ninguém*, a desvalorização das leis, substituídas pelos decretos provisórios e pelas resoluções arbitrárias, equivalem ao decaimento de marcos mediante os quais é possível “localizar a igualdade que Arendt associa à cidadania [...] e que significa a isonomia na política” (Waldrom, 2006, p. 210). Portanto, se em formas políticas tanto o poder quanto a lei não respondem a relação de domínio-conformidade, porquanto implicam consentimento ativo, na burocracia a situação é oposta: o

poder e o *status* jurídico que privilegiam a prática de governar a partir de decretos ganham legitimidade na cisão que faz com que *os que sabem e não agem* e os que *agem e não sabem* (por se tratar de uma forma pervertida de agir, pode se tornar ainda o regime dos que *nada sabem e nada podem fazer*) ocupem espaços irreconciliáveis que se sustentam na díade comando-obediência, antipolítica por excelência, até porque se “a essência do poder é a efetividade do comando, então não há maior poder do que aquele emergente do cano de uma arma e seria difícil dizer em que medida a ordem dada por um policial é diferente daquela dada por um pistoleiro” (Arendt, 2011a, p. 53).

Partindo do mesmo panorama, Barbi (2018, p. 80) arrazoa que “delegar à ‘minoridade experiente’ cria uma divisão entre a legitimação política e uma competência legitimada autonomamente, à qual o governo é cada vez mais delegado”, de tal modo que quanto mais rompido estiver o elo entre as partes, mais o governo exercido pelas leis será esvaziado. Regras burocráticas advêm de órgãos administrativos, tomando a forma de memorandos, decretos, atas, mas não de lei, o que torna supérfluos todos os procedimentos indispensáveis para a promulgação de um código legal. Por conseguinte, a redação das propostas, a apresentação para os pares, as longas discussões e avaliações de mérito, seguidas das votações, são substituídas pelos mecanismos que carecem de visibilidade já que são os especialistas a quem cabe realizar os meios atinentes a promulgação das resoluções. Arendt descreve essas divergências em *Origens do totalitarismo* quando assente que governar por decreto é possível quando o poder que faz cumprir a lei se converte na própria fonte da legislação, fomentando uma deturpação em que o poder de aplicar as leis se reduz à prerrogativa administrativa.

A burocracia é a forma de dominação cuja natureza (o que a torna o que é e o que a distingue) é que nela o poder se concentra no próprio sistema, frente ao qual – e devido a sua aguda setorialização – os funcionários, mesmo devotadamente obedientes, não se sentem responsáveis pelos processos iniciados. Apresenta-se, assim, uma diferença crucial entre as formulações weberiana e arendtiana sobre a burocracia: enquanto para o primeiro ela é o *meio* próprio de organização e dominação do Estado moderno, legitimado pelos imperativos da racionalização, da impessoalidade, da finalidade e da eficiência, legatários do desenvolvimento tecnocientífico que inviabiliza que dominações carismáticas ou tradicionais se coadunem com o *ethos* capitalista, com Arendt a burocracia é uma forma de governar, um *fim em si mesmo* que se volta para a manutenção do próprio aparato, e não para a quantidade de pessoas que controlam o poder governamental ou que dele dependem. Ademais, o sistema burocrático como um fim em si mesmo fomenta “um idioma de pertencimento e exclusão difuso e sistemático”

(Herzfeld, 2016, p. 72) que cinde burocratas e cidadãos, ao passo em que os relaciona. Na verdade,

A imagem dominante, então, é a do organismo enorme e complexo – um organismo nascido do rápido desenvolvimento econômico e da aceleração do “processo da vida” da sociedade – que funciona de acordo com os imperativos de crescimento econômico constante e da integração tecnológica cada vez maior. O reino público-político é reduzido a um aparato burocrático cujo propósito principal é administrar as funções regulatórias necessárias para manter a “vida orgânica” da sociedade funcionando da forma mais suave possível. Dentro da família nacional, a ficção de um macrossujeito unitário torna-se muito real, enquanto indivíduos atuantes são transformados em espécimes da espécie animal humanidade, cujo comportamento é previsível e conformista. O resultado final e irônico é que, no exato momento em que a “sobrevivência da espécie poderia ser garantida em escala mundial”, a humanidade se vê ameaçada de extinção (Villa, 2023, p. 59).

Estando o poder concentrado no próprio sistema e diluído nos funcionários especialistas, a experiência que origina a forma burocrática de governar é o *alheamento* da população das decisões governamentais e, por conseguinte, da vida política, demonstrando que ela se assenta em condições antipolíticas de existência, antinômicas à condição humana. Ademais, por se tratar de uma forma antipolítica, não é possível falar em um princípio de ação (o que acontece também no totalitarismo), mas de inação, já que nela a ação é tanto indesejável quanto supérflua. Porquanto o princípio de uma forma de governar rege “tanto as ações dos governos quanto dos governados” (Arendt, 2008, p. 350), o que movimenta a governança burocrática é a *expertise* que subjaz a uma mentalidade científica na política e que faz com que todos aqueles que não detenham os saberes técnicos tidos como necessários para um determinado campo sejam excluídos de participação.

A identificação da *expertise* como princípio de inação permite uma leitura complementar acerca do *domínio de ninguém*, que “não é a minoria experiente, mas a própria expertise. Se a regra decorre da perícia, a minoria que emite decretos torna-se intercambiável [...] e o processo de emissão de decretos torna-se quase automático” (Barbi, 2018, p. 82). Não dispor de *expertise* impele os homens a não-agir, motivando-os a se manter afastados dos assuntos públicos porque ela “atrapalha a opinião como *dokei moi*: perdemos progressivamente a capacidade de formar opiniões sobre os fatos, não podemos mais vê-los em seus diversos aspectos, mas através de aspectos impostos. Uma vez perdida a capacidade de formar opiniões, começamos de fato a despolitizar as próprias decisões políticas” (Barbi, 2018, p. 90). A burocracia, ao se firmar na cisão entre os que *sabem, mas não agem* e os que *agem, mas não sabem*, destitui a ambos de humanidade, seja tornando a ação supérflua para os primeiros, seja convertendo o pensamento desnecessário para os segundos, ou na confluência de ambos, diluindo o potencial inerente à liberdade exterior e interior. A (anti)política enquanto *tecnhé* se

coaduna, portanto, com a leitura de Arendt sobre Platão, mormente acerca da redução da ação à fabricação e, com isso, o decaimento da política a mero meio.

O alheamento da população com relação aos assuntos governamentais, restrito à uma minoria experiente, é viabilizado mediante uma série de fatores, que vão desde o surgimento e o fortalecimento de uma sociedade massificada composta por indivíduos solitários, o advento da administração como cerne das organizações, o decaimento de atividades que distinguem os homens *qua* homens, a utilização de processos e imperativos científicos na política e a conversão de funcionários em engrenagens e a sua participação no aparato como o ponto nevralgico de uma existência fraudulenta, porquanto inumana. “No seu conjunto, o efeito de todos esses desenvolvimentos têm sido fazer com que muitos cidadãos sintam que seu voto não importa. E têm razão: é realmente difícil ver como eleitores individuais podem ter qualquer efeito significativo em assuntos vastos e complicados” (Frum, 2018, s./p.).

No que concerne a um comparativo entre as formas de governar, tomando como base a leitura arendtiana, o quadro a seguir auxilia a identificar a localização da burocracia na compreensão da autora:

Forma de governar	Princípio de ação	Experiência que a origina	Natureza do governo
República	Virtude	Amor à igualdade (Sucedâneo histórico – República Romana)	Governo constitucional com poder soberano nas mãos do povo
Monarquia	Honra	Amor à distinção (Sucedâneo histórico – Monarquias medievais)	Governo composto por leis cujo poder se concentra nas mãos de um indivíduo
Tirania	Medo (princípio de inação)	Impotência (Sucedâneo histórico – Governos despóticos da Antiguidade)	Governo sem leis em que o poder soberano é dado a um único indivíduo que governa segundo sua vontade arbitrária
Totalitarismo	Ideologia (princípio de movimento)	Terror e Solidão (Sucedâneo histórico – Nazismo e Stalinismo)	Governo que não se baseia em leis civis (mas não arbitrário) no qual o poder reside no próprio movimento e nos seus ditames, cujo representante é o Líder
Burocracia	Expertise (princípio de inação)	Alheamento (Sucedâneo histórico – Imperialismo britânico)	Governo guiado por procedimentos, decretos e resoluções, cujo poder se concentra no próprio sistema

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Guardando semelhanças com a tirania (mas sendo mais perigosa do que ela, afinal, como combatê-la sem saber contra quem se combate?), a burocracia também enseja em si as sementes de sua destruição: ao diluir as possibilidades de participação na esfera pública, mina

os potenciais espaços de aparência, o que pode ser logrado com o uso ostensivo da força, até porque quanto maior a burocratização, maior a atração pela violência, já que ela decorre “da sensação de que algo está errado na sociedade burocratizada que não deixa maneiras dos cidadãos agirem” (McGowan, 1998, p. 54), ou no mais sutil, mas igualmente violento discurso que preconiza que os indivíduos “devem dedicar-se aos seus assuntos privados, enquanto só o governante deve cuidar dos assuntos públicos” (Arendt, 2016b, p. 274). Se o Estado moderno é governado, aos moldes kafkianos, por um ninguém bastante assertivo, “e dado que o estado burocrático não estabelece relacionamento com uma pessoa, mas se dedica a propósitos impessoais e funcionais, como suas declarações podem ser outra coisa senão a retórica da violência e da má-fé?” (Jackson, 2013, p. 71). É nesse sentido que

[...] podem ser esperados níveis crescentes de violência nas sociedades modernas à medida que os canais de participação cívica secam e a burocracia se expande para preencher a lacuna. Os cidadãos podem recorrer à violência por frustração devido à sua incapacidade de agir em conjunto, tal como os governos podem fazê-lo devido à incapacidade de gerir as questões sociais. A perda de poder está no cerne de ambos os desenvolvimentos (Hinchman; Hinchman, 1994, p. 208).

2.2 O social e a ascensão da administração e da mentalidade científica

A ascensão do social significa que o interesse na autorreprodução econômica é elevado à posição de prioridade inquestionável. Isto confere à sociedade o seu caráter monolítico e antipluralista. Onde este interesse reina supremo, o chefe de família é dispensado e surge a forma mais social de governo, a burocracia. Este governo de ninguém é a forma apropriada para uma família nacional avançada e complexa [...]. A dominação exercida pela economia (e pela burocracia em nome da economia) cria uma procura sem precedentes por um comportamento racionalizado e disciplinado. A sociedade espera de cada um de seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras regras que tendem a normalizar os seus membros, a fazê-los comportar-se, a excluir ações ou realizações espontâneas (Villa, 1996, p. 24).

Na seção anterior, a interpretação arendtiana acerca das formas de governar tangenciou as fronteiras entre o público e o privado. A fim de aprofundá-la, é necessário entender por que Arendt caracteriza a burocracia como uma *forma social de governo*. Para logrâ-lo, propomos as seguintes perguntas: 1) O que é a esfera social e como sua ascensão aponta para o declínio da dignidade da política? 2) Por que o governo como mera administração advém do fortalecimento dessa esfera? 3) Por que tanto o social quanto a administração coadunam com o advento de uma mentalidade científica na política, atributo burocrático por excelência?

A fim de responder à primeira questão, é mandatório considerar que n’*A condição humana*, Arendt (2016b) discute a origem do *social* a fim de entender as implicações do advento

dessa esfera híbrida entre o público e o privado. A ideia que robustece a sociedade acena para o agrupamento da espécie humana, ou seja, para a companhia natural que homens e mulheres fazem uns para os outros sem que haja um interesse político entre eles. Esse tipo de convivência não diferencia, já que as espécies animais também apresentam modos naturais de associação, o que demonstra que essa ordem de existência remonta aos imperativos biológicos, incluindo cuidados de preservação da vida e reprodução. Para superá-lo, foi estabelecido outro modo de existência – esse, especificamente humano –, o *bios politikos* na polis, onde “tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência”, até porque estas últimas, bem como toda forma de dominação, se notabilizavam por serem “modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *polis*, característicos do lar e da vida em família, em que o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos” (Arendt, 2016b, p. 32). Portanto, enquanto o âmbito doméstico (domínio da família) responde às necessidades e segue o curso das associações naturais que compartilhamos com outras espécies, o domínio público (espaço da política) é a esfera da liberdade e “se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida no lar constituía a condição óbvia para a liberdade da polis” (Arendt, 2016b, p. 37), demonstrando que onde a vida está em jogo, a ação está submetida ao jugo da necessidade.

Tais escólios demonstram que os âmbitos público e privado já se faziam presentes na polis grega, mas, e o social? Na leitura arendtiana, este é um campo “cuja origem coincidiu com a eclosão da era moderna e que encontrou sua forma política no Estado-nação” (Arendt, 2016b, p. 34). Sua gênese remonta ao período posterior ao feudalismo, quando as comunidades políticas passaram a ser equiparadas a grandes famílias nacionais cujos assuntos deveriam ser geridos “por uma gigantesca administração doméstica de âmbito nacional”, uma “espécie de administração doméstica coletiva”. Com ele, a política passou a ser regulada nos moldes do domínio privado, o que constituía a sociedade como “o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana e sua forma política de organização é denominada ‘nação’” (Arendt, 2016b, p. 35). Portanto, o advento do social coincide com a transmutação dos interesses privados, incluindo a posse de bens, em preocupação pública central, movimento iniciado sob o “disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de requererem o acesso ao domínio público em virtude de sua riqueza, exigiram proteção para o acúmulo de mais riqueza” (Arendt, 2016b, p. 83). Nesse sentido, o período imperial, viabilizado pela conversão dos pleitos econômicos da burguesia em *anima* do aparato governamental, se afirma como paradigma do ocaso da política em detrimento

de formas sociais de governo, como a burocracia¹⁵. Inaugura-se, assim, com o advento do social, o que Arendt concebeu como a Era Moderna.

A ambição burocrática de converter *os homens* no *Um-só-homem* possui como origem a utilização de elementos da esfera privada na cena pública, viabilizada pela ascensão da sociedade. Em uma passagem dos *Diários filosóficos* de agosto de 1950, Arendt o retrata nos seguintes termos: “As famílias são fundadas como a tentativa de encontrar acomodação e fortaleza em um mundo inóspito e estranho ao qual se gostaria de possuir parentesco. Esta aspiração conduz a perversão fundamental do político, pois suprime a pluralidade, ou melhor, a estraga mediante a introdução da ideia de parentesco [na política]” (Arendt, 2006, p. 16, grifo nosso). Porquanto as experiências políticas começam quando se encerram as fronteiras da privacidade do lar, a vida humana propriamente dita se inicia quando os homens se articulam na luminosidade dos espaços de aparência. Com efeito, “nada poderia estar tão flagrantemente distante do conceito grego de política como a intrusão da família (*oika*; economia) na esfera da vida política, onde as preocupações privadas permaneciam realmente privadas” (Bowen-Moore, 1989, p. 123). É mediante a diáde *público-privado* que Arendt atesta:

O âmbito privado, mesmo que as necessidades da vida fossem “governadas” e articuladas com sucesso, permanecia um âmbito de negócios sombrios, inarticulados e obscuros; a vida privada era destituída de realidade, pois não podia se mostrar e ser vista por outros. A convicção de que apenas o que aparece e é visto por outros adquire plena realidade e sentido autêntico para o homem está na base de toda a vida política grega. O principal objetivo do tirano é condenar os homens a seus lares privados, o que os destitui da possibilidade de sua humanidade. O *agon*, a luta por *aristeuein*, para ser melhor que seus pares é [...] a equação política da realidade com o aparecimento para os outros. Só onde outros estavam presentes poderia começar uma vida especificamente humana. Só onde alguém fosse notado por outros poderia, ao se distinguir, entrar em sua própria humanidade (Arendt, 2021, p. 95).

A ausência de fronteiras entre público e privado resulta na entrada da necessidade na cena pública e com ela o “processo da vida foi canalizado para o domínio público” (Arendt, 2016b, p. 56). A esfera social, “a ascensão da administração do lar, de suas atividades, seus problemas e dispositivos organizacionais” (Arendt, 2016b, p. 46), pode ser compreendida, portanto, como a forma de existência na qual o que vincula os homens não é o que os *inter essa*, mas a dependência mútua ao redor da vida e de seus imperativos, que assumem significado público. Todavia, quando “a única coisa que as pessoas têm em comum são seus interesses

¹⁵ Tal argumentação está em linha com Correia (*in* Correia *et. al*, 2022, p. 348) quando ele afirma que: “o surgimento da esfera social culmina com a articulação dos proprietários do capital, no contexto imperialista, para instrumentalizar os Estados para seus fins, por um lado, e, por outro, com a correspondente auto-organização da classe operária na defesa da melhoria de suas condições de vida e de trabalho, chocando-se frontalmente com a articulação promíscua entre capital e Estados a reproduzir e legitimar a precariedade destas mesmas condições”.

privados, um dos mais destacados aspectos da moderna alienação do mundo e da perda do mundo como algo compartilhado” (Correia *in* Correia *et. al.*, 2022, p. 348), a forma de governar que “corresponde a essa sociedade não é a democracia, mas o governo de uma burocracia encarregada da administração nacional” (Canovan, 1992, p. 119).

Os cidadãos, por sua vez, passam a se sentir bem geridos quando o governo os administra suficientemente bem para que possam se voltar para suas demandas privadas, o que reverbera em uma diminuição do interesse pelos assuntos públicos, formando uma turba¹⁶ de indivíduos obedientes e silenciosos com tendência a “preferir uma sociedade bem ordenada e essencialmente privatizada, pois ela tanto os absolve das obrigações públicas como lhes assegura a paz e a tranquilidade necessárias” (Parekh, 1981, p. 16). Porquanto as questões sociais substituem as preocupações políticas, a burocracia é a forma de governar que substitui os governos das comunidades políticas por formas administrativas de gestão. Dito de outro modo, a diluição das fronteiras que cindem público e privado reduziu a política à administração, “isto é, a uma atividade que já não se caracteriza pela ação, liberdade, participação e deliberação, mas por trabalho, necessidade, regra e administração burocrática” (D’Entreves, 1994, p. 58-59). Portanto,

[...] o governo passou a ser visto como um estabilizador e gerente econômico e a burocracia cresceu rapidamente. Cidadãos capazes de agir em comum cederam lugar a ocupantes de empregos, consumidores, contribuintes e beneficiários de direitos. Correspondentemente, a ação, outrora a própria medula da política, tornou-se não apenas rara, mas ilusória, difícil de reconhecer pelo que é. O resultado desses desenvolvimentos é que o reino público – o único cenário no qual a liberdade pode ser totalmente experimentada e atualizada – foi desnaturado, atrelado aos imperativos do processo da vida e da necessidade (Hinchman; Hinchman, 1994, p. 257).

Para os objetivos da presente Tese, a importância de compreendê-lo é destacar que o protagonismo da economia na política acena para a politização das demandas sociais e para a despolitização da política. Porquanto o contexto da Era Moderna tornou “a burocracia indispensável para gerir intrincadas redes de interdependências” (Barbi, 2022, p. 401), tal virada funciona como a pedra de toque para a valorização da administração como modo moderno de fazer política, pois já que o fluxo das transações passou a ser o campo de interesse mais fortuito dos políticos, conhecer tais dinâmicas é uma das atividades mais importantes dos governos.

¹⁶ Com relação ao uso do termo *turba*, é importante mencionar que na presente Tese o utilizaremos em detrimento de *ralé* (com exceção das citações diretas, especialmente da edição de *Origens do totalitarismo* que consultamos, de 2011), por considerar que o último se destaca por uma carga semântica classista e predominantemente vinculada a desigualdades socioeconômicas que se afastam do interesse de Arendt ao utilizar *mob*, que seria a multidão numerosa que facilmente pode se tornar violenta, de modo que mesmo que questões econômicas a perpassem, não a fundamentam *per se*. Em português, o termo mais apropriado para lográ-lo, além de multidão, é turba, o que justifica porque as mais recentes traduções de obras arendtianas, como *Pensar sem corrimão*, optam pelo último.

Nesse sentido, um bom governante deve se cercar de técnicos habilitados para fazer boas recomendações e tomar decisões eficazes.

Com a interseção entre o público e o privado, governos administrativos e burocratizados têm a tendência de ir além do que seria próprio da ingerência política, atingindo todas as esferas da existência humana, ambicionando coordená-las. Se entre o *oikos* e a *polis* emerge um campo que intersecciona os interesses de ambos, o social invade tanto a esfera pública quanto a privada, de modo que cada vez mais os seus interesses passam a ser concebidos como áreas de ingerência estatal, o que faz com que “a política passa a ser considerada a administração da vida material da nação ou da população, como uma grande família”, que não é mais comandada pelo *pater família*, mas por “uma série de conhecimentos especializados que pretendem orientar cientificamente a conduta dos indivíduos e das populações” (Prior; Rivero, 2018, p. 112). Por conseguinte, se todo governo possui questões econômicas com as quais deve se preocupar, o ponto de diluição do fenômeno político se inicia quando elas passam a ser sua finalidade.

Tais assertivas podem ser melhor elucidadas mediante a cisão entre política e economia. Em primeiro lugar, enquanto a política se funda na capacidade de agir e discursar dos homens, tratando “dos diferentes em seu estar-junto [...] segundo determinados aspectos comuns que lhes são essenciais a partir do caos absoluto das diferenças” (Arendt, 2006, p. 16), fim em si mesmo no qual é vital “experimentar e conceber novas formas políticas capazes de combinar a participação efetiva com um governo preocupado com a ecologia, as virtudes políticas e o desenvolvimento de novas instituições” (Parekh, 1981, p. 153), a segunda se relaciona com o trabalho e, portanto, com a necessidade e os imperativos vitais. Para saciá-los, a economia “requer um estilo de gestão de administração e uma relação hierárquica de comando e obediência. Quando o governo se preocupa com questões econômicas, se torna burocrático e restringe severamente o espaço para participação popular” (Parekh, 1981, p. 150).

Na pena arendtiana, o fato de se tratar de campos distintos faz com que a política não possa ser manejada como meio de proteger a sociedade sem que isso incorra na sua deturpação. Uma dessas falsificações ganha contornos mais bem delineados na figura do governante e do que se espera dele, que passa a ser uma espécie de *pater família*, que governa os membros do grupo familiar nacional porque é *necessário*, legitimando, inclusive, governos tirânicos. Assim, ao invés “de ação, a sociedade espera dos seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas tendentes a normalizar seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea e a façanha extraordinária” (Arendt, 2016b, p. 50). Consequentemente, quanto maior a conformidade e a substituição da

ação pelo comportamento, menor a tolerância com aqueles que não se comportam conforme o esperado, demonstrando que a vitória da igualdade nas sociedades de massa equivale ao reconhecimento “político e jurídico do fato de que a sociedade conquistou o domínio público e que a distinção e a diferença tornaram-se assuntos privados” (Arendt, 2016b, p. 50). Estabelece-se, com isso, corpos não-políticos que se firmam, assim como o espaço doméstico, em uma profunda desigualdade que pode ser entrevista mediante a cisão governante-governados pois, da mesma forma como o chefe de família exige obediência, a sociedade demanda que seus “membros ajam como se fossem membros de uma enorme família que tem apenas uma opinião e um único interesse” (Arendt, 2016b, p. 48). Fomenta-se, nesse estado de coisas, um processo que conduz ao conformismo como derradeira etapa do ocaso da política e que é indispensável para o advento e a consolidação da burocracia.

O social possui uma tendência imperialista inerente que ameaça subjugar o político, em consequência da qual a pluralidade é destruída. O homem social, ou seja, o papel específico que desempenhamos sob uma perspectiva social é o do animal laborans, que se preocupa principalmente em satisfazer as suas necessidades e desejos materiais [...]. Enquanto a esfera pública é da pluralidade, ou seja, da igualdade, da individualidade e da distinção, o social é, portanto, a esfera da normatização, do conformismo, da homogeneização e do nivelamento (Borren, 2009, p. 158-159).

Mediante o exposto, compreende-se que a ascensão da administração é a outra face da vitória da sociedade, o que tangencia diretamente a segunda pergunta proposta no início desse subcapítulo. Porém, cabe indagar: não haveria nenhuma interseção entre administração e política, de modo que a primeira pudesse ser utilizada pela segunda a fim de resolver questões específicas? Em *Sobre a revolução*, Arendt, ao contrapor a Revolução Francesa à Americana, depreende que parte do fracasso daquela reside no fato de que a miséria que encobria os *sans-cullotes* trouxe para a cena pública problemas próprios da esfera social que “são questões de administração, para serem colocadas ao encargo dos especialistas, ao invés de questões que poderiam ser resolvidas pelo duplo processo de decisão e persuasão” (Villa, 2023, p. 88). Dessarte, se a administração é essencialmente apolítica, “à medida que áreas cada vez maiores da existência social são submetidas às prerrogativas da administração, o espaço deixado para o exercício da cidadania desaparece. Os ideais iluministas de liberdade, autonomia e uma ordem política racional são minados pelo processo de racionalização econômica e burocrática” (Villa, 1996, p. 5), o que demonstra que a apoliticidade da administração se converte em antipoliticidade quando se torna o mote principal dos aparatos governamentais.

As diferenças entre administração e política são destacadas. A primeira “consiste em identificar e aplicar meios eficientes a fim de alcançar objetivos predeterminados que não

são (por qualquer motivo) objeto de debate constitutivo por um corpo diverso de cidadãos na esfera pública” (Villa, 2023, p. 88-89). O campo de interesse da administração intersecciona o domínio do *bios*: a provisão de vestimenta, alimentação, moradia, cuidados de higiene e saúde, demandas que, por serem matéria técnica, não podem ficar ao encargo do debate público, cabendo aos *experts*; porém, o problema que o domínio dos especialistas enseja é transformar todos os assuntos governamentais em campo especializado¹⁷. Por isso:

Não só se tornou impossível para um cidadão saber o que estava acontecendo, como também se tornou impossível para ele compreendê-lo. Os complexos processos e interrelações que constituem a realidade institucional e econômica [...] não podem ser compreendidos sem conhecimento especializado disponível apenas para especialistas, e não aos cidadãos em geral (Barbi, 2022, p. 402).

Entretanto, como a administração é apolítica, seu caráter político ou antipolítico está diretamente ligado ao modo como é utilizada. Por exemplo, ela pode ser um meio eficiente para tentar minorar questões sociais, como o acesso dos indivíduos à assistência médica, a elaboração de currículos escolares adequados, o planejamento para a construção de moradias populares, entre outras “coisas para as quais medidas certas podem ser definidas. Estas coisas, então, podem ser administradas e não ficam sujeitas ao debate público” (Arendt, 2021, p. 513)¹⁸. Amostra da diferença entre os campos de atuação da administração e do governo verdadeiramente político é que as medidas de superação ou de enfrentamento da pobreza, que são técnicas e econômicas, não constituem condição suficiente para a garantia da liberdade política. Na leitura arendtiana, “um estado aliviado do processamento administrativo de problemas sociais, uma política que é limpa de questões socioeconômicas, uma institucionalização de liberdade pública que é independente da organização da riqueza” (Hinchman; Hinchman, 1994, p. 219-220) tem o caminho político assentado, porém, no que concerne à burocratizada sociedade moderna, seguir tal caminho parece inimaginável.

Assim, Arendt não era contrária à consulta a especialistas na resolução de problemas que demandam avaliação especializada, mas sim a modelos de política que seguem

¹⁷ “A questão que preocupa é que distinções podem ser feitas em relação à competência cognitiva necessária para julgar os meios, por um lado, e os fins, por outro [...]. Na verdade, o pressuposto sobre a natureza da competência necessária para participar do processo de tomada de decisão sobre meios e fins [...] é que a tomada de decisões requer competência cognitiva e, naturalmente, a competência cognitiva do cidadão médio é limitada em comparação com a dos especialistas em qualquer campo político” (Barbi, 2022, p. 397).

¹⁸ No Colóquio realizado em 1972 pela Sociedade de Toronto para o Estudo do Pensamento de Hannah Arendt, a autora exemplifica os atuais problemas sociais que devem ser resolvidos administrativamente, sem oneração para a esfera pública: “Vamos pegar o problema da habitação. O problema social certamente abarca a habitação adequada, mas a questão de se essa habitação adequada significa integração ou não, *certamente* é uma questão política. Em cada uma dessas questões há uma face dupla. E uma delas não deveria ser submetida ao debate. Não deveria haver debate sobre se todo mundo deve ter uma habitação decente” (Arendt, 2021, p. 513).

os cânones do trabalho, da produção em massa e do consumo. Por isso, sua ascensão a *decision-makers*, a quem cabe determinar os rumos do governo – e, com isso, em última instância, a quem de fato governa – lhe soava muito perigosa, porque equivale à ascensão da ciência e da técnica, em detrimento da ação espontânea e do discurso como capacidade de dizer o real, já que “a liberdade arendtiana diz respeito à capacidade vocal de se envolver e participar com outros em questões de significado comum cujo status é incerto e, portanto, passível de debate” (Breen, 2012, p. 113). Nessa leitura, as complexidades das sociedades modernas e dos corpos políticos extensos tornam necessário que a parte do governo que gravita em torno de questões técnicas e administrativas seja compartilhada com agências de cunho científico. Entretanto, a questão fulcral que se impõe acena para os limites de delegação que não devem ser ultrapassados para que tais agências não suplantem as instituições verdadeiramente políticas.

As tensões advindas da politização das demandas sociais, ou seja, a redução de princípios mais universais e voltados para o bem comum em um plano mais particularista, restrito aos interesses de um indivíduo ou grupo específico, encontraram um espaço de radicalização na equiparação entre governo e administração burocratizada, contextura em que as questões políticas são equacionadas com “problemas a resolver, como ‘natureza’ a ser controlada, dominada, melhorada ou refeita como um alvo legítimo para o planejamento social” (Bauman, 2021, p. 24). A degeneração da política à administração, oriunda da sociedade e da política aos moldes fordistas, torna os dois âmbitos previsíveis o suficiente para sufocar a espontaneidade e a singularidade. Na leitura de Herzog (2021, p. 10), “a política degenera em administração, e quando deixa espaço para algo semelhante à ação, fá-lo apenas para um punhado de indivíduos privilegiados”. Todavia, como Arendt já havia antevisto em sua “Introdução à política”, “quando um povo perde a sua liberdade estatal, perde a sua realidade política, mesmo que consiga sobreviver fisicamente” (Arendt, 2017, p. 94).

O sucesso das ciências da administração como modo de organizar e viabilizar a governança e a centralidade da economia acenam para um constitutivo da burocracia: a política passou a ser cindida, tal como as ciências, em especialidades e, além disso, passou a ser considerada uma ciência e, como tal, um campo que somente pode ser compreendido e acessado por especialistas, o que explica porque “experiências de mundanidade escapam cada vez mais ao alcance da experiência humana comum” (Arendt, 2016b, p. 402). Ancoradas principalmente nas reflexões weberianas sobre a racionalização da sociedade posterior à Revolução Industrial, bem como motivadas pelos processos tayloristas e fordistas de produção, as ciências da administração, desde o século XIX, se dedicaram a pensar em formas de organização, o que

culminou com o advento da era do *management*, ciência administrativa e organizacional que estabelece as bases das empresas públicas e privadas:

O *management*, que em outras épocas se chamava em francês de “organização”, é uma reflexão sobre as estruturas de trabalho, a distribuição de tarefas, a definição de competências e responsabilidades. Nesse sentido, floresceu desde o fim do século XIX em contextos capitalistas liberais, como na França com Fayol, e nos Estados Unidos, com Taylor, assim como na Rússia-URSS da Revolução Bolchevique e na Alemanha nazista [...]. O *management* elevado à categoria de disciplina de pleno direito, na teoria e na prática, abre caminho com o ensino em escolas especializadas [...], com escritórios de consultoria e com a dedicação dos empregados; e também é revelador ou sintoma de uma organização social singular. A “era dos responsáveis”, o “século dos chefes”, ou o tempo do “process” (palavra inglesa em geral preferida às alternativas francesas – “procédure” [procedimento] ou “processus” [processo]) constituem a época das grandes estruturas de produção, da “gestão” das massas da era industrial e da fragmentação do trabalho em tarefas e funções especializadas, desde a segunda metade do século XIX (Chapoutot, 2023, p. 138-139).

Um dos alicerces da crítica arendtiana ao advento da mentalidade científica na política, condição mediante a qual a burocracia se assenta, é a ascensão da ideia de processo, forma pervertida de princípio de ação ligada à “ideia de reações que se encaixam automaticamente, numa sucessão causal”, porquanto derivam dos imperativos biológicos, que a tudo transformam em objetos de seu próprio metabolismo. Portanto, é da natureza dos processos a fugacidade, de tal modo que a política que faz deles seu alicerce se notabiliza pela efemeridade e, por conseguinte, por não permanecer o tempo suficiente para fundar mundos e oferecer aos homens o espaço necessário para que revelem *quem são*. Por conta disso, em uma sociedade que adota como pedra de toque a ciência, os comportamentos, essencialmente vinculados ao trabalho e à fabricação, “são parametrizados e previsíveis, formando um conjunto de dispositivos (pode-se pensar na interiorização de valores, em instrumentos, regras, restrições, incentivos). Eles se repetem indefinidamente” (Dumez, 2006, p. 10) convertendo homens e mulheres em máquinas sociais, contextura problemática que Briskievicz (2020, p. 79) descreve nos seguintes termos: “uma vez que vivemos encarcerados socialmente em milhares de processos [...], muitas vezes não conseguimos os transformar em exercício de pensar, julgar e querer. Acabamos por decidir agir sem pensar, sem julgar e sem querer porque estamos automatizados como máquinas sociais condicionadas pelos clichês e pré-conceitos”.

Acerca da centralidade do conceito de processo para a política empreendida após o advento do social e do desenvolvimento tecnocientífico, Aguiar (2009) sobreleva que se trata de uma noção advinda das Ciências Naturais, mais precisamente dos seus experimentos e da sucessão de eventos naturais ou induzidos mediante os quais alcançam suas formulações e que podem, inclusive, criar encadeamentos completamente novos. Com o sucesso logrado pelo cientificismo moderno, seus métodos e marcos teóricos foram conduzidos para os assuntos

humanos, em uma tentativa de normalizar as atividades ligadas a *askholia* a partir dos resultados obtidos pela *skholia*, de tal modo que passou a não fazer mais sentido compreender os negócios humanos como fins em si mesmos, mas procurando suas causas subjacentes guiadas por dinâmicas desconhecidas dos homens, mas que os impelem a se comportar de determinada maneira (tal como leis da natureza determinam o curso de uma reação biológica, por exemplo). Assim, as ações singulares deixam de ter importância, já que mais relevante do que conhecê-las é examinar o processo que elas deixam entrever. Porquanto com o cientificismo as ações foram reduzidas a meras “manifestações acidentais do fluxo contínuo da História”, da Natureza ou da necessidade, nesse mesmo movimento “o *processo* adquiriu em si mesmo o monopólio da universalidade e do significado, ocorrendo, assim, uma dissociação entre o concreto e o geral, a coisa ou o evento singular e o significado universal” (Aguiar, 2009, p. 222).

A elevação da categoria técnico-experimental de processo a método de entendimento do mundo guarda em si o anseio de se “livrar da política”, substituindo-a pela história ou por quaisquer outros fluxos que lhe ofereçam sucedâneo, além de converter interesses e opiniões em revérberos desses movimentos sempiternos, aos quais resta apenas aquiescer, expurgando o caráter agonístico e performativo da esfera política, que passa a ser, com a introjeção de elementos científicos, um campo tão mensurável, previsível e manipulável como qualquer outro experimental. Certamente não cabe distinção no automatismo inerente aos processos naturais perscrutados pela ciência, da mesma forma que a ação enquanto o início de novos e inesperados eventos é tanto supérflua quanto indesejável na política organizada a partir de *processos*. Não à toa, para Aguilar (2009, p. 228), o “itinerário aberto por essa tendência desemboca na total burocratização da decisão política”, pois já que com o protagonismo dos processos “o mais importante é o funcionamento, a produtividade e a expansão, o governo tende a ser fortemente influenciado pelos *experts*, pelos detentores do saber [...]. Agir, assim, é prerrogativa exclusiva do governo e nessa perspectiva pode-se até resolver competentemente as questões vitais, mas não se forma comunidades políticas” (Aguiar, 2009, p. 228).

Portanto, a crítica arendtiana à mentalidade científica se radica na constatação de que ela se volta para a resolução de problemas, bem diferente do mote do pensar, que é compreender e significar o mundo, e não resolver parte dele. Dessarte, é certamente assustador que não se possa esperar dos governantes e dos seus assessores, assim como dos cientistas, de modo geral, reflexão, mas apenas uma mentalidade puramente voltada para a solução de questões procedimentais, já que a maneira como os homens lidam com o mundo – e não somente com a natureza – passou a ser mediada pela técnica. No que tange às ciências, o pensamento é convertido em meio para um fim, que é a consecução de conhecimentos

verdadeiros aceitos acriticamente¹⁹. Enquanto as questões levantadas pelo pensamento são questões de significado que não podem ser respondidas pela ciência, elas não possuem relevância para a construção científica, “pois é função do sexto sentido adequar-nos ao mundo das aparências e deixar-nos em casa no mundo dado pelos nossos sentidos. Aí estamos e não fazemos perguntas” (Arendt, 2014, p. 76). Com efeito, as questões levantadas pelo intelecto, nascedouro das ciências, se originam da curiosidade sobre o mundo e podem ser respondidas experimentalmente. Em uma sociedade cientificamente embasada, o pensamento enquanto meio de reconciliação e possibilidade de tornar os homens *qua* homens, humanizando-os, cai em desuso: está, heideggerianamente falando, *fora de ordem*.

Ao formularem as irrespondíveis questões de significado, os homens se afirmam como seres que interrogam. Por trás de todas as questões cognitivas para as quais os homens encontram respostas escondem-se as questões irrespondíveis que parecem inteiramente vãs e que, desse modo, sempre foram denunciadas. É bem provável que os homens, se viessem a perder o apetite pelo significado que chamamos pensamento e deixassem de formular questões irrespondíveis, perdessem [...] a capacidade de formular todas as questões respondíveis sobre as quais se funda qualquer civilização (Arendt, 2014, p. 80).

A constatação arendtiana do fracasso da política medida pela ascensão da mentalidade científica acena para a influência da filosofia de Heidegger em Arendt. Em “A questão da técnica”, o filósofo destaca que a técnica e a tecnologia se afirmam como meios para fins e seu retrato máximo, a instrumentalidade, fomentou o esquecimento do Ser (*Dasein*), porquanto fez com que os homens se deixassem levar pelas coisas e pelo caráter objetivo da realidade, que se torna mais uma coisa a ser dominada a partir do desabrigo do mundo (Heidegger, 2007). Portanto, sob influência heideggeriana, porém não se restringindo às suas perplexidades, Arendt ressalta que, se por um lado, “a grandeza da ciência sempre se deveu ao fato dela não prestar atenção nos interesses humanos. Sua diretriz era: tudo que *pudermos* descobrir, *devemos* descobrir; tudo o que *pudermos* fazer, *vamos* fazer”, por outro, alertou que não nos enganemos, porquanto o que está em jogo com a centralidade da ciência e a tecnificação do mundo é o *ethos* e o *politikos*, “E o mesmo é verdade sobre o perigo de que justamente o

¹⁹ Mesmo que o aprofundamento da investigação fuja ao escopo dessa Tese, é pertinente destacar que, para Arendt, pensamento e cognição são distintos. Acompanhando as conceitualizações kantianas, o primeiro (*Vernunft*) provém da razão e seu objetivo é compreender o significado das coisas, enquanto a segunda (*Verstand*) advém do intelecto e seu mote é “apreender o que é dado aos sentidos” (Arendt, 2014, p. 75). As ciências se originam na cognição e, portanto, utilizam o pensamento como meio para fins, seja a identificação de um dado objeto, seja a constatação de melhores metodologias, além de voltar os conhecimentos que obtém para a identificação de verdades irrefutáveis. “O conhecimento sempre busca a verdade, mesmo se essa verdade, como nas ciências, nunca é permanente, mas provisória, que esperamos trocar por outras mais acuradas à medida que o conhecimento progride. Esperar que a verdade derive do pensamento significa confundir a necessidade de pensar com o impulso de conhecer. O pensamento pode e deve ser empregado na busca de conhecimento; mas no exercício dessa função ele nunca é ele mesmo; ele é apenas servo de um empreendimento inteiramente diverso” (Arendt, 2014, p. 79).

nosso *know-how* [...] pode nos levar a desencadear processos irreversíveis. Talvez venhamos a desencadear algo que jamais seremos capazes de conter” (Arendt, 2021, p. 469).

A influência heideggeriana em Arendt que tangencia a desconfiança na técnica pode ser entrevista também na introdução do capítulo sobre “O Pensar”: “O pensamento não traz conhecimento como as ciências; o pensamento não produz sabedoria prática utilizável; o pensamento não resolve os enigmas do universo; o pensamento não nos dota diretamente com o poder de agir” (Arendt, 2014, p. 17). Mesmo que nenhum dos autores fossem contrários à ciência, ambos denunciaram a facilidade com a qual os cientistas não pensam, já que o cálculo²⁰ tende a não deixar espaço para a reflexão espontânea. Porquanto “todo novo fenômeno numa área da ciência será processado até enquadrar-se no domínio dos objetos da respectiva teoria” (Heidegger, 2001a, p. 49), cabe a ela determinar o que é verdadeiro, porém, sem que isso demande pensar sobre os objetos. A mentalidade científica, tanto em Heidegger quanto em Arendt, implica um tipo de *pensamento sem pensar e sem sujeito pensante*: enquanto o primeiro defende que “a ciência não pensa” (Heidegger, 2001b, p. 115), a segunda explana que “a ausência de pensamento não é estupidez; ela pode ser comum em pessoas muito inteligentes” (Arendt, 2014, p. 28). No que concerne à política, nada poderia ser mais perigoso.

A ciência possui um caráter inequívoco de desocultamento para Heidegger, porém, o que significa dizê-lo? Para o filósofo, o desocultamento constitui o modo como os homens se relacionam com o Ser, que mesmo que sempre se revele, mantém ocultas partes de si. De acordo com Sell (2004), a técnica é um modo moderno de desocultamento que na mesma medida em que sobreleva, também oculta faces do Ser sobre o qual se debruça. Enquanto meio para a consecução de um fim, ela se afirma como uma maneira de evidenciar aquilo que não pode ser, em primeira instância, acessado pelos sentidos. Para Leopoldo e Silva (2007, p. 370), “quando algo é tecnicamente produzido, esse deixar aparecer ocorre por intermédio da técnica e do técnico, e não por meio de um processo ‘natural’. Mas de qualquer modo trata-se de um desocultamento, de um deixar vir à luz”. Portanto, é do campo de interesse da técnica e da ciência (e, por conseguinte, da instrumentalidade e do experimentalismo que lhes são inerentes) desocultar entes (objetos, eventos, processos), porque esse é o seu modo próprio de conhecê-los e de viabilizar que os homens possam tirar proveito deles, utilizando-os. Esse caráter de utilidade, ao passo em que se afasta da *poiesis* do artesão grego, vincula-se, com as ciências

²⁰ “Este cálculo caracteriza todo o pensamento planificador e investigador. Este pensamento continua a ser um cálculo, mesmo que não opere com números, nem recorra à máquina de calcular, nem a um dispositivo para grandes cálculos. O pensamento que calcula (*das rechnende Denken*) faz cálculos. Faz cálculos com possibilidades continuamente novas, sempre com maiores perspectivas e simultaneamente mais económicas. O pensamento que calcula corre de oportunidade em oportunidade” (Heidegger, 2000, p. 13).

modernas, à disponibilidade e ao utilitarismo que compõem o par conceitual mediante o qual o homem, na medida em que desoculta, no sentido de trazer às claras, responde ao que interroga, assim como estabelece o modo próprio dos seres humanos experimentarem a técnica e a ciência, mas também experimentarem-se nelas. Portanto, é inerente ao desocultamento moderno ambicionar desvelar sem que pretenda participar da essência da coisa desocultada. Por conta disso, conhecemos cada vez mais as funcionalidades de um dado objeto, mas o questionamento sobre sua essência não é considerado relevante, até porque o único meio de conhecê-la é mediante o pensamento, e não a partir da cognição²¹.

Todavia, no que concerne ao campo de interesse da presente Tese, o problema surge quando a ciência, ao pretender desocultar todas as verdades, se coloca como a métrica restrita dessa busca e, por conseguinte, como a mediadora da relação entre sujeito (homem) e objeto do conhecimento (mundo). Atendo-se à instrumentalidade científica, que se volta para o desocultamento das semblâncias, Arendt concebe a entrada da ciência na política como o resultado da crise do mundo moderno, iniciada pelo sucesso das invenções e descobertas galileanas que suscitaram a crença no progresso ilimitado e que culmina na redução da política à fabricação. O aumento da quantidade de saberes demonstráveis e a celeridade com que eles condicionaram a existência humana fizeram com que a ambição arquimediana de encontrar um ponto e um saber verdadeiro que viabilizasse a manipulação dos recursos naturais tivesse como primeira vítima o amor ao mundo, em uma rebelião contra a existência humana que atingiu contornos dramáticos ao ponto que “não há motivo para duvidar de nossa atual capacidade de destruir toda vida orgânica da Terra. A questão é apenas se desejamos usar nessa direção nosso conhecimento científico e técnico” (Arendt, 2016b, p. 3), demanda que esgota decisões meramente científicas porquanto se afirma como imperativo político de primeira grandeza.

Assim como a administração, portanto, a ciência é apolítica, de modo que o ponto nevrálgico é dado *também* pelo tipo de uso que se faz dela. Inicialmente, é mandatório destacar que não se trata de uma condenação *ipso facto* da ciência, mas da constatação de que o seu campo de interesse e seu nascedouro, como já visto, é a cognição, e não o pensamento. A ciência *per se* não é antipolítica, mas assim se torna quando assume a primazia sobre a política a ponto de concebê-la como uma *techne* voltada para a solução de problemas, quando o homem, percebido como objeto é reduzido a um conjunto condicionado e comportado, e quando o cientista, inserido na política enquanto funcionário, se converte em um solucionador de

²¹ Em “Die Frage nach der Technik”, Heidegger (1994, p. 16) o explana: “A técnica é então não somente um meio. A técnica é uma maneira de desocultamento. Quando observamos isto abre-se para nós um outro campo para a essência da técnica, completamente distinto. É o campo do desocultamento, i.e. da verdade”.

problemas (*problem solvers*) que concebe a ciência como a pedra de toque da política, apartando a compreensão e a verdade dos fatos das atividades espirituais. Em vista disso, trata-se de campos distintos que, ao se tangenciarem, oferecem graves riscos à política, já que “nas ciências as teorias determinam a interpretação dos fatos. Atores políticos (inclusive governos) se arriscam com teorias e programas sobre fatos interpretados, desconsiderando que são responsáveis por tais interpretações” (Prior; Rivero, 2018, p. 275). Porquanto “homens que não pensam são como sonâmbulos” (Arendt, 2014, p. 214), a política reduzida à ciência tende a equacionar a ação à criação instrumental e à liberação de processos que, ao tender ao funcionamento automático, não se coadunam com a possibilidade de iniciar e revelar o mundo, aproximando os homens da ruína a que tudo que é perecível está sujeito.

Por fim, o advento do social se assenta na formação de uma sociedade de trabalhadores na qual até mesmo os políticos por vocação, tomando de empréstimo uma linguagem weberiana, se reduzem a políticos profissionais que seguem os interesses específicos das empresas as quais servem, demonstrando porque a burocracia é o corpo político de uma sociedade de empregados (Canovan, 1992). Além disso, “embora a necessidade torne o trabalho indispensável à manutenção da vida, a última coisa a esperar dele seria a excelência” (Arendt, 2016b, p. 59), já que a excelência – seja a *areté* grega ou a *virtú* romana – é uma idiosincrasia da vida pública, campo em que aos homens é reservada a possibilidade de distinção. Como “para a excelência é sempre requerida a presença de outros, e essa presença exige a formalização do público, constituído pelos pares do indivíduo; não pode ser a presença fortuita e familiar de seus iguais ou inferiores” (Arendt, 2016b, p. 60), não é possível falar em distinção mediante o trabalho, campo em que os homens são cada vez mais habilidosos, mas que não lhes reserva espaço para o desvelamento de quem são e, por conseguinte, para a excelência. Portanto, a política gerida por profissionais está naturalmente fadada ao fracasso.

Embora nos tenhamos tornados excelentes na atividade do trabalho, a nossa capacidade de ação e de discurso perdeu muito de seu antigo caráter desde que a ascendência do domínio social banuiu estes últimos para a esfera do íntimo e do privado [...]. Nenhuma atividade pode tornar-se excelente se o mundo não proporciona um espaço adequado para o seu exercício. Nem a educação, nem a engenhosidade, nem o talento podem substituir os elementos constitutivos do domínio público, que fazem dele o local adequado para a excelência humana (Arendt, 2016b, p. 60-61).

2.3 O declínio do Estado-nação

Burocracia como o domínio de ninguém: isso é idêntico à morte do Estado pelo simples fato de que o domínio estatal sempre invocou o domínio intensamente pessoal do pai na família (*pater família*). Onde ninguém domina, o conceito ocidental de domínio perdeu sua validade (Arendt, 2006, p. 437).

Na citação, retirada de uma passagem de seus *Diários filosóficos* datada de setembro de 1953, Arendt decreta que a ascensão da burocracia é um sintoma do declínio do Estado e, com ele, do próprio corpo político. Entretanto, é possível ir ainda mais além e afirmar que a burocracia realmente representa a diluição do formato dos estados nacionais (e com a ideia do Estado-nação enquanto Estado constitucional, submetendo a todos ao governo da lei, além da ruptura com a ideia de uma dominação mais pessoal e personalizável, advinda da figura do *pater família*), mas também é consequência direta de seus elementos constituintes (centralização dos processos de tomada de decisão, cisão entre *nós* e *eles*, fomentada pela ideia de nação, fortalecimento do sistema partidário, único instrumento de soberania popular possível nos estados nacionais). Para defendê-lo, amparamo-nos em comentadores como Volk (2022, p. 203), para quem em nome da salvaguarda da igualdade legal, o Estado-nação fundado após a Revolução Francesa forçou a gradativa burocratização e conversão do aparato governamental, que se tornou ainda mais administrativo a fim de assegurar os direitos dos indivíduos. Como “leis gerais ou subjetivas não resultam de concessões arbitrárias de uma instância estatal de poder, mas são consequência da intensificação do caráter institucional e organizacional do Estado”, o Estado-nação, ao passo em que defendia a igualdade de todos perante a lei, a converteu em subproduto de uma dominação cada vez menos democrática.

De imediato, as assertivas anteriores nos direcionam para três questões basilares: 1) Qual a gênese da preocupação arendtiana com as formas legítimas e políticas de organização do Estado? 2) A qual Estado Arendt se remete em sua reflexão sobre a forma burocrática de governar? 3) O que significa dizer que a ascensão da burocracia repercute o declínio estatal?

Visando elucidar a primeira indagação, Lang e Williams (2005) destacam que o confronto com as atrocidades totalitárias fez com que Arendt repensasse as categorias políticas tradicionais – como o conceito de Estado-nação –, seja para identificar nelas centelhas de luminosidade que auxiliassem a compreender o totalitarismo, a fim de examinar suas fragilidades ou ainda com o fito de distinguir termos para se esquivar de uma imprecisão conceitual, equívoco que Arendt reiteradamente apontou como distintivo da tradição de pensamento político que repercute até a atualidade²². A constatação de que o aparato do Estado

²² As recensões traduzidas para o português em *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*, *Pensar sem corrimão* e *Sobre a violência* contêm algumas das críticas da autora ao tipo de texto que prima pela “leitura agradável” e que “não perturbam a paz de espírito do leitor” (Arendt, 2008, p. 234) às expensas do uso arbitrário de terminologias, equiparando povo, raça e nação, totalitarismo e regimes arbitrários, além de vigor, força, poder e violência. Sobre o tema, é valioso o texto do Prof. André Duarte, “Hannah Arendt e o pensamento político: a arte de distinguir e relacionar conceitos”, publicado pela *Argumentos Revista de Filosofia* (Duarte, 2013, p. 39-62).

pode ser usado como meio para a consecução de assassinatos em larga escala impõe revisitar o que seja o próprio Estado e os mecanismos a ele inerentes que guardam uma centelha destrutiva.

No texto “Estado-nação e democracia”, de 1963, Arendt acena para a forma de Estado a qual ela se refere em suas análises, respondendo, portanto, à segunda pergunta proposta no começo do subcapítulo: o Estado-nação, advindo da confluência entre *povo-território-Estado*, é o objeto de suas análises. Trata-se de uma forma-Estado jovem, nascida com a Revolução Francesa e “a única realização incontestável dessa revolução”, a tentativa de conciliar uma fisionomia estatal garantidora de direitos com a democracia advinda da soberania do povo, sendo que foi justamente “o elemento de democracia no Estado-nação – a saber, a soberania do povo, que substituiu a soberania do monarca absoluto” (Arendt, 2021, p. 299). Nesse sentido, desvela-se uma vantagem dos estados nacionais que, ao passo em que animou sua criação, se mostrou bastante frágil: o direito das pessoas participarem dos processos de tomada de decisões governamentais, de aparecerem, de verem e serem vistas, ouvir e serem ouvidas na esfera pública, gradativamente não só perdeu sentido, mas foi impossibilitado devido à “inadequação do Estado-nação à vida do mundo moderno”, de modo que o apego a essa forma-Estado em um contexto em que seus princípios não são mais realizáveis possui o potencial de resultar em

[...] cruéis e temerárias formas através das quais o Estado-nação e o nacionalismo, pervertidos, se fortalecerão. Não se deve esquecer que o totalitarismo [...] resultou do colapso do Estado-nação e da dissolução da sociedade de classes da nação. Nas relações de poder de hoje, a noção de soberania do Estado-nação, que além de tudo nasce do absolutismo, é uma megalomania perigosa. Nas condições atuais de deslocamento e de população, a xenofobia típica do Estado-nação é tão provinciana que uma cultura com uma orientação deliberadamente nacional está exposta ao risco de afundar rapidamente ao nível do folclore e do *kitsch* (Arendt, 2021, p. 305).

Porém, a relação entre o Estado-nação e a soberania popular²³, no sentido de ser o povo o detentor do poder político legítimo e o governo o conjunto de instâncias que o institucionalizam, não demorou a ruir, já que a nação, “ou seja, o povo que devia sua emancipação política ao Estado-nação, logo começou a demonstrar uma infeliz tendência a ceder sua soberania a ditadores e líderes de todo tipo” (Arendt, 2021, p. 299). Acerca das tensões inerentes a relação entre lei e soberania, em uma passagem de seus *Diários filosóficos* de

²³ Estamos cientes das críticas arendtianas à soberania popular como gênese do Direito e como estrutura do estado continental europeu porquanto leis que levem em consideração apenas a vontade geral não logram êxito em formar ordens políticas estáveis e confiáveis. Funda-se, aqui, uma irremediável tensão: por um lado, certamente a racionalidade do Direito não pode ser considerada uma questão unicamente jurídica, mas, por outro, “a igualdade de todos diante da lei e a obrigação de chegar à compreensão e ao acordo no interior da família da nação estão diretamente conectadas ao conceito de nação”, entretanto, “nunca se encontrou uma maneira pela qual essa ideia fosse transformada em um conceito funcional no mundo dos Estados soberanos” (Volk, 2022, p. 189).

setembro de 1951, a teórica explana: “a questão central da política futura será sempre o problema da legislação. A resposta do Estado nacional foi que o soberano dá as leis: o monarca, o Estado, o povo, a vontade geral, a nação, isto é, quem tem o poder de querer” (Arendt, 2006, p. 136). Portanto, no contexto retrçado pelos estados-nacionais, fica patente que a participação tende a permanecer restrita a quem é o incumbido da representação da soberania; todavia, “da perspectiva de Arendt, a discussão indica que o problema de definir o soberano [...] provavelmente se deve à situação política do entreguerras e ao fato de não haver ninguém em posição de executar unilateralmente os direitos de soberania” (Volk, 2022, p. 71).

Essa tendência antipolítica ensejada pela questão da soberania é agudizada pelo sistema partidário²⁴ e sua burocracia que, na pena arendtiana, permanecem sendo a única forma que a soberania popular possui para se afirmar em um estado nacional, demonstrando que se o Estado-nação possui origem comum com a democracia, no sentido de “participação ativa do povo em decisões relacionadas a questões públicas, e não apenas como a salvaguarda de alguns direitos básicos” (Arendt, 2021, p. 299), o seu declínio se perpetra às expensas da não-participação, percorrendo o caminho oposto. Ademais, se “entendermos a democracia em um sentido forte, como o direito de participação política direta ou o ‘poder do povo’ de adentrar nas esferas decisórias [...], a democracia nunca foi bem no Estado nacional” (Almeida, 2020, p. 44), o que leva a crer que uma democracia verdadeira somente é possível sob as condições do divórcio entre o Estado e a nação e, com isso, da desvinculação do direito à cidadania e às liberdades cívicas e políticas ao pertencimento a uma comunidade étnico-nacional que, por sua natureza fechada e homogênea, tende a excluir os desiguais. Por conta disso, Arendt considerava ser mandatório repensar o fenômeno político para além dos estados nacionais²⁵.

Entretanto, as descrições anteriores deixam entrever distinções que precisam ser levadas em consideração a fim de compreender a assertiva arendtiana de que “a realidade política fundamental de nossa época é determinada por dois fatores: de um lado, ela se baseia em nações e, de outro, está constantemente afetada e ameaçada pelo ‘nacionalismo’” (Arendt, 2008, p. 235), advindo do duvidoso equilíbrio entre a nação e o Estado. O Estado-nação é a estrutura de um corpo político que se caracteriza pela ordem jurídica estável e pelo asseguramento de direitos e reconhecimento de cidadania independentemente de nacionalidade. Canovan (1992, p. 31) o descreveu como “uma instituição essencialmente humanista, uma

²⁴ A análise da burocracia partidária será pormenorizada na última seção do presente capítulo.

²⁵ Arendt o descreve textualmente na entrevista que concedeu a Adelbert Reif, em 1970: “Reif: De qual conceito de Estado você parte? Arendt: Na verdade, eu não parto de nenhum conceito novo de Estado, eu apenas vejo a necessidade de mudar esse conceito de Estado” (Volk, 2022, p. 223).

estrutura civilizada que proporciona uma ordem jurídica e garante direitos” e que possui na França uma espécie de tipo ideal, pelo menos no que tange a uma perspectiva clássica²⁶. Arendt o define como “uma sociedade aberta, governando um território onde seu poder protege e cria as leis. Como instituição legal, conhece apenas cidadãos, a despeito da nacionalidade; sua ordem jurídica é aberta a todos que vivem em seu território” (Arendt, 2008, p. 236). Portanto, “sua função suprema é proteger e garantir direitos legais a todos e estabelecer um mundo público no qual os homens possam ser cidadãos” (Almeida, 2020, p. 39).

Portanto, o Estado pode ser também descrito como uma “estrutura jurídica, desenvolvida sob as monarquias dos séculos XVII e XVIII, cuja essência era garantir direitos legais aos habitantes de um determinado território e defender seus interesses comuns” (Canovan, 1992, p. 32); porém, mesmo com origens monárquicas, seu clímax remete a Revolução Francesa e sua ênfase recai na coexistência de códigos legais que protejam os cidadãos (direito do homem) e salvaguardem a existência do mundo público, espaço no qual os homens são cidadãos e seus direitos *qua* homens são assegurados. “É importante que tanto ‘estado’ como ‘nação’ se refiram, no uso de Arendt, a estruturas sólidas feitas pelo homem, mundos humanos nos quais as pessoas possam se sentir em casa e assumam responsabilidade” (Canovan, 1992, p. 32).

Um Estado-nação não é um ajuntamento de indivíduos que compartilham entre si o mesmo *status* étnico, mas uma organização política que potencialmente permanece enquanto também permanecerem as ideias de solidariedade, igualdade (de todos perante a lei, já que por nascimento somos todos dessemelhantes) e humanidade. Assim, o distintivo máximo do Estado nacional deveria ser a pluralidade que partilha de um mesmo espaço e congrega grupos diferentes ao redor das mesmas instituições. Por conta disso, formas de dominação que hostilizem tais pilares – tal como o totalitarismo e a burocracia – colocam em risco a dignidade da política, de forma ampla.

Por outro lado, a nação se configura como um grupo fechado ao redor do direito de nascimento. A glorificação do conceito de nacionalidade faz do dado do nascimento, que é biológico, o elemento *per quam* a inserção em uma comunidade política é possível. Isso faz com que a nação conceba suas leis como advindas da própria substância nacional, que é única e, portanto, não é válida além de suas fronteiras, o que conduz Almeida (2020, p. 41) à arguta

²⁶ Canovan (1992, p. 47) continua a argumentação sobre a França descrevendo como a resistência das instituições políticas do Estado-nacional francês ofereceram resistências iniciais a violência imperialista: “A diferença decisiva foi que a França antes da Primeira Guerra Mundial permaneceu um Estado-nação e nunca desenvolveu um partido imperialista pleno, o que quer dizer que as estruturas políticas estabelecidas na França funcionaram durante algum tempo como muralhas, defendendo leis e direitos contra as marés da barbárie imperialista”.

constatação de que a ideia de nação e seus derivados, como o nacionalismo, se convertem em uma espécie de “novo absoluto que acaba por minar o ideal do Estado democrático de direito e suas dimensões liberais-legais”. A versão político-fenomenológica do conceito de nação demonstra que ela “está sempre associada a uma demanda por homogeneidade” (Volk, 2022, p. 83). Portanto, a ideia de nacionalidade desenvolvida na política contemporânea flerta com as tendências antipolíticas que repercutem a perspectiva de que um bom governo é aquele que representa a vontade dos nacionais.

O Estado, longe de ser igual à nação, é o protetor supremo de uma lei que garante ao homem seus direitos humanos, seus direitos de cidadania e seus direitos de membro da nação. “A função do Estado é o estabelecimento de uma ordem legal que protege todos os direitos”, e essa função não é afetada pelo número de nacionalidades protegidas pelo arcabouço de suas instituições jurídicas. Apenas os direitos humanos e de cidadania são primários, ao passo em que os direitos nacionais são derivados e estão implícitos nos primeiros. Pois a nação apresenta o homem em sua vinculação com o tempo, a história e o devir universal e seus direitos são afetados pela relatividade em sua própria origem, porque “ser francês, espanhol ou inglês não é uma maneira de se tornar homem, é uma maneira de ser homem” (Arendt, 2008, p. 238).

Um dos atributos do Estado é a territorialidade, ou seja, a extensão e os limites territoriais associados a um povo específico, o que lhe auxilia a dispor de um caráter de estabilidade: a organização estatal, por exemplo, é pouco afeita a mudanças. Em condições normais de convivência entre estados, tal princípio pode funcionar como garantia de uma coexistência pacífica entre eles. A gênese da relação do povo com um solo específico remonta às classes camponesas, “o modelo da afinidade de um povo com o solo” (Arendt, 2021, p. 300). Não à toa, os *slogans* chauvinistas de sangue e solo repercutidos pelos líderes totalitários apelam justamente aos sentimentos mais primitivos acerca do surgimento do Estado-nacional.

Outra idiossincrasia que distingue o Estado-nação, derivado do modelo romano do *pater família*, é a capacidade de coexistência: mesmo com as disputas fronteiriças, o primeiro não negava “o direito de outros existirem nos mesmos termos” (Canovan, 1992, p. 32). Porém, as tensões ínsitas à identificação do Estado como garantidor universal de direitos contrapostas à nação concebida como uma comunidade exclusiva de membros com características e origens comuns, fez com que o Estado nacional tenha germinalmente ensejado problemas, especialmente para grupos minoritários e pessoas em situação de apatridia²⁷. Com base no período entreguerras, Arendt concluiu que “uma Europa de Estados-nação, devido aos princípios [...] com os quais estava comprometida e com os quais tentava compreender a

²⁷ Canovan (1992) destaca que a elaboração da seção “O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem” contida em *Origens do totalitarismo* representa justamente a observação de Arendt da inadiabilidade de elaborar novas ordens políticas e jurídicas, despidas dos problemas ínsitos ao modelo dos estados nacionais.

realidade, nunca esteve em posição de resolver ou acalmar os problemas colocados pelos refugiados e minorias” (Volk, 2022, p. 43-44).

A terceira condição fundamental elencada por Arendt para caracterizar os estados nacionais é que “apenas membros do mesmo povo vivam no território nacional e que idealmente todos os membros da nação vivam nesse território” (Arendt, 2021, p. 300), de modo que os critérios para definir quem pertence ou não a um povo podem variar desde a afiliação linguística até critérios mais românticos (*völkisch*). Isso implica que as pessoas de origem diferente que porventura residam em um dado território possuem duas opções: assimilação ou expulsão.

Mas o princípio de que uma pessoa só pode ser cidadã se pertencer a esse mesmo povo ou se foi plenamente assimilada a ele é o mesmo em todos os estados-nações. O resultado final é talvez a mais importante e tácita pré-condição para a existência dessa forma de Estado, que é o fato de o próprio Estado, seja como um Estado de direito ou constitucional, seja como um aparato administrativo, não poder ultrapassar as fronteiras do território nacional (o Estado-nação é incapaz de absorver outros países) nem garantir proteção legal a residentes que não sejam cidadãos ou que não pertençam ao mesmo grupo étnico (Arendt, 2021, p. 301).

Nesse sentido, é mister destacar que povo e nação não são sinônimos, mesmo que sejam relacionados, de modo que somente é possível falar na segunda quando existe um primeiro que dispõe de um espaço reconhecido que pertence a todos os membros, estando ele inserido em um território demarcado que é considerado seu. Dito de outro modo, “um povo se torna uma nação quando toma consciência de si de acordo com sua história; como está, está ligado ao solo que é produto do trabalho passado e onde a história deixou seus traços”. Esta, por conseguinte, é a importância do território não somente para a fundação de um Estado-nação, mas também para a conversão do povo em nação: “ele representa o *milieu* em que o homem nasce, uma sociedade a que a pessoa pertence por direito de nascença” (Arendt, 2008, p. 236), deixando claro que, tanto para o povo, quanto para a nação e o Estado-nação, não há meio-termo: ou se faz parte, ou não, potencialmente excluindo de cidadania os indivíduos que não se enquadram no arquétipo nacional (o alemão, o francês, o inglês). Em termos cronológicos, a nação precede a forma dos estados nacionais e, portanto, antecede a Revolução Francesa, porquanto existia mesmo na época absolutista. Por outro lado, “o Estado-nação nasce quando a nação toma posse do Estado e do aparato do governo” (Arendt, 2021, p. 301).

A ideia de pertença que a nação enseja possui como gênese a ideia de uma grande família nacional que também legitima, como visto na seção anterior, a origem da sociedade. Com efeito, a nação, a sociedade e a burocracia foram formadas na potência do simbolismo do sangue, do parentesco e da raça, três elementos que ao passo em que incluem uns, excluem outros, o que auxilia a explicar por que a resistência às regulações burocráticas parece implicar,

em algum momento, a um ataque à própria ideia de nacionalidade e, com ela, ao Estado-nação. Assim, nesse ponto da argumentação se destaca uma diferença entre o retrato da burocracia retratado por Arendt e por Weber: enquanto o segundo a concebeu como reverberação do imperativo da administração racional, a primeira identificou que seu surgimento está eivado de um discurso que apela ao parentesco e a origem sanguínea e nacional comum como elemento de distinção devido ao seu apelo emocional, pois “a família provê um modelo facilmente compreensível para a lealdade que os cidadãos devem nutrir face ao Estado”. Além disso, a retórica do parentesco como nascedouro do sentimento nacional “pode também servir a objetivos sinistros porque consiste nos interesses que pretende negar”, mormente se se tratar daqueles que não pertencem ao grupo nacional. A ideia de parentesco e origem nacional inaugura uma indiferença sistêmica com relação aos diferentes, porém, bastante “tolerável aos de dentro porque apresentada em termos ao mesmo tempo familiares e familiares. A indiferença é arbitrariamente seletiva [...], ela fornece um alibi para a inação” (Herzfeld, 2016, p. 39).

Por outro lado, partindo da defesa de que nenhum homem pode exercer dominação sobre outrem, o Estado-nação nasceu sob o mote da entrega dos incrementos e da legitimação do domínio ao governo. Esse mote, porém, fez com que no desenvolvimento do Estado-nação, a dignidade individual cedesse lugar à vultuosidade da nação, pois se é o homem enquanto membro do povo que origina tanto os direitos individuais quanto os coletivos, o homem *per se*, concebido como espécime singular, é impotente. Isso se tornou premente no final da Primeira Guerra Mundial, quando uma quantidade significativa de indivíduos, ao perder a cidadania concedida por um Estado-nação, se viram judicialmente desprotegidos, o que implica, na pena arendtiana, na expulsão da humanidade, no sentido de eliminação das comunidades políticas fomentadas por estados nacionais²⁸. É nesse sentido que Bernstein (2018) considera o refugiado como o mensageiro do infortúnio, sendo que este substantivo pode ser equiparado ao malogro do modelo do Estado-nação, sem o qual os indivíduos estão privados dos direitos e deveres legalmente instituídos por tal organização. Na ausência de instituições políticas, os direitos são alienáveis, até porque “os tratados de reciprocidade e os acordos internacionais tecem uma teia em todo o mundo que torna possível ao cidadão de cada país levar consigo o seu estatuto

²⁸ Percebendo a importância da discussão que identifica a diluição do Estado-nação com o esvaziamento da aplicabilidade da semântica jurídica, Volk (2022, p. 66-67) descreve: “o argumento da autora parece ser o de que a ausência de direitos dos refugiados arruína a gramática da proposição jurídica em ambos os lados: tanto do lado da condição jurídica (delito) quanto do lado da sequência jurídica (punição) [...]. Embora os refugiados apátridas não tenham cometido nenhum delito, de modo que nenhuma condição legal tenha sido violada, o Estado-nação reagiu com a privação de todos os direitos. Ao formular uma lei que penalizava a inocência absoluta com a absoluta ausência de direitos, a coerência de todo o sistema legal foi colocada em questão, e o conceito de lei foi levado *ad absurdum*. Se a inocência absoluta era punida com a pena máxima, o que deveria se passar com um ladrão?”.

jurídico, não importa para onde vá” (Lang; Williams, 2005, p. 104). A sua diluição prevê porque nas burocracias, desenvolvidas no vácuo de poder deixado pelo Estado-nação, os indivíduos compartilham da mesma situação de insegurança jurídica, de superfluidade e de incapacidade de participação. Ao fim e ao cabo, em instituições burocráticas, todos os homens se convertem em mensageiros do infortúnio, normalizando a decomposição do Estado de Direito preconizado pelo Estado-nação e na “erosão da constitucionalidade e do Estado de Direito, e na ameaça de uma polícia de Estado, Arendt vê mudanças sistêmicas que tornam concebível o declínio da ordem do Estado-nação” (Volk, 2022, p. 71)²⁹, até porque ele não pode permanecer no esvaziamento do princípio de igualdade perante a lei.

Tais argumentações se coadunam com as proposições de Almeida (2020), para quem podem ser entrevistados *fatores externos* (advento do imperialismo, ascensão de movimentos de unificação étnica sob o mote do nacionalismo tribal, desintegração de impérios europeus, crises financeiras e políticas, eventos frente aos quais as estruturas do Estado-nação se mostraram insuficientes para refreá-los) e *internos* (a conquista do Estado pela nação, a incapacidade estatal de conferir cidadania àqueles que não pertencem ao grupo nacional, a tendência à centralização) responsáveis pelo enfraquecimento do modelo dos estados-nacionais e de sua obtusidade para lidar com cinturões de populações mistas sob as quais, no período entreguerras, recaiu o *status* de uma inferioridade que as deixou à margem da salvaguarda legal. A verdade é que tanto os fatores externos quanto os internos demonstram a incapacidade do Estado e da nação coexistirem sem que os interesses da segunda solapem o campo de atuação do primeiro, de modo que a própria formulação de um Estado-nação seria, em termos arendtianos, impraticável por se tratar de modos de organização fundamentalmente contraditórios.

Do exame sobre a nação pode-se compreender porque para a autora nem a Inglaterra, nem os Estados Unidos são estados-nação, ou seja, não haviam sido unificados por sangue e solo: enquanto a primeira não congrega o povo inglês em um mesmo território – ao contrário, a maior parte vive fora do Reino Unido –, o segundo possui um formato estatal diferente, uma república legitimada pela existência de cidadãos vinculados mediante a lealdade juramentada à Constituição, um sistema federativo assentado na divisão dos poderes, porém,

²⁹ Acerca da polícia de Estado, em “O declínio do Estado nação e o fim dos Direitos do Homem”, Arendt explana: “O Estado-nação, incapaz de prover uma lei para aqueles que haviam perdido a proteção de um governo nacional, transferiu o problema para a polícia. Foi essa a primeira vez que a polícia da Europa Ocidental recebeu autoridade para agir por conta própria, para governar diretamente as pessoas [...]. A sua força e independência da lei e do governo cresceram na proporção direta do influxo de refugiados. Quanto maior era o número de apátridas [...], maior era o perigo da gradual transformação do Estado da lei em Estado policial” (Arendt, 2011b, p. 321).

sem centralização, modelo “concebido e implementado em contraste com o princípio de poder centralizado que se havia desenvolvido na Europa durante o absolutismo” (Arendt, 2021, p. 301). Acrescenta-se a esse formato o fato de que o povo estadunidense é heterogêneo, ou seja, formado por uma mistura de povos que inviabiliza que a nacionalidade seja condição para o asseguramento da cidadania; ao contrário, ela é considerada um dado privado como qualquer outro.

A partir desses dois países, pode-se entender por que, na leitura arendtiana, a real possibilidade de participação popular nos processos de tomada de decisão somente é possível quando a centralização do Estado-nação é substituída por instâncias mais descentralizadas em variados centros de poder, nos moldes dos conselhos ou dos sistemas federativos, alternativas desejáveis em substituição ao Estado-nação. Como os indivíduos e os grupos são impotentes frente ao monopólio do poder burocraticamente organizado, a impotência do cidadão nessas condições é antinômica a quaisquer formas de participação. Assim, de modo similar ao que, com relação à política externa, é imperioso debater formas de convivência que viabilizem que a guerra não se constitua como a *ultima ratio*, na política interna é mandatório o confronto com “o problema de como organizar a sociedade de massa moderna, de modo a permitir uma livre formação de opinião, uma troca sensata de opiniões, de maneira que assim o indivíduo se responsabilize pelas questões públicas” (Arendt, 2021, p. 305).

Da confluência entre Estado e nação pode-se identificar que os nacionalismos são o sintoma mais claro da sobrevalência da nação em detrimento do Estado, ou seja, denota que a instituição jurídica estatal, que declarava salvaguardar os direitos dos homens, ao passo em que se identificou com mais força com a nação, passou a definir o cidadão como o participante do grupo nacional, o que iniciou a confusão entre os direitos humanos e os direitos nacionais, desvelando a impossibilidade dos primeiros serem assegurados fora das condições e limites estabelecidos pelos estados, posto que “desde o momento de sua criação, os direitos do homem entrelaçaram-se com o direito do povo à sua autodeterminação” (Lang; Williams, 2005, p. 101). Além disso, “na medida em que o Estado é um projeto de poder agressivo [...], a nação, ao se identificar com o Estado, adquire todas essas qualidades e passa a reivindicar a expansão como um direito nacional, uma necessidade em prol da nação” (Arendt, 2008, p. 236), tal como foi feito durante o imperialismo.

Partindo de tais constatações, pode-se retrair o cenário proposto pela terceira pergunta que inaugura o presente subcapítulo assentindo que a diluição do Estado-nação equivale ao esvaziamento das formas jurídicas que por ele eram asseguradas, o que, *mutadis mutandis*, torna universal o problema da ausência de direitos. Dito de outro modo, ao se firmar

na diluição dos Estados-nação, a burocracia se instala e potencializa um estado de coisas em que os direitos são meramente *pro forma* – tornando todos os cidadãos não-cidadãos, indesejáveis em alguma medida. Tomando como referencial o refugiado enquanto o epítome do homem moderno, que não se encaixa nos parâmetros postos por um mundo cindido em estados nacionais, a burocracia torna a todos uma espécie de refugiado, já que não há pertença real (mesmo que formalmente exista), nem igualdade política, que somente pode ser assegurada no contexto de uma comunidade politicamente instituída.

O Estado como instrumento da nação fez com que gradativamente as instituições do primeiro fossem concebidas como veículos a partir dos quais a segunda – e, posteriormente, a raça – pudesse se afirmar, o que leva Arendt a intuir que a degeneração da política começa não com a glorificação da forma-Estado, mas, com a sua diluição, convertida em meio para a consecução de imperativos nacionais. Dito de outro modo, a degeneração dos estados nacionais tornou patente sua incapacidade de lidar com a heterogeneidade, porquanto se assenta no oposto (Volk, 2022). É com a diluição do Estado em detrimento da potencialização da nação que a burocracia encontra a esfera pública desértica e, com isso, dispõe das condições para se firmar.

A razão pela qual comunidades políticas altamente desenvolvidas, como as antigas cidades-Estados ou os modernos Estados-nações, tão frequentemente insistem na homogeneidade é que esperam eliminar, tanto quanto possível, essas distinções e diferenciações naturais que, por si mesmas, despertam silencioso ódio, desconfiança e discriminação, porque mostram com impertinente clareza aquelas esferas onde o homem não pode atuar e mudar [...]. O estranho é um símbolo assustador pelo fato da diferença em si e evoca essa esfera onde o homem não pode atuar nem mudar e na qual tem, portanto, uma definida tendência a destruir (Arendt, 2011b, p. 335).

Com efeito, mesmo que a estrutura externa da maioria dos estados-nacionais tenha resistido ao período imperial, primeiro duro golpe que ele enfrentou a partir da segunda metade do século XIX e que coincide com o advento da burocracia, seu fôlego verdadeiramente político não sobreviveu ao decaimento da estrutura estatal à mera provedora de ditames econômicos respondíveis administrativamente, crise proporcional ao aumento da força da nação e da ideia de uma identidade que repercute a mesma origem sanguínea (que, por sua vez, remonta à ideia de parentesco) e a mesma raça. Partindo desse panorama, Canovan (1974, p. 42) arrazoou que a concepção arendtiana de Estado-nação é fulcral para o entendimento da autora acerca da burocracia, do totalitarismo e do imperialismo e, com eles, do esvaziamento progressivo do significado conferido “a antiga base da comunidade política e dos direitos”. Com o esvaziamento das instituições do Estado-nação, as fragilidades inerentes aos direitos humanos revelaram sua face, tornando inviável “invocar os Direitos do Homem para reivindicar direitos iguais para aqueles que não eram nacionais” (Gündogdu, 2015, p. 44).

Além disso, o desenvolvimento industrial e econômico que fundamentou o imperialismo diluiu o princípio territorial do Estado-nação, porquanto impôs o fomento a transações que ultrapassavam as fronteiras nacionais e, portanto, impulsionou a ingerência sobre outros estados. Uma economia em constante crescimento – aliada a uma política cada vez mais voltada para possibilitá-lo – significava uma contradição em termos com o modelo do Estado-nação, mesmo que também representasse a sua “tentativa de sobrevivência [...] como entidade política nas condições da indústria e da economia moderna, condições em que viviam os povos da Europa e que em breve governariam o mundo inteiro” (Arendt, 2021, p. 303).

Dito de outro modo, a priorização dos interesses econômicos se contrapunha a essa forma de Estado não apenas no seu princípio de territorialidade – e, com ele, a trindade povo, território e Estado –, mas também à sua natureza jurídica, que ao conferir salvaguarda de direitos aos cidadãos congregados em um mesmo território, impedia que o Estado lhes oferecesse riscos. Dessa feita, o experimento imperialista infringiu danos à estrutura do Estado-nação em pelo menos três momentos principais: 1) quando ultrapassou as fronteiras nacionais (e, com isso, diluiu o tripé que justificava o Estado); 2) quando colocou em xeque a existência do Estado-nação como um Estado de direito e, portanto, constitucional; 3) o pensamento racial em uma perigosa substituição à ideia de nação – e, inclusive, ao nacionalismo – como fator de congregação de indivíduos em um determinado território, de modo que apenas os participantes de uma mesma raça teriam direito de residir nele sem correr o risco de expulsão ou extermínio.

O advento da burocracia acenou também para a incapacidade do Estado-nação em garantir liberdade e igualdade, mesmo que ela tenha sido a reverberação do modelo centralizado sob o qual ele se afirmou, demonstrando que seus arranjos institucionais não necessariamente cumprem sua promessa de salvaguarda de direitos e de possibilidade de participação, tese que demonstra que ao passo em que a burocracia assenta suas bases nos vácuos de poder deixados pela diluição dos estados nacionais, as fragilidades desse modelo já poderiam ser identificadas em sua origem, mormente em sua tendência a centralização e a cisão entre *nós* e *eles* estabelecida pela ideia de nacionalidade, o que se coaduna com o alheamento e com a tendência da burocracia de sistematicamente empreender categorizações, porquanto “todas as classificações burocráticas são calibradas, em última instância, pela capacidade do Estado-nação em distinguir entre os de dentro e os de fora” (Herzfeld, 2016, p. 107). Bobbio (2004, p. 427) analisa a mesma conjuntura destacando alguns predicados dos estados-nacionais que coadunam com a burocracia e, assim, que ensejavam as sementes de sua própria destruição:

É fácil de entender, neste processo, o papel desenvolvido pelas chamadas premissas necessárias para o nascimento da nova forma de organização do poder. A unidade de

comando, a territorialidade, o seu exercício através de um corpo qualificado de auxiliares “técnicos” são exigências de segurança e de eficiência para os estratos de população que [...] não conseguem desenvolver suas relações sociais e econômicas no esquema das antigas estruturas organizacionais (Bobbio, 2001, p. 427).

Assim, se desde os rearranjos políticos logrados com o final do Império Romano e, posteriormente, do feudalismo, as estruturas de governança já se firmavam como o conjunto das redes tecidas por tais relações e unificadas pelas instituições governamentais, o Estado-nação moderno, ensejando para si atributos como mundanidade, humanidade, racionalidade e finalidade, cuja força retórica remonta ao período iluminista, mediante uma gradativa centralização, fez com que “invocar os próprios direitos não funcionava se não houvesse um Estado ao qual fazer exigências e, portanto, o direito a ter direitos deve ser reformulado como o direito a ter cidadania” (Heberlein, 2021, p. 123). Mediante o decaimento dessa forma-Estado e a manutenção da cidadania nos moldes que somente fazem sentido em seu pleno funcionamento, a burocracia inviabiliza o direito à cidadania da maioria dos homens. Não à toa a “ascensão do soberano onipotente ocorreu paralelamente à ascensão do Estado-nação moderno e a formação de um aparelho burocrático e administrativo central. Esse desenvolvimento paralelo significa que o Estado é uma mera réplica, numa escala maior, do domínio privado, onde um ente monológico, majoritariamente patriarcal, governa os súditos” (Kalyvas, 2008, p. 211). Corrobora-se, assim, a assertiva arendtiana de que as formas de dominação repercutem, em diferentes proporções, o paradigma de imposição perpetuado pelo *pater família* (Arendt, 2006), modelo de sujeição que foi, *mutadis mutandis*, conduzido para a esfera pública até se converter em parâmetro de dominação, de tal modo que

[...] a desintegração moderna da família patriarcal é apenas parte integrante da sua absorção em grupos sociais, cuja expressão política tem sido o Estado-nação. O Estado-nação começou com uma forma de governo, a monarquia absoluta, que era analogia direta da família patriarcal, mas desenvolveu-se muito naturalmente no sentido de burocracia, que Hannah Arendt intitula de *governo de ninguém*, a substituição do governo pela administração da sociedade, excluindo qualquer responsabilidade ou tipo de ação ou liberdade individual (Canovan, 1974, p. 86).

Portanto, uma das principais características dos estados nacionais é a progressiva “centralização do poder segundo uma instância sempre mais ampla, que termina por compreender o âmbito completo das relações políticas”, o que inclui não apenas o repertório politológico circunscrito em um dado território, mas também o monopólio dos instrumentos da violência e seu uso legitimado. Neste processo, “fundado sobre a concomitante afirmação do princípio da territorialidade [...] e sobre a progressiva aquisição da impessoalidade do comando político, através da evolução do conceito de *officium*, nascem os traços essenciais de uma nova forma de organização política” (Bobbio, 2001, p. 426), manifesta na burocracia estatal. O

Estado em prol da nação tende a centralizar as instituições governamentais em torno de si mesmo, monopolizando a vida política e estabelecendo uma discrepância entre o Estado centralizado e a sociedade atomizada: o membro do grupo familiar dominado pelo *pater familia* não é absorvido por classes, mas diluído na sociedade de massas, na qual a identificação tende a ser etiquetada pela função (*oficium*), porquanto esta deixa entrever em qual parte da pirâmide o sujeito está inserido. O Estado-nação moderno, em prol do interesse nacional, frequentemente equiparado à segurança e ao usufruto de bens privados por parte dos homens e mulheres, “condena o cidadão à passividade e ao confinamento da esfera privada e social em detrimento da sua liberdade pública e participação política, tornando, assim, o ideal de soberania popular uma mera ficção. O resultado é a impotência do cidadão e a despolitização da esfera pública” (Almeida, 2020, p. 43). O próximo passo dessa antinômica radicalização entre o Estado centralizado e os interesses de uma sociedade atomizada é a transformação do Estado-nação em Estado-burocrático e, por fim, Estado totalitário.

Certamente, o perigo desse desfecho já era inerente à estrutura do Estado-nação. Mas, como a sua criação coincidia com a de governos constitucionais, os Estados-nações sempre haviam representado o domínio da lei, e nele se baseavam, em contraste com o domínio da burocracia administrativa e despotismo, ambos arbitrários. De modo que, ao se romper o precário equilíbrio entre a nação e o Estado, entre o interesse nacional e as instituições legais, ocorreu com espantosa rapidez a desintegração dessa forma de governo e de organização de povos (Arendt, 2011b, p. 309).

Poucas vezes ficaram mais patentes as limitações do princípio de nacionalidade na formação de Estados do que no pós-Primeira Guerra, quando diversos povos foram organizados em estados em que não havia nem conexões históricas com os solos nativos, nem homogeneidade que convertesse os muitos em um só povo. Ao contrário, os “Estados criados entre as duas Grandes Guerras continham vários grupos étnicos, cada qual reivindicando uma soberania nacional, o que tornou impossível assimilá-los” (Arendt, 2021, p. 302). A consequência daí advinda foi uma apatridia em larga escala que abalou o princípio dos estados nacionais, segundo o qual essa massa não poderia ser assimilada e, consequentemente, nenhum outro Estado-nação poderia lhe garantir a proteção legal perdida na dissolução de seus territórios anteriores, demonstrando que a salvaguarda jurídica só se estende àqueles que compartilham da organização nacional. A verdade é que “o influxo de apátridas e a completa ilegalidade a eles infligida colocaram em perigo a existência do Estado-nação como Estado de direito e Estado constitucional, ameaçando seus pilares” (Arendt, 2021, p. 302-303).

O dispositivo político do Estado-nação foi predominantemente malsucedido em todas as suas tentativas de imitar o desenvolvimento clássico de império – assim como as nações

imperialistas também o foram –, porquanto os modelos da Antiguidade conseguiam congregiar uma ampla heterogeneidade de indivíduos e povos sob uma lei comum, enquanto os Estados nacionais modernos não eram unificados mediante a lei ou a heterogeneidade, mas através da homogeneidade e do consentimento, movimento que flertava com formas tirânicas de governar. Porém, se os malogros da política dos séculos XIX e XX – que não à toa são os períodos em que a burocracia se originou e desenvolveu – se relacionassem apenas com as fragilidades do modelo dos estados nacionais, minorar suas tensões seria exequível com o fortalecimento das ordens institucionais voltadas para a proteção dos indivíduos e do corpo político. Na verdade, “a investigação de Arendt sugere que, embora algumas estruturas institucionais sejam mais promissoras em termos de oferecer garantias efetivas de igualdade de direitos, nenhuma forma institucional pode estar livre dessas tensões” (Gündogdü, 2015, p. 44).

Diante de tantas disfunções, Arendt não era otimista com o Estado-nação, até mesmo porque seus dispositivos de refreio de poder se mostraram como uma acumulação que se converteu em poder organizacional total. Se, por um lado, “o Estado-nação não é apenas um baluarte contra o imperialismo interno, mas, ao mesmo tempo, a única organização de poder que poderia permitir e conduzir o imperialismo externo”, isso significa que a burocracia repercute não somente o definhamento do Estado-nação, mas que ele pode ensejar em si a semente de sua destruição.

Sem o poder do Estado-nação moderno, nem a transformação do pluralismo em liberdade de expressão, nem a constitucionalização do poder público despótico, nem a reinserção social do capitalismo moderno, nem o estabelecimento da democracia moderna teriam sido possíveis. Mas sem o poder do Estado, a multidão, mesmo que executasse as mais terríveis ideologias do século XX [...], nunca poderia causar o regime totalitário, o genocídio industrializado ou guerra global [...]. O anti-Estado totalitário não é a central autodestrutiva que atinge o Estado a partir do exterior, mas é o próprio poder executivo do Estado que se torna antipolítico e destrói o Estado a partir de dentro (Brunkhorst *in* Goldoni; McCorkindale, 2012, p. 221).

2.4 A burocracia partidária

Eu lhe digo, Winston, que a realidade não é externa. A realidade existe na mente humana e em nenhum outro lugar. Não na mente individual, que pode cometer erros e, de qualquer forma, logo perece: apenas na mente do Partido, que é coletivo e imortal. Tudo o que o Partido considera verdade, é verdade. É impossível ver a realidade exceto olhando através dos olhos do Partido (Orwell, 2009, p. 200).

Um exame sobre a burocracia partidária, cada vez mais intrincada e setorializada, aponta para duas situações dissonantes: em primeiro lugar, é extensa a quantidade de autores e estudos que se dedicam à investigação de como os partidos políticos atuam (e muito desse *boom* se deve justamente às ressonâncias dos Partidos Nazi e Comunista para a implementação dos

regimes totalitários) e como é importante estabelecer limitações constitucionais ao seu campo de atuação. Por outro lado, mesmo nas Ciências Políticas, o esforço por analisar sua estrutura, ou, conforme intitulou Bolognesi (2020), sua *vida interna*, ainda é notadamente escasso, de modo que a sistematização de suas investigações data do final da década de 1940, alcançando um moderado desenvolvimento em meados de 1980 e apenas a partir de 2000 teve maior amplitude.

Os períodos descritos se coadunam com o desenvolvimento das escolas de investigação sobre os partidos políticos: no final da década de 1940, autores como Key Jr. (1949) consideravam que a evolução das organizações partidárias seguia um fluxo na direção do desenvolvimento, porém, tal processo aconteceria de modo distinto em cada país, a depender da utilização da tecnologia, da fragmentação da sociedade, da conversão das demandas econômicas em necessidades simbólicas – e simbolicamente expressas em um discurso voltado para as multidões – e do decaimento das classes políticas em favor dos movimentos de massa que, mesmo que tenham desenvolvido “certo gosto pela organização política”, não “se unem pela consciência de interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis” (Arendt, 2011b, p. 361).

Já o segundo período oferece um contraponto com relação ao primeiro no que concerne a linearidade e ao fluxo dos partidos políticos rumo ao desenvolvimento. A partir de uma série de dados históricos e estatísticos, Kenneth Janda (1980), representante dessa escola, propôs que os partidos se originam mediante a confluência de uma série de tensões que envolvem o controle de recursos, por um lado, e as disputas por poder, por outro, demonstrando que os partidos não tecem relações determinísticas com as conjunturas que os originam e que se assentam na sempre cambaleante relação entre a disputa por cargos públicos e o acúmulo de capital.

Por fim, a nova agência de estudos sobre os partidos políticos fomentada em meados dos anos 2000 busca considerar as experiências político-partidárias dos países latino-americanos, asiáticos e do Leste Europeu a fim de entender questões que as leituras eurocentradas das análises anteriores deixavam escapar, como a importância da vinculação entre os eleitores, os partidos e os processos eleitorais, o que implicava examinar o *modus operandi* dos partidos e sua própria constituição (Scarrow; Webb; Poguntke, 2017).

Nesse sentido, as reflexões arendtianas sobre o assunto confluem com a primeira fase, o que demonstra sua perspicácia em identificar que o modelo pós-Segunda Guerra tendia a fazer com que a vida política dos países gravitasse em torno da “política de partido” (Arendt, 2021, p. 237). Tal constatação coaduna com os estudos de Scarrow, Webb e Poguntke (2017),

para quem entender a política perpassa compreender a estrutura das agremiações. Segundo Bolognesi (2020, s./p.), já que “a estrutura organizacional aponta para a máquina partidária e a disposição desses recursos em dado território e tempo”, sua mecânica se firma no tripé *burocratização-profissionalização-oligarquização*, pois na medida em que “o partido cria funções específicas para a divisão do trabalho, implementa burocracia remunerada e estratifica suas decisões, o destino será uma organização marcada pela dominância de poucos sobre muitos, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam” (Bolognesi, 2020, s./p.).

Em *Sobre a revolução*, Arendt (2016c, p. 340) assevera:

[...] a característica dos sistemas partidários [...] é que eles indicam candidatos para cargos eletivos ou para o governo representativo, e pode até ser correto dizer que “o ato de indicar basta por si só para dar origem a um partido político”. Portanto, desde o início, o partido como instituição pressupunha ou que a participação do cidadão nos assuntos públicos era garantida por outros órgãos públicos ou que tal participação não era necessária e as camadas da população recém-admitidas deveriam se contentar com a representação ou, por fim, que todas as questões políticas são, em última análise, problemas administrativos a ser tratados e decididos por especialistas, caso em que nem mesmo os representantes do povo chegam a dispor de uma autêntica área de ação, mas são funcionários administrativos cujo encargo, embora no interesse público, não se diferencia na essência dos encargos de uma administração privada.

De pronto, é mandatório indicar que a leitura arendtiana acerca dos partidos políticos guarda, *mutadis mutandis*, algumas semelhanças com as formulações weberianas sobre o tema³⁰, principalmente com o que o autor desenvolveu ao se apartar de uma leitura puramente sociológica e se voltar para os seus escritos políticos, como “A política como vocação” e em “Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída: uma contribuição à

³⁰ Essa semelhança não é estranha, em primeiro lugar, devido à relevância da teoria weberiana da burocracia, a qual Arendt não era alheia, tanto que o cita em *Origens*. Ademais, Arendt conhecia os Weber, especialmente Marianne, com quem manteve comunicação. Em seguida, devido a admiração de Karl Jaspers ao cientista social, o que motivou que ele sugerisse à autora a relevância do estabelecimento de tipos à la Weber para examinar as características dos eventos políticos do século XX, o que poderia, inclusive, fornecer um suporte para sua investigação, já que os conceitos tradicionais não podem fazê-lo. Em uma correspondência na qual conversam sobre *Origens*, Jaspers sugere: “Imagino que você esteja corrigindo as provas para o seu grande livro. Você não deveria reler Max Weber sobre o arquétipo ideal? Para que, se algo da antiga visão total da história permanecer em seu texto, até mesmo esse último traço desapareça?” Como resposta, em uma carta endereçada a Jaspers, datada de 25 de junho de 1950, Arendt afirma: “instigada, li muito Max Weber [...]. A sobriedade intelectual de Weber é impossível de igualar, pelo menos para mim. Comigo, há sempre algo de dogmático pendurado em algum lugar”. Em uma correspondência de Jaspers enviada a Arendt em 3 de abril de 1953, ele questiona as formulações arendtianas sobre os tipos, propondo indagações que poderiam, inclusive, ser direcionadas sobre o exame da autora sobre a burocracia: “Você retratou de forma convincente esse tipo de regra, que de fato e por sua própria natureza não está mais em conformidade com os tipos de Montesquieu [...]. Aqui eu pergunto: quais são as coisas no mundo real que não estão em conformidade com esse tipo? Parece-me, nesse momento específico, haver muitas [...]. A próxima pergunta é: o que tornou esse tipo possível? Seu livro fornece uma série de respostas importantes para essa pergunta. Mas tudo isso, toda a percepção que emerge dele, é limitada pelas mesmas frases que Max Weber escreveu após completar seus estudos meticulosos sobre o espírito (visto arquetipicamente) como produto da ética calvinista (também vista arquetipicamente)” (Arendt; Jaspers, 1993, p. 149-150; 209).

ciência política do funcionalismo e da política partidária”, nos quais alinha o desenvolvimento da burocracia partidária à agudização da burocracia estatal, mormente ao considerar que “os parlamentos modernos são, em primeiro lugar, órgãos representativos dos indivíduos governados pelos meios da burocracia” (Weber, 2014, p. 211). Seu núcleo central, para o sociólogo, “financia o partido com o apoio de patrocinadores, de interesses econômicos, de indivíduos que buscam cargos públicos ou de associados contribuintes, assim como define programas e seleciona candidatos” (Weber, 1980, p. 19), assinalando a importância que a economia exerce no campo de interesse da burocracia partidária, sistema que “permite que pessoas com as qualidades de um funcionário público útil, mas sem uma sombra sequer de talento político, mantenham-se em posições de liderança até que alguma intriga as faça desaparecer de cena para substituí-las por outras figuras do mesmo tipo” (Weber, 2014, p. 215). Coadunando-se com esse estado de coisas, os partidos como organizações centradas na concessão de cargos e na consecução de fins deliberados, mesmo que disponham de caráter associativo, se destacam por sua motivação administrativa, ponto da crítica weberiana ao Parlamento na República de Weimar, que havia se tornado o *locus* de carreiristas burocratas, não o espaço de líderes políticos. Contrariamente, um Parlamento ativo seria aquele que supervisiona a administração das instituições públicas, mas não se restringe a ela.

Assim, a consequência da ascensão da administração, “cujos encargos são ditados pelas necessidades subjacentes a todos os processos econômicos” (Arendt, 2016c, p. 341) em detrimento dos espaços de participação popular no tecido dos governos, é a burocracia partidária, de tal modo que “faz parte da própria natureza do sistema partidário substituir a fórmula ‘governo do povo pelo povo’ por ‘governo do povo *por uma elite do povo*’” (Arendt, 2016c, p. 346, grifo da autora). Com efeito, a ascensão dos partidos é recente: apenas em meados do século XIX não apenas os processos eleitorais, mas a política *per se* começou a ser cindida em instituições partidárias, cuja *anima* inicial era que tais coletivos fossem “viveiros da elite política do país” (Arendt, 2021, p. 234)³¹.

O interesse primário da forma-partido era fomentar o debate e ampliar os espaços de participação, fornecendo às massas a estrutura para recrutar “dentre elas mesmas suas próprias elites” (Arendt, 2016c, p. 346). Porém, tal *anima* já nasceu inviabilizada porque não

³¹ Estamos cientes das críticas à opinião arendtiana de que porquanto os homens são livres, inclusive, para não participar da política, seria inevitável que uma elite política fosse formada pelos homens e mulheres interessados na condução dos assuntos públicos. Certamente a autora não considerava salutar que tal grupo exercesse o monopólio das decisões, ou que fosse uma *societas* fechada, tal como afirma em “Reflexões sobre as convenções nacionais de 1960: Kennedy x Nixon”, porém, Parehk (1981) caracteriza como ingênua a leitura arendtiana sobre a formação de uma elite política que naturalmente seria a representante legítima dos interesses do povo.

foi acompanhada por nenhum tipo de propedêutica ao ingresso na vida pública, o que fomentou a indiferença cada vez maior de parcela significativa da população com relação aos seus atributos e porque os partidos rapidamente se organizaram burocraticamente e é da essência da burocracia se firmar mediante o alheamento.

Sem dúvida, o partido como principal instituição do governo democrático corresponde a uma das grandes tendências da era moderna, o nivelamento crescente, constante e universal da sociedade; mas isso não significa [...] que corresponda também à significação mais profunda da revolução na era moderna. A “elite surgida do povo” substituiu as elites pré-modernas de berço e riqueza; em momento ou lugar algum habilitou o povo *qua* povo a ingressar na vida política e a se tornar participante nos assuntos públicos. A relação entre uma elite dirigente e o povo, entre os poucos que entre si constituem um espaço público, e os muitos, que passam a vida fora desse espaço, na obscuridade, permaneceu inalterada (Arendt, 2016c, p. 346).

Porém, se esse fôlego inicial acabou se convertendo em máquinas partidárias que reduziram a real possibilidade de participação popular, mote da crítica de Rosa Luxemburgo aos partidos, para quem a gênese da política é a espontaneidade e “a boa organização não precede a organização, mas é produto dela” (Young-Bruhel, 1997, p. 352), o cenário sob o qual se desenvolveu a burocracia partidária é bem diferente do que a inspirou. É nesse sentido que na reportagem do jornalista John Leo para o *The New York Times*, em 25 de maio de 1969, Arendt asseverou: “Eu cheguei à conclusão de que são as máquinas dos partidos que realmente nos tornam impotentes” (Leo, 1969, p. 40) e que em “Reflexões sobre as convenções nacionais de 1960: Kennedy x Nixon”³² argumentou: “Por trás das fanfarras, das paradas, da oratória, estavam as salas cheias de fumaça em que negociações entre os dirigentes dos partidos eram realizadas [...]; o fardo da mediocridade beirando a estupidez, dos truísmos, da retórica vazia e da espantosa ignorância” (Arendt, 2021, p. 233-234) sobre temas caros ao bem comum, e muitas vezes de conhecimento público. Desse modo, a burocracia e a impossibilidade dos indivíduos que não sejam filiados aos partidos participar da vida política justifica a crítica de Arendt a tais organizações como desdobramento de suas ressalvas com relação ao próprio Estado, “no sentido de que ela coloca o problema da posição do poder no interior do Estado e o problema da relação dos cidadãos com esse poder” (Volk, 2022, p. 225).

³² Importante ressaltar que esse é o único manuscrito de Arendt em que a burocracia partidária é tomada como objeto central de investigação (mesmo que tenha falado sobre ela sob as vestes de uma discussão relevante, porém transversal em outras ocasiões, como em “A Revolução Húngara e o imperialismo totalitário”, *Origens do totalitarismo* e *Sobre a Revolução*). Podemos imputá-lo à própria teoria política da autora e sua defesa de que o poder político real não se situa nos governos e em suas organizações, mas é um potencial presente sempre que os homens agem em consenso. Por isso Arendt permanece muito mais interessada no fenômeno político de modo geral do que “nas instituições que tentam controlar ou regular pessoas” (Topolski, 2015, p. 67).

Se a reverberação dos partidos políticos é a dominação e a restrição da participação dos muitos na vida política, sua origem também acaba remontando a tais distinções. De acordo com Duverger (1980), foi na Inglaterra e nos Estados Unidos dos séculos XVIII-XIX que instituições legalmente previstas foram criadas com o fito de congregar partidários de determinadas ideias políticas, justificando a observação arendtiana de que “a origem histórica do sistema partidário se encontra no Parlamento” (Arendt, 2021, p. 174), e não no povo. Tal constatação ganha contornos mais delineados quando se destaca que o período em que os partidos políticos surgiram não à toa coincide com o advento da classe burguesa e seu gradativo anseio por ampliar seu campo de ingerência política e, como será visto mais adiante, coaduna também com o surgimento da burocracia³³.

Depois da Revolução Americana, as tendências para o estabelecimento de um Estado baseado em partidos políticos tornaram-se mais fortes; estes acabariam por fornecer a base para a moderna democracia de massas. Para Arendt, a característica distintiva deste tipo de sistema político é o fato dos cidadãos serem livres apenas no sentido negativo. Perderam sua liberdade política – a liberdade de autogoverno baseada na ação comum e na deliberação partilhada – para os seus delegados, para os grandes partidos políticos, para os órgãos representativos, para uma burocracia poderosa e para grupos de interesses organizados (Wellmer *in* Villa, 2001, p. 221).

As legendas partidárias nasceram do solo aplainado pela cisão entre aqueles que se interessavam em se tornar políticos profissionais e as massas que “os partidos haviam abandonado por lhes parecerem demasiado apáticas ou estúpidas para lhes merecerem atenção” (Arendt, 2011b, p. 361). A cisão entre esses polos e a própria força dos partidos, gradativamente organizados de forma mais burocratizada, se difundiram rapidamente, principalmente durante e após as revoluções Francesa e Americana, fomentando a setorialização da estrutura partidária: mesmo que os partidos não possam ser equiparados às entidades estatais³⁴, desempenham função crucial na manutenção dos sistemas representativos e, para tanto, possuem uma estrutura organizacional bem demarcada. Ademais, “dado que os partidos são importantes para as carreiras políticas, a carreira dos políticos depende dos partidos e, portanto, a conquista e a manutenção do controle sobre as estruturas partidárias tornam-se variáveis-chave” (Guimarães; Sathler; Braga, 2019, p. 27).

Nesse sentido, é imprescindível destacar *como e porque* a burocracia partidária influencia a burocracia governamental. Inicialmente, é mandatório considerar que os partidos

³³ As reverberações do anseio da burguesia por poder político serão retraçadas mais pormenorizadamente no próximo capítulo, sobre o surgimento da burocracia como forma de governar mediante a figura de Lorde Cromer.

³⁴ Conforme consta na Resolução N° 23.571, de 29 de maio de 2018, publicada pelo Superior Tribunal Eleitoral (STE), disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/normas-editadas-pelo-tse/resolucao-no-23-571-de-29-de-maio-de-2018-2013-brasilia-df>.

são reverberações das cisões sociais e políticas e, ao mesmo tempo, repercutem os seus conflitos, o que conduz à constatação de que eles tendem a reproduzir o modelo político adotado no Estado, o que inclui sua burocracia. Tomando como base o cenário brasileiro, a própria origem dos partidos o comprova: o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por exemplo, foram criados a partir do aparato burocrático do governo de Getúlio Vargas, sendo o primeiro composto por membros do Departamento Administrativo do Serviço Público enquanto o segundo foi formado por funcionários do Ministério do Trabalho, o que se coaduna com o surgimento da própria forma-partidária que, como visto, teve como *locus* o parlamento e o funcionalismo público das nações europeias. Partindo daí pode-se entender por que o principal objetivo dos partidos é oferecer possibilidade de representação aos cidadãos, em um *continuum* com relação ao que é próprio dos sistemas representativos, que é justamente fomentar uma tessitura política que lhes possibilite ter seus interesses representados. No Brasil, o artigo 17 da Constituição Federal de 1988 assegura a legitimidade desse contexto, no qual os partidos “possuem o monopólio das candidaturas e são os atores centrais na condução do governo e da oposição e nas eleições” (Martins Junior, 2015, p. 81).

Portanto, a indagação sobre a vinculação entre a burocracia partidária e a governamental deve considerar, antes de quaisquer idiossincrasias, que cabe aos partidos justamente assegurar a legitimidade do sistema representativo e a manutenção do Estado Democrático de Direito, já que as eleições são garantidas justamente mediante a existência dessas legendas, corroborando o que Arendt caracterizou como *política de partido*, que tende a formação de blocos oligárquicos que elaboram boa parte das diretrizes das burocracias governamentais. Isso faz com que mesmo nas legendas que defendem mais veementemente a participação popular nos processos decisórios “a expansão e o desejo de vitória eleitoral e da manutenção em si da organização exigem a concentração de poder nas mãos de alguns poucos líderes partidários” (Martins Junior, 2015, p. 68), criando o cenário profícuo para a polarização da burocracia governamental mediante a formação de personalidades políticas associadas a partidos.

Para viabilizá-lo, as burocracias partidárias costumam reproduzir, *mutadis mutandis*, os quadros que compõem a burocracia governamental, em um cenário em que uma complementa a outra. No que concerne a tal relação, recorremos aos estudos de Katz e Mair (1995), que consideraram que o tipo predominante de partido nas democracias de massa dos séculos XX-XXI são os *partidos carteis*, cujo distintivo é justamente a sua relação de dependência mútua com relação ao Estado, considerada basilar para lograr recursos para a manutenção da organização partidária. Coadunando com tal argumentação, Mair (1994, p. 168)

descreve as confluências que demonstram a relação entre a burocracia governamental e a partidária: 1) A salvaguarda do acesso e veiculação em veículos de comunicação de massa, regulamentados pelo Estado, com o fito de propaganda e comunicação com o eleitorado; 2) O Estado funciona como um mantenedor essencial de recursos humanos disponíveis para os partidos: por exemplo, assessores parlamentares e funcionários com vínculo empregatício reconhecido pelos partidos são pagos com verbas estatais; 3) As atividades e a organização dos partidos seguem as setorializações e regulamentações do Estado; 4) Cabe ao Estado legitimar tanto os partidos quanto os cargos que estes ocuparão; 5) Os partidos recebem e utilizam verbas estatais a fim de distribuir incentivos financeiros aos seus membros ou grupos de apoiadores.

As reverberações dessas intrincadas relações entre burocracia partidária e governamental alteram não só a vinculação entre ambas, mas especialmente o relacionamento delas com os cidadãos. Por exemplo, se o objetivo dos primeiros partidos era intermediar os interesses dos grupos sociais perante o Estado, o que se observa nas grandes democracias atuais (como os Estados Unidos e o Brasil), é uma inversão que faz com que seja o Estado o intermediador entre os partidos e a sociedade (Mair, 1994). Por outro lado, para os partidos, tal vinculação faz com que tão importante quanto vencer as eleições seja acessar os recursos estatais que, como já visto, são essenciais para a sustentabilidade das agremiações, o que faz com que parte das ações e dos setores dos partidos tenham como objetivo cooperar para a manutenção do acesso a esses recursos, assim como evitar que outros partidos o obtenham. Porém, para os objetivos da presente Tese é essencial compreender que a dependência mútua entre os referidos aparatos burocráticos só pode se sustentar mediante o alheamento e a não-participação dos cidadãos. É o que também defende Amaral (2013, p. 18) quando assente que o “declínio nos níveis de participação da população nas atividades partidárias, a maior volatilidade do eleitorado e o distanciamento com relação às bases partidárias fizeram com que as agremiações estreitassem seus vínculos com o Estado e sua burocracia”.

Por conta dessa dinâmica, os líderes dos aparatos burocráticos partidários tendem a concorrer nas eleições, representando-os, o que implica assentir que os representantes do maquinário partidário tendem a ser os representantes das burocracias governamentais (ou compõem os altos escalões dos governos), o que torna imperioso que aqueles que ambicionam galgar as lideranças governamentais também façam carreiras nos partidos, até porque “filiação partidária provê uma reputação inicial que reduz os custos de tomada de decisão e providencia um núcleo de prováveis apoiadores” (Aldrich, 2011, p. 47). Ademais, essa dinâmica favorece a concentração de poder com a mesma proporção com que diminui o ímpeto dos políticos para buscar meios de distinguir-se através da ação e do discurso nos moldes arendtianos, já que eles

passam a “agir partidariamente”, ou seja, a se comportar e a defender aquilo que é preconizado pela legenda da qual fazem parte (Downs, 1999). Como o fim da ação partidária é meramente viabilizar o sucesso nos processos eleitorais, identifica-se que não se trata de uma ação cujo fim é ela mesma, mas de um meio para um fim e, portanto, não se trata de uma ação política propriamente dita.

Partindo da indissociável relação entre a burocracia partidária e a governamental, no que concerne ao cenário brasileiro, Lopez e Silva (2019, p. 712) descrevem que uma análise acerca as nomeações para cargos de confiança advindos da burocracia federal demonstram a prevalência de critérios partidários para tais escolhas, o que tende a ser feito “para construir e gerenciar maiorias legislativas e/ou recompensar aliados”. Os estudos de Barbosa e Ferreira (2019) apontam que pelo menos um terço dos servidores municipais no Brasil são filiados a partidos políticos ou foram nomeados por apadrinhamento, ao que Lopes e Praça acrescentam (2015; 2018) que a influência é ainda maior no que tange aos altos escalões dos órgãos e das empresas públicas, cujo critério de nomeação de 35-45% tende a ser mobilizado unicamente por arranjos e preferências partidárias. No entanto, é mandatório considerar que “a presença partidária na burocracia dirigente é bastante condicionada pela história institucional dos órgãos federais, a natureza das políticas e por redes extrapartidárias de filiação, tais como vínculos na academia” (Lopez; Silva, 2019, p. 727).

Certamente organizações partidárias são importantes na medida em que podem se reverberar em canais de acesso ao palco político: o problema que elas ensejam se desvela quando são consideradas um meio inevitável – ou a *única possibilidade* – de participar da política. É sob tais conjunturas que ao considerar os partidos mediadores irrevogáveis entre a sociedade e as instituições públicas, percebe-se que em uma coletividade e em instituições públicas burocratizadas, a tendência é que os partidos políticos, ao mediar a ambos, também o sejam (Weber, 1999). Tal constatação aponta ainda para o início dos partidos (que, como visto, se deu na Inglaterra e nos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX), mais especificamente para os primeiros partidos de trabalhadores e socialistas na Alemanha em 1875, na Itália em 1892 e na França em 1905: estes foram os primeiros a contar com uma estrutura caracterizada por um “séquito de massa, uma organização difusa e estável com um corpo de funcionários pagos especialmente para desenvolver atividade política e um programa político-sistemático” (Bobbio, 1998, p. 900), instaurando um estado de coisas em que a política mediada pelos partidos passa a ser um campo de trabalho, e não de ação, em termos arendtianos.

A estrutura partidária desenvolvida a partir desse *modus operandi* tomou a forma de uma estrutura piramidal, na qual a base era formada pelas seções que em reuniões periódicas

de abrangência local presididas pelos delegados das seções tinham como objetivo discutir os problemas políticos e organizacionais e congregar os membros filiados de uma dada região geográfica, além de se ocuparem com “a atividade de propaganda e proselitismo e elegiam os próprios órgãos de direção internos e os seus representantes de nível superior no partido” (Bobbio, 1998, p. 900). As seções locais também se organizavam a nível de federação que, por sua vez, constituíam o nível intermediário da pirâmide partidária, incumbidas da coordenação das seções. Por fim, no topo da organização havia a direção central, eleita pelos delegados das seções locais, o “órgão máximo de deliberação dentro do partido, o qual estabelecia a linha política a que deviam sujeitar-se todas as instâncias dos partidos, desde às seções até a direção central” (Bobbio, 1998, p. 901). Os funcionários dos partidos, independente de cargo e função, “tinham um mandato imperativo e eram obrigados a uma rígida disciplina de partido na sua atividade parlamentar” (Bobbio, 1998, p. 901).

O restante do aparelho era constituído por uma densíssima rede tecida por organizações econômicas, sociais e culturais fomentada por sindicatos, “cooperativas, organizações de assistência para os trabalhadores e suas famílias, jornais e tipografias — que agiam como instrumentos de integração social e contribuíam para reforçar a identidade política e os valores que o partido propunha” (Bobbio, 1998, p. 901), além de manter a *anima* da mobilização em vista de bons resultados nos processos eleitorais. Esse modelo, conhecido como *partido de aparelho* ou *partido de organização de massa*, estabeleceu na Alemanha, na Itália e na França as burocracias partidárias que gradativamente foram adotadas pelos outros países.

No que concerne ao cenário brasileiro, os principais partidos possuem configurações específicas, cada uma das quais responde às seguintes dimensões geográficas: nacional, estadual, municipal, zonal, de modo que essas divisões ensejam as especificidades, imperativos e campo de atuação concernentes às regiões que representam e abrangem. Cada uma dessas dimensões geográficas possui a seguinte divisão: 1) Organização Deliberativa: responsável pelas convenções e congressos realizados periodicamente; 2) Organização Diretiva: compõe o diretório, ou seja, a administração dos partidos (incluindo Conselhos Fiscais); 3) Organização Executiva: incumbida das ações desenvolvidas, incluindo a articulação entre diferentes correntes em uma mesma legenda, assim como planejar estratégias de gestão. A esses diretórios principais podem ser inseridos Escritórios de *Marketing* (o que abrange controle das redes sociais, utilização de inteligência artificial e possíveis gestão de crise³⁵) e

³⁵ O último capítulo dessa Tese explanará mais detalhadamente sobre a realização dessas atividades, o perfil de quem as exerce e, especialmente, as reverberações e riscos de tal exercício.

secretarias de natureza geral, responsáveis, entre outras atividades, pela captação de filiação e distribuição de material de divulgação (Guimarães; Rodrigues; Braga, 2019)³⁶.

A estrutura das burocracias partidárias, que mais lembram blocos inamovíveis que uma organização mais facilmente sujeita à mudança, obscurece não apenas a própria concepção de poder, que passa a possuir uma vertente institucional que obstaculiza a participação genuína e espontânea dos cidadãos que permanecem não-filiados a tais agremiações, bem como todo o processo político. Porquanto a igualdade, na gramática política, é importante por assegurar que todos terão acesso ao mundo público, as burocracias partidárias caminham na direção oposta: cada vez mais excludentes, distanciam o cidadão comum de participação efetiva nos processos de tomada de decisão, tornando-se, em termos políticos, um desserviço, já que quando “o governo se torna efetivamente uma administração, o sistema partidário só há de resultar em desperdício e incompetência” (Arendt, 2016c, p. 341).

Na verdade, a mecânica de tais organizações inviabiliza a participação efetiva, inclusive, da maioria dos membros filiados, porquanto apenas os participantes das Organizações Deliberativa, Diretiva e, principalmente, Executiva, concentram o real poder de decisão. Com efeito, existem severas restrições no interior da malha burocrática para restringir o acesso dos filiados comuns aos quadros dirigentes dos partidos, como a exigência de comprovante de quitação com as mensalidades financeiras solicitadas pelas agremiações, tempo mínimo de filiação, certidão de antecedentes criminais, eleição específica entre os pares, entre outros. Com frequência esses critérios convivem com arranjos que escapam aos regulamentos internos, fomentando a coexistência de uma estrutura visível, com regulamentos promulgados e publicizados, e outra invisível, proveniente de acordos que carecem de visibilidade, o que é descrito por Duverger (1980, p. 185) nos seguintes termos: “uma *machine*, isto é, uma organização irregular que domina efetivamente um partido, constitui essencialmente uma

³⁶ Poucos partidos brasileiros disponibilizam em domínio público a sua estrutura. Na pesquisa realizada para a presente Tese, conseguimos informações apenas do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB). Ambos compartimentam suas burocracias a partir da divisão apresentada, com algumas adaptações: no caso do PT, as instâncias mais próximas das comunidades são os núcleos, agrupamentos de pelo menos 9 filiados que se reúnem periodicamente a fim de deliberar sobre demandas setoriais e organizados sob a forma de grupos temáticos, clubes de discussão, círculos de estudos e coletivos atuantes nas redes sociais. Já os Diretórios (zonais, municipais, estaduais e nacionais) são instâncias de direção do partido eleitas pelos filiados, cabendo-lhes aplicar as determinações aprovadas e elaborar ações partidárias. Cada diretório possui uma comissão executiva, cuja função é encaminhar as decisões do Diretório, e diversas secretarias específicas (Geral, Finanças e Planejamento, Comunicação, Movimentos Populares, Mobilização, Assuntos Institucionais, Mulheres, entre outras). Já com relação ao PSDB, o partido se divide em 8 órgãos que, por sua vez, formam grupos diferentes a depender de cada nível (nacional, estadual, municipal): Convenção, Diretório, Comissão Executiva, Conselho Político, Secretariado, Conselho Fiscal, Conselho de Ética e Disciplina, Instituto Teotônio Vilela. Informações disponíveis em: <https://pt.org.br/estrutura-partidaria/>; <https://www.psdb.org.br/z-outros/livros/titulo-iii-dos-orgaos-do-partido-e-suas-competencias-nos-niveis-nacional-estadual-e-municipal/>, respectivamente.

empresa para a conquista de postos e de vantagens legais e ilegais que podem adquirir”. De acordo com Guimarães, Rodrigues e Braga (2019, p. 20), “a organização dos partidos políticos não se conforma à democracia”, já que “o processo de escolha dos ‘chefes’ partidários leva à formação de uma ‘casta mais ou menos fechada sobre si mesma’ [...], é no âmbito da organização dos partidos, sobretudo no processo de escolha e operação dos seus órgãos dirigentes, que se dá a chamada política invisível”. Portanto, a maquinaria burocrática não representa nada e nem ninguém, além dela mesma.

Por conta disso, a institucionalização da política empreendida pela burocracia partidária difere sobremaneira do potencial da ação conjunta e em comum acordo que Arendt defendia. Ao contrário, a estrutura partidária tende mais a uma reificação das estruturas governamentais em hierarquias que, por sua vez, formam uma elite a qual é incumbida certo grau de ingerência pelos processos de tomada de decisão, enquanto a maioria dos cidadãos são afastados desses trâmites, na mesma proporção em que os locais de ação política se restringem ao campo de atuação dos partidos. Assim, a natureza impessoal da estrutura das burocracias partidárias – tal como acontece com o funcionalismo público – resiste ao imperativo da pluralidade constituída pela singularidade dos indivíduos como o solo fértil do qual emana a *chose publique*.

Arendt apresenta essas tensões nos seguintes termos:

O problema, em outras palavras, é que a política passou a ser uma profissão e uma carreira, e portanto a “elite” tem sido escolhida de acordo com padrões e critérios que são, em si mesmos, profundamente antipolíticos. Faz parte da natureza de todos os sistemas partidários que apenas em raros casos os talentos políticos autênticos consigam se afirmar, e é ainda mais raro que as qualificações políticas específicas sobrevivam às manobras mesquinhas da política partidária, com suas exigências de meras habilidades comerciais (Arendt, 2016c, p. 347).

Em “A Revolução Húngara e o imperialismo totalitário”, Arendt exemplificou como o pano de fundo tecido pela malha burocrática dos partidos inviabiliza a participação popular, tornando o sistema partidário antipolítico *par excellence*: “os partidos sugerem os candidatos aos eleitores, de cima para baixo, permitindo que os eleitores escolham entre listas de candidatos”, o que fomenta “um sistema completamente diferente de seleção de representantes, pois a nomeação do candidato pelo partido depende do programa ou da ideologia do próprio partido, diante dos quais a adequação do candidato será avaliada” (Arendt, 2021, p. 174). Nesse sentido, o sistema representativo movimentado pelas burocracias partidárias fomenta dois processos eleitorais distintos: o primeiro que acontece no interior dos partidos, restrito aos filiados e distante do conhecimento dos não-filiados – que é sempre a

maioria da população –, a fim de escolher aqueles que farão parte dos escalões mais altos da maquinaria partidária e que serão os candidatos do segundo processo eleitoral, mais conhecido e amplo, envolvendo, através do sufrágio universal, os cidadãos aptos ao voto em um determinado corpo político, que escolhem, entre os candidatos habilitados pelo primeiro processo eleitoral, aqueles que serão seus representantes. Já que o monopólio das indicações dos candidatos é mantido pelos partidos políticos, eles não são populares, mas, ao contrário, “instrumentos muito eficientes para restringir e controlar o poder do povo” (Arendt, 2016c, p. 337). Por isso, burocracia partidária e governamental complementam-se mutuamente.

O estudo de Guimarães, Rodrigues e Braga (2019, p. 33) aponta os marcadores de concentração de poder e de alheamento entre aqueles que participam das decisões nos partidos e os demais, que ficam a margem de seus processos:

- condições de filiação e para a manutenção da filiação, notadamente as restrições e o controle exercido sobre filiações de lideranças político-partidárias já reconhecidas;
- organização administrativa de cunho conexional, com amplas possibilidades intervencionistas dos órgãos superiores nos órgãos inferiores, tanto em termos hierárquicos quanto em termos geográficos;
- enfeixamento de amplos poderes (plenos nos interregnos dos congressos e convenções) em comissões executivas reduzidas, inclusive de convocação e presidência dos diretórios e convenções;
- manutenção de intrincada rede de memberships nativas nos órgãos deliberativos, diretivos e nas comissões executivas;
- existência e atuação de órgãos com competências amplas e ambíguas, como conselhos políticos, amplamente ocupados por lideranças partidárias já consolidadas e tradicionais;
- adoção de sistema eleitoral indireto para a ocupação dos cargos diretivos do partido, somado à prática de eleição mediante inscrição de chapas;
- possibilidade incondicional de reeleição dos dirigentes partidários;
- exigência de pré-requisitos aos candidatos a cargos diretivos no partido, inclusive de critérios ambíguos e de aplicação discricionária;
- alterações sucessivas nos estatutos, ao sabor e conveniência das lideranças partidárias existentes.

A especialização de funções e a divisão do trabalho predominante desde a Revolução Industrial e que acompanha “o crescimento da organização e trabalha com variáveis técnicas (ganhos cognitivos com a especialização da atividade, o que geraria a indispensabilidade técnica da liderança)” (Guimarães; Sathler; Braga, 2019, p. 25), somadas ao desenvolvimento científico e a conversão da política à uma ciência e, portanto, um domínio restrito de especialistas, motivou a setorialização e a burocratização dos partidos que, de potenciais espaços de aparência, deliberação e ação, se reduziram a espectros da hierarquização das instituições públicas. Dito de outro modo, a organização dos partidos políticos reproduz a burocracia que cinde as repartições governamentais. Dessarte “se os partidos fossem o que deveriam ser”, ou seja, espaços de aparência, de discurso e de ação para os homens e mulheres

motivados pela vida pública e pelo bem comum, a própria Arendt descreve que “talvez preferisse que os candidatos fossem eleitos por seus pares e não pela população”, nem sempre afeita às virtudes políticas e constantemente sujeita às dinâmicas antipolíticas advindas da sociedade de consumo. Entretanto, “se alguém ainda alimentasse essa ilusão, bastaria assistir aos eventos das convenções para se curar” (Arendt, 2021, p. 234).

Portanto, é também parte da crítica arendtiana às burocracias partidárias a sua desconfiança com relação às democracias representativas: se, por um lado, nelas os cidadãos aptos ao voto elegem seus representantes, por outro, tal escolha é condicionada aos candidatos indicados pelos partidos políticos. Como o controle das nomeações públicas efetivado por pequenos grupos tende a tornar o problema da representação ainda mais decisivo, instaura-se, com a burocracia partidária, um estilo de governança mediante o qual os corpos políticos passam a não depender mais da pluralidade de opiniões ou mesmo da “integridade pessoal, coragem e capacidade de julgamento” (Arendt, 2021, p. 174) dos eleitos, mas da capacidade destes em conseguir viabilizar os arranjos mais favoráveis aos seus próprios partidos. Na ausência de espaços para se organizarem, reunirem e formarem opiniões mediante a pluralidade de seus pontos de vista, os partidos se convertem em prepostos dos sentimentos populares, e não de suas opiniões. O decréscimo de qualidade que se instala advém do fato de que sentimentos não possuem *anima* política propriamente dita, mas, com muito mais facilidade, se reverberam em reações irrefletidas provenientes de humores fluidos e imprevisíveis, além de serem muito mais facilmente suscetíveis a manipulação e afeitos a “exigência a lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual” (Arendt, 2011b, p. 373).

O problema nevrálgico estabelecido pelos governos representativos sustentados mediante burocracias partidárias é que a cisão entre representantes e representados é o solo fértil para a produção de hierarquias a nível formal e institucional. Ou seja, os sistemas representativos de governança, ao se assentarem na ausência da população das instituições governamentais, flertam com o alheamento da maioria com relação às diretrizes dos governos: de acordo com Parekh (1981), se nos grandes estados modernos algum tipo de representação é inevitável, por outro lado, é igualmente inevitável que os representantes se transformem em profissionais distantes do povo³⁷. Ademais, se é inviável que formas de governar verdadeiramente políticas como as repúblicas sobrevivam a demolição de suas instituições,

³⁷ De modo similar, em *We, the people*, Bruce Ackerman descreve que a Constituição americana, assim como é comum em cartas magnas de democracias representativas, se baseiam na exclusão da população da participação no governo, o que, segundo o autor, se converte em uma representação semiótica, ou seja, que simbolizam a coisa representada, mas efetivamente não a representa. Nesses termos, as democracias contemporâneas seriam ficções políticas que precisariam ser a todo momento refreadas por mecanismos de controle (Ackerman, 1993).

geridas por grupos considerados os únicos capazes governar as nações, tal descrição parece mostrar que as burocracias são o caminho provável seguido pelos estados contemporâneos.

Duas constatações devem ser consideradas nessas discussões. A primeira é que nem todos os cidadãos efetivamente se interessam por assuntos públicos, e esse desinteresse justifica, por exemplo, o fato de que por terem suas necessidades privadas bem geridas, a maioria dos eleitores pode avaliar positivamente um governo, mesmo que ele seja tirânico. A segunda é que em sistemas partidários, mesmo que nem todos os cidadãos se interessem por questões políticas, ainda assim as salas dos governos não comportam todos os interessados e os participantes dos processos de tomada de decisão. Tal argumentação se coaduna com o cenário retratado por Canovan (1992) quando afirma que os extremos alcançados pelo totalitarismo conduziram Arendt à constatação de que apenas estruturas verdadeiramente políticas, baseadas na salvaguarda da ação, do discurso e da troca de opiniões, lograriam êxito em refrear os impulsos antipolíticos do século XX. Isso implicaria o movimento oposto ao da burocracia partidária. Ao contrário, tanto a esfera do direito quanto a possibilidade de pertencimento a uma comunidade “só pode ser estabelecida por homens que reconheçam que partilham a Terra uns com os outros” (Canovan, 1992, p. 163). A natureza das instituições burocraticamente organizadas, que precisam, para se sustentar, que existam cada vez mais funcionários, e não cidadãos reflexivos, além “da experiência do nazismo e da fraqueza das barreiras alternativas contra o mal político, levou Arendt à conclusão de que a melhor salvaguarda é a construção deliberada de repúblicas para garantir direitos iguais e sua defesa por cidadãos que compreendem o que estão fazendo” (Canovan, 1992, p. 163).

Nesse contexto, é pertinente a seguinte pergunta: o que os cidadãos podem esperar das burocracias partidárias em um contexto de democracias representativas?

O máximo que o cidadão pode esperar é “ser representado” e a única coisa que pode ser representada e delegada é o interesse ou o bem-estar dos constituintes, mas não suas ações ou opiniões. Neste sistema é realmente impossível auscultar as opiniões do povo pela simples razão de não existirem. As opiniões se formam num processo de discussão aberta e debate público e onde não existe oportunidade de formar opiniões podem existir estados de ânimo – ânimo das massas, ânimo dos indivíduos, este tão volúvel e inconfiável quanto aquele –, mas não opinião (Arendt, 2016c, p. 336).

A burocracia partidária, portanto, é incompatível com a política e com a liberdade nos moldes arendtianos, porquanto ao minar a ação e o discurso, dilui o poder e o comum acordo, reduzindo o aparato estatal a questões administrativas que, como visto, são competências de especialistas; ademais, a vinculação estrita entre a burocracia partidária e a governamental condena a ambas, tornando-as veículos distintos, porém complementares, de

diluição da participação política³⁸. É mediante tal contextura que o político se torna um profissional filiado a uma legenda, e não um homem entre seus pares, interessado pela permanência do mundo. A redução da política a uma profissão e do político a um burocrata não muito diferente de qualquer outro funcionário traz como consequência sua redução a uma “esfera privada como outra qualquer” (D’Arcais, 2006, p. 10), na qual a pedra de toque é a “preocupação com seu bem-estar e sua vida privada, e o resquício de poder que ainda conserva se assemelha mais à coerção implacável com que um chantagista obriga sua vítima a obedecer do que o poder nascido da ação em comum e da deliberação conjunta” (Arendt, 2016c, p. 337).

Portanto, o atual sistema burocrático partidário é antinômico à liberdade política no sentido de possibilidade de participar dos processos de tomada de decisão, mas isso não significa que não possa ser sequer cogitado um modelo partidário diferente. Porém, para sê-lo, seria indispensável considerar os seguintes requisitos: 1) Revisão dos critérios adotados nos estatutos dos partidos a fim de ampliar a participação dos membros nos processos de tomada de decisão, a fim de evitar que apenas membros diretivos e executivos façam parte de trâmites importantes, como a escolha dos que concorrerão a processos eleitorais; 2) Inclusão de uma quantidade mínima de demandas exteriores aos partidos nos seus planos de ação, com a possibilidade de inserir membros de outras organizações (como sindicatos) como representantes dessas demandas; 3) Adoção de consultas públicas regulares para traçar planos de ação partidários; 4) Adoção de uma quantidade mínima de instituições (como universidades, organizações não-governamentais, centros de acompanhamento e sindicatos) que os partidos devem acompanhar regularmente, e não apenas nos períodos eleitorais; 5) Controle da quantidade de membros que, em caso de sucesso nas eleições, podem ser incluídos nos governos; 6) Institucionalização de medidas de fiscalização sobre os políticos eleitos, a fim de verificar se propostas de campanha estão sendo cumpridas; 7) Estabelecimento de um conselho

³⁸ A defesa empreendida pela Tese se coaduna com os principais estudos na área de Ciências Políticas, como os exames de Robert Michels, em *Sociologia dos partidos políticos* e de Maurice Duverger em *Os partidos políticos*. Mediante a análise do Partido Social-Democrata alemão, o primeiro autor defende que é da natureza dos partidos a organização mediante uma burocracia centralizadora e oligarquizada, formulação que ficou conhecida como *Lei de ferro da oligarquia* ou *Lei de Michels*: “A lei sociológica fundamental que rege inelutavelmente os partidos políticos [...] pode ser formulada assim: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que os delegam. Quem diz organização, diz oligarquia” (Michels, 1982, p. 238). Já em *Os partidos políticos*, Duverger, inspirado pelas propostas de Michels, formulou tipos de partidos, o que fez especialmente a partir de dois modelos: *o partido de quadro* (notável por se originar no próprio aparato governamental, com estrutura mais descentralizada, sem critérios claros e estáveis de adesão e concentração de poder restrita às elites parlamentares) e *o partido de massa* (origem externa ao aparato governamental, porém, com vigorosos critérios de filiação, densa estrutura organizacional e apelo doutrinário). Mesmo que apenas as últimas possuam as características indispensáveis para sobreviver em condições de democracias representativas, ambas encerram ao redor de si – a primeira por se originar no aparato governamental e na concentração de poder voltada para as elites parlamentares e as segundas pelo rigor nos critérios de filiação e doutrinário – a possibilidade de participação efetiva nas atividades governamentais.

popular nos partidos, formado por cidadãos aptos ao voto mas não filiados às legendas; 8) Revisão periódica pública dos regimentos dos partidos. A implementação desses requisitos, segundo Tatagiba, Alves e Silva (2018, p. 108), garantiria minimamente a discussão e a consideração acerca de modelos alternativos de políticas públicas e de governança que “tendem a mobilizar de forma criativa as estratégias de confronto e cooperação, extrainstitucionais e institucionais”. Entretanto, na ausência de tais transmutações, é ingenuidade pensar em equilibrar a balança que, por um lado, concebe a importância da eficiência nas políticas e na administração pública, mas, por outro, identifica que a inclusão de mais atores políticos nos processos partidários repercute diretamente no fortalecimento das democracias.

3 LORDE CROMER, O BUROCRATA IMPERIALISTA

Quando a ralé europeia descobriu a “linda virtude” que a pele branca podia ser na África, quando o conquistador inglês da Índia se tornou um administrador que já não acreditava na validade universal da lei mas em sua própria capacidade inata de governar e dominar, quando os matadores de dragões se transformaram em “homens brancos” de “raças superiores” ou em burocratas e espões, jogando o Grande Jogo de infundáveis motivos ulteriores num movimento sem fim; quando os Serviços de Informações Britânicos começaram a atrair os melhores filhos da Inglaterra [...], o cenário parecia estar pronto para todos os horrores possíveis. Sob o nariz de todos estavam muitos dos elementos que, reunidos, podiam criar um governo totalitário à base do racismo. Burocratas indianos propunham massacres administrativos, enquanto funcionários africanos declaravam que nenhuma consideração ética, tal como os Direitos do Homem, poderá se opor ao domínio do homem branco (Arendt, 2011b, p. 252).

Em *Origens do totalitarismo*, Arendt descreveu que nas primeiras décadas do período imperial foram descobertos na África dois novos mecanismos de organização política e dominação estrangeira como resposta aos imperativos advindos da necessidade de governar populações nativas. Trata-se da raça, com o fito de substituir a ideia de nação enquanto princípio de estrutura política, e da burocracia como princípio administrativo de sujeição, de substituição e de esvaziamento das instituições públicas de povos subjugados e destituídos de cidadania plena. A tese da autora, portanto, é que a expansão imperialista “exigiu a invenção da raça e da burocracia como instrumentos de governo, o que serviu tanto para exacerbar contradições internas do Estado-nação como para degradar princípios morais e instituições políticas ocidentais, de modo a tornar o extermínio uma política estatal aceitável” (Mantena *in* Benhabib, 2010, p. 86). Com efeito, sem “a burocracia para substituir o governo, a possessão britânica da Índia poderia ter sido abandonada à temeridade dos ‘infratores da lei’ [...] sem que isso alterasse o clima político de toda uma época” (Arendt, 2011b, p. 215).

Nessa leitura, a burocracia se originou no governo híbrido de Lorde Cromer no Egito, entre o final do século XIX e os primeiros anos do XX, reunindo predicados já conhecidos desde a Antiguidade, como o militarismo, a hierarquização, a delegação de funções a especialistas, entre outros, com as demandas modernas, como a necessidade de novos mercados, a superfluidade como um processo que aglutina homens e objetos e a vitória da ciência e, com ela, de uma mentalidade científica, inclusive, na política. Por outro lado, o legado deixado pela burocracia imperial foi a viabilidade de um governo instituído a partir de medidas excepcionais, como os decretos, o aditamento do poder policial, especialmente mediante o abrupto aumento da presença militar nos territórios coloniais, em detrimento do governo legal, além da cisão entre governantes e governados como mote das instituições públicas, que gradativamente se despiram do caráter comum que as originaram.

Com efeito, a singularidade da interpretação arendtiana acerca da burocracia como forma de governar e de seu surgimento durante o imperialismo acentua que a autora nem se restringiu à interpretação weberiana, tampouco se apegou a uma leitura corriqueira e usual do termo, que desde o seu surgimento pretende sobrelevar suas disfunções. Ao contrário, e Canovan (1992, p. 31) o acentua, “o conceito tem uma força particular para ela, que emerge das suas reflexões sobre o governo de Lorde Cromer como cônsul-geral britânico no Egito”, argumentação corroborada por Mantena (*in* Benhabib, 2010, p. 98), para quem a potência “da análise de Arendt do caráter imperialista na representação de Cromer foi demonstrar como a experiência imperial funcionou para caricaturar, degradar e infantilizar os padrões morais ocidentais”, porém, não se esgota nesse recorte, já que a burocracia não apenas sobreviveu, mas ganhou fôlego novo nos séculos XX-XXI. “Dito de forma incisiva, Arendt afirma que o genocídio nazi e os expurgos e pogroms estalinistas tomaram a forma que tomaram em grande parte devido a um processo que começou com a administração burocrática dos povos baseada na ideologia da raça” (Robaszkiewicz; Wein, 2022, p. 183). Frente ao exposto, a presente Tese defende que, mediante a leitura do *corpus* teórico arendtiano, não é possível acentuar uma continuidade irrestrita entre a burocracia imperial e a totalitária e pós-totalitária, mas certamente se destacam as incontestáveis semelhanças em seus repertórios antipolíticos.

Enquanto a raça atraiu “os piores elementos da civilização ocidental”, frente ao que não é de se estranhar que dela tenham resultado “os mais terríveis massacres da história” (Arendt, 2011b, p. 215), a burocracia foi descoberta pelos mais elevados membros da *intelligentsia* europeia, atraídos para a empresa imperialista com a mesma força com a qual foram seduzidos pelo poder e pela ideia de uma superioridade nacional (e qual âmbito reunia com mais fulgor poder e superioridade nacional que o imperialismo?), preferindo servir a forças misteriosas e sobre-humanas do que ao bem comum de seu país. A burocracia foi possível devido à mobilização dos técnicos, dos especialistas, da elite intelectual da Europa, indivíduos com extrema confiança na superioridade de seu povo, na ciência e na ordem. Dessa forma, o administrador que governava a partir de decretos e relatórios, “num sigilo pior do que o de qualquer déspota oriental” (Arendt, 2011b, p. 216), era herdeiro de uma longa tradição de disciplina militar inserida em um contexto de dissolução da importância da lei como mantenedora de corpos políticos.

Antes do contato com tal gestão, sentiam-se predominantemente movidos por ideais pueris de cavaleiros enviados a povos distantes e desamparados, a fim de ajudar-lhes a se libertar de seus problemas e grilhões, e desempenharam essa tarefa em um estado de coisas no qual as políticas “de investimento de longo alcance exigiam a subjugação de um povo, não em

virtude das suas riquezas, mas das riquezas de outro país. Foi a burocracia a base organizacional do grande jogo da expansão, no qual cada zona era considerada um degrau para envolvimento futuros e cada povo era um instrumento para futuras conquistas” (Arendt, 2011b, p. 216).

A leitura das letras arendtianas descortina que mesmo que não haja um *continuum* necessário entre o imperialismo e o totalitarismo, em muitos desenvolvimentos o primeiro serviu como laboratório para o segundo. Em um esboço feito por Arendt, em 1946, para o futuro editor de *Origens do totalitarismo* a fim de fornecer um panorama do livro, pode-se identificar o que, então, a autora considerava ser os principais elementos que tornaram o totalitarismo possível: decadência do modelo dos Estados nacionais, burocracia, racismo, expansão como um fim em si mesma, aliança entre o submundo europeu e os detentores do capital, atributos que tiveram origem no período imperialista. Sendo assim, para o exame da burocracia como forma de governar que inviabiliza a política notabiliza-se a importância da análise do imperialismo, porquanto foram nessas décadas que se cristalizaram “quase todos os ingredientes necessários para gerar o subsequente surgimento dos movimentos e governos totalitários” (Arendt, 2011b, p. 151). A ambição de uma dominação mundial, por exemplo, antinômica ao sistema de estados-nacionais, surgiu no período. De modo similar, foi nas colônias imperiais que os primeiros campos de concentração foram utilizados com o fito de extinguir grupos considerados inferiores³⁹. “Vista dessa forma, a compreensão de Arendt sobre o imperialismo contém a sua afirmação mais forte sobre a fragilidade dos universais morais e políticos face às práticas de dominação e [...] um aviso sobre os limites dos princípios morais e das instituições políticas” (Mantena *in* Benhabib, 2010, p. 87).

No capítulo “Imperialismo”, de *Origens do totalitarismo*, Arendt explana:

A invenção de uma política mundial avidamente competitiva, justificada por processos dinâmicos e leis sobre-humanas, a constatação de que o racismo pode substituir a ideia de nação e, por conseguinte, de uma origem comum que justifica o sentido próprio da humanidade e a utilização de um governo invisível que desassocia completamente governantes e governados fizeram do imperialismo o seu laboratório

³⁹ Não somente os colonos bôeres descritos em *Origens do totalitarismo* exerceram dominação brutal na África, mas também os territórios dominados pela Alemanha compuseram aquilo que Evans (2018) descreve como um projeto de genocídio, dinâmica que potencializa a adesão às soluções finais, na ocasião, no que concerne ao tratamento conferido as tribos herero e namas, que foram encarceradas em campos de concentração: “a primeira vez em que os alemães utilizaram oficialmente o termo [...]. No pior desses campos de concentração, no terreno pedregoso da ilha Shark, ao largo da costa da Namíbia, os prisioneiros eram submetidos a trabalhos forçados, alimentados com rações diárias exíguas expostos às intempéries e ventos inclementes sem a proteção de roupas adequadas; ademais, eram açoitados se não labutassem com o devido afínco. Todos os dias, cadáveres eram transportados até a praia e deixados ao sabor das marés, que os carregavam para as águas infestadas de tubarões. Até a imprensa sul-africana queixou-se da horrível crueldade do regime dos campos de concentração, que se tornaram também sítios de investigação científica, tão logo o antropólogo Eugen Fischer, mais tarde eminente higienista durante o Terceiro Reich, desembarcou na cidadezinha de Rehoboth com o intuito de estudar seus habitantes miscigenados (que ele chamou de ‘os bastardos degenerados de Rehoboth’)” (Evans, 2018, p. 16-17).

inicial [do totalitarismo], numa confluência baseada no desarraigamento como experiência cotidiana de massas cada vez mais numerosas de indivíduos e na tênue fronteira entre interesse público e demandas econômicas, regidas pelo imperativo das vorazes e cambiantes necessidades dos homens (Arendt, 2011b, p. 242, grifo nosso).

Entretanto, Arendt acentua a existência de uma ambiguidade no período: de um lado, as suas velozes transformações, que tiveram na África e na Ásia o seu palco principal, “assemelham-se tanto aos fenômenos totalitários do século XX que se poderia considerar esse período como estágio preparatório para as catástrofes vindouras” (Arendt, 2011b, p. 153). Na outra face da mesma moeda, prevalecia um caráter de calma nas nações europeias, tranquilidade inverídica que deu a falsa impressão que se tratava da “idade de ouro da segurança, época em que mesmo os horrores eram ainda caracterizados por certa moderação e controlados por certa respeitabilidade e podiam, portanto, conservar alguma relação com a aparência geral de sanidade social” (Arendt, 2011b, p. 153).

Porém, antagonicamente aos elementos utilizados por Arendt e citados anteriormente para fundamentar a importância da análise do período que compreende entre 1884 e 1914, o que predomina é a ausência de investigações sobre ele e como a teórica política o interpretou (Mantena *in* Benhabib, 2010), carência que “é deplorável, principalmente porque é mais do que óbvia sua relevância para todos os acontecimentos contemporâneos” (Arendt, 2011b, p. 152). Na pena arendtiana, a insistente permanência dos argumentos e dos movimentos antipolíticos adotados no imperialismo acena para a inadiabilidade de identificar em suas dinâmicas os sinais de declínio do sistema de estados-nacionais e o gradativo processo que cristalizou os elementos que tornaram o totalitarismo possível. Como a presente Tese examina o surgimento da burocracia como sintoma dos dois processos anteriormente descritos, perscrutar o contexto em que ela se originou é uma etapa indispensável para compreendê-la.

Isso será realizado em quatro subcapítulos. Inicialmente será apresentado um panorama do período imperial, destacando as implicações advindas da emancipação política da burguesia e, portanto, do triunfo da economia sobre a política. A seguir, mediante a leitura arendtiana sobre as narrativas do escritor Rudyard Kipling, será exposta a mentalidade imperial, porquanto a autora sobrelevou sua relevância para o advento da burocracia. No momento seguinte, informações sobre a vida de Lorde Cromer serão vinculadas à sua atuação no Egito, como primeiro administrador imperialista. Por fim, apresentar-se-á o *modus operandi* da burocracia imperial, sublinhando seus principais constituintes. Os fios dessas seções se entrecem a fim de descortinar o panorama que subjaz à seguinte questão: já que somente em um estado de coisas gerido invisivelmente é possível permanecer vinculado ao fluxo sempiterno

sem atravancá-lo, haveria algum perigo que o aparato não representasse aos homens que dele se aproximam, mesmo aqueles que dedicam sua existência para atuar em seu favor?

3.1 O Grande Jogo: a expansão por amor à expansão

“A política mundial é para uma nação o que a megalomania é para um indivíduo”
(Arendt, 2011b, p. 154)

De acordo com Arendt (2011b), o imperialismo⁴⁰ é um dos poucos recortes históricos que tem seu início e fim datados com precisão: de 1884 a 1914⁴¹. Essas três décadas foram marcadas pela desintegração das estruturas políticas europeias, posto que o período “pressupõe uma diferença entre o Estado de direito nos países de origem e o não-Estado de

⁴⁰ A primeira menção ao termo *imperialismo* foi feita na obra *Imperialismo, um estudo*, do economista inglês John Hobson. No estudo, o teórico parte das investigações marxianas fundamentadas no Livro III de *O Capital* para retratar a concentração e a centralização do capital como os alicerces do período, duplo movimento que culminou com a expansão da poupança a nível interno e sua drenagem para mercados externos, que passaram a funcionar como apêndices dos mercados nacionais. Para o autor, o Estado serviu como mantenedor desse processo (Hobson, 1902). A demarcação histórica empreendida por Arendt sobre o imperialismo é influenciada pelas investigações tanto de John Hobson e de Karl Marx quanto de Lenin, Rosa Luxemburgo (para quem o imperialismo era a expressão política e a reverberação direta do acúmulo de capital e, portanto, seu movimento inerente, que refletia as desproporções nas disputas por concorrência e que era assegurado mediante o militarismo, veículo através do qual a reprodução da economia capitalista poderia ser difundida em bases cada vez mais amplas), Rudolf Hilferding e Karl Kautsky. Porém, divergindo desses, que se voltaram para as reverberações econômicas do período, a Arendt interessava identificar, assim como, *mutadis mutandis*, também a Hobson, suas consequências políticas, ou seja, “como a captura da maquinaria militar e política do Estado-nação para garantir aventuras econômicas no estrangeiro permitiu a liquidação tanto do Estado-nação como da capacidade da burguesia para controlar as forças que ajudou a libertar” (Mantena in Benhabib, 2010, p. 94). Assim, mesmo que Arendt concorde com leituras marxistas acerca do impulso capitalista inerente ao surgimento do imperialismo, ela se diferencia delas por considerar que o movimento imperial com rapidez se apartou da racionalidade econômica para se converter em um princípio (anti)político e “tendo feito isso, começou a perturbar as instituições políticas estáveis, tal como o capitalismo havia perturbado a propriedade familiar estável” (Canovan, 1992, p. 30).

⁴¹ Lenin, em *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, identifica certas diferenças com relação ao período que Arendt descreve como imperial: 1) de 1860 a 1870, antecedentes da tormenta marcados pela agudização da livre concorrência e inchaço dos conglomerados; 2) após a crise de 1873, com a formação e o fortalecimento dos cartéis; 3) do fim do século XIX até 1903, quando os cartéis passaram a protagonizar as transações financeiras e a política (Lenin, 2012). O último período abrange a era analisada por Arendt em *Origens do totalitarismo*. Coadunando-se com a autora, o economista John Hobson compreende que o período imperial vai de 1884 a 1900. Por outro lado, o historiador Eric J. Hobsbawm assinala como imperialista o período que abrange de 1875 – logo após a crise econômica de 1873, quando houve uma “agitação sem precedentes e depressão no comércio” (Hobsbawm, 1988, p. 37) – até 1914, com a Primeira Guerra. Se, por um lado, o final do imperialismo, na leitura de Hobsbawm, coincide com a análise arendtiana, o início da “era dos impérios” é anterior ao que a teórica política examina. Porém, resguardadas as devidas diferenças nesse marco temporal, é consenso que o que distingue o período é a eliminação das fronteiras entre economia e política, com o predomínio da primeira em detrimento da segunda. Na interpretação do historiador, “embora o ritmo comercial [...] tenha, por certo, gerado algumas depressões agudas no período entre 1873 e meados dos anos 1890 [mormente a agricultura, principal vítima da queda abrupta dos juros], a produção mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar acentuadamente” (Hobsbawm, 1988, p. 37), o que foi possível através do suporte dado pelos governos ao pleito de um “comércio livre e irrestrito” encabeçado por empresários e industriais influentes. A Inglaterra foi pioneira nesse movimento, já que era a maior exportadora de produtos industrializados, capital e serviços financeiros e comerciais. Não à toa “à medida que a concorrência estrangeira ia prejudicando a indústria britânica, a *city* de Londres e a marinha mercante britânica iam se tornando mais centrais que nunca para a economia mundial” (Hobsbawm, 1988, p. 41).

direito no exterior” (Brunkhorst *in* Goldoni; McCorkindale, 2012, p. 219), e pela expansão como um fim em si mesma, perene movimento incompatível com o modelo de organização dos corpos políticos em Estados nacionais. Na verdade, a (anti)política imperialista diferiu tanto do *imperium* nos seus moldes romanos quanto do modelo anterior de expansão praticado pelas nações europeias, geralmente levado a cabo através de guerras fronteiriças, já que “o que os imperialistas realmente desejavam era a expansão do poder político sem a criação de um corpo político” (Arendt, 2011b, p. 164).

Com efeito, o surgimento da burocracia como dispositivo político foi possível por que o período de 1884 a 1914 foi marcado pela emancipação da burguesia: se desde sua ascensão à classe dominante na Revolução Industrial, ela havia delegado ao Estado as decisões políticas que até o final do século XIX não lhe apraziam – já que o aparato estatal lhe garantia as condições necessárias ao crescimento econômico –, quando o acúmulo de capital inviabilizou os investimentos em território nacional e a busca por mercados tornou supérfluo o excedente de capital mantido nas poupanças, aumentando a especulação financeira e a corrupção, a classe passou a se interessar pelo poder político, já que identificou que o Estado não mais conseguiria, sem sua ingerência, assegurar-lhe os meios que necessitava. Porém, o estabelecimento de um movimento de expansão em meio a uma organização de corpos políticos delimitados e definidos por fronteiras que, em si mesmas, representam limites para uma ampliação desmedida de territórios e populações, acena para as “disparidades aparentemente absurdas entre causa e efeito que assinalam a história moderna” (Arendt, 2011b, p. 161). Porquanto as fronteiras nacionais representavam um entrave para esse crescimento econômico exponencial, a classe burguesa passou a considerar seu ingresso na política uma causa de primeira grandeza, e “como não desejava abandonar o sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, a burguesia tinha que impor essa lei aos governos, para que a expansão se tornasse o objetivo final da política externa” (Arendt, 2011b, p. 156).

O próprio Cecil Rhodes, epítome da emancipação política da burguesia empreendida mediante a fundação de organizações racistas voltadas para os imperativos econômicos⁴², reconhecia a loucura e megalomania da época, em contraste com as limitações ínsitas à condição humana. Mas o que tornava a dominação imperialista diferente da pilhagem temporária e da assimilação duradoura, modelos já bem conhecidos pelas nações europeias?

⁴² Mesmo que possa ser assim caracterizado, Arendt não discute detalhadamente a megalomania de Rhodes, diferente das páginas que dedica às lendas de Rudyard Kipling e a figura de Lorde Cromer. Seguindo, então, a argumentação proposta para a autora, e levando em consideração que as pontuais menções ao ex-primeiro-ministro da colônia inglesa na África do Sul gravitam em torno do racismo, mas não da burocracia e dos burocratas, optamos por não apresentar o seu perfil nesta tese, como será feito, por exemplo, com Cromer, ainda neste capítulo.

Segundo Arendt (2011b, p. 155), “a expansão como objetivo permanente e supremo da política”, mote do período, demonstra que os imperativos econômicos passaram a comandar as movimentações políticas. Expandir-se passou a ser essencial porque implicava crescimento industrial, aumento de produção e de mercado consumidor, além da garantia de fornecimento de matéria-prima, enquanto o aceleração da produção e a formação de excedentes fomentou a criação de densas e complexas redes de transações econômicas “que envolvem movimentação cada vez maior no mercado de dinheiro e na exportação de mercadorias, coroada por um rápido avanço na rede de comunicações [...], condições objetivas para o advento de um comércio mundial, base para o florescimento do imperialismo” (Furno, 2023, p. 20). Com efeito, o empreendimento imperialista foi respaldado e promovido pelos estados-nacionais europeus, sem que estes se dessem conta que estavam financiando os princípios de sua destruição. “Na verdade, a produção de capital em abundância mostrou todo o seu poder antipolítico quando exigiu as garantias da violência e da força dos estados-nação. A proteção dos recursos [...] funcionou como motor para a corrosão dos alicerces do Estado de Direito” (Berni; Camerano, 2022, p. 27). É nesse sentido que Arendt assente:

A única grandeza do imperialismo está na batalha que a nação trava – e perde – contra ele. A tragédia dessa oposição hesitante não está apenas no fato de muitos representantes nacionais terem sido comprados pelos novos comerciantes imperialistas, pois pior do que a corrupção era a convicção dos incorruptos de que o imperialismo era a única maneira de conduzir a política mundial. Uma vez que os entrepostos marítimos e os acessos às matérias-primas eram realmente necessários a todas as nações, eles passaram a acreditar que a anexação e a expansão contribuíam para salvar o país (Arendt, 2011b, p. 162).

Assim, com a constatação de que as fronteiras nacionais eram um entrave a transformação do capital supérfluo em capital de giro, “a outrora apolítica burguesia passou a se interessar pela condução da política externa do estado-nação” (Villa, 2023, p. 24). Pode-se afirmar, então, que no período “o imperativo econômico saiu da sala de reuniões e assumiu as instituições políticas. [...] As bandeiras das potências europeias seguiram seus investidores e a conquista foi usada para abrir caminho para os lucros” (Canovan, 1992, p. 30). Nessa leitura, a emancipação política da burguesia explica por que os empresários se tornaram estadistas e membros das equipes governamentais, enquanto os políticos somente eram levados a sério quando utilizavam linguagem empresarial. Trata-se, ao fim e ao cabo, da vitória da sociedade e da burguesia sobre a política e, conseqüentemente, sobre o Estado. “O imperialismo ensina que o poder e o consentimento podem ser dissociados e que esta é uma possibilidade permanente dentro do Estado moderno” (Benhabib, 1996, p. 79).

O imperialismo deve ser compreendido como um processo retrçado por relações econômicas, políticas e bélicas complexas e assimétricas, porquanto as primeiras nortearam os rumos adotados pelas demais. Porém, não obstante tal vinculação, que já seria digna de exame filosófico *per si*, o ditame de compreender os fluxos imperiais reside no fato de que nessas três décadas foram estabelecidas as bases da *economia mundial*. Em tal processo “a livre concorrência foi cedendo espaço a um processo de concentração – que diz respeito ao crescimento do capital social gerado pelo agrupamento de muitos capitais individuais – e de centralização de capitais” (Furno, 2023, p. 21)⁴³.

A identificação arendtiana de que o imperialismo representa o período em que a emancipação da burguesia não significa sua autonomia com relação ao Estado, mas, ao contrário, que ele se converteu na agência responsável por representá-la, ganha contornos melhor delineados quando se compreende que o mote do período, a expansão como um fim em si mesma, traz nas entrelinhas a necessidade dos conceitos e imperativos econômicos migrarem para a política, contexto no qual as instituições públicas se tornaram empresas de negócios armadas, cujo objetivo era o crescimento logrado mediante a internacionalização do capital. Para viabilizá-lo, a retórica da incumbência salvífica das nações europeias foi acionada com singular frequência, às expensas do convívio com as “distintas formas de legislação que, frequentemente, apresentam-se como obstáculos às metas imperialistas” (Furno, 2023, p. 31). Dessarte, a exploração burguesa das instituições governamentais motivou a sua deslegitimação, além de demonstrar que quando elas são reduzidas a meios para resolver demandas econômicas – e, portanto, sociais –, a política é submetida ao fluxo da necessidade e se reduz a termos *oikonomicos* e, conseqüentemente, privados. Na leitura de Villa (2023), a interpretação arendtiana sobre o imperialismo e a burocracia que nele surgiu somente pode ser compreendida mediante a elucidação do par conceitual *emancipação política da burguesia-conversão dos conceitos econômicos em prioridade política* que, ao adentrarem na arena pública, ganharam dinâmica e gramática próprias. A expansão como um fim em si mesma encerra e movimenta o ciclo iniciado com a díade exposta.

⁴³ Nesse panorama argumentativo, Lenin defende, no panfleto *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, que concentração e monopólio, predados do imperialismo, fazem parte do rearranjo capitalista originado pela crise de 1873, a qual teve que se adaptar. Tais rearranjos fazem com que “a propriedade privada baseada no trabalho do pequeno patrão, a livre concorrência, a democracia [...] pertencem a um passado distante” (Lenin, 2012, p. 27), já que “o surgimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo” (Lenin, 2012, p. 42).

Acerca do debate que contrapõe à expansão como um fim em si mesma ínsita ao imperialismo⁴⁴ ao modelo dos Estados nacionais, Canovan (1992, p. 31) destaca:

O Estado-nação é nitidamente contrastado com o imperialismo no pensamento de Arendt. Enquanto o imperialismo é uma questão de liberar forças incontrolláveis de expansão e conquista às quais os seres humanos sacrificam a si e aos outros, o Estado-nação é entendido como uma instituição essencialmente humanista, uma estrutura civilizada que fornece uma ordem jurídica e garante direitos, na qual, por um tempo, o homem como legislador e cidadão manteve sob controle os burgueses, cuja paixão anárquica pela expansão acabaria por minar a civilização.

Faz parte do *script* do Grande Jogo do período equiparar interesses localizados, limitados pelas fronteiras de uma dada nação, com a busca ilimitada de poder a que tão somente o céu (literalmente, para Cecil Rhodes) poderia refrear. Essa última, para Arendt, por não ter finalidade nem alvo territorial definido, não apresenta direção previsível: qualquer nação pode ser concebida como gradação indispensável para a conquista de futuros degraus, jogo que, marchando rumo a sua própria destruição, somente acaba quando os jogadores distribuem entre si todos os territórios do mundo, tornando-se uma ameaça uns para os outros. O único procedimento que pode ser antevisto nesse processo infundável é a transformação das nações em meios para a conquista de riquezas, de mercados, de acúmulo de capital e, por fim, de outras nações. Portanto, trata-se de um período em que *tudo era permitido*, antecessor da nefasta era em que *tudo era possível*, mote dos regimes totais.

Foi também no desenvolvimento dessas três décadas que a luminosidade da esfera pública deu lugar ao advento de *governos invisíveis*, cuja ignominiosa dominação – antagônica ao exercício da coisa pública – teve seu laboratório no Egito, no estabelecimento da burocracia como forma de governar sem precedentes, porquanto se circunscrevia na substituição do governo e na normalização da subjugação de um povo. Essa mudança de paradigma foi também derivada da participação burguesa nos negócios públicos e, com isso, da conversão da economia em prioridade governamental: já que apenas especialistas podem conhecer as leis econômicas suficientemente bem a ponto auxiliar os negócios estatais, a participação popular se tornou completamente dispensável em corpos políticos que gradativamente destinaram aos *experts* boa

⁴⁴ “A expansão imperial é uma consequência lógica de uma sociedade definida pelo seu interesse num aumento incremental de bens para consumo e no aumento da riqueza que a produção garante. O imperialismo capitaliza uma insaciabilidade de necessidade e desejo por produtos; não reconhece fronteiras, nem privadas nem públicas, nem mesmo a própria terra; é guiado pela necessidade de vencer todos os obstáculos que impedem o sucesso e a acumulação. Historicamente, a produção capitalista conduziu a um excedente de riqueza que foi depois exportado para países estrangeiros, a fim de estabelecer o domínio econômico e político sobre as nações onde quer que fosse possível [...]. O imperialismo não poderia ter ocorrido sem o modo de produção capitalista e não teria tido sucesso sem a ascensão do capitalismo na esfera social. O capitalismo e o imperialismo revelam a falta de mundo da sociedade moderna, definida pelos seus interesses econômicos privados” (Bowen-Moore, 1989, p. 123).

parte dos processos de tomada de decisão. Dito de outro modo, como não se pode esperar que a maioria da população dispusesse do *know-how* necessário para entender as especificidades de cada área técnica do governo, o ideal seria deixá-la a margem das deliberações. Portanto, enquanto “o determinismo racista, com suas diferenças inerradicáveis entre raças ‘superiores’ e ‘inferiores’, proporcionou uma justificação perfeita para a conquista imperialista e a escravização das populações nativas”, o esvaziamento do Estado-nação em que se baseou a burocracia “atendia às necessidades de grupos que se estabeleciam em um caminho de expansão ilimitada” (Canovan, 1992, p. 36).

A lição deixada por esse evento é o imperativo de compreender os perigos do governo invisível, o que perpassa identificar que tal dominação foi levada a cabo inicialmente como forma de governar as colônias sem ter que diluir as suas instituições públicas oficiais, nem tampouco anexá-las, nos moldes romanos de império. Na pena arendtiana, em coadunância com o que foi desenvolvido por Hobson (1902), a grande novidade do imperialismo é a diferença que nele se estabeleceu entre a ideia clássica de *imperium* e o modelo de colonialismo liberal. Em vista disso, os processos e as práticas levadas a cabo durante o imperialismo, dentre os quais se sobreleva a permanência da burocracia, abriram o precedente necessário para os programas de extermínio empreendidos algumas décadas depois⁴⁵.

A novidade inicial do imperialismo foi a antinomia com relação ao *imperium* e ao modelo colonial. Enquanto os impérios – cujo paradigma, para Arendt, é o Império Romano – traziam como predicados comuns a unidade política cosmopolita e a unificação da estrutura jurídica, cuja “legitimidade era enquadrada na necessária fusão do domínio do *ius* (lei/justiça) e do *imperium* (governo)” (Mantena in Benhabib, 2010, p. 95), o imperialismo dos séculos XIX e XX foi estruturado mediante o estabelecimento de impérios variados e concorrentes, baseados no militarismo, no nacionalismo e na presença de discursos que, apelando para a díade superioridade-inferioridade, legitimavam a dominação. Ao invés do movimento de expansão infinita, os modelos clássicos se alicerçavam no limite inerente à relação entre *ius* e *imperium*,

⁴⁵ Estamos cientes da discussão que subjaz as fronteiras que a argumentação arendtiana estabelece acerca de uma possível continuidade entre o imperialismo e o totalitarismo. Por um lado, encabeçada por King (2004), há a leitura que identifica, mediante a contundente crítica de Arendt à causalidade, que o exame arendtiano sobre o imperialismo deve ser remetido a uma espécie de prenúncio dos fenômenos totalitários, já que nele já existiam diversos elementos levados aos extremos pela dominação total. Porém, outros estudiosos, como Kateb (1983), acentuam os precedentes cumulativos e as condições de possibilidade abertas durante as décadas do período imperial, de modo que o totalitarismo “não é concebível, não é conceitualmente possível, não é superficialmente reconhecível, não é experimentalmente familiar, não é capaz de receber adesão e cooperação sem várias gerações de antissemitismo, racismo e imperialismo (não apenas na África). Ao mesmo tempo, o totalitarismo não é o seu derivado causal ou resultado lógico” (Kateb, 1983, p. 57). Na presente Tese, adotamos a defesa de que o imperialismo estabeleceu precedentes que tornaram a consecução de massacres administrativos, antes, durante e após o totalitarismo, possíveis, sem perder de vista que se trata de contextos e níveis de desenvolvimentos distintos.

de modo que, seja sob as vestes da assimilação, seja nos arranjos federativos, a conquista de novos territórios estabelecia um novo corpo político. Ao recusar seguir tais modelos, o imperialismo negou a universalidade jurídica e esvaziou de sentido possíveis vinculações verdadeiramente políticas que pudessem existir entre governantes e governados, e o fez mediante a justificativa de que os últimos eram tão inferiores com relação aos primeiros que não haveria interesses comuns entre eles. Tais elementos corromperam o universalismo cosmopolita dos modelos clássicos, originando um sistema em que império passou a ser sinônimo de competição e dominação mediante a exploração e o alheamento que esvaziavam a representatividade, a aplicabilidade e o próprio sentido da norma, abrindo a brecha para que, na ausência da sua proteção, indivíduos e grupos sejam considerados *superfluos*.

Acerca da importância do conceito de *superfluidade* para a compreensão do período imperial e, portanto, para o nascimento da burocracia como forma de governar, além de sua vinculação a outros conceitos relevantes para tal empreitada, como desenraizamento, solidão e desamparo, Maslin (2020, p. 107) assegura:

O conceito mais importante em ação na discussão de Arendt sobre o imperialismo é o de *superfluo*. A *superfluidez* é usada pela autora para descrever pessoas, riquezas e até entidades coletivas, como um grupo de pessoas ou uma nação [...]. A principal característica compartilhada pelas entidades *superfluas*, segundo Arendt, é a ociosidade: elas não têm nenhuma função produtiva. Economicamente, o ouro e as pedras preciosas são bens *superfluos*. Eles têm valor monetário, mas esse valor não está ligado a nenhuma função útil. Seu único propósito é o adorno ou a propaganda da riqueza. Sociologicamente falando, grupos de pessoas podem se tornar *superfluos* se deixarem de ser membros produtivos de um sistema capitalista. Além disso, Arendt argumenta que a África do Sul se tornou *superflua* em termos de comércio internacional com a construção do Canal de Suez, pois deixou de cumprir a sua função anterior na rota comercial da Europa para a Índia [...]. Assim, o imperialismo foi uma solução política para um problema econômico.

Assim, a redução da política a meio a partir do qual a economia funciona sem entraves fez com que a batalha para converter capital *superfluo* em lucro gerasse uma turba de homens *superfluos*, tal como produtos excedentes. Dito de outro modo, a *anima* expansionista do imperialismo, impulsionada pela necessidade de exportar mercadoria e capital acumulado, revelou que não apenas bens e objetos de uso haviam se tornado excessivos, mas que a dinâmica capitalista também havia convertido homens em massas dispensáveis, economicamente *superfluas* e, portanto, inadequadas, já que haviam deixado de pertencer a uma comunidade política e legalmente instituída “na qual aceitavam convenções sobre o que seria um comportamento razoável que poderia estabelecer limites aos seus impulsos” (Canovan, 1974, p. 32). Contrariamente, “para atingir seus objetivos básicos, a vida econômica requer um estilo de gestão e administração e uma relação de comando e obediência” que demonstra porque

“quando o governo se preocupa unicamente com questões econômicas, se torna burocrático e restringe severamente o espaço para participação popular” (Parekh, 1981, p. 150).

Acerca do advento da “política da turba”, cujo nascedouro e laboratório foi o imperialismo, e de como o capital supérfluo da burguesia recrutou mão-de-obra igualmente supérflua para viabilizar o movimento expansionista, cujo local de despejo do excedente foram inicialmente as colônias ultramarinas⁴⁶, Brunkhorst (*in* Villa, 2006, p. 179) explana:

Arendt vê a multidão emergindo pela primeira vez como uma força política sob a hegemonia da sociedade burguesa durante a era do imperialismo. A multidão é composta por pessoas que, como resultado das convulsões sociais provocadas pelo capitalismo do século XIX, já não têm uma posição de classe segura ou qualquer ligação real com os partidos políticos estabelecidos. Ela caracteriza os constituintes da turba como “pessoas supérfluas”, ou como uma “população excedente”. A “política da turba, nascida das paixões e frustrações dos indivíduos marginalizados, se refere a uma pseudo ou antipolítica, na qual o discurso e a deliberação são reduzidos à expressão de pura indignação e ressentimento. Essa pseudopolítica substitui todas as questões de interesse público pelo movimento dinâmico e destrutivo de um ressentimento politizado.

A superfluidez aponta, assim, para o declínio de formas políticas de governar mediante a ascensão irrefreável – tanto quanto eram as próprias dinâmicas da expansão – da esfera social, agudizada pelo incremento da produtividade humana e pelo desenvolvimento tecnocientífico, especialmente após a Revolução Industrial, quando as classes gradativamente se converteram em multidões anônimas e despersonalizadas, destituídas dos interesses comuns que vinculavam as primeiras. A instrumentalização do Estado empreendida pela burguesia a fim de assegurar seus interesses específicos é o ponto nevrálgico de um processo gradativo de superfluização de uma quantidade cada vez maior de indivíduos, cujo fim parece apontar para a superfluidez da própria burguesia, engolfada por um movimento de expansão que só considera os seus próprios imperativos.

A querela entre os interesses burgueses e o Estado-nação teve seu clímax durante o totalitarismo. Porém, a potencial superfluidez de ambos poderia ser entrevista durante o imperialismo:

Só quando ficou patente que o Estado-nação não se prestava como estrutura para crescimento da economia capitalista, a luta latente entre o Estado e a burguesia se transformou em luta aberta pelo poder. Durante o período imperialista, nem o Estado

⁴⁶ Young-Bruhel (2006, p. 55) também examina esse contexto: “uma das ideias processuais básicas de *Origens do totalitarismo* era a de que os imperialistas ultramarinos do século XIX [...] exportaram para essas terras seu próprio povo supérfluo, suas turbas desclassificadas, onde eram supervisionados por burocratas coloniais habituados a tratar a multidão e os povos colonizados como subumanos e a atropelar suas leis e costumes locais. Estes métodos imperialistas corromperam os próprios estados europeus, que transportaram os métodos para seus imperialismos continentais. Posteriormente, tanto a Alemanha como a Rússia transformaram em coloniais as suas populações indesejadas [...]. Este processo [...] ajudou a cristalizar elementos totalitários em regimes totalitários completos”.

nem a burguesia conquistaram vitória definitiva. As instituições nacionais-estatais resistiram à brutalidade e à megalomania das aspirações imperialistas dos burgueses, e as tentativas de usar o Estado e seus instrumentos de violência para seus fins econômicos tiveram sucesso parcial. Isso mudou quando a burguesia alemã apostou tudo no movimento hitlerista para governar com auxílio da escória, mas já era tarde demais: a burguesia conseguiu destruir o Estado-nação que lhe perturbava o exercício da hegemonia, mas foi uma vitória de Pirro; a ralé mostrou-se perfeitamente capaz de cuidar da política por si mesma e liquidou a burguesia juntamente com todas as outras classes e instituições (Arendt, 2011b, p. 154).

O excedente de indivíduos foi exportado para os territórios dominados pelos impérios europeus, mormente para ocupar funções violentas, que não eram delegadas aos administradores locais. Canovan (1974) ressalta que foi justamente a possibilidade de se desonerar dessa classe de homens supérfluos, mesmo mantendo a plena reivindicação sobre possíveis lucros e produções deles advindos, que fez com que a população do Império Britânico apoiasse o imperialismo, enquanto, ao contrário, a carência de possessões ultramarinas fez com que a classe supérflua da Rússia, da Alemanha e da Áustria não tivesse o fluxo de exportação – equivalente a objetos e coisas, de modo geral – que houve no Império Britânico, canalizando sua força para a irrupção de movimentos como o pan-eslavismo e o pan-germanismo, tão hostis ao modelo do Estado-nação quanto o imperialismo ultramarino e que reproduziram suas principais práticas, como o governo burocrático mediante decretos.

Esse movimento de exportação de força encontrou nas regiões carentes de industrialização o cenário profícuo para a geração de leis próprias, que tinham o objetivo de extinguir quaisquer barreiras a um movimento expansionista ilimitado. Para que ele fosse exequível, os representantes das nações europeias, administradores da violência, acabaram formando uma elite nas regiões subjugadas – *status* que não se coadunava com o que dispunham em sua terra natal – que passou a defender que a força e a violência eram as bases da política do período, e não as instituições políticas já conhecidas. “Porque a força sem coibição só pode gerar mais força, e a violência administrativa em benefício da força – e não da lei – torna-se um princípio destrutivo que só é detido quando nada mais resta violar” (Arendt, 2011b, p. 167). Como o movimento de expansão só pode ser executado mediante a posse e a utilização de instrumentos de violência, ele também impunha a consolidação de estados policiais burocraticamente organizados, nos quais “a violência pode ser organizada, administrada e reivindicada como política” (Frazer *in* Hayden, 2014, p. 162).

Isso demonstra porque o surgimento da forma burocrática de governar se deu em um momento de ocaso da política, substituída pela obliteração do poder pela violência: com a última sendo elevada a fundamento governamental, é diluída a possibilidade da formação de comunidades verdadeiramente interessadas no bem comum, já que os fios que tecem as relações

se fundamentam nos imperativos econômicos, como a expansão. Para sustentar esse estado de coisas, os incrementos de violência são permanentemente acionados, não apenas com o fito de iniciar as dominações, mas, especialmente, de mantê-las. Porém, como a violência é sempre muda e começa justamente onde termina a fala, a burocracia se sustenta na não-mundandade e, com ela, na diluição do espaço público e na repressão contínua com o objetivo de evitar seu ressurgimento. “A expulsão do mundo partilhado, do espaço terrestre que agora se tornou demasiado estreito para o imperialista onipotente [...] deturpa os fatos, colocando-os no quadro de uma ideia, a expansão como fim em si mesma”. É a partir desse *modus operandi* que a realidade, “na sua dimensão concreta e inesperada é varrida: na perspectiva imperialista, nenhum obstáculo contingente pode existir entre o projeto expansionista e a sua implementação” (Forti *in* Mondadori, 1999, p. 54).

Dessa maneira, o processo burgo-estatal de expansão foi assegurado mediante a disponibilização irrestrita, seguido do refinamento dos instrumentos de violência dos Estados, *conditio sine qua non* o empreendimento imperial não seria possível. Expandir o poder sem estender os corpos políticos – e, com isso, a salvo de quaisquer preocupações com um mundo público, plural, estável e limitado – somente poderia ser viabilizado com a utilização do exército e da polícia sem o refreamento da violência oferecido pelas instituições políticas e jurídicas. Quando os incrementos da violência são colocados à disposição do poder, e não da lei, e no momento em que a pedra de toque é a expansão sempiterna, a tendência é que eles fomentem processos destrutivos que dificilmente poderão ser refreados a não ser mediante ainda mais violência. Para assegurar essa dominação, a polícia e o exército se converteram, nos solos subjugados, ao lado dos governantes imperiais, em representantes das nações imperiais, vivenciando uma importância e autonomia que não possuíam em solo europeu. Nesses termos, “a força tornou-se a essência da ação política e o centro do pensamento político quando se separou da comunidade política à qual devia servir” (Arendt, 2011b, p. 167).

Mesmo que burocracia e racismo apresentem diversos pontos de confluência entre si, porquanto em ambos “os europeus consideravam-se deuses – sejam os deuses do homem negro, sejam os matadores de dragões – de raças superiores, num contexto em que os povos ditos inferiores gradativamente deixaram de subjugados e passaram a ser supérfluos” (Rocha, 2022, p. 144), eles se desenvolveram independentemente, de modo que durante o imperialismo não foi descoberto o potente “acúmulo de poder e de destruição oferecido por essa combinação” (Arendt, 2011b, p. 216). Assim, ainda no turbilhão dos acontecimentos do final do século XIX, não era possível entrever que as origens do imperialismo se sobreporiam, *mutadis mutandis*, às origens do totalitarismo. Portanto, nem Cromer ambicionou amalgamar administração alheada

com a consecução do extermínio – massacres administrativamente planejados mediante pequenas conflitos não-declarados, como quatro décadas depois Al Carhill, *charge d'affaires* britânico na Índia sugeriu como medida ideal para a manutenção do controle britânico no país – nem os bôeres na África do Sul cogitaram organizar, meticulosa e administrativamente, massacres a fim de “estabelecer comunidades circunscritas e racionais” (Arendt, 2011b, p. 216), como os nazistas empreenderam nos campos de extermínio e na organização hierarquizada da burocracia do *Terceiro Reich*⁴⁷. “No entanto, estes acontecimentos tornam transparentes os tipos de condições que permeiam a própria possibilidade de comportamento genocida por parte de Estados e indivíduos” (Lee in King; Stone, 2007, p. 69). De acordo com a tipologia arendtiana, trata-se do efeito bumerangue do imperialismo, mediante o qual as práticas antipolíticas e desumanizadoras utilizadas nos demais países retornaram, com força igualmente antipolítica e desumanizadora, à política europeia, em uma demonstração cabal que o imperialismo solapa as comunidades políticas, vulnerabilizando não apenas os territórios dominados, mas também os dominadores⁴⁸. “O imperialismo em outros países deixa marcas indeléveis em casa. O outro não está fora de nós, em terras distantes: através das experiências de dominação imperial, tornamo-nos propensos a criar o outro em nós, em nosso meio” (Benhabib, 1996, p. 76).

Ao passo em que as relações políticas e humanas definham, a tendência é que o indivíduo seja inserido em uma “relação direta com o Estado. O Estado é levado a administrar cada vez mais áreas que outrora eram domínio das ‘comunidades vivas’ que ele apagou” (McGowan, 1998, p. 20). Como a administração burocrática imperial é a resposta das nações europeias às crises advindas do capitalismo e da crescente capacidade de produção humana, seu retorno, tal qual um bumerangue, às próprias nações europeias, era previsível.

Substituir o poder pela violência pode trazer a vitória, mas o preço é alto; pois não é apenas pago pelo vencido, mas também pelo vencedor, em termos de seu próprio poder [...]. O efeito bumerangue do “governo de raças subjugadas” (Lorde Cromer) sobre o governo da metrópole durante o imperialismo significava que o domínio pela

⁴⁷ “Arendt apresenta uma descrição brutal e gráfica dos massacres e genocídios que ocorreram na ‘corrida pela África’. Já não existia sequer uma pretensão de regulação colonial das populações africanas submetidas. O racismo imperialista justificou o massacre administrativo brutal de milhões de africanos nativos como forma de conduzir a política externa. Este racismo imperialista, assassino e ideológico, antecipou a ideologia racista dos nazis” (Bernstein, 2018, p. 34). Na mesma trajetória administrativa, segundo Di Pego (2015, p. 111): “tal como o imperialismo tipificou nas colônias as raças inferiores que tiveram de ser eliminadas para garantir a unificação social, posteriormente, os grupos que não puderam ser completamente assimilados pela identidade nacional dos Estados europeus foram vistos como suscetíveis de eliminação. Desta forma, os massacres administrativos levados a cabo pelo imperialismo acabaram por convergir para as fábricas de morte do nazismo”.

⁴⁸ Aimé Césaire (2001, p. 74), em *Discurso sobre o colonialismo*, explana de maneira similar ao que foi desenvolvido por Arendt: “[...] o empreendimento colonial é para o mundo moderno o que o imperialismo romano foi para o antigo: o prelúdio do desastre e o precursor da catástrofe”, o que, segundo ele, poderia ser comprovado pelo advento, décadas depois, dos regimes fascistas e totalitários, o que lhe parecia *un choc en retour*, expressão traduzida para as edições em inglês do referido livro como “efeito bumerangue”, tal como postulado por Arendt.

violência em terras distantes terminaria por afetar o governo da Inglaterra e a última “raça subjugada” seriam os próprios ingleses (Arendt, 2011a, p. 71).

Nesse sentido, elucida-se porque, mesmo que a burocracia tenha tido seus contornos mais bem delineados durante e após os regimes totalitários, a leitura de Arendt sobre ela não se restringe a esses períodos, mas foi iniciada e influenciada pelas reverberações imperialistas, mormente pelo governo de Lorde Cromer no Egito, “caso paradigmático da burocracia imperial” (Shenhav, 2013, p. 384)⁴⁹ que se afastou do perfil weberiano de uma burocracia racional tipicamente ideal devido a dois fatores que, por outro lado, ao não se circunscrever à administração de Cromer, acenam para o efeito bumerangue do período: 1) a base racial da burocracia funciona como um categorizador entre *nós* e *os outros*, divergindo de construções governamentais que partem do pressuposto da igualdade de todos os cidadãos perante a lei (na verdade, burocracias se ancoram no polo oposto: a desigualdade perante os códigos jurídicos); 2) divergindo de uma leitura puramente racional, a burocracia imperial, assim como também as totalitárias, mais se afirma pelo seu caráter arbitrário do que pela irrestrita previsibilidade, mesmo que recorra a esse atributo como mote para se justificar. A propósito, foi tal arbitrariedade que fez com que a excepcionalidade que abre a brecha para o governo mediante decretos instaurasse um estado de emergência que pleiteava ser duradouro.

3.2 O grafismo do sujeito imperialista e a mentalidade imperial

[...] a justificativa do governo indireto, como a noção de Rudyard Kipling do “fardo do homem branco”, exemplifica a capacidade do imperialismo britânico de fazer uma política baseada essencialmente em um alheamento perigoso – e, de fato, divisão absoluta entre governante e governado – parece ser um gesto de compromisso cultural e uma marca da integridade e tolerância britânicas. No entanto, o que era particularmente perverso sobre a justificativa da burocracia era como ela facilmente envolvia uma linguagem exagerada de dever moral [...], equiparando a responsabilidade política a uma ética (infantilizada) de justiça. Foram os britânicos que velaram o desprezo por aqueles sobre os quais governavam com a linguagem paternalista de proteger as raças “menores” (Mantena, 2010, p. 98).

A fim de examinar a mentalidade imperial como princípio despolitizante, Arendt utilizou quatro textos de Rudyard Kipling⁵⁰, escritor que defendia veementemente a

⁴⁹ O autor amplia essa argumentação, a fim de defender a centralidade da figura de Cromer para a compreensão da burocracia imperial: “Em *Origens*, Arendt se concentrou extensivamente na nova forma de governar que misturava ‘burocracia’ e ‘raça’, particularmente na Argélia, na Índia e no Egito. O seu texto contém pelo menos 34 referências a Lorde Cromer e 19 referências adicionais aos seus escritos sobre a gestão das ‘raças subjugadas’. Intrigada com a filosofia da burocracia de Cromer, Arendt ampliou a sua análise para constituir um caso paradigmático para compreender o imperialismo europeu e a burocracia imperial” (Shenhav, 2013, p. 385).

⁵⁰ O escritor e jornalista Joseph Rudyard Kipling nasceu em Bombaim no ano de 1865, período de expansão do Império Britânico e de sua dominação na Índia. Morou na Inglaterra, mas retornou ao país para trabalhar como jornalista. Entretanto, exerceu maior influência na Inglaterra, porquanto lá foi considerado um popularíssimo

implementação de um imperialismo britânico assertivo, justificado pelo patriotismo que equiparava o desenvolvimento da Grã-Bretanha com uma missão civilizadora a ela inerente: “O primeiro marinheiro”, “O túmulo de nossos ancestrais”, “O fardo do homem branco” e *Kim*, por considerar que eles retraçam a superioridade que os ingleses imputavam a si mesmos e que lhes trazia como ônus a proteção de povos tidos como atrasados⁵¹. Ao se voltar para os textos de Kipling e à sua ode ao imperialismo, a teórica política “evoca o perfil de indivíduos atomizados, solitários e social e economicamente supérfluos, que, após terem perdido os últimos fios que os ligavam ao mundo, estão prontos para escapar da ameaça da realidade e abdicar de sua capacidade de julgamento diante de alguma força inexorável” (Mrovlje, 2014, p. 82-83)⁵².

A utilização de narrativas literárias a fim de entender o que Arendt considerava ser a mentalidade imperial demonstra seu interesse pelas convicções que justificaram a diluição dos conceitos e instituições que chancelavam o Estado-nação, normalizando contextos nos quais a exclusão sistêmica e violenta, somada a consecução meticulosa do extermínio, passaram a fazer parte da *realpolitik*, além de demonstrar que o advento da burocracia foi mediado pela transformação de ideias bobas e quixotescas – tal como Arendt (2011b) as descreveu – em práticas políticas que comprovaram a exequibilidade do extermínio de povos inteiros⁵³. Dito de outro modo, o imperialismo somente foi possível porque gradativamente uma mentalidade imperial ganhou forma e, pretendendo adquirir aspectos de veracidade, foi utilizada como chancela para novas orientações sociais e políticas⁵⁴.

escritor, o retratador do Império Britânico e de sua inata missão de educar e civilizar os povos sob o seu jugo. A maioria de suas histórias têm a Índia como cenário, como exemplificam duas de suas narrativas mais famosas, *Kim* e *Mowgli, o menino lobo*. Coroando sua popularidade, em 1907 ele recebeu o Prêmio Nobel de Literatura, sendo o primeiro escritor de língua inglesa a conseguir o feito. Ele faleceu em 1936 (Ferraz in Kipling, 2010).

⁵¹ Said (1996, p. 51) também destaca a importância do exame sobre a mentalidade imperial a fim de compreender o regime de Cromer no Egito nos seguintes termos: “Nos primeiros anos do século XX, os homens como Cromer podiam dizer o que diziam, do modo como diziam, porque uma tradição ainda mais antiga de orientalismo que a do século XIX fornecia-lhes vocabulário, imagística e retórica, além de números para ilustrar tudo”.

⁵² O mesmo panorama é assinalado por Hiruta (2021, p. 175), para quem é revelador que Arendt pouco recorre a parlamentares proeminentes no imperialismo, como Gladstone e Disraeli, enquanto figuras marginais na historiografia do período, como Cromer e Kipling, com seus personagens e alegorias, são retracadas. “Esta seleção das *dramatis personae* reflete a convicção de Arendt de que o coração moral do novo imperialismo não se encontra no país de origem, mas nos territórios ultramarinos. Se quisermos compreender o imperialismo britânico, devemos examinar a África do Sul, o Egito e a Índia, em vez da margem esquerda do Tâmis”.

⁵³ Para Di Pego (2015), apesar da importância da mentalidade imperial e das lendas de Kipling para a legitimação das práticas imperiais, mantendo a opinião pública “controlada”, sua importância não pode ser equiparada às ideologias no contexto pré e pós-totalitário, quando explicações históricas e naturais se converteram em um princípio deturpado de ação. Nesse sentido, mesmo que as lendas sejam parte importante da análise arendtiana do período imperialista, elas não chegaram a se converter em princípios de atuação, tal como houve com as ideologias.

⁵⁴ Mesmo que nos pareça claro que Arendt não defende – ao contrário, ela critica fortemente – a perspectiva de um inatismo intrínseco às nações europeias que realizaram esse salto rumo à Ásia e à África, o que legitimaria a dominação, é importante ressaltar que a ambição da teórica política era construir uma tipologia do homem imperial, mormente aquele que se considerava superior a ponto de assumir uma responsabilidade por outros homens e povos

Arendt concebia que assim como o imperialismo é um dos poucos eventos que podem ser datados com precisão, a lenda imperial também possui um autor e um período germinal: trata-se de Rudyard Kipling e seu *The first sailor*, cujo lema é o Império Britânico e cuja repercussão foi a formação do homem e da mentalidade imperial, de tal modo que mesmo que a historieta em muito divirja com relação às práticas imperiais, motivou os melhores e os piores filhos da Inglaterra a fazer parte das aventuras do período. Pois, se por um lado, “as lendas sempre influenciaram a feitura da história”, por outro, elas cativam as elites tal como “as ideologias atraem os homens comuns e as descrições de forças ocultas atraem a ralé e a escória. Nenhuma estrutura política é mais evocativa de lendas e justificações que o Império Britânico [...], que passava de consciente fundador de colônias a dominador de povos estrangeiros” (Arendt, 2011b, p. 238-239).

The first sailor retrata o que teria sido a fundação das Ilhas Britânicas que, por suas condições naturais, impôs aos seus primeiros homens lidar com três elementos: água, vento e sol. Para controlá-los e usufruir deles, inventaram o navio, veículo que tornou os ingleses os senhores do mundo. Intellectualmente astutos e dotados de rigor e vigor, o controle dos elementos através de sua engenhosidade lhes garantiria a conquista do mundo:

[...] sem que ninguém se *importe* como; conservarás o mundo em teu poder sem que ninguém *saiba* como; e levarás o mundo em tuas costas sem que ninguém se aperceba *como*. Mas nem você nem seus filhos conseguirão qualquer coisa com esse pequeno feito exceto quatro presentes, um para o mar, um para o vento, um para o sol e outro para o navio que o transporta. Você e seus filhos serão longos na cabeça, lentos na língua, pesados nas mãos e [...] sempre um pouco a barlavento. Pois ganhando o mundo, mantendo o mundo e o carregando em suas costas, na terra, no mar ou no ar, seus filhos sempre terão os quatro dons. Cabeças compridas e de fala lenta e pesada e sempre um pouco a barlavento de cada inimigo, para que possam ser uma salvaguarda para todos os que passam pelos mares (Kipling, 1919, s./p.).

Não é difícil identificar que a lenda, além de apresentar o povo inglês como o único capaz de governar o mundo e se preocupar com o bem-estar de povos que não estão cômicos – e nem se interessam por estar – do que realmente importa em termos políticos, revela o “racismo e a hipocrisia escondida na definição do ‘fardo do homem branco’” que transformaram os homens que adentraram na empreitada imperial em “trágicos e quixotescos bobos do imperialismo” que se concebiam como matadores de dragões cuja missão é partir “entusiasmados para países distantes e exóticos, ao encontro de povos estranhos e ingênuos, para matar os numerosos dragões que os atormentavam a séculos” (Arendt, 2011b, p. 240). Tais convicções demonstram que missões pretensamente civilizadoras, assim como a dominação

que, politicamente falando, é impensável. Assim, entender a mentalidade imperial é compreender como tal estado de coisas foi possível sem corroborá-lo, o que estaria implícito em uma leitura inatista.

burocrática imperial, eram concebidas como elementos inerentes à identidade nacional. Justifica-se, na historieta, a invenção da política global mediante o princípio da expansão, ao qual os ingleses tinham direito por nascimento.

Nesse texto, a metafórica figura do primeiro marinheiro se coaduna com a realíssima estampa do administrador inglês, e ambas acenam para a mentalidade imperialista que identificou na forma de governar sem precedentes inaugurada pela burocracia a possibilidade de se sentirem incluídos em movimentos supra-humanos e, portanto, exteriores e súperos a eles, já que seu pertencimento ao mundo real, em que homens coexistem uns com os outros, não era mais possível, porquanto eles haviam se tornado supérfluos. Por conta disso, fazer parte de tais movimentos lhes parecia a solução para se engajar em um mundo em que tudo e todos são desimportantes. Se vincular a “esse fluxo é atrelar-se à ‘boa sorte’, na corrente da fatalidade natural ou histórica” (Aguiar, 2012, p. 148).

A mesma tradição inglesa é retratada por Kipling em “O túmulo dos ancestrais”, mormente a partir da família inglesa Chinn, que servia por incontáveis gerações a China, ensinando métodos agrícolas, livrando o povo de superstições, de feras perigosas, de pestes e de guerras, o que era levado a cabo porque “os Chinn têm mais sorte que a maioria das pessoas, pois sabem exatamente o que fazer” (Kipling, 2010, p. 160), embora vivam em uma situação ambígua: são heróis para os orientais e supérfluos no Império Britânico, o que explica porque eles se sentiam mais à vontade na China do que na Inglaterra. Mesmo que sua recompensa seja um túmulo de ancestrais, tal como relata o título da narrativa, os matadores de dragões acreditavam que possuíam a missão de proteger os mais fracos e honrar o seu povo⁵⁵. Porém, viviam em uma sociedade que formava homens supérfluos e desarraigados em larga escala e “o desarraigamento como objetivo baseava-se principalmente no ódio a um mundo em que não havia lugar para homens supérfluos, de sorte que a destruição desse mundo podia tornar-se objetivo político” (Arendt, 2011b, p. 227). Assim, a expansão e a atratividade suscitada pelas terras distantes, conhecidas da maioria dos homens apenas mediante narrativas, como a saga dos matadores de dragões, seduziram os piores e os melhores ingleses no século XIX.

⁵⁵ Algumas passagens de “O túmulo dos ancestrais” assim o relatam: “Nenhum inglês entrava nessa confusão a não ser por amor ou costume familiar. Os oficiais falavam com seus soldados em uma língua que não era entendida por duzentos homens brancos na Índia; os homens eram como seus filhos e descendiam dos *bhils*, que são, talvez, a mais estranha das muitas raças estranhas da Índia. Eram, e no fundo são, homens selvagens, furtivos, acanhados, cheios de superstições inconfessas [...]. Séculos de opressão e massacre fizeram dos *bhils* saqueadores cruéis e ladrões de gado [...]. John Chinn Primeiro, pai de Lionel, avô de nosso John, veio para o seu país, viveu entre eles, aprendeu sua língua, matou os cervos que roubavam suas pobres plantações e conquistou sua confiança, de modo que alguns *bhils* aprenderam a semear e arar a terra, ao passo que outros foram encaminhados ao serviço da Companhia para policiar seus amigos” (Kipling, 2010, p. 161-162).

Os matadores de dragões justificavam sua participação no empreendimento imperial recorrendo ao “senso de sacrifício em relação às populações atrasadas” e pelo “senso de dever para com a glória da Grã-Bretanha que fez surgir uma classe de funcionários com o desejo e a capacidade de governar” (Cromer, 1913, p. 31). Sua superioridade seria a razão de seu fardo e se reverberaria tanto no cuidado dos últimos: “Tomai o fardo do homem branco – Envia teus melhores filhos – Vão, condenem seus filhos ao exílio – Para servirem aos cativos [...], servos obstinados – Metade demônio, metade criança”, ou ainda “Tomai o fardo do homem branco – As guerras selvagens pela paz – Encha a boca dos famintos, E proclama, das doenças, o cessar” (Kipling, 1898, s./p.) quanto na inveja e na incompreensão da nobreza de sua missão: “Tomai o fardo do homem branco – E colha sua antiga recompensa – A culpa de que farias melhor – O ódio daqueles que você guarda – O grito dos reféns que você ouve (Ah, devagar!) em direção à luz: ‘Porque nos trouxeste da servidão, nossa amada noite no Egito?’” (Kipling, 1898, s./p.).

Os trechos apresentados, retirados do poema “O fardo do homem branco”⁵⁶, se baseiam na narrativa que insere o povo inglês como superior aos demais, os quais devem ser mantidos sob tutela, porquanto sua inferioridade poderia resultar em um mal para si próprio e para a salvaguarda do mundo. Assim, a nacionalidade do cavalheiro inglês, o homem branco, o converte em um matador de dragão, em um resolvidor de problemas de raças subalternas. Tal missão, contudo, possui severos ônus – por isso a utilização do qualificativo *fardo* – que repercutem em sacrifícios humanos e materiais ínsitos ao estabelecimento de um império.

A perversidade inerente à retórica que apela ao fardo do homem branco, com sua mistura de chauvinismo, arrogância, autoengrandecimento e ignorância, e que repercutiu na burocracia imperial, reside na hiperbolização de discursos moralizantes que convertiam dominação em dever, indiferença e alheamento em virtude e responsabilidade em uma infantilização deturpada tanto da ética quanto do próprio conceito de justiça. Em suma, “o núcleo moral do imperialismo britânico é o expansionismo megalomaniaco; seu motor é a aliança do capital com a turba; seus administradores são ‘crianças morais’ e seus legados mais duradouros são a dominação burocrática e a mentalidade servil do funcionário” (Hiruta, 2021, p. 177). Afinal,

⁵⁶ “O inequívoco comprometimento de Kipling com o imperialismo e com o Império, sustentado num forte espírito de missão e na noção de serviço, ficam claramente expressos em *The White man’s burden*, também um poema, publicado em 1899, por ocasião da guerra americano-filipina (1899-1902) [...]. Nele, Kipling não se limita apenas a exaltar a superioridade dos ‘verdadeiros homens brancos’ sobre as restantes raças, sublinhando o respectivo dever – moral – de as governar e de elevar seu patamar civilizacional [...], ao mesmo tempo que defende e sublinha a superioridade da matriz cultural e civilizacional anglo-saxônica” (Estácio, 2017, p. 34).

Foram os britânicos que velaram o desprezo por aqueles sobre os quais governavam com a linguagem paternalista de proteção das raças inferiores. Para Arendt, esta filosofia de governo viu seu culminar no governo indireto na África, um dispositivo de governo que era de caráter totalmente negativo e nunca produziu uma forma dos povos viverem juntos. A justificação do governo indireto, tal como a noção de Rudyard Kipling do “fardo do homem branco”, exemplificou a capacidade do imperialismo britânico para fazer com que uma política essencialmente baseada num distanciamento perigoso e na divisão absoluta entre governantes e governados parecesse ser um gesto de compromisso cultural e uma marca da integridade e tolerância britânica (Mantena *in* Benhabib, 2010, p. 98).

A última história de Kipling utilizada por Arendt para retratar a mentalidade imperial, trajetória argumentativa essencial para traçar os fios que tecem o pano de fundo no qual a burocracia foi delineada, é *Kim*⁵⁷, “o único romance da era imperialista no qual uma genuína fraternidade une as ‘estirpes superiores e inferiores’” (Arendt, 2011b, p. 247). Conforme a análise de Maslin (2020, p. 114; 116), “talvez em nenhum outro lugar a noção de superfluidade de Arendt seja revelada de forma mais vibrante do que no *Kim* de Rudyard Kipling”, no qual o protagonista repercute e “representa a personalidade imperialista”. Por conta disso, o retrato de Kim repercute o “protótipo das lutas existenciais perpetuadas pelo imperialismo e as suas subseqüentes implicações políticas” (Maslin, 2020, p. 113), leitura compartilhada por outros intérpretes da obra do escritor, como Munro (1964, p. 222), para quem se trata de um texto “que resume as opiniões de Kipling sobre a administração da Índia e demonstra seu conceito de homem ideal”, ou Wegner (2017), que descreveu a obra como a *opus magna* do imperialismo.

O livro se desenvolve a partir das aventuras de um órfão que, sem pertencer a lugar nenhum, nem possuir espaço algum que pudesse chamar de seu (ele era filho de europeus, mas a pele queimada do sol devido às suas andanças fazia com que fosse considerado negro, mesmo que sua ascendência o possibilitasse ser um *Englishman*, caso quisesse), vivia nas ruas de Lahore, cidade indiana dominada pelos ingleses. Trata-se da narrativa da vida de uma criança “branca com papéis que vive nas ruas da Índia, cujo único recurso era mendigar por comida e único trunfo era a capacidade de se passar tanto por uma criança britânica quanto hindu” (Maslin, 2020, p. 114).

As peculiaridades de sua existência o ensinaram a se portar como uma folha ao vento, sem ter que se agarrar ou se identificar verdadeiramente com nada – o que na narrativa é descrito na facilidade com que Kim transita entre grupos e castas, de modo que em um capítulo

⁵⁷ *Kim* foi publicado inicialmente no formato seriado nas revistas *McClure's* e *Cassell's* entre 1900 e 1901. Sua publicação em formato de livro se deu no mesmo período, sob os encargos da Macmillian Publishers.

decide se tornar muçulmano, enquanto em outro opta por ser um *sahib*⁵⁸, alegando para si o título de descendente de europeus –, até que se torna discípulo de um monge tibetano e, posteriormente, funcionário do chefe do Serviço Secreto, função em que seu impulso para a aventura e para os disfarces o tornam o servo ideal do Grande Jogo, para o qual se entrega sem entraves e sem pudor a quaisquer regras, a não ser aquelas que o Grande Jogo propõe.

Cuspido fora da sociedade, Kim utilizou todos os recursos que pôde para sua sobrevivência. Firmemente enraizadas em lugar nenhum e amarradas a nada, essas pessoas supérfluas eram como símbolos vivos do que lhes havia acontecido, abstrações vivas e testemunhas do absurdo das instituições humanas. Elas não eram indivíduos, existencialmente falando. Kim fascina Arendt porque ele é claramente um personagem em busca de sua própria identidade, atraído pela busca de transcendência do lama enquanto se vê cada vez mais enredado no Grande Jogo [...]. Os desenraizados, de acordo com Arendt, aprenderam rapidamente os códigos que conviriam ao tipo de assassinio que estava por vir (Maslin, 2020, p. 114-115).

Kim, agente exemplar do período imperial, “amava o jogo pelo próprio jogo” (Arendt, 2011b, p. 247) de domínio e exploração, e entendia que nem todos os homens, especialmente aqueles devotados à religião e à política ideal, conseguem compreender sua beleza. Ele era um aventureiro nato – e, portanto, nutria especial apreço pelo anonimato e pelos truques e trapanças que encontram na ausência de luminosidade decorrente da diluição da esfera pública e da solidão agudizada pela inexistência de pertencimento político e de relações sociais o solo ideal para se perpetuar – que vivia à margem da sociedade e de qualquer tipo de participação política. Assim, Kim representa com cores vivas o tipo de escolha existencial que advém àqueles que são reiteradamente mantidos à margem da sociedade e que, de certo modo, estão côscios de sua própria superfluidade, que “prenuncia a dispensabilidade dos prisioneiros dos campos de concentração e ecoa não só a situação dos ‘homens supérfluos’ [...] do imperialismo, mas também a devoção abnegada dos burocratas que serviram ao processo de expansão imperial” (Canovan, 1992, p. 54).

Sem estar preso a nada – nem a uma nação, nem a uma família, nem a uma cultura, tampouco a um idioma materno –, restava-lhe se agarrar a cada nova oportunidade, e em cada uma delas lhe era possível desempenhar um papel diferente: oras um *sahib*, oras um muçulmano, sem que de fato alguma característica, fora o apreço ao disfarce e ao Grande Jogo, permanecesse tempo suficiente para fazer parte de sua identidade. Entretanto, mesmo cientes de sua própria superfluidade, de que modo homens como Kim poderiam “saber que, na política,

⁵⁸ Termo que os indianos utilizam para designar “senhor”, um tratamento respeitoso geralmente destinado a alguém de casta superior. No imperialismo, era comum que se dirigissem aos britânicos usando o tratamento, que, por conta disso, pode acenar também para o respeito a uma determinada autoridade. No romance *Kim*, *sahib* designava todo europeu de pele branca, preferencialmente britânicos.

jogos intermináveis só podem terminar em catástrofe e que o segredo político raramente termina em algo melhor que a vulgar duplicidade do espião?” (Arendt, 2011b, p. 248).

Com as iluminações trazidas por Kim, é possível entrever as críticas arendtianas sobre os malogros que o advento do social traz para a arena pública: o desenraizamento, a redução de indivíduos e povos a meios para a consecução de fins ulteriores, o despojamento e o despropósito como sensações de massas cada vez mais numerosas. Portanto:

Kim é a imagem da falta de propósito: ele está separado de todos os laços sociais, preocupações e objetivos específicos [...]. Como tal, ele está disposto a renunciar à sua individualidade para se tornar um participante e uma mera função das forças da história, e a tratar os outros e mesmo nações inteiras como meros degraus no caminho da expansão sem fim, não por causa do seu país ou de qualquer outro interesse definível, mas por causa do próprio processo sem objetivo, pois parecia incorporar o mistério inexplicável da vida (Mrovlje *in* Hayden, 2014, p. 82).

A principal característica de Kim não era a adesão a causas que lhe parecessem dignas, mas a ausência de objetivos que fez com que ele aceitasse sem reservas os encargos de suas missões e disfarces. “Mas a sua condição era apenas uma faceta de uma experiência mais difundida de ‘supérfluo’: [...] um submundo criminoso e violento gerado pelo perturbador dinamismo da economia”. Figuras como o protagonista de Kipling representarem tão fielmente a mentalidade imperial ganha justificativa porque o referido período “exportou aventureiros inescrupulosos como estes para todo o mundo e ofereceu-lhes possibilidades infinitas de crimes cometidos no espírito do jogo” (Canovan *in* Villa, 2006, p. 31). Para Mrovlje (2014, p. 82), “em sua falta de propósito, Kim aponta para o novo desenvolvimento introduzido pelo imperialismo, por meio do qual o poder político se tornou desvinculado dos motivos utilitários que o haviam originalmente movido e se libertou das restrições políticas e constitucionais específicas do corpo político”. O personagem acena para o universo de nefastas possibilidades que comportamentos sociais apresentam quando elevados a mote governamental, mormente em um contexto de desenraizamento e massificação que, por sua vez, são as pré-condições para a dominação imperialista.

Mesmo vivendo uma existência que carecia de pertencimento, Kim não demonstrava sentir nem solidão, nem solitude, e frequentemente usava o termo “nós” para se referir aos seus pares, homens movidos não por *inter eses* comuns, mas pela invisibilidade e superfluidade intrínsecas àqueles que estão sempre prontos a renunciar a qualquer traço de permanência. Nada mais lhes unia a não ser “não ter um nome, mas apenas um número e uma letra” (Arendt, 2011b, p. 248), ou seja, sua habilidade para renunciar a qualquer conservação –

tanto na vida do espírito quanto na vida ativa. Em um cenário em que tudo passou a ser permitido, e o que lhes poderia parecer melhor?

Jogando o Grande Jogo, o homem pode sentir que vive a única vida que vale a pena, porque se despe de tudo que pode ser considerado acessório. A própria vida parece ficar para trás, numa pureza fantasticamente intensa, quando ele se liberta de todos os laços sociais comuns – família, ocupação regular, objetivo definido, ambições e o lugar numa comunidade à qual pertence por nascimento. Só quando todos estão mortos o Grande Jogo acaba [...]. O que faz o jogo tão perigosamente semelhante à própria vida é o fato de não ter um objetivo final (Arendt, 2011b, p. 248).

Kim adotou como “modo de vida não perguntar a razão, mas apenas agir ou morrer, sem ao menos ter feito a primeira pergunta. Foi tentado apenas pela interminabilidade do jogo e pelo segredo. E o segredo também parece simbolizar o mistério da vida” (Arendt, 2011b, p. 248). Tais práticas, quando importadas pela Europa por movimentos influenciados pelo afã imperial da expansão como finalidade política e pela segregação da sociedade entre raças, lançaram as bases para a legitimação da violência como programa de governo. Com efeito:

A expansão imperialista da Europa encorajou a criação de um mundo moral articulado principalmente não em termos de lei, instituições e direitos, mas sim em termos da distinção entre um grupo racial e outro. Combinando com a ascensão [...] do nacionalismo tribal na Europa Central e Oriental, o imperialismo garantiu mais ou menos que as categorias raciais de identidade de grupo (em oposição à categoria legal de cidadania) se tornariam a realidade fundamental da sociedade. O fato de tais categorias serem, em pouco tempo, utilizadas pelos europeus contra outros europeus foi mais uma consequência da epistemologia moral segregada pela recém-formada “política de identidade” do imperialismo (Villa, 2006, p. 4).

3.3 O retrato do personagem: quem foi Lorde Cromer?

Qual deve ser a profissão de fé de um imperialista sólido? [...] Ele não terá medo da competição. Ele acreditará que, no tratamento das raças subjugadas, os métodos de governo praticados pela Inglaterra, embora às vezes abertos a críticas, são superiores, moral e economicamente, aos de qualquer outra nação; e que, forte na posse e manutenção desses métodos, seremos capazes de enfrentar os concorrentes. Por outro lado, ele não terá nenhuma simpatia por aqueles que têm tanto medo da grandeza imperial que não desejam que cumpramos nosso destino manifesto, e que, assim, querem que afundemos na insignificância política ao recusar o título principal que nos torna grandes (Cromer, 1913, p. 4-5).

Evelyn Baring, futuro Lorde Cromer, nasceu na Inglaterra em 1841. Era o nono filho de uma família cujas matizes remetiam tanto a Alemanha – parte dos seus antecedentes haviam emigrado para a Grã-Bretanha um século antes – quanto ao próprio solo inglês. Seus familiares fundaram o Barings Bank, instituição financeira responsável pela influência do grupo na política inglesa desde as guerras napoleônicas, “quando os representantes britânicos, franceses, austríacos, prussianos e russos se reuniram no Congresso de Viena para a elaboração

do tratado de paz para a Europa, que permaneceu em vigor até a I Guerra Mundial, concordaram que a ajuda do Banco Barings seria fundamental para que o tratado de paz tivesse efeito duradouro” (Oliveira; Garcia; Marques, 2013, p. 3), inaugurando a época conhecida como “capitalismo cavalheiresco” (Owen, 2004, p. 4). A instituição bancária, que foi também a principal fomentadora inglesa do período pós-Segunda Guerra Mundial, não resistiu a investigação criminal para apurar fraudes ao sistema financeiro e aos escândalos de corrupção advindos da perda de um bilhão de libras esterlinas devido a investimentos fracassados e especulação financeira. Assim, o Barings Bank decretou falência em 1995.

O pai de Lorde Cromer, Henry Baring, era o terceiro filho do fundador do Barings Bank, Sir. Francis Baring, o primeiro barão da família. Ele trazia consigo a insígnia da mentalidade do período: representava tanto a figura do cavalheiro inglês, filho nobre de uma família de banqueiros bem-sucedidos, quanto o espírito aventureiro e quixotesco. Impedido de trabalhar no banco da família devido a sua compulsão por jogos de azar e por seu hábito de apostar grandes somas financeiras, foi enviado para uma estadia na China por seus familiares, a fim de se desvencilhar de seu vício. Foi essa viagem que lhe despertou uma profunda curiosidade sobre o que ele considerava “povos selvagens”, além da firme convicção de que era indispensável a ampliação da dominação inglesa direcionada a eles, o que certamente aumentaria a riqueza nacional e de sua própria família. Retornando à Inglaterra casou-se com a jovem Cecília Anne, que comungava das mesmas ideias, acrescida da ambição por estabelecer relações sociais com a elite inglesa (Zetland, 1932).

Com o falecimento de seu pai, Evelyn Baring foi mandado aos 7 anos, com seus irmãos, para internatos e, posteriormente, para a Real Academia Militar, onde se formou aos 17 anos tenente da Artilharia Real. As instituições de ensino que frequentou cultivaram nele a obediência e a aquiescência à ordem hierárquica que eram os sintomas de sua era e que se reverberariam por toda a sua vida. Após sua formatura, foi designado para uma missão na ilha grega de Corfu, além de, posteriormente, em Malta e na Jamaica, quando pôde observar *in loco* os conflitos e as movimentações políticas que lhe interessavam desde os seus 12 anos.

A atuação em Corfu foi o primeiro ponto de virada da carreira militar-administrativa de Cromer. Inicialmente, cabe ressaltar que sua atuação na ilha grega não se deu por mérito próprio: como foi um aluno medíocre, sua rápida inserção militar após concluído o curso foi facilitada pelas boas relações da sua família (Rocha, 2022). Entretanto, foi a atuação em Corfu que fez com que Cromer identificasse que estar no *front* de batalha não lhe aprazia, mas que, ao contrário, era no exercício das funções administrativas que ele se sentia motivado. Para exercê-las, seria necessário desenvolver habilidades e dispor de saberes que ele constatou que

não detinha. Então, sua iniciativa de se autoeducar a fim de exercer as funções que realmente lhe interessavam perpassou o aprendizado de idiomas como o italiano e o grego, além de lições sobre história e administração pública (Owen, 2004).

Também em Corfu houve uma importante inflexão em sua carreira: mesmo tendo recebido do governo inglês a recomendação de encabeçar, junto com o governo local, a promulgação de uma nova constituição, a equipe de administradores ingleses da qual Cromer fazia parte avaliou que a população local era inadequada para a instauração de um regime de governo parlamentar, até porque “as raças submetidas simplesmente não tinham o que era preciso para saber o que era bom para elas”. Isso fazia com que “instituições nativas livres, a ausência de ocupação estrangeira, uma soberania nacional autossustentada: estas propostas [...] foram consistentemente rejeitadas por Cromer” (Said, 1996, p. 48). Mesmo que a tipologia da administração praticada na referida ilha grega não possa ser considerada burocrática, ainda que certamente também o seja antipolítica, a experiência de completo alheamento da população de Corfu com relação aos processos de tomada de decisão que lhes governava “lançou luz sobre uma nova forma de dominação que marcaria a carreira do, então, jovem Cromer” (Rocha, 2022, p. 133).

A fim de se aproximar da área administrativa, ou o que Cromer (1913, p. 58) definiu como a busca de “novos ares e funções”, aceitou o convite de seu primo, Lorde Northbrook, nomeado vice-rei da Índia em 1872, para auxiliá-lo na administração local, lá permanecendo até 1876, quando o seu familiar renunciou ao vice-reinado. Porém, sua atuação lhe rendeu vantagens: em 1878 foi nomeado associado da Ordem da Estrela da Índia, uma ordem de cavalaria criada pela rainha Vitória no ano de 1861, o que impulsionou sua ascensão a major. Todavia, para se dedicar exclusivamente às rotinas administrativas, se desligou do exército.

A estadia na Índia pode ser considerada o segundo ponto de inflexão da carreira de Cromer. Primeiro porque foi nessa ocasião que ele “amadureceu seu prazer (ou talento inato, como ele modestamente considerou) pela administração, numa mistura de dedicação desinteressada aos povos subjugados e fidelidade inquebrantável à Grã-Bretanha e, conseqüentemente, à missão inata que todo inglês trazia consigo: o encargo originado com a proteção dos povos atrasados” (Rocha, 2022, p. 133). É partindo desse panorama de investigação que Arendt considera Cromer como uma figura paradigmática da categoria dos matadores de dragões ingleses, além de ter sido o primeiro administrador burocrata e, com isso, um colaborador para que o Grande Jogo de nefastas consequências acontecesse.

Em segundo lugar, as funções administrativas exercidas na Índia fizeram com que Cromer reafirmasse as convicções adquiridas em Corfu acerca da importância de estabelecer

um alheamento entre governantes e governados a fim de proteger e ampliar a dominação inglesa, propagada como proteção das raças inferiores, povos perante os quais os ingleses seriam política, moral e economicamente superiores devido a uma ampla gama de fatores que iam desde a moral cristã e a tradição de pensamento político ocidental até o cavalheirismo, a garbosidade, a valentia e a elegância, predicados descritos como tipicamente ingleses pelas lendas que retraçavam a mentalidade imperial e que o próprio Cromer repercutia. Acrescido a tais assertivas, somava-se a constatação de Cromer de que a experiência em Corfu o habilitava para lidar com as raças subjugadas na Índia, assim como, posteriormente, a atuação na Índia o chancelaria a exercer sua empreitada no Egito, o que era possível porque “uma das coisas convenientes sobre os orientais, para Cromer, era que administrá-los, embora as circunstâncias pudessem variar um pouco aqui e ali, era quase a mesma coisa em quase toda a parte. Isso acontecia porque, é claro, os orientais eram em quase todos os lugares quase os mesmos” (Said, 1996, p. 48): sempre incapazes de saber o que era melhor para si mesmos.

Em *Modern Egypt*, Cromer acentua as pretensas diferenças que percebia entre a mente europeia e a oriental:

“A mente oriental abomina a precisão. Todo anglo-indiano deveria lembrar sempre essa máxima”. Carência de precisão, que facilmente degenera em insinceridade, é na verdade a principal característica da mente oriental. O europeu é um raciocinador conciso; suas declarações de fato são desprovidas de qualquer ambiguidade; ele é um lógico natural, mesmo que não tenha estudado lógica; é por natureza cético e requer provas antes de aceitar a verdade de qualquer proposição: sua inteligência treinada trabalha como a peça de um mecanismo. A mente do oriental, por outro lado, assim como suas pitorescas ruas, é eminentemente carente de simetria. Embora os antigos árabes tenham adquirido em um grau um tanto mais alto a ciência da dialética, seus descendentes são singularmente deficientes de faculdades lógicas. São muitas vezes incapazes de tirar as conclusões mais óbvias de qualquer simples premissa cuja verdade possam admitir [...]. de um modo ou de outro, o oriental geralmente fala, age e pensa de uma maneira exatamente oposta ao europeu (Cromer, 1916, p. 164).

Assim, foi a partir da sua participação na administração na Índia que ele identificou que “instituições livres no sentido pleno do termo são totalmente inadequadas para países como Índia e Egito” (Cromer, 1913, p. 25)⁵⁹ devido a inaptidão para o autogoverno desses países. Devido a tal imperícia, adaptar os mecanismos políticos ocidentais – como a promulgação de uma constituição e a adoção das instituições públicas inglesas – às demandas tipicamente orientais poderia resultar em uma deturpação da reflexão e do fazer político europeu, desencadeando em uma forma desnecessariamente violenta de governo, aos moldes do que

⁵⁹ Aqui Cromer referia-se ao apelo liberalista da época, que defendia a instauração de governos representativos nos países dominados, mesclando o governo das colônias com representantes das matrizes, tal como pode ser exemplificado no planejamento inicial para a atuação da Inglaterra no Sistema de Controle das Finanças Egípcias.

acontecia nas colônias francesas e alemãs do período, o que os ingleses queriam evitar porquanto consideravam que iria de encontro à sua própria natureza, além de ser nocivo a uma tentativa de dominação permanente, tal como aquela que era pleiteada no país.

Assim, a dominação inglesa na Índia “implicou um governo por parte de uma constante mudança de ‘rapazes’ que nunca desenvolveram um vínculo comum com o povo sobre o qual lhe foi dada a responsabilidade de governar” (Mantena *in* Benhabib, 2010, p. 95). Opondo-se ao que consideravam ser a brutal e ineficiente solução francesa, a resposta britânica à indagação sobre qual modelo de dominação deveria ser utilizado no trato das raças subjugadas mirou em uma alternativa mais humana, porém, acertou no estabelecimento de governos indiretos, burocraticamente organizados. Dito de outro modo, resistir ao *telos* de incorporação política utilizado nos antigos impérios fez com que os administradores ingleses fundassem uma forma de governo sem precedentes, se comparada àquelas conhecidas desde a Antiguidade e criteriosamente examinadas por Montesquieu. A dominação britânica na Índia, a qual Cromer foi ator e observador, distorceu a trajetória tradicionalmente conhecida de dominação que culminava, *mutadis mutandis*, em assimilação, servindo como laboratório para o surgimento de uma nova forma de governar, destituída do sistema de pesos e contrapesos que asseguram a legitimidade de um governo das leis. Mesmo sem ser um burocrata hiper eficiente e sem dispor dos instrumentos técnicos que apenas as burocracias posteriores forneceram, representava os valores kiplingianos que ensejavam em si os atributos de sua era.

Por outro lado, sua estadia na Índia também lhe possibilitou perceber que a inferioridade para o autogoverno característica das raças subjugadas – e não-cidadãs – inviabilizava o estabelecimento de formas provisórias de dominação, que visassem educá-las para um futuro autogoverno, até porque “pessoas de mente tão desleixada” (Cromer, 1913, p. 284) não poderiam alcançar o desenvolvimento intelectual necessário para fundar e manter instituições políticas livres. Entretanto, sem implementar na colônia as instituições políticas britânicas ou instaurar um regime provisório, em vista de um posterior autogoverno, o que Cromer concebia ser a gestão ideal? Ou, dito de outro modo, “como deveria funcionar o aparelho burocrático inglês para não cair nem em um filantropismo, nem tampouco em uma burocracia puramente comercial, trazendo em si o perigo sempre constante de entrar em conflito com os ideais imperialistas que justificavam suas atividades a partir da consciência de pertencer a uma civilização superior?” (Rocha, 2022, p. 136). A resposta para tal questão somente foi levada a cabo alguns anos depois, na governança burocrática exercida pelo inglês e sua equipe de especialistas no continente africano.

Ainda durante os trabalhos na Índia, Cromer foi designado para uma viagem ao Egito, em 1877, momento em que o país passava por uma severa crise financeira, motivada por uma série de fatores, que iam desde a vertiginosa queda do preço do algodão, o que agravou o *déficit* fiscal egípcio, até o alto custo para a construção do Canal de Suez, financiado predominantemente por bancos europeus. A fim de evitar uma crise ainda maior, o Quediva do país, Ismail Paxá, recorreu aos governos da Europa, em especial França e Inglaterra, que se dispuseram a ajudar contanto que pudessem nomear uma equipe de controle duplo que se responsabilizaria por intermediar as negociações entre o governo egípcio e as instituições bancárias que dispunham de títulos da dívida, mas que também governaria as finanças do país, controlando até mesmo as transações que não diziam respeito ao *déficit*. Lorde Cromer foi nomeado, nesse primeiro momento, controlador britânico responsável pelas finanças egípcias (Al-Sayyid-Marsot, 2007). Trata-se do terceiro e mais importante ponto de inflexão da carreira administrativa de Cromer.

Controlando a economia egípcia, Evelyn Baring se tornou uma figura importante nesse capitalismo cavalheiresco, influenciando, *mutadis mutandis*, as movimentações políticas de ambos os países. Na Inglaterra, coordenou uma equipe de administradores e especialistas ingleses e envolveu o banco de sua família nas negociações da dívida egípcia, sem que quaisquer conflitos de interesses fossem aventados. No Egito, com a recusa do Quediva em decretar a quebra do país, movimentou os bastidores da política inglesa e egípcia para a deposição do vice-rei, o que aconteceu em 1879 com o apoio da população, que lhe imputava a responsabilidade pela crise financeira. Com a deposição, o filho de Ismail Paxá, Mohamed Tawfiq Paxá, assumiu “de fachada” o governo, já que ele cooperou irrestritamente com os controladores europeus e com sua ampla atuação no país, o que incluía todas as secretarias e ministérios. Segundo Klusmeyer (2005, p. 163), para gerir as pastas imperiais no Egito, os britânicos representados por Cromer necessitaram estabelecer:

[...] um governo invisível que incluía os serviços de inteligência, bem como outras agências de segurança nacional que estão fora do escrutínio e controle do governo visível, com suas verificações constitucionais. O que parece desconfortavelmente claro [...] é a força de certos processos aparentemente incontroláveis que tendem a destruir todas as esperanças de desenvolvimento constitucional nas novas nações e a minar as instituições republicanas nas antigas.

Após esse período de atuação no Egito e concluída a sua estadia na Índia, em 1882 Cromer foi novamente chamado para atuar no país africano, desta vez como cônsul-geral britânico, em um momento turbulento: uma revolta no país colocava em xeque o regime de Quedivas. O planejamento inicial sobre a atuação de Cromer era restrito: direcionava-se para

a realização das reformas necessárias para a contenção da revolta, seguida da retirada das tropas inglesas, enviadas para conter os movimentos, o que ganhava contornos proeminentes pelo fato do país ser considerado de importância estratégica para a segurança da Índia, demonstrando que ele não passava de um mero meio para a salvaguarda de um fim mais elevado, um degrau “numa expansão a que só o tamanho da terra impunha limites” (Arendt, 2011b, p. 242).

Tais demandas iniciais, que limitavam a ingerência da equipe de Cromer, foram gradativamente substituídas por uma dominação a longo prazo, com o pleito de inviabilizar as tentativas de independência do Egito. Ademais, Cromer, “o culto homem do dever e do sacrifício” (Arendt, 2011b, p. 242) e seu séquito de burocratas passaram a defender que apenas uma dominação longa viabilizaria as reformas necessárias para o fim da crise econômica do país. Na pena arendtiana, tal mudança de opinião demonstra que “assim que Cromer começou a governar o Egito por amor à Índia, perdeu o seu papel de protetor de ‘povos atrasados’ e já não podia crer sinceramente que a defesa do interesse pelas raças subjugadas é o principal fundamento da estrutura imperial” (Arendt, 2011b, p. 243).

A fim de lográ-lo, não foi estabelecida nem uma colonização nos moldes do que ocorreu na Idade Moderna, assim como também não foi estabelecido nenhum entreposto comercial semelhante ao que ocorreu na Ásia no século XVI. Inspirado nas recomendações do Secretário das Relações Exteriores Britânico, Lorde Granville, o governo inglês, através da equipe de burocratas liderada por Lorde Cromer, aprovou a implementação da secreta Reforma Granville, que viabilizou, mediante uma série de medidas, dentre as quais se destacam a criação de uma Assembleia Geral e de um Conselho Legislativo que, mesmo sem a extinção dos órgãos públicos anteriormente existentes no país, eram os verdadeiros responsáveis pelo governo egípcio, o estabelecimento de um protetorado velado que esvaziou a efetividade da atuação do parlamento, além de ter dado a equipe de Cromer o poder de demitir ministros e autoridades egípcias que não colaborassem com a implementação de tais medidas. Preservando a fachada das instituições existentes “como se mantêm ruínas carentes da vida palpitante” (Arendt, 2011b, p. 167), ou seja, diluindo seu poder nas tomadas de decisões, as instituições foram mantidas, porém, sem qualquer resquício de seu poder de outrora e, com isso, sem possibilidade de atuação eficaz. A facilidade com a qual os funcionários britânicos foram, gradativa e crescentemente, inseridos em ministérios-chaves da administração egípcia, como o das Obras Públicas, da Justiça, da Educação, das Finanças, do Interior, da Irrigação, além da polícia e do

exército, demonstra que boa parte do aparato governamental do Egito, assim como o Quediva Ismail Paxá já havia feito antes, aquiesceu às medidas britânicas (Hyam, 1976)⁶⁰.

Analisando a dominação britânica amorfa no Egito, especialmente o período que concerne ao governo de Cromer, Nakhla (1920, p. 103) sobreleva que desde o início estavam presentes os elementos que fomentaram os levantes que marcaram as décadas de 1910-1920. O primeiro deles teria sido a “invasão sistemática de todos os ramos da administração por conselheiros ingleses. Modestos no início, eles logo se tornaram os mestres dos diferentes ministérios, reivindicando autoridade absoluta sobre os funcionários egípcios e sobre os ministros de estado”, mesmo que não dispusessem nem parecessem ansiar assumir responsabilidades claramente definidas, o que implicaria prestar contas de sua administração. A reverberação natural dessa ausência de responsabilidade gerou uma “textura emaranhada de poderes e responsabilidades confusos nos quais a autoridade executiva investida e as funções do controle britânico foram irregularmente tecidas” (Nakhla, 1920, p. 103).

Lorde Cromer faleceu em 1917, e contrariamente à relativa notoriedade que desfrutou em vida, é cada vez menos lembrado além das fronteiras de Inglaterra e Egito. A dificuldade em conhecer sua verdadeira face corresponde à sua opção pelos bastidores do palco político. Certamente a sua herança foi desastrosa: não à toa, Hitler apreciava o imperialismo britânico a ponto de dispor de uma equipe de especialistas em colonialismo cujo objetivo era adotar no Leste Europeu medidas administrativas similares ao que foi praticado nos protetorados ingleses. Assim, sua trajetória administrativa comprova que de um regime puramente técnico, formado não por homens, mas por escritórios e procedimentos anônimos e despersonalizados, não é viável esperar a *valorização do humano*, mas, ao contrário, “quando a inumanidade passa a ser o princípio de ação dos indivíduos, a política já se encontra inviabilizada. A burocracia serve exatamente para este fim” (Rocha, 2020, p. 124).

⁶⁰ O único registro escrito sobre a Reforma Granville, que influenciou a criação de um protetorado velado no Egito, é o Relatório Dufferin, redigido por Lorde Dufferin, enviado para o Egito pelo primeiro-ministro William Ewart Gladstone a fim de entender as revoltas com o regime dos Quedivas e, principalmente, os riscos que os britânicos poderiam correr de perder o controle do Canal de Suez. O documento recomendou a criação de um protetorado velado (ou seja, condenava tanto a ingerência direta, aos moldes de uma colônia tradicional, quanto o governo indireto exercido por um representante inglês, como era praticado na Índia) que visava não apenas que nenhum outro país pudesse exercer influência no país, mas também que isso não implicasse em uma anexação ao Império Britânico. A recomendação era que a prioridade do governo britânico no Egito fosse a proteção do Canal de Suez, porém, não elaborou propostas claras para como essa governança deveria acontecer. De acordo com Hyam (1976), tanto a Reforma Granville quanto o Relatório Dufferin ditaram os rumos iniciais da dominação britânica no Egito.

3.4 O surgimento da burocracia: o governo invisível de Cromer no Egito

“O inglês que se esforça em conservar sua amada Índia tem de ter um pé firme nas margens do Nilo”
(Cromer, 1882, p. 87 *apud* Arendt, 2011b, p. 238)

A dominação burocrática de Cromer substituiu o governo do Egito pela promulgação maciça de decretos, inversão justificada pelo fato dos britânicos considerarem que os egípcios não possuíam as habilidades necessárias para o autogoverno. Por sua natureza inferior, a Inglaterra interpretava que o país africano não era “digno de representação” e, portanto, não “tinham a intenção de o reconhecer como membro do estado-nação” (Villa, 2023, p. 28) ou da *Commonwealth*.

Nesse horizonte de argumentação, é mandatório elucidar a situação inglesa sobre a previsão jurídica dos decretos. Inicialmente, cabe ressaltar que não há uma carta magna unificada no país⁶¹, ausência que estabelece um estado de coisas conhecido como uma *constituição não-escrita*, o que equivale dizer que as normas que o regem não são sempre formalmente registradas. Barnett (2005) destaca que a constituição inglesa não é formada por um único documento, mas por uma série de registros, codificados ou não, como jurisprudências, leis, convenções, decretos e tratados de relevância constitucional, como a *Magna Carta*, promulgada em 1215, demonstrando que a Constituição inglesa é formada por dois tipos de documentos: 1) as *convenções constitucionais*, “regras não-escritas de organização do Estado, as quais se desenvolvem na prática” (Cyrino, 2007, p. 28); 2) as *leis constitucionais*, necessariamente codificadas cujo conteúdo é constitucional. Os decretos se inserem predominantemente no primeiro grupo.

Para realizá-lo, o Parlamento Inglês é considerado a gênese do Direito, o que lhe confere a prerrogativa de mudar a constituição não-escrita inglesa apenas mediante a aprovação de uma nova lei, que contradite a anterior⁶². Assim, não era uma prática alheia ao Império Britânico o estilo de governança por decreto, entendida como a promulgação imediata de medidas com força de lei, cuja autoria pode ser de uma ou mais pessoas, sem que haja os

⁶¹ Barnett (2005) destaca que a constituição inglesa não é formada por um único documento, mas por uma série de registros, codificados ou não, composta por diversas jurisprudências, leis, convenções, decretos e tratados. Para tanto, o Parlamento Inglês é considerado a gênese do Direito, o que lhe confere a prerrogativa de mudar a constituição não-escrita inglesa apenas mediante a aprovação de uma nova lei, que contradite a anterior.

⁶² Cyrino (2007, p. 28) argumenta que a Magna Carta inglesa, o documento mais similar a uma constituição unificada, não é dotada de uma superioridade hierárquica com relação a atos normativos ordinários, como os decretos, mas parte de um conjunto que estabelece as bases da democracia do país, mesmo que este não disponha de uma “constituição escrita e sistematizada”. Então, se, por um lado “foi Montesquieu quem ensinou aos ingleses que eles tinham uma Constituição”, cabe ressaltar que a Constituição inglesa “é consubstanciada pelo conjunto de práticas, instituições e remédios processuais, os quais determinam a estruturação política do Estado, com o adequado controle e distribuição do poder, consagrando ainda as garantias fundamentais dos cidadãos”.

procedimentos necessários para a aprovação legislativa, que demandariam um maior hiato temporal para sua efetivação. Outrossim, a governança por decretos mediante a qual a burocracia de Cromer se fundou, bastante acionada em casos excepcionais – como os movimentos nacionalistas crescentes no Egito no final do século XIX – é incontestavelmente eficaz, já que não depende dos trâmites indispensáveis para a promulgação de uma lei (o problema é que a diluição da normalidade política e legal esvaziam o significado da própria excepcionalidade). Dessarte, o sistema legal britânico, exemplificado no Conselho da Comunidade Britânica, também ancora seu poder em medidas rápidas e excepcionais como os decretos (Barnett, 2005).

Entretanto, é indispensável pontuar que as convenções, ainda que juridicamente reconhecidas, se situam à margem do que na Inglaterra se concebe como Direito. Seu estatuto, portanto, é naturalmente híbrido, porquanto impõem obediência – o que faz com que seu cumprimento seja previsível e implique em segurança jurídica – mesmo que não sejam Direito *per se*, porquanto “o *common law* tem origem marcadamente processual. O direito consiste essencialmente de normas processuais e de ações na justiça, e não de normas de organização do Estado e divisão de competências” (Cyrino, 2007, p. 29). Assim, na perspectiva inglesa do período, mesmo que auxiliassem a compor o *corpus* jurídico, as convenções – nas quais se incluem os decretos – não são fins em si mesmas, diferente das leis, e, portanto, insuficientes para estabelecer marcos de confiabilidade nos quais os cidadãos e as instituições públicas possam se afirmar em um corpo verdadeiramente político.

No entanto, a situação do Egito era concebida pelos ingleses de modo contrário ao que interpretavam acerca da essência do Império Britânico: para eles, subjugar um povo incapaz de fundar um corpo político mediante leis constitucionais seria uma contradição em termos. Ademais, como não pretendiam fundar um corpo político nos moldes ingleses, em que “o conceito de constituição é indissociável da ideia de separação de poderes e da consagração dos direitos humanos” (Cyrino, 2007, p. 28), e como os administradores imperiais entendiam que os egípcios careciam do estatuto especificamente humano que anima a implementação de códigos jurídicos, aplicar-lhes – ou lhes auxiliar a promulgar – leis constitucionais não se aproximava das demandas do povo africano. Governar mediante convenções constitucionais, como os decretos, seria mais eficiente para o estabelecimento de um protetorado velado, já que as leis demandam a luminosidade contrária a esse estado de coisas.

Segundo Said (1996), a opinião de Cromer sobre a forma ideal para a governança dos povos subjugados acenava para a noção de que o imperialismo britânico não findaria enquanto o militarismo, o egoísmo comercial na metrópole as instituições sob completo

controle na colônia permanecessem firmes. Para viabilizá-lo, a burocracia foi fundada nos princípios advindos da prerrogativa legal das exceções, já que a estabilidade ínsita às leis representa um entrave tanto para os princípios expansionistas quanto ao sigilo⁶³ e ao alheamento⁶⁴, dois dos principais pilares das organizações burocráticas. Foi o imperativo de conciliar a suposta inferioridade das raças subjugadas com a ausência de pretensão de anexar, aos moldes romanos, as colônias africanas, que lançou as bases para a concepção de uma forma indireta de governar na qual a previsibilidade era tão importante quanto o imperativo de lidar com o imprevisível que subjazia ao movimento expansionista.

O poder da burocracia operou deixando incerto o estatuto dos novos súditos imperiais. A população governada na África não tinha o estatuto de cidadão britânico e, portanto, não gozava da proteção da lei britânica. Em outras palavras, os imperialistas descobriram que, ao deixar incerto o estatuto político das populações dominadas, tornava-se fácil dominá-las [...]. Em termos políticos, o que os imperialistas descobriram involuntariamente foi que, se uma pessoa ou grupo de pessoas está sob a autoridade de um Estado, mas não é membro de pleno direito desse Estado, não há nada que possa impedir o Estado de fazer o que quiser com eles (Swift, 2009, p. 81).

Divergindo das demais formas de governar conhecidas desde a Antiguidade e revisitadas por Montesquieu, a burocracia, desde sua implementação com Cromer, no Egito, não possui princípio de ação, mas de inação, o que equivale a dizer que nela não há preceito político a orientar os processos de tomada de decisão do governo. Nem a honra, nem a virtude ou o medo foram a gênese da dominação inglesa no país. Na burocracia inaugurada por Cromer no Egito, o povo não era detentor de soberania, nem poderia sê-lo desconhecendo os procedimentos, as instituições e as pessoas que efetivamente participam dos processos de

⁶³ Segundo Canovan (1992), *o sigilo como modo de condução dos assuntos governamentais* é um dos elementos totalitários presentes na burocracia imperial. Como o cargo público de Cromer era cônsul-geral da Inglaterra no Egito (um posto que não lhe garantia ingerência no governo egípcio), porém ele exercia as funções de chefe de governo, sendo o primeiro administrador da era imperial, a população egípcia acabou “sob domínio perpétuo do acaso” (Arendt, 2011b, p. 278), já que não conhecia quem verdadeiramente governava o país. Como “Cromer não tinha autoridade oficial no Egito e governava nos bastidores, anonimamente, sem prestar contas de modo público, seu governo era exercido por decretos *ad hoc*, não controlados pela legislação” (Canovan, 1992, p. 31), estabelecendo um profundo alheamento a cindir governantes e governados, mais radical do que desigualdades ínsitas às formas autoritárias de governo, “porque nem ao menos tolerava aquele último elo entre o déspota e seus súditos, que eram o suborno e os presentes” (Arendt, 2011b, p. 243).

⁶⁴ Parte significativa desse alheamento conseguido por Cromer com relação ao povo egípcio se deve ao esvaziamento sistemático das instituições de ensino durante o seu governo (assim como sua queda se deve ao crescimento da força do ensino superior), acrescida da vertiginosa redução do fomento repassado para a educação, o que resultou no fechamento de cursos de pós-graduação, assim como boa parte da formação educacional passou a ser particular, o que fez com que parcela relevante dos egípcios não conseguisse frequentar as escolas. Tanto as instituições femininas quanto as masculinas foram atingidas pelas medidas de Cromer, porém, as primeiras foram as mais prejudicadas sob a justificativa de que no Ocidente os melhores profissionais liberais eram homens, insígnia de sua superioridade. Além disso, na educação básica os currículos foram alterados a fim de privilegiar lições sobre tópicos vocacionais e especificidades técnicas. A inspiração para essas investidas contra a educação também remonta a experiência de Cromer na Índia, onde movimentos de resistência à dominação britânica tiveram as instituições de ensino como nascedouro e espaço de difusão (Ahmed, 1992).

tomada de decisão governamental. Tampouco dispunha de um estatuto de igualdade perante a lei, já que não são as leis que regulam suas vidas, mas os decretos que, diferente delas, não permanecem o tempo suficiente para oferecer marcos de orientação e confiabilidade. Tais elementos fazem com que a burocracia divirja de formas republicanas de governo⁶⁵.

Além disso, na gestão burocrática de Cromer, o governo não foi exercido apenas por uma pessoa, mas por uma *minoría experiente* – equipe multidisciplinar cuja quantidade de funcionários dependia de cada conjuntura (por exemplo, durante os 24 anos do governo Cromer no Egito, a quantidade de funcionários britânicos aumentou de uma comitiva de pouco mais de 70 burocratas para 1000 funcionários atuando em diferentes instituições do país (Hyam, 1976) – que se perpetua no poder às expensas da não-participação da maioria inexperiente. Tal constatação já faria com que ela não possa ser equiparada nem às monarquias, nem às tiranias, mas as diferenças são ainda mais profundas: não há, como nos despotismos, medo dos governados com relação aos governantes, já que os primeiros sequer sabem quem são os últimos. Em uma estrutura burocrática movida por decretos provisórios e mutáveis que dispensam a deliberação, o ideal sempre será dispor de uma minoria experiente disposta a puxar os cordões da política, da história e da administração por trás da cortina, demonstrando que o anonimato é basilar para que a burocracia seja possível. Por esse motivo, Cromer evitou todo tipo de registro escrito em sua administração, a fim de não se submeter a tratados redigidos e proclamados por homens, respondendo a casos particulares mediante a promulgação de decretos, já que “a estabilidade da lei gera a ameaça de formar uma comunidade na qual ninguém pode vir a ser um deus, porque todos têm de obedecê-la” (Arendt, 2011b, p. 246).

Por fim, mesmo que as decisões dos governantes não se baseiem nas leis, não podem ser imputadas a desejos e disposições, mas às movimentações dos imperativos sobre-humanos, como a expansão. Portanto, a burocracia pode ser descrita como a “forma híbrida de governo que se caracteriza pela substituição da estabilidade da lei pelos decretos e relatórios, provisórios e mutáveis, pelo anonimato (não é possível conhecer a face de onde emanam as deliberações) e pela inviabilidade de participação política” (Rocha, 2022, p. 73-74), pois se as resoluções cabem aos peritos, não compete aos homens e mulheres que não são especialistas, fazer parte dos procedimentos que as viabilizam. Para assegurar esse fluxo, as instituições

⁶⁵ Tal constatação fica ainda mais patente quando consideramos que em um governo da lei, até mesmo aqueles que a infringem estão tanto sujeitados a ela quanto por ela protegidos, enquanto os povos dominados burocraticamente no período imperial deixaram de estar sob sua égide, tampouco sob sua tutela, mas sob o domínio exclusivo dos funcionários britânicos e da polícia. Sendo assim, demonstra-se a incompatibilidade entre a lei, especialmente em seu sentido de *consensus iuris*, e o surgimento da burocracia: mesmo que a prática de governar por decreto seja constitucionalmente prevista, deveria ser limitada pelo período em que a excepcionalidade exigisse tais medidas.

incumbidas de fazer cumprir a lei, como o aparato judiciário, as forças armadas e a polícia, ganham destaque nas burocracias, de modo que durante o período imperial elas se tornaram parte – ao lado dos administradores – do centro da atividade governamental.

O resultado foi um governo imperial implacável por decreto, demonstrado no uso da polícia e dos militares como instrumentos de governo livres das limitações usuais aplicadas por autoridades civis. A cultura do imperialismo aliava a política a operação militar [...]; e as burocracias, quando não são limitadas por estruturas políticas que asseguram a responsabilização por um corpo político, são arbitrárias [...] no sentido de não terem qualquer restrição aplicável – e, portanto, o que é feito àqueles sobre os quais governam está totalmente fora do seu poder (Buckler, 2011, p. 65).

Cada avanço na diluição do sigilo e do alheamento, características do governo de Cromer no Egito, se converte em uma ameaça para o governo de uma minoria experiente – no sentido de detentora de *expertise* – que só pode se sustentar às expensas da não-participação da maioria inexperiente – não possuidora dos conhecimentos técnicos indispensáveis para uma boa gestão. Arendt descreveu esse estado de coisas nos seguintes termos:

Cada avanço da democracia, ou mesmo o simples funcionamento das instituições democráticas existentes só pode tornar-se uma ameaça, pois é impossível governar um povo por intermédio de outro povo [...]. A burocracia é sempre um governo de peritos, de uma “minoria experiente” que tem de resistir à constante pressão da “maioria inexperiente”. Todo povo é basicamente formado por uma maioria inexperiente e, portanto, não se lhe pode confiar um assunto tão altamente especializado como política e negócios públicos (Arendt, 2011b, p. 244-245).

A fim de salvaguardar a dominação britânica, Lorde Cromer estabeleceu um governo alheado e indiferente com relação aos súditos, em uma abissal antinomia entre governantes e governados⁶⁶. Tal atributo se tornou o *modus operandi* da administração britânica, delineando uma forma de governar mais perigosa do que os despotismos, porquanto os próprios predicados tidos como tipicamente ingleses pela mentalidade imperial⁶⁷ tornavam

⁶⁶ Em *Modern Egypt*, Cromer destaca como deve ser a governança de povos sem origem anglo-saxônica. Esta caberia, de maneira natural, ao povo inglês e a sua capacidade de educar raças subjugadas, já que em “contraste com a mente falante europeia, repleta de energia, mente ativa, curiosa com tudo o que vê e ouve, o oriental é grave e silencioso, desprovido de energia e iniciativa, cuja mente estagnada” (Cromer, 1916, p. 148). Assim, enquanto os britânicos mantivessem os egípcios sob os seus “cuidados”, estes, naturalmente, copiariam as práticas e procedimentos de seus tutores, já que não possuiriam as habilidades necessárias para fazê-lo por si mesmos.

⁶⁷ A dominação como mecanismo político faz parte do Império Britânico, o que justifica porque a *Commonwealth* nunca foi uma comunidade de nações, “mas um herdeiro multiterritorial do Reino Unido”: apenas uma nação deveria ser difundida, a Inglaterra, sem que sua estrutura política fosse expandida para as nações conquistadas. Segundo Arendt (2011b), mesmo que os ingleses afirmassem que o objetivo a longo prazo era ligar a Comunidade através de leis comuns, se destacou sua dificuldade em considerar os membros não-ingleses como sujeitos capazes de participar da federação. Essa incapacidade demonstrava um afastamento com relação ao *imperium* nos moldes romanos – apesar de sinalizar para o modo grego de colonizar – e fazia com que onde quer que os ingleses estivessem, continuavam cidadãos britânicos, enquanto os membros das nações conquistadas não dispunham do mesmo *status*: na verdade, seu estatuto era *sui generis*, pois não detinham cidadania britânica, porém não eram escravos ou súditos no sentido tradicional, de modo que a depender da situação podiam recorrer a algum desses vínculos, determinação que ficava ao encargo da administração colonial, que os utilizavam conforme convinha.

o governo burocrático inacessível, já que sequer toleravam “aquele último elo entre o déspota e seus súditos, que eram o suborno e os presentes” (Arendt, 2011b, p. 243). O alheamento da população com relação ao que – e a *quem* – a governava foi fortalecida pela “mistura de arrogância e respeito – a arrogância dos colonizadores que sabiam lidar com ‘populações atrasadas’ ou ‘raças inferiores’, contrabalançada pelo respeito dos estadistas antiquados no país de origem, que acalentavam as ideias de que nenhuma nação tinha direito de impor sua lei a um povo estrangeiro” (Arendt, 2011b, p. 161). A primeira se mostrou um meio de naturalizar o domínio enquanto o segundo não foi suficiente para assegurar a coexistência harmônica entre os povos. Foram estabelecidos, assim, dois âmbitos que coexistem, mas não se amalgamam.

A defesa da integridade como característica britânica fazia com que governantes e governados, bem como seus interesses, parecessem ocupar mundos irreconciliáveis, um formado pela elite burocrática, “cuja única função era governar, nem de acordo, nem a partir de qualquer identificação política com os povos subjugados” (Mantena, 2010, p. 87), enquanto outro era composto pelos povos dominados, que nunca sabem o que e quem os governa e, por isso, “vivem sob domínio perpétuo do acaso” (Arendt, 2011b, p. 278).

A ruptura entre os interesses dos governantes e dos governados se sustentava mediante “um governo permanente de medidas administrativas sucessivas” (Mantena, 2010, p. 98). Porém, esse domínio de bastidor não implicou em uma dominação menos violenta. Ao contrário, a gradativa brutalização da burocracia no Egito demonstrou que havia “uma sensação de possibilidades infinitas para o administrador cujo poder não era prejudicado pelas instituições políticas do Estado que tradicionalmente colocam um controle no poder dos líderes políticos” (Swift, 2009, p. 82). Assim, quanto maior a burocratização da cena pública, maior sua atração pelas medidas administrativas que cancelam a violência.

É nesse sentido que Arendt assevera que:

A integridade e o alheamento simbolizavam uma absoluta separação de interesses, a ponto de nem poderem entrar em conflito. Comparada a eles, a exploração, a corrupção ou a opressão parecem salvar a dignidade humana, porque o explorador e o explorado, o opressor e o oprimido, o corruptor e o corrupto ainda vivem no mesmo mundo, ainda têm objetivos comuns, ainda se batem pela posse das mesmas coisas, e era isso que o alheamento destruía (Arendt, 2011b, p. 243).

Esse alheamento distinguia-se – assim como a própria burocracia – da crueldade arbitrária dos regimes despóticos e da sede de exploração dos colonizadores europeus na Idade Moderna. Ao cindir governantes de governados, “a burocracia se defende dos cidadãos e se impõe a eles por meio do afastamento deliberado” (Rego; Pina e Cunha; Wood Jr., 2010, p. 71), em uma postura indiferente que institui a indiferença, o alheamento e a “genuína falta de

interesse pelos súditos” (Arendt, 2011b, p. 242) como mecanismos basilares dos aparatos governamentais⁶⁸ que, sem a limitação advinda das instituições públicas e da consciência da presença de outros homens, iguais em direitos, fizeram com que os burocratas não conhecessem barreiras à dominação, assumindo uma “responsabilidade que nem um homem pode assumir por outro homem, nenhum povo por outro povo” (Arendt, 2011b, p. 238). Corroborando tal assertiva, Maslin (2020, p. 109) destaca que “os imperialistas adotaram como política oficial um desrespeito coletivo pela autonomia política do outro, abrindo caminho para um desrespeito pela humanidade do outro”.

A ausência de consideração pelo povo egípcio alcançou extremos tais que os administradores britânicos sequer perceberam que haviam inaugurado uma forma nova de governar, porquanto consideravam que a dominação mediante o alheamento se justificava pela superioridade dos dominadores ingleses com relação aos dominados egípcios e pelo contato forçoso dos primeiros com os últimos. Cromer e seu séquito de burocratas, assim, não eram movidos por vaidade pessoal, por ambição, pelo impulso de se distinguir mediante feitos e palavras ou mesmo pela crença na sua superioridade individual, mas por serem ingleses, o que justificaria sua atuação, independentemente de realizações e habilidades pessoais⁶⁹.

Said (1996, p. 54-55) descreve a ambição de Cromer nos seguintes termos:

Cromer imagina uma sede para o poder no Ocidente e irradiando-se a partir dessa sede, uma grande máquina abrangente que dê sustentação à autoridade central mas seja comandada por ela. Tudo o que é posto na máquina por suas ramificações no Oriente - material humano, riqueza material, conhecimento, o que for - é processado e transformado em mais poder. O especialista faz a tradução imediata do simples material oriental para uma substância aproveitável: o oriental torna-se, por exemplo, uma raça subjugada, um exemplo de mentalidade “oriental”, tudo para O aperfeiçoamento da “autoridade” na pátria-mãe. Os “interesses locais” são os interesses orientalistas especiais, a “autoridade central” é o interesse geral da sociedade imperial como um todo. O que Cromer vê com total precisão é a administração do conhecimento pela sociedade, o fato de que o conhecimento - por mais especial que seja - é regulado primeiramente pelos interesses locais de um

⁶⁸ Vale ressaltar que o alheamento burocrático não necessariamente é motivado por ódio aos povos subjugados. Assim, mesmo que certamente os funcionários dispusessem de preferências, sentimentos e emoções, tais idiossincrasias não deveriam interferir em sua atuação profissional. Assim, se é possível apontar um *páthos* que caracteriza a sensação despertada pelos egípcios nos funcionários britânicos, este se aproximaria muito mais de uma genuína ausência de interesse motivada pela antinomia entre povos superiores e raças inferiores do que de uma aversão legítima.

⁶⁹ “Embora ansiassem por honra e aventura heroica, os burocratas imperiais não buscavam a glória pública. Pelo contrário: como novatos que lutam abjetamente pela aceitação, eles queriam servir anonimamente, fundir-se em alguma causa grande e significativa. O imperialismo lhes ofereceu essa causa, uma vez que a burocracia exige conhecimento especializado e evita a publicidade, e o trabalho de seus agentes é clandestino por definição. O imperialismo exigia uma equipe altamente treinada e confiável, cuja lealdade e patriotismo não estivessem ligados à ambição pessoal e vaidade e que seriam até obrigados a renunciar à aspiração humana de ter seus nomes ligados às suas conquistas por um papel nos bastidores. Os agentes do imperialismo, portanto, não eram egoístas, mas precisamente pelo seu sentido de sacrifício pelos povos atrasados que governavam e seu sentido de dever para com sua pátria transformaram sua devoção estúpida em conformismo” (Pitkin, 1998, p. 80).

especialista e mais tarde pelos interesses gerais de um sistema social de autoridade. A inter-relação entre os interesses locais e os centrais é intrincada, mas de maneira alguma é indiscriminada

É nesse sentido que, para Arendt, a “carreira de Lorde Cromer é fascinante porque personifica o ponto de transição entre os antigos serviços coloniais e os serviços imperialistas” (Arendt, 2011b, p. 243). Mesmo com as convicções adquiridas na Índia, sua reação inicial frente ao escopo de sua atuação no Egito foi o temor pela efetivação de um estilo de governança que nem era anexação, nem governo provisório, mas “uma forma híbrida de governo à qual não se pode dar nome e para a qual não há precedente” (Arendt, 2011b, p. 243). Acerca do qualificativo *forma híbrida de governar*, a qual Arendt toma de empréstimo do próprio Cromer em *O governo das raças subjugadas*⁷⁰, Lee (in King; Stone, 2007, p. 71-72) descreve que ele captura robustamente a forma de governança que o imperialismo inaugurou, e o faz a partir da dupla natureza do domínio local e a sua “combinação de poder contingente a absoluto, de despotismo e arbitrariedade que não refletia nem a vontade popular, nem os interesses fidedignos da metrópole”. Inaugurava-se, assim, um governo realmente sem precedentes.

Durante os primeiros anos no Egito, Cromer ainda apresentava ressalvas sobre o estabelecimento de um estado híbrido de coisas em que, na teoria, ele era um diplomata representante do Império Britânico no país africano e, na prática, exercia as funções de governante. “Para um burocrata imperial, este hibridismo também implicava a ausência de um Estado de Direito e uma falta de clareza administrativa, o próprio princípio da racionalidade burocrática” (Shenhav, 2013, p. 385). Para logrã-lo, Cromer e seu séquito de burocratas, a maioria composta por jovens ingleses, recém-saídos das universidades, sem experiências práticas acerca das teorias que aprenderam e sem conhecimento acerca das especificidades do povo egípcio, estabeleceram um “mecanismo altamente delicado, cujo funcionamento eficaz depende muito do julgamento e da habilidade de alguns poucos indivíduos” (Arendt, 2011b, p. 243) que, para empreendê-lo, deveriam se sentir a salvo das restrições que salvaguardam a política, como a observância das leis, a publicização dos processos e a participação popular.

Tal influência e desenvolvimento foram possíveis porque a pretensão da gestão alheada de Cromer não era fundar um governo político, mas administrativo e que, portanto, se difere do primeiro porque o alheamento entre governantes e governados dilui qualquer senso de responsabilidade. A burocracia forneceu aos administradores imperiais as condições para o

⁷⁰ Importante mencionar que é o principal texto de Cromer, interpretação corroborada por Arendt (2011b, p. 244), para quem se trata das “linhas mestras do que se pode chamar a filosofia do burocrata” e que, na leitura de Tignor (1963), transformou o seu autor em uma espécie de filósofo do Imperialismo.

sigilo mediante a não-participação e o desconhecimento da maioria inexperiente, que é sempre majoritária em um corpo político, e para que atuassem levando em consideração apenas a técnica, convertida em norma mediante a promulgação de decretos, processo arbitrário que deixa entrever que mesmo sob forte apelo de uma racionalidade intrínseca, a burocracia pode com muito mais facilidade ser disfuncional do que eficiente e racionalizada.

Para Canovan (1974, p. 33), é nesse ponto da análise que se revela a divergência entre a interpretação arendtiana e a leitura racionalizada de Weber:

A sua opinião forma um contraste interessante com o modelo de burocracia de Weber como uma forma de governo altamente racionalizada e responsável que funciona de acordo com regras: mas a diferença é, em parte, que Weber olhou para a burocracia do ponto de vista do funcionário, de dentro, enquanto Hannah Arendt vê isso muito mais do ponto de vista do sujeito. Olhando de baixo, as características marcantes desse tipo de regra são o seu *mistério, sigilo, imprevisibilidade e arbitrariedade*, ou seja, suas qualidades kafkianas.

Todavia, se a ocupação declarada ou a anexação – possibilidades que Cromer levantou nos primeiros anos de governo – normalizariam o estado híbrido de coisas estabelecido no Egito, o que aconteceu não foi nem uma coisa, nem outra. Ao contrário, não demorou para que o administrador inglês se reconciliasse com a forma híbrida de governar, e uma das razões para o abandono das ressalvas acerca da implementação da burocracia não foi “o senso do dever inato de Cromer” (Arendt, 2011b, p. 245) ou o ideal de devoção legatário do fardo do homem branco, mas a gradativa descoberta de que o imperativo de expansão não era guiado por um país específico, tampouco por uma missão tipicamente inglesa, mas sim por um processo peremptório no qual qualquer país poderia ser concebido como degrau para expansões futuras⁷¹. Para lográ-lo, o funcionamento harmonioso do aparato era condição necessária para evitar a ruína do mais poderoso império, malogro cujas soluções seriam o alheamento (e, com ele, a ruptura com a ideia de igualdade), a manutenção do aparelho e o uso, contínuo e impiedoso, da espada (Cromer, 1913). Compreende-se, assim, que não se tratava de uma dominação exercida em caráter de excepcionalidade, tal como inicialmente prevista, mas do estabelecimento de um governo invisível formado por secretarias e ministérios ocupados por funcionários completamente desconhecidos tanto do público egípcio quanto do inglês.

⁷¹ Na interpretação de Canovan sobre o governo Cromer, *a concepção de que o país dominado era apenas um degrau para um objetivo ulterior*: no caso do Egito, sua ingerência visava a proteção e o controle da colônia indiana sem nenhum apreço, responsabilidade ou interesse específico pelo país e sua população, acena para um elemento totalitário presente na burocracia imperial. “Este era um análogo político do empresário para quem cada empresa em particular é apenas uma oportunidade de investimento e parecia apontar para a prontidão de Hitler em usar todos os povos, incluindo alemães, como peões no jogo do domínio mundial” (Canovan, 1992, p. 31).

A fim de entender as especificidades do governo de Cromer no Egito, é mandatório considerar que ele não foi *apenas* um governo alheado, mas *também* violento (ainda que desconhecesse a radicalidade que somente ficou patente algumas décadas depois, com o advento do totalitarismo), o que se contrapõe a argumentação britânica de que formas desnecessariamente agressivas de dominação (como a francesa) deviam ser evitadas e sequer se coadunavam com a natureza cavalheiresca do povo inglês. Essa argumentação ganha respaldo quando apoiamo-nos em Khilnani (2022) e em Elskin (2022), para quem “o uso da violência pela Grã-Bretanha não foi melhor do que o dos seus rivais. Os britânicos eram simplesmente mais habilidosos em escondê-la” (Khilnani, 2022, s./p), o que justifica a escassa quantidade de registros sobre os bastidores da sua atuação no Egito, agudizada pelas lacunas que demonstram que o pouco que era documentado, era periodicamente eliminado, com o fito de não deixar arestas. Esse silêncio foi quebrado por estudos como o de Mak (2012), que fornece algumas informações mais precisas acerca de agressões e retirada de direitos sistemática por parte dos funcionários britânicos com relação ao povo egípcio, principalmente os membros das classes trabalhadora, média e campesina. O autor relata que eram comuns abusos como invasões sem ordem judicial a residências (especialmente de egípcios investigados por participar de movimentos contrários à dominação britânica), o que incluía taxações sem justificativa e confisco de animais e suprimentos – quaisquer recusas, nesse contexto, eram “corrigidas” com estupros, castrações, chicoteamentos públicos e outras modalidades de torturas –, além de prisões em condições insalubres, seguindo as recomendações indiretas de Lorde Salisbury⁷², que aconselhou Cromer a matar de fome seus opositores (Gordon, 2019, p. 69), bem diferente do tratamento conferido a membros da comunidade britânica, que sequer eram detidos e, quando tanto, respondiam a procedimentos nos Tribunais Consulares de Alexandria e do Cairo, o que conferia uma aura de impunidade a desvios e crimes.

O maior foco de violência britânica dirigia-se a possíveis insurgentes e resistentes ao tipo de dominação exercido no Egito. De 1895 a 1919, estima-se que, em média, 10000 egípcios foram assassinados pelas forças imperiais, números que os comandantes britânicos categorizavam como a “força mínima necessária” para manter o controle do país e refrear movimentos nacionalistas como os das décadas de 1880-1890, que motivaram, inclusive, a ida de Cromer ao território egípcio⁷³. Todavia, como explicar o relato de uma “força mínima

⁷² Político britânico, líder conservador na Câmara dos Lordes que atuou como Secretário de Estado na Índia quando Cromer era secretário no país e que durante a dominação egípcia, era Primeiro-Ministro britânico.

⁷³ O historiador e jornalista Rafael Nakhla (1920, p. 114) descreve como aconteciam os momentos de repressão protagonizados pelas tropas inglesas no Egito: “carros blindados desfilavam pelas ruas prontos para dispersar multidões egípcias com uma saraivada de balas. O número exato de vítimas baleadas em cada uma dessas ocasiões

necessária” preconizado publicamente, que nitidamente se contrapunha à quantidade de egípcios mortos? Para Kitchen (2015, p. 251), parte dessa discrepância pode ser entendida pelo fato de que os soldados britânicos costumavam adotar comportamentos severamente agressivos sem ser punidos, até porque a “natureza da abordagem do exército britânico às operações de policiamento imperial envolvia promover a autonomia dos subordinados, e não a restringir”, de modo que os oficiais britânicos “receberam considerável autonomia para agir como bem entendessem contanto que a ordem fosse mantida”. Assim, tendo seus comportamentos movidos predominantemente por seus humores de momento, acrescido da convicção acerca da sua própria impunidade, mantiveram uma política de repressão que serviu de inspiração para a sugestão de Carhill de massacres administrativos implantados na Índia poucas décadas depois, e que era tão admirada por Hitler.

A natureza flexível, livre de doutrinas estáveis e contextualmente específica das campanhas de policiamento imperial permitiu que métodos violentos florescessem. Como ficou evidente no Egito, tal estrutura permitiu que os comandantes se entregassem a atos demonstrativos de violência, como as punições coletivas e a destruição de aldeias associadas a agitações, que eles consideravam apropriadas para a restauração da ordem. O Manual de Direito Militar do Exército Britânico oferecia pouca orientação sobre como a força deveria ser usada em tais circunstâncias. Essa interpretação fluida [...] deixou o caminho aberto para uma série de medidas repressivas a serem implementadas no Egito. Nesse sentido, a rubrica de “força mínima necessária” que supostamente subscreveu os métodos de policiamento imperial britânico no Egito refletiu uma das principais concepções imperiais, a natureza em constante mudança específica ao contexto (Kitchen, 2015, p. 265).

A citação auxilia a entender por que o imperialismo britânico usava a força a partir das especificidades de cada local, o que fazia com que a dominação inglesa no Egito tenha lançado mão de seus instrumentos de violência com mais frequência com o mote de conter revoltas e de manter o *status quo*, evitando-as desde sua origem. Portanto, a flexibilidade da abordagem britânica (e a variedade de metodologias a ela subsequente), ancorada por dominações advindas da “natureza confusa das campanhas imperiais conduzidas longe dos olhos da metrópole”, era agressiva na contenção de movimentos nacionais, de modo que a fim conter revoltosos e manter a população sob controle, alguns oficiais britânicos – embora não houvesse nenhuma regulamentação que o indicasse – consideravam que “atirar em multidões era o único meio eficaz para limpar rapidamente uma área” (Kitchen, 2015, p. 260). Abriu-se, assim, o precedente para governos que, por um lado, mantêm as populações o mais distante possíveis dos centros de poder governamental e, por outro, usam a violência sem restrições e sem correr o risco de serem punidos, o que é possibilitado pela ascensão da burocracia.

não pode ser dado; mas, de acordo com algumas estimativas, fala-se em 1800 mortos e mais 1600 feridos; o número de prisões ia além do que podia ser computado”.

Todavia, a tentativa de manter separadas as instituições políticas da Inglaterra da administração colonial esbarrava no *fator imperial*, que consistia na influência que os debates suscitados pela imprensa inglesa livre representavam nos administradores que atuavam no Egito. Essa ingerência fazia com que eles evitassem consultar o Parlamento Inglês sobre as medidas adotadas. Nesse sentido, a exclamação de Cromer (1913), “Deus me livre dos Departamentos Ingleses!” pode ser entendida como: Deus me proteja do controle exercido pelas instituições e pela opinião pública da Inglaterra que, desconhecendo as necessidades das raças em questão, poderiam se opor ao tipo de controle exercido perante um povo sem condições para o autogoverno. No mesmo sentido, Cromer (1913, p. 134) afirmou que “quanto menos se falar dos funcionários britânicos, melhor”, reiterando sua preferência por um governo exercido nos bastidores do palco público, onde os funcionários estariam distantes dos olhares da maioria e, portanto, livres para puxar os cordões dos processos de tomada de decisão. Tal mentalidade demonstra que “os administradores imperialistas achavam que o controle da nação-mãe constituía uma carga insuportável e uma ameaça à dominação” (Arendt, 2011b, p. 164).

Para lográ-lo, era indispensável dispor de:

[...] um corpo de assistentes altamente treinados e dignos de confiança, cuja lealdade e patriotismo não estivessem ligados à ambição e à vaidade pessoal, e que teriam de renunciar até mesmo à aspiração tão humana de verem o nome que portavam associado às suas façanhas. Sua maior paixão teria de ser o sigilo [...] e uma função por trás dos bastidores; seu maior desprezo seria pela publicidade e por aqueles que a apreciavam (Arendt, 2011b, p. 244).

O retrato do burocrata imperial deixa entrever que parte da aquiescência dos funcionários acena para a consciência de sua própria superfluidade: nesse estado de coisas que cinde governantes e governados mediante a raça, um dado biológico que, levado para a arena pública, se converte em um elemento antipolítico, todos são supérfluos. No caso dos burocratas imperiais, por exemplo, como a sua participação na administração do Egito não era garantida mediante idiosincrasias pessoais, habilidades ou feitos realizados, mas apenas por pertencerem ao Império Britânico, qualquer inglês disposto a se reduzir à condição de instrumento da dinâmica imperial poderia substituí-los. Assim, a burocracia nasceu de um contexto em que os povos subjugados eram desimportantes e os administradores eram supérfluos.

Uma vez participante desse turbilhão incessante e ilimitado, o burocrata cessa “de ser o que era e obedece às leis do processo, identifica-se com as forças anônimas a que deve servir para manter o processo em andamento; concebe a si próprio como mera função e chega a ver nessa função, nessa encarnação da tendência dinâmica, a sua mais alta realização” (Arendt, 2011b, p. 246), demonstrando que a superstição, a “identificação mágica do homem

com as forças da história está na base da burocracia como forma de governar e da definitiva substituição da lei por decretos provisórios e mutáveis”⁷⁴. Nesse sentido, enquanto o saldo de suas movimentações era positivo, “a sensação de forças incorporadoras, maiores do que eles próprios, tornava fácil desprezar o aplauso e a glorificação. Eram monstros de presunção no sucesso e monstros de modéstia no fracasso” (Arendt, 2011b, p. 246). Reduzindo os homens a objetos pertencentes a forças sobrehumanas, a “única satisfação que podia derivar disso [...] advinha do próprio senso de haver funcionado, de ter sido abraçado e dirigido por algum movimento grandioso” (Arendt, 2011b, p. 251). Todavia, o burocrata acaba denunciando a ilusão ínsita ao heroísmo de sua missão justamente porque é no campo aberto por tal ilusão que se situa o espaço em que sua atuação ganha justificativa. Findava, assim, o vínculo proveniente da existência de um mundo comum como um quadro de referência a partir do qual ações e palavras podem aparecer por tempo suficiente para conferir significado político ao mundo.

Sendo assim, a burocracia representa um entrave à ação política performativa:

No palco do Oriente, o burocrata imperial, enquanto agente secreto, poderia representar uma máscara de identidade política. Na medida em que o agente se comprometeu com o sucesso do jogo, a sua representação de uma identidade tornou-se tão autêntica quanto qualquer representação pode ser. Mas, na medida em que permaneceu preso no esquema imperialista, o agente ficou preso nas considerações raciais e econômicas que contradiziam não só a sua representação individual, mas toda a noção de representação em si. O agente secreto é um ator político emblemático. Mas é um ator cujo papel é minar a integridade da sua própria atuação: um agente preso inextricavelmente na contradição entre ser e aparência (Moruzzi, 2000, p. 109).

Enquanto representantes de movimentos irresistíveis, os burocratas passaram a se sentir isentos de falhas – tão inerrantes quanto o próprio processo ao qual serviam –, concebiam-se como deuses onipotentes que, distantes dos homens comuns, gerem o curso de suas vidas. Entretanto, sua situação era bem menos gloriosa: mesmo que dispusessem do *status* de “instrumentos de incomparável valor na execução da política imperialista” (Cromer, 1913, p. 92), nem de longe eram insubstituíveis. Enfim, assim pensaram, haviam encontrado uma missão a qual podiam se dedicar, um espaço que poderiam realmente ocupar, já que no advento da sociedade em detrimento da política, todos acabam engolfados por uma aura de superfluidade⁷⁵.

⁷⁴ Para Canovan (1992), a identificação irrestrita do funcionário com o próprio aparato burocrático e com o movimento de expansão, do qual se tornou um instrumento, uma peça do maquinário que poderia ser substituída por quaisquer outras que se ajustassem de modo adequado é o terceiro atributo totalitário presente na dominação burocrática exercida por Cromer e seu séquito de burocratas no Egito.

⁷⁵ “[...] o desamparo da massa dos desenraizados, dos sem-abrigo e dos solitários é contratado dialeticamente com o sentimento de onipotência daqueles homens não menos supérfluos que acreditavam ser o veículo de forças sobre-humanas. Ela [Hannah Arendt] encontra no imperialismo a noção de expansão indefinida como um processo pseudonatural, interrompido por nenhuma exigência de estabilidade, e nos burocratas imperiais, homens que se sentiam instrumentos dessa força expansiva. Isso está ligado à experiência do supérfluo [...]. A mesma alegria de

“Assim, a conversão do *homo faber*, o ser humano como criador de objetos e instituições duráveis, em *animal laborans* e, mais tarde, em *homo sacer*” (Duarte in King; Stone, 2007, p. 198) pode ser delineada na interpretação arendtiana sobre a burocracia imperial e na facilidade com a qual ela serviu a efetivação de massacres. De fato, quando uma forma de governar não lida com homens, mas com meros funcionários, tudo se torna possível.

Antecipando em alguns aspectos os assassinos de escritório (*desk murderers*) da Alemanha nazi, os burocratas imperiais agiram como governantes de fato dos territórios estrangeiros, com níveis crescentes de arbitrariedade, indiferença, falta de responsabilização pública e confiança tácita na hierarquia racial. Embora chamar Cromer de Eichmann britânico seja impreciso, seu estilo de governança e administração tornou o mal banal do oficial nazi conceitual e experimentalmente possível, se não inevitável (Hiruta, 2021, p. 177).

Os burocratas estavam situados em uma posição amorfa no aparato ao qual serviam: por um lado, como faziam parte de um regime cuja máxima era a arbitrariedade das leis sobre-humanas, não estavam cômicos dos próximos passos que o exercício de suas funções implicava; porém, como detinham mais informações sobre as decisões governamentais do que a maioria inexperiente, eram portadores voluntários de segredos e, como tais, evitavam registros escritos e, quando precisavam deles, justificavam as medidas adotadas com as crenças advindas da mentalidade imperial, disfarçada sob as vestes de uma preocupação humanitária e da missão ínsita ao povo britânico⁷⁶ (Shenhav, 2013). Ademais, a gramática do período já apresentava uma característica levada ao extremo pelo totalitarismo: o uso de eufemismos, demonstrando que quando a força substitui o poder, recorre a construções linguísticas com o fito de mascarar a realidade. Nesse sentido, o recorrente apelo ao “fardo do homem branco” oriundo do “compromisso com povos inferiores” camuflava os interesses imperialistas.

Por algum tempo, agudizada pela inação do Quediva Mohamed Tawfiq Paxá e pelo alheamento da população sobre quem a governava, a burocracia de Cromer no Egito se firmou sem intercorrências. Porém, essa ausência de resistência começou a ruir com o falecimento do Quediva Paxá, sucedido por Abbas Hilmi II, que mesmo sem conseguir eliminar a influência estrangeira no país, fomentou a formação de sociedades secretas nacionalistas, grupos a partir dos quais a *anima* pela independência ressurgiu no Egito. Foi o crescimento desses grupos que afastou Cromer do país em 1907, quando renunciou ao cargo de cônsul-geral depois da virulenta

submergir no avanço de forças superiores reaparece na exaltação pan-eslava do poder como força divina e na deificação da natureza e da história na ideologia totalitária” (Canovan, 1974, p. 37).

⁷⁶ Esses elementos (o burocrata como uma espécie de portador de segredo, a mentira e o uso excessivo de uma linguagem eufemística e a utilização deturpada de um discurso humanitário) ganharam contornos mais cruelmente delineados na burocracia totalitária, como será examinado em um capítulo posterior.

revolta gerada pelas condenações aplicadas a um grupo de camponeses egípcios acusados de assassinar oficiais britânicos⁷⁷ em Dinshwai, além da denúncia de avisos dados por oficiais britânicos de que qualquer oposição seria contida com o incêndio de vilas inteiras (Kitchen, 2015). A repercussão negativa de tal situação motivou a recomendação da Câmara dos Comuns de que formas de dominação mais brandas fossem adotadas no Egito, o que motivou Cromer a optar pelo seu desligamento.

⁷⁷ O julgamento de Dinshwai, realizado em 1906, condenou à morte alguns moradores da vila homônima após estes terem defendido suas propriedades de oficiais britânicos.

4 K., O HOMEM DE UM MUNDO CONDENADO

“Há esperança, mas não para nós”

(Benjamin, 1987, p. 142)

As catástrofes políticas perpetradas a partir do século XIX, era que marca o surgimento da burocracia como forma de governar e que caracteriza a gênese do período que Hannah Arendt intitulou como *tempos sombrios*, formado por longevas, generalizadas e concomitantes crises que constituem “um *continuum* de desintegração” (Rocha; Castelo Branco, 2022, p. 139), ao passo em que demonstraram que as categorias tradicionais não conseguem abranger o ineditismo da época, porquanto acenam para o rompimento do fio que vincula os homens à tradição, enquanto continuidade do passado (Arendt, 2014, p. 235) – pois “em tempos sombrios, as formas tradicionais de explicação já não explicam mais nada” (Luban, 1983, p. 218) –, também impuseram que outras formas de compreender e de se reconciliar com o mundo se somem às reflexões e categorizações filosóficas.

Tal imperativo e abertura fazem da literatura uma companhia constante de Arendt em suas investigações. Em escritos e cursos ministrados, Bertold Brecht, Isak Dinesen, David Rousset, Gotthold Ephraim Lessing, Johan Wolfgang von Goethe, William Shakespeare, George Orwell, Rudyard Kipling e Thomas Mann, por exemplo, foram colocados na mesma prateleira que Aristóteles, Montesquieu, Kant, Maquiavel, entre outros, com o fito de elucidar o indizível que caracteriza o XX, oferecendo-lhe algum tipo de iluminação compreensiva. Porquanto “as metáforas são o pão de cada dia de todo pensamento conceitual” (Arendt, 2004, p. 73), recorrer à literatura encorpa os marcos disponíveis para essa hercúlea trajetória.

É necessário, portanto, nos atentarmos às companhias – não somente físicas – mas, sobretudo literárias, com as quais Arendt escolheu permanecer e pensar a política [...]. No diálogo de Arendt com ela mesma, faziam-se presentes muitos outros amigos e a própria forma como ela pensava parecia ser literária, livre das amarras da lógica ou das puras categorizações [...]. É Jerome Kohn, seu assistente na New School, que conta que havia um retrato de Franz Kafka no corredor de seu apartamento que dava justamente contra a porta de entrada. Com isso, Kohn sugere que, ao encontrar Kafka, ela retornava, de fato, a sua casa [...]. O Kafka de Arendt assume, portanto, um papel fundamental em sua obra: ele é aquele que a ajuda a pensar seu próprio tempo (Eccel, 2019, p. 310).

Poucos literatos são tão recorrentes nas letras arendtianas quanto Franz Kafka. O escritor é mencionado quando a autora investiga o desenvolvimento científico como atributo insito à Era Moderna, no final de *A condição humana* e em “A conquista do espaço e a estatura humana”, assim como nas suas perquirições sobre o pensamento, em *A vida do espírito*, quando

“o uso que Arendt faz da ficção de Kafka expande sua noção de vida do espírito” (Deutscher, 2007, p. 36). Ele também se fez presente quando ela examinou a crise que rompeu o fio que nos vincula a tradição, em *Entre o passado e o futuro*, ou ainda a condição moderna da assimilação judaica, a figura do pária e a sociedade, em “O judeu como pária: uma tradição oculta”. Para o que interessa para a presente Tese, o escritor também iluminou as suas investigações sobre a burocracia como forma de governar, no texto anteriormente mencionado, além de em “Franz Kafka: uma reavaliação” e *Origens do totalitarismo*.

A fim de comprovar que a influência do literato foi fulcral para a compreensão arendtiana acerca das disfunções da burocracia, mais até do que o foi Max Weber, já que “a forma de pensar o mundo de Kafka [...] fundou seus escritos” (Hahn; Knott, 2007, p. 15), e considerando que a gestão burocrática acena para o êxito da sociedade às expensas do ocaso da política, período que radica as bases da irremediável lacuna entre o passado e o futuro, o presente capítulo se divide em quatro partes principais. Inicialmente, para entender de que modo a vida do autor ilumina o seu empreendimento teórico, apresentar-se-ão alguns escólios sobre o seu contexto. A seguir, serão examinados os principais pontos de influência do autor na obra arendtiana, como a tipologia da sociedade, a lacuna entre o passado e o futuro e a descrição do funcionamento desumanizado dos aparatos burocráticos, sendo este último o pano de fundo preponderante que subjaz as leituras de Arendt sobre o literato⁷⁸.

4.1 A alegoria do homem comum: um retrato de Kafka retraçado por Arendt⁷⁹

“Não almejar nem os que passaram nem os que virão. Importa ser de seu próprio tempo”
(Jaspers *apud* Arendt, 2011b, p. 7)

Para entender como Kafka escreveu o que Arendt considerou em seu primeiro escrito sobre o literato, publicado em 1944 na *Partisan Review*⁸⁰, como a acurada descrição dos

⁷⁸ Perspectiva defendida por esta Tese e por relevantes estudos, como o de Eccel (2019, p. 309), para quem no profundo envolvimento de Arendt com as narrativas kafkianas “encontra-se o pano de fundo das reflexões arendtianas: a política e a burocratização do sistema que levou a Alemanha à maquinaria dos campos de concentração na primeira metade do século XX”.

⁷⁹ Schio (2022) alerta para um ponto importante acerca da leitura arendtiana sobre Kafka: a autora considerou relevante compreender a vida do literato por considerá-la uma profícua fonte para o entendimento de seu empreendimento literário sem cair em um biografismo típico de leituras psicanalíticas de Kafka, as quais Arendt não aderiu. Assim, analisar a vida do autor visa iluminar a verdade de sua obra e de como ela diz o mundo.

⁸⁰ A década de 1940 é a mais profícua no que concerne às publicações arendtianas sobre Kafka, mesmo que o autor seja citado em seus textos posteriores. Em 1944, ela publicou “Franz Kafka: a reevaluation” pela *Partisan Review* (traduzido para o português como “Franz Kafka: uma reavaliação” e publicado no compêndio de ensaios *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*). Uma versão do texto foi adaptada para o alemão e publicada pela *Die Wandlung* com o título “Franz Kafka, Appreciated Anew”. Por fim, outro artigo em alemão foi publicado em 1948, desta vez para a *Sech Essays*, com o título “Franz Kafka”. Também há tradução deste último para o

extremos aos quais a burocracia podia chegar, é mandatório entender a conjuntura sob a qual o escritor se debruçou: a sociedade de Praga representava, a seu ver, o observatório ideal para identificar as reverberações da substituição das organizações pré-modernas pelas modernas. Nesse período, se tornou corrente a perspectiva de que a burocracia era o “preço inescapável a pagar pela abundância e pela eficiência dos novos tempos” (Rego; Pina e Cunha; Wood Júnior, 2010, p. 1). Entretanto, a gestão burocrática como mal necessário para assegurar a eficiência das organizações modernas continuaria sendo uma opção pelo mal, independentemente das consequências advindas de uma forma de governar descompromissada com a permanência do mundo, mas voltada apenas para a manutenção do próprio aparato. Por isso, para a autora, “a burocracia austríaca levou o seu maior escritor moderno a ridicularizar e criticar” (Arendt, 2011b, p. 278) o estado de coisas estabelecido por tal dominação.

Franz Kafka conhecia muito bem a superstição de destino que toma conta daqueles que vivem sob o domínio perpétuo do acaso, a inevitável tendência a encontrar um significado sobre-humano especial cujo significado racional fica além do conhecimento e compreensão dos interessados [...]. Denunciou o orgulho da necessidade, até mesmo da necessidade do mal, e a repugnante vaidade que identifica a desventura e o mal com o destino. O que nos espanta é que ele tenha conseguido fazer isso num mundo em que os elementos dessa atmosfera ainda não estavam inteiramente articulados; confiou no grande poder de sua imaginação para tirar todas as conclusões necessárias e completar o que a realidade havia deixado de focalizar inteiramente (Arendt, 2011b, p. 278).

A sociedade de Praga da época de Kafka era composta por tipos que, se hodiernamente são bastante comuns, por outro lado compuseram o perfil predominante de seus próprios personagens: havia *funcionários* (*beamter*), especialmente aqueles vinculados à instituições públicas e privadas, *empregados* (*angestellte*), grupo que contempla categorias como vendedores, datilógrafos, bancários, lojistas, “classe social com ilusão de ascensão, que se acredita mais próxima da burguesia, cercada de brilho, mas com condições materiais não muito diferentes das dos operários” (Stach, 2022, p. 9), além dos *operários* (*fabrikarbeiter*). O próprio Kafka fazia parte do primeiro grupo, já que trabalhava no Instituto de Seguros contra Acidentes de Trabalho (*Arbeiter-Unfall-Versicherungs-Anstalt*). Isso não significa que ele se encaixava hermeticamente na classe dos funcionários, ou que considerava que sua jornada de trabalho representava o clímax de sua existência. Muito longe disso. “No escritório está o verdadeiro inferno” (Stach, 2022, p. 336), escreveu o escritor em uma das correspondências que trocou com sua noiva, Felice Bauer, queixando-se de sua rotina de trabalho.

português: “Franz Kafka: o homem de boa vontade”, parte de “O judeu como pária: uma tradição oculta”, em *Escritos judaicos*. Todos os textos de Arendt sobre o autor compõem o referencial teórico primário deste capítulo.

Kafka acreditava que suas horas no escritório eram enfadonhas e, principalmente, colocavam em risco sua produção literária, atividade que considerava o ponto mais alto de sua vida. Por conta disso, chegou a pontuar que se “libertar do escritório é a minha única salvação possível, meu principal desejo”, porquanto suas atividades laborais eram “completamente estranhas e não tem qualquer relação com as minhas necessidades reais” (Murray, 2006, p. 222). Dito de outro modo, em comparação com o ato de escrever, trabalhar burocraticamente lhe parecia uma grande perda de tempo. Entretanto, nesse ponto Kafka divergia sobremaneira de sua família, porquanto “a vida deles *era* a vida profissional” (Stach, 2022, p. 36), o que tornava não apenas os horários da casa dos Kafka dependentes diretamente do funcionamento dos seus negócios, mas fazia com que os pais do escritor se sentissem deslocados em seus momentos de diversão, muitas vezes caindo na tentação de trabalhar mesmo nessas ocasiões. Certamente Kafka não compartilhava dessa preocupação, o que acarretou problemas especialmente com o seu pai, Sr. Hermann Kafka.

Entretanto, não ser um funcionário devotado pelo seu ofício não significa que ele não obteve sucesso no âmbito profissional⁸¹; ao contrário, com menos de um ano trabalhando no Instituto de Seguros contra Acidentes de Trabalho ele passou de estagiário para assistente jurídico e, após dez meses, procurador do instituto e, logo após, dirigente de departamento. Sua formação em Direito possibilitou galgar tais ascensões. Porém, a fim de cumprir com os requisitos de sua função, Kafka não era apenas um funcionário, mas um técnico.

Uma das principais tarefas do Instituto de Seguros contra Acidentes de trabalho era enfim fazer valer uma lei criada havia duas décadas e ainda duramente combatida: aquela que estipulava a participação financeira dos empresários no seguro contra acidentes de seus trabalhadores. Kafka teve de aprender como se estabeleciam as cotas: quanto maior o número de acidentes, maior a cota per capita paga pelo empresário. As estatísticas de acidentes eram feitas e avaliadas por matemáticos do próprio instituto; a classificação definitiva das empresas em uma das categorias de risco ocorria então segundo um esquema cuidadosamente pensado, e sob a supervisão de inspetores com formação técnica [...]. Kafka, já advogado formado, logo adquiriu essa competência técnica, frequentando cursos e viajando pelas cidades industriais do norte da Boêmia. Em sua ampla mesa de escritório, ao lado das pilhas instáveis de recursos, sempre havia publicações sobre prevenção de acidentes, e nas áreas em que Kafka se especializara [...], havia poucos praticantes que sabiam usar os detalhes técnicos tão bem quanto ele (Stach, 2022, p. 39).

Parekh (1981, p. 86) descreve a sensação inicial que os textos kafkianos despertaram em Arendt como um “tipo curioso de estranheza”, o que se coaduna com o fato do

⁸¹ “Suas queixas sobre a monotonia do trabalho [...] não dão conta de toda a verdade: quando Kafka estava na repartição, ele levava a coisa a sério, e seu medo constante de não conseguir cumprir todas as obrigações estava mais ligado ao grande número de cartas por despachar do que à responsabilidade profissional em si. É provável que os colegas de Kafka lavrassem mais rápido os casos que lhes eram designados. Mas, em termos de esmero, ninguém competia com ele” (Stach, 2022, p. 40).

literato ser moderno, e ao mesmo tempo estranho para os seus contemporâneos. Com efeito, além da teórica política ter participado da tradução para o alemão dos diários do autor⁸², cuja imersão no universo kafkiano fomentaram a escrita de ensaios sobre o literato, antes disso, o escritor já fazia parte das conversas entabuladas em seu círculo de amigos próximos, como, por exemplo, com Walter Benjamin, durante o período de exílio na França, ou ainda antes, durante seu casamento com Günter Anders, entusiasta do empreendimento teórico do literato⁸³.

Mesmo após o término de sua atuação na Schocken Books, e após concluída a tradução dos *Diários* de Kafka, Arendt permaneceu ligada ao literato, o que se reverbera em suas obras⁸⁴, demonstrando que o “tempo de Kafka e o tempo de Arendt são o mesmo, o presente, e é sobre ele que importa pensar. Ele ‘quer destruir este mundo expondo sua estrutura medonha e oculta’ e ela, compreender” (Eccel, 2019, p. 320). Como a companhia de Kafka possibilitou a Arendt se reconciliar com o mundo, e até mesmo se sentir em casa nele, não é estranho que o retrato do escritor estivesse em um lugar de destaque do *hall* de entrada de seu apartamento na *Morningside Drive*.

Acerca das reverberações kafkianas na reflexão de Arendt, Eccel (2019) destaca que até que os escritos de Kafka tivessem a fama que dispõem atualmente, após o esforço inicial de seu amigo e testamentário Max Broad⁸⁵, apenas um círculo restrito de intelectuais judeus, grupo do qual Arendt fazia parte, conhecia e discutia os seus escritos. Se a modernidade de Kafka encantou esses primeiros leitores, o que despertou a atenção de Arendt foi que o seu

⁸² Os esforços de Arendt, mormente na década de 1940, para preservar a cultura judaica a conduziram a assumir o posto de editora sênior da Schocken Books. Foi assim que ela encaminhou para publicação os manuscritos de Walter Benjamin e de Bernard Lazare. Segundo Young-Bruehl (1997, p. 185), o projeto editorial mais árduo que a autora empreendeu na Schocken Books foi “uma edição alemã dos *Diários* de Franz Kafka”. A dificuldade no trabalho se deu pelo desleixo da publicação anterior dos *Diários*, feita pelo amigo do literato e também escritor Max Broad, que impôs que “cada página tinha que ser confrontada com os manuscritos”. Arendt dedicou-se ao projeto editorial sobre Kafka, mas seu interesse pelo autor o antecede: em 1944 ela já havia publicado um artigo sobre ele na *Partisan Review*. Como o “resgate de tesouros culturais” perpassava esforços editoriais, a publicação das letras kafkianas se destaca: “apresentar aos norte-americanos a literatura e a filosofia contemporâneas da Europa. Numa época em que um membro respeitado do círculo da *Partisan Review* podia perguntar-lhe quem era ‘Francis’ Kafka, ela trabalhava escrevendo guias claros e simples para esse mundo desconhecido. O idioma alemão necessitava desesperadamente de embaixadores culturais, pessoas que, em face da generalizada desconfiança por todas as coisas alemãs, pudessem mostrar seus tesouros à América” (Young-Bruehl, 1997, p. 187).

⁸³ Ambos escreveram textos proeminentes sobre o escritor: Benjamin escreveu “Franz Kafka – a propósito do décimo aniversário de sua morte”, publicado em português no livro *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Por outro lado, Gunter Anders, é o autor do estudo *Kafka: prós e contras*.

⁸⁴ A interlocução constante que Arendt estabelece com Kafka é descrita por Eccel (2019, p. 319) nos seguintes termos: “Há uma certa cumplicidade na relação que Arendt estabelece com Kafka: é como se no diálogo interno que ela trava com ele [...] ela conseguisse perceber que ele não tratava de qualquer mundo fictício que tivera fantasiosamente assumido ares claustrofóbicos, mas, diferente disso, tratava de seu próprio mundo”.

⁸⁵ Max Broad recebeu alguns direcionamentos de Kafka acerca do que fazer com os seus escritos após sua morte: eles deveriam ser queimados, com a exceção de *O fogueira*, *Na colônia penal*, *A metamorfose*, *O veredito*, *Contemplação*, *Um artista da fome* e *Um médico rural*. Todavia, ele organizou e publicou todos os escritos que dispunha, incluindo os *Diários* de Kafka, além de ter sido o seu primeiro biógrafo.

trânsito entre as categorias temporais tornou factível que “ao tratar da maquinaria burocrática, Kafka não poderia estar referindo a outro tempo que não o seu. O *kommende Welt*, o mundo que ainda estava por vir [da burocracia como forma de governar mais plenamente desenvolvida, seja no período nazista, seja na atualidade] já era o mundo de Kafka” (Eccel, 2019, p. 308).

Murray (2006, p. 12), ao dissertar sobre o termo kafkiano e os elementos ínsitos às narrativas e ao seu autor, elenca diversas discussões comuns ao literato e a Arendt, o que deixa entrever uma centelha do que fez com que Kafka fosse citado com recorrência pela autora:

[O termo kafkiano] provém dessa sensação de desalojamento, da incapacidade de encontrar abrigo em um mundo misteriosamente antagônico. Provém da culpa, tal como experimentada por Joseph K. em *O processo* – que sentiu ser um acusado sem acusação, um criminoso sem crime. Provém da exclusão, tal como o agrimensor que se vê incapaz de penetrar nos desconcertantes protocolos de *O castelo* para se instalar na sua órbita. Provém da esperança em uma vida nova e uma recriação pessoal, como no caso do herói de *O desaparecido*. Provém de uma dor dilacerante: o pesadelo de sofrer uma metamorfose que o transforme em uma criatura repelente e monstruosa. E provém, por último, de uma doença terminal que põe fim a toda a esperança.

O *aparente absurdo* dos cenários kafkianos descritos por Arendt (2008, p. 103) gravita em torno da “construção dessa máquina, a descrição de seu funcionamento e das tentativas dos protagonistas de destruí-la na defesa das virtudes humanas”. Tal assertiva guarda familiaridades com a descrição de Günter Anders (2007) de uma *aparente loucura* como elemento constituinte dos monólitos metafóricos de Kafka⁸⁶. Com efeito, para ele, o mundo que Kafka apresenta tem feições deslucadas – arendtianamente falando, aparentemente absurdas – para tornar clara a loucura e os meandros do absurdo que subjazem ao mundo moderno. “A fisionomia do mundo de Kafka [...] manipula essa aparência louca como algo muito normal e, com isso, descreve até mesmo o fato louco de que o mundo louco seja considerado normal” (Anders, 2007, p. 15).

Segundo Stach (2022), duas perguntas insistentes perpassam o onírico e inóspito universo do autor: *O que significa tudo isso?* e *Como acontece uma coisa dessas?* No que tange ao interesse da presente Tese, tais questionamentos poderiam derivar outros, igualmente importantes: *O que significa a burocracia? Quais mecanismos tornam o estado de coisas burocrático possível?* Para respondê-las, Kafka considerou mandatário “reter os detalhes significativos, notar conexões ocultas e registrar tudo isso em uma linguagem repleta de imagens precisas” (Stach, 2022, p. 14) advindas de sua própria inserção no aparato burocrático, o que permite inferir que conhecer a burocracia de perto fez com que refletisse sobre os

⁸⁶ Anders (2007) defende a ideia de um realismo presente nas obras de Kafka e, para comprová-lo, recorre às metáforas do autor, por considerá-las curtas, efetivas e com grande força imagética. Por conta dessa caracterização, as denomina de *monólitos metafóricos*.

extremos que ela poderia alcançar. Arendt o percebeu e traduziu nos seguintes termos: “Kafka [...] é nosso contemporâneo apenas numa extensão limitada. É como se ele escrevesse já do ponto de vista de um futuro distante, como se estivesse ou pudesse ter estado à vontade apenas num mundo do ‘não-ainda’” (Arendt *apud* Young-Bruhel, 1997, p. 188)⁸⁷.

Empreendendo uma desrealização sistemática, Kafka salientou o estranhamento estrutural que advém da realidade e dos eventos-pensamentos que emanam da experiência com o real. “O que Kafka faz é fornecer uma arquitetura para o real” (Sjoholm, 2015, p. 62). Dito de outro modo, interessava ao literato descrever o funcionamento da maquinaria burocrática e desnudar sua face medonha e oculta: “o estranhamento não é um truque do filósofo ou do escritor Kafka, mas um fenômeno do mundo moderno – só que, na vida cotidiana, ele é encoberto pelo hábito vazio” e, portanto, “Kafka revela, através de sua técnica de estranhamento, o estranhamento encoberto da vida cotidiana” (Anders, 2007, p. 18), oriundo do duplo fato de que, na modernidade, todos “vivem numa toca, num mundo de horizonte menor, a cujas dimensões ele pode corresponder intelectual, emocional e moralmente, mas que, apesar disso, aquele que viver no ‘seu’ mundo precisa ser admitido num lugar do mundo real para viver fora dele. A toca é a profissão” (Anders, 2007, p. 44)⁸⁸. Dessa forma, “o espantoso, em Kafka, é que o espantoso não espanta ninguém” (Anders, 2007, p. 20).

Já que o mundo kafkiano retrata “a paisagem organizacional da modernidade burocrática que até hoje nos acompanha e assombra” (Rego; Pina e Cunha; Wood Júnior, 2010, p. 9), para empreender a análise literária dos mecanismos organizacionais “ele descreve um ambiente de ritmo desumano, que torna supérfluo e impossível qualquer tipo de [...] compreensão. Tal como um etnólogo experiente, Kafka percebe como aquilo que vivencia tem efeito sobre seu comportamento, que se ajusta perfeitamente às circunstâncias” (Stach, 2022, p. 50). Uma leitura possível desse ciclo burocrático ininterrupto, marcado pelo *eterno retorno do mesmo*, provém da própria estilística do autor: “o mundo revelado por Kafka não acaba quando se fecha o livro, ele se prolonga indefinidamente” (Rego; Pina e Cunha; Wood Júnior, 2010, p. 7). O cenário kafkiano, que frequentemente descrevia uma morte prolongada e

⁸⁷ “Kafka, que trabalha no que Arendt considera modelos abstratos de projeto [...] apresentou modelos de ‘vida real’ através de sua capacidade de esboçar eventos na forma de um evento de pensamento. Se a arte nos faz pensar, não é porque nos apresenta uma mimese de formas, mas porque reconhece que o pensamento está envolvido em formas sensoriais. É por isso que as histórias de Kafka, tão extremas em abstração, ainda revelarão o que percebemos como mundo” (Sjoholm, 2015, p. 64).

⁸⁸ Anders (2007) também destaca que Kafka pôde desenvolver tão brilhantemente sua técnica de estranhamento, apresentando ao leitor um mundo deslucado, por ser, ele mesmo, um estranho: enquanto judeu, não se encaixava no mundo cristão, tampouco na ortodoxia judaica, assim como Arendt. Como falante de alemão, não se encaixava no grupo dos judeus que falavam outras línguas e dialetos. Como funcionário, não era burguês, mas também não era operário. Mesmo como funcionário, não era assim que se sentia, porquanto era escritor. Por outro lado, suas longas horas no escritório o impediam, em muitos momentos, de se encaixar no grupo dos literatos.

ininterrupta, também deixava em aberto os finais de suas narrativas: a viagem de trem feita pelo personagem principal de *América* levará a Oklahoma ou a Auschwitz?⁸⁹

Não é difícil perceber por que Arendt se interessou tanto pelas linhas kafkianas, a ponto de considerá-lo “o último dos grandes poetas da Europa” (Arendt, 2016d, p. 516), aquele quem “fornece o modelo principal de como devemos conceber a construção da narrativa” (Sjoholm, 2015, p. 62). Em primeiro lugar, deve ser considerada a sua judaicidade. Filho da classe média alta, preferiu se aproximar da cultura e dos hábitos dos judeus do Leste Europeu, frequentemente chamados de *ostjuden*, ou seja, aqueles cujo idioma principal era o ídiche e que, por esse motivo, eram considerados desarraigados mesmo que se mudassem para a Alemanha ou a Áustria, do que dos *westjuden*, os judeus completamente assimilados à língua e à cultura dos países em que residiam. Isso significa que Kafka se afastou da herança *parvenu* de sua família – especialmente de seu pai – para ser um pária, assim como ela própria se identificava. É nesse sentido que Gündogdu (2015, p. 203) descreve que as diferentes interpretações arendtianas sobre Kafka acrescentam “um novo significado à compreensão convencional do termo ‘kafkiano’, pois revelam a agência política de um pária que se recusa a aceitar o *status* de dependente de favores e privilégios e se rebela contra essa condição em nome de direitos”. A leitura empreendida por Arendt sobre Kafka, assim, se alinha à própria saudação de Arendt a luta política pelo acesso a direitos.

Bernstein, em seu *Hannah Arendt and the jewish question*, afirma que a autora teve parte de sua existência marcada por traços kafkianos, assim como a maioria dos judeus da década de 1930⁹⁰, residindo em lugares de passagem, sem cidadania e sem documentação válida e, portanto, sem conseguir trabalhar, elementos que o pesquisador caracteriza, também sob influência kafkiana, como a não-existência de uma não-pessoa, ou ainda como a vulnerabilidade do estranho, do ninguém, do *outlaw*, “inocente, desprotegido e expulso da lei e do direito” (Aguiar, 2017, p. 88), sujeito moderno cujo pertencimento a uma comunidade política foi negado e que, enquanto mero homem (*bios*), é absolutamente supérfluo e marcadamente desamparado. Nada resta de beleza e de dignidade na absoluta nudez de ser meramente um ser humano.

⁸⁹ Nesse ponto da argumentação, é mister salientar uma macabra coincidência que comprova a tese arendtiana da antevisão kafkiana sobre as desgraças que caracterizaram o século XX: o trem particular de Hitler também se chamava América, assim como na narrativa de Kafka (Cf. Kershaw, 2015, p. 589; 642).

⁹⁰ Bernstein corrobora e atualiza essa ideia da kafkianidade da existência de Arendt e dos judeus, de modo geral, na década de 1930, com relação aos refugiados muçulmanos da última década, em seu *Why read Hannah Arendt now*: “Existem paralelos perturbadores entre as dificuldades kafkianas que os judeus europeus experimentaram e os horrendos obstáculos que os refugiados muçulmanos sírios enfrentam agora na procura de entrada legal nos Estados Unidos. Em cada caso, tem havido enormes suspeitas e hostilidade dirigidas a estes refugiados, além de restrições excessivamente severas” (Bernstein, 2018, p. 11).

Além disso, foram as suas experiências como judia apátrida e “estrangeira inimiga” que marcaram a sua compreensão dos terrores assustadores da burocracia do século XX. Não foi a racionalidade da burocracia que ela enfatizou, mas a sua pura irracionalidade. Não foi Max Weber, mas sim Franz Kafka quem captou e retratou a qualidade do pesadelo daquilo que a burocracia se tornaria no século XX (Bernstein, 1996, p. 75).

Porém, porquanto o que interessa nesse momento é retratar um perfil de Kafka – já que ele próprio, em certa medida, possui mais pontos de convergência do que divergência com os K’s que concebeu em seus textos – é mister fazer a seguinte afirmação sobre o escritor: Kafka, mesmo que um funcionário, um *beamter*, tipo comum na sociedade, não pode ser reduzido a uma vítima da burocracia. Não há dúvidas que “o que via enquanto trabalhava entrava tão fundo nele quanto o que lia”, porém, “ele não era uma engrenagem anônima de um mecanismo impenetrável, mas tinha autonomia para tomar decisões e conseguia manter a visão livre dos gerentes” (Stach, 2022, p. 337). Sua ascensão no Instituto de Seguros contra Acidentes de Trabalho não tornava possível que seu superior imediato se imiscuisse de modo tão enfático na esfera biológica de sua existência como fez o chefe de Gregor Samsa, caixeiro-viajante que se transformou em inseto em *A metamorfose*. Entretanto, o fato dele não fazer parte da base da pirâmide não o excluía dela. Seu mérito, nesse sentido, foi ter denunciado o perigo que a forma de governar burocrática representava:

[...] as experiências em escritórios, fábricas e salas de tribunal tinham se depositado como um sedimento fino nas camadas mais profundas de sua imaginação literária. Embora ele quisesse muito separar a profissão do resto da vida [...], ele bebia desse material, e assim arruinava seus planos, permitindo que aquele mundo fluísse para dentro da literatura. *Tudo* voltava: o indivíduo que pode ser substituído e o registro burocrático de grandes coletivos (em *O desaparecido*), as montanhas de documentos que proliferavam organicamente (em *O processo* e *O castelo*), o escritório como devaneio e a miséria dos bairros operários (em *O processo*), o mundo cão dos assalariados (“Blumfeld, um solteirão de meia idade”), a máquina que trabalhava indiferente aos homens (em *Na colônia penal*), a morte na pedreira e no canteiro de obras (*O processo* e *O desaparecido*) [...]. Enquanto Kafka trabalha, trabalho e vida, escritório e vida, organização e vida encontram-se na literatura. E será que ele ainda não sabia que essa interpenetração, por mais que o torturasse e *porque* o torturava, era o ponto de fuga secreto de sua literatura? Fantástico, “kafkiano”, as pessoas diriam mais tarde. Mas ainda era tempo, Kafka ainda sonhava com promoção, aumento de salário e férias, e seu colega Joseph K. cumpria tranquilamente suas horas de escritório. Faltava um ano para sua detenção (Stach, 2022, p. 338).

Kafka morreu em 1924. Não desfrutou da fama dos seus escritos, nem teve condições de dialogar com seus leitores, impressionados com sua arte narrativa. Tampouco viu seus familiares serem mortos em campos de extermínio nazistas⁹¹, mesmo que, ao pensar sobre

⁹¹ Sete familiares de Kafka morreram em campos de extermínio nazistas: suas irmãs (Gabrielle, Valerie e Otylie, a irmã com quem tinha relação mais próxima), além de três sobrinhos (Felix e Hannah, filhos de Gabrielle e Siegfried, filho de Valerie), e seu cunhado Joseph, casado com Valerie.

o seu próprio tempo, pôde identificar os atributos antipolíticos que lhe sustentavam. Não à toa suas narrativas retratam a animalização dos homens, que se transformam em insetos com a mesma facilidade com a qual animais se convertem em seres humanos, e a irracionalidade dos processos e documentos, o que acena para o seu absurdo inerente – a convocação do K. de *O Castelo* demorou tanto para chegar que sua função, assim como ele próprio, era supérflua. Os perigos da indiferença e do conformismo a esse estado de coisas demonstram que o cenário assolador e desumano retratado por Kafka não é irreal: “se o homem nos parece hoje desumano não é porque tenha uma natureza animalesca, mas porque está rebaixado a função de coisa” (Anders, 2007, p. 19)⁹².

4.2 A primeira leitura de Arendt sobre Kafka: a sociedade

“A sociedade é um ninguém em traje a rigor”

(Kafka, 1985, p. 27)

A leitura arendtiana sobre a sociedade retratada por Kafka percorre, de modo geral, o empreendimento literário do autor, mas ela se refere mais pormenorizadamente ao conto *Descrição de uma luta*⁹³, um dos textos mais antigos do literato e uma de suas obras menos repercutidas. O tema da historietta são as consequências desastrosas que podem advir das interações sociais, mesmo aquelas entabuladas por homens comuns, “expressando as dificuldades do indivíduo em se conformar às normas sociais”, de modo que à medida que a narrativa se desenvolve, desvela-se “como o consenso social exclui, classifica e ignora os indivíduos”, ou seja, “as normas sociais definem, isolam e excluem o eu” (Ulus, 2020, p. 1). Trata-se, portanto, de “uma declaração da incompatibilidade do indivíduo com a sociedade”, cuja distorção onírica da realidade, ao passo em que representa os sentimentos do próprio autor

⁹² Whitfield (1980, p. 113) analisa argutamente o mesmo pano de fundo: “Embora Kafka tenha morrido em 1924, transmitiu a atmosfera de niilismo e irracionalidade, de vazio e ameaça, de indiferença ao destino e à vida individual, que seus escritos se tornaram um ‘elemento componente do mundo vivo’ que perpassou os campos de concentração. A máquina do comandante em *Na colônia penal* tatua nos braços de suas vítimas os seus crimes capitais, como os números nos antebraços dos presos do Reich, cujo crime foi existirem [...]. Gregor Samsa já havia sido imaginado quando os nazistas designaram aqueles a serem gaseados como vermes”.

⁹³ Trata-se da primeira obra de Kafka a qual o seu amigo e testamentário Max Brod teve acesso, e que causou forte impressão acerca da verve literária do autor. Mesmo não sendo o texto kafkiano mais antigo que sobreviveu aos constantes descartes de material que o próprio Kafka fazia, é o mais longo entre aqueles que costumeiramente são incluídos nas coleções de suas obras. A narrativa sofreu diversas críticas, como a de Updike (1971), para quem ela poderia ser pulada pelos leitores, já que se trataria de uma historietta opaca e repulsiva. Todavia, em contraposição a essa desimportância, o texto é um dos que já ganharam adaptação cinematográfica, além de ser retratado sob a forma de escultura em uma famosa praça da cidade de Praga. Nele já se fazem presentes alguns elementos característicos do empreendimento literário kafkiano, como o sentimento de solidão e desamparo, além do forte elemento onírico em sua desconcertante projeção em comparação com o mundo real.

acerca de sua dificuldade de se inserir, apresenta possíveis explicações para o título do conto e para as partes envolvidas no referido embate: o indivíduo consigo mesmo e, por fim, ele contra a sociedade, conflitos concomitantes e complementares, já que “a forma como o desejo opera em ‘Descrição de uma luta’ é importante e [...] o desejo de ser reconhecido, apreciado ou admitido é relevante para o protagonista. Da mesma forma, a ausência de reconhecimento (ou o estado de ser indesejado) também empurra o narrador para a ação” (Ulus, 2020, p. 2).

Esse é o caso do protagonista da historieta, um herói sem nome, cuja vida se caracteriza pela monotonia de uma rotina que se restringe “ao dia todo no escritório, as noites nas festas e nas ruas” (Kafka, 1985, p. 13). Em uma dessas ocupações noturnas, ele conhece outro personagem sem nome, a quem chama simplesmente de “conhecido”, com uma existência igualmente monótona, que assim lhe descreveu a sua vida: “levo uma vida muito normal. Não há nada de errado nela, tudo o que faço é considerado correto e geralmente aprovado [...], a boa sorte não me faltou” (Kafka, 1985, p. 64). Os personagens do conto revelam que a sociedade é composta por indivíduos igualmente cabisbaixos e desimportantes, vinculados apenas a partir da semelhança entre os seus desapontamentos.

As similitudes entre os personagens os motivaram a fazer uma caminhada juntos, marcada por passagens repletas de delírios, confrontos físicos e reviravoltas tipicamente kafkianas, até que se percebe que o trajeto “não os leva a lugar nenhum” (Biderman; Lewit, 2016, p. 311). Em um momento, o cenário que anteriormente era campesino se mostra devastador: ruínas dos alicerces da cidade em que caminhavam se sobrepõem, impondo aos personagens se mover sobre os escombros. Nenhum dos interlocutores parece saber o que aconteceu, e apenas o protagonista demonstra um breve lampejo de inconformismo perante a destruição: “Nessas ocasiões, eu caminho sobre as ruínas, perguntando a todos os que eu encontro: ‘Como pôde acontecer isso? Na nossa cidade – uma casa nova – quantas até agora? Pensem nisso!’ E ninguém pode me responder” (Kafka, 1985, p. 47).

Nesse cenário caótico, o que predomina é a indiferença dos “pequenos habitantes das ruínas” (Kafka, 1985, p. 47), os campesinos, perante o seu mundo familiar, o seu entorno, absolutamente desfeito diante dos seus olhos. Entretanto, “pode-se até escalar os escombros para, a partir daí, vislumbrar o horizonte; todavia, é inconcebível adotar estas ruínas como morada verdadeiramente humana” (Rocha; Castelo Branco, 2022, p. 147). De acordo com Bernstein (1996), o século XX impôs que os homens, com inaudita frequência, tivessem que residir em horrores (“*dwelling on horrors*”), o que se perpetua às expensas da espontaneidade, do pensamento, do discurso, da ação e da pluralidade. Os destroços retratados em *Descrição de uma luta* repercutem como mensageiros do infortúnio, “a epítome da ausência de mundo e de

dissolução da tradição que, ao invés de uma afirmação niilista, se converteu na realidade corrente, especialmente a partir da primeira metade do século XX” (Rocha; Castelo Branco, 2022, p. 147).

A atroz semelhança da destruição retrçada por Kafka com os cenários comuns durante a Segunda Guerra Mundial, mormente quando se leva em consideração que o passeio dado pelos protagonistas do conto é um trajeto fictício pelas ruas de Praga, impressiona:

Frequentemente as pessoas caem na rua e morrem. Enquanto isso, os comerciantes abrem as portas das lojas repletas de mercadorias, saem apressadamente, levam o morto para uma casa, saem outra vez sorrindo, e a conversa começa: “Bom dia – é um dia horrível – estou vendendo um lote de lenços – ah, sim, a guerra”. Corro para casa e, depois de erguer a mão timidamente, várias vezes, afinal bato na pequena janela do zelador: “Bom dia”, digo eu, “soube que um homem morto foi trazido para cá. Poderia ter a bondade de me deixar vê-lo?” E quando ele sacode a cabeça, como se não fosse capaz de tomar uma decisão, eu acrescento: “Tenha cuidado, sou da polícia secreta e insisto em ver o morto imediatamente!” Ele não parece mais indeciso. “Saia daqui”, grita o homem [...]. Não há nenhum homem morto. Talvez na casa do lado. Levanto a aba do chapéu e me afasto (Kafka, 1985, p. 47).

A indiferença como subproduto da sociedade é o fio condutor argumentativo de *Descrição de uma luta*, de modo imediato, e de todo o empreendimento literário de Kafka, de modo geral. A indagação desesperadamente proferida pelo protagonista: “Será que eu vou ser simplesmente expulso do mundo?” (Kafka, 1985, p. 33), seguida do desdém com o qual os demais envolvidos na cena lidam com ela comprova que a inexistência social pode se reverberar na desumanização daqueles que não se inserem. Mesmo que haja, na pena kafkiana, uma incompatibilidade entre a sociedade e a potência do indivíduo, mormente daqueles que oferecem polos ativos de resistência, como “os discordantes, os incompatíveis e os desarmônicos” (Ulus, 2020, p. 8), a alienação do convívio predispõe os marginalizados e os marginalizadores a um estado de apatia e de indiferença com relação às dinâmicas sociais, frente as quais os indivíduos solitários não podem fazer frente.

No desenvolvimento de *Descrição de uma luta* fica premente que a necessidade humana de se sentir pertencente a um determinado grupo não pode ser atendida em um contexto socialmente estabelecido, pois a sociedade retrçada por Kafka “tinha se instaurado em substituição a Deus” (Arendt, 2008, p. 99), ou seja, em um momento em que mais nada era capaz de congrega os homens, exceto a paridade de suas desventuras e a necessidade de trabalhar e consumir. Dito de outro modo, em uma sociedade massificada, composta por homens incapazes de estabelecer relações verdadeiras, não há mais nada em comum entre os indivíduos a não ser a dificuldade de se distinguir – o que é possível apenas para os excepcionais – e de pertencer efetivamente, o que implica se sentir integrado e responsável. Exemplo disso

é retratado pela inviabilidade de distinguir os personagens kafkianos (em diversas passagens de *Descrição de uma luta* o protagonista e o seu conhecido podem considerados a mesma pessoa, enquanto em *O Castelo*, o agrimensor não consegue distinguir seus ajudantes, o que o leva a ponderar que deve tratá-los como um único homem), elemento que é repercutido por Ulus (2020) como a tentativa de Kafka de destacar a massificação da sociedade.

Também em *Descrição de uma luta* é possível identificar outra passagem em que a suspensão da existência é relatada: o protagonista narra o momento em que, tomado por uma súbita alegria e um estranho ímpeto por tocar piano, a multidão que o observava e que oras o levava até o instrumento musical, oras o distanciava dele, se divertia com a situação, até que o anfitrião da festa o conduziu até a porta, o expulsando do convívio com os demais. Ao sair do recinto, foi tomado pela sensação antagônica de ser tratado cortesmente e, por outro lado, se sentir indesejável, o que o induz ao questionamento: “o que faz com que todos ajam como se fossem reais? Estão tentando fazer-me acreditar que não sou real, aqui, absurdamente de pé, na calçada?” (Kafka, 1985, p. 54). Tal indagação se coaduna com uma assertiva anteriormente proferida: “Não vem ninguém. Não fiz mal a ninguém, mas ninguém me ajuda. Uma súcia de ninguéns [...]. Todos vestidos a rigor” (Kafka, 1985, p. 27).

Na nota seis da seção “Franz Kafka: o homem de boa vontade”, do texto “O judeu como pária: uma tradição oculta”, Arendt descreve que Kafka foi o primeiro a diagnosticar que a sociedade é composta por ninguéns em traje a rigor, o que indica não apenas que o portador do traje a rigor é um ninguém, mas que os esforços sociais para distinguir e incluir homens e mulheres em seu seio não garantem, efetivamente, nem uma coisa, nem outra. Em uma organização social composta por ninguéns, não é de se estranhar que o palco político esteja vazio. Dito de outro modo, porquanto a sociedade é um ninguém trajado a rigor, seu sucedâneo político é um domínio de ninguém, ou seja, em que não há quem se responsabilize e tampouco realmente se interesse pelo bem comum, assim como, *mutadis mutandis*, ocorre em *O Processo*, quando não há uma face conhecida por trás da calúnia que levou Joseph K. à condenação. É kafkianamente real, então, o pano de fundo mediante o qual Arendt (2004) se confrontou quando asseverou que o maior mal é aquele perpetrado por ninguém.

A sociedade composta por ninguéns, ou seja, por homens e mulheres que abdicaram de sua capacidade de se distinguir, revelando a singularidade de sua identidade, para se comportar de acordo com os preceitos sociais, fez da discriminação “a arma pela qual se pode matar homens sem qualquer derramamento de sangue” (Arendt, 2016d, p. 490). Como a aprovação social é a condição basilar não apenas para o pertencimento na própria sociedade, mas para o modo como os indivíduos representam a si mesmos e se relacionam com os demais,

a tendência é que se acomodem irrefletida e conformadamente aos modelos sociais. Isso ocorre porque “o homem é um animal social, e a vida não é fácil para ele quando os liames sociais são cortados. Os padrões morais são mantidos muito mais facilmente na tessitura de uma sociedade. Pouquíssimos indivíduos têm a força necessária para conservar sua própria integridade, se seu status social, político e legal estiver completamente confuso” (Arendt, 2016d, p. 487). Diferentemente de uma comunidade política, em que homens e mulheres se distinguem mediante atos e palavras, na sociedade a pretensão de distinção é frustrada, já que só é possível mediante a excepcionalidade, ou seja, sendo santo, louco ou genial. Então, afirmar que a sociedade é composta por ninguém equivale a assentir que ela é formada não por atores políticos, sujeitos dos quais provêm o inesperado, iniciadores de processos, mas por ninguém sociais cuja existência é supérflua, ajustados e conformados às normas e classificações as quais eles recebem e introjetam sem resistência.

Todavia, essas normas e classificações não são estabelecidas por um grupo específico, o que lhes despe de qualquer autoria e, com ela, de responsabilidade e de face humana, fazendo com que Arendt (2016d) as descreva como procedimentos vindos “de cima”, arbitrários, sombrios e misteriosos para os “Eles” sociais, que como não os criam, tampouco podem os compreender ou acessar. A sociedade de ninguém em traje a rigor é o campo profícuo para o desenvolvimento da forma burocrática de governar porque funciona como um laboratório no qual procedimentos aleatórios passam a ser cada vez mais frequentes e a se converter na régua do comportamento, distinguindo os aceitos dos marginalizados, os normais dos anormais.

“As normas sociais são sempre criadas e impostas por outra pessoa, alguém superior, mas esse alguém não existe realmente [...]. É isso que torna a metáfora de Kafka tão maravilhosamente adequada: ‘a sociedade é um ninguém em traje a rigor’” (Pitkin, 1998, p. 84). A sociedade está trajada a rigor porque as formas sociais, mesmo que sejam o que realmente importa nesse campo, são desprovidas de conteúdo significativo e de substância estável, já que como os indivíduos são peremptoriamente categorizados, não é possível que se distingam sem se desviar para o âmbito da excepcionalidade.

Os personagens de Kafka, assim como o seu próprio criador, “se movem numa sociedade em que todos têm um papel designado e todos têm um emprego, e se diferenciam nesse conjunto apenas pela própria indefinição de seu papel, pois carecem de um lugar definido no mundo de quem tem emprego fixo e regular” (Arendt, 2008, p. 102)⁹⁴. São indivíduos com

⁹⁴ A sociedade kafkiana equivale a sociedade de empregados descrita por Arendt em *A condição humana* e acena para a vitória do *animal laborans*, que a fim de se conformar aos ditames sociais, se esquiva do potencial da obra e da ação e, com elas, da possibilidade de criação de mundos. Não à toa *Descrição de uma luta* retrata a frustração

notável dificuldade de se encaixar nos arranjos sociais, de pertencer a eles, mas que, mesmo relegados a uma posição marginal, apegam-se a ela como a corda para o enforcado. Isso justifica o seu medo recorrente de ficar desempregado, sintoma que pode ser observado dos mais altos aos mais baixos escalões sociais e organizacionais, até porque o emprego é condição para participar da sociedade: o caixeiro-viajante Gregor Samsa, de *A Metamorfose*, ao perceber que se converteu em um inseto, temeu não pela sua vida, ou pelo inaudito de sua condição, mas por perder o emprego devido ao seu atraso, assim como o trapezista da historieta “Primeira dor”, que prefere passar dia e noite treinando suas piruetas, beirando a exaustão iminente, do que perder seu emprego para um outro trapezista mais esmerado. Como eles “vivem numa identificação total com o seu emprego” (Arendt, 2008, p. 102), para mantê-lo lhes resta perseguir uma irrealizável perfeição. Na leitura de Arendt, “os empregados que a sociedade obriga a negar a possibilidade humana de errar não podem continuar humanos, e devem agir como se fossem super-homens. Todos os [...] funcionários de Kafka estão longe da perfeição, mas agem com o mesmo pressuposto de absoluta competência” (Arendt, 2008, p. 103).

Ter um emprego, participar do aparato, o equivalente a ter uma função na sociedade, impõe aos personagens kafkianos assumir uma aura de infalibilidade, porque os funcionários são, de certo modo, representantes de um sistema infalível. Sê-lo, porém, os obriga a abandonar suas faces humanas a fim de que desempenhem suas funções como agentes inumanos, já que eles são funcionários da lei e “pertencem à lei, portanto, se afastam do veredito humano” (Kafka, 2020, p. 253). Por isso, para Anders (2007), o tipo que Kafka retrata é o *homem-profissão*, o *homem-funcionário*, indivíduo deformado pelo trabalho, sujeito tipicamente moderno que se identifica plenamente com a sua função laboral e cuja inserção na sociedade depende de seu grau de participação no aparato burocrático. Assim sendo, o homem-profissão, ainda que retratado por Kafka, não é criação sua, mas, ao contrário, um subproduto da burocracia e “tem o seu modelo na realidade moderna, na qual o homem age só em sua função especial, ele ‘é’ sua profissão, que a divisão do trabalho tornou mero papel especializado”, cuja agudização horripilante faz com que “quem não tem função definida não é mais digno de ter realidade – sendo, portanto, considerado nulo e aniquilável” (Anders, 2007, p. 62). Porquanto o homem da sociedade e da burocracia modernas é a sua profissão, pode-se entender que, efetivamente, ele não é nada, ou kafkianamente falando, é um ninguém.

dos personagens que, mesmo financeiramente inseridos na sociedade, não o são de fato, assim como tampouco foi coincidência a detenção de Joseph K., em *O processo*, ter ocorrido em um domingo: “a escolha do domingo como dia do inquérito fora feita para não incomodar K. no exercício de seu trabalho” (Kafka, 2020, p. 48).

É nesse sentido que a sociedade pode ser interpretada como o fértil solo para o crescimento de governos anônimos e despersonalizados, predados ínsitos à burocracia. Se é verdadeiro que ela funciona como uma tirania sem tirano, é igualmente verossímil que “a camisa engomada do terno pode, na verdade, ficar em pé sozinha, mesmo que esteja literalmente vazia. A metáfora de Kafka contém um ‘ninguém’ tanto porque o homem social se ausentou, abdicando de seus poderes e de sua singularidade” (Pitkin, 1998, p. 84-85), quanto porque o “Ele” social é um Ninguém. A coletividade social é, em termos políticos, um nada formado por ninguém, o que não significa que, sob uma organização antipolítica, tal turba não seja absurdamente perigosa.

A frustração com a incapacidade de agir faz com que o vazio e a arbitrariedade que caracterizam a sociedade se convertam facilmente em apaixonada categorização – de indivíduos, de grupos – e ajustamento irrefletido. Arranjos institucionais movidos por homens que se identificam completamente com o seu trabalho fazem com que a sociedade retratada por Kafka possa ser equiparada a uma máquina azeitada, a cujas peças confere maior ou menor estatuto a partir do quanto elas possam lhes ser úteis. A questão que se afirma, porém, é que não existe ninguém indispensável ao aparato. Todos são supérfluos, porém, em escalas diferentes – como exemplifica tão bem o funcionário responsável pelas execuções em *A colônia penal* que, no final da narrativa, é ele próprio executado pela máquina que comandava – o que aduz a argumentação de Schio (2022, p. 133) de que “o universo kafkiano se condiciona ao cumprimento das funções pelos homens que apenas as desempenham por medo de perdê-las e, assim, de serem excluídos da máquina que lhes transmite a ‘graça’ de sua ‘humanidade’”.

Bernstein (*in* Villa, 2021) parte desse mesmo horizonte de reflexão para analisar a leitura arendtiana da figura e do empreendimento teórico de Kafka, mormente a partir do texto “O judeu como pária: uma tradição oculta”. Na ocasião, a autora retraça o protagonista de *Descrição de uma luta* como um pária, um *tipo humano* cuja compreensão é essencial para a avaliar a política e a humanidade, já que ele subsiste em uma sociedade de ninguém, cujo desfecho tende a flertar com o antipolitismo e a tragicidade, porquanto não ser reconhecido por ninguém, mas também estar em meio a uma sociedade em que todos assim o são, é o primeiro passo para a superfluidade que viabiliza o extermínio. A situação imposta ao personagem é a do absurdo da dúvida acerca tanto da sua existência, quanto da sociedade, de modo geral. Se a sua existência é posta em xeque, abre-se a perigosa brecha para que seu extermínio físico seja legitimado: afinal, aquele que já é excluído é muito mais facilmente eliminado.

O pária, protagonista do conto, é um homem de boa vontade, já que não se contenta com os arranjos institucionais e sociais, ao mesmo tempo em que também não almeja quaisquer

benefícios superficiais que não lhe garantam direitos políticos. Nesse sentido, sua figura demonstra que os indivíduos que fazem parte desse grupo marginalizado se aproveitam desse estatuto para garantir um estado de independência que a inserção na sociedade – com suas medidas, ritos e regras – inviabilizaria. Como para Kafka, assim como para Arendt, o pensamento não se restringe a uns poucos escolhidos, tampouco pode ser enquadrado em uma disciplina especializada, o que atraiu a autora no *tipo pária* do qual Kafka e seu personagem eram exemplares foi a perspicácia do literato em identificar que o imperativo de pensar “é uma arma primária na luta contra as forças burocráticas opressivas da sociedade, uma ‘sociedade de ninguém’, na luta pela liberdade genuína” (Bernstein *in* Villa, 2001, p. 278).

A figura do pária como um homem de boa vontade⁹⁵ revela uma inflexão alternativa à leitura da autora sobre o escritor judeu, já que “Arendt pensava que a compreensão de Kafka sobre o real significado da sociedade no século XX era muito mais penetrante do que a de muitos sociólogos. Sua própria análise da sociedade e do social foi significativamente influenciada pela visão de Kafka” (Bernstein, 1996, p. 40). Dito de outro modo, a figura do pária kafkiano acena para a influência que o literato possui para a leitura arendtiana da sociedade e que, por sua vez, é importante para entender a interpretação de ambos acerca da burocracia. Tal interpretação se torna patente no comentário de Arendt acerca da narrativa *Descrição de uma luta*, quando descreve que o protagonista, um homem de boa vontade, tem sua inocência e senso de justiça vilipendiados pela mentira como princípio universal que retraça as faces da sociedade e dos aparatos burocráticos que nela se espraiam:

Em “Descrição de uma luta”, Kafka está preocupado [...] com o problema das inter-relações sociais, e promove a tese de que dentro dos confins da sociedade os efeitos das relações genuínas são invariavelmente adversos. A sociedade, nos é dito, é composta de “ninguéns” – “Eu não fiz mal a ninguém, ninguém me fez mal; mas ninguém vai me ajudar, nada além de ninguém” – e não tem, portanto, uma existência real. Não obstante, até o pária, que é excluído dela, não pode se considerar um afortunado, uma vez que a sociedade continua com o fingimento de que ela é alguém e ele, ninguém, de que ela é “real”, e ele, “irreal” [...]. E o maior ferimento que a sociedade pode infligir e lhe inflige é fazê-lo duvidar da realidade e da validade de sua própria existência, reduzi-lo aos seus próprios olhos ao *status* da insignificância (Arendt, 2016d, p. 512-513).

As danosas repercussões que a organização social inflige, ao reduzir sujeitos ao *status* de nulidade, faz com que duvidem da sua própria existência. Porém, “nem a liberdade

⁹⁵ “O modelo do homem de boa vontade reforça, de acordo com Arendt [...], o desejo de Kafka de fazer parte da humanidade, mas não por meio de um grupo de exceção ou de privilégios. Nesse sentido, a mensagem arendtiana demanda pela ideia de que a realidade dos direitos humanos é construída pelo mais elementar direito que se consubstancia no pertencimento a uma comunidade, em que cada componente do grupo possa se sentir um alguém e não um ninguém. E isso significa viver, ser aceito e respeitado pelo único e exclusivo fato de se tratar de um homem entre humanos” (Schio, 2022, p. 133).

[...], nem a inocência [...], nem mesmo a fuga para a natureza e a arte, mas sim o pensamento é a nova arma – a única da qual, na opinião de Kafka, o pária é dotado ao nascer em sua luta vital contra a sociedade” (Arendt, 2016d, p. 514). Em uma comparação com a biografia de Rahel Varnhagen, é como se o literato tivesse percebido com inequívoca exatidão que em uma sociedade burocraticamente organizada, nem mesmo os fugazes espaços de convivência social podem abrigar qualquer senso de pertencimento ou resguardar a possibilidade de distinguir-se. “Kafka não vislumbrava, através da inserção nestes espaços, uma saída para o pequeno habitante dos escombros, expulso por ser *indesirable*. Ao contrário, a possibilidade de distinguir-se escapa aos ritos sociais e românticos e se espraia no exercício do pensar por si próprio” (Bernstein *in* Villa, 2001, p. 278), o que foi prenunciado também na biografia da judia: “Tudo depende do pensar [...]. O pensar por si próprio liberta os objetos e sua realidade, cria uma esfera de puras ideias e um mundo que é acessível, sem conhecimento ou experiência, a qualquer ser racional [...]. A razão pode libertar dos preconceitos do passado e orientar o futuro de uma pessoa” (Arendt, 1994, p. 20). Por conta disso, podem ser identificadas semelhanças entre os salões frequentados pelo personagem anônimo de Kafka e aqueles nos quais Rahel Varnhagen ansiava distinguir-se e pertencer⁹⁶.

Porém, cabe destacar uma importante ressalva:

[...] o pensar é a arma do pária para enfrentar preconceitos. Porém, diferente da Rahel de Arendt, que acreditava que a fuga interior poderia oferecer um abrigo àqueles que não encontram lugar no mundo, o herói sem nome de Kafka acredita que o pensamento só pode realizar sua potencialidade na convivência com os demais e no confronto com a realidade, desnuda, medonha e oculta (Rocha, 2021, p. 207).

Na letra arendtiana, nos momentos decisivos o pensamento funciona como instrumento de autopreservação e, com isso, ganha contornos políticos: mesmo que não faça parte da *vita activa*, e que, *per se*, não seja capaz de fundar espaços de aparência – seja por sua necessidade de retirar-se momentânea e deliberadamente do mundo, seja porque nem ambiciona iniciar processos, nem aparecer aos demais –, ele é condição essencial para a preservação da política. Pensar é a atividade que possibilita a reconciliação com o mundo, especialmente para aqueles que são *persona non grata* nele, já que “quando o indivíduo e a sociedade não conseguem estabelecer comunicação, o sentimento de discórdia e até mesmo de alienação se

⁹⁶ “A Vida é um jogo cujas regras foram estabelecidas antes da existência física; nele entramos com a certeza de uma derrota fatal, mas desejosos de alcançar muitas vitórias antes da derradeira partida. Apresentamo-nos a uma sociedade que conhece confusamente as regras desse jogo, e não devemos esperar complacência alguma” (Guimarães *in* Kafka, 20a13, p. 17).

tornam poderosos instrumentos de expressão” (Ulus, 2020, p. 9-10)⁹⁷. Certamente o próprio Kafka gostaria de ser considerado um membro da comunidade, mas ele entendeu – assim como a autora – que a radicalidade do período fazia com que mesmo a excepcionalidade não fosse mais suficiente para assegurar qualquer tipo de pertencimento ou salvaguarda legal. Como sua visão de mundo foi influenciada pelas consequências da sensação de não-pertencer, “o que Kafka descreve não é tanto o ‘existente’, o mundo, com o qual o indivíduo ‘co-existe’, mas o fato de *não pertencer*, ou seja, o não-ser. Com mais precisão: o existente, o mundo tal como parece ao estranho, e o esforço desesperado do não-existente (ou seja, *daquele que não pertence*) para ser aceito pelo mundo” (Anders, 2007, p. 28-29).

A própria Arendt, assim como Kafka, se concebia como pária e considerava que era justamente esse distintivo que lhe permitia examinar os eventos e os fenômenos políticos de um ponto de referência exterior a eles. Na posição privilegiada de expectadora, lhe parecia mais fácil entender como os processos se cristalizavam, assim como porque o aparato conceitual tradicional não era suficiente para entendê-los. No entanto, se por um lado, “o que Kafka retratou de modo imaginativo se tornaria grotescamente real quando os nazistas trataram os judeus como se eles fossem ‘ninguéns’, supérfluos e irreais” (Bernstein, 1996, p. 40), por outro, isso implica que ficar indiferente à sociedade não é mais possível, já que os eventos políticos contemporâneos comprovaram a indispensabilidade da luta pela própria dignidade.

4.3 A segunda leitura de Arendt sobre Kafka: a lacuna entre o passado e o futuro

Sem o homem não haveria tempo. O tempo penetrou (ou interveio) no incessante movimento circular do universo; só porque esse movimento esbarra nele e faz fronteira com ele é que se torna retilíneo. O homem é o presente em que o passado e o futuro estão separados, o passado (Kafka) que empurra para frente e o futuro que parece rejeitá-lo. E justamente este espaço intermediário, aquele que faz a mediação entre o passado e o futuro, se atualiza no pensamento: repensa o passado e antecipa o futuro. Tanto o passado como o futuro são invisíveis e não existiriam sem o pensamento (Arendt, 2006, p. 724).

Uma segunda reverberação das linhas kafkianas encontradas no empreendimento de Arendt diz respeito à atividade de pensar, ou, mais precisamente, às condições contemporâneas do pensamento, investigação que assume a forma de um metapensamento que tangencia as análises sobre a burocracia no *corpus* teórico da autora desde o julgamento de

⁹⁷ Este ponto da argumentação lembra sobremaneira a resposta de Arendt a Hans Morgenthau no Colóquio sobre a sua obra, realizado em Toronto em novembro de 1972: “Você pergunta qual minha posição? Em lugar nenhum. Realmente não me situo entre as principais correntes do pensamento político atual nem de qualquer outro. Mas não porque desejo ser original; acontece que, de algum modo, eu não me encaixo” (Arendt, 2021, p. 529).

Adolf Eichmann, ocasião na qual ficou demonstrado que essa forma de dominação se dissemina com a irreflexão e com a não-participação dos homens nos processos de tomada de decisão⁹⁸. Se a ausência de pensamento não equivale a estupidez, porquanto “pode ser comum em pessoas muito inteligentes, e a causa disso não é um coração perverso [...]; é mais provável que a perversidade seja provocada pela ausência de pensamento” (Arendt, 2014, p. 28), compreender como Kafka influenciou a análise da autora sobre essa faculdade, descrita anteriormente como a arma que os homens dispõe em sua peleja contra a sociedade e os arranjos burocráticos, auxilia a entender como, realizando o movimento oposto, a burocracia a inviabiliza.

Para ela, trata-se da única atividade capaz de abrir uma espécie de cisão no decurso cronológico do tempo⁹⁹, uma lacuna entre o passado e o futuro, em um recorte que a autora denominou de *nuns stants* que o homem, enquanto ser pensante, é habilitado a ocupar. “Kafka fornece a figura que coloca o indivíduo pensante numa posição de contingência: pensar envolve a aceitação da incapacidade de compreender plenamente o passado e, portanto, tentar mergulhar no presente fugaz. A narrativa começa neste fracasso, na lacuna entre passado e futuro que nos lança em direção ao presente” (Sjoholm, 2015, p. 63). Dito de outro modo, o homem se situa na lacuna entre o passado e o futuro, de modo que quando ele olha para o passado, que o empurra para frente, se habilita a lembrar, enquanto quando contempla o futuro, que o impele para trás, se capacita para esperar. “Sem pensamento não há presente. E sem o presente não há passado nem futuro que, como tais, só se constituem na memória pensante e na esperança” (Arendt, 2006, p. 724). Ademais, “embora o pensamento tenha uma origem específica no tempo e uma direção específica determinada pelas pressões do passado e do futuro, o seu fim reside no infinito” (Canovan, 1992, p. 274).

A fim de entendê-lo, cabe avaliar a narrativa kafkiana utilizada por Arendt justamente para retratar a lacuna entre o passado e o futuro.

Ele tem dois adversários; o primeiro o pressiona por trás desde a origem; o segundo impede o seu caminho para a frente. Luta contra ambos. O primeiro o apoia na luta

⁹⁸ Mesmo que não seja o escopo dessa Tese o aprofundamento da fenomenologia do ego pensante de Arendt, a relevância da parábola “Ele” e das leituras arendtianas por ela suscitadas não podem ser subestimadas. Para defendê-lo, remetemos inicialmente à quantidade de textos em que a historietta é mencionada, desde *Entre o passado e o futuro*, seja no seu Prefácio, seja em “Verdade e Política”, passando pela *A vida do espírito* e, por fim, no ensaio “Não mais e ainda não”, em *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. Destarte, é importante arrazoar também que as discussões sobre temporalidade e pensamento que a autora extrai das linhas kafkianas são alicerces para compreender não apenas a figura de Eichmann, mas também as reverberações da dominação burocrática nas atividades espirituais, acrescida da dificuldade dos homens em lidar com um passado fragmentado. Tal defesa ganha amparo nas ideias de Birminham (2006), Kristeva (2001), Eccel (2019) e Rocha (2021).

⁹⁹ O próprio Kafka propõe essa inversão entre os períodos cronológicos: em “O cavaleiro do balde”, o futuro é retratado, a partir da figura do cavaleiro que parte rumo à gélidas montanhas, como um caminho irremediável na direção da individualidade na sociedade moderna, enquanto em “A próxima aldeia” é delineado mediante a figura do ancião temeroso que sua memória ceda frente aos ataques violentos dos ventos do esquecimento.

contra o segundo, porque quer compeli-lo adiante, assim como o segundo o apoia na luta contra o primeiro, uma vez que o faz recuar. Isso, porém, apenas em teoria, porque não são só dois os adversários: há ele também, e quem sabe de fato suas intenções? Ele sempre sonha que em um momento de descuido – para isso faz falta uma noite inimaginavelmente escura – possa safar da linha de combate e ser elevado, pela sua experiência de luta, por cima dos combatentes, como árbitro (Kafka, 2021, p. 500).

Apesar de ser difícil precisar com exatidão o momento em que Arendt teve contato com a historieta, pode-se assentir que durante a publicação em alemão dos *Diários* do literato a autora se defrontou com tais linhas, já que elas fazem parte das histórias escritas no dia 17 de janeiro de 1920¹⁰⁰. O que é mais facilmente identificável é o impacto que ela causou na autora, já que é mencionada em diversos de seus textos: em *Entre o passado e o futuro*, é tanto uma agência histórica que acena para a ruptura com a tradição quanto uma figura metafórica que representa o momento temporal em que se situa o pensamento, quando o sujeito pensante se retira momentânea e deliberadamente do mundo a fim de pensar, leitura corroborada em *A vida do espírito* e em seus *Diários filosóficos* e ampliada a partir da conceitualização do *nuns stants*, um presente que permanece para além do *chronos* retilíneo e progressivo, tal como percebido pelos frágeis sentidos humanos e corroborado pela tradição, demonstrando que as noções de tempo e espaço retraçadas por Kafka se diferenciam do convencional, quando o expectador dos eventos foi reiteradamente equiparado a um “alguém que observa a partir de uma margem de rio em uma terra de ninguém”, estupefato com acontecimentos que “flutuam como folhas dos confins superiores do futuro, passam rapidamente no presente e desaparecem rio abaixo, rumo ao passado” (Deutscher, 2007, p. 36). Na verdade, a historieta kafkiana demonstra que a passagem temporal não é nem um pouco imperturbável, mas, ao contrário, se origina de uma luta entre forças concorrentes a partir das quais pensamos e agimos, estabelecendo um volume espaço-temporal de livre movimento. A partir da presença do Ele pode-se afirmar que a inabilidade de Eichmann para o pensamento, condição fomentada pela burocracia que será exposta no capítulo subsequente, repercute sua incapacidade para suportar a pressão advinda das forças concorrentes, limiar entre o passado e o futuro que a parábola de Kafka retrata.

“O protagonista de Kafka, situado na interseção de forças opostas, utiliza as possibilidades do futuro contra o poder conservador do passado”, *pari passu* em que “usa a força do passado para impulsioná-lo em direção ao futuro”, o que o torna apenas ambigualmente ficcional, mas, primordialmente, “uma força a ser reconhecida” (Deutscher, 2007, p. 36). Também por isso, a proposta de tempo kafkiana se coaduna com um período em que o convencional não explica, nem locupleta os homens. Além disso, primordialmente,

¹⁰⁰ Em português, a parábola pode ser encontrada tanto nos *Diários* de Kafka (2021, p. 500) quanto no compêndio de historietas intitulado *A muralha da China* (Kafka, 2000, p. 220).

Do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto onde “Ele” está; e a posição dele não é o presente, na sua acepção usual, mas uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à “sua” luta constante, à “sua” tomada de posição contra o passado e o futuro. Apenas porque o homem se insere no tempo, e apenas na medida em que defende seu território, o fluxo indiferente do tempo parte-se em passado, presente e futuro (Arendt, 2016e, p. 37).

De início, cabe ressaltar que a parábola “Ele” elucida o próprio método utilizado pelo autor: de acordo com Arendt (2008), trata-se da *construção de modelos*, que faz com que cada um de seus heróis deixem às claras as deformidades da sociedade e da burocracia modernas. Tal como o projeto de um imóvel lhe confere estabilidade, de tal modo que sem ele não seria possível distinguir os seus componentes, as narrativas kafkianas “são como esses projetos, são frutos do pensamento, mais do que da experiência dos sentidos” (Arendt, 2008, p. 104). A parábola “Ele” enseja em si a descrição de uma experiência de pensamento, motivo pelo qual oferece um desassossegado abrigo aos leitores que, despidos de ilusões, desejam conhecer as verdadeiras faces do homem e do mundo, motivo pelo qual recorrem “a Kafka e seus projetos, que de vez em quando, numa página ou numa simples frase, expõem a estrutura desnuda dos acontecimentos” (Arendt, 2008, p. 104).

Sobre a generalidade do nome do protagonista da parábola, que lhe confere o título, é importante destacar que ela se repete em vários textos, demonstrando que o “Ele” é alguém comum¹⁰¹, cujas experiências poderiam acontecer com todos aqueles inseridos em uma sociedade de massas, especialmente em um contexto de burocratização, de rotinização e de padronização de existências inumanas. Essa ausência de um nome – afinal, trata-se de alguém indistinguível, um mero “Ele” – acompanha os textos do autor. A variedade de personagens “K’s” aponta na mesma direção dessa imprecisão que, por sua vez, “abriga todas as riquezas, variedades e elementos dramáticos característicos da vida ‘real’” (Arendt, 2016e, p. 36).

Por outro lado, a indistinguilidade e a ausência de significado presentes nos nomes dos protagonistas kafkianos denunciam o anonimato ao destacá-lo como singular. Trata-se de um “projeto aparentemente anônimo que vem se inserir em um mundo real. Kafka, ao contrário de muitos filósofos e autores da modernidade, recusa-se a fornecer um agente de exceção” (Sjoholm, 2015, p. 64). Seus protagonistas não são excepcionais, mas reais, ou, como Arendt (2014) gostava de dizer, homens e mulheres, como vocês e eu¹⁰², já que o refúgio

¹⁰¹ “A qualidade abstrata do trabalho de Arendt vem de sua busca pela natureza do pensamento, e não pela natureza de um homem pensante. Seu esforço foi resolutamente impessoal – ela, como Kafka, estava tentando retratar um ‘Ele’ anônimo – porque pensar é uma atividade sempre presente em todos” (Young-Bruhel in Hinchmann; Hinchmann, 1994, p. 337).

¹⁰² “Kafka identifica-se sempre com o personagem principal, o qual geralmente deixa no anonimato de uma simples letra. Não deseja individualizar-se, não deve personalizar-se porque a sua história é a de todos, não certamente a

concedido pelo anonimato de uma letra única concede a todos os seus leitores a possibilidade de participar dos dramas comuns relatados em suas linhas.

Por fim, a ausência de nome dos personagens kafkianos acena para o processo de desumanização insito à Era Moderna, pesadelo que, “quando se concretizou, superou as atrocidades descritas por Kafka”. Tal ocaso do caráter propriamente humano justifica porque tais heróis “carecem de todas as características miúdas e supérfluas que, somadas, compõem um indivíduo concreto” (Arendt, 2008, p. 102). Ao se inserirem em aparatos regidos por leis sobre-humanas, passam por um processo de abandono do humano que impõe que as idiossincrasias que tornam alguém o que é, similar e distinto com relação aos demais, sejam abandonadas em prol do ajuste no aparato, na sociedade por ele organizada e nos escombros que soçobraram do contato com a tradição¹⁰³. “Por isso os heróis kafkianos não têm nome, apenas iniciais: em um não-mundo, os homens hermeticamente ajustados às organizações abdicam das idiossincrasias que tornam os indivíduos singulares”, metamorfose que somente poderia acarretar como consequência a conversão de “homens supérfluos em funcionários devotados de máquinas burocráticas regidas pela necessidade, membros de uma sociedade que se instaurou em substituição a Deus, porém mantendo a crença em legislações eternas e imutáveis que emanam de movimentos necessários” (Rocha, 2021, p. 214).

A *parabolai*¹⁰⁴ “Ele” retrata um evento-pensamento no qual se insere um eu-corporificado em um campo de batalha no qual duas forças se digladiam. Trata-se do passado e do futuro, forças concorrentes que comprimem o Ele, ao mesmo tempo em que ele combate contra a atuação delas. Na verdade, tais lutas somente existem porque Ele está lá, ocupando não um presente convencional, mas uma lacuna entre as forças que, por sua vez, só existem devido à sua peleja. Ou seja, “apenas na medida em que pensa, isto é, em que é atemporal – ‘ele’, como tão acertadamente o chama Kafka, e não um ‘alguém’ – o homem na plena realidade de seu ser vive na lacuna temporal entre o passado e o futuro” (Arendt, 2016e, p. 33), ruptura que torna o

história corriqueira e enfadonha dos pequenos interesses, mas aquela íntima, indevassada, dos anseios frustrados, dos sonhos mortos no nascedouro. Ele é a humanidade, à qual se castiga sem culpa, sem que tenha oportunidade de defender-se, à qual se move um processo interminável, em que o homem julga impiedosamente o seu semelhante em nome de uma lei abstrata, dada por um ente inumado” (Guimarães *in* Kafka, 2013, p. 14).

¹⁰³ Essa indistinguibilidade é relatada também em *O Castelo*, quando o protagonista K. destaca a passividade dos funcionários do aparato administrativo: “Assim são, pois, os funcionários – disse K., hesitando – semelhantes exemplares existentes entre eles” (Kafka, 2013, p. 232).

¹⁰⁴ Arendt assim o descreve a narrativa de Kafka, no Prefácio de *Entre o passado e o futuro*, quando descrevia o cenário de crise dos séculos XIX-XX: “[...] a única descrição exata dessa crise se encontra, até onde eu saiba, em uma daquelas parábolas de Franz Kafka que, únicas talvez quanto a esse aspecto na literatura, constituem autênticas *parabolai*, lançadas ao lado e em torno do incidente como raios luminosos, que não iluminam porém sua aparência externa, mas possuem o poder radiográfico de desvelar sua estrutura íntima que, em nosso caso, consiste nos processos recônditos da mente” (Arendt, 2016e, p. 33).

homem *qua* homem, na medida em que o identifica como alguém que pensa e que consegue se situar ativamente na realidade.

O que a parábola descortina, como evento-pensamento, é que pensar e julgar implicam “estar imerso num presente do qual não se pode nem se deve escapar” (Sjoholm, 2015, p. 66), mesmo que o *devir*; e, com ele, a contingência, sejam suas insígnias máximas. Dito de outro modo, se situar na contingência que reside no instante fugaz do presente viabiliza ao espectador do mundo – o Ele – que pensamentos e opiniões singulares sobre a história e a ação, assim como os começos a elas inerentes, possam emergir na lacuna, e apenas nela. Afinal, quem além do homem, na plena efetivação da sua liberdade, pode lograr êxito em romper os cursos previsíveis da história, conferindo-lhes tangentes surpreendentes que, por sua vez, rumam ao infinito das improbabilidades que originam novos eventos e envolvem novos espectadores? É a relação entre experiência e pensamento que habilita o “Ele” a pensar e a se posicionar legitimamente frente aos eventos¹⁰⁵. Ademais, o homem interrompe o fluxo indiferente da mudança sempiterna proveniente da luta das forças concorrentes devido à sua própria condição ontológica: apenas ele foi criado para que houvesse um *initium*. Aliás, “é precisamente esta inserção, esse ponto de ruptura no fluxo indiferente do tempo, que faz do homem o início de um *initium*” (Erdle, 2016, p. 308).

O diagnóstico concernente a existência na lacuna, contudo, não é animador: “não parecemos estar nem equipados nem preparados para esta atividade de pensar, de instalar-se na lacuna entre o passado e o futuro” (Arendt, 2016e, p. 40). Desde Roma, ao invés de nos situarmos na lacuna, a locupletamos com as respostas prontas, fornecidas pela tradição. No entanto, à medida em que a época moderna progrediu, com o desenvolvimento da ciência e com o advento da esfera social, esgarçou-se o fio da tradição e a lacuna entre o passado e o futuro deixou de ser um predicado inerente à experiência do pensamento e daqueles que “fizeram do pensar sua ocupação primordial”, passando a ser a “realidade tangível e a perplexidade para todos, isto é, um fato de importância política” (Arendt, 2016e, p. 40). Dito de outro modo, o trânsito entre presente, passado e futuro deixou de ser uma posição nômade que diz respeito à existência humana e à atividade de pensar e se converteu na típica posição do homem moderno que, sem ter como reatar o fio rompido, não se situa nessa lacuna com o fito de compreender os incidentes da experiência, já que, na ausência da tradição, seria a realidade o seu marco de

¹⁰⁵ “Esta localização é constituída por uma representação peculiar da capacidade do homem de autolocalização dentro da realidade. Ela é engendrada não apenas por algum tipo de contradição objetiva entre as duas forças do passado e do futuro, mas antes pelo fato de que o ego pensante é capaz de tomar ativamente uma posição, mas ao mesmo tempo, de reivindicar seu próprio terreno ‘subjetivo’ para se firmar” (Sigwart, 2016, p. 95).

orientação. Ao contrário, “seu expediente de última hora para preencher a lacuna entre o passado e o futuro” se restringe à “preocupação somente em como movimentar-se nessa lacuna – talvez a única região onde algum dia a verdade venha a aparecer” (Arendt, 2016e, p. 41), o que remonta ao jogo da mente consigo mesma, a *introspecção*. Nesse sentido,

[...] o campo de batalha é uma metáfora que representa a situação do homem moderno: se a lacuna entre passado e futuro se apresenta como um espaço não mais ocupado pela tradição, isso significa que tal hiato é habitado pelos sobreviventes, caminhantes do presente, seres perdidos, não mais sustentados pelo passado e pelo futuro, não mais pertencentes ao fluxo da história, não mais protegidos pela lei. O Ele, retrato do homem contemporâneo, não possui nada além do agora e, apartado do passado e do futuro, o mais provável é que sucumba de exaustão (Rocha, 2021, p. 210).

Bernstein (*in* Villa, 2001) descreve que a interpretação de Arendt sobre a parábola kafkiana é um dos momentos mais poéticos de seu empreendimento teórico não apenas porque o literato lhe concedeu a metáfora necessária para sua explanação acerca da importância da lembrança e da narração para a atividade de pensar e, em um plano político, para evitar o mal, mormente aquele que se disfarça sob as vestes de procedimentos de rotina, despido do dolo proveniente da vilania, mas também porque a atividade realizada na atemporal lacuna entre o passado e o futuro escapa a “processos mentais como a dedução, a indução e a extração de conclusões, cujas regras lógicas de não contradição e coerência interna podem ser aprendidas de uma vez por todas, bastando depois aplicá-las” (Arendt, 2016e, p. 40). Arendt estava cônica do fato de que tradicionalmente o pensamento é associado a esses processos mentais. Porém, ela acreditava que a atividade não se esgota no raciocínio cognitivo, porquanto é “uma atividade criativa que requer lembrança, narração e imaginação”, além das “virtudes da coragem e da independência” (Bernstein *in* Villa, 2001, p. 279).

O Ele da parábola kafkiana luta contra as forças concorrentes a fim de encontrar um espaço-temporal em que possa atuar, do mesmo modo como peleja por um ponto de observação que lhe permita testemunhar a batalha. Seu intuito é circular peremptoriamente entre a ação e o pensamento, trânsito que lhe permitiria ser ator, expectador e juiz. “Se colocando na posição ideal para o espectador, ou seja, entre o passado e o futuro, o homem pode contemplar a ambos – mesmo com a ruptura com a tradição. Através do pensamento é possível, então, apontar semelhanças entre o protagonista anônimo de *Descrição de uma luta* e o Ele kafkiano” (Rocha, 2022, p. 210). Para lográ-lo, sua esperança é descobrir uma linha de fuga diagonal, rumo ao infinito, que emerge da interseção entre o passado e o futuro e que lhe permita cindir-se em dois: o *homem singular que aparece aos demais*, engajado em um contexto político, e o si-

mesmo, ou seja, o dois-em-um da reflexão, que enseja em si uma centelha da atemporalidade que reside em cada ser pensante.

O eu da reflexão é o si-mesmo, uma reflexão do homem que aparece, ou seja, do homem mortal, temporal, que envelhece e é mutável. Frente a ele está o eu da percepção, o eu que pensa, que carece de idade e tempo (tal como a parábola de Kafka). Portanto, levamos algo de atemporal, mesmo quando esse atemporal existe mediante o temporal (Arendt, 2006, p. 629).

A efetivação do salto sobre as forças concorrentes do passado e do futuro rumo à diagonal não está, de modo algum, isenta de perigos. Com efeito, o resultado mais provável da luta do Ele é que, em algum momento crucial, morra devido à exaustão inerente ao seu combate. Se a tarefa da mente é compreender os eventos, e porquanto tal compreensão é a forma humana de se reconciliar com a realidade, “seu verdadeiro fim é estar em paz com o mundo. O problema é que se a mente é incapaz de fazer a paz e de induzir a reconciliação, ela se vê empenhada no tipo que combate que lhe é próprio” (Arendt, 2016e, p. 34). No entanto, “a maioria de nós está tão despreparada quanto o protagonista anônimo de Kafka (que não é ninguém e, portanto, é todos) para confrontar esta situação mental” (Rodowick, 2021, p. 107).

Entretanto, o maior perigo é que a jornada do “Ele”, envolta apenas ao redor da luta, se restrinja a ela e, com isso, perca contato com os demais: afinal, se o combate é solitário e se o resultado do embate é o estabelecimento de uma perpendicular rumo ao infinito, a companhia dos demais e o próprio mundo não são relevantes para o êxito do confronto. Ora, sugere Arendt, o vetor resultante das forças concorrentes não poderia, ao invés de impulsionar o Ele rumo ao infinito, inseri-lo no palco dos assuntos humanos? Não seria o pensamento, enquanto fruto da lacuna entre o passado e o futuro, uma atividade capaz de conduzir os indivíduos não para além-mundos, mas para o mundo que se estabelece na coexistência plural?¹⁰⁶

A apoliticidade do “Ele”, que julga o mundo do exterior, é, *mutadis mutandis*, retomada na palestra “Heidegger aos 80”, de setembro de 1969, quando a lacuna entre o passado

¹⁰⁶ Mesmo que não seja, de modo direto, o mote da presente Tese, consideramos relevante arrazoar que ao perceber a não-mundanidade do Ele, Arendt dá um passo adiante na parábola kafkiana ao identificar que o vetor resultante do choque entre as forças do passado e do futuro não precisa – e nem deve – ser projetado para fora do mundo, tampouco necessitaria da calma advinda do salto *ad infinitum* para, finalmente, conseguir pensar, mas “se o Ele de Kafka pudesse caminhar sobre essa diagonal, perfeitamente equidistante das forças do passado e do futuro, ele não pularia para fora da linha de batalha, como exige a parábola, nem acima ou além da confusão. Pois essa diagonal, embora aponta na direção de algum infinito, é limitada [...] pelas forças do passado e do futuro, estando assim protegida contra o vazio. Ela tem raiz no presente e permanece ligada a ele – um presente inteiramente humano, embora só realizado completamente no processo do pensamento e não durando além dele [...]. Para mudar a metáfora, ela é a calma que reina no centro do furacão [...]. Nessa lacuna entre o passado e o futuro, encontramos o nosso lugar no tempo quando pensamos, isto é, quando estamos distantes o suficiente do passado e do futuro. Estamos aí em posição de descobrir o seu significado, de assumir o lugar do árbitro das múltiplas e incessantes ocupações da existência humana no mundo, do juiz que nunca encontra uma solução definitiva para esses enigmas, mas respostas sempre novas à pergunta que realmente está em questão” (Arendt, 2014, p. 232).

e o futuro foi retraçada inicialmente como a possibilidade de redescobrir o passado: porém, as hecatombes do presente podem fazer com que os indivíduos se refugiem no reino apolítico e atemporal da introspecção. Todavia, sentir-se em casa na mente de modo duradouro equivale a se sentir desconfortável no mundo, espaço em que amiúde o maravilhamento do pensar dá lugar ao caos e a inquietude. Essa *déformation professionnelle* fomentada pela fuga do mundo e da ação para o pensamento introspectivo, assustadoramente comum em cientistas e intelectuais, além de ser a tentativa de escapar das forças concorrentes que pressionam o protagonista de Kafka, ao mesmo tempo em que o humanizam, demonstra, ao fim e ao cabo, que “o ‘eu’ pensante é tudo, menos o si da consciência” (Arendt, 2021, p. 477).

Quando os pensadores profissionais, maravilhados pelo seu potencial intelectual de conhecer os grandes mistérios do mundo e as leis sempiternas, e despreparados para “ir além da capacidade de se espantar com o simples e aceitar esse espanto como sua morada”, já que a única comunidade da qual fazem parte é a daqueles que se dedicam às mesmas atividades e aos mesmos interesses, decidem levar suas teorias e seus sistemas formulados mediante verdades puramente racionais para o palco dos assuntos humanos, não é de se estranhar que recorram “a tiranos e a *Führers*” (Arendt, 2021, p. 483).

Por fim, esse horizonte argumentativo conduz, ainda, a uma leitura alternativa de Arendt acerca de Kafka e do seu “Ele”, dessa vez, não sob o prisma da lacuna temporal, mas do perigo que a introspecção e a mentalidade científica representam para a permanência do mundo no qual os homens de boa vontade podem se sentir em casa. Essa leitura remonta ao período da Era Moderna, notadamente identificado a partir de um viés científico. Na opinião da autora, o desenvolvimento científico alcançado no período, cujas reverberações permanecem atuais, representa a efetivação da ambição de Arquimedes de “considerar a natureza da Terra do ponto de vista do universo” (Arendt, 2016b, p. 307). Porém, tanto os precursores quanto os continuadores desse empreendimento somente perceberam que se tratava de um problema político de primeira grandeza quando se tornou patente que o desenvolvimento que ajudaram a incrementar possui um potencial de destruição diretamente proporcional ao de construção. Porém, segundo Arendt, foi Kafka o primeiro a transcrever em linguagem metafórica as ameaças que subjazem a realização do sonho arquimediano: “Ele encontrou o ponto arquimediano, mas utilizou-o contra si próprio; está claro que só lhe foi permitido encontrá-lo sob essa condição” (Kafka, 2021, p. 498). Porquanto se trata da atitude predominante na atualidade – porém, cujo nascedouro é a Era Moderna – acerca da ciência e dos seus desdobramentos, acrescido do fato de que o ponto arquimediano se situa fora dos limites terrenos, “se os homens da Terra o utilizam, não podem menos do que o dirigir contra eles;

somente sob a condição de que os habitantes da Terra sejam capazes de prescindir de seu bem-estar podem encontrar o ponto arquimediano adequado” (Arendt, 2006, p. 548). Sob a influência do literato, Arendt identificou que o incremento científico e a mentalidade daí advinda só podem ser logrados às expensas do mundo humano, apontando para os perigos que tais condições sobrelevam para a dignidade da política.

4.4 A terceira leitura de Arendt sobre Kafka: a dominação burocrática

Em conformidade com a sua precisão, este aparelho é também extremamente sensível. Se um assunto foi considerado já durante muito tempo, pode acontecer, mesmo antes que terminem as referidas considerações, que de súbito, como um raio, caia uma resolução procedente de alguma autoridade imprevisível e que já não poderá ser identificada [...]. É como se o aparelho [...] tomasse essa resolução por força própria, sem intervenção de funcionários. Claro que não se produz nenhum milagre, e algum funcionário, não duvidando disso, escreve a resolução, ou antes toma uma resolução não escrita; de qualquer forma, ninguém pode estabelecer qual é o funcionário que decidiu em tal caso e quais foram os seus objetivos (Kafka, 2013, p. 95).

Em 1906, o economista político Alfred Weber publicou um ensaio cujo mote era a apresentação de um aparato que, sem dar sinal algum de arrefecimento, tendia a englobar todas as áreas da existência humana, motivo pelo qual aqueles que nele se inserem, seus funcionários, corriam o risco premente de fazer de sua inserção no mecanismo o clímax de sua existência. Destarte, tratava-se de uma análise da burocracia que, mesmo como uma forma nova de governar, não parecia, já na época, facilmente substituível, ponderação que partilhava com seu irmão, Max Weber mediante a constatação de que “a atração pela criação de normas para o que não precisa ser normatizado e pela regulamentação daquilo que não deve ser regulamentado parece ser demasiado poderosa para que o burocrata desburocratize” (Rego; Pina e Cunha; Wood Júnior, 2010, p. xv). Para apresentar tal panorama, no ensaio “*Der Beamte*” (O funcionário), Alfred Weber dissertou sobre o aparato burocrático (*der Apparat*), o concebendo como um mecanismo gigantesco cujo funcionamento remete a uma estrutura robótica. Kafka, que conhecia pessoalmente o autor, já que ele havia sido membro da banca que avaliou a tese de doutorado do escritor, ficou impressionado com a descrição não apenas da estrutura, mas principalmente da simbiose que ela acaba estabelecendo com aqueles que dela participam.

As consequências da forte impressão deixada pelo ensaio de Alfred Weber em Kafka se reverberaram, de modo direto, na influência que ele exerceu na concepção de *Na colônia penal*, mas, em um panorama mais amplo, em toda as narrativas kafkianas que tratam

da burocracia e do não-lugar dos homens nela imersos¹⁰⁷. Tanto Alfred quanto Max Weber foram contemporâneos de Kafka e, com isso, se debruçaram sobre o mesmo pano de fundo que o escritor. Eles tinham em comum não apenas a formação em Direito, mas também o fato de terem lidado com a burocracia, seja através da literatura, como Kafka, seja mediante um ponto de vista sociológico, como os irmãos Weber. Isso leva Arendt (2008, p. 103) a argumentar que:

Um romancista comum poderia descrever um conflito entre a função e a vida privada de alguém; poderia mostrar como a função engoliu sua vida pessoal ou como sua vida pessoal – ter uma família, por exemplo – o obrigou a abandonar todos os traços humanos e a desempenhar sua função como se fosse inumano. Kafka nos apresenta já o resultado desse processo, porque a única coisa que importa é o resultado. A competência absoluta é o motor da máquina em que estão presos os heróis kafkianos, insensível e destrutiva, mas que funciona sem atrito.

O que Kafka considerava ser o aniquilamento completo de sua existência – já que representava, por sua vez, a diluição da criatividade, da afirmação de sua singularidade e de sua capacidade de agir – era o círculo vicioso que compunha a sua rotina, especialmente devido ao trabalho burocrático que exercia: “manhãs no escritório, tardes na fábrica, noites e finais de semana para balanço de contas, planos e decisões. Isso sem falar nas habituais reclamações que chegavam até ele, e que pareciam fazer parte dos negócios como o ar da respiração” (Stach, 2022, p. 51). Ser um *beamter*, um funcionário conhecedor dos “processos ineficientes e do excesso de controles e regras” (Stach, 2022, p. xiv) e de como eles poderiam converter humano em inumano, acrescido da influência dos estudos de Alfred Weber, fez com que Kafka retratasse diversos funcionários em suas narrativas.

Sendo assim, o que despertou o interesse de Arendt pela obra literária de Kafka foi que os seus romances, especialmente *O Processo* e *O Castelo*¹⁰⁸, descrevem versões extremas de aparatos burocráticos¹⁰⁹, nas quais “nem mulheres, nem homens, mas regras e decretos

¹⁰⁷ Austin Harrington é um dos autores que analisou as reverberações e o impacto de “*Der Beamte*” em Kafka, especialmente sua influência em *Na colônia penal*. No artigo “Alfred Weber’s essay ‘The civil servant’ and Kafkas’s ‘In the penal colony’: the evidence of an influence”, o pesquisador indica, inclusive, similaridades semânticas e terminológicas prementes nos dois textos. “Onde Weber escreve sobre um ‘mecanismo gigantesco’, sobre uma ‘coisa robótica gigantesca’ (*ein riesenhaftes rechnerisches Etwas*), Kafka escreve sobre uma ‘máquina’ capaz de ‘movimentos precisamente calculados’ [...], operada por um zeloso oficial ou ‘mecânico’. Weber descreve uma ‘imensa construção’ (*ungeheurer Bau*) da burocracia, enquanto o visitante de Kafka na colônia – ‘o explorador’ ou ‘viajante’ – olha para a estrutura como em ‘um grande evento’ (*grosser Aufbau*). Weber escreve sobre funcionários públicos sendo ‘acorrentados’ ao aparato, enquanto Kafka descreve um homem condenado acorrentado à ‘cama’ do aparato e punido por negligenciar seu dever” (Harrington, 2007, p. 42-43).

¹⁰⁸ A atenção especial, porém, não exclusiva, dada por Arendt a esses dois romances se coaduna com a valorização desses textos feita por especialistas no literato: segundo Carone (2000), *O Castelo*, *O processo* e *A metamorfose* compõem a tríade que sustenta a empreendimento literário do autor.

¹⁰⁹ Diversas narrativas kafkianas são tecidas através do pano de fundo das organizações: Gregor Samsa, de *A metamorfose*, depois de se transformar em inseto, teve como preocupação primeira justificar sua ausência do trabalho, inquietação que aparentemente se justifica, já que poucas páginas depois o seu superior vai até sua casa para lhe indagar sobre o atraso. Já Joseph K., em *O Processo*, cada vez que tenta entender o motivo pelo qual é

assombram os protagonistas. Não é um oligarca injusto que os persegue para seu próprio lucro ou diversão”. Ao contrário, os assombrosos aparatos descritos nas suas linhas são formados por uma série anônima de “acordos aleatórios ou procedimentos universais, que não têm maldade nem arbitrariedade porque não há vontade por trás deles, mas aos quais também não há apelo” (Arendt, 2005, p. 78). Trata-se, portanto, de um mundo que deixa de ser confiável, porquanto não oferece nenhuma proteção e pertencimento a indivíduos que, caso pertençam aos grupos indesejáveis, não conseguirão acessar a sociedade e tampouco a lei, permanecendo, na melhor das hipóteses como estranhos, como o K. de *O Castelo*, ou, em uma organização burocrática mais espalhada, como inimigos objetivos do regime, tal qual ocorreu com o K. de *O processo*.

As letras kafkianas denunciam a estranheza das existências programadas, da política roteirizada e matematicamente compreendida, o que fica claro com o advento da administração da *res pública* e do espantoso crescimento do social. Sendo assim:

É muito provável que o leitor das histórias de Kafka passe por um estágio em que se incline a considerar esse seu mundo de pesadelo algo trivial, mesmo que, talvez, um prenúncio psicologicamente interessante de um mundo futuro. Mas esse mundo veio de fato a existir. A geração dos anos 1940, e sobretudo quem teve a duvidosa vantagem de viver sob o regime mais terrível já criado pela história sabe que o terror de Kafka representa adequadamente a natureza dessa coisa chamada burocracia – a substituição do governo pela administração e das leis por decretos arbitrários. Sabemos que a construção de Kafka não foi um mero pesadelo (Arendt, 2008, p. 101).

Mesmo identificando que Kafka antecipou em suas narrativas diversas tendências da forma burocrática de governar desenvolvida pouco mais de uma década depois nos regimes totalitários, mas também posteriormente a eles, Arendt não considerava plausível imputar aos textos do literato alguma espécie de profecia ou previsão vulgar sobre as disfunções da burocracia. Na verdade, ao ponto em que “a vida é um declínio que leva à morte, ela pode ser prevista. Numa sociedade em dissolução, que acompanha cegamente o curso da ruína é possível prever a catástrofe. Apenas a salvação, não a ruína, vem do inesperado, pois é a salvação, não a ruína, que depende da liberdade dos homens” (Arendt, 2008, p. 101). Por isso, pode-se afirmar que mais do que pretensas profecias, o que caracteriza o exame kafkianos sobre a burocracia é a análise literária sobre as suas estruturas, que ainda hoje não vieram plenamente a luz devido à natureza de sua própria estrutura.

acusado, mais se vê enredado nos procedimentos fúteis e incompreensíveis do próprio processo, enquanto o agrimensor K., de *O Castelo*, foi até o vilarejo trabalhar para o Castelo, mas, ao chegar na região, identificou que o convite foi um erro. Todas essas histórias retratam não apenas a presença de organizações que regulam a vida e a morte, mas também acenam para quatro características a elas inerentes: o absurdo, a ausência de visibilidade, a descartabilidade e a inescapabilidade, elementos que serão apresentados nesse capítulo.

Essa leitura arendtiana de Kafka, restrita não apenas à identificação da judaicidade inerente ao empreendimento literário do autor – que foi encabeçada por Max Broad e reverberada por Arendt em “O judeu como pária: uma tradição oculta” –, mas que contempla também as questões que subjazem ao homem moderno, residente dos grandes centros urbanos, se ancora na constatação de que os cenários kafkianos retratam a disformidade de um mundo institucionalizado. Nesse sentido, a inserção nos aparatos burocráticos anônimos e despersonalizados e as consequências de tal inserção, como a dificuldade de comunicação entre os indivíduos e a perda das experiências legítimas, aplainam o terreno em que o legado teórico da tradição conhece a própria ruína.

Os textos sobre Kafka escritos por Arendt na década de 1940 são anteriores a publicização maciça das informações acerca da burocracia nazista, mesmo que a autora já soubesse de Auschwitz na ocasião e, com o referido campo, que a maquinaria do governo nazista fora colocada a serviço do extermínio, o que somente seria possível a partir de formas burocráticas de governar. Nesse sentido, a interlocução constante com Kafka acena para a confluência das interpretações que Arendt faz de *O Castelo* e *O Processo* que, por sua vez, sobrelevam a tipologia da burocracia delineada nas narrativas do literato: “tanto o agrimensor judeu que não tem um lugar no mundo (primeira interpretação), o acento para as ordens arbitrárias que [...] impedem que K. seja um homem ‘normal’ (segunda interpretação) quanto a avalanche burocrática que toma conta de Josef K. em *O Processo* formam o mundo no qual Arendt estava inserida” (Eccel, 2019, p. 319).

4.4.1 A burocracia em *O Processo*

“[...] faz parte do modo como são conduzidas as coisas nesse tribunal o fato de a gente não apenas ser condenado inocentemente, mas também sem o saber”

(Kafka, 2020, p. 68)

O Processo conta a história do bancário Joseph K. que, no dia do seu trigésimo aniversário, foi acordado pela polícia para responder a uma acusação que ele passa a narrativa tentando entender qual seria, mesmo que estivesse cômico de sua inocência. Havia acusação formal, mas não havia nem acusador personificado – certamente o sistema lhe acusava, mas não havia uma face singular que representasse esse sistema –, nem vítima¹¹⁰. A ausência de dolo perante quaisquer sanções é o elemento que lhe distingue, mesmo que suas idas e vindas aos

¹¹⁰ Tal assertiva é corroborada pela fala do bancário Joseph K. por ocasião de seu encontro com o inspetor: “eu sou acusado mas não encontro em mim a menor das culpas. Mas isso é secundário, a pergunta principal é: por quem estou sendo acusado? Qual repartição que conduz o procedimento?” (Kafka, 2020, p. 26).

tribunais e aos encontros com o advogado, com seus familiares e com o capelão do sistema penal demonstrem não apenas uma fulcral indiferença com relação a ela, mas, especialmente, que inocência e culpa são interpretadas sob prismas peculiares. Na verdade, elas são irrelevantes, já que sua condenação está posta de antemão, o que se confirma no final da narrativa: “ter um processo desses já significa tê-lo perdido” (Kafka, 2020, p. 119).

Sobre o romance, Arendt (2008) assevera que desde as suas primeiras publicações ele foi entendido como uma ácida crítica à burocracia e à hierarquia do funcionalismo público austro-húngaro do início do século XX. O seu autor, como já relatado, fazia parte desse aparato, motivo pelo qual tinha um conhecimento aprofundado das condições administrativas do seu país, ao ponto de compreender que “um homem apanhado na máquina burocrática já está condenado” e que não se pode esperar a efetivação da justiça quando a lei, tal como acontece nas burocracias, é colocada a serviço da “administração da ilegalidade, e em que a inação crônica dos juristas é compensada por uma máquina burocrática cujo automatismo insensato tem o privilégio da decisão final” (Arendt, 2008, p. 98).

Todavia, à diferença do literato, que pretendeu expor a “estrutura medonha e oculta” da forma burocrática de governar, “contrapondo realidade e simulação” (Arendt, 2008, p. 99), a maioria de seus primeiros leitores se assustou mais com o relato kafkiano do que com o objeto de sua denúncia, e o motivo para esse engano é que os indivíduos da década de 1920 eram contemporâneos dos personagens retrçados pelo autor, e todos eles se moviam em um palco em que a necessidade fora situada como legislação sobre-humana, divinizada. Então, “seu tipo de interpretação de Kafka revela mais sobre si do que sobre Kafka – revela a sua adequação a essa sociedade, mesmo que seja a adequação de uma elite” (Arendt, 2008, p. 99).

As regras intransponíveis que acusam o protagonista e as quais ele se submete ao longo da narrativa regem a vida dos personagens, que se convertem em meros fantoches, já que “encaravam as leis da sociedade como leis divinas – imutáveis pela vontade dos homens” (Arendt, 2008, p. 99), o que os levava a acreditar que “muitas vezes é melhor estar preso a correntes do que ser livre” (Kafka, 2020, p. 220). Tal constatação subjaz o posicionamento do advogado do bancário K., que o aconselhava a não questionar a ordem vigente, mas, ao contrário, se conformar a ela: “contra esse tribunal não é possível se defender, é melhor fazer logo a confissão” (Kafka, 2020, p. 132). Em outro livro do literato, *Narrativas do espólio*, o autor fornece uma descrição sobre a arbitrariedade das regras burocráticas: “Nossas leis não são universalmente conhecidas, são o segredo do pequeno grupo que domina [...] essas leis são observadas com exatidão, mas é extremamente penoso ser governado segundo leis que não se conhece” (Kafka, 2002, p. 123). A opressão advinda dessas normas ocultas é aceita pelos

indivíduos, já que tentativas de resistir a elas são exceções que não resultam em sucesso. Por conta disso, a descartabilidade – ou, em linhas arendtianas, a superfluidade – envolve a maioria dos personagens das tramas kafkianas, de modo que aqueles que não são supérfluos são os que detêm alguma autoridade e que, por esse mesmo motivo, são inacessíveis.

A radicalidade da inversão da lei, que deixa de ser um marco de confiabilidade para as ações humanas para se converter em um revérbero de códigos supra-humanos que se distinguem por sua necessidade e inalterabilidade – e frente aos quais não há nada que possa ser feito ou alterado a não ser seguir o seu próprio fluxo –, faz com que ela prescindia da publicidade e do debate que seriam indispensáveis em um governo da lei, e não dos homens. Isso fica bem explicitado na seguinte passagem d' *O processo*:

K. tinha de considerar que o processo não era público; ele até poderia, se o tribunal considerasse necessário, mas a lei não recomendava publicidade. Em razão disso, os autos do tribunal, sobretudo de acusação, não eram acessíveis ao acusado e sua defesa; era por isso, aliás, que apenas por acaso poderia conter algo que tivesse alguma importância no andamento do processo [...]. Mas também isso é intencional. A defesa nem sequer é permitida pela lei [...]. tudo deve ficar sob a responsabilidade do próprio acusado e apenas dele [...] junto àquele tribunal os advogados são inúteis [...]. É que o processo de um modo geral não apenas essa secreto para o público mas também para o acusado (Kafka, 2020, p. 139-140).

Essas regras estabelecem procedimentos e rotinas administrativas que se convertem em verdadeiros rituais burocráticos, tal como pode ser identificado com o exemplo dos vigias do início da narrativa, que acoassavam o protagonista de volta ao quarto em que permaneceu detido ao menor som, ou mesmo a cor do paletó que K. deveria trajar toda vez que se referisse a algum funcionário do tribunal. Tais passagens demonstram o caráter ritualístico da burocracia, que se desenvolve, se reafirma e ganha força mediante o próprio *modus operandi* das rotinas e dos afazeres burocráticos, que são cíclicos e “altamente ritualísticos: formas, símbolos, textos, sanções, medidas” (Herfeld, 2016, p. 19)¹¹¹. Como todo rito demanda um símbolo, “toda forma burocrática é ícone de algum decreto, carimbo, de uma chancela estatal. Essa reproduzibilidade dá a cada burocrata uma retórica do senso comum, sustentada pela autoridade da lei, que desafia e desencoraja um exame mais atento” (Herfeld, 2016, p. 77).

A busca de K. por entender o processo revela um elemento inerente à burocracia kafkiana: a presença constante do tribunal, que se encontra atrozmente diluído em todas as esferas sociais, demonstra que os personagens com os quais o protagonista tem contato – o

¹¹¹ Herfeld (2016, p. 43) prossegue a argumentação afirmando que as práticas burocráticas que funcionam como critério de segregação dos indivíduos são “tão conformes ao calendário quanto qualquer rito sazonal de passagem – restituir o imposto de renda de alguém, por exemplo”, além de destacar outros “rituais” burocráticos, como as festas de final de ano das empresas.

pintor, as crianças, o capelão, o chefe do cartório, os funcionários do banco – participam do aparato que o condena. “É que no fundo tudo pertence ao tribunal” (Kafka, 2020, p. 176)¹¹², mesmo que esse tribunal “não seja muito conhecido junto à população” (Kafka, 2020, p. 90). O equivalente ocorre em *O castelo*, onde todos os setores, da educação até a hospedaria, fazem parte da administração: todos são funcionários, de modo que os que não o são, como os Barnabés o agrimensor K., tal como será apresentado na seção seguinte, são marginalizados e hostilizados.

O julgamento de Joseph K., “segundo leis que ele não consegue descobrir” (Arendt, 2008, p. 97), e a sua incompreensão com relação ao significado por trás delas, o motivou a buscar não apenas se defender, mas compreender os procedimentos que subjazem tais normas. Trata-se do primeiro momento do protagonista de *O processo*, de acordo com Arendt (2008), no qual ele ainda resiste, questiona, busca os motivos pelos quais está sendo processado e, com isso, entender o próprio sistema que o condena, o que ocorre em uma atitude de resistência e de franca agressão, tal como o próprio assente em seu confronto com o diretor adjunto do tribunal: “aquela grande organização totalmente impenetrável poderia ser atingida, erradicada e destruída a partir de algum ponto oculto que tinha de ser encontrado” (Kafka, 2020, p. 282).

No entanto, quanto mais ele se aprofundava no aparato, mais descobria que:

Por trás de todas as declarações deste tribunal [...] encontra-se uma grande organização. Uma organização que não apenas emprega vigias corruptos, inspetores e juízes de instrução atoleimados, mas sustenta uma magistratura de grau elevado, com um séquito inumerável e inevitável de contínuos, escriturários, gendarmes e outros auxiliares [...]. E qual o sentido dessa organização, meus senhores? Ela consiste em deter pessoas inocentes e em encaminhar contra elas um processo sem sentido e, na maior parte das vezes, sem resultado. Como poderia ser evitada, diante da falta de sentido do todo, a corrupção do funcionalismo envolvido? (Kafka, 2020, p. 63).

Esse imenso organismo denunciado por K. se sustenta mediante o estabelecimento “de uma hierarquia rígida formada por escalões incontáveis e imprevisíveis, setorialização que fazia com que os procedimentos fossem secretos até mesmo para os funcionários dos escalões mais baixos” (Rocha, 2021, p. 211). Tal cenário é descrito em *O processo* na caracterização do que o literato denominou como um *vingativo funcionalismo*, que se aproveitava do fato de que

¹¹² Tal vinculação da noção de pertencimento com o grau de participação do indivíduo no aparato burocrático, de modo que quanto mais a função laboral exercida ocupar altas posições na hierarquia, maior a sensação de “pertencer” ao aparelho e ao seu movimento, desvinculada da ideia de pertença através de garantia de direitos e do exercício de participação política, faz lembrar o livro *The organization man*, de William Whyte (1956), para quem para entender o funcionamento da burocracia é preciso, em primeiro lugar, se voltar para a compreensão da mentalidade burocrata, até porque essa forma de dominação se baseia justamente na fidelidade e na irreflexão dos indivíduos que não apenas se identificam como funcionários das organizações, mas partes dela. Isso explica por que mesmo quando as relações de trabalho são conflituosas, o vínculo com o aparato não é quebrado.

os escalões hierárquicos e seus procedimentos administrativos eram imprevisíveis até mesmo para os funcionários (por exemplo, as decisões finais não eram conhecidas nem pelos juízes), o que justificaria porque, para eles, era inviável acompanhar “os assuntos que eles mesmos examinam em sua evolução seguinte”, fazendo com que os processos, as normas e os decretos parecessem surgir “sem que saibam de onde vem e segue adiante sem que fiquem sabendo para onde vai” (Kafka, 2020, p. 143). Nesse sentido, o processo de tomada de decisão é alheio, inclusive, aos funcionários, que se ocupam apenas da etapa do processo a qual se destina o seu setor, e “na maior parte das vezes, eles sabem menos daquilo que acontece a seguir, ou seja, dos resultados do seu próprio trabalho, do que a defesa, que via de regra ainda permanece ligada ao acusado até o fim do processo” (Kafka, 2020, p. 143).

Se, por um lado, atuando sob tal cenário organizacional, não é de se estranhar que os funcionários sejam “suscetíveis e nervosos, mesmo parecendo tranquilos” (Kafka, 2020, p. 143), por outro, “onde se trata do cumprimento da obrigação, não se deixam comover nem exasperar” (Kafka, 2020, p. 248), o que faz com que eles sejam diligentes e obedientes ao imenso organismo, se esmerando no cumprimento de suas funções. Mais do que isso, “amam a exatidão e exercer seu ofício com severidade” (Kafka, 2020, p. 248), de modo diretamente proporcional a sua veneração pelos superiores, supremos representantes desse estado de coisas.

Porquanto os acordos aleatórios e os procedimentos universais advindos de uma organização imensa e incompreensível retraçam o pano de fundo da acusação que recai contra Joseph K. desde a primeira linha da narrativa, Arendt (2008) argumenta que o protagonista passou por um processo de introjeção da culpa durante o desenvolvimento do seu processo¹¹³, de modo que, no final da narrativa, ele aceita passivamente sua condenação, até porque “a culpa é sempre indubitável” (Kafka, 2011, p. 72) e, ao sê-lo, molda os indivíduos para se enquadrar tanto ao papel de carrasco quanto ao de vítima. Tal virada é compreendida por Arendt como o segundo momento do herói kafkiano, sua “*éducation sentimentale*” que “desencadeia uma evolução interna própria, transforma e molda sua vítima até que esteja pronta para enfrentar o julgamento” (Arendt, 2008, p. 98)¹¹⁴. A partir do K. de *O processo* desvela-se com contornos mais bem delineados que a teoria da culpa de Kafka se baseia na diáde *inversão entre culpa e punição e ausência de uma culpa real*.

¹¹³ O ponto fundante dessa introjeção da culpa está contido no diálogo entre o bancário K. e o pintor Tintorelli: “– Minha inocência não simplifica o caso – disse K. [...]. Tudo depende de muitas coisas sutis, nas quais o tribunal se perde. Mas no final surge, de alguma parte onde antes não havia nada, uma grande culpa” (Kafka, 2020, p. 174).

¹¹⁴ Anders (2007, p. 39-40) descreve os passos dessa evolução interna que estabelece a virada na trama de *O processo*: “1. Ele se sente excluído do mundo (ou dos vários mundos sociais); 2. Essa insciência se torna má consciência; 3. Portanto, não reclama mais direitos de parte alguma; 4. Uma vez que não tem direitos, ele não está certo; 5. O ‘não estar certo’ aumenta o seu tormento moral; 6. O tormento moral coloca-o fora do mundo”.

Tal díade estabelece uma inexorável ponte entre o *criminoso sem crime* de Kafka e o *inimigo objetivo* de Arendt, cuja despersonalização faz com que “morta a individualidade nada resta senão horríveis marionetes com rostos de homem [...] reagindo com a mesma previsibilidade mesmo quando marcham para a morte” (Arendt, 2011b, p. 506). Ademais,

Ambos se caracterizam pela ausência de ofensa presumível, por serem *indésirables* e executáveis sob a justificativa de fazer cumprir as sentenças dadas pelas normas sobre-humanas. Os dois foram condenados nos tribunais superiores da necessidade, nos quais a luminosidade ínsita às legislações civis é desnecessária. Nos laboratórios da dominação total, os campos de concentração, o criminoso sem crime kafkiano e o inimigo objetivo de Arendt são uma só pessoa [...]. Ambos estão submetidos a regimes burocráticos cujo objetivo é a dominação total e são comparados a cães – seja o cão de Pavlov, seja Joseph K., cujo algoz, após executá-lo, afirmou: “Como um cão! É como se a vergonha devesse sobreviver a ele (Rocha, 2021, p. 216).

É a introjeção da contrição que, em um primeiro momento, desvela a impotência de Joseph K. e, em seguida, o fato de que essa debilidade é intrínseca a alguém que foi formado no aparato, moldado para atuar nele “de acordo com as regras [...] entrando no mundo da necessidade” e que, portanto, não estava alheio à injustiça, à mentira como princípio universal (que ele apenas percebeu depois que se tornou o réu, o desajustado, o *indésirable*) e ao imperativo de “desempenhar um papel de acordo com as regras e de se adaptar às condições existentes” (Arendt, 2008, p. 98). Afinal, “quando se vive num círculo social como aquele, é difícil se esquivar de opiniões como essa” (Kafka, 2020, p. 203)¹¹⁵. Dito de outro modo, no romance kafkiano o cenário retraçado é o das leis – representadas pelos procedimentos jurídicos que envolvem Joseph K. – que passam a gravitar em torno do cumprimento da necessidade. “Josef K. é o exemplo fictício para tanto: formado e empregado em uma cultura burocrática e funcional, já que era bancário, facilmente internalizou o processo pelo qual estava sendo julgado, aceitando morrer, pois era necessário que assim o fosse” (Eccel, 2019, p. 318).

É a burocracia que estabelece os papéis e os níveis sociais, de modo que quanto mais no topo da hierarquia do aparato alguém estiver, mais socialmente privilegiada sua posição também será, demonstrando que o importante, na sociedade enquanto espectro do aparato burocrático e organizada a partir dele, é o cargo, e não a pessoa que o exerce. Assim, Joseph K., partícipe do sistema e formado em seu seio, também acreditava que o aparato era indispensável e, assim, que todos os seus funcionários eram representantes da necessidade, o que justifica o fato de serem “absurdamente vaidosos” (Kafka, 2020, p. 131) e devotos de processos imprescindíveis aos quais os indivíduos devem se submeter e que, sob a égide da burocracia,

¹¹⁵ Anders (2007, p. 37) explana acerca do mesmo panorama: “Para aqueles que são filhos da sociedade, da aldeia ou do castelo, o que a sociedade ordena é o costume e, ao mesmo tempo, obviamente, a ‘moral’”.

só podem resultar na aceleração do processo natural da ruína a que todas as coisas estão submetidas. Porém, como “funcionário da necessidade, o homem se torna um agente natural da ruína, com isso se degradando a um instrumento natural de destruição, a qual pode ser acelerada pelo uso perverso das capacidades humanas” (Arendt, 2008, p. 101)¹¹⁶.

A organização kafkiana é um potente motor de infelicidade para os personagens, e o motivo para tanto é que sua irresistível força torna o aparato inescapável. Isso ocorre devido à transformação da contingência em necessidade, frente aos quais todo esforço por resistir é supérfluo: por isso, o advogado de Joseph K. de *O Processo* não empreende nenhum esforço real para ajudá-lo. Na pena kafkiana, “o que parece contingente passa a parecer necessário; o que se apresenta como aleatório e desmotivado é transformado em um curso de eventos que deve ser aceito” (Sjoholm, 2015, p. 63). Por sua força irresistível, as organizações descritas por Kafka são também inquestionáveis e “é a ausência de questionamento que permite a perenidade das teias labirínticas” (Rego; Pina e Cunha; Wood Jr., 2010, p. 48). Muito disso pode ser explicado pelo fato de que se o sistema é irresistível, contrapor-se a ele é tão ilógico quanto as próprias ocorrências e diretrizes cuja única face conhecida é o próprio sistema.

A necessidade sacralizada, constituída como lei divina e como preceito burocrático, é o ponto nevrálgico da leitura de Arendt (2008, p. 98) sobre o romance kafkiano, porquanto “é característica de nosso século com sua consciência histórica que seus piores crimes tenham sido perpetrados em nome de algum tipo de necessidade”, o que conduz a autora à crítica a leis supra-humanas necessárias, que convertem a mentira em ordenamento universal. Tal constatação sobreleva a interpretação arendtiana de que *O Processo* retrata a desumanidade que se instaura como *modus operandi* governamental quando a necessidade é elevada ao *status* de movimentos supra-humanos irresistíveis. “Nisto, a narrativa de Kafka torna-se uma arrepiante premonição dos tempos que virão, e um modelo para a interpretação de Eichmann feita por Arendt, que em muitos aspectos corresponde ao advogado da história – não-pensante, não-reflexivo, submetendo-se à própria maquinaria” (Sjoholm, 2015, p. 64). É nesse sentido que ela descreve que a irresistibilidade da maquinaria burocrática que aprisiona o bancário K. “reside precisamente nessa aparência de necessidade, de um lado, e na admiração das pessoas pela necessidade, de outro. Mentir por necessidade aparece como algo sublime, e um homem que

¹¹⁶ “As palavras do capelão da prisão em *O processo* revelam a fê do burocrata na necessidade, da qual eles são funcionários [...]. Assim como uma casa abandonada seguirá o curso da ruína que, de certa maneira, é intrínseca a todas as obras humanas, da mesma forma seguramente o mundo criado pelos homens e constituído de acordo com leis humanas, e não naturais, irá se tornar de novo uma parte da natureza e seguirá a lei da ruína assim que o homem decidir se tornar ele próprio parte da natureza, um instrumento cego, embora afiado, das leis naturais, renunciando à sua faculdade suprema de criar leis e até mesmo prescrevê-las à natureza” (Arendt, 2008, p. 101).

não se submete à máquina, mesmo que a submissão possa significar sua morte, é visto como um pecado contra alguma espécie de ordem divina” (Arendt, 2008, p. 97).

Quando Arendt descreve que *O Processo* é a “história de um homem que é julgado segundo leis que ele não consegue descobrir e finalmente é executado sem saber o que tudo aquilo significa” (Arendt, 2008, p. 97), desvela-se um distintivo dos indivíduos sob a égide burocrática: trata-se de inimigos objetivos do regime misterioso ao qual estão submetidos, mas que, objetivamente, são inocentes¹¹⁷, o que explica porque Joseph K., formado e inserido na organização, se torna vítima dela “na medida em que é envolvido em uma maquinaria burocrática da qual não consegue escapar” (Eccel, 2019, p. 309). Essa inversão entre culpa e inocência resulta, em última instância, na “interiorização da culpa” e na “submissão espontânea” (Schio, 2022, p. 132), como se cada um compartilhasse de uma espécie de “culpa geral”, a depender de seu grau de inserção na sociedade e no aparato. No caso de K., não foi necessário o uso de força para que ele se tornasse subserviente ao sistema, mas “tão somente o crescente sentimento de culpa gerado pela acusação infundada contra o acusado” (Arendt, 2008, p. 97). Como homem nenhum está livre de culpa, o mal organizado e insidioso da burocracia confundiu K. ao ponto dele interpretar a sua situação como uma reverberação imperiosa e “necessária daquela culpa geral, que é inofensiva e quase inocente se comparada à vontade doentia que converte mentir num princípio universal” (Arendt, 2008, p. 98).

A pressuposição de que não há aplicação de pena sem culpa é contraposta por Kafka a partir do processo de introjeção da culpa, o que gradativamente ocorre ao protagonista. A presunção de inocência, assim como a inocência efetiva, não interessa, horizonte argumentativo que chamou a atenção de Agamben (2009, p. 38), ao que ele destaca: “O processo calunioso é uma causa em que não há nada em causa, o que está posto em causa é o próprio pôr em causa, isto é, a acusação como tal. E onde a culpa consiste no dar início ao processo, a sentença não pode ser senão o próprio processo”. Complementando essa argumentação, Satta (2010) sobreleva que o processo cujas faces disformes são retratadas por Kafka através da trajetória de Joseph K. não possui como objetivo a aplicação das leis e, com elas, a materialização e as reverberações do Direito, mas sua finalidade é o próprio processo e a consecução do julgamento, cuja sentença já está dada de antemão. Nessa leitura, o tribunal e os seus

¹¹⁷ Günter Anders (2007, p. 49-50) também defende a inocência como distintivo dos personagens kafkianos. “No mundo de Kafka, as fúrias se antecipam ao crime, não atrás dele. Mais: forçam ao ato os autores do delito: o criminoso segue a punição de perto [...]. No nosso mundo, a permuta de culpa e punição tem um motivo totalmente realista: miséria ou desclassificação (‘penas’) nunca são, de fato, consequências, mas causas do crime: portanto, a punição se antecipa cronologicamente ao ato. Além disso, a inversão corresponde ao julgamento efetivo da sociedade, na medida em que esta considera a miséria merecida ou a manipula como tal. Kafka leva a sério essa sentença cruel da sociedade, isto é, constrói o acontecimento na base desse modelo de julgamento”.

funcionários só são importantes na medida em que colaboram para a consecução do processo e a efetivação do julgamento. Tal inversão faz com que conceitos como culpa e inocência tenham significado esvaziado, o que é bem expresso nas palavras de Joseph K. após visitar o pintor Tintorelli e perceber a abrangência do tribunal e a impossibilidade de se esquivar dele: “Um único carrasco poderia substituir o tribunal inteiro” (Kafka, 2020, p. 180). Em uma burocracia plenamente desenvolvida, o Direito e as leis civis são desnecessários.

A impossibilidade dos homens conseguirem acessar e entender as leis em uma burocracia se deve ao fato de que nesse estado de coisas elas são sobre-humanas e, estando além dos homens, lhes são inacessíveis, o que fica demonstrado pela assertiva do pintor Tintorelli ao bancário K.: “o direito de absolver definitivamente [...] é reservado apenas ao tribunal superior, que é totalmente inalcançável para todos nós” (Kafka, 2020, p. 184). Para ilustrar a inalcançabilidade que envolve os espaços e as pessoas por trás do sistema burocrático (advogados importantes, tribunais superiores, agências internacionais são inacessíveis nas histórias kafkianas. Os únicos funcionários acessíveis são os dos escalões inferiores) que, enquanto mero sistema, é despersonalizado, ou seja, carece de uma fisionomia verdadeiramente humana, é exemplar a parábola relatada também n’ *O processo*, intitulada “Diante da lei”¹¹⁸: nela, conta-se que um humilde camponês busca adentrar na lei, retratada como uma edificação aos moldes de uma fortaleza, demonstrando que a lei não deve ser submetida à publicidade. Seu acesso era vetado tanto ao campesino quanto ao porteiro, mesmo que este, enquanto funcionário da necessidade, desfrutasse de uma posição privilegiada, porquanto “estar preso pelo ofício, ainda que seja apenas à entrada da lei, é incomparavelmente mais do que viver livre no mundo. O porteiro foi contratado pela lei para exercer sua função; duvidar de sua honra seria duvidar

¹¹⁸ “Diante da lei está parado um porteiro. Um homem do campo chega até esse porteiro e pede para entrar na lei. Mas o porteiro diz que ele não pode permitir sua entrada naquele momento [...]. Uma vez que a porta da lei está aberta, e o porteiro se põe de lado, e o homem se acocora a fim de olhar para o interior. Quando o porteiro percebe o que está acontecendo, ri e diz: ‘Se te atraí tanto, tenta entrar, apesar da minha proibição. Mas nota bem: eu sou poderoso. E sou apenas o mais baixo entre os porteiros. A cada nova sala há novos porteiros, um mais poderoso do que outro. Tão só a visão do terceiro nem mesmo eu sou capaz de suportar. Tais dificuldades o homem do campo não havia esperado; uma vez que a lei deveria ser acessível a todos [...]. O porteiro lhe dá um tamborete e o deixa esperar sentado ao lado da porta. E lá ele fica sentado durante dias e anos. Ele faz várias tentativas no sentido de que sua entrada seja permitida. O porteiro muitas vezes o submete a pequenos interrogatórios [...], mas são perguntas indiferentes, assim como as fazem os grandes senhores, e por fim acaba sempre dizendo que não pode deixá-lo entrar. O homem, que havia se equipado de muita coisa para a viagem, utiliza tudo, por mais valioso que seja, para subornar o porteiro. Muito embora este aceite tudo, sempre acaba dizendo: ‘eu apenas aceito para que não acredites ter deixado de fazer alguma coisa’ [...]. Por fim, a luz de seus olhos se torna fraca e ele não sabe mais se em volta dele tudo está ficando escuro de verdade ou se são apenas os seus olhos que o enganam. Porém, ele reconhece no escuro um brilho que irrompe da porta da lei. Antes de sua morte, todas as experiências do tempo que por lá ficou se reúnem na forma de uma pergunta que até então não havia feito ao porteiro [...]. ‘Mas o que queres saber ainda agora?’, pergunta o porteiro. ‘Se todos aspiram a lei, como pode que em todos esses anos ninguém a não ser eu pediu para entrar?’. O porteiro reconhece que o homem está no fim e no intuito de ainda alcançar seus ouvidos moribundos, grita com ele: ‘Aqui não poderia ser permitida a entrada de mais ninguém, pois essa entrada foi destinada apenas a ti. Agora eu vou embora e tranco-a’” (Kafka, 2020, p. 247).

da própria lei” (Kafka, 2020, p. 253). O indeferimento da entrada do camponês dura incontáveis anos, e o campesino se resigna a essa negativa, mesmo que jamais saia da porta. Já decrépito, no final de sua vida, ele indaga ao guardião, em seu último suspiro, porque apenas ele buscou por tanto tempo ingressar no recinto legal, ao que ouve como resposta do funcionário que aquela porta havia sido criada apenas para ele.

Ao explicar a parábola a K., o capelão assegura ao protagonista que o porteiro da historieta cumpriu ordens e, portanto, agiu com excelência na observância de seu ofício. Rocha (2021, p. 212) concatena as características do porteiro que podem ser depreendidas da narrativa e que, por outro lado, acenam para os predicados dos burocratas, de modo geral:

1) “Ele ama a exatidão e exerce seu ofício com severidade” (Kafka, 2020, p. 248), pois jamais deixa o seu posto e executa suas funções até o final, quando, enfim, tranca a porta; 2) “Ele tem consciência da importância de seu ofício” (Kafka, 2020, p. 248), porquanto se compreende como um representante da lei, fazendo parte dela; 3) “Ele tem veneração por seus superiores” (Kafka, 2020, p. 248), pois afirma que faz parte da mais baixa hierarquia dos porteiros, porquanto existem incontáveis outros em cada corredor da lei, além dos funcionários do médio e alto escalão, os quais sequer ousa conhecer; 4) “Onde se trata do cumprimento da obrigação, ele não se deixa comover, nem se exasperar” (Kafka, 2020, p. 248), o que fica comprovado pelo fato de que nenhuma das tentativas do camponês de adentrar no recinto foi exitosa.

A história termina com a pena capital imposta ao protagonista, mesmo que ele jamais tenha tido conhecimento da causa da acusação, o que repercute o caráter arbitrário do tribunal e, com ele, a irracionalidade presente no aparato burocrático que o determina. “Às pessoas que se submetem, que renunciam a sua liberdade e seu direito de ação, mesmo que venham a pagar sua ilusão com o preço da morte, dificilmente se pode dizer algo mais caridoso do que as palavras com que Kafka encerra *O processo*: ‘Era como se a vergonha devesse sobreviver a ele’” (Arendt, 2008, p. 98). O insucesso das pelejas de Joseph K., o processo de introjeção da culpa e as condições em que se deu a sua morte retraçam como, sob os extremos de uma governança burocrática, os homens são desumanizados, se convertendo ou em funcionários da engrenagem ou em réus condenados por processos incompreensíveis e leis sobre-humanas.

4.4.2 A burocracia em *O Castelo*

“[...] os burocratas eliminados por Stálin, os trabalhadores de escritório multiplicados por Hitler e os homens engolidos pelas massas desaparecem. Todos se tornam supérfluos e reduzidos ao nada: a organização mentirosa baseia sua sobrevivência neste nada. As páginas de Arendt parecem colorir a organização que surge das mentiras modernas com tons kafkianos. As contradições perenes, as pseudo-instituições, os complexos e supérfluos mecanismos burocráticos sustentam uma imagem colossal por trás da qual se esconde o drama dos homens reduzidos ao nada,

como o agrimensor K., transformado em nada pelas contradições e absurdos do poder burocrático do Castelo” (Marini, 2008, p. 25).

O romance *O Castelo* “nos reconduz ao mesmo mundo [de *O processo*], que agora é visto não pelos olhos de alguém que finalmente se submete à necessidade e toma conhecimento de seu domínio só porque foi acusado por ela, mas pelos olhos de um K. totalmente diferente” (Arendt, 2008, p. 99, grifo nosso). Trata-se de uma sátira da burocracia elaborada a partir da história do agrimensor K., que recebeu um convite, via documentação oficial, para trabalhar em uma aldeia vinculada a um condado medindo terras agrícolas. Ao chegar na referida região a fim de assumir o posto, iniciam-se incontáveis tentativas do agrimensor que, mesmo munido do documento, não consegue nem provar a necessidade de seus serviços e, mais imperiosamente, que o convite recebido é válido. Apenas com o desenvolvimento da narrativa ele descobre que a convocação chegou com anos de atraso e, com isso, que a documentação ter sido enviada após tanto tempo foi um engano, já que sequer havia ainda disponível a referida vaga de trabalho. “K. entra nesse povoado com um propósito determinado. Tem o seu cargo, a sua função. Mas de que servem o cargo e a função? De que vale ao homem preparar-se para certa atividade?” (Guimarães *in* Kafka, 2013, p. 16).

Logo após chegar na aldeia, o agrimensor é apresentado a uma série de dificuldades que perpassarão sua existência na região, como, por exemplo, quando é notificado que seu pernoite na hospedaria depende de uma autorização que, oficialmente, jamais acontece. Além disso, mesmo sem ter o cargo de agrimensor reconhecido, o Castelo lhe enviou dois ajudantes, que em meados da narrativa se mudaram com ele para a escola, onde K. passou a trabalhar como bedel, até que, mesmo em seu local de trabalho, se tornou *indesirable*, motivo pelo qual passou a ser autorizado a permanecer apenas na cantina, sendo os demais espaços inacessíveis para ele. Tais situações estranhas indicam o fracasso do protagonista em estabelecer um lar na região e em se integrar ao local, onde permaneceu até o final como um estranho.

O fato daqueles que chamaram K. para a região desconhecerem a existência do chamado, demonstrando que a imperfeição faz parte do metiê burocrático, retira do agrimensor qualquer possibilidade de ser acolhido, mesmo que jamais tenha sido enviado de volta ao seu local de origem: ele se tornou indeportável. Isso faz com que a sua vida após a chegada no condado seja movida pelo esforço por ser aceito. K. não pertence ao mundo local, espaço que lhe é exterior, estranho, porquanto aos moldes do herói anônimo de *Descrição de uma luta*, ele é não-pertencente ao aparato, ou seja, um ninguém.

A tremenda tensão que há [...] entre K. e o mundo, que permanece inalcançável como mundo do poder total e totalitariamente institucionalizado. K, então, “não vive” (se viver significa “estar-no-mundo”); sua vida é, no máximo, um *esperar na antessala*. “De algum modo”, *aquele-que-chega* está no mundo, mas o grau de seu estar-no-mundo é o bastante para deixar claro que não está nele (Anders, 2007, p. 30).

Boa parte da história gravita em torno das tentativas de K. de reivindicar ao Castelo o reconhecimento do convite para trabalhar na região e, assim, de fazer parte da comunidade. Porém, sob o jugo da técnica e o governo das normas invisíveis, a narrativa finda sem que haja quaisquer sinais de êxito do protagonista em sua luta por pertencimento: “Em lugar nenhum K. tinha visto antes, como ali, as funções administrativas e a vida tão entrelaçadas que às vezes podia parecer que a função oficial e a vida tinham trocado de lugar” (Kafka, 2008, p. 71).

O romance se sustenta na abissal cisão entre o Castelo, centro administrativo e governamental do condado, retratado como uma edificação suntuosa, porém inacessível e cinzenta, misteriosa tanto para o recém-chegado K. quanto para os próprios aldeões – não à toa os edifícios que o compõem apresentam aspectos diferentes, dependendo de quem os vê – e a aldeia, espaço em que residem os camponeses e se situam os comércios, a hospedaria, a escola e os demais espaços acessíveis aos moradores locais, mas que, curiosamente, careciam de presença verdadeiramente humana. Na verdade, tal cisão é retrçada pelos fios da condição do homem e da sociedade moderna: “um sujeito moderno procura sustentar o seu sentido de identidade através da integração numa comunidade local” (Boa *in* Preece, 2002, p. 62).

A arquitetura do Castelo e sua cisão com relação a aldeia desvela uma característica das organizações burocráticas descritas por Kafka, que é a sua *ausência de visibilidade*: podendo ser descritas como caixas-pretas impenetráveis e incompreensíveis, as normas que elas seguem são irreflexivamente executadas pelos seus funcionários, que desconhecem sua origem. Essa ausência de visibilidade das organizações, que cinde os funcionários dos demais indivíduos, se reverbera também nos soturnos espaços físicos descritos pelo autor: “corredores sombrios, faixas de luz passando por baixo das portas, sons provenientes de quartos próximos” (Rego; Pina e Cunha; Wood Jr., 2010, p. 42)¹¹⁹. O mundo artificial descrito por Kafka em suas obras pouco preserva de seus espaços naturais; ao contrário, a luminosidade ínsita aos cenários

¹¹⁹ Rego, Pina e Wood Jr. (2010, p. 38) descrevem algumas características espaciais de atuais repartições públicas de Portugal que, se por um lado se coadunam com instituições públicas brasileiras, por outro acenam para a perspicácia de Kafka em retratar os ambientes em que se passavam os ritos burocráticos em que seus personagens se viam enredados: “Um departamento pouco se diferencia de qualquer outra repartição. Exala tristeza, desânimo e enfado burocrático. O odor é inconfundível, de papeis mofados. Um carpete que já teve dias melhores estende-se por todo o andar, amplo e pouco ocupado. A divisão de espaço entre funcionários e público é nítida, intransponível. Só pode ser ultrapassada mediante permissão expressa dos representantes do Estado. O ambiente é econômico em conforto e beleza. As paredes estão vazias. A última mão de tinta conta sua idade em décadas. Fios expostos correm por debaixo das mesas ao encontro das tomadas que parecem ter sido estrategicamente colocadas nos pontos mais distantes do salão. Um ventilador barulhento é a única fonte de areação do ambiente”.

da natureza cedeu à escuridão dos corredores, das repartições, do modo de vida urbano e burocrático. O elemento descrito radica a importância dos espaços para as narrativas kafkianas, porquanto eles atuam diretamente sobre os personagens, condicionando-os.

Para Arendt, o protagonista de *O Castelo* pertence ao povo judeu, já que está o tempo todo enredado em situação de não-pertencimento características da vida judaica, mas que também subjazem a todos aqueles que não se encaixam na sociedade e não conseguem acessar os bastidores burocráticos, o que se coaduna com a perspectiva de Carone (*in* Kafka, 2000, p. 477), para quem “a condição do judeu é a condição humana em si mesma”¹²⁰. Assim, mais relevante do que identificar em K. qualquer atributo tipicamente judaico é examinar que durante a narrativa ele se vê enredado em perplexidades provenientes do não-pertencimento que o mantém como um estranho. Dito de outro modo, *O Castelo* pode ser reconhecida também como uma fábula da assimilação fracassada¹²¹, seja com relação ao povo judeu, seja com relação a todos aqueles que se veem subjugados a leis arbitrárias e a autoridades e regulamentos invisíveis. “*O Castelo* de Kafka retratou a falta de direitos diante de uma lei invisível que determinava a questão do pertencimento e do não-pertencimento e desvendava seu produto – o refugiado” (Sjoholm, 2015, p. 145). Portanto, o retrato desenhado por Kafka de uma máquina administrativa organizada não desvela apenas a sociedade e a economia organizadas burocraticamente, mas aponta também para o sistema de regras e decretos a partir do qual a burocracia se espalha e converte a todos em estrangeiros.

Ademais, K. era um sujeito tão moderno que se emancipou do lugar onde nasceu, no manuscrito original do autor, *Heimat*¹²², destacando que se trata não apenas de um espaço físico, mas de um lugar que participa ativamente do processo de construção de identidade dos seus moradores, saiu em busca de trabalho, aceitou livremente um convite para exercer seu

¹²⁰ Arendt (2016d, p. 516) o descreve nos seguintes termos: “No tratamento de Kafka, contudo, essa renúncia [dos traços judaicos distintivos de K. e dos percalços que ele enfrenta na luta para se distinguir] assume um significado para toda a humanidade, e não meramente para a questão judaica”, ao que Bernstein (2018, p. 35) consente quando destaca que: “o que ela [Arendt] diz sobre ‘K’, o herói do romance de Kafka *O Castelo*, poderia muito bem ser dito sobre os negros e outros grupos minoritários que padecem de humilhante discriminação”.

¹²¹ Daí depreende-se que o romance *O Castelo* pode suscitar diversas leituras, dentre as quais Arendt (2008) destaca uma corrente psicanalista, cuja leitura ela rejeita, assim como uma interpretação que sobreleva a judaicidade que envolve o protagonista, tal como é o mote de “O judeu como pária: uma tradição oculta”, e, por fim, o destaque para a crítica kafkiana à burocracia, como é ressaltado em “Franz Kafka: uma reavaliação”. Essa multiplicidade semântico-interpretativa de *O Castelo* também é defendida por especialistas no empreendimento literário do autor, como Boa (*in* Preece, 2002, p. 78), para quem “a obra-prima de Kafka resiste à apropriação por qualquer um desses discursos ao recusar a K. qualquer perspectiva de chegada”.

¹²² Na leitura de Boa (*in* Preece, 2002, p. 64), o uso do termo *Heimat* acena para um lugar de pertencimento, em contraposição ao desenraizamento que caracteriza a modernização. “Como meio envolvente, *Heimat* protege o eu, estimulando a identificação, seja com a família, localidade, nação, povo ou raça, dialeto ou língua nativa, ou qualquer outra coisa que possa preencher o significante vazio para alimentar um processo de identidade. A chegada de um estranho a uma aldeia inicia uma busca que é impulsionada pelo anseio por uma harmonia utópica entre o eu e o outro, por uma identidade sustentada pela comunidade [...]. *Heimat* significa a aspiração de reintegração”.

ofício. Porém, na leitura de Boa (*in* Preece, 2002), o moderno K. chegou ao destino errado: diferente de *O processo* e de *América*, cujos cenários são zonas urbanas, com seus subúrbios e prédios públicos – não esqueçamos que o K. de *O processo* era bancário, e parte da trama se passa justamente no banco em que ele trabalha¹²³ –, em *O Castelo* “apenas a luz elétrica e o telefone perturbam a atmosfera vagamente feudal de uma aldeia localizada sob a sombra de um castelo. O herói moderno chegou a um mundo pré-moderno” (Boa *in* Preece, 2002, p. 61). Todavia, uma vez que chegou, permaneceu boa parte da história determinado a ter reconhecidos tanto o seu direito de permanência quanto o seu estatuto de agrimensor oficial do condado¹²⁴.

Sem ser reconhecido pelas autoridades e bem-vindo pela sociedade local, K., que quer se tornar indistinguível a fim de *fazer parte*, “vive um tipo de vida não-oficial, imprevisível, conturbada e estranha que se assemelha à ilegalidade arbitrária” (Gündogdu, 2015, p. 206), um estado de absoluta indigência com relação a um Estado em que “imperava uma ordem rigorosa em todas as coisas” (Kafka, 2013, p. 119), o que ele descreve nos seguintes termos: “Ficarei um tempo aqui e já me sinto desamparado; não faço parte da comunidade dos aldeões, e do Castelo muito menos” (Kafka, 2013, p. 32). Seu *status* como cidadão, que era “de papel, enterrado em ‘pilhas de documentos eternamente subindo e caindo’” (Arendt, 2016d, p. 515), acena não apenas para a precariedade política, social e jurídica de indivíduos indesejáveis e supérfluos perante determinada organização política, mas também para a constatação de que para que alguém que “chega nesse mundo por sua própria vontade, como estranho” logre êxito em “estabelecer-se, tornar-se cidadão, construir uma vida, casar, encontrar trabalho, ser um membro útil da sociedade” (Arendt, 2008, p. 99), é necessário contar com o reconhecimento do aparato administrativo, que somente o fará como um gesto de benevolência, o que, na história, K. recusa prontamente, já que considera que seus propósitos são direitos inalienáveis e, portanto, devem ser assegurados a todos, sem exceção.

Além desses direitos inalienáveis, aos quais K. reivindica, ele também requiere o direito de acordar com o Castelo a legitimidade de sua posição na aldeia, ao que esbarra no fato de que por melhor que sejam as organizações burocráticas, seus funcionários “não tinham de

¹²³ Vale ressaltar que este cenário urbano se coaduna com o contexto histórico, social e político em que o autor viveu, marcadamente individualista, cosmopolita e de valorização tecnocientífica, o que inclui incrementos nos transportes, que se reverberavam em uma maior mobilidade geográfica, bem como avanços nos meios de comunicação, convivendo *pari passu* com o vertiginoso aumento das desigualdades sociais, agudizados pela maciça chegada de famílias provenientes das regiões rurais nos bairros periféricos das grandes cidades.

¹²⁴ Isso fica claro logo nas primeiras páginas de *O Castelo*, quando K., em conversa com o dono da hospedaria, exclama: “Primeiro tenho que saber que espécie de trabalho têm para mim. Se, por exemplo, devo trabalhar aqui embaixo, na aldeia, será também mais razoável viver aqui. Temo, além do mais, que a vida lá em cima, no Castelo, não seja do meu agrado. Quero viver sempre livre”, ao que o dono da hospedaria prontamente retruca, ainda que em voz baixa: “Não conheces o Castelo” (Kafka, 2013, p. 28).

defender nunca senão causas invisíveis e remotas em nome de senhores invisíveis e remotos” (Kafka, 2013, p. 83). Como negociar equivale a “reconhecer o órgão com o qual se negocia; exigir o reconhecimento de um direito implica que tal reconhecimento tenha valor” (Boa *in* Preece, 2002, p. 73), isso significa que o primeiro mecanismo para legitimar uma dominação é o reconhecimento da instituição a qual se recorre. Porém, em um estado burocraticamente instituído, em que o direito se converte em mero mecanismo de perpetuação de leis que não emanam dos códigos legais, mas, ao contrário, são supra-humanas, o poder deixa de ganhar legitimidade na luminosidade da esfera pública e no compartilhamento de opiniões para se reverberar em mecanismos obscuros e em gestões e trâmites incompreensíveis.

O capítulo V de *O Castelo*, ao relatar o diálogo entre K. e o funcionário burocrata castelão, deixa entrever alguns escólios acerca do funcionamento do aparato administrativo local. Inicialmente, a fim de explicar o equívoco que culminou com o convite para K. ir até a região, o castelão destaca: “Em uma administração tão grande como o é a administração condal, pode acontecer alguma vez que uma das seções ordene isto e outra aquilo, uma não sabe da outra, e, embora o controle superior seja de uma precisão extrema, chega, conforme à sua natureza, demasiado tarde e, assim, pode-se produzir uma pequena confusão” (Kafka, 2013, p. 86). Demonstra-se, além da presença de uma aguda setorialização, ao ponto de um departamento desconhecer o que se passa em outro, que em formas burocráticas de governar, a previsibilidade e o cálculo caminham *pari passu* com o disforme e o imprevisível que faz com que o acúmulo de registros escritos e a morosidade dos processos deixem entrever a contraproducência do próprio mecanismo que, criado para ser eficaz, acaba irracional e defeituoso. Diante disso, K. retruca: “assim consigo a oportunidade de atirar uma vista de olhos nesse ridículo embrulho de que em determinadas circunstâncias depende a existência de um homem” (Kafka, 2013, p. 90). A existência passa a advir de trâmites e da interpretação de normas das quais se desconhece a origem.

Portanto, as organizações descritas por Kafka deixam entrever diversas disfuncionalidades. Uma delas é a irracionalidade, o que torna a forma de governar anômala. Em *O castelo*, o memorando de convocação do agrimensor foi enviado anos depois do momento em que seus serviços eram realmente importantes, o que o tornou um erro do sistema. Todavia, mesmo com o erro burocrático que levou K. para a região, o sistema administrativo era considerado isento de falhas: “a autoridade tem por princípio que não se conte nem com a possibilidade de falha. Esse princípio fica justificado pela excelente organização do conjunto e, tendo de alcançar uma velocidade máxima no despacho dos assuntos, é um princípio necessário” (Kafka, 2013, p. 91). Tal predicado repercute diretamente nos funcionários, que

também passam a ser considerados isentos a equívocos, pois se eles representam um sistema inerrante, seus erros apontariam imperfeições do aparato, o que não é possível. A pseudo-ausência de equívoco demonstra que uma sociedade burocraticamente organizada não é composta por homens suscetíveis a falhas, mas por sumos representantes de aparatos divinizados, que identificam como supérfluas as atividades que distinguem os homens *qua* homens: a ação, o discurso, o pensamento e o juízo.

Para sê-lo, porém, seria mandatário que além das especificidades de suas funções, cada escritório exerça uma espécie de poder de polícia, que repercutia no controle sobre as atividades de si mesmo e dos demais¹²⁵, estabelecendo uma vigilância constante; com efeito, “no castelo, sempre se é observado” (Kafka, 2013, p. 212). Esse estado policial é fomentado pela multiplicidade de órgãos e instituições locais, a maioria delas inacessível para os próprios funcionários, o que faz com que um setor constitua uma barreira que protege o acesso a outro setor – o que, por outro lado, inviabiliza “descobrir a real incumbência de tal ou qual funcionário” (Kafka, 2013, p. 226) – tal como a descrição da burocracia como uma casca de cebola, na qual uma repartição funciona como proteção de outra seção (Arendt, 2016e). Esse atributo é relatado a K. pelo mensageiro Barnabás, que somente consegue acessar os escritórios mais superficiais do Castelo, a “certos escritórios que não são mais do que uma parte da totalidade; porque depois existe umas barreiras, e atrás destas ainda existem mais escritórios ainda” (Kafka, 2013, p. 213). Porquanto essas barreiras constituem limites que não estão plenamente definidos, nem os setores que abrigam essas barreiras, nem a face que as controla podem ser conhecidos, justamente em prol da manutenção do controle¹²⁶.

Por isso, *O Castelo* é o retrato da inescapabilidade do sistema burocrático. Em sua torre de marfim organizacional é efetivada a cisão entre governantes e governados, e o “resultado dessa separação é a existência de uma casta perigosamente isolada, que desenvolve ideias próprias e comumente distorcidas sobre o mundo ‘lá fora’, e daí deduz diretrizes e desdobra iniciativas para a organização” (Rego; Pina e Cunha; Wood Jr., 2010, p. 77). Acerca desses funcionários de carreira, especialistas em suas funções, fervorosos em sua servilidade e

¹²⁵ Isso fica expresso no diálogo entre K. e o capelão, mormente quando o último destaca: “Se existem escritórios de controle? Existem somente escritórios de controle. Claro que não estão destinados a descobrir falhas no sentido bruto da palavra, posto que tais falhas não se produzem, e mesmo quando alguma vez se produz uma falha, como no seu caso, quem poderia dizer definitivamente que é uma falha?” (Kafka, 2013, p. 91).

¹²⁶ Tal alheamento é descrito por Olga, irmã do mensageiro Barnabás, a K.: “podes entrar em um escritório, mas esse escritório nem parece ser um escritório, mas antes um vestíbulo dos escritórios, e talvez nem sequer seja tanto; talvez não seja senão um quarto destinado a reter todos aqueles que não deveriam entrar nos verdadeiros escritórios” (Kafka, 2013, p. 220).

ignorantes acerca do funcionamento do todo para o qual trabalham, acrescida da ausência de sentido inerente a setorialização de suas funções, é elucidadora a fala de K.:

Os funcionários são muito instruídos, mas, mesmo assim, apenas o são parcialmente; em questões de sua especialidade, ao ouvir apenas uma palavra, um funcionário compreende imediatamente [...], mas se se trata de coisas que pertencem a outra seção, estas podem explicar-se durante horas [...], mas não compreenderá uma vírgula. Tudo isso, está claro, é óbvio; pois procure alguém compreender os assuntos oficiais – essas ninharias que um funcionário despacha encolhendo os ombros – procure alguém compreender nada mais do que isso a fundo, e terá trabalho para toda uma vida e jamais chegará ao fim (Kafka, 2013, p. 257).

Enquanto os funcionários com efetivo poder de decisão são inacessíveis, os únicos representantes do aparato aos quais os heróis kafkianos têm acesso são *homens subalternos*, funcionários do mais baixo escalão hierárquico das organizações¹²⁷. Por se notabilizarem pela passividade cadavérica às regras, com frequência os personagens do mundo literário – e do real – se veem enredados em problemas burocráticos intransponíveis, seja porque tais casos não foram previstos de antemão – como o erro que levou o agrimensor K. até a região –, seja porque a inacessibilidade das autoridades impossibilitava alcançar soluções definitivas.

O subalterno é a face mais evidente do poder, o seu rosto visível [...]. Uma das razões pelas quais a burocracia é detestável aos olhos dos seus utilizadores decorre, precisamente, da frieza impassível do subalterno e de suas frases escorregadias: “não fui eu que fiz a regra”, “sinto muito, mas não há nada que eu possa fazer”, “lamento, mas é o que diz a regra”, “terá que se dirigir à outra fila” [...]. A passividade – frequentemente cínica – do subalterno decorre, em boa medida, do fato de a burocracia ser estruturada de forma vertical e de informação e as ordens virem sempre do topo. O resultado é um sistema pouco flexível, no qual a profusão de regras suprime a possibilidade de processos interativos mais espontâneos, necessários para que um sistema revele vitalidade, capacidade de inovação e criatividade. O subalterno sente-se impotente para adaptar as regras às particularidades do cidadão ou do cliente e receia ser penalizado se não as cumprir estritamente. Para o cidadão ou cliente, por outro lado, o subalterno parece ter prazer em negar pedidos e frustrar expectativas (Rego; Pina e Cunha; Wood Jr., 2010, p. 78).

Outro traço destacado por Kafka acerca desse regime de “institucionalização de escritórios” (Kafka, 2013, p. 94) é a *ausência de persona*, ou *despersonalização*, o que demonstra que os contatos entre os homens em uma forma burocrática de governar são apenas aparentes, quando existem: ainda com base no diálogo entre K. e o castelão, o funcionário alega que seu superior direto se chama Sordini, um homem desconhecido até mesmo para ele. O castelão jamais viu o seu próprio chefe, mesmo que dele receba ordens, sob a alegação de que

¹²⁷ Exemplo disso é que Joseph K., de *O processo*, somente consegue acessar os funcionários do baixo escalão, e estes tampouco conhecem as faces daqueles que os comandam. É o que retratam os vigias responsáveis por levar a ordem de prisão até K.: “Nós somos funcionários de baixo escalão, mal somos capazes de reconhecer um documento de identificação e não temos nada a ver com sua causa a não ser pelo fato de vigiarmos o senhor durante dez horas diárias e sermos pagos por isso. Isso é tudo o que somos” (Kafka, 2020, p. 20).

o último vive sobrecarregado de trabalho, funções que exerce nos bastidores, apartado de quaisquer visibilidades. É possível entrevê-lo com a descrição de seus escritórios: “um recinto que tem todas as paredes cobertas por colunas de grandes maços de processos, empilhados uns sobre os outros”, de modo que como “constantemente se tiram e introduzem processos nos maços, realizando-se tudo com grande rapidez, derrubam-se essas pilhas, essas colunas, e o estrépito incessante que isso causa [...] já é precisamente o que chegou a tornar-se característico no escritório de Sordini” (Kafka, 2013, p. 93). Esse acúmulo de registros escritos faz com que a morosidade seja uma idiossincrasia da burocracia, mesmo que não seja possível depreender quaisquer significados de tais delongas.

Ao retratar o retrato de Kafka no final de “Franz Kafka: uma reavaliação”, é possível entrever a ambição do K. de *O Castelo*: ele não queria se sujeitar aos acontecimentos, tampouco nutria afeição pelo estado de coisas que o circundava. Ao contrário, ambicionava “construir um mundo de acordo com as necessidades e dignidades humanas, um mundo onde as ações do homem são determinadas por ele mesmo, guiado por leis humanas e não por forças misteriosas que emanam do alto e das profundezas” (Arendt, 2008, p. 107). Mais do que isso: tanto K. quanto o seu próprio criador queriam fazer parte de um mundo como esse, em que não era imperioso ser excepcional para ser aceito¹²⁸.

Porquanto a ambição de K. era construir um mundo em que a dignidade e os direitos humanos estivessem resguardados, desvela-se, assim, uma fulcral característica do homem que resiste ao aparato como um modelo de boa vontade: ele é também um *fabricator mundi*, que expõe as estruturas mal-acabadas do contexto para derrubá-las e construir um espaço novo, no qual os homens comuns, despidos de excepcionalidade, são acolhidos. K., portanto, é a epítome de um homem comum (*Jedermann*) que, mesmo inserido no moderno mundo burocrático onde nada realmente parece fazer sentido, enseja em si o ideal de humanidade que “se interessa apenas por universais, por aquelas coisas a que todos os homens têm direito natural. Mas, mesmo que não peça mais do que isso, não se satisfará com menos” (Arendt, 2008, p. 99). E, no entanto, como modelo de boa vontade, o protagonista de *O Castelo*, assim como os demais heróis kafkianos, “permanecendo no anonimato, na abstração genérica, mostrados apenas na função que pode ter a boa vontade nesse mundo [...], como se ele quisesse dizer: este homem de boa vontade pode ser qualquer um, talvez até mesmo você ou eu” (Arendt, 2008, p. 108).

Em contraposição a resistência de K., os aldeões tentam persuadi-lo “de que ele não tem experiência e não sabe que a totalidade da vida é constituída e dominada pelo favor e pelo

¹²⁸ Tese que ganha amparo teórico na constatação de que as primeiras 46 páginas de *O Castelo* foram escritas em primeira pessoa (Durrani in Preece, 2002; Carone in Kafka, 2000).

desfavor, pela graça e pela desgraça [...]. Estar certo ou errado, tentam lhe explicar, faz parte do ‘destino’, o qual ninguém pode alterar, apenas realizar” (Arendt, 2008, p. 100). Essa diferença aparentemente irreconciliável entre K., que lutava pelos direitos inalienáveis, e os aldeões, que acreditavam veementemente na necessidade da administração alheada exercida pelo Castelo, tornava o agrimensor ainda mais estranho aos olhos dos camponeses. Isso ocorre, em primeira instância, mediante a constatação de que ele nem pertencia ao Castelo, nem a aldeia – o que o convertia em um não-cidadão, um *outsider* –, mas especialmente porque ele era:

[...] o único ser humano normal e saudável num mundo onde tudo o que é humano e normal, o amor, o trabalho, o companheirismo, foi arrancado às mãos dos homens para se tornar uma dádiva concedida de fora – ou, como diz Kafka, do alto. Quer como destino, benção ou maldição, é algo misterioso, algo que o homem pode receber ou lhe ver negado, mas nunca é capaz de criar. Assim, a aspiração de K., longe de ser óbvia e corriqueira, na verdade é excepcional e chocante. Ele trava uma luta pelo mínimo como se fosse algo que abarcasse a soma completa de todas as reivindicações. Para os aldeões, a estranheza de K. consiste não em ser privado de todas as coisas essenciais da vida, mas em pleiteá-las (Arendt, 2008, p. 100).

O *homem comum* de Kafka descrito por Arendt em “Franz Kafka: uma reavaliação” é o sucedâneo do *homem de boa vontade* retratado pela autora em “O judeu como pária: uma tradição oculta”. Trata-se do indivíduo esquecido e marginalizado pela sociedade, já que não se encaixa em sua assimétrica divisão entre “humildes” e “figurões”, porquanto “o motor de suas atividades é a boa vontade, contrastando com o motor da sociedade à qual ele não se ajusta, que é a funcionalidade” (Arendt, 2008, p. 103). Tal boa vontade, que o homem comum, assim como K., encarna como modelo, possui o potencial para desmascarar as estruturas ocultas da sociedade e da burocracia que a organiza e nela se espraia. Porém, como ambas frustram “as necessidades mais banais e destrói as mais elevadas intenções do homem”, a boa vontade de K., paradigma de um homem comum enquanto ideal de humanidade, revela “as falhas de construção de um mundo onde o homem de boa vontade que não quer fazer carreira está pura e simplesmente perdido” (Arendt, 2008, p. 103).

É apenas quando os Barnabés relatam a K. sua história de insubmissão ao aparato e à ordem estabelecida¹²⁹ que se deu quando Amália, a irmã do mensageiro Barnabás, recusou

¹²⁹ “[...] a magnífica história de *O castelo*, que parece o estranho arremedo de uma obra da literatura russa. A família vive sob uma maldição, sendo seus membros tratados como leprosos até o ponto de se sentirem como tais, apenas porque uma de suas bonitas filhas teve uma vez a ousadia de rejeitar as propostas indecentes de uma autoridade importante. Os aldeões modestos, controlados no mínimo detalhe pela burocracia, e escravos até em pensamento dos caprichos de suas autoridades todo-poderosas, já tinham, havia muito, chegado à conclusão de que estar certos ou errados era uma questão de mero ‘destino’ que não podiam alterar. Não é o remetente de uma carta obscena que é denunciado, como K. ingenuamente presume, e sim o destinatário, que se toma marcado e contaminado. E é a isso que os aldeões se referem quando falam do seu ‘destino’” (Arendt, 2011b, p. 278).

veementemente o assédio de Sordini, funcionário do Castelo¹³⁰, que ele percebe que sua reivindicação por direitos humanos básicos, como o direito ao trabalho, de fundar um lar e uma família e, enfim, de se tornar um membro da sociedade, não dependem de assimilação, mas das benesses do regime. Ademais, “a história dos Barnabés explora como a identidade comunitária se cristaliza em torno do processo de exclusão de bodes expiatórios que se tornam ‘os outros’ contra os quais a comunidade se define” (Boa *in* Preece, 2002, p. 71), demonstrando que a identidade social moderna se cristaliza mediante a exclusão sistêmica.

Arendt argutamente o percebe e delineia com contornos kafkianamente reais em “O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem” quando destaca que a privação de direitos humanos se inicia com a ausência da pertença a uma comunidade em que a opinião seja significativa e a ação eficaz. Daí decorre que a perda do liame comunitário põe em xeque não apenas a perda de direitos específicos, mas a possibilidade de pertencer a um corpo político organizado a partir do *consensus iuris*. Tais extremos indicam a “situação dos que são privados dos seus direitos humanos. São privados não só do seu direito à liberdade, mas do direito à ação [...]. Privilégios, injustiças, bençãos ou ruínas lhes serão dados ao sabor do acaso e sem qualquer relação com o que fazem, fizeram ou venham a fazer”. É por isso que o prolongamento ou a extinção de suas vidas se deve “à caridade, e não ao direito [...], a sua liberdade de movimentos não lhes dá nenhum direito de residência, do qual até o criminoso encarcerado desfruta, e sua liberdade de opinião é fútil, pois nada do que pensam têm importância” (Arendt, 2011b, p. 330). Despido de um lugar no mundo, a primeira batalha do *outlaw* é pelo direito a ter direitos. O indeportável K., assim, é o paradigma do *outlaw* retraçado por Kafka.

K., estupefato, deseja contagiar a todos com a sua perplexidade, e ao tentá-lo, reitera que é um homem de boa vontade, porquanto direciona seus esforços, mesmo que momentaneamente, para “desmascarar as estruturas ocultas da sociedade” (Arendt, 2008, p. 103). Então, “quando K., absolutamente indignado e ultrajado, explode com as palavras ‘Então é assim que são os oficiais’, toda a vila treme como se algum segredo vital, se não mesmo todo o seu modelo de vida, tivesse sido subitamente traído” (Arendt, 2016d, p. 519)¹³¹. Daí depreende-se que o agrimensor se diferencia dos aldeões “ao confrontar o Castelo como um

¹³⁰ A irmã de Amália, Olga, descreve a situação de marginalização e despersonalização que se abateu sobre a família: “[...] excluíram-nos da sociedade, em todos os sentidos. A partir dessa época já não falam de nós como pessoas [...]. Tudo o que éramos, tudo o que tínhamos, caía sob o mesmo desprezo” (Kafka, 2013, p. 252-253).

¹³¹ Esse ponto de inflexão de *O Castelo*, segundo Schio (2022), divide a trama em duas partes: em primeiro lugar, destaca-se a tensão que subjaz ao aldeão e ao funcionário K., assim como dos demais aldeões e funcionários, que não questionam o sistema imposto pelo Castelo, mas meramente se conformam a tais ditames; em segundo lugar, notabiliza-se, a partir da história dos Barnabés, a conversão de K. a herói, que não teme a dominação despersonalizada e amorfa do Castelo, mas que, ao contrário, intensifica sua busca por direitos inalienáveis.

parceiro igual e crítico, e não como um subordinado inquestionável, obediente a costumes sagrados. K. reivindica imediatamente os seus direitos como patrimônio de um poder que ele reconhece, ao mesmo tempo em que procura reformar um sistema arbitrário e em ruínas: o Castelo deve reconhecer o agrimensor que convocou” (Boa *in* Preece, 2002, p. 73).

Ao questionar a objetividade da organização burocrática, K. expõe as fronteiras da racionalidade exacerbada como forma de governar, cuja consequência é a trajetória fracassada do personagem, percorrendo o labirinto formado por repartições e agências que se multiplicam *ad infinitum*. O fato de K. não aceitar nem solidariedade, nem recuar frente às exigências do regime do Castelo tornam-se um verdadeiro escândalo para os moradores da região. Aliás, é justamente o fato dele reivindicar direitos em uma “sociedade caracterizada pela falta de direitos” que os esforços do agrimensor “alcançam exemplaridade e revelam um mundo com novas oportunidades. Não há garantias de que lutas como a de K. levarão ao estabelecimento de uma humanidade comumente condicionada [...], mas sem elas não podemos sequer começar a considerar essa possibilidade” (Gündogdu, 2015, p. 206).

Dessa forma, Kafka desvela o absurdo da existência quando os sujeitos são dominados por forças arbitrárias que tornam os esforços humanos movidos por boa vontade inúteis, assim como todas as tentativas de fazer parte de um mundo no qual o acesso é negado, mas tampouco é permitido se desvincular.

A existência normal que ele deseja tornou-se excepcional, não mais a ser realizada por meio de métodos simples, naturais. Tudo o que é natural e normal na vida foi arrebatado das mãos dos homens pelo regime imperante no vilarejo, para tornar-se um presente vindo de fora – ou, como Kafka coloca, de “cima”. Quer como destino, como benção ou maldição, é algo sombrio e misterioso, algo que um homem recebe, mas não cria, e que ele pode observar, mas nunca penetrar (Arendt, 2016d, p. 519).

Mediante a atuação desse sistema inquestionável, que estabelece uma deificação do acaso que “serve, naturalmente, como racionalização para o povo que não é o senhor do próprio destino” (Arendt, 2011b, p. 278), nada resta aos K. de Kafka – seja o agrimensor de *O Castelo*, seja o bancário de *O Processo* – senão sucumbir ao sistema e submeter-se a ele. No caso específico do K. de *O Castelo*, essa ausência de resistência é retrçada a partir do capítulo XIV, quando as atenções dos funcionários do Castelo começam a ser mais explicitamente direcionadas a ele, até que “completamente estranho ainda na aldeia, sem nenhum conhecido ou refúgio, rendido pela marcha, desamparado em absoluto, jazia ali sobre o colchão, exposto a qualquer intervenção das autoridades” (Kafka, 2013, p. 202).

Seu esforço por combater a tirania sem tirano do Castelo, assim como sua mensagem de que “uma verdadeira vida humana não pode ser conduzida por pessoas que se

sentem desvinculadas das leis básicas da humanidade” (Bernstein, 1996, p. 43) resulta na sua exaustão, comprovando que “somente dentro da estrutura de um povo um homem pode viver como um homem entre homens, sem se exaurir” (Arendt, 2016d, p. 523). Como o herói da narrativa lidava não apenas com um universo burocrático que, desprovido de qualidades humanas, ao contrário do personagem, não se exaure, limita ou se esgota, “mas visto que, ao contrário do K. de *O processo*, ele não se submeteu ao que se apresentava como necessidade, não lhe sobreviverá nenhuma vergonha” (Arendt, 2008, p. 100), mesmo que sua luta não tenha logrado êxito nem na modificação da estrutura do aparato do Castelo, nem na construção de um mundo novo, no qual os homens comuns são bem-vindos.

5 EICHMANN, O BUROCRATA *PAR EXCELLENCE*, E A BUROCRACIA TOTALITÁRIA

“Os homens normais não sabem que tudo é possível”

(Rousset, 2016, p. 104)

O esforço por compreender os elementos que tornaram o totalitarismo possível funda o empreendimento teórico arendtiano. Para lográ-lo, é indispensável identificar a organização do aparato governamental que tornou viável a “ordem do Estado legalmente criminoso do Terceiro Reich, de que a República Federal foi sucessora” (Arendt, 2004, p. 300), demonstrando que a criminalidade ascendeu, exitosamente, à princípio de organização e de governo. Tais assertivas fornecem dois indícios para a compreensão dos extremos a que a burocracia pode alcançar: 1) a investigação sobre o fenômeno totalitário deve considerar a organização do Estado nazista, exposição a que esse capítulo dedicar-se-á; 2) essa forma de sistematizar cargos e funções, seja nas instituições públicas ou nas entidades privadas, sobreviveu a queda do *Reich* de Hitler, permanecendo como a forma de gestão pós-1945, exame que sustentará o próximo capítulo.

Não é possível entender a primeira afirmação sem identificar o *modus operandi* da burocracia totalitária e como ela viabilizou a instauração de um “regime terrorista de doze anos de duração, cujo aparato policial funcionou infalivelmente até o último minuto” (Arendt, 2008, p. 173). Ao fazê-lo, compreende-se que se a imagem mais apropriada para tal governo não é a de uma pirâmide, figura que caracteriza de modo bem mais aproximado a estrutura política e social dos regimes autoritários (na qual, mesmo que a fonte de poder emane do topo, estabelece-se uma hierarquia em nichos em que cada um deles possui mais poder e autoridade que o anterior e menos do que aquele que o antecede). Ao contrário, o esquema de organização dessa tipologia se assemelha às camadas de uma cebola (Arendt, 2016e).

O afastamento da imagem de uma pirâmide, cujos nichos de poder são bem delineados, para a antissistematicidade ínsita às sucessivas camadas da cebola denota o estratégico e articulado modelo adotado pelos movimentos e Estados totalitários. Com efeito, porquanto o modelo da cebola, em comparação com o paradigma piramidal, acena para a inexistência de uma organização estaticamente estruturada, desvela-se como característica primordial da burocracia totalitária a multiplicação de cargos e setores: associações e departamentos foram mantidos, porém, esvaziados de poder enquanto outros, completamente nazificados, foram criados. Com isso, “puderam mudar, da noite para o dia, toda a estrutura da

sociedade alemã – e não apenas a vida política – precisamente porque haviam preparado o correspondente exato dentro dos seus próprios escalões” (Arendt, 2011b, p. 421)¹³².

Nesse sentido, a argumentação desenvolvida defende que se por um lado a organização do Estado totalitário e a consecução de seus crimes somente foram possíveis por estar mediadas por agências baseadas na especialização de funções enquanto “ferramenta instrumental para o poder ilegítimo” (Barbi, 2017, p. 28), na multiplicação de cargos e na hierarquia “descontrolada, liberta da lei e intocável para o ser humano comum, à semelhança de uma máquina automática” (Feingold, 1980, p. 49), por outro, tais instituições coexistiam com um sistema disfuncional que “ao ambicionar a criação de uma humanidade artificial hermeticamente ajustada aos ditames da ideologia, esqueceu-se que o mais terrível modelo de governo ainda é exercido por homens e, como tal, permanentemente aberto ao inesperado – positiva ou negativamente – que deles pode irromper” (Rocha; Aguiar, 2024, p. 139-140).

Caberá a esse capítulo ainda demonstrar que a Solução Final não seguiu um esquema linear de diretivas emitidas por Berlim, mas, com frequência, se desenvolveu de forma aleatória e fragmentada, amiúde sob o formato de iniciativas locais incentivadas por lideranças regionais, “improvisadas como resposta amplamente *ad hoc* às dificuldades logísticas de um problema judaico que eles mesmos criaram, e apenas gradualmente se convertendo em um ‘programa’ em grande escala para o genocídio” (Kershaw, 1992, p. 52). Os questionamentos que traduzem esse estado de coisas são: “quais são os princípios organizacionais do mal?” (Arendt, 1972, p. 3), ou ainda, “o que levou uma máquina burocrática tão extensa a se envolver profundamente nessa marcha em direção à morte?” (Hilberg, 2020, p. 9).

Com efeito, Arendt teve contato com os princípios organizacionais da burocracia totalitária em 1944, quando, trabalhando como diretora de pesquisa da Conferência sobre Relações Judaicas, dirigiu um estudo sobre a exequibilidade de recuperar coleções judaicas de livros. Nesse intento, ao elaborar listas de tesouros culturais que estavam em países ocupados pelo Eixo, a autora identificou que na Alemanha nazista, o controle das coleções foi ampliado em 1940, quando Alfred Rosenberg e sua unidade paramilitar (*Einsatzgruppe Reichsführer Rosenberg*) saquearam instituições culturais judaicas com o objetivo de criar um arquivo em Frankfurt sobre a história judaica, porém, “as atividades de Rosenberg obscureceram as do mais antigo Institut zur Erforschung der Judenfrage” (Young-Bruhel, 1997, p. 183). Acrescido a essa duplicação, ainda era possível apontar mais um setor que tangenciava tanto o Institut quanto a

¹³² Pela quantidade prioritária de materiais disponíveis, acrescida da prevalência de exames arendtianos sobre a burocracia totalitária de vertente nazista, o presente capítulo também adotará como objeto de investigação o totalitarismo de vertente nacional-socialista.

unidade paramilitar comandada por Rosenberg: o departamento especial da Gestapo sobre a questão judaica sob o comando de Adolf Eichmann, que recebeu boa parte dos itens valiosos obtidos pelo saqueio aos acervos.

“Arendt estudou essa situação complexa enquanto preparava as listas e mais tarde usou o resultado em *As origens do totalitarismo* para ilustrar um dos instrumentos-chave do poder totalitário, a multiplicação de repartições” (Young-Bruhel, 1997, p. 183). Portanto, foi sua pesquisa em prol de recuperar coleções de livros judaicas que fez com que Arendt tivesse as primeiras impressões acerca do aparato burocrático totalitário, composto por uma gigantesca estrutura em camadas fundada a partir da não-abolição das estruturas do funcionalismo público, que passou a conviver com departamentos, secretarias e agências do Partido, da SS, ou até mesmo das Forças Armadas, que exerciam funções correlatas. Por exemplo, “por trás da fachada dos departamentos de história das universidades erguia-se ameaçadoramente o poder mais real do Instituto de Munique” e, por trás dele, “erguia-se o Instituto de Rosenberg em Frankfurt, e apenas por trás dessas três fachadas, escondido e protegido por elas, encontrava-se o verdadeiro centro da autoridade, a *Reichssicherheitshauptamt*, a divisão especial da Gestapo” (Arendt, 2011b, p. 452).

Com o fim da guerra, quando uma grande quantidade de material, incluindo documentos oficiais e relatos de sobreviventes, foram publicados, Arendt esteve novamente diante do imperativo de compreender a estrutura do aparato burocrático totalitário, tomando-a como condição de primeira grandeza para entendê-lo. Foi, por exemplo, com a literatura de memória de David Rousset, especialmente *Les jours de notre mort*, e *Der SS-Staat*, de Eugen Kogon, que ela compreendeu que os campos de concentração, ao passo em que funcionavam como uma espécie antihumana de laboratório de uma sociedade construída em torno dos valores totalitários, distinguiam o totalitarismo das demais formas de governar, e com a leitura de *A destruição dos judeus da Europa*, de Raul Hilberg¹³³, que ela constatou que a consecução do extermínio foi viabilizada por uma burocracia do tipo totalitário, ou, em outras palavras, por um regime total burocraticamente organizado.

¹³³ O historiador Raul Hilberg, precursor dos estudos sobre a organização que viabilizou o holocausto, e sua obra, *A destruição dos judeus europeus*, auxiliaram Arendt entender o funcionamento da burocracia nazista, o que foi especialmente relevante em seu exame sobre Eichmann. Arendt (2017, p. 85, grifo nosso) assim a descreve: “Se o julgamento ocorresse hoje, essa tarefa [de fornecer marcos de orientação e de atribuição de responsabilidade específica a alguém ou algum órgão] seria muito mais fácil, uma vez que Raul Hilberg, em seu *The destruction of the european jews*, conseguiu apresentar a primeira descrição clara dessa máquina de destruição incrivelmente complicada”. Browning (2007) descreve o livro como a *magnum opus*, as mil páginas seminais para a compreensão das engrenagens que asseguraram o funcionamento do genocídio. Pela sua relevância e pela influência que a obra exerceu na reflexão arendtiana, recorremos a ela com frequência nesse capítulo.

Por outro lado, porquanto na contextura retraçada pelas sociedades e instituições burocráticas, “os acontecimentos políticos, sociais e econômicos conspiram, silenciosamente, com os instrumentos totalitários inventados para tornar os homens supérfluos” (Arendt, 2011b, p. 510), o exame arendtiano auxilia a retraçar um perfil do sujeito inserido em burocracias totalitárias, sobrelevando elementos como a obediência cadavérica e a irreflexão. Afinal, a maior parte do aparato administrativo nazista não era composta por fanáticos ideólogos ou por antissemitas radicais, mas se notabilizava pela “normalidade de trabalhadores e pais de família” (Arendt, 2008, p. 158). Ademais, “os Hitlers não são realmente as figuras mais típicas nesse tipo de situação; eles não teriam poder suficiente sem apoio” (Arendt, 2021, p. 322).

Portanto, é essencial compreender esse novo tipo de funcionário, dessa “nova categoria profissional gerada por nossos tempos”, ou o que Barnouw (1990, p. 223) descreve como “o espaço e o tempo em que uma figura como Eichmann foi possível”, que ao fazer do trabalho a sua mais elevada atividade, se converteu em um *animal laborans* que levou “tão longe a dicotomia entre profissão e família, que [...] quando sua profissão o obriga a assassinar pessoas, ele não se considera um assassino, pois não fez isso por inclinação pessoal, e sim em seu papel profissional” (Arendt, 2008, p. 159). Trata-se do mesmo panorama descrito por Ruiz (2018, p. 197), para quem o funcionário burocrata dos séculos XX-XXI “age a partir do dever de ofício, separando, nessa ação, a responsabilidade pessoal da eficiência da ação. Ao agir como funcionário não atua em nome próprio, mas age em nome de outro, para o qual se transfere toda responsabilidade ética da ação funcional”. Assim, o imperativo de examinar a burocracia totalitária, paroxismo das formas de dominação anteriormente conhecidas, porquanto levou às últimas consequências a descartabilidade do humano, está diretamente vinculado à análise sobre os tipos que, ao fazer parte dela, se tornaram cúmplices de seus delitos.

Arendt percebeu a importância da análise do funcionário a fim de compreender o próprio maquinário. Além de Adolf Eichmann, paradigma de burocrata nazista do seu empreendimento teórico, figura na cabine de vidro de “altura mediana, magro, meia-idade, quase calvo, dentes tortos e olhos míopes, que [...] tenta desesperadamente, e quase sempre consegue, manter o autocontrole” (Arendt, 2017, p. 15), outros personagens também foram retraçados, ainda que com contornos mais pontuais do que aqueles suscitados pelo responsável pelo setor IV-B-4. Exemplo disso ocorre em “Culpa organizada e responsabilidade universal”, quando ao “tentar entender os verdadeiros motivos que levaram as pessoas a agir como engrenagens da máquina de assassinato em massa”, a autora considera pertinente avaliar “a personalidade do homem que pode se vangloriar de ter sido o espírito organizador do

assassinato”: Heinrich Himmler¹³⁴, *Reichsführer-SS*, que longe de ser “um daqueles intelectuais provenientes da indistinta Terra de Ninguém entre o Boêmio e o Cafetão, cujo papel na composição da elite nazista tem sido ressaltado nos últimos tempos” – categoria a qual pertence Reinhard Höhn, jurista que será apresentado nesse capítulo – ou mesmo de ser “um boêmio como Goebbels, um criminoso sexual como Streicher, um fanático pervertido como Hitler ou um aventureiro como Göring”, dispunha de idiossincrasias desejáveis, como “a aparência de respeitabilidade, todos os hábitos de um bom pater-famílias que não trai a esposa e procura ansiosamente garantir um futuro decente para os filhos” (Arendt, 2008, p. 157).

O exame sobre esses funcionários, com Eichmann em primeiro plano devido à sua centralidade no empreendimento teórico arendtiano, “como emblema de como homens equipados com tecnologia moderna e abrigados em estruturas burocráticas [...] podem desencadear terríveis devastações”, e mais ainda, “agora, no século XXI, em um mundo inundado de refugiados e vítimas de limpezas étnicas, quando o racismo e o fanatismo continuam a dominar a política [...], Eichmann parece cada vez mais um homem de nosso tempo, o homem comum como genocida” (Cesarani, 2004, 368), auxilia a compreender o *modus operandi* da burocracia totalitária¹³⁵. Dois questionamentos concatenam o panorama exposto: quais processos fazem com que uma pessoa mediana supere suas repugnâncias inatas com relação ao crime e a submeter outrem a sofrimento, e o que acontece quando esse estágio é alcançado? Como deve estar organizado o aparato governamental para que tal inversão aconteça? Tomando como base que, em um regime totalitário, “conhecer o labirinto de correias transmissoras que põem o sistema a funcionar equivale a ter o poder supremo” e que, enquanto técnicas de governança, os expedientes utilizados pelo totalitarismo são engenhosamente eficientes, já que “asseguram não apenas um absoluto monopólio de poder, mas a certeza de que todas as ordens serão sempre obedecidas; a multiplicidade das correias que acionam o

¹³⁴ “Heinrich Himmler foi o Reichsführer-SS e chefe da polícia alemã e, a partir de agosto de 1944, também comandante-chefe do exército de reserva alemão. Ele estava à frente de todo o aparato, e com ele convergiam todos os fios da organização, cujas partes eram coordenadas entre si, mas muitas vezes [...] tecnicamente independentes. À disposição de Himmler estavam o SD, o Gabinete Central de Segurança do Reich, o Estado-Maior pessoal do Reichsführer-SS, o Gabinete Central de Segurança da SS, o Gabinete Central da Administração Econômica da SS e as tropas SS” (Kogon, 1974, p. 26).

¹³⁵ Estamos cientes das críticas de Cesarani (2004) à interpretação arendtiana de Eichmann como um administrador destituído de motivações passionais no exercício de suas funções, porém, cadavericamente obediente à burocracia totalitária. Ainda que o biógrafo reconheça a influência do exame de Arendt, em especial na confluência dos predicativos do burocrata, o convertendo no “epítome do homem totalitário” (Cesarani, 2004, p. 4) – o que pode ser corroborado em sua própria obra, já que o nome da autora aparece 215 vezes em seu livro –, destaca que a teórica política reduziu a importância da ideologia na constituição do “emaranhado de agências do Partido e do Estado concorrentes sob as quais Hitler presidia erráticamente e nas quais a política rotineiramente emergia como um compromisso entre indivíduos poderosos e grupos de interesse” (Cesarani, 2004, p. 11) e que Eichmann não seguia ordens tão irrefletidamente quanto Arendt havia proposto. Porém, assim como a autora, considerava que o campo de atuação do responsável pelo setor IV-B-4 era altamente circunscrito.

sistema e a confusão da hierarquia [...] possibilitam as súbitas e surpreendentes mudanças pelas quais o totalitarismo é famoso” (Arendt, 2011b, p. 458), o presente capítulo ambiciona apresentar o funcionamento da burocracia totalitária.

As duas primeiras seções se destinarão ao exame sobre ela. Com enfoque na sua tipologia, como a multiplicação de repartições e agências, a utilização de medidas administrativas, a escolha de inimigos objetivos e a mistura de caos e sistematização, será possível entender como o aparato foi utilizado em prol do extermínio. Destacar-se-á também, a partir da leitura das principais fontes utilizadas por Arendt, como Hilberg (2016) e Kogon (1974), acrescida da consulta a outras obras de referência sobre a administração do Terceiro *Reich*, como os estudos de Kershaw (1992), Evans (2016), Mazower (2013) e Browning (1994; 2001), que o aparelho burocrático do *Reich* não era monolítico, mas, ao contrário, se estruturava mediante a existência concomitante de 4 aparatos principais, distintos e complementares, que a partir das especificidades inerentes ao seu próprio campo de atuação colaboraram com a fabricação de cadáveres que teve nos campos de extermínio a sua linha de chegada. Portanto, defendemos que a coexistência desses aparatos não é apenas a responsável imediata pela multiplicação de cargos e setores, mas o que distingue a burocracia totalitária.

A seção seguinte apresenta a burocracia dos campos de concentração, ocasião para a qual foi essencial voltarmos-nos aos relatos de sobreviventes dos *Lager*¹³⁶, seja aqueles citados pela autora, como David Rousset e Eugen Kogon, sejam os textos de outros autores, como Primo Levi, igualmente relevantes para examinar o seu funcionamento. Sua finalidade é analisar de que modo a gestão desses espaços foi planejada a fim de submeter seus prisioneiros a uma situação de morte contínua mediante o amálgama de *caos* e *sistematização*, demonstrando que a burocracia nesses espaços repercutia a administração empreendida fora do universo concentracionário. Por fim, serão apresentadas as principais funções que compunham a burocracia dos *Lager*, subdividida em *funcionários da SS* e *funcionários presos*.

A seguir, será examinado o retrato geral do funcionário das burocracias totais, que Arendt, influenciada pela figura de Himmler, denotou como o filisteu, um homem-massa que, “privado de qualquer relação comunal, fornece a melhor ‘matéria-prima’ para movimentos que aglutinam e comprimem as pessoas” (Arendt, 2008, p. 422). Suas principais características são a superfluidez, o ressentimento e a solidão. Complementarmente a essa perspectiva, a seção

¹³⁶ Em alemão, o termo que designa campo de concentração é *Konzentrationslager* (abreviado, KZ, ou na versão simplificada, *Lager*). Diversos relatos de sobreviventes, como os de David Rousset e Primo Levi, utilizam a versão simplificada concomitantemente com o uso das palavras “campo”, “campo de concentração”, “campo de extermínio”, entre outros, a fim de evitar repetições. Com o mesmo fim, utilizamos o termo na presente Tese.

seguinte apresenta um outro tipo de funcionário que, ao passo em que compartilhava com o filisteu do ressentimento, da solidão e da superfluidade, se diferenciava dele por ser um *expert* com titulação em uma determinada área. Nesse sentido, a carreira do jurista Reinhard Höhn servirá como fio condutor argumentativo a partir do qual analisar-se-á de que modo os governantes do *Reich* se serviram dos especialistas a fim de resolver as questões técnicas e administrativas que um regime que se pretende total suscita.

Por fim, o retrato de Eichmann servirá como o elo que vincula os conceitos examinados nas seções anteriores. Às características já apresentadas, o exame do responsável pelo setor IV-B-4 somará outras, como a obediência cadavérica, a irreflexão e o uso de jargões burocráticos, além da investigação sobre a participação da liderança judaica nas atividades desenvolvidas por ele, formando um corpo burocrático paralelo que, ao prestar serviço para os funcionários totalitários, diluiu as fronteiras que cindem resistência e cooperação.

5.1 A burocracia totalitária

O que nós, como formadores da próxima geração de líderes, queremos é um sistema estatal moderno baseado no modelo das cidades-estado helênicas [...]. Cinco a dez por cento da população, a sua melhor seleção, deve governar, enquanto o resto deve trabalhar e obedecer. Esta é a única maneira de alcançar os valores mais elevados que devemos exigir de nós mesmos e do povo alemão (Kogon, 1974, p. 20).

A apresentação da problemática exposta impõe uma pergunta basilar para compreender a burocracia totalitária: *que tipo de aparato foi utilizado para a execução das rotinas administrativas indispensáveis à consecução do extermínio e da conversão do Estado em mero meio, destituindo sua dignidade enquanto forma legítima de organização política?*

A tentativa de respondê-la implica considerar o tamanho do aparato governamental, porquanto a aplicação da Solução Final “exigia mais do que a aceitação tácita por parte do aparelho estatal do Reich; precisaria da cooperação de todos os ministérios e de todo o serviço público” (Arendt, 2017, p. 128), o que levou Kershaw (1992, p. 76) a descrever que sua implementação motivou a formação de uma “unidade a partir de vários ‘programas’ organizacionalmente separados”, culminando com a criação das equipes de operações especiais, em 1941, que potencializaram a morte como princípio de governo. Friedlander (1994, p. 499) ilustra como esses mecanismos administrativos movimentaram os processos de tomada de decisão que lidavam com as “vidas indignas de serem vividas”:

O processo de tomada de decisão ilustra conexões entre os vários aparatos de extermínio [...]. Hitler deu uma ordem verbal para iniciar a operação de extermínio, e o Gabinete de Segurança prontamente agiu para obedecer. Mas [...] os burocratas precisavam de uma autorização por escrito para sua própria proteção, bem como para obter a colaboração das agências. Funcionários do Gabinete prepararam o texto de uma autorização retrodatando-a para o dia em que a guerra havia começado, e Hitler a assinou em outubro de 1939. Estou convencido de que o mesmo processo de tomada de decisão acompanhou a implementação da Solução Final [...], pois parece certo que Hitler deu ordens verbais que comissionaram Himmler e sua SS para matar os judeus [...]. Ainda assim, como Reinhard Heydrich precisava de alguma forma de comissão por escrito para obrigar a cooperação das agências governamentais, foi fornecido por Hermann Göring, que assinou a autorização.

Sobre esse imperativo, Mazower (2013) destaca que diferentemente de uma série de procedimentos continuados, o que houve foi uma sucessão nem sempre linear de processos e mecanismos engendrados pela ideologia, pela disposição pessoal de Hitler (repercutida entre colaboradores e cúmplices) e pela guerra, o que fez com que, muito distante de uma pretensa homogeneidade, tenham predominado as decisões advindas da fortuna. A verdade é que o Estado totalitário não é uma estrutura monolítica unicamente caracterizada pela pretensão de sistematização, previsibilidade e calculabilidade, mas uma estrutura amorfa que “não passava de uma completa ausência de sistema” (Arendt, 2011b, p. 445), demonstrando que tal organização pode ser melhor descrita mediante o par conceitual *sistematização-improvisação*.

Diversos eventos o exemplificam. Por exemplo, na noite de 9 de novembro de 1938, o Ministro da Propaganda, Josef Goebbels, se reuniu com líderes do Partido Nazista que haviam iniciado uma série de revoltas violentas contra judeus e suas propriedades, ocasião na qual afirmou aos revoltosos que Hitler havia decidido que não se oporia às agitações. Diante disso, as lideranças ali presentes presumiram que “o partido não devia aparecer externamente como arquiteto dos protestos, mas devia organizá-los e executá-los” (Hilberg, 2016, p. 39). O resultado foi catastroficamente ambíguo: enquanto as SS incendiaram todas as sinagogas (sem esquecer de saqueá-las antes), as forças policiais e ministérios que desconheciam a origem de tais diretrizes tentaram conter os movimentos.

Mais do que evidenciar querelas existentes entre os altos escalões do Partido (por exemplo, entre Goebbels e Himmler), e mesmo que a sugestão do Ministro da Propaganda tenha sido contida (e tenha suscitado uma repercussão estrangeira negativa), motivando o funcionalismo público alemão a preferir lidar com os inimigos objetivos “de forma sistemática [...], isto é, de maneira organizada, que garantisse o planejamento de cada medida por meio de memorandos, correspondências e reuniões” (Hilberg, 2016, p. 49), o *pogrom* de Goebbels abriu precedente para as decisões tomadas de modo não-planejado e não-sistematizado. *Eizenlaktionen*, ou seja, ações isoladas que variavam muito em *como* eram orquestradas e *o que*

visavam coibir – em uma ampla variedade que ia desde a pressão para famílias judaicas venderem suas propriedades por valores muito aquém do valor venal real até as matanças empreendidas pelos grupos de extermínio –, a partir de então não foram mais contidas.

Diferentemente da centralização do aparato que um exame que leve em conta apenas a figura do Líder pode supor¹³⁷, o “motor da destruição era um aparato disperso, diverso e, acima de tudo, descentralizado” (Hilberg, 2016, p. 55), justificando porque era essencial mantê-lo sob coordenação ininterrupta (afinal, caso se tratasse de um aparato único, tal coordenação seria um dado evidente). Um evento narrado por Arendt em *Eichmann em Jerusalém* comprova a descentralização da burocracia nazista: a Conferência de Wansee, realizada em janeiro de 1942, contando com a presença dos secretários e subsecretários de estado, além dos governadores do *Reich* que atuavam nas nações ocupadas. Sua finalidade era viabilizar o extermínio dos inimigos objetivos, propósito frente ao qual era indispensável mobilizar os “homens de carreira superior do serviço público, sob as ordens diretas dos ministros, pois esses homens, espinha dorsal de toda a administração governamental, não eram fáceis de substituir, e Hitler os tinha tolerado, assim como Adenauer iria tolerá-los” (Arendt, 2017, p. 129). O problema para viabilizá-lo é que diferente dos cargos de comando, parte dos subsecretários, peritos e especialistas vinculados aos ministérios não era filiada ao Partido e nem possuía patente militar, o que gerou uma momentânea apreensão de lideranças como Heydrich, que não estavam convictas de que obteriam sua ajuda na consecução do extermínio. “Bem, ele não poderia estar mais equivocado”, já que “a Solução Final foi recebida com ‘extraordinário entusiasmo’” (Arendt, 2017, p. 129), inclusive, pelo funcionalismo médio.

Outros eventos anteriores a Conferência de Wansee também demonstram que as medidas administrativas da burocracia totalitária eram adotadas, predominantemente, de maneira descentralizada: a conquista de territórios a partir de 1939 tornou cada vez mais difícil manter a eficiência da burocracia alemã, o que, na prática, repercutia nos governadores e lideranças do Partido (*Gauleiters*) em conflito com os funcionários públicos de Berlim que, por sua vez, tinham que lidar com vários aparatos concomitantes, inviabilizando que até mesmo

¹³⁷ A caracterização do Estado totalitário que considera especialmente a sua centralização em torno da figura do Líder é derivada das primeiras interpretações sobre ele que, de acordo com Neumann (2009, p. 47-48), provêm dos primeiros constitucionalistas que versaram sobre a organização do *Reich*. O próprio Neumann contrapõe à tese do centralismo totalitário mediante alguns fatores: 1) A manutenção, no governo nazista, da posição de teóricos políticos e juristas dos períodos anteriores a 1933, o que se deve a sua consideração de que o nacional-socialismo seria “uma nova edição do sistema imperial, com base na autoridade da burocracia e do exército”. Para ele, Carl Schmitt o exemplifica; 2) A ideologia totalitária satisfazia tanto aos interesses de grupos tradicionais da sociedade alemã, como burocratas do funcionalismo público, oficiais do exército e grandes comerciantes e industriais, assim como seu discurso não suscitou alertas internacionais (ao contrário, motivou o surgimento, em diversos países, de grupos que defendiam as ideias nazistas); 3) O totalitarismo respondia com precisão às necessidades do momento, incluindo o ressentimento derivado das sanções aplicadas com o fim da Primeira Guerra Mundial.

eles conseguissem identificar qual funcionário ou setor era o incumbido por determinada diretriz. Nesse cenário conflitivo, os partidários mais próximos de Hitler compartilhavam da opinião de que a centralização não seria o melhor expediente para um regime em expansão contínua, opinião com a qual o *Führer* aquiescia, já que “rejeitava a ideia de um escritório central dirigido por funcionários públicos [...]. A última coisa que ele queria era uma padronização de regras e procedimentos que amarraria as mãos de seus homens” (Mazower, 2013, p. 282-283). Ademais, seguir o modelo de dominação imperialista britânica, quando “145 mil homens governavam 350 milhões”, o fez considerar que a franca expansão impunha uma “descentralização maciça” que demandava “a criação arbitrária de novos departamentos” Os problemas advindos dessa administração podem ser resumidos em três tipos de excessos: 1) O personalismo governamental; 2) A improvisação que, muito mais do que o cálculo e a previsibilidade, se converteu em procedimento de rotina; 3) A criação de novos organismos.

A incerteza como matriz administrativa proveniente dessa gestão fluida causava não apenas desconfortos, mas uma competição entre órgãos que mantinham o ímpeto de “pretender representar o desejo do Líder” (Arendt, 2011b, p. 450), caracterizada por Chapoutot (2023) como uma espécie de *darwinismo administrativo* incentivado por Hitler desde a reestruturação do Partido Nazista em 1927-1928 – período em que ele se tornou “uma organização internacional com sede na Alemanha” (Arendt, 2008, p. 177) – e mantido como *modus operandi* e *organizacional* do aparato entre 1933 e 1945.

Também podemos identificar na concorrência de órgãos paralelos, encarregados das mesmas missões e dos mesmos territórios, uma forma de darwinismo administrativo espontâneo e inconsciente. Se o Estado, com sua organização geométrica, sua inércia e suas regras imutáveis, não é capaz de enfrentar as urgências biológicas e históricas do momento, a disseminação metastásica de iniciativas individuais e o desenvolvimento de uma concorrência institucional poderiam levar às soluções mais rápidas e radicais. E assim, a partir de 1933, ao tempo lento e à organização regrada do Estado sucedem o choque das ambições e a busca desenfreada dos favores do *Führer*, que cada um julga obter interpretando suas palavras e suas ideias da maneira mais radical possível (Chapoutot, 2023, p. 40).

Porém, o que significa assentir que a burocracia nazista era descentralizada? Certamente essa afirmação posterga o exame sobre o Líder, centro do governo e porta-voz do movimento, seja a Lei da Natureza, seja a Lei da História, para as quais “os fracos tendem a morrer e os fortes a viver. Ao matar os fracos, estamos obedecendo às ordens da natureza”, de tal modo que “ao matar os fracos e desamparados, a pessoa demonstra por extensão que faz parte dos fortes. Uma importante consequência desse tipo de raciocínio é que ele retira a vitória e a derrota de mãos humanas” (Arendt, 2008, p. 233), tornando-as tão supérfluas quanto

quaisquer oposições aos seus vereditos. Entretanto, “se fôssemos enumerar as agências públicas e privadas que podem ser chamadas de ‘governo alemão’ e aquelas que podem ser chamadas de ‘maquinário da destruição’, descobriríamos que estamos lidando com escritórios idênticos” (Hilberg, 2016, p. 55), cada um deles desdobrados em “numerosos outros subdepartamentos [...], seguidos por um extenso aparato secreto” (Kogon, 1974, p. 27).

Afirmar que o desenraizamento e a aniquilação no *Reich* foram movimentados por um aparato descentralizado equivale a asseverar que não foi incumbência exclusiva de um setor, ministério ou seção policial especializada em destruição, mas por atos administrativos realizados “por uma falange de funcionários em cargos públicos e empresas privadas”, cujas medidas burocráticas e com apelo à racionalidade governamental, “inseriam-se no hábito e nas rotinas administrativas” (Hilberg, 2020, p. 1). Assim, se não há precedentes para a burocracia total, isso deve-se à descentralização da maquinaria da destruição, que envolveu a organização da sociedade alemã em grupos de vanguarda e organizações nazificadas, acrescida da atuação dos ministérios, Forças Armadas, Partido e Indústria.

Arendt (2016e) fez a mesma denúncia em *Entre o passado e o futuro* quando caracterizou o formato da burocracia totalitária como uma *casca de cebola*, cuja justaposição de camadas acena para a *graduação da militância e do funcionalismo*, “na qual cada escalão reflete para o imediatamente superior a imagem do mundo não-totalitário”. A novidade desse tipo de organização, constituída por uma hierarquia flutuante que possibilita que novos estratos fossem incorporados ao regime sem ônus à manutenção de sua estrutura, é que ela consegue mais êxito em dirimir as chances de que seus membros experienciem o mundo não-totalitário. Nesse caos de movimento e transferência de responsabilidade, quanto mais ostensiva for uma instituição, menor o seu poderio, enquanto quanto menos conhecida ou acessível for (ou seja, quanto mais central for uma camada), mais comando e incumbências deterá, de tal modo que “o verdadeiro poder começa onde o segredo também começa” (Arendt, 2011b, p. 453). Para Arendt, tal tipologia fomentou a disseminação da cumplicidade, fazendo com que “cada membro sinta que abandonou para sempre o mundo normal onde o assassinato é colocado fora da lei, e que será responsabilizado por todos os crimes da elite” (Arendt, 2011b, p. 422).

No centro da cebola está localizado o Líder que, mais do que as prerrogativas de chefe de estado e de governo, é o representante das leis sobre-humanas que mantêm o regime em movimento. “Separa-o da formação de elite um círculo interno de iniciados que o envolvem numa aura de impenetráveis mistérios correspondente à sua ‘preponderância inatingível’” (Arendt, 2011b, p. 423). Divergindo da hierarquia autoritária tradicionalmente conhecida, na

qual o que baliza a posição piramidal do tirano é a fonte de poder que emana do alto, “o que quer que ele faça, [...] o faz de dentro, e não de fora ou de cima” (Arendt, 2016e, p. 136).

O princípio de liderança que o situa no centro do aparato faz com que o seu desejo, em movimento constante, seja o regimento máximo da burocracia totalitária. Tal cânon difere de manifestações reivindicadas em regimes despóticos, porquanto eles jamais ambicionaram a abolição irrestrita tanto da liberdade, quanto da espontaneidade. No totalitarismo, ao contrário, tal pleito foi tentativamente logrado pelo fato de que o desejo do Líder podia “encarnar-se em qualquer parte e em qualquer momento sem que o próprio *Führer* esteja ligado a qualquer hierarquia, nem mesmo àquela que ele mesmo possa ter criado” (Arendt, 2011b, p. 455). Assim, até as lideranças dos aparatos não o eram em sentido estrito, já que não se esperava delas nada além de guiar seus subordinados a fim de que tudo que executassem reafirmasse os desejos de Hitler, ainda que não adviessem direta e expressamente dele. Tal panorama auxilia a compreender porque, especialmente durante a guerra, “entre as 650 ordens mais importantes [...], apenas 72 eram leis formais; o resto eram decretos ou ordens ditados em nome do *Führer*, ainda que não por ele próprio, a maioria em segredo” (Mazower, 2013, p. 281).

O Líder personifica a função de proteção que é repercutida, *mutadis mutandis*, nas demais camadas do aparato: tanto defender o movimento de ameaças do mundo exterior quanto ser o elo que vincula o Estado totalitário ao mundo não-totalitário. Cabe ainda a ele “estabelecer o mundo fictício do movimento como realidade operante [...] e, por outro lado, evitar que esse mundo adquira estabilidade, pois a estabilização de suas leis e instituições certamente liquidaria o próprio movimento” (Arendt, 2011b, p. 441). Sua posição é justificada porque ele entifica o movimento, e tal personificação o diferencia das lideranças partidárias comuns, já que, como representante de legislações sempiternas, “proclama a sua responsabilidade pessoal por todos os atos, proezas e crimes cometidos por qualquer membro ou funcionário em sua qualidade oficial”. Na pena arendtiana, trata-se do aspecto basilar do princípio de liderança, “segundo o qual cada funcionário não é apenas designado pelo Líder, mas é a sua própria encarnação viva, e toda ordem emana supostamente dessa única fonte onipotente” (Arendt, 2011b, p. 424). A consequência direta daí advinda é que os funcionários gradativamente passaram a não se considerar responsáveis por suas ações, tampouco impelidos a justificá-las.

Ademais, se cada funcionário podia ser concebido como uma espécie de revérbero da liderança¹³⁸ e o Líder, por sua vez, era inerrante, isso significa que eles eram isentos de

¹³⁸ A vinculação entre o Líder (Hitler) e seus seguidores, nos diferentes níveis do regime (ou, arendtianamente falando, da casca da cebola) motivou alguns autores a examinarem o *Führer* à luz da liderança carismática proposta por Max Weber. É o caso de Lepsius (1986) e Kershaw (1981).

equivocos. Nesse sentido, à “afirmação propagandística de que todo evento é previsível segundo leis naturais ou econômicas, a organização totalitária acrescenta a posição de um homem que monopolizou esse conhecimento e cuja principal qualidade é o fato de que ‘sempre teve e sempre terá razão’” (Arendt, 2011b, p. 433). De tal constatação, pode-se depreender dois pontos que explicam a localização central e insubstituível do Líder para o Estado totalitário: 1) Porquanto ele sempre tem razão, suas ações nem sempre podem ser compreendidas por subordinados que, sem ter a grandiosidade para entendê-las, devem meramente cumpri-las; 2) A valorização do Líder e das mentiras por ele propagadas não teriam o mesmo sucesso sem a divisão organizacional do aparato burocrático montado a partir dele.

As demais camadas da cebola, compostas por associações e organizações profissionais e sociais, acrescida da burocracia dos ministérios, do exército e do partido, se diferenciam dos estratos piramidais autoritários porque “desempenham o papel de mundo exterior normal para um nível e o papel de extremismo radical para outro” (Arendt, 2016e, p. 136). A aura de pseudonormalidade que protege as camadas do contato com o mundo real e, com ele, da verdade factual, é fornecida pelo trabalho complementar exercido pela díade terror-ideologia, de tal modo que quanto mais próxima uma camada está do centro da organização (ou seja, do Líder), “mais radical é sua visão de mundo e maior sua prontidão para a ação assassina”.

Como uma das funções essenciais do governo era a destruição dos inimigos objetivos, Arendt (2017, p. 176; 312) assentiu que “não havia uma única organização ou instituição pública na Alemanha, pelo menos durante os anos de guerra, que não tenha sido envolvida em ações e transações criminosas” e que a consecução de crimes em larga escala só poderia ser cometida “por uma burocracia gigante usando os recursos do governo”. Mas, como era dividido o aparato administrativo alemão a fim de viabilizá-lo? De acordo com Neumann (1944), Evans (2016) e Hilberg (2016), ele era composto por um *Führer* (Hitler) e por quatro associações hierárquicas e burocráticas distintas e complementares: *os ministérios*, representando o Estado alemão, *a indústria e os negócios*, *o Partido Nazista* e *as Forças Armadas*. A combinação desses grupos era potencial e perigosamente profícua na Alemanha, onde tanto os serviços civis quanto os militares eram considerados os alicerces do Estado. “O crescimento dessas burocracias, não apenas como máquinas administrativas, mas também como hierarquias com tradições, valores e políticas próprias é, em certo sentido, sinônimo e idêntico à ascensão do moderno Estado alemão” (Hilberg, 2016, p. 56).

As reverberações advindas da elaboração de um edifício burocrático formado por um Estado quaternário, oficialmente inaugurado quando Hitler criou aparatos paralelos ainda antes do início da guerra, estabeleceu um contexto caracterizado por Mazower (2013, p. 278)

como *caos burocrático*: “‘Era fácil perceber’, escreveu um observador privilegiado, ‘que nosso Estado, supostamente muito centralizado no Führer, tinha começado a se dividir em dezenas de satrapias e múltiplos ducados minúsculos’. Ao passo em que o território do *Reich* se estendeu e, conseqüentemente, passou a incluir outros aparatos, advindos das regiões anexadas, o caos inerente à coexistência de várias organizações se agravou ainda mais.

Ademais, resguardadas as devidas diferenças históricas desses aparatos burocráticos – por exemplo, enquanto o setor de negócios e indústria só se tornou um interesse político de primeira grandeza em meados do século XIX, no período imperial, a estrutura do Partido, hierarquia mais jovem, datava de 1923 –, eles cooperaram entre si a fim de fazer parte de um único aparato de destruição. A sua existência concomitante, formando “um arranjo institucional elaborado e complexo” (Young-Bruhel, 1997, p. 234), é a maior responsável pela multiplicação de funções e de cargos. Ademais,

Cada nível hierárquico contribuiu para o processo de destruição não apenas com medidas, mas também com características administrativas. O serviço civil infundiu as outras unidades com seu planejamento firme e burocracia meticulosa. Do Exército, o aparato de destruição adquiriu precisão militar, disciplina e frieza. A influência da indústria se fez sentir na ênfase dada à contabilidade, à economia e à recuperação, além da eficiência fabril dos centros de extermínio. Finalmente, o Partido ofereceu a todo o aparato um “idealismo”, um senso de “missão” e uma noção de “fazer história”. Assim, as quatro burocracias se fundiram não apenas em ação, mas em pensamento (Hilberg, 2016, p. 62).

Portanto, como a existência de apenas dois aparatos burocráticos concomitantes, como aqueles compostos pelo poder ostensivo (burocracia ministerial) e poder real (burocracia do Partido, mormente a SS), poderia culminar na formação de uma estrutura “na qual a relação entre o partido e o Estado levaria a uma regulamentação legal que restringiria e estabilizaria as duas autoridades”, no que concerne ao amorfismo do edifício burocrático totalitário, é mais correto falar em *multiplicação* de cargos e funções do que em uma mera *duplicação*, o que, por sua vez, somente foi possível porque ela se compunha de quatro aparatos com tênues fronteiras de atuação. Arendt o defende e considera que tal multiplicação fundava o amorfismo da estrutura burocrática e fazia com que o “habitante do Terceiro Reich não apenas vivia sob a simultânea a frequentemente contraditória autoridade de poderes rivais, tais como a administração estatal, o partido, a SA e a SS, como também nunca sabia ao certo [...] qual autoridade deveria considerar acima de todas as outras” (Arendt, 2011b, p. 449). Portanto,

A ausência de estrutura no Estado totalitário, o seu desprezo pelos interesses materiais, a sua independência da motivação do lucro [...] contribuíram, mais que qualquer outro elemento, para tornar quase imprevisível a política contemporânea. O mundo não-

totalitário é incapaz de compreender uma mentalidade que funciona independentemente de toda ação calculável em termos de homens e bens materiais, e que é completamente indiferente ao interesse nacional e ao bem-estar do povo; e isso o coloca num terrível dilema de julgamento. Aqueles que compreendem corretamente a terrível eficiência da organização e da polícia totalitárias tendem a subestimar a força material dos países totalitários, enquanto aqueles que compreendem a esbanjadora incompetência da economia totalitária tendem a subestimar o potencial de poder que pode ser criado à revelia de todos os fatores materiais (Arendt, 2011b, p. 469).

A multiplicação resultante da existência desses aparatos oferecia a flexibilidade indispensável para os pleitos da dominação total, além de “promover uma instabilidade constante para manter o movimento [...] de forma tangível e operacional, evitando que a realidade adquira estabilidade” (Di Pego, 2015, p. 148). Tal flexibilidade, ao passo em que protege o *status quo* das burocracias totalitárias, as torna mais adaptáveis e camaleônicas do que as tipologias tradicionais de governo. Daí deriva, por exemplo, a facilidade com a qual podem ser alteradas as posições medianas dos aparatos públicos e privados, estabelecendo uma rotatividade que faz com que poucos funcionários sejam realmente experientes no exercício de suas funções. “Esse rodízio regular e violento de toda a gigantesca máquina administrativa, embora evite que a competência se desenvolva, tem muitas vantagens: assegura a relativa juventude dos oficiais e impede uma estabilização de condições” (Arendt, 2011b, p. 482). Por outro lado, a rotatividade diminui a possibilidade de serem estabelecidas lealdades – a não ser com relação ao Líder –, além de reduzir o desemprego. Ainda sobre essa rotatividade, Arendt (2011b, p. 482) assente que, “ao estabelecer para todas as carreiras aquelas condições de promoção que antes só haviam prevalecido entre párias sociais”, foi possível converter funcionários em agentes duplos que estavam perfeitamente dispostos “a pagar o preço de uma vida curta pela nobre existência de alguns anos no topo”.

A coexistência dessas 4 organizações distintas, porém complementares¹³⁹ (Burocracia Ministerial, Partido, Forças Armadas e Indústria e Negócios), fez com que no aparato burocrático totalitário, a organização se oblitere em um estado de coisas em que tudo adquire a aparência de “um estado de flutuação permanente, um rio contínuo” (Vetö, 1982, p. 573) cuja fluidez possibilita ao sistema se impor a resistências e a contornar limitações, o que se coaduna com uma forma de governar que somente pode permanecer se se mantiver em movimento. Dessarte, como a mudança peremptória era um predicativo nazista, seus membros ficavam a “um passo atrás do movimento – eles tinham dificuldade em acompanhar essas mudanças ou, como Hitler costumava dizer, não eram capazes de ‘saltar a própria sombra’”

¹³⁹ A complementaridade dos aparatos burocráticos totais justifica porque medidas administrativas como decretos, relatórios e memorandos não raramente eram assinados por funcionários de diversos órgãos, o que nublava ainda mais as fronteiras entre o que era encargo de um setor ou de outro (Hilberg, 2016; Neumann, 2009).

(Arendt, 2017, p. 76). Por isso não era possível aos funcionários do aparato prever as próximas medidas, ou os próximos decretos a serem emitidos.

A *burocracia ministerial*, “com uma equipe de funcionários civis, era a principal executora dos decretos [...] do processo de destruição” (Hilberg, 2016, p. 56). Liderada por Hitler e vice presidida por Herman Göring, “comandante-em-chefe da Força Aérea, primeiro-ministro da Prússia, plenipotenciário do Plano Quadrienal e, por último, mas não menos importante, vice de Hitler na hierarquia do Estado (diferente da hierarquia do Partido)” (Arendt, 2017, p. 98), era seguida por três grandes eixos: 1) *Plenipotenciário geral para a administração alemã*, liderada por Wilhelm Frick até 1943 e, em seguida, por Heinrich Himmler, responsável por 4 ministérios: *Interior*, chefiado por Frick e, posteriormente, pelo próprio Himmler; *Justiça*, encabeçada por Franz Gürtner (1933-1941), Franz Schlegelberger (1941-1942) e Otto Georg Thierack (1942-1945); *Ciência, educação e cultura*, chefiada por Bernhard Rust; *Igrejas*, encabeçada por Hans Kerrl (Hilberg; 2016; Kogon, 1974).

O segundo grande eixo da burocracia ministerial era composto pelo *Plenipotenciário geral para a economia*, liderado por Walther Funk, era o responsável por 4 ministérios: *Economia*, chefiada por Hjalmar Schacht (1934-1937), Herman Göring (1937-1938) e pelo próprio Funk (1938-1945); *Alimentos e Agricultura*, encabeçada por Alfred Hugenberg (1933), Richard Walter Oscar Darre (1933-1944) e Herbert Backe (1944-1945); *Trabalho*, chefiada por Franz Seldte; *Finanças*, encabeçada por Lutz Schwerin von Krosigk (Hilberg; 2016; Kogon, 1974, Evans, 2016b).

O terceiro eixo da burocracia ministerial era formado pelos demais ministérios que recebiam diretivas de Hitler e de Göring: *Propaganda*, chefiado por Joseph Goebbels; *Exterior*, encabeçado por Konstantin von Neurath (1933-1938) e Joachim von Ribbentrop (1938-1945); *Territórios orientais ocupados*, liderado por Alfred Rosenberg; *Transportes*, chefiado por Paul Freiherr von Eltz-Rübenach (1933-1937) e Julius Dorpmüller (1937-1945); *Correios*, encabeçado por Paul Freiherr von Eltz-Rübenach (1933-1937) e Wilhelm Ohnesorge (1937-1945); *Armamentos*, liderado por Fritz Todt (1940-1942) e Albert Speer (1942-1945); *Banco Central do Reich (Reichsbank)*, liderado por Hjalmar Schacht (1937-1943) e Walther Funk (1943-1945). No espaço entre cada um desses ministérios e o *Führer* se impunha a Chancelaria do *Reich*, liderada por Hitler (Hilberg; 2016; Kogon, 1974, Evans, 2016b).

A burocracia ministerial representa as instituições do Estado alemão, herdadas da administração de Paul von Hindenburg e que foram mantidas com a ascensão de Hitler a chanceler. Porém, ela foi gradativamente esvaziada de poder efetivo com a geminação dos setores estatais, que passaram a ter agências correspondentes sem vinculação com o Estado,

porquanto pertenciam ao Partido Nazista. No tocante às agências, trata-se de “órgãos dotados de uma missão, e cuja existência é limitada ao período da referida tarefa. Essas agências se multiplicam a partir de 1933, em particular para executar missões vinculadas à guerra” (Chapoutot, 2023, p. 43). Tais repartições *ad hoc*, criadas para atender a necessidades governamentais específicas (como a SA, a SS, a Juventude Hitlerista), rivalizavam com departamentos e secretarias legados de uma longa tradição burocrática que remete a Bismarck. Porém, elas não são criação nazista: sua formação remonta ao século XIX, quando juristas especializados em direito público franceses e alemães projetaram as agências como meios de atender as especificidades técnicas da indústria sem inchar o aparato estatal, ou seja, “mediante instituições que não fossem *stricto sensu* organismos do Estado” (Chapoutot, 2023, p. 44). Todavia, diferente das finalidades que motivaram a sua criação, sua utilização durante os governos totalitários ambicionava diluir a força e a dignidade do Estado como modelo de organização de corpos políticos.

A manutenção da burocracia ministerial, ainda que não representasse o poder real no aparato totalitário, era essencial para manter a fachada de normalidade direcionada tanto aos simpatizantes do regime quanto ao mundo exterior. Portanto, a ostensividade das instituições do Estado alemão, enquanto governo meramente formal que poderia até ser suprimido sem que isso onerasse a fonte real do poder na burocracia totalitária, que era o Partido, era importante na medida da sua utilidade para a “proteção da ordem capitalista e da propriedade privada e tinha plena autoridade em todas as questões econômicas, enquanto o Estado prerrogativo (Partido) era supremo em todos os assuntos políticos” (Arendt, 2011b, p. 446).

Todavia, ainda que fosse um poder ostensivo, ele foi um dos primeiros a ser coordenados. Como “em contraste com a pluralista e federalista República de Weimar, o novo estado não toleraria a existência de órgãos públicos autônomos dentro dele”, a primeira e decisiva medida administrativa para a nazificação das suas atividades foi dada em 24 de março de 1933, no decreto intitulado “Ato para aliviar a angústia do povo e do *Reich*” que, aprovado sem ressalvas por um *Reichstag* eleito menos de um mês antes e cuja maioria era composta por deputados filiados ao Partido Nazista, concedeu ao chanceler “poder legislativo ilimitado, com direito de se afastar das disposições constitucionais e interferir em todos os lugares” (Neumann, 2009, p. 49). Portanto, ainda que o *Reichstag* não tenha sido abolido, a eliminação da separação dos poderes executivo e legislativo o tornou obsoleto, além de ter conferido ao primeiro disposição irrestrita sobre toda a estrutura da maquinaria administrativa.

Consoante a isso, a superioridade da burocracia do Partido em detrimento da ministerial se radica na desconfiança de Hitler com relação aos ministros, por considerar que

não dispunham da firmeza necessária, porquanto, com facilidade, se deixavam corromper pelo funcionalismo público que “lhe parecia tacanho e preso a ideias antiquadas sobre legalidade”. Tal suspeição o motivou a partir de 1933, e com mais força com a conquista da Polônia, a fundar agências de gerenciamentos especiais para tratar de maneira germânica questões de “justiça, finanças, ferrovias e correios” (Mazower, 2013, p. 277), além de manter os departamentos da burocracia ministerial chefiados por homens formados nas fileiras do Partido. Assim, um ministro de Estado era notadamente inferior a um líder do Partido, com duas exceções: o próprio Himmler, quando se tornou ministro do Interior, e Goebbels, que permaneceu dispondo de poderes reais até a capitulação da Alemanha (Evans, 2016b).

Diferentemente da mediocridade que reputava aos funcionários públicos civis que havia herdado de Hindenburg e que, para seu desprazer, não podia abdicar, sua ambição era se cercar de um séquito de funcionários “que estivessem sempre alertas, um novo tipo de homem, uma raça de governantes”¹⁴⁰ e para tal missão, as restrições inerentes à burocracia ministerial não serviam. Ao contrário, o Partido “estava em ascensão porque Hitler considerava que seus principais chefes eram essenciais para conduzir uma guerra racial eficiente e construir a nova Grande Alemanha” (Mazower, 2013, p. 277). Por conta disso, “o partido continuou a ser tão indispensável quanto o serviço público era suspeito [...], a revolução nazista não estaria completa até o estabelecimento da Grande Alemanha e, embora ele precisasse da burocracia ministerial e do Exército para derrotar os inimigos no campo de batalha, a germanização [...] exigia o partido” (Mazower, 2013, p. 280).

Por outro lado, o Partido Nazista, cuja estrutura remonta ao ano de 1923, passou por um agudo desenvolvimento entre 1927-1928. Um dos seus idealizadores e líderes organizacionais (o equivalente a secretário geral) foi Gregor Strasser. Ele havia participado da tentativa fracassada de golpe conhecida como o *Putsch de Munique* e, justamente após tal malogro, compreendeu que o crescimento da organização perpassava “o estabelecimento de uma estrutura extremamente elaborada de subdivisões dentro do movimento” que pretendia formar os alicerces da “criação de uma sociedade comandada por instituições nazificadas quando Hitler chegasse ao poder”. Strasser foi o primeiro a compreender que “o totalitarismo no poder permanece fiel aos dogmas originais do movimento” (Arendt, 2011b, p. 462). Tal exame explica as semelhanças entre os expedientes organizacionais do movimento e do Estado

¹⁴⁰ Essa casta de governantes deveria ser formada pelo sistema educacional que Hitler pretendia fundar, composto por Instituições Educacionais Políticas Nacionais, em sigla, Napola (*Nationalpolitischen Erziehungsanstalten*), instituições que “Hitler descreveu aos mais íntimos como aquela a partir do qual adviria o novo tipo humano, já parcialmente realizado na SS, como um animal predatório, cruel, sem medo, marcado de traços ‘demoníacos’ de tal modo que ele mesmo se apavorou com a visão” (Fest, 2017, p. 622).

totalitário e põe em relevo a importância de planejar uma estrutura eficiente para o primeiro, porquanto ela implica em uma organização engenhosa para a implementação do segundo.

Portanto, a estrutura do Partido pretendia ser um espectro e um laboratório da sociedade arianizada ideal, e tal objetivo inicialmente ajudou a voltar o apelo eleitoral do Partido Nazista a cada uma das vertentes que compunham a sociedade alemã, “auxiliando a politizar instituições que antes se consideravam mais ou menos apolíticas”, como a Juventude Hitlerista, organização que despontou com o mote de formar os jovens na ideologia do movimento, e a Organização da Célula de Fábrica, uma tentativa de refrear o crescimento do movimento sindicalista e socialista que, nas décadas de 1920-1930, era bastante popular na Alemanha. “Isso significava que o Partido teria condições de se expandir com facilidade caso obtivesse um influxo rápido de novos membros. E a estrutura no todo mantinha-se unida pela lealdade incondicional a um líder cujo poder era absoluto” (Evans, 2016, p. 275).

A organização do Partido entifica, portanto, que a burocracia totalitária se radica no conceito de poder que subjaz a essa forma de governar: ao invés da capacidade humana de agir em comum acordo, tal como descrito em *A condição humana*, em um regime total, trata-se da “força produzida pela organização” (Arendt, 2011b, p. 468). O poder equiparado à mera força da organização denota ainda por que a formação de um Estado policial, no qual “quem não está incluído está excluído”, estabeleceu uma irreconciliável dicotomia entre *nós* e os *outros* perpetuada pela *obediência cadavérica* concebida como a virtude *par excellence* que, sob “sua forma peculiar de organização” inviabiliza que os indivíduos “possam conceber a vida fora do grupo fechado de homens que, mesmo condenados, ainda se sentem superiores ao resto do mundo não-iniciado” (Arendt, 2011b, p. 430). A partir da institucionalização dessa sentença, “as comportas estavam legalmente abertas à arbitrariedade policial” (Kogon, 1974, p. 29).

Nessa conceitualização, duas afirmações são relevantes: enquanto, por um lado, organização se refere ao conjunto dos aparatos que compunham a burocracia total, por outro, a organização por excelência a qual Arendt se referia não era o Estado – aqui representado pela burocracia ministerial –, mas o Partido, mais especificamente duas de suas ramificações principais que, por sua vez, se cindiam em diversas agências e departamentos: a polícia secreta (Gestapo) e a unidade paramilitar SS, que “era uma ordem e uma associação com propósito especial. Desde o início, Himmler a criou como tal. Nunca pretendeu transformá-la num exército de milhões, mas foi o desenvolvimento do Terceiro Reich que levou a essa posição”. Isso explica as tentativas himmlerianas de preservar um quadro organizacional que mantivesse o ímpeto de sua fundação, ou seja, “desenvolver um sistema de governo racial-alemão e protegê-lo com todos os meios [...]. A SS tinha de assegurar pessoalmente a encarnação

messiânica avançada, o chamado do Führer” (Kogon, 1974, p. 22), o que elucida porque coube a ela a administração dos laboratórios dos regimes totais, os campos de concentração.

Ao fim e ao cabo, Gestapo e SS eram forças complementares, já que desde 1934 a primeira passou a ser comandada pela segunda (Himmler chefiava as duas), inicialmente com o fito de oferecer um serviço eficiente de segurança para os membros do Partido, mas que, especialmente a partir de 1941, “ao misturar funções públicas e partidárias e ao inculcar em seus membros um profundo senso de disciplina interna e *esprit de corps*, a entidade emergiu [...] como o mais poderoso organismo do *Reich*” (Mazower, 2013, p. 278). A força emergente de ambas explica por que elas se portavam como guardiãs do espírito nacional-socialista e porque, para Hitler, eram a fonte a partir da qual seria possível selecionar as futuras potências e baluartes da raça germânica. Com efeito, desde sua fundação, Rudolf Hesse, vice de Hitler, considerou a SS como “o cérebro do Partido e do Estado” (Kogon, 1974, p. 23).

Ao longo dos anos que separaram 1929 e 1945, tanto a SS quanto a Gestapo se reorganizaram incontáveis vezes, a fim de se adaptar às circunstâncias. Ainda assim, em *Origens do totalitarismo*, Arendt (2011b, p. 480) descreve que essa dupla era o mais organizado e eficiente âmbito do sistema totalitário, repercutindo “o verdadeiro ramo executivo do governo, através do qual todas as ordens são transmitidas”, de tal modo que “suas normas e escalas de valores permeiam toda a textura da sociedade”. Parte disso devia-se às diferenças entre elas e o próprio Partido, tomado de modo amplo: enquanto o último era uma organização de massas que congregavam-se unicamente através da lealdade ao *Führer*, a SS era centralizada na figura de Himmler e de seus comandados, dos quais uma parte advinha da elite intelectual da Alemanha, contando com peritos, resolvidores de problemas e tomadores de decisão “com alto grau de formação que esperavam que seu profissionalismo implacável pudesse resgatar a missão da Alemanha” e que, depois da guerra, “lavaram o sangue das mãos e se tornaram empresários, juristas, professores e consultores de gestão” (Mazower, 2013, p. 278-279).

A importância dessas organizações, situadas acima do Estado e “por trás das fachadas do poder ostensivo, num labirinto de cargos multiplicados” (Arendt, 2011b, p. 470), pode ser demonstrada pelo fato de que elas já se faziam presentes desde o início do movimento, voltando-se especialmente para a arregimentação da sociedade, que gradativamente passou a ser cindida em instituições de vanguarda, e para o tratamento dado aos oponentes. Esse primeiro estágio, logrado mediante a ação da polícia secreta e da SS via terror, liquidou a resistência ao regime e apenas “depois do completo extermínio dos reais inimigos e após o início da caça aos inimigos objetivos é que o terror se torna o verdadeiro conteúdo dos regimes totalitários” (Arendt, 2011b, p. 472). No entanto, é mandatório ressaltar que o terror que estabelece a

moldura dos governos totais não é apenas direcionado para algo específico a que se deve temer, mas “um modo de vida que toma como dado a absoluta impotência do indivíduo e lhe oferece a vitória ou a morte, a carreira ou o fim num campo de concentração, de maneira totalmente independente de seus próprios méritos e ações. O terror ajusta à perfeição” (Arendt, 2008, p. 376) as conjunturas cimentadas pela sociedade atomizada e pelo seu subproduto, os homens isolados, que convivem uns com os outros sem interesses politicamente compartilhados.

Com efeito, a figura do inimigo objetivo entifica a diferença entre a polícia secreta totalitária e repressão empreendida por governos despóticos. Divergindo de opositores suspeitos, que são assim considerados por se manifestar contra um dado regime, ambicionando, inclusive, derrubá-lo, o inimigo objetivo se notabiliza pela inocência – tal como aquela que recobre os heróis kafkianos, tão absoluta e resolutamente inofensivos que, justamente por esse motivo, tinham sua inocência vilipendiada – e é determinado pela política governamental, independentemente de opiniões, ações e crenças que possam ratificar. Ademais, como, no totalitarismo, a categoria dos suspeitos abrange toda a sociedade, porquanto “em virtude de sua capacidade de pensar, os seres humanos são suspeitos por definição” (Arendt, 2011b, p. 481), e mesmo que a escolha dos principais inimigos objetivos advenha das fases iniciais do movimento, as circunstâncias e o afã pela expansão fazem com que novas categorias sejam acrescentadas àquelas já conhecidas – demonstrando que todo indivíduo pode ser inimigo objetivo, a próxima vida indigna de ser vivida – em uma escolha que nunca é aleatória, mas, ao contrário, “uma vez que são divulgadas e usadas para fins de propaganda do movimento devem parecer plausíveis como possíveis inimigos” (Arendt, 2011b, p. 475). Portanto, a sua existência e o acréscimo de novas categorias se radica no fato de que a marcha constante a qual se direciona a dominação totalitária se depara constantemente com obstáculos que precisam ser eliminados. Por conta disso, a sua escolha, que cabe ao Líder, traduzindo as leis da História ou da Natureza, é o elo que vincula os aparatos que compõem a burocracia total.

A estrutura do Partido Nazista, “verdadeira autoridade estatal fora e acima da lei” que “repousava no Corpo de Liderança do Partido” (Arendt, 2011b, p. 445) e cuja “respeitabilidade estava acima de qualquer suspeita” (Arendt, 2011b, p. 479), pode ser assim descrita: 1) *Liderança*, composta por Hitler (*Führer*) e pelos *Reichsleiter* (Líderes do *Reich*): Rudolf Hess (vice-líder), Heinrich Himmler, Joseph Goebbels e Wilhelm Göring; 2) *Chancelaria*, criada em 1941, em substituição ao Gabinete do Vice-*Führer* Rudolf Hess quando o cargo de vice-líder foi diluído; 3) *Formações militares*, “tão móveis [e cujos oficiais] eram tão frequentemente substituídos que simplesmente não podiam habituar-se ou deitar raízes em nenhuma parte do mundo comum” (Arendt, 2011b, p. 422, grifo nosso). Elas eram formadas

pelas *Sturmabteilung* (SA) ou Tropas de Assalto, formação milicianiana cuja incumbência era diluir os opositores mediante agitações, operações de terror e de assassinatos, diluída em 1934¹⁴¹, e as *Schutzstaffel* (SS), esquadrão que tinha como objetivo público a proteção dos líderes do Partido, mas que, na prática, sob o comando de Himmler, permaneciam disponíveis “quando o governo decide aprisionar ou liquidar certa categoria da população. Sua principal distinção é que somente ela [...] sabe que linha política será adotada”, o que a torna “a depositária dos maiores segredos do Estado” (Arendt, 2011b, p. 476).

Logo abaixo estavam os *Reichsleiter*, líderes nacionais de pastas chefiados diretamente por Hitler e por Hess (e posteriormente por Bormann). Atuavam em cinco campos: Propaganda (chefiada por Goebbels), Finanças (chefiada por Schwarz), Justiça (sob a ingerência de Frank), Política externa (sob a ingerência de Rosenberg) e Tribunal partidário (comandado por Buch). Após eles, situavam-se os *Escritórios do Partido* (sendo os principais o Escritório de Política de Raça, de Pesquisa Familiar, de Relações Exteriores, da Política Colonial e da Política Militar), acrescidos de 35 *regionais* controladas por *Gauleiteres* (líderes regionais do Partido), que eram, predominantemente, veteranos da Primeira Guerra Mundial, “radicais e impacientes com formação bastante básica [...], quase todos eram ‘tiranos’ encolerizados, competitivos e zelosos de sua própria autoridade pessoal. Muitos tinham uma queda pela bebida e pelo dinheiro” (Mazower, 2013, p. 281). Finalizando essa parte da burocracia ministerial, havia os *distritos ou condados*, as *seções locais* e as *ordens afiliadas*, cujo fim era nazificar a sociedade alemã, aplainando o terreno para a dominação total. Abrangia conhecidas organizações civis como a Ordem das Mulheres Alemãs, “uma daquelas paradoxais organizações que fazia campanhas para o afastamento das mulheres da vida pública, militantemente antissocialista, antifeminista e antisemita” e a União Nacionalista Alemã de Empregados do Comércio, que “desempenhou papel significativo em politizar muitos rapazes e voltá-los na direção do nazismo” (Evans, 2016, p. 274-275).

Enquanto a quantidade de integrantes do Partido era restrita a um número limitado pelas diretivas do *Führer* e das lideranças partidárias, as fileiras de simpatizantes eram permanentemente ampliadas. A importância dos últimos é que, mesmo não oficialmente, eles compunham a estrutura organizacional do Partido pois, na medida em que se organizavam em

¹⁴¹ A diluição das Tropas de Assalto é um exemplo do terror empreendida pela burocracia nazista. Até 1933, o Partido Nazista era cindido em três facções: a hitlerista, consideravelmente mais forte, a röhrista, formada pela milícia paramilitar da SA, que contava com mais de 3 milhões de membros, e a strasserista, vinculada a Gregor Strasser, principal mentor da estrutura do Partido. Temendo perder o controle do Partido mediante o crescimento das outras facções, Hitler e seus apoiadores, especialmente a SS e a Gestapo, organizaram, nos dias 30 de junho e 1º de julho de 1934, uma sequência de execuções. A ocasião, que ficou conhecida como a Noite das Facas Longas, resultou em quase 100 mortos e mais de 1000 presos (Evans, 2016).

grupos de vanguarda, “agrupamentos de simpatizantes para ajuda financeira ou de outra natureza (como, por exemplo, assistência legal)” (Arendt, 2011b, p. 415), constituíam uma fachada de normalidade que, enquanto separava o *Reich* do mundo não-totalitário, conduziam os membros da burocracia totalitária de volta à regularidade “sem a qual sentiriam com demasiada clareza as diferenças entre as suas crenças e as das pessoas normais, entre a mentirosa ficção do seu mundo e a realidade do mundo normal” (Arendt, 2011b, p. 416).

A engenhosidade da organização viabilizou tanto o isolamento dos membros e funcionários do Partido quanto lhes concedeu um aspecto de normalidade no que se refere ao mundo exterior. O resultado daí advindo é a aceitação das mentiras totalitárias pelo mundo não-totalitário, que passou a considerá-las aceitáveis ou, pelo menos, não muito diferentes do que se pode esperar da *Realpolitik*, demonstrando que, sob a forma burocrática de governar, a política é reiteradamente equiparada a um jogo de trapaças que culmina na formação de uma intrincada estrutura hierárquica na qual “desde os simpatizantes até os membros do partido, as formações de elite, o círculo íntimo que rodeia o Líder e o próprio Líder pode ser descrita em termos da mistura curiosamente variada de credulidade e cinismo que se espera de cada membro” (Arendt, 2011b, p. 432).

Essa fachada de regularidade que as organizações de vanguarda ensejavam foi replicada nas demais partes do aparato, de modo que uma distância segura cindia membros comuns do Partido, os ministérios, as Forças Armadas e as formações de elite que, por sua vez, eram mantidas com o mesmo afastamento das lideranças. “Assim como os simpatizantes constituem um muro de proteção em torno dos membros do movimento e representam para eles o mundo exterior, também os membros comuns envolvem os grupos militantes e representam para estes o mundo exterior normal” (Arendt, 2011b, p. 417). Desse modo, uma sociedade totalitária ideal seria aquela em que todos os cidadãos seriam simpatizantes, carrascos e vítimas inseridos no aparato e como os “meros simpatizantes nunca sabem o que está acontecendo” (Arendt, 2011b, p. 464), nada seria mais desejável do que sua manutenção mediante a formação de uma turba composta por cúmplices que, por sua distância do centro de onde provêm as decisões, permanecem alheios a todas elas.

As Forças Armadas (*Wehrmacht*) também compunham um intrincado aparato que se notabilizava pela sua difusão nas outras burocracias do maquinário de destruição. Com efeito, militares ocupavam secretarias e ministérios e atuavam nas indústrias e nos negócios. Essa propagação se deve a três fatores principais: 1) A aguda setorialização das Forças Armadas, especialmente após a reorganização de 1938, quando Hitler se tornou o seu comandante-em-chefe e a direção do Partido Nazista passou a comandar boa parte também do Exército, da

Marinha e da Aeronáutica; 2) O impedimento de que “não-arianos” participassem do funcionalismo público fez com que os militares precisassem ser alocados também para postos administrativos, tornando frequente na burocracia ministerial a presença de tenentes-coronéis (como o era o próprio Eichmann); 3) Após a diluição das SA, o Partido Nazista reforçou especialmente entre os jovens alemães o ingresso nas SS, o que implicou que, concomitantemente, eles entraram no Partido Nazista e se alistaram nas Forças Armadas. Ademais, como a burocracia ministerial também era composta por filiados ao Partido e por membros das SS, fechava-se, assim, a completa nazificação de todos os aparatos.

De acordo com o *Léxico biográfico sobre o Terceiro Reich* de Weib (2002), os postos da *Wehrmacht* mediante os quais cindia-se a burocracia das Forças Armadas – e que repercutiam nos aparatos do Partido, da burocracia ministerial e da Indústria e Negócios (porquanto diversos escritórios públicos e ministérios eram incumbidos das medidas que ditavam os rumos das empresas privadas, incluindo taxaço de impostos, repasse de verbas e utilização de mão-de-obra advinda do universo concentracionário) – eram: 1) o *Führer*, comandante de todas as ramificações da *Wehrmacht*; 2) Marechal do *Reich* (*Reichsmarschall*), patente dada a Herman Göring, segundo homem do império; 3) Marechal de Campo (*Generalfeldmarschall*), subordinado apenas ao *Führer*. Pouco mais de 20 homens galgaram tal patente, dentre eles Herman Göring (antes de ascender a Marechal do *Reich*). O seu sucedâneo na SS era o *Reichsführer SS*, posto de Himmler (Weib, 2002).

O quarto posto da hierarquia da *Wehrmacht* era o de Coronel-general (*Generaloberst*), seguido do General, posto ocupado por líderes nazistas como Rudolf Hess, Reinhard Heydrich e Joachim von Ribbentrop e Tenente-general (*Generalleutnant*). Esses seis primeiros postos podem ser descritos como “um feudo pessoal de Hitler”, muito mais do que comando ou “guia para a estratégia de guerra” (Mazower, 2013, p. 593).

O sétimo na hierarquia da *Wehrmacht* era o Major-general, seguido de Coronel (*Oberst*), Tenente-coronel (*Oberstleutnant*), oficial do Estado-maior que exercia funções de liderança em secretarias e agências, como Adolf Eichmann, ou na coordenação de campos de concentração e extermínio, como Rudolf Höss, comandante do complexo Auschwitz-Birkenau, Major (*major*), posto ocupado por líderes de fileira nos *fronts* e que também coordenavam campos de concentração e extermínio; Capitão (*Hauptmann*) e Primeiro tenente (*Oberleutnant*).

O escalão mais baixo da *Wehrmacht* era inaugurado pelos postos de Tenente (*Leutnant*), Sargento e derivados (sargento *junker*, sargento-mor, sargento sênior, sargento

alferes, subsargento), Aspirante (*Fahnenjunker*), Cabo e derivados (cabo do estado maior, cabo da Força Aérea) e Soldado (*Soldat*)¹⁴².

O aparato burocrático da *Wehrmacht* participou efetivamente do governo alemão não apenas nos *fronts* de batalha ou atuando a fim de debelar contrainsurgências, mas na supervisão da administração dos países ocupados, coordenando diretamente o seu funcionalismo público e, inclusive, exercendo funções de liderança nele, partindo do imperativo de que “onde a ocupação alemã não tinha um propósito tão radical, a *Wehrmacht* era menos ríspida” (Mazower, 2013, p. 541). Todavia, as suspeitas de Hitler – compartilhadas por Heydrich e Himmler – acerca da confiabilidade das Forças Armadas fez com que essa atuação não fosse entregue a *Wehrmacht* sem que houvesse uma ação conjunta com a SS. Na verdade, para o *Führer*, “saber como os territórios recém-conquistados seriam administrados era uma questão muito menos urgente do que saber como seriam policiados”, o que tornava a atuação das Forças Armadas um mal necessário que tangenciava suas ambições.

Foi por essa razão que Hitler logo marginalizou o papel da administração civil e regular e do Exército nas regiões conquistadas. Temendo que fossem demasiado conservadores e moderados, preferiu depositar sua confiança nos funcionários do partido, e acima de tudo na SS. Por meio do Comissariado para o Fortalecimento do Povo Alemão (RKFDV) e agências associadas, os funcionários de Himmler expulsaram poloneses e judeus, repatriaram alemães que viviam em território estrangeiro. Especialistas, agrônomos e médicos colaboravam com policiais, antropólogos e urbanistas pelo bem da “verdadeira germanização da Terra” – sua ocupação “em termos raciais” (Mazower, 2013, p. 241-242).

Por fim, a Indústria e os Negócios alemães foram acionados durante todo o processo de expropriação dos bens dos inimigos objetivos, assim como nos trabalhos forçados empreendidos nos guetos e campos de concentração e extermínio, inclusive participando da fabricação e distribuição dos incrementos do genocídio, como os insumos necessários para o envenenamento nas câmaras de gás¹⁴³. Sua atuação comprova a coordenação entre governo e empresas privadas, porquanto haviam agências voltadas para a manutenção dessa relação: 1)

¹⁴² Uma tabela comparativa entre os postos das Forças Armadas e seus correlatos nas diversas ramificações da *Wehrmacht* está disponível nos Anexos da Tese.

¹⁴³ Diversos estudos apontam a participação de empresas importantes no maquinário de destruição, como IG Farben, Hugo Boss, Krupp, IBM, Volkswagen. Arendt (2017, p. 93-94) descreveu as excelentes relações que Rudolf Höss, comandante de Auschwitz, possuía com empresários da Krupp Werke, da Siemens-Schuckert Werke, além da própria IG Farben, que abriram centros fabris nos arredores do campo, onde as condições insalubres demonstravam que “a ideia era matar por meio do trabalho”. Porém, estudos mais recentes apontam apoio logístico e financeiro dado por outras empresas: Dr. Oetker e Bahlsen, do ramo alimentício, a seguradora Allianz, a BMW, no ramo automotivo e a empresa química Altana, estavam envolvidas desde 1933 com o financiamento do Partido, assim como utilizaram mão-de-obra concentracionária. De acordo com De Jong (2023), não à toa o período de 1933-1945 representou um aumento exponencial de seu lucro, a ponto de fazer com que os Aliados, mesmo com as volumosas provas de sua participação no regime, tivessem silenciado acerca de seu envolvimento.

Escritório de Planejamento de Negócios Alemães, ramificado em outros diversos escritórios: do Plano Quadrienal, de Planejamento, de Trabalhos, de Administração Principal-Oriente, de Alimentos, de Florestas, de Indústrias Químicas; 2) *Escritório da produção da guerra: alocações e prioridades*, vinculado ao Ministério de Armamentos, também formado por diferentes repartições: dos Comitês, das Armas, dos Círculos industriais; 3) *Escritório de Problemas de Racionalização e Eficiência*, ramificado em associações de comércio e de metais e minerais, como ferro e carvão; 4) *Escritório de práticas de negócios e questões variadas*, vinculado ao Ministério da Economia e à Câmara Econômica do *Reich*, constituído pelas Câmaras do Comércio, da Indústria e de outros grupos produtivos (Hilberg, 2016).

Coube ao aparato da Indústria e dos Negócios financiar parte significativa do movimento nazista, mas também administrar, ao lado dos SS que geriam os campos, a parte dos laboratórios da dominação total a qual cabiam os trabalhos forçados, demonstrando que no hiato que cinde exploração e extermínio pode haver uma tensão, mas não existe ruptura. Por exemplo, a partir de 1943, quando foi essencial aumentar a produção de armamentos, os prisioneiros foram usados para produzi-los, cumprindo as metas estabelecidas pelas indústrias sediadas em cada campo, em acordo com Hitler e Himmler. Assim, enquanto em 1942, cerca de 25 mil prisioneiros eram mantidos em condições de trabalhos forçados, em meados de 1944 esse número havia subido para 420 mil. Portanto, “a razão por que os prisioneiros estavam em tão más condições no fim da guerra, o fato de terem sido encontrados tantos milhares doentes [...] é que todos os internos tinham que trabalhar na indústria” (Mazower, 2013, p. 376).

Por fim, partindo de um panorama factual próximo ao exposto, em *Eichmann em Jerusalém*, Arendt caracteriza a complexidade do quadro organizacional que compunha o *Reich*, formado por quatro aparelhos distintos e complementares, ao descrever que cada um deles “pertencia a uma cadeia diferente de comando [...] e ninguém que pertencesse a um grupo devia obediência a um oficial superior de outro grupo” (Arendt, 2017, p. 85). Trata-se de um paradoxo – identificado por cientistas políticos como Franz Neumann e por historiadores e jornalistas como Christopher Browning e Bernd Naumann – que fez com que essa tipologia burocrática nem de longe tenha sido tão azeitada e calculada quanto um olhar mais desavisado poderia entrever. Para entendê-lo, é preciso considerar que ela não se baseava no fortalecimento e no estabelecimento de um Estado total porque, como já examinado, “as reivindicações do Partido conflitavam com as reivindicações do Estado” (Neumann, 2009, p. 69).

Em seguida, por que a gramática totalitária – e a própria valorização do Partido – recorria ao apelo ao movimento (*Bewegung*), e não ao Estado (*der Staat*), que “demasiado fiel à própria etimologia, é um *status*, uma instituição estável e estática incapaz de acompanhar o

fluxo das decisões a serem tomadas” (Chapoutot, 2023, p. 34), o que fica exemplificado na desconfiança com relação ao funcionalismo público e a sua transformação em um estado ostensivo, cortina de fumaça cujo fim era a proteção das instituições com relação ao mundo não-totalitário. O Estado era apenas um meio utilizado em prol da raça¹⁴⁴, justificando por que “o totalitarismo no poder usa a administração do Estado para seu objetivo de conquista mundial e para dirigir as subsidiárias do movimento; instala a polícia secreta na posição de executante e guardião da experiência doméstica de transformar a ficção em realidade e erige campos de concentração como laboratórios para o teste do domínio total” (Arendt, 2011b, p. 442).

Desse modo, o estabelecimento de um regime total não significa o ponto nevrálgico de força do Estado, mas, antagonicamente, repercute o seu declínio. De instância da cidadania, ele foi reduzido a um meio para um fim biológico: a utilização de suas instituições em prol do aprimoramento da raça germânica. Nesse sentido, a recorrente menção a *Reich* com relação ao regime de Hitler acena justamente para a desvalorização estatal, já que “a palavra Reich não significa ‘Estado’, nem sequer implica sua existência: na acepção nazista, ‘Reich’ recupera seu significado medieval e religioso do *regnum* – reinado, era e área – em detrimento do significado jurídico-institucional que o assimilara na era moderna” (Chapoutot, 2023, p. 53). Isso fica exemplificado no famoso jargão nazista *Ein Volk, ein Reich, ein Führer* (Um povo, um reino, um guia), que não fazia qualquer menção ou conclamação ao Estado.

É exatamente o que afirma Adolf Hitler em discurso pronunciado no congresso do “movimento” em Nuremberg, em 1934: “Não é o Estado que nos dá ordens, mas nós que damos ordens ao Estado. Não foi o Estado que nos criou, mas nós que criamos nosso Estado”. O Estado, escreve em *Mein Kampf*, é “um meio tendo em vista um fim”, e esse fim não é administrativo nem abstrato, é concreto e biológico: o fortalecimento e a perpetuação da raça. A teoria, portanto, é clara: para nossa grande surpresa, os nazistas se revelam convictos antiestadistas (Chapoutot, 2023, p. 36).

Nesse sentido, no que tange a análise da estrutura burocrática do Terceiro *Reich*, nossos sentidos podem nos enganar: se, por um lado, ele se apresentava sob a forma de uma ordem estatal estrita, por outro, seu *modus operandi* demonstrava instabilidade e caos. Apelando a uma linguagem visual, é como se, concomitantemente, a organização nazista fosse caracterizada tanto pelo caráter irrepreensível, calculado, e coordenado entrevisto nos desfiles militares quanto pela desordem e pela confusão inerente às tomadas de decisão instadas

¹⁴⁴ Ademais, era corrente a concepção, entre teóricos e juristas do Terceiro Reich, de que a origem do estado-nação era estranha aos germanos, porquanto provinha do Direito Romano e, conseqüentemente, ensejava em si a degeneração racial do império. Ao contrário, o direito germânico se coadunava com a organização das tribos germânicas que se ordenavam conforme a lei da natureza, e, portanto, era signatário do instinto e da pulsão vital. Daí depreende-se porque, na perspectiva nazista, “a gênese do Estado, portanto, foi uma catástrofe para a raça germânica” (Chapoutot, 2023, p. 35).

unicamente sob o ditame das conjunturas, desprovidas, amiúde e predominantemente, de planejamento e cálculo anterior¹⁴⁵. O Estado totalitário não estava monoliticamente estruturado, mas consistia em um emaranhado de repartições e setores multiplicados gravitando sob uma hierarquia flutuante constituída pela existência de quatro aparatos burocráticos principais.

5.1.1 A burocracia totalitária e o *modus operandi* do extermínio

“[...] pois nunca, nem na história antiga, na medieval ou na moderna, a destruição se tornou um programa metódico e a implementação se fez segundo um processo altamente organizado, burocratizado e sistematizado” (Arendt, 2008, p. 138).

Mesmo que após 1933 o esforço nazista tenha se direcionado para a coordenação, “o ‘alinhamento’ [...], a sincronização impecável da máquina alemã – sociedade (com a eliminação de toda oposição), Estado (expurgado dos funcionários indesejáveis), mas também Partido (especialmente com a eliminação da hierarquia da SA)” (Chapoutot, 2023, p. 37), o que aconteceu não foi um alinhamento hermeticamente ajustado, mesmo que a calculabilidade e a previsibilidade *também* fossem predicativos da administração e que os assassinatos em massa “iniciados por Hitler e organizados por Himmler” tenham sido “a consequência lógica de sua ideologia” (Arendt, 2008, p. 312). Porém,

[...] rapidamente, o funcionamento do novo regime passou a ter mais a ver com improvisação caótica e desordem [...]. Além da coexistência do Estado – cujas estruturas, postas à prova e comprometidas pelos expurgos e a repressão, subsistiam – com o Partido, os doze anos de dominação nazista foram de proliferação de órgãos, instituições e agências *ad hoc*, a ponto de tornar quase indecifráveis os processos decisórios e os atos administrativos [...]. Quem mandava no planejamento econômico na Alemanha? A chancelaria do *Reich*, dotada de um poder inédito desde a aprovação da lei de habilitação em 23 de março de 1933? O Ministério da Economia? O Reichsbank? O Partido? Ou a administração do Plano Quadrienal, criada em 1936 e dirigida por Hermann Göring, por sinal presidente do Reichstag, ministro da Aviação, monteiro-mor do *Reich*, ministro do Interior da Prússia e comandante da Luftwaffe? (Chapoutot, 2023, p. 37).

Em *A destruição dos judeus da Europa*, Hilberg (2016, p. 68) arrazoa que se, em uma leitura mais superficial o processo de extermínio parece ter sido um evento monolítico e indivisível, um exame mais acurado demonstra que ele foi viabilizado por atos administrativos

¹⁴⁵ “A imagem projetada pelo regime era arquitetônica: o rigor hierático da arquitetura neoclássica duplicada nos movimentos controlados das ‘colunas’ humanas, arquitetura de carne que reproduzia a regularidade geométrica da pedra. As atualidades cinematográficas e os filmes de Leni Riefenstahl consagram com insistência essa imagem de uma ordem implacável: à desordem da República de Weimar e ao caos da democracia sucede a geometria ordenada de uma nova Alemanha, unificada e harmonizada pela vontade do *Führer*, intérprete das leis da natureza e da vontade profunda do povo alemão” (Chapoutot, 2023, p. 36).

e mediante processos “dados sob a iniciativa de inúmeros tomadores de decisão em um maquinário burocrático de amplo alcance”. Portanto, o extermínio dos inimigos objetivos elevado a programa de governo “assumiu tantas formas e aparências quantos eram os países da Europa” (Arendt, 2017, p. 171), o que deixa entrever que seu *modus operandi* não foi apenas mediado por procedimentos administrativos calculados, mas foi *também* advindo de arranjos de última hora, decorrentes dos humores e das disposições dos seus perpetradores.

Coadunando-se com essa argumentação, Kershaw (1992, p. 55-56) indica que parcela significativa dos imperativos de Hitler serem repassados de forma oral e vaga abriu espaço para que tais metas fossem logradas mediante “as iniciativas mais selvagens de agências do Partido e do Estado, e acima de tudo, da SS”. Acrescido a tal constatação, soma-se o fato de que, se por um lado, é inconcebível considerar que a matança dos inimigos objetivos tenha sido iniciada sem a autorização expressa de Hitler, contudo, “o que teria sido exigido dele era a autorização para a implementação de iniciativas vindas de outros [...], concedendo-lhes permissão para agir de acordo com suas próprias distinções”. Cabia-lhe, portanto, “dar o tom para ações solicitadas e postas em movimento por outros” (Kershaw, 1992, p. 73)¹⁴⁶. Porém,

O próprio Hitler observou que não era consistente em sua abordagem planos secretos para o futuro. Em 23 de maio de 1939, quando a Alemanha nazista se aproximava da guerra, o Grande Almirante Raeder reuniu coragem para perguntar ao Führer o que ele realmente pretendia. Hitler respondeu que havia “três tipos de segredos: o primeiro que discutimos apenas entre nós; o segundo que eu guardo inteiramente para mim e o terceiro que são problemas do futuro que ainda não pensei completamente” [...]. As decisões para o assassinato em massa dos judeus provavelmente pertenciam à terceira categoria, e a Solução Final para a Questão Judaica era um problema do futuro que Hitler pensou até o fim motivado pelas circunstâncias particulares e contingentes (Browning, 1994, p. 478).

Frente ao exposto, Browning (1994, p. 479-480) destaca que, distante do indivíduo com “planos secretos em mãos, esperando o momento oportuno para implementação”, o que se destaca é um perfil diferente do Líder totalitário, que mais parece ter “tateado o seu caminho, muitas vezes hesitantemente, por meio de circunstâncias mutáveis e imprevisíveis, para transformar essas fantasias em realidade [...]. Ciente da enormidade do que estava considerando, distribuiu suas decisões e autorizações aos poucos”, frequentemente (ainda que não exclusivamente) repassadas de forma oral, para que seus subordinados, ansiosos e dispostos a traduzir seus anseios em medidas administrativas práticas, agissem como entendessem ser mais adequado. Com relação a esses último, portanto, “nada era tão crucial quanto a exigência

¹⁴⁶ Essa era a diretiva dada pelo quartel-general de Hitler em 6 de junho de 1941: “Como uma questão de princípio, ao decidir a questão de se um suspeito é culpado ou não, a impressão pessoal terá precedência sobre os fatos” (Tenenbaum, 1955, p. 46).

de que o burocrata tivesse que agir de acordo com os imperativos percebidos, especialmente quando não era fácil enunciá-los em palavras claramente escritas” (Hilberg, 2020, p. 9)¹⁴⁷.

O espaço estratégico ocupado pela arbitrariedade na burocracia nazista é defendido por Hilberg (2016, p. 54) quando ele descreve que desde as primeiras medidas administrativas após 1933, especialmente com a definição dos inimigos objetivos, os burocratas “perceberam um obstáculo em antigos princípios e exigências de procedimentos, enquanto o que eles queriam era ação irrestrita. Assim criaram uma atmosfera em que a palavra formal e escrita podia ser gradualmente abandonada como *modus operandi*”. Ao fim e ao cabo, o que os funcionários perceberam foi que seguir os fluxos previstos nos códigos civis emperrava o movimento peremptório inerente aos regimes totais, o que fomentou uma mudança de ênfase cuja eficiência já havia sido comprovada durante o imperialismo: o decaimento da promulgação das leis (e dos procedimentos indispensáveis para sua formulação, aprovação e posterior fiscalização de seu cumprimento) para as operações secretas advindas de medidas como os decretos, os ofícios, ou através de diretivas transmitidas de forma não documentada.

Em *Eichmann em Jerusalém*, Arendt fornece um panorama acerca do funcionamento da burocracia nazista envolvida na Solução Final. Os atos administrativos para a consecução do extermínio eram os seguintes: 1) Himmler expedia ordens documentadas por escrito para Kaltenbrunner, chefe do Gabinete Central de Segurança do Reich; 2) Kaltenbrunner repassava as diretivas de Himmler, de maneira oral, para Eichmann. Tais comandos incluíam “o que fazer com os deportados judeus, quantos deviam ser exterminados e quantos poupados para trabalhos forçados” (Arendt, 2017, p. 169); 3) As ordens de Himmler passadas a Kaltenbrunner também eram encaminhadas, em ofício, para Richard Glücks, inspetor geral dos campos de concentração e extermínio; 4) De posse de tais diretivas, Glücks as encaminhava, também de modo oral, para os chefes de cada campo. Para movimentar todos esses processos, a “posição de Eichmann era a de elo mais importante de toda a operação, porque sempre dependia dele e de seus homens a quantidade de judeus a transportar, e era por intermédio de seu departamento que se encaminhava uma carga a seu destino final, embora esse destino não fosse determinado por ele” (Arendt, 2017, p. 170).

¹⁴⁷ Com relação aos motivos que subjazem a dispensabilidade das ordens de Hitler serem traduzidas em diretivas oficialmente registradas, Eichmann, ao ser indagado acerca de sua lealdade a Hitler, afirmou que as palavras do *Führer* equivaliam a lei que regia o mundo, e que tal magnitude fazia com que suas ordens não precisassem ser registradas sob a forma escrita, até porque diferente da validade de uma lei circunscrita a um território e a um povo, a ordem de Hitler não era limitada espaço-temporalmente. Partindo desse panorama depreende-se porque, para ele, toda diretiva contrária às determinações do *Führer* devia ser descumprida. Essa universalidade das legislações sempiternas da qual o Líder era o representante fez com que fossem dissipadas questões de consciência que pudessem abalar o funcionário da burocracia total: afinal, se fora a própria lei que tornou a todos criminosos, o que eles poderiam fazer a não ser seguir o seu fluxo?

Portanto, a burocracia total demonstrou a gradativa tendência a dispensar promulgações formais em prol de diretivas transmitidas oralmente ou, quando escritas, seguindo a forma de decretos, inaugurando um *governo por anúncio* em que, em suas fases finais, “nem mesmo ordens eram necessárias. Todos sabiam o que tinha que ser feito, e ninguém tinha dúvidas sobre direções ou objetivos” (Hilberg, 2020, p. 9). A figura a seguir o retrata:



Fonte: Adaptado de Hilberg (2016, p. 54-55).

Essa preferência em gerir “fornecendo carta branca para outros transformarem imperativos ideológicos em diretrizes concretas para a ação” (Kershaw, 1992, p. 76) legitimou um aparato que, na teoria, era a entificação da sistematização, da previsibilidade e da ordem, cujo nascedouro é o militarismo, mormente a partir de Bismarck, mas, na prática, se movia pelo imprevisto e pelo “desenvolvimento de baronatos pessoais, com cada dirigente do Partido [...] tratando de reservar um feudo para si [...] dos *Gauleiter* aos ministros do *Reich*, cada um defende seu território” (Chapoutot, 2023, p. 39). Isso não significa afirmar que as iniciativas regionais eram “independentes da polícia central em Berlim”, ou que a política genocida tenha sido fruto *apenas* de “improvisações a nível local”, porém, o cotejo entre o planejamento central e a iniciativa local torna ainda mais nítido o papel da “improvisação, experimentação e rápida adaptação a novos objetivos e oportunidades” (Kershaw, 1992, p. 75). A meta, que era a destruição dos inimigos objetivos, era conhecida de longa data, porém, os procedimentos destinados à sua realização eram muito mais frequentemente ditados pelas necessidades de momento do que fruto de um planejamento antecipado.

Browning (1994) defende essa mesma tese em diversos de seus escritos. Por exemplo, em *The Nazi Decision to Commit Mass Murder: Three Interpretations*, ele arrazoa que o assassinato metódico e sistemático dos inimigos objetivos, ainda que já fosse vislumbrado por Hitler e Himmler em 1933, demonstrando que em “muitos sentidos, a crueldade estúpida e contraproducente foi prefigurada desde o começo” (Mazower, 2013, p. 187), não impediu que medidas administrativas para o viabilizar fossem tomadas como respostas às demandas advindas da guerra e da interpretação do Líder sobre tais imperativos. Uma ocasião que o exemplifica é a reunião de Hitler com Rosenberg, Göring, e outros membros da alta cúpula da

Chancelaria do *Reich* em 16 de julho de 1941, quando, convicto da vitória, Hitler defendeu ações de intensificação da “pacificação” que levariam ao término do confronto e que deveriam ser viabilizadas mediante o extermínio “de qualquer um que seja hostil a nós, atirando em qualquer um que nos olhe de soslaio” (Browning, 1994, p. 474).

A análise do empreendimento teórico arendtiano sobreleva justamente essa face dupla da burocracia total, melhor entrevista a partir da díade *caos-sistematização*. Em *Eichmann em Jerusalém*, ao descrever como o extermínio dos judeus ocorreu diferentemente em cada país, o que gerava incongruências para as pretensões de uniformização dos assassinatos, ganha destaque o caso da Romênia, onde os *pogroms* espontâneos justificados “pela legislação antijudaica mais severa da Europa, sem excluir a Alemanha” (Arendt, 2017, p. 210), fizeram com que Hitler reclamasse com Goebbels, em agosto de 1941, que o marechal Ion Antonescu, líder da ditadura da Guarda de Ferro Húngara, adotava procedimentos mais radicais e arbitrários do que aqueles utilizados pelo *Reich*¹⁴⁸. Com efeito, dos 500 mil judeus do país, mais de 300 mil foram assassinados pelos programas de massacres espontâneos que, por sua vez, deram origem a uma nova modalidade de deportação: aproximadamente 500 judeus eram trancados em vagões de trens de carga enquanto o veículo vagava sem destino durante dias, até que se certificasse que todos os transportados haviam morrido sufocados, pisoteados ou por inanição. Destituídos de regulamentação, tais *pogroms* espontâneos não eram previstos por decretos ou por agências, mas motivados pelas autoridades húngaras a não seguirem nenhum roteiro ou coordenação, o que enseja a explicação acerca de sua selvageria¹⁴⁹.

Outro exemplo dessa faceta antissistemática da burocracia totalitária reside nos grupos de extermínio (*Einsatzgruppen*, cindidos em *Einsatz-kommandos* e *Sonderkommandos*) que, fundados e chefiados por Reinhard Heydrich e compostos por membros da SS e voluntários, dispunham de “total liberdade na execução de seus planos, isto é, no assassinato de civis” (Arendt, 2017, p. 233). Ao lado dos campos de concentração, eles são o paradigma

¹⁴⁸ O massacre de Jassy é um dos episódios que o comprovam. Entre os dias 28 e 29 de junho de 1943, Antonescu deu ordens ao exército para que “evacuasse” 45 mil judeus na cidade de Jassy, na região da Moldávia. Sob a ameaça falsa de um ataque soviético, policiais e civis participantes do *pogrom* invadiram as ruas e as casas, matando cerca de 15 mil pessoas, seguidas de mais mil que foram levadas para os quartéis mais próximos, somados a mais 2700 jogadas em trens sem ventilação, resultando em uma morte lenta por desidratação. O jornalista italiano Curzio Malaparte que estava na cidade fez o seguinte relato: “Fui até a janela e olhei para a rua [...]. Equipes de judeus, vigiados por soldados e policiais armados, faziam o trabalho de pôr os corpos para os lados, empilhando os cadáveres ao longo das paredes para liberar o tráfego [...]. A estrada estava atulhada de gente, grupos de homens e mulheres que conversavam divertida e ruidosamente enquanto pilhavam os mortos [...]. Era um alvoroço alegre, uma festa e um mercado, tudo ao mesmo tempo” (Mazower, 2013, p. 396-397).

¹⁴⁹ Outros países recorreram ao assassinio arbitrário para evitar revoltas suscitadas pela opinião contrária ao extermínio sistemático. Eslováquia e Croácia são exemplos de casos em que mortes não-sistemáticas de judeus, mediante *pogroms* espontâneos, eram defendidas por parcela significativa de suas populações, para quem o “maior pecado dos judeus não era pertencer a uma ‘raça’ estranha, mas ter riqueza” (Arendt, 2017, p. 223).

máximo de que o *modus operandi* do extermínio não seguiu um roteiro único, mas foi “uma verdadeira blitzkrieg, uma ofensiva massiva que exigiu a mobilização de um grande número de tropas” (Browning, 2001, p. XIII). As execuções que operacionalizavam não seguiam planejamento especial que não fosse a meta previamente estipulada acerca da quantidade de pessoas que deveriam ser assassinadas, porém, *como* isso seria feito ficava ao encargo de cada comando, justificando, inclusive, sua prática comum de subsidiar *pogroms* locais, formados por grupos independentes que participavam ativamente das “ações de limpeza” das áreas ocupadas, “massacres que eclodiram nas primeiras semanas da ocupação [...], uma seleção muito maior [...] que implicava que os antissemitas locais fizessem o trabalho sujo da SS sem deixar documentos comprometedores” (Mazower, 2013, p. 223).

Essa autonomia fez com que tais grupos não se comportassem da mesma forma: alguns se voltavam para a execução de grupos específicos, enquanto outros atuavam de modo totalmente arbitrário (no caso desses últimos, a recomendação era que, inclusive alemães, evitassem sair de casa nos seus horários de atuação, a fim de que não fossem executados por engano). Foi o caso, por exemplo, dos testes realizados por esquadrões de extermínio na região de Wathergau em 26 de novembro de 1941, quando 700 judeus idosos, crianças e doentes foram detidos e enviados para vans de gaseamento sem seguir nenhum plano específico. Tais episódios, gradativamente mais comuns entre 1940-1941, serviram, inclusive, para a formação de *expertise* em extermínio através do gás. “As técnicas que aplicaram [...] envolviam tanto o hardware quanto o software do processo de extermínio. Envolvia não apenas câmaras de gás e crematórios, mas também o método para atrair vítimas, matá-las na linha de montagem e processar seus cadáveres” (Friedlander, 1994, p. 501).

Tal liberdade praticamente irrestrita advinha do acordo assinado em 26 de março de 1941 entre Georg Wagner, representando a *Wehrmacht*, e Reinhard Heydrich, em nome da Polícia de Segurança do *Reich*, em prol da “ativação, comprometimento, comando e jurisdição dentro da estrutura do Exército nas áreas operacionais de combate no interior e em áreas cedidas à administração civil”. Tal procedimento concedeu aos *Einsatzgruppen* um duplo *status*: por um lado, eram unidades de segurança que contavam com seus próprios batalhões e que estavam sob os regulamentos do Exército, enquanto, por outro, desfrutavam de uma “jurisdição mais autônoma [...]”. Hitler confirmou esse status por um decreto adicional em 17 de julho de 1941, mesma data em que Heydrich assinou a Ordem Operacional nº 8, a partir da qual ficou expresso que eles deveriam ser designados para “eliminar revolucionários, profissionais, oficiais do Comintern [...] e todos os judeus”. Como a diretriz enfatizava que ao tomar decisões, os homens

dos grupos de extermínio deveriam priorizar questões raciais, “judeus foram fuzilados sem nenhuma investigação e sem hesitação” (Tenenbaum, 1955, p. 46).

Ainda que parcialmente movido por medidas adotadas a fim de responder às conjunturas, tal ausência de planejamento não dirimiu o avanço da burocracia total em direção ao extermínio. Tal constatação, que à primeira vista pode parecer contraditória, fica elucidada pelo fato de que havia uma lógica inerente às resoluções: “um decreto definiu o termo ‘judeu’, expropriações de propriedade judaica, a separação física e isolamento das vítimas, trabalho forçado, deportações, gaseamentos não eram movimentos completamente aleatórios” (Hilberg, 2020, p. 2). Assim, em 1941, quando a Solução Final passou a ser a meta dos aparatos totais, foi possível aos tomadores de decisão mais atentos identificar que o caminho havia sido aplainado pelas primeiras medidas administrativas, ainda datadas de 1933, possibilitando-lhes, inclusive, recorrer às Leis de Nuremberg quando era necessário responder aos imperativos de momento, que não podiam ser previstos com antecipação.

Frente ao exposto, pode-se assentir que os procedimentos administrativos adotados pela burocracia nazista em prol de viabilizar e legitimar a exclusão sistêmica dos inimigos objetivos seguiram a seguinte ordenação: 1) Definição dos inimigos objetivos; 2) Início das medidas de expropriação (retiradas sistemáticas de bens); 3) Início das atividades de concentração (nos guetos e nos campos); 4) Início do extermínio. Tais procedimentos podem ser englobados em dois grandes grupos: 1) Emigração, que abrange de 1933 a 1940 e, por conseguinte, envolve os itens 1 a 3; 2) Aniquilação, que abarca o período de 1941 a 1945 e que concerne aos itens 3 e 4 (Hilberg, 2016; Neumann, 2009).

Arendt (2017) descreve os *regulamentos preparatórios* que se referiram ao período de Aniquilação sobrelevado anteriormente: 1) Introdução da faixa amarela, obrigatória a partir de 1º de setembro de 1941; 2) Alteração na lei de nacionalidade que determinou que um judeu alemão não poderia ser considerado cidadão alemão caso vivesse em outros países (de onde, muito provavelmente, seria deportado); 3) A publicação, em 25 de novembro de 1941, do decreto que determinou que todos os bens de judeus sem nacionalidade deveriam ser confiscados; 4) O acordo entre o Ministro da Justiça Otto Thierack e Himmler em que o primeiro cedeu jurisdições sobre os inimigos objetivos do regime em favor da SS, que ficou incumbida de seu tratamento; 5) A publicação, em março de 1942, do regulamento que determinava que todos os judeus deportados, independentemente de nacionalidade, eram hostis à nação alemã e ao *Reich* e deveriam ser tratados de acordo com essa hostilidade.

O primeiro deles entifica o significado de um procedimento administrativo característico dessa tipologia burocrática: mais “inofensivo” do que as medidas adotadas

posteriormente, seu sentido e relevância são amplos, já que as medidas subsequentes tiveram seu terreno aplainado por ele, o que auxilia a entender por que definição, expropriação e concentração “não serviam apenas como estímulo à emigração, mas também como degraus para operações de extermínio” (Hilberg, 2016, p. 54). Porquanto “definir quem eram as vítimas era requisito essencial para ações futuras”, tal designação possui uma inequívoca continuidade administrativa. Hilberg (2016, p. 53) o descreve nos seguintes termos: “uma medida em um processo destrutivo nunca vem sozinha. Nem sempre causa dano, mas sempre tem consequências. Cada passo de um processo de destruição contém a semente do próximo”, já que ele se configura como uma “série de medidas administrativas, nem sempre continuadas, mas necessariamente dirigidas a um grupo definido” (Hilberg, 2016, p. 63).

Estando o inimigo objetivo identificado, e sendo essa identificação, tal como o próprio aparato, mantida em crescimento permanente¹⁵⁰, foi possível seguir com as medidas subsequentes, como a exclusão dos judeus do serviço público, “que na Alemanha compreendia todos os postos de professor, desde a escola primária até a universidade, e a maior parte dos ramos da indústria de entretenimento” (Arendt, 2017, p. 50). Acrescidos a essas medidas, somam-se os impedimentos a estudantes judeus de se formarem, assim como, entre 1936-1938, as interferências nos negócios particulares e no exercício das profissões liberais.

Assim, as Leis de Nuremberg e os regulamentos preparatórios e documentos que viabilizaram os massacres em massa privaram os inimigos objetivos de seus direitos políticos, além de estabilizar uma contextura de marginalização que antecedia 1933, quando já eram considerados cidadãos de segunda classe. Ademais, também demonstravam os perigos inerentes à redução da governança a execução de medidas administrativas, retrazendo um cenário em que, por exemplo, em “julho de 1941, Göring, que estava nominalmente encarregado de coordenar a emigração forçada de judeus alemães desde o grande pogrom de novembro de 1938, encarregou Heydrich de empreender os preparativos para a “solução completa da questão judaica”. No entanto, “tudo o que Göring fez, de fato, foi assinar um documento elaborado no escritório de Heydrich, quase certamente redigido por Eichmann” (Kershaw, 1992, p. 61) ou por algum perito que compunha a sua equipe.

¹⁵⁰ Durante 1933 a 1945, os grupos impuros ou inaptos e, portanto, passíveis de extermínio, se radicalizaram: dos judeus “puro sangue” e dos doentes mentais e incuráveis, a perseguição passou a visar meio-judeus, um-quarto-judeus e pessoas com doenças incuráveis, porém, não terminais. Em maio de 1943, um decreto assinado pelo *Führer* determinou que alemães que tivessem laços familiares, casamentos ou amizades comprovadas com estrangeiros eram inimigos do Estado e, como tais, perderiam o direito de fazer parte das Forças Armadas, do Partido, das indústrias alemãs e do funcionalismo estatal. Estima-se que tal medida afetou de 1 a 3 mil membros dos aparatos burocráticos (Hilberg, 2016). No entanto, alguns líderes com ascendência judaica não foram afastados. É o caso de Heydrich (Arendt, 2017, p. 197).

5.1.2 A burocracia nos campos de concentração

O que contraria o bom senso não é o princípio niilístico de que “tudo é permitido”, já delineado no conceito utilitário de bom senso do século XIX. O que o bom senso e as “pessoas normais” se recusam a crer é que tudo seja possível [...]. No fundo, qual o significado do conceito de homicídio quando nos defrontamos com a produção de cadáveres em massa? Tentamos compreender psicologicamente a conduta dos presos dos campos de concentração e dos homens da SS, quando o que é preciso compreender é que a psique humana pode ser destruída mesmo sem a destruição física; que, na verdade, a psique, o caráter, a individualidade parecem, em certas circunstâncias, manifestar-se apenas pela rapidez ou lentidão com que se desintegram. Como resultado final surgem homens inanimados, que já não podem ser compreendidos [...]. Se é verdade que os campos de concentração são a instituição que caracteriza o governo totalitário, então deter-se nos horrores que eles representam é indispensável para compreender o totalitarismo (Arendt, 2011b, p. 491).

Conforme dito no capítulo sobre o imperialismo, retraçado mediante a figura de Lorde Cromer, os campos de concentração, mesmo tendo se tornado a marca distintiva dos regimes totalitários, não são sua invenção. Eles foram utilizados durante o Conflito dos Bôeres, no início do século XX, e dali adaptados para a África do Sul e para a Índia, onde “elementos indesejáveis” eram mantidos sob o que os ingleses intitulavam de “custódia protetiva” (Mazower, 2013, p. 659).

Desde sua criação, portanto, os campos não ambicionavam produtividade, nem dispunham de funções econômicas além do “financiamento dos seus próprios supervisores; assim, do ponto de vista econômico, os campos de concentração existem principalmente para si mesmos” (Arendt, 2011b, p. 495). Entretanto, sua inutilidade econômica – ou até sua antiutilidade, se levarmos em consideração “a falta de sentido de ‘punir’ pessoas totalmente inocentes, a incapacidade de mantê-las numa condição que permitisse lhes extorquir um trabalho rentável, a superfluidade de aterrorizar uma população totalmente subjugada” (Arendt, 2008, p. 261), assim como sua franca expansão em meio à guerra – os torna a consequência imediata do plano de governo de um Líder que “tendia a pensar a economia em termos de quanto carvão, ferro, aço, gorduras comestíveis e grãos podem ser extraídos de um determinado território” (Mazower, 2013, p. 316).

No entanto, mesmo que a instituição concentracionária não tenha sido uma novidade totalitária, o fato dela ter se tornado sua insígnia máxima passa pela administração dos campos, que repercutia, por sua vez, o *modus operandi* e a própria *anima* da administração do *Reich*. Assim, enquanto a SS foi concebida por Himmler, com a aquiescência de Hitler, para formar a classe governante e dedicar-se ao tratamento dos inimigos objetivos, cabendo a ela impor uma forma de dominação baseada no terror, “os campos de concentração foram a expressão mais forte desse sistema, que abrangia todas as áreas da vida pública e privada, e ao

mesmo tempo, o seu meio mais eficaz” (Kogon, 1974, p. 34), cujo inaudito e “inédito é muito mais o absurdo ideológico que os gerou, a mecanização da execução, a criação calculada de um mundo de moribundos onde nada mais fazia sentido” (Arendt, 2008, p. 271). Não à toa, sua administração coube aos “melhores” homens da SS.

Os números comprovam a relevância da instituição concentracionária: estima-se que dentre todos os tipos de campos organizados pelos nazistas (de prisioneiros de guerra, de internação, de trânsito, de trabalhos forçados, de concentração e de extermínio, além de centros de carceragens), em todo o território ocupado pelo *Reich*, cerca de 40 mil campos foram construídos de 1933 (os primeiros destinavam-se aos opositores do regime e indivíduos com “comportamento antissocial”: homossexuais, Testemunhas de Jeová e ciganos entravam nessa categoria) a 1945. Porém, o seu aumento exponencial é posterior ao *pogrom* de Goebbels, em 1938, quando detenções em massa de judeus impuseram o imperativo de construir locais específicos para recebê-los. Ademais, com a invasão dos países do Leste Europeu, especialmente a Polônia, a região passou a abrigar a maior parte dos campos de concentração e extermínio: Treblinka, Belzec, Sobibor e o complexo Auschwitz-Birkenau são exemplos de instituições concentracionárias erguidas em solo polonês (Evans, 2016b).

Porém, o horror adotado como procedimento de rotina “começou quando a SS [a partir de 1934-1935] tomou a seu cargo a administração dos campos. A antiga bestialidade espontânea [característica da gestão da SA] cedeu lugar à destruição fria e sistemática de corpos humanos, calculada para aniquilar a dignidade” (Kogon, 1974, p. 36, grifo nosso). Assim, enquanto demonstrações de sadismo motivadas por iniciativa individual caracterizavam o controle da SA, “que estavam autorizados a agir com rédeas livres e podiam matar todos os que quisessem” desde os primeiros campos geridos pela SS (Dachau, Buchewald e Sachsenhausen), o que se notabilizou foi uma administração cujo fim era matar ininterruptamente cada um dos prisioneiros, desde o transporte até a rotina concentracionária, impingindo-lhes uma tortura “calculada [...] para pôr a vítima num permanente estado agonizante” (Arendt, 2008, p. 266). As várias faces da morte, ou as várias formas de matar alguém, compunham o objetivo da burocracia concentracionária.

A organização e a rotina dos procedimentos adotados possibilitavam aos internos as múltiplas experiências da eliminação mediante condições maximamente – embora nem sempre totalmente – controladas a partir da especialidade de cada campo (Naumann, 1966). Para logrã-lo, o aparato do terror deveria ser ampliado, como de fato o foi: em setembro de 1939, os principais campos de concentração abrigavam pouco mais de 20 mil prisioneiros, enquanto em 1945, “o sistema se multiplicara por metástase para formar uma imensa rede de

campos administrados de forma atroz em que mais de 700 mil prisioneiros eram recebidos” (Mazower, 2013, p. 48). A existência dessa rede tão ampla fazia com que não houvesse um sistema único e metodizado de terror e extermínio, mas um complexo fluido, viabilizado pela atuação laboral de seis milhões de europeus recrutados para trabalhar nesses espaços e que, portanto, foram colabores diretos da Solução Final.

Os campos demonstram que o Estado totalitário dedicou sua burocracia não apenas para exterminar os inimigos objetivos, mas também a fim de que suas mortes não guardassem nada nem da possibilidade do falecimento grandioso dos mártires, tampouco da morte humana que, mesmo sendo uma experiência solitária, suscita a lembrança dos entes queridos sobre aquele que se foi. Ao contrário, o “Estado totalitário deixa seus oponentes desaparecerem em silencioso anonimato” (Arendt, 2017, p. 253-254). Por conta disso, os *Lager* eram espaços de esquecimento em que a existência e a humanidade das vítimas eram reiteradamente vilipendiadas, nos quais as pessoas “caem sem deixar atrás de si os vestígios tão naturais de uma existência anterior” (Arendt, 2011b, p. 485). Com o esvaziamento do sentido da morte, que repercute a ausência de sentido das vidas indignas de serem vividas, impera a não-memória que faz com que as existências pregressas dos que ali adentravam – incluindo seus feitos, suas idiossincrasias, suas relações – desaparecessem frente ao horror implementado como procedimento de rotina. “De fato, como os campos provaram, é inteiramente possível criar um universo fechado onde a dignidade humana não exista mais” (Villa, 1999, p. 16).

As experiências daí advindas, tanto no que concerne aos carrascos como às vítimas, repercutem a epítome da vivência em uma burocracia total, cuja ambição de sistematização da pluralidade reduz todos a um feixe de reações destituído de espontaneidade, o que foi logrado mediante a metodização do terror absoluto e as “atrocidades para as quais as formações de elite são impiedosamente usadas constituem a aplicação prática da doutrina ideológica – o campo de testes em que a última deve colocar-se à prova – enquanto o terrível espetáculo dos campos deve fornecer a verificação ‘teórica’ da ideologia” (Arendt, 2011b, p. 488).

Assim, os campos eram laboratórios porque também serviam de espaço de treinamento em que homens eram preparados para se tornarem membros perfeitos da SS. “Depois de terem experimentado o que o pátio do quartel poderia significar, eles eram soltos com os prisioneiros [...] e desabafavam sobre eles sua dupla raiva: dos regulamentos de formação que eles próprios tinham acabado de suportar, mas que lhes pareciam o epítome da existência masculina, e sua raiva pela oposição ao nacional-socialismo” (Kogon, 1974, p. 36). Nesse treinamento intensivo, aqueles que demonstravam dureza impiedosa eram mais

rapidamente promovidos, enquanto os que fossem mais brandos no trato com os prisioneiros estavam sujeitos a sanções que variavam de humilhação pública até penas de prisão.

Dentre os muitos relatos de sobreviventes dos campos de concentração citados por Arendt, as obras de David Rousset, escritor e filósofo judeu enviado pela Gestapo para os campos de Buchenwald e Neuergamme, são algumas das presenças mais frequentes. A proposta da narração de suas memórias no espaço que ele denominou de *universo concentracionário*, e que lhe rendeu o Prêmio Renaudot de 1946, era tornar pública a geografia dos campos, detalhando a rotina desses não-lugares descritos sob a insígnia de *cidades* que ambicionavam servir de paradigma social para o domínio total. Porém, diferente de municípios convencionais,

[...] a cidade concentracionária não é o lugar onde os homens se reúnem para viverem em comunidade, mas o lugar onde o edificado e a vida em comum estão ao exclusivo serviço da morte. Nessa cidade, vive-se de tal maneira que a destruição do ser humano será sempre o resultado final. A organização, o funcionamento burocrático, a repartição das tarefas entre S.S. e detidos [...], tudo tem por meta a degradação do elemento comum que faz uma cidade, isolando o indivíduo até que fique reduzido à condição animal (Rousset, 2016, p. 8).

A sociedade concentracionária, composta por indivíduos supérfluos que flertam ininterruptamente com a morte, “é a única forma de sociedade em que é possível dominar o homem completamente” (Arendt, 2011b, p. 507). Portanto, enquanto as cidades normais mantêm vinculações entre si e fazem desse intercâmbio a gênese de sua realidade e estabilidade, as cidades concentracionárias só podem se sustentar com o isolamento tanto do mundo totalitário, quanto do não-totalitário. Ademais, se o segredo é a fonte do poder total, “esse isolamento explica a peculiar irrealidade e a incredibilidade que caracterizam os relatos provenientes dos campos de concentração”, de modo que “os campos são a verdadeira instituição central do poder organizacional totalitário” (Arendt, 2011b, p. 489).

Em uma leitura complementar, as cidades concentracionárias, como quaisquer outras, abrigavam grupos distintos: havia os “representantes das classes agonizantes”, inimigos objetivos “inteiramente ‘inocentes’, como os judeus, os ‘associais’, como criminosos e homossexuais, os nazistas culpados de uma coisa e outra” (Arendt, 2017, p. 113), em um modelo em que os criminosos compunham “aristocracia de todos os campos” (Arendt, 2011b, p. 499). Porém, esses grupos, mesmo vivendo sob condições similares, muitas vezes não mantinham contato entre si: por exemplo, mesmo que alemães e escandinavos fossem inimigos, frequentemente eram poupados do tratamento dado aos judeus que, por sua vez, representavam o grupo cujo extermínio era imediato, salvo aqueles escolhidos para trabalhos forçados. Havia ainda a turba cujo extermínio era previsto em futuro próximo, como ucranianos, russos e

poloneses, ou aqueles cujo tratamento não previa o gaseamento, como franceses e belgas. Entretanto, independente de especificidades, todas essas categorias representavam “material humano supérfluo” (Arendt, 2011b, p. 493) e por isso eram tratadas “como se já não existissem, como se o que sucedesse com elas não pudesse interessar a ninguém, como se já estivessem mortas e algum espírito mau brincasse de suspendê-las por certo tempo entre a vida e a morte, antes de admiti-las na paz eterna” (Arendt, 2011b, p. 496).

Parte da importância dos relatos de Rousset e de outros autores, como Primo Levi, gravita em torno da descrição da rotina concentracionária a ponto de elucidar porque o “triunfo da SS exige que a vítima permita ser levada à armadilha sem protestar, que ela se abandone a ponto de deixar de afirmar sua identidade”, o que era empreendido porque “o sistema que consegue destruir suas vítimas antes que elas subam no cadafalso é incomparavelmente melhor para manter todo um povo em escravidão” (Rousset, 1993, p. 325), porquanto “há muitas coisas piores do que a morte, e a SS cuidava que nenhuma delas ficasse muito distante da mente e da imaginação de suas vítimas” (Arendt, 2017, p. 22). Tal abordagem, por sua vez, demonstra que os campos de concentração funcionavam como um microcosmo “intrincado e estratificado” (Levi, 2004, p. 16) em que eram reproduzidas as características do macrocosmo social, incluindo a organização burocrática. Primo Levi, ao partilhar de tal leitura, argumenta que: “os *Lager* constituíam um sistema extenso, complexo e profundamente entrelaçado com a vida cotidiana do país; falou-se com razão de *univers concentrationnaire*, mas não era um universo fechado. Sociedades industriais grandes e pequenas, empresas, fábricas obtinham lucro da mão-de-obra quase gratuita fornecida pelos campos” (Levi, 2004, p. 13).

Por outro lado, a fabricação em massa de cadáveres somente foi possibilitada porque foi precedida pela institucionalização de medidas que pleiteavam a desintegração da personalidade. Tal institucionalização seguiu, para Arendt, o seguinte roteiro: 1) *Extinção da pessoa jurídica*, primeiro passo para a dominação de um indivíduo ou grupo, ocorreu quando “certas categorias de pessoas foram excluídas da proteção da lei e quando o mundo não-totalitário foi forçado, por causa da desnacionalização maciça, a aceitá-los como os fora-da-lei” (Arendt, 2011b, p. 498). Os campos de concentração, portanto, seguem o caminho lógico do apartamento do sistema penal normal: sem delito e sem criminoso, falar em “medida preventiva” ou “custódia protetora” repercute a distância que tais expressões esvaziadas de sentido estavam da realidade; 2) *Extinção da pessoa moral*, momento em que nem a morte, nem as experiências possuem significado, já que, para tê-lo, precisariam dispor do mínimo de compartilhamento. Com essa medida, sequer o individualismo ou o ensimesmamento eram refúgios seguros, porquanto mediante “a criação de condições em que a consciência deixa de

ser adequada e fazer o bem se torna inteiramente impossível, a cumplicidade conscientemente organizada de todos os homens nos crimes dos regimes totalitários é estendida às vítimas e, assim, torna-se realmente total” (Arendt, 2011b, p. 503). Em “As técnicas sociológicas e o estudo dos campos de concentração”, Arendt (2008, p. 268) descreve que a prisão arbitrária entifica a primeira extinção enquanto o isolamento dos campos e a redução da possibilidade do martírio como algo “insensato, vazio e ridículo” como a epítome da segunda.

Por fim, o terceiro processo acena para a *extinção da individualidade*, ou seja, a “identidade única do indivíduo”, a base da dignidade humana e da possibilidade de ir além do automatismo e do simples comportamento. Trata-se da etapa mais difícil de ser destruída, porém, após sê-lo, sob condições de institucionalização da tortura e da morte, a mais penosa de restaurar. Arendt (2011b, p. 504) assente que a manutenção de condições como o transporte até os campos, o impacto proveniente da chegada e as rotinas torturantes tinha como finalidade a extinção da individualidade, muito mais atroz que a ofensa que subsume a pessoa jurídica e moral, porquanto concede à experiência concentracionária a constatação de que homens podem ser reduzidos a meros espécimes humanos e que a natureza verdadeiramente humana só pode ser lograda “na medida em que dá ao homem a possibilidade de tornar-se algo eminentemente não-natural” (Arendt, 2011b, p. 506). Para que cada uma dessas extinções fosse exitosa, processos burocráticos se sucediam a fim de produzir o *animal totalitário*¹⁵¹, composto por “um conjunto sempre constante de reflexos e reações [...] que pode ser intercambiado por outro, de modo que o indivíduo morto”, deixa de ser uma pessoa específica, “não é ninguém que tenha um nome, uma identidade inconfundível, uma vida própria, com certos impulsos e atitudes, e sim um espécime indiscernível e indefinível da espécie *Homo sapiens* [...] que, dadas as mesmas condições, reagirá de maneira idêntica” (Arendt, 2008, p. 327).

Os *Lager* seguem a trilha inaugurada pela multiplicação de cargos, pela setorialização e pelo aditamento do poder policial. Assim, a burocracia concentracionária foi formada por diversas seções e funções, algumas realizadas pelos *funcionários nazistas* (incumbidos de receber as orientações dos setores mais elevados do *Reich* e de coordenar as

¹⁵¹ Em *Origens do totalitarismo*, Arendt não faz menção a um *animal totalitário*, mas a um “cidadão” modelo do Estado totalitário, o que pode ser visto na passagem a seguir: “O cão de Pavlov, o espécime humano reduzido às reações mais elementares, o feixe de reações que sempre pode ser liquidado e substituído por outros feixes de reações e comportamento exatamente igual, é o ‘cidadão’ modelo do Estado totalitário, e esse cidadão não pode ser produzido de maneira perfeita a não ser nos campos de concentração” (Arendt, 2011, p. 507). Mesmo compreendendo o sentido que a autora quis conferir ao termo cidadão, que pode ser lido como um *cidadão destituído completamente de cidadania*, consideramos que falar em um *animal totalitário* seria mais pertinente, corroborando, inclusive, com a comparação com o cão de Pavlov. Ademais, considerando que, na pena arendtiana, as faculdades que distinguem os homens são a ação, o discurso e o pensamento, e que elas possuem firme gênese na espontaneidade e que, por sua vez, lançam as bases para a individualidade, mortas tanto a individualidade quanto a espontaneidade, mais correto seria falar em um *animal*. Por isso utilizamos a terminologia neste texto.

atividades nestes não-lugares), outras por *funcionários presos*, servidores da manutenção de um aparelho em que eles continuam sendo os alvos¹⁵². Portanto, eles “constituem os laboratórios onde mudanças na natureza humana são testadas e, portanto, a infâmia não atinge apenas os presos e aqueles que os administram segundo critérios estritamente ‘científicos’: atinge todos os homens” (Arendt, 2011b, p. 510).

O topo da hierarquia e comando dos campos era exercido pelo *Obersturmbannführer* e pelo *Sturmbannführer*. Ambos apareciam para os internos apenas em situações pontuais da rotina concentracionária, como as chamadas¹⁵³. Porém, como eram eles os responsáveis por representar nos campos os altos escalões do aparato nazista, executando ali a antipolítica definida muito além de suas fronteiras, cabia-lhes incentivarem a implementação de medidas que ajudassem a matar mais depressa e de modo eficiente. Isso era motivo suficiente para que não reprimissem o comportamento assassino dos guardas ou a violência dos *kapos*.

Outros funcionários nazistas que compunham a burocracia concentracionária era o *Schutzhaftlingsführer*¹⁵⁴, responsável pelo campo, patente abaixo do *Sturmbannführer* e acima do *Unterschutzhaftlingsführer*, posto que encerra a direção superior dos *Lager*. Logo abaixo e recebendo comandos do *Schutzhaftlingsführer* e do *Unterschutzhaftlingsführer*, despontam o *Oberscharführer*¹⁵⁵, seguido do *Scharführer*¹⁵⁶ (que ganhava diversas nomenclaturas e possuíam campos de atuação distintos, como *Allgemeine-SS*, *SS-Totenkopfverbände* e *Waffen-SS*), do *Rapportführer* e dos SS com funções menores, como os encarregados das guaritas e os

¹⁵² Apesar de não haver uma ação comum entre os campos nesse sentido, a recomendação dos diretórios centrais da S.S. com relação aos *kapos*, por exemplo, era que entre três e seis meses eles fossem gaseados, sendo prontamente substituídos por novos presos, de preferência escolhidos entre os mais recentemente chegados. A tenebrosa curiosidade nesse processo macabro de transição é que a primeira função desses novos *kapos* seria justamente se desfazer dos corpos daqueles que o antecederam.

¹⁵³ O *Obersturmbannführer* foi um posto criado em 1933, líder das tropas de assalto sênior, figura da SS de patente superior criada para ser a superior das crescentes tropas da S.A. Equivaleria, em comparação com o exército, à patente de tenente-coronel. Rudolf Höss, comandante de Auschwitz, e Adolf Eichmann são exemplos de funcionários nazistas que eram *Obersturmbannführer*. O *Sturmbannführer* era o líder das unidades de assalto (equivalente a patente de major). Sua origem reside na criação das tropas de choque durante a Primeira Guerra. Recebe ordens do seu superior imediato, o *Obersturmbannführer* (Weis, 2002).

¹⁵⁴ Derivado de *Schutzhaft*, que em alemão equivale a *custódia preventiva ou de proteção*, o *Schutzhaftlingsführer* personificava o que havia sido legalmente regulamentado pelo presidente do Reich, Paul von Hindenburg, após o incêndio do Reichstag na *Verordnung des Reichspräsidenten zum Schutz von Volk und Staat* (Decreto do Presidente do Reich para a proteção das pessoas e do Estado). Nele, foram revogados os artigos da Constituição de Weimar que asseguravam os direitos de liberdade, como a proibição de restrições à liberdade pessoal (art. 114), a inviolabilidade do domicílio (art. 115), liberdade de expressão e liberdade de imprensa (art. 118) e liberdade de associação (art. 124). O regime nazista utilizou-se desse decreto para prender e enviar os inimigos objetivos para os campos de concentração com a desculpa de protegê-los da violência que a população poderia cometer contra eles. Nesse sentido, ironicamente o *Schutzhaftlingsführer* seria o comandante dos presos protegidos (Weis, 2002).

¹⁵⁵ O *Oberscharführer*, ou líder de esquadrão sênior, foi um posto de sargento-chefe criado devido ao aumento das posições da S. A. e da S.S. O posto equivale a primeiro-sargento na hierarquia regular do exército (Weis, 2002).

¹⁵⁶ O *Scharführer* é um posto da S.S. e um título da S.A. que se referia a um oficial não-comissionado, no caso, sargento, que liderava uma seção, tropa ou esquadrão. Possui origem na Primeira Guerra designando um suboficial responsável por vários soldados ou tropas de choque (Weis, 2002).

incumbidos das chamadas diárias, ocasião em que, em rodízio com os funcionários judeus, “davam socos na cara dos trabalhadores: os que permaneciam de pé eram considerados ‘aptos’ para o trabalho” (Mazower, 2013, p. 377).

Os outros grupos que compunham a burocracia concentracionária eram formados por funcionários presos (*Funktionshäftlinge*). O primeiro deles era o *Lagerälteste*, ancião do acampamento, responsável por manter a ordem no campo, pela coordenação de atividades e por delegar àqueles que lhe sucediam as ordens que recebia do *Schutzhäftlingsführer*. Em *Eichmann em Jerusalém*, Arendt (2017) descreve que sua cooperação, tal qual a dos Conselhos de Anciãos Judeus externos aos *Lager*, pleiteava justificar-se mediante a tentativa de evitar consequências mais nefastas do que aquelas que já ocorriam. Ele era consultado para sugerir internos para trabalhar em cargos funcionais, como cozinha, armazém e marcenaria. Por sua posição alta na hierarquia, era de origem alemã e podia destituir qualquer um que estivesse abaixo dele.

Logo abaixo do *Lagerälteste* e recebendo suas diretrizes se situavam os *Blockälteste*, os anciãos ou chefes de bloco. Sua incumbência era transmitir e executar as diretivas do ancião do campo no seu bloco específico, espaço pelo qual eram responsabilizados. Nos campos maiores podiam, inclusive, designar alguns outros presos para lhe auxiliar. Abaixo dele e recebendo suas diretivas estava o *Stubendienst* ou *Stubenälteste*, anciãos ou chefes de quarto, responsáveis pela limpeza, disciplina e distribuição de comida em cada dormitório. Também ficava a seu encargo a identificação de situações como infestações de piolhos.

Abaixo dos anteriores, ocupando o quarto degrau na hierarquia dos funcionários presos, estava o *Laüfer*, mensageiro incumbido da comunicação entre blocos, mas que também poderia ser utilizado para informes entre setores, e o *Dolmetscher*, o intérprete do campo, especialmente necessário em *Lagers* de médio e grande porte, seja para a comunicação com os presos recém-chegados, seja nas oficinas de trabalho. O último entrava, portanto, na categoria de *Funktionshäftlinge* que exerciam funções administrativas em diversos setores do campo, que ia desde a enfermaria até a recepção e redação da ficha de cada preso e “carregamento”¹⁵⁷.

O campo de Theresienstadt¹⁵⁸, administrado por Adolf Eichmann, apresenta um panorama diferenciado acerca da participação dos funcionários presos. De acordo com o relato

¹⁵⁷ Outros funcionários presos exerciam funções administrativas nos campos: *Blockschreiber*, que era o secretário do bloco, que auxiliava tanto o *Lagerälteste* quanto o *Blockälteste* e o *Bademeister*, em tradução livre, era o mestre do chuveiro, auxiliava o *Stubendienst* na higienização dos prisioneiros (Benz; Distel, 2010).

¹⁵⁸ Theresienstadt foi planejado para ser um campo de transferência, uma parada a caminho dos grandes centros concentracionários, mas se tornou uma espécie de gueto especial cuja função era abrigar “categorias privilegiadas de judeus, principalmente, mas não exclusivamente, da Alemanha – funcionários judeus, pessoas importantes, veteranos de guerra com altas condecorações, inválidos, cônjuges judeus de casamentos mistos e os judeus alemães com mais de 65 anos” (Arendt, 2017, p. 95), que lá permaneciam até serem remanejados para Auschwitz, o que dependia sempre da quantidade de presos no campo e do seu grau de participação na burocracia concentracionária.

de Adler (2017) em *Theresienstadt 1941-1945*, o Conselho Judeu do referido *Lager* dispunha de participação ativa na elaboração das listas de transportes de presos judeus para outros campos, principalmente de extermínio. Em uma espécie de “esforço conjunto” (Arendt, 2017, p. 60), os funcionários presos elaboravam as listagens a partir de diretivas fornecidas pela SS acerca de quantos deveriam ser deportados e mediante características como idade, gênero, nacionalidade e profissão, em uma atuação bem próxima do que era empreendido, extramuros, pelos conselhos e associações judaicas. Arendt (2017, p. 139) corrobora esse registro ao afirmar que, em Theresienstadt, “até o carrasco era judeu”, já que no referido campo, até as câmaras de gás foram construídas e planejadas por técnicos de origem judaica.

David Rousset, tanto em seu *O universo concentracionário* quanto em *Les jours de notre mort*, fornece indícios acerca da “engrenagem. A estranha coabitação entre S.S. e altos funcionários detidos” (Rousset, 2016, p. 91), ressaltando que essa cooperação não equivalia a quaisquer indícios de respeito. Ao contrário, “o detido, seja qual for o seu posto, jamais passará de um verme” (Rousset, 2016, p. 91), estabelecendo o que Primo Levi intitulou de uma *zona cinzenta* fundada mediante a diluição das fronteiras entre carrascos e vítimas, que “desaparece à medida que os internos dos campos eram obrigados, pela SS, a colaborar, forçados a agir como assassinos” (Souki, 1998, p. 61). Na dominação total, a vítima é degradada ao ponto de guardar semelhanças com seus próprios algozes.

Cabe indagar-mos, portanto, o que sustentaria essa colaboração. Do lado dos SS, pode ser apontada a impossibilidade de renunciar ao trabalho dos funcionários presos, haja visto que os nazistas exerciam funções de coordenação e supervisão (é impensável, por exemplo, que desempenhassem funções como a remoção dos cadáveres, bem como a posterior extração de dentes de ouro e cabelos. Os funcionários presos, especialmente aqueles que trabalham nos *Sonderkommandos*, serviam exatamente para esses e outros fins). Já com relação aos funcionários presos do alto escalão, a relação ganhava contornos diferentes: era preciso contar com eles nos esquemas de desvios de insumos, especialmente de tabaco e de alimentos, rotas fraudulentas que faziam parte da rotina. Isso demonstra que “a burocracia não serve apenas para a gestão dos campos: está enterrada até o fundo nos tráficos da SS” (Rousset, 2016, p. 89).

Esses cinco tipos de colaboradores (*Lagerälteste*, *Blockälteste*, *Stubendienst*, *Lauffer* e *Dolmetscher*) compunham a base da burocracia concentracionária no que tange aos funcionários presos. Porém, em torno dessas figuras centrais se desenvolvia um amplo aparato marcado por uma profusão de cargos e de seções, que gravitam, como satélites, em torno de um eixo central. Por exemplo, ao redor dos funcionários descritos gravitam seções como o *abastecimento*, liderada pelo *küchekapo*, formada especialmente pela cozinha e armazém,

incluindo funcionários presos que exerciam as funções de cozinheiro, padeiro e encarregados da distribuição de comida e limpeza. Todos dispunham de privilégios com relação aos presos comuns¹⁵⁹, ainda que continuassem sendo supérfluos.

Este modelo organizacional, porém, apresentava especificidades que variavam de acordo com cada campo. Em Buchenwald, por exemplo, todas as noites chegavam 45 mil internos, que eram recepcionados por *kapos* e *vorarbeiter*, funcionários presos a quem, com a consolidação do sistema administrativo concentracionário, cabia boa parte da tortura e dos maus-tratos aos quais os presos comuns eram reiteradamente submetidos. Os primeiros eram funcionários presos que exerciam funções diversas, que iam desde atividades administrativas e de supervisão dos presos até a limpeza das câmaras de gás e fornos crematórios. Arendt os define como “prisioneiros de confiança [...] que trabalhavam em perfeito acordo com a Gestapo do campo” (Arendt, 2004, p. 298-299), ou como “presos colaboracionistas” (Arendt, 2011b, p. 504), *amiúde* mais odiados e temidos do que os soldados da SS e que personificavam o desaparecimento da linha que cinde “perseguidor e perseguido, o assassino e a vítima” (Arendt, 2011, p. 506), demonstrando que “não era simples a rede de relações humanas no interior dos *Lager*: não se podia reduzi-la a dois blocos, o das vítimas e dos opressores” (Levi, 2004, p. 33). Rousset sintetiza, a partir de sua análise sobre a figura dos *kapos*, que a diluição da moral tradicional pode ser vislumbrada pelo fato de que “tanto a vítima quanto o carrasco são ignóbeis; a lição dos campos é a irmandade da abjeção” (Rousset, 1993, p. 588).

Já os *vorarbeiter* (em tradução livre *capataz* ou *mestre-de-obras*), assim como os *kapos*, eram presos que supervisionavam os trabalhos de outros internos, especialmente em fábricas e construções e que, diferentemente dos funcionários judeus do alto escalão, eram prioritariamente não-alemães. Ao lado dos *kapos*, os *vorarbeiter* ocupavam as posições mais baixas na hierarquia dos campos, só não abaixo dos presos comuns, os *häftlinge*, a quem tratavam com indizível brutalidade. Os *häftlinge*, por sua vez, realizavam diversas atividades nas fábricas, minas, usinas e construção civil, bem como a manutenção de espaços como “cozinha, descasca de legumes, desinfecção, armazém, cordoaria” (Rousset, 2016, p. 35).

Apenas após a recepção feita por *kapos* e *vorarbeiter*, os internos que chegavam acessavam os funcionários da SS, procedimento obrigatório cujo relato feito por Rousset deixa

¹⁵⁹ Diversos relatos de sobreviventes de campos de concentração pontuam que os “privilégios” que dispunham os funcionários-presos, especialmente com relação a quantidade de alimentação diária, acesso a medicamentos, possibilidade de se inserir melhor nas trocas existentes nos campos (e, com isso, no que Levi denominou como a economia concentracionária), entre outros, auxiliavam a explicar porque, apesar de ser a minoria dos internos, compuseram a maioria dos sobreviventes (Levi, 2004; Rousset, 1993, 2016).

entrever que uma parte dos campos guardava semelhanças com uma repartição pública comum, porém, notabilizada pela falta de sentido que subjaz à burocracia total:

[...] os S.S. na trápola, grandes salas claras, linhas bem retraçadas, funcionários presos satisfeitos, corretos, com fichas, números, uma indiferença apaziguadora, alinhamentos rigorosos, em parada militar, tosquiadoras elétricas que desnudam os corpos estupefatos, em cadeia, precisos, implacáveis como um jogo matemático [...]. E ainda repartições cada vez mais apinhadas de funcionários, detidos atarefados, rostos cinzentos e sérios, saídos de um universo kafkiano, que perguntavam educadamente o nome e a morada da pessoa que deverá ser avisada em caso de morte, e tudo é anotado muito cuidadosamente em fichas devidamente preparadas de antemão (Rousset, 2016, p. 16).

Portanto, os campos de concentração e extermínio comprovam que a burocracia totalitária era fundada na díade *caos-sistematização*. Por exemplo, nos últimos anos da guerra se tornaram cada vez mais frequentes atos de sadismo dos homens da SS e dos próprios funcionários judeus: não havia decretos que recomendassem que guardas atirassem a esmo ou executassem aqueles que não conseguissem ficar em pé, ou que as marchas da morte deveriam acontecer sob temperaturas negativas com os seus peregrinos, vultos vestidos sob farrapos, sendo pisoteados. A bestialidade que embasava tais deliberações era fruto dos humores dos comandantes e dos executores, porquanto não eram cobertas por nenhum regulamento. Portanto, “a maioria das atrocidades cometidas [...] não eram legitimadas por ordens superiores, ou seja, não eram validadas nem pelas diretrizes dadas pelos assassinos burocratas, nem pelas ordens dos ‘promotores da Solução Final’” (Rocha; Aguiar, 2024, p. 136). É nesse sentido que Arendt (2004, p. 316) assente que:

Ninguém numa alta posição tinha se dado ao trabalho de fornecer instruções para a “caça ao coelho”, a “força de Boger”, os abrigos subterrâneos, as “celas para prisioneiros em pé”, o “Muro Negro” ou os “tiros no boné” [...]; não houvera nenhuma ordem para que as pessoas fossem pisoteadas ou se tornassem objetos do ‘esporte’ assassino, inclusive aquele de matar com um único golpe. Ninguém tinha lhes dito para realizar as seleções na rampa como uma ‘aconchegante reunião familiar’, da qual voltavam vangloriando-se sobre o que tinham tirado deste ou daquele recém-chegado como um grupo de caçadores retornando da caçada.

As sentenças executadas nos campos provieram da condenação dada de antemão pela Lei da História e da Natureza, executada a partir do processo elaborado por aqueles que Arendt chamou de *desk murderers*, “os assassinos burocratas em posições mais elevadas, que não tinham que sujar as mãos” (Arendt, 2004, p. 306) que, na maioria dos casos, nunca estiveram em Auschwitz, Dachau ou Treblinka, mesmo que, por sua posição superior, fossem mais responsáveis, moral e legalmente, pelos assassinatos lá perpetrados do que os homens subalternos, cujas atividades estavam mais próximas das rotinas do extermínio. Esse

alheamento que cindia aqueles que executavam as sentenças daqueles que não se exasperavam nem sujavam as mãos potencializava a desumanização e, por conseguinte, fazia com que os presos ficassem ainda mais à mercê das diretrizes protocoladas pelos últimos. Tal argumentação se coaduna com as propostas de Bauman (2021) em *Modernidade e holocausto*, quando defende que o distanciamento do funcionário com relação ao indivíduo sob o qual serão aplicadas as regras burocráticas e sob o qual se reverberarão as consequências de sua atividade laboral é um dos pilares sob os quais se assenta a burocracia, viabilizando a cisão entre incumbência técnica e responsabilidade política e moral.

Rousset descreve como funcionava esse domínio:

O destino do universo concentracionário está inconcebivelmente distante. Imensos espaços de leis e repartições, corredores sem saída, pilhas de relatórios, onde um mundo de funcionários pálidos e atarefados vive e morre, máquinas de escrever humanas isolam o campo e só deixam que dele se conheça um terror poderoso e confuso de lugares desumanos. No centro deste império, invisível sempre, o cérebro que unifica e controla todas as polícias do *Reich* e da Europa domina com uma vontade absoluta todos os aspectos dos campos, e chama-se Himmler e seus íntimos. Muralhas de ficheiros, arranha-céus de pastas, os assuntos mais ínfimos estão catalogados nas antecâmaras de Himmler. Destas repartições vem a ordem de vida ou morte dos concentracionários, uma assinatura. Não em função do seu comportamento, isso cabe aos *Obersturmbannführer* julgar. Mas com base numa vida morta, abandonada e já julgada. Para extensões desconhecidas desta vida morta que prossegue uma existência longínqua e ameaçadora em repartições inacessíveis. Aqui, o processo jamais chega ao fim (Rousset, 2016, p. 64).

Por um lado, os campos foram concebidos com a finalidade de fornecer as condições para a consecução dos massacres administrativos elaborados pelos assassinos burocratas de modo que fossem maximamente extintas as iniciativas individuais, mesmo aquelas que potencializavam o horror. O extermínio, portanto, fora planejado para acontecer de forma fabril: “os prisioneiros chegando de toda a Europa; as seleções [...]; a divisão em categorias [...]; os experimentos; o sistema dos ‘prisioneiros de confiança’, os capos e os comandos de prisioneiros que manejavam as instalações de extermínio e detinham posições privilegiadas. Tudo parecia previsível” (Arendt, 2004, p. 320). Naumann (1966, p. 397) descreve uma das faces da burocracia dos campos, aquela que diz respeito à racionalidade organizacional, nos seguintes termos: “Não esqueçamos – e esta é a questão decisiva – que os atos criminosos levados a cabo em Auschwitz foram cometidos por uma burocracia que funcionava bem, não por indivíduos enlouquecidos: todo burocrata fez sua parte e a cooperação de todos trouxe sucessos horríveis. O Estado desempenhou papel de instigador e cúmplice”.

Mesmo que o intuito inicial dos campos era serem os locais estabelecidos para “massacres administrativos que deviam ser executados segundo regras e regulamentos”

(Arendt, 2004, p. 319), em uma contextura na qual o terror fora convertido em procedimento de rotina e que a única força estabilizadora era a morte, o que aconteceu foi o oposto da previsibilidade planejada. Conquanto a maioria das atrocidades que “circundavam e criavam a atmosfera do crime gigantesco do extermínio” (Arendt, 2004, p. 316) não eram legitimadas por ordens superiores, ou seja, nem pelos promotores da Solução Final (além do próprio Hitler, Himmler, Göring e Höss), tampouco pelos assassinos burocratas, a arbitrariedade fazia com que na rotina concentracionária, diretrizes mudassem da noite para o dia, deixando os internos à mercê dos estados de espírito dos funcionários do campo, nazistas ou presos. “Tudo mudava quase de dia para dia. Dependia do oficial encarregado, do líder da chamada, do líder do bloco e [...] sobretudo de seus humores” (Naumann, 1966, p. 85).

Portanto, o que os assassinos burocratas haviam “negligenciado, *horrible dictu*, era o fator humano” (Arendt, 2004, p. 320): em um regime em que a lei era a vontade do *Führer*, cada um de seus funcionários sentia ser válido fazer o que quisessem dentro de seu campo de atuação¹⁶⁰. Isso desvela que a burocracia reserva sempre um espaço para a arbitrariedade caminhar *pari passu* com a previsibilidade, justificando porque muitas vezes os sobreviventes dos campos tenham sido salvos ou por uma série de acasos¹⁶¹, ou por ação direta dos funcionários que, quando estavam com estado de ânimo propício, os “salvavam”. Porquanto “a morte era o governante supremo em Auschwitz, lado a lado com a morte havia o acaso [...] que determinava o destino dos internos” (Arendt, 2004, p. 324). Além disso, como “os estados de ânimo são voláteis por natureza e ainda mais volátil é sua memória” (Levi, 2004, p. 25), o que hoje era desejável no universo concentracionário podia amanhã ser causar a morte.

Os humores como precedentes de vida e morte no universo concentracionário, ao passo em que agudizavam as atrocidades sem sentido da rotina nos campos, são também a gênese da “atmosfera sempre presente de morte violenta: nem mesmo no campo de batalha é a morte tão certa e a vida tão completamente dependente de um milagre”. Na ausência de estabilidade e sob o domínio perpétuo de diretivas que mudavam com velocidade descomunal, nem os funcionários escapavam do terror: “nem os mais subalternos entre os guardas podiam estar livres de medo; achavam perfeitamente possível [...] que, para preservar o segredo, eles

¹⁶⁰ “Tudo mudava quase de dia para dia. Dependia do oficial, do líder da chamada, do líder do bloco e seus estados de espírito. Num dia podiam acontecer algumas coisas que estariam totalmente fora de questão dois dias mais tarde [...]. Assim, num dia o oficial médico estava num estado de espírito jovial e tinha a ideia de estabelecer uma unidade para os convalescentes; dois meses mais tarde, todos os convalescentes eram enviados para o gás” (Arendt, 2004, p. 320).

¹⁶¹ Primo Levi parte da mesma constatação do acaso como governante supremo na rotina concentracionária. Ele o diz literalmente em *A assimetria e a vida*: “Sobrevivi graças à combinação de acasos raros: nunca fiquei doente, recebi comida de um operário italiano ‘livre’, nos últimos meses pude me prevalecer de minha qualidade de químico e trabalhar num laboratório da fábrica imensa, em vez de ficar na lama e na neve” (Levi, 2016, p. 64).

também fossem encaminhados para as câmaras de gás. Ninguém parecia duvidar que Himmler possuía a insensibilidade e a brutalidade requeridas” (Arendt, 2004, p. 312).

5.2 O retrato geral do funcionário de burocracias totais

Que tipo de homem era, então, o perpetrador? Ele valorizava a competência e a eficiência, superando inúmeros obstáculos e condições adversas [...]. As declarações públicas de líderes e propagandistas, as bandeiras, as tochas e os tambores eram atos de mobilização psicológica que davam tema, forma e ritmo às medidas que seguiriam. O burocrata, no entanto, não era uma criação do Partido Nazista, nem era um antisemita doutrinado à moda antiga. Quando a guerra terminou, ele afirmaria que nunca odiou os judeus [...]. Seus costumes sociais não eram atípicos e sua vida familiar e preocupações pessoais eram completamente comuns (Hilberg, 2020, p. 13).

Tomando o empreendimento teórico arendtiano de maneira geral, pode-se identificar que a autora não oferece categorizações mais específicas acerca dos funcionários do aparato total, ainda que deixe entrever diferenciações entre aqueles que poderiam alterar o fluxo dos acontecimentos (como Hitler, representante da Lei da Natureza, e Himmler, que concentrou tantas funções que se tornou importante para o aparato), e aqueles que meramente obedeciam às ordens (como o próprio Eichmann). Porém, em uma ocasião, Arendt retraça o perfil de dois tipos de colaboradores que auxiliam a compreender as especificidades dessa forma de governar. Trata-se do ensaio “Auschwitz em julgamento”, prefácio do livro *Auschwitz*, de Bernd Naumann, jornalista que cobriu o julgamento dos 22 homens acusados de homicídios e participação em homicídios praticados em Auschwitz-Birkenau. Na ocasião, somos apresentados aos *assassinos burocratas (desk murderers)* e aos *homens subalternos*¹⁶².

Ainda que possuam características comuns (ambos são *hostis generis humanis*¹⁶³, demonstraram ser cadavericamente obedientes e com notável incapacidade de resistência e de pensamento, além de tenderem a imputar responsabilidade pelas consequências de seu ofício

¹⁶² “Tanto o livro de Naumann quanto o ensaio original de Arendt, “Auschwitz on trial”, utilizam a expressão *little man* para se referir aos réus de Frankfurt, todos pertencentes às baixas camadas da hierarquia nazista [o posto mais alto era o de *Hauptsturmführer*, equivalente a capitão e/ou tenente-capitão, com baixa escolaridade, sem antecedentes criminais e proveniente de famílias com baixa renda]. A tradução em português utiliza a locução *homem subalterno*, a fim de melhor descrever a posição que eles ocupavam no labirinto burocrático do *Reich*, em contraposição aos assassinos burocratas (no original em inglês, *desk murderers*, em livre tradução, assassino de gabinete/escritório/mesa, coadunando-se com o próprio termo *bureau*, em português mesa, gabinete, e *bureaucrate*, funcionário, homem por trás da mesa) que, mesmo sem deter o poder de decisão no governo alemão, que pertencia apenas a Hitler, certamente estavam em uma posição mais estratégica – ocupavam as cascas interiores da cebola – na hierarquia nazista e na sociedade, de modo geral. Por considerar que a tradução *homem subalterno* acena para esse panorama, a utilizamos” (Rocha; Aguiar, 2024, p. 131, grifo nosso).

¹⁶³ No livro *O caso Eichmann*, Correia (2024) dedica uma seção ao exame da expressão, que remonta a Cícero, mormente ao seu registro acerca da pirataria, ao descrever o pirata como o *communis hostis omnium*, ou seja, aquele que é inimigo comum a todos. Sob a influência do romano, teria sido o jurista medieval Bartolo de Saxoferrato o primeiro a utilizar a expressão *hostis generis humanis* no sentido de um inimigo do próprio gênero humano, termo que foi utilizado no direito penal internacional moderno com o julgamento de Eichmann.

àqueles que tinham maior potencial de decisão no regime, e de serem supérfluos, massificados e solitários, características examinadas na presente seção¹⁶⁴), ensejam diferenças inerentes ao campo de atuação de cada um na burocracia total. Os assassinos burocratas tinham como principais instrumentos “máquinas de escrever, telefones e teletipos”, eram os cavalheiros “que ficavam sentados às suas escrivaninhas e telefonavam” (Arendt, 2004, p. 307), que “estudavam os mapas, dão as ordens [...] e contam os mortos. Todos eles são homens honrados” (Arendt, 1995, p. 23), além de redigir os relatórios e memorandos. Já os homens subalternos “operavam a maquinaria de extermínio, lançavam as cápsulas de gás, manipulavam as metralhadoras [...], estavam ocupados com a cremação da montanha de cadáveres” (Arendt, 2004, p. 310), porquanto eram “a menor engrenagem da poderosa máquina burocrática” (Naumann, 1966, p. 402), cujo contato ininterrupto com o terror pode ser compreendido como um dos motivos por sua brutalização progressiva. Ao fim e ao cabo, a diferença entre ambos se assenta na cisão entre os que executavam as ordens de modo direto e aqueles que ficavam ocultos, lugar de onde “puxavam os cordões” (Arendt, 2011b, p. 244).

O assassino burocrata, sujeito comum e mediano que ao se inserir no aparato burocrático nazista se converteu no tipo de perpetrador de crimes descrito na Alemanha do pós-guerra como *Schreibtischtäter*, “empregado de escritório”, “empregado por trás da mesa” – em linha com o termo original utilizado em inglês por Arendt, *desk murderer* – possui em Adolf Eichmann seu retrato mais fidedigno. Porém, o destino de Eichmann e de outros assassinos burocratas notórios como Himmler, Goebbels e Göring, não foi, predominantemente, a via de mão dupla que acena ou para os julgamentos do pós-guerra, ou o suicídio. Ao contrário, esses homens se reinseriram com facilidade na Alemanha pós-1945, tal como demonstra o sucesso da carreira de Reinhard Höhn, que não foi uma exceção.

Conquanto Eichmann é o paradigma de assassino burocrata, o modelo de homem subalterno pode ser identificado em Pery Broad, um dos réus do julgamento de Auschwitz mais

¹⁶⁴ A obediência cadavérica e a tendência de imputar responsabilidade às consequências do seu ofício aos superiores ganham contornos realísticos no livro de Robert Merle, *A morte é meu ofício*, especialmente no diálogo entre Rudolf Höss (em primeira pessoa), comandante de Auschwitz, e Georg Pützler, que o escondeu em sua fazenda, por ocasião do suicídio de Himmler: “- ‘Ele me traiu’. - ‘O *Reichsführer*?’ Os olhos de Georg tombaram sobre mim, cheios de censura. Reagi elevando a voz: - ‘Você não compreende! Ele deu ordens terríveis e agora deixa-nos a sós [...]. Em vez de erguer-se... de dizer... ‘Sou eu o único responsável’...Em vez disso, veja o que ele fez! Como é fácil! A gente morde uma ampola de cianureto e deixa nossos homens em apuros! [...]. *Maine Ehre, heisst Treue!* [Minha honra é minha lealdade]. Não para ele. Para nós, a prisão, a corda’. - ‘Então vão enforcá-lo?’ - ‘O que você imagina? Mas para mim tanto faz! A morte é menos que nada para mim’ - ‘Ele se esquivou, e daí? Se tivesse ficado, isso não salvaria sua vida’. - Eu o sacudi - ‘Quem está falando de viver? Para mim não teria a menor importância se me enforcarem. Mas eu morreria junto com ele! Com meu chefe! Ele teria dito: fui eu que dei a ordem de tratar os judeus! E ninguém teria nada a acrescentar! Nem o êxodo nem a derrota tinham me abalado a esse ponto” (Merle, 2022, p. 297-298).

conhecidos tanto por sua participação nos massacres do campo quanto pelo relatório que ele redigiu para as autoridades britânicas de ocupação¹⁶⁵. Descrito pelos internos do campo como “a morte em luva de pelica” (Arendt, 2004, p. 301), demonstrou uma mudança de comportamento crônica (uma dureza impiedosa no campo, uma colaboração sem restrições na prisão, seguida do arrependimento pela colaboração e do escárnio durante seu julgamento) que, na lupa arendtiana, deixa entrever uma característica essencial dos homens subalternos: “não era a racionalidade, ainda que influenciada pelas condições externas, que delimitava suas ações, mas a perda de substância identitária que fazia com que apenas seus cambiantes humores justificassem seus comportamentos” (Rocha; Aguiar, 2024, p. 134).

Nesse ponto da argumentação desvela-se uma diferença crucial entre os homens subalternos e os assassinos burocratas: enquanto as atitudes dos últimos não eram motivadas por “frenesi, amargura, estados de ânimo e frustração, mas com cálculo [...]. A maioria não disparou um tiro com raiva ou nunca foi alvejado” (Browning, 2001, p. 161), os primeiros, inseridos em uma rotina infernal de homens destinados a morrer, sentiam-se como deuses, representantes de movimentos irresistíveis e, como tal, podiam fazer o que quisessem. Os seus quereres, no entanto, mudavam de acordo com seus estados de ânimo: movidos apenas por seus humores cambiantes, se tornaram “gelatinosos” porque “era como se os seus estados de espírito sempre mutáveis tivessem devorado toda a substância – a superfície firme da identidade pessoal” (Arendt, 2004, p. 323). A privação do terreno firme que estabelece a identidade de alguém, tornando-o um *quem* que, mesmo se mantendo como um agente do inesperado, preserva um padrão em suas ações e julgamentos, auxilia a elucidar porque homens subalternos movidos apenas por seus humores e em nome de uma obediência cadavérica podem salvar alguém hoje e autorizar o extermínio de milhares amanhã, contanto que estejam com o estado de espírito apropriado. Na ausência de dar conta de si para si mesmo, nenhuma dicotomia pode ser sentida, e existir desse modo é o *clímax* da carência de quaisquer marcos de confiabilidade, inclusive aqueles oriundos da interação consigo mesmo. Mediante o dado incontestado de que nada é mais inconstante do que os estados de espírito, “o que resta de humanidade num homem que se submete inteiramente a esses humores?” (Arendt, 2004, p. 323).

O novo tipo de funcionário apresentado pela burocracia totalitária, um “*animal ideologicis e burocraticus*”, ao participar do regime de Hitler como assassino burocrata ou como

¹⁶⁵ “O relatório Broad fornece uma descrição fidedigna da rotina do campo. Foi através dele, por exemplo, que se soube que em cada leva de trens, apenas um terço dos homens sobreviviam, enquanto o restante era gaseado e que mesmo dentre os sobreviventes, a expectativa de vida era de três meses, devido às parcas condições do campo e à rotina extenuante de trabalhos forçados” (Rocha; Aguiar, 2024, p. 134).

homem subalterno, se converteu irrefletidamente no criminoso potencialmente mais perigoso do século XX” (Rocha; Aguiar, 2024, p. 142). Como a tipificação *animal ideologicis e burocraticus* deixa entrever, os dois tipos de funcionários apontados por Arendt são *animais laborans* que, movidos pelas demandas da sobrevivência, abdicam do potencial inerente à obra e à ação, únicas atividades da vida ativa capazes de fundar mundos. Ao passo em que a existência moderna predominantemente se baseia no *bios*, trabalhar e consumir se assentam como as faces da mesma moeda, o que logra êxito às expensas do ocaso das demais atividades, mormente o agir e o pensar. Nada resta a que esses indivíduos possam se agarrar a não ser os clichês e os jargões burocráticos repletos de eufemismos com o qual se comunicam e que não consegue encontrar sucedâneo na fala comum, porquanto não possuem vinculação com a realidade. Daí se depreende que nenhum mundo pode advir de uma turba de funcionários formada por *animais laborans, ideologicis e burocraticus*, mas apenas uma forma de domínio que coloca tudo o que é verdadeiramente humano em risco

Afirmar que os funcionários do aparato total eram *animals laborans*, portanto, equivale a assentir que sua criação, ainda que seja totalitária, remonta a Era Moderna e, com ainda mais força, ao imperialismo, período em que começou a ganhar força o par *ressentimento-superfluidade*, “principal esteio psicológico da ficção totalitária” (Arendt, 2011b, p. 442) e herdeiro da ascensão da sociedade e da vitória da administração sobre a política, cujos contornos mais bem delineados foram obtidos pelo aumento do poder financeiro e político da burguesia. Acrescido a tais panoramas, entre o final do século XIX e o início do XX, com o racismo e o antissemitismo deixando de ser preconceitos sociais e se convertendo em exclusão sistêmica, e quando as classes políticas tradicionais perderam seus interesses comuns, aqueles “que se tornavam *declassés* inevitavelmente entravam em contato com o resíduo supérfluo de todas as classes: a plebe, aqueles que Karl Marx havia chamado *Lumpen-proletariat*” (Young-Bruhel, 1997, p. 209). O contato entre esses indivíduos supérfluos fez com que descobrissem que entre eles havia um ressentimento ferrenho contra as pretensões e os valores burgueses, animosidade que fez com que recrutassem em suas próprias fileiras seus líderes, o que tornou possível que “dentro da estrutura organizacional [...], os membros fanatizados são inatingíveis pela experiência e pelo argumento” (Arendt, 2011b, p. 358).

Esse estado de inatingibilidade advém do duplo isolamento (dos demais e de si mesmos) como idiossincrasia dos homens e mulheres filhos dos séculos XIX-XX. Porém, trata-se de um isolamento diferente daquele que subjazia às tiranias, que visava inviabilizar contatos políticos. As burocracias totais, ao não se contentar com o isolamento político, baseia-se na solidão, experiência radical advinda da sensação de não-pertencimento ao mundo, propiciando

as condições para que simpatizantes e funcionários ativos do aparato não possuam contatos sociais normais, instaurando um estado de solidão que repercute a quebra do vínculo consigo mesmo e, portanto, inviabilizando o pensar. Tal contexto problemático retrata a importância da seguinte questão: se até as experiências materiais e sensoriais do mundo dependem do contato com outrem, como é possível se certificar da mentira e da verdade que subjaz a cada vivência, caso eu não tenha os companheiros para me certificar dela?

Certamente o homem isolado pode cultivar vínculos salutareos consigo mesmo, ainda que seja hostilizado pelos demais. No entanto, dizer que os funcionários das burocracias totais se notabilizavam por sua solidão equivale a assentir que foram abandonados tanto do contato público e privado com os demais, assim como abdicaram da possibilidade de manter contato consigo mesmos através do pensar. “Nessa situação, o homem perde a confiança em si mesmo como parceiro dos próprios pensamentos e perde aquela confiança elementar no mundo que é necessária para que se possam ter quaisquer experiências. O eu e o mundo, a capacidade de pensar e sentir, perdem-se ao mesmo tempo” (Arendt, 2011b, p. 529). A solidão, portanto, prepara o terreno para que homens e mulheres se ajustem ao papel de carrascos e de vítimas, o que faz com que a solidão organizada seja mais perigosa, inclusive, do que a impotência organizada daqueles que são mantidos sob o jugo da vontade de um tirano.

O problema retratado por esse estado de coisas é que a humanidade não pode ser adquirida na solidão, mas apenas à luz do público, espaço de aparecimento, comunicabilidade, início e ação. Entretanto, na diluição desse lugar e de modo diretamente proporcional à perpetuação da solidão como experiência comum a massas cada vez maiores de indivíduos, triunfa “um novo tipo de ser humano que encontra satisfação no processo de mero trabalho e consumo”. O funcionário, portanto, pode ser descrito como o filho da amundandade agudizada pela alocação do trabalho e do consumo, que passam a “ocupar o lugar de todas as atividades realmente relacionais” (Arendt, 2008, p. 50).

A superfluidez como predicativo inerente aos funcionários de burocracias totais, assim como de seus simpatizantes, encontra ancoradouro no fato de que eles foram predominantemente recrutados na massa de pessoas aparentemente indiferentes à política e que haviam sido deixadas de lado pela burocracia partidária. Portanto, no que tange aos membros filiados a SS, por exemplo, trata-se de figuras como Eichmann, que jamais haviam participado de grupos políticos, o que as tornou especialmente suscetíveis à métodos novos de propaganda. Como a sociedade de consumo concebida pela ascensão da burguesia à política a partir do período imperialista se notabilizava pelo predomínio da apatia e da hostilidade no que concerne aos assuntos públicos, “sem necessidade e capacidade de refutar argumentos contrários,

preferiram métodos que levavam à morte em vez da persuasão, e traziam terror em lugar de convicção” (Arendt, 2011b, p. 362).

Outro dado relevante acerca dos homens-massa que ocuparam parte dos cargos da burocracia totalitária é que essa massa amorfa e atomizada, composta por sujeitos comuns cuja inserção na burocracia totalitária parecia, finalmente, representar sua participação em algo maior do que eles mesmos, repercutia em “um tipo que se engalana com qualquer coisa que imagine que lhe dará uma autoridade natural, um porte superior e masculinidade genuína. O tipo preguiçoso e inútil de burocrata, o ‘organizador’ cercado de um enxame de hienas com as mesmas ideias [...], deslumbrado com comida, alojamento e transportes” (Mazower, 2013, p. 199). Sob tal contextura, não era difícil obter lealdade, e Arendt (2011b, p. 373) considerou que a lealdade irrestrita é a “base psicológica do domínio total”. Esse predicativo, porém, *pari passu* com a obediência cadavérica e a dureza impiedosa, só é obtido na organização dos indivíduos desprovidos de relações normais (familiares, sociais, amizades) e que, na ausência destas, identificam que o seu lugar no mundo só pode ser obtido mediante sua participação no movimento. Portanto, “cada pessoa que tenha uma ocupação se torna cúmplice dos crimes do governo e seu beneficiário, voluntário ou não, com o resultado de que, quanto mais sensível for o indivíduo, mais ardentemente defenderá o regime” (Arendt, 2011b, p. 482).

Duas observações podem ser depreendidas dessa lealdade irrestrita ou cadavérica. A primeira é que a camada superior da organização, “constituída pelo círculo íntimo em torno do Líder” (Arendt, 2011b, p. 435), apresentou um comportamento diferente das demais, porquanto nem parecia convicta acerca da veracidade das mentiras propagadas pelo Líder, tampouco acreditava na sua insubstituível. É nesse sentido que Arendt (2011b, p. 437) afirma que “os mais altos escalões da hierarquia totalitária [...] veem a tudo e a todos em termos de organização, inclusive o Líder que, para eles, não é nem um talismã inspirado nem aquele que sempre tem razão, mas a consequência desse tipo de organização; é necessário não como pessoa, mas como função”.

Contudo, a afirmação de que a lealdade que caracterizava os escalões mais altos da burocracia nazista nem era assegurada pela crença na infalibilidade do Líder, nem na convicção de que ele é insubstituível, nos coloca diante de um problema que advém do próprio modelo de organização: afinal, o que os uniria? Para Arendt (2011b, p. 437), seria a crença na onipotência humana, a “sólida convicção de que tudo é possível”, bastando, para tanto, contar com a rede ajustada por uma boa organização. Assim, por mais que não acreditassem em todas as mentiras que publicamente defendiam – como a conspiração judaica internacional, amplamente utilizada como expediente organizacional – foram iludidos pela presunçosa perspectiva que preconiza

que imprevistos são obstáculos limitados que sempre podem ser sobrepujados pelo próprio sistema. “Confiantes de que a força da organização pode destruir a força da substância [...], subestimam a força das comunidades estáveis e superestimam a força motora do movimento”.

Dessarte, porquanto, por um lado, a figura de Eichmann é paradigmática no empreendimento teórico arendtiano, por outro, Arendt, em diversos textos, menciona outro retrato capaz de nos auxiliar a entender as idiossincrasias de um aparato dessa magnitude. Em *Origens do totalitarismo* e *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*, a autora descreveu Heinrich Himmler como o mais filisteu dos líderes nazistas, isolado na privatividade ínsita às questões familiares e à carreira profissional, pautada na organização e no cálculo. Afinal, ele próprio era um burocrata “que queria supervisionar e regular o Estado SS como um sistema de senhores e escravos organizado que pudesse ser controlado” (Kogon, 1974, p. 32).

Com efeito, o crescimento exponencial da SS, que de uma força restrita, fundada em 1929 por Himmler e composta por 250 homens (que, após um ano e meio, já eram mais de 10 mil e em 1934, passavam de 90) a quem cabia a proteção de Hitler e do seu séquito mais próximo e de iniciar a difusão de uma política racial efetiva, auxilia a compreender a agudização da relevância de Himmler para a consecução do extermínio: sua ausência de carisma e sua insegurança em falar publicamente de questões que envolvessem política, economia e direito tornaram-se secundárias por sua “capacidade de organização cercando-se de assistentes competentes, ainda que inescrupulosos, e sabia tirar proveito das oportunidades da guerra” (Mazower, 2013, p. 278). Não à toa, no final do confronto ele havia acumulado as funções de comandante do Exército, das aduanas e das fronteiras, além de ter sido nomeado ministro do Interior, chefe dos serviços secretos e da força paramilitar SS, além de Comissário do *Reich* para o Fortalecimento do Povo Alemão (RKFDV).

No entanto, o que significa afirmar que ele era o mais filisteu dos líderes nazistas e que, até mesmo por conta disso, despertou admiração de outros homens com o mesmo perfil? A própria Arendt (2011b, p. 388) retratou um perfil do filisteu enquanto funcionário carreirista: “O isolamento desses filisteus na vida privada, sua sincera devoção a questões de família e de carreira pessoal era o último e já degenerado produto da crença do burguês na suma importância do interesse privado. O filisteu é o burguês isolado de sua própria classe”, atomizado e esculpido pelo colapso da burguesia nas primeiras décadas do século XX. A maioria dos funcionários recrutados por Himmler dispunha dos predicativos do filisteu que, em nome de sua segurança e da família, estava disposto a sacrificar qualquer coisa.

Foi dessa aparência de respeitabilidade e da concepção de que, majoritariamente, os homens são respeitáveis, trabalhadores e honestos pais de família – e não exceções sádicas

e criminosos reincidentes – que a maioria dos funcionários adentraram no aparato (ou decidiram permanecer nele, já que parte do funcionalismo público hitlerista foi herdada do governo de Franz von Papen e de Kurt von Schleicher, chanceleres anteriores). Porém, o decorrer dos acontecimentos de 1933-1945 fez com que o *pater família* se convertesse no maior criminoso do século XX, demonstrando que para a “máquina do extermínio, as massas coordenadas constituíam material capaz de crimes ainda piores do que os cometidos pelos criminosos profissionais, contanto que fossem bem-organizados e assumissem a aparência de tarefas rotineiras” (Arendt, 2011b, p. 387). Foi a sua superfluidade, portanto, que fez com que,

[...] esse devotado pater-família, preocupado principalmente com a sua segurança, se transformou, sob a pressão das condições econômicas caóticas de nossos tempos, num aventureiro involuntário que, apesar de todo o seu cuidado e dedicação, nunca pode ter certeza do que lhe trará o dia seguinte. Esse tipo de homem, para defender sua aposentadoria, o seguro de vida, a segurança da esposa e dos filhos, se disporia a sacrificar suas convicções, sua honra e sua dignidade humana. Foi necessário apenas que o gênio satânico de Himmler descobrisse que, após essa degradação, ele estava totalmente preparado para fazer qualquer coisa (Arendt, 2008, p. 157).

Gradativamente, o sujeito comum, que a despeito do forte apelo ideológico e da gradual normalização da violência, não havia se convencido a matar, por iniciativa própria, os inimigos objetivos do regime – não à toa Eichmann insistentemente afirmou em seu julgamento que jamais havia matado ninguém – passou a servir, de bom grado, ao aparato burocrático nazista e, com ele, à consecução do extermínio. Não eram criminosos contumazes, mas homens-massa aptos a se reduzir – tanto quanto os aventureiros do imperialismo, *mutadis mutandis*, o fizeram – a meros instrumentos da loucura e do horror. Afinal, “cada vez que, através do desemprego, a sociedade frustra o humilde em sua atividade e amor-próprio, o está treinando para o estágio final em que ele aceitará de boa vontade qualquer função” (Arendt, 2008, p. 158), o que, na verdade, repercute a própria tendência da sociedade “de roubar a espontaneidade aos homens e de transformá-los numa função” (Arendt, 2008, p. 25).

Portanto, é também o par *ressentimento-superfluidade*, antinômico à condição humana, que alicerça as máquinas burocráticas totais nas quais as massas de filisteus coordenados formam funcionários devotados ao aparato e inaptos para a reflexão (Canovan, 1992). O filisteu, burguês isolado de sua classe, produto sub-reptício do protagonismo conferido aos interesses privados, se converte em *homem massa*, “a quem Himmler organizou para os maiores crimes cometidos na história”. Portanto, os burocratas nazistas não eram formados, em sua maioria, por sádicos e antisemitas radicais, “ao contrário, foi feito um esforço sistemático para afastar todos aqueles que sentiam prazer físico com o que faziam” (Arendt, 2017, p. 121). Também não era comum que membros da SS, incluindo dos grupos de extermínio

(*Einsatzgruppen*), respondessem a crimes anteriores, sem falar na preferência de Heydrich e Himmler em escolher para o comando da SS apenas funcionários com diplomas superiores. Portanto, tratava-se de funcionários assustadoramente normais e, tomando como base nossas instituições e padrões de julgamento, “essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que [...] esse era um novo tipo de criminoso, *hostis generis humani*, que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado” (Arendt, 2017, p. 299).

É importante ressaltar que a figura do funcionário como típica da Alemanha – com efeito, o alemão padrão era um empregado de repartição – não foi inaugurada pela Alemanha nazista, mesmo que nela tenha ganhado contornos mais drásticos. Levando em conta as idiossincrasias desse povo, Chapoutot (2023, p. 56) descreve que “a Alemanha só pôde desenvolver os tipos humanos do soldado e do funcionário, arrogantes e brutais, os únicos capazes, por sua dureza, de disciplinar os germanos, excessivamente dissipados” (Chapoutot, 2023, p. 56)¹⁶⁶. Tais panoramas argumentativos guardam semelhanças com o retrato feito por Weber (1982, p. 109) sobre o funcionário público e sua ingerência no aparato: “A honra do funcionário público está investida na sua capacidade de executar de forma conscienciosa a ordem das autoridades superiores, exatamente como se expressasse sua própria convicção”. A obediência, portanto, substitui a responsabilidade e deslegitima toda iniciativa que não advenha das regras, fazendo da disciplina um dos elementos basilares para a manutenção dessa forma de governar. Trata-se, mais precisamente, do imperativo de acatar a “ordens superiores acima de quaisquer outros estímulos à ação [como opiniões e preferências pessoais], para colocar a devoção ao bem-estar da organização [...] acima de todas as outras devoções e compromissos” (Bauman, 2021, p. 29, grifo nosso). Desse modo, o ideal de disciplina enunciada sob as vestes de virtude burocrática acena para “a total identificação com a organização que, por sua vez, só pode significar a disposição de obliterar a identidade e sacrificar os interesses [...] que não coincidem com ela” (Bauman, 2021, p. 30).

May e Kohn (1996, p. 87) examinam tais conjunturas e asseveram que:

A partir daqui é apenas um pequeno salto para a ideia de que o burocrata mais virtuoso é aquele que não apenas segue ordens, mas tenta fazer ainda mais. Ser cumpridor da

¹⁶⁶ Em um texto acerca da polícia alemã publicado em uma coletânea organizada pelos juristas Werner Best e Reinhard Höhn, Himmler descreve o alemão típico como funcionário como reverberação direta da história da raça germânica: “Nós, alemães, devemos ser lúcidos a esse respeito: não temos cavaleiros de grande altivez nem cavaleiros como outros Estados de raça germânica. Não pudemos desenvolver esses tipos. Para isto, são necessários séculos de paz, sem ser incomodado. Nós, alemães, nos atiramos, assim, nos regulamentos e foi nos regulamentos que, mediante uma ordem e uma disciplina que nos impusemos obstinadamente, desenvolvemos os dois tipos que são o funcionário e o soldado” (Himmler *in* Best; Höhn, 1936, p. 12).

lei significa não apenas obedecer às leis, mas agir como se fosse o legislador das leis às quais obedece. Portanto, a convicção é que nada menos do que ir além do chamado do dever bastará. Para Arendt, esta transformação ajuda a explicar por que os burocratas tendem a fazer mais do que meramente seguir o que lhes foi ordenado, agindo com um rigor terrivelmente meticuloso.

Entretanto, a dureza impiedosa que os distinguiu precisava ser reiteradamente fomentada pelo apelo à violência e à ideologia, já que não dispunha da força suficiente para resistir à oposição. Isso ficou bem elucidado no episódio da resistência dinamarquesa que, para Arendt, demonstra “o enorme potencial de poder inerente à ação não violenta e a resistência a um oponente detentor de meios de violência vastamente superiores” (Arendt, 2017, p. 189-190). Assim, enquanto países como a Itália e a Bulgária sabotavam as diretivas alemãs em um intrincado jogo de trapaças, as autoridades dinamarquesas, assim que foram interpeladas pelos representantes do *Reich* acerca da implementação no país da insígnia da estrela dourada, recusaram, o que motivou que os funcionários públicos do país ameaçassem renunciar a seus postos de trabalho caso medidas antijudaicas fossem adotadas. Tal resistência impediu que os nazistas conseguissem determinar quem eram os nativos de origem judaica, primeiro passo administrativo para solicitar a deportação daqueles que não dispunham de cidadania¹⁶⁷.

Outro fato que também pôs em xeque a dureza impiedosa dos funcionários nazistas, incapazes de resistir ao confronto com a realidade e com a oposição declarada, foi a mudança que a resistência dinamarquesa exerceu nos próprios oficiais do *Reich*: os comandantes se recusaram a colocar as tropas à disposição, assim como os líderes das unidades especiais da SS passaram a objetar as diretivas do Gabinete Central. Para contornar a situação, diversas agências, incluindo a chefiada por Eichmann, mandaram seus melhores homens, o mais puro sangue da dureza impiedosa, para a Dinamarca. No entanto, eles não apenas não conseguiram superar a resistência, mas sucumbiram a ela: recusaram-se a emitir decretos exigindo que os judeus se apresentassem, assim como evitaram a invasão a apartamentos. Por fim, diferente de lideranças judaicas de outros países, as associações dinamarquesas avisaram aos judeus filiados sobre o que estava acontecendo, o que fez com que tivessem tempo para se evadirem para a Suécia, com transporte custeado por seus próprios fundos, pelo governo e pelas comunidades (aqueles que não tinham condições de custeá-lo foram auxiliados por cidadãos dinamarqueses

¹⁶⁷ Os dinamarqueses deram um passo a mais: além de terem recusado apontar os judeus dinamarqueses, também não entregaram os judeus asilados no país e, como justificativa, alegaram que se tais judeus não eram cidadãos alemães, não poderiam ser requisitados pelo governo alemão sem que o dinamarquês desse consentimento. “Esse foi um dos poucos casos em que a falta de pátria acabou sendo um privilégio, embora, evidentemente, não tenha sido a falta de Estado per se que salvou os judeus, mas o fato de que o governo dinamarquês decidiu protegê-los”. Foi dessa maneira que os procedimentos preparatórios para a “burocracia do assassinato não puderam ser levados a cabo e as operações foram adiadas até depois do outono de 1943” (Arendt, 2017, p. 191).

ricos, não-judeus, o que torna a contextura dinamarquesa ainda mais singular). Não é difícil compreender por que Eichmann considerou que “por várias razões a ação contra os judeus na Dinamarca foi um fracasso” (Arendt, 2017, p. 193).

5.2.1 Escólios sobre a mentalidade burocrata nazista: dois estudos de caso

Eles eram funcionários com escrúpulos. Mas seus escrúpulos não foram longe o suficiente para lhes mostrar que existe uma fronteira a partir da qual seres humanos deixam de ser apenas funcionários. E se eles tivessem ido embora e dito: “Pelo amor de Deus, que outra pessoa faça o trabalho sujo!”, não teriam se tornado seres humanos de novo, em vez de simples funcionários? (Arendt, 2021, p. 330).

No discurso de abertura do julgamento de Eichmann em Jerusalém, o procurador-geral do Estado de Israel, Gideon Hausner, apontou que nos depoimentos que antecederam à cerimônia jurídica, o réu havia denunciado que a maioria de seus cúmplices não apenas estavam vivos, mas continuavam relevantes na política e na sociedade alemãs, demonstrando que a burocracia totalitária não havia sido movimentada exclusivamente “nem por gangsters, nem por homens do submundo”, mas também por “doutores e advogados, estudiosos universitários, banqueiros e economistas” (Arendt, 2017, p. 29), o que constituía um revérbero politicamente relevante: “Uma coisa é desentocar criminosos de seus esconderijos, outra é encontrá-los importantes e prósperos no âmbito público [...], homens cujas carreiras floresceram no regime de Hitler”, a ponto de fazer com que “se a administração Adenauer fosse exigente demais para empregar funcionários sem passado nazista comprometedor, talvez não houvesse administradores de nenhuma espécie”. Com efeito, a constatação de que os movimentos totalitários foram exitosos em captar apoio entre as massas e a turba, mas também entre a elite e os intelectuais, se faz presente no empreendimento teórico arendtiano, porquanto a autora percebeu a importância de entender quem eram esses funcionários “dignitários togados com formação acadêmica” (Arendt, 2017, p. 28), inclusive, para compreender semelhanças e distinções com relação aos funcionários medianos (*ordinary men*), categoria na qual Eichmann se enquadra.

Mesmo que o antiintelectualismo possa ser considerado uma característica do regime de Hitler, isso não significa que ele não tenha se beneficiado dos investimentos feitos pela República de Weimar na formação dos estudantes alemães: se havia uma elite técnica composta por especialistas em diferentes áreas no Terceiro *Reich* é porque no período anterior investiu-se como jamais antes no ensino superior, mormente na abertura de mais cursos de pós-graduação. Porém, a inflação pós-Primeira Guerra e, posteriormente, a crise de 1929, fizeram

com que os recém-doutores advindos das universidades alemãs não desfrutassem de sorte melhor do que operários do país. Ao contrário, o caminho mais comum para eles era a fila do desemprego e dos poucos subsídios oferecidos pelo governo. Com efeito, “os problemas financeiros da república forçaram muitos estudantes a trabalhar enquanto faziam universidade, criando ressentimento adicional. Já em 1924, as chances do cada vez mais volumoso número de graduados encontrar um posto no mercado de trabalho começaram a declinar; a partir de 1930, eram quase inexistentes” (Evans, 2017, p. 182-183).

Nesse ambiente de ausência de expectativa e de ressentimento crescente, agudizado pelo aumento da quantidade de professores e alunos judeus nas universidades alemãs, todas as áreas do conhecimento passaram, dentro do escopo de suas atuações e de seu marco teórico, a compartilhar de um pessimismo com relação a um possível plano de dominação judaica, legatário dos *Protocolos dos sábios de Sião*. Além disso, o ultranacionalismo dos jovens universitários alemães cresceu ainda mais após a ocupação francesa no Ruhr, em 1923, o que culminou com a criação de diversos grupos de resistência nacional formados por discentes universitários nos quais “os instintos anti-humanistas, antiliberais e anticulturais [...], o seu brilhante e espirituoso louvor da violência, do poder e da crueldade haviam sido precedidos pelas pomposas e desajeitadas demonstrações ‘científicas’ de que a lei do universo é a luta de todos contra todos” (Arendt, 2011b, p. 380) e de que o homem deve guiar a si mesmo e às suas instituições sob a irrestrita observância de tais leis universais. Sob esse pano de fundo:

Muito antes do final da década de 1920, as universidades haviam se tornado ninhos da extrema direita. Criava-se uma geração de graduados que se via como uma elite [...] que, no rastro da Primeira Guerra, colocou a ação acima do pensamento, e o orgulho nacional acima do saber abstrato; uma elite para a qual o racismo, antissemitismo e ideias de superioridade alemã era quase uma segunda natureza; uma elite determinada a combater os débeis compromissos de uma democracia liberal supertolerante com a mesma dureza que seus antecessores haviam mostrado na Primeira Guerra. Para esses rapazes, a violência parecia uma resposta racional para os desastres que haviam tomado conta da Alemanha. Para os mais inteligentes e altamente instruídos, a geração mais velha de ex-soldados parecia ter cicatrizes emocionais em excesso e ser desordenada: o que se fazia necessário era sobriedade, planejamento e impiedade na causa da regeneração racial (Evans, 2017, p. 183).

Para esses intelectuais, a força e a violência seriam capacidades humanas que retraçavam as faces do período e, por conseguinte, os homens que eram frutos dessa época. Sobre os últimos, a interpretação arendtiana sobreleva sua superfluidade e que, a fim de encontrar seu lugar no mundo, eles se sentiram representados por movimentos contrários aos valores que retraçavam a boa sociedade de então, promovendo a “crueldade à categoria de virtude maior porque contradizia a hipocrisia humanitária e liberal da sociedade” (Arendt,

2011b, p. 380). Portanto, filhos de um contexto miserável, se sentiram atraídos pelo terrorismo, já que ele divergia sobremaneira da boa sociedade, e pela turba, porquanto sua ascensão equivalia à diluição da respeitabilidade e à valorização daqueles que, até então, haviam sido excluídos. Portanto, se por um lado é compreensível o quanto a propaganda e as instituições totalitárias respondiam aos anseios das massas desarraigadas, por outro, é

[...] quase impossível saber qual o número daqueles que, se continuarem expostos por mais tempo a uma constante ameaça de desemprego, aceitarão de bom grado uma “política populacional” de eliminação regular do excesso de pessoas e quantos, compreendendo perfeitamente a sua incapacidade de suportar a carga da vida moderna, se conformarão de boa vontade a um sistema que, juntamente com a espontaneidade, elimina a responsabilidade (Arendt, 2011b, p. 488).

Seu cínico repúdio aos padrões e sua crença na corruptibilidade do sistema tornava mais fácil “aceitar proposições patentemente absurdas do que as antigas verdades que haviam virado banalidades” (Arendt, 2011b, p. 384). Portanto, o triunfo das massas que adentraram no palco político com o imperialismo viabilizou que esses intelectuais recém-formados vilipendiassem a burguesia e seus valores, assim como sua hipocrisia e respeitabilidade, mas que considerassem que o verdadeiramente revolucionário consiste em admitir a crueldade como constituinte da natureza humana. Sob tal leitura, nada mais natural que o passo subsequente fosse o decaimento dos direitos humanos e da própria moralidade, além da valorização da radicalidade como única saída para superar tais contexturas.

A fim de retratar um perfil desses funcionários com escrúpulos e com titulação acadêmica, Mazower (2013, p. 288) argumenta que eles eram, predominantemente,

[...] mais jovens, na maioria não tinham formação anterior no Partido (embora fossem, sem exceção, nacionalistas de direita). Enquanto os Gauleiter gostavam de holofotes, os homens do SD, na faixa dos trinta e poucos anos, viam-se como disciplinados membros de uma elite centralizada e estavam convencidos de que sua *expertise* os qualificava a defender o nacional-socialismo melhor do que os lutadores de rua. Heydrich [...] seguia o modelo do serviço secreto britânico (tal como ele o entendia) e recrutou muitos de seus integrantes nas universidades, assegurando uma provisão de jovens advogados, sociólogos e filólogos, muitos com doutorados novos em folha.

Assim sendo, os líderes totalitários (como Himmler) não congregavam apenas filisteus ressentidos e zelosos pelo seu destino e de sua família. Ao contrário, parte do sucesso de sua carreira deve-se à sua crença de que uma elite jovem, ideologicamente confiável e eficientemente organizada a partir de sua *expertise*, seria essencial para o desenvolvimento de estratégias e resoluções administrativas, demonstrando que o terror também depende de uma justificação teórica e racionalizável para sua utilização. Para Kogon (1974, p. 2), “com o uso da razão e da ciência, a desumanidade pôde, enfim, se desenvolver em um sistema”.

Entretanto, ainda que tenham direcionado sua *expertise* para a desumanidade, a *anima* de sua inserção foi o pleito de contar com sua perícia para lidar com os problemas concernentes à perseguição aos inimigos objetivos e ao aumento territorial do *Reich*. No entrecruzamento entre ambas, por exemplo, ainda em 1933, quando Hitler assumiu o posto de chanceler, as comunidades judaicas dos países europeus participavam ativamente de setores políticos, sociais e econômicos, de modo que marginalizá-las implicava extinguir as relações que as tangenciavam. A fim de lográ-lo, medidas eram indispensáveis e elas

[...] eram tomadas por especialistas que eram contadores, advogados, engenheiros ou médicos. As questões com as quais esses homens estavam preocupados eram técnicas. Como uma empresa judaica deveria ser definida? Onde as fronteiras dos guetos deveriam ser traçadas? Qual deveria ser a disposição dos pedidos de pensão pertencentes aos judeus deportados? Como os corpos deveriam ser descartados? Esses eram os problemas ponderados pelos burocratas em memorandos, correspondências, reuniões e discussões. Essa era a essência do seu trabalho (Hilberg, 2020, p. 2).

Em contraposição às experiências de desarranjo político – guerras, revoltas civis, ocupação estrangeira, derrota e sanções militares e econômicas – que fez da geração “nascida entre a virada do século [XIX] e a deflagração da Primeira Guerra Mundial” uma turba de indivíduos literalmente “prontos para qualquer coisa” (Evans, 2017, p. 184), após 1933 abriu-se uma profícua possibilidade de inserção econômica e social: a adesão às forças paramilitares. Parte desse público com alto grau de escolaridade e ampla participação nos debates acadêmicos (eles escreviam artigos científicos, compunham grupos de estudo e recebiam bolsas de fomento) ingressou nos quadros da SS, enquanto outra passou a fazer parte do funcionalismo da burocracia ministerial e da indústria e negócios: vinculando a ambos, sobrelevava-se a sua crença de que a ideologia nacional-socialista, além do cientificismo e da objetividade impessoal, deveriam ser os pilares da administração do *Reich*. Mediado por tais pilares, “eles concordavam que seria necessário tratar duramente os povos mais primitivos, inferiores ou racialmente tóxicos” (Mazower, 2013, p. 301), o que tornava o seu extermínio necessário.

Além dessas, uma outra porta foi aberta a um grupo de universitários e pesquisadores particularmente promissores: um ambicioso trabalho tornado público entre 1941-1943 na revista *Reich, Volksordnung, Lebensraum* (*Império, Ordem racial, Espaço Vital*), vinculada ao Instituto de Pesquisas sobre o Estado da Universidade de Berlim. O mote dessas publicações era a administração ideal do império nazista, partindo do pressuposto de que o estabelecimento de uma política de exclusão e extermínio “exigia definições precisas de grupos e indivíduos. Somente a ciência racial poderia fornecer tais definições. Por mais arbitrários que

fossem os critérios, tinham que ser científicos, e a cooperação dos cientistas era um pré-requisito importante” (Friedlander, 1994, p. 496).

Herbert Backe é um paradigma de especialista inserido através do funcionalismo público que contribuiu com a *Reich, Volksordnung, Lebensraum*. Nascido em 1896, no Império dos Czares, filho de um comerciante importante, estudou em Tiblíssi quando jovem e, após o fim da Primeira Guerra, cursou Agronomia na Alemanha. Sua estadia em tenra idade na Rússia fez com que creditasse a si mesmo o rótulo de especialista no país, crença que justificou aliando conhecimento técnico com ideologia: para ele, a Alemanha, por sua superioridade intrínseca, estaria fadada a dominar os solos férteis da Europa Oriental, motivo pelo qual caberia ao *Reich* hitlerista se preparar para lográ-lo. A fim de concatenar tais ideias, publicou em 1931 o livreto *Camponês alemão, desperte!*, em que o desprezo pelas populações locais deixava entrever o radicalismo que o levaria a galgar o posto de ministro do Abastecimento e Agricultura do *Reich*, função que o notabilizou como um “expansionista pragmático” e que despertou a admiração de Himmler, mormente pela sua estratégia da fome como resolução para lidar com o problema da provisão de alimentos para civis e militares da *Wehrmacht*¹⁶⁸.

A fim de levar a cabo as diretrizes – desenvolvidas em treze pontos que Chapoutot (2023, p. 12) descreveu como um verdadeiro “vade-mécum de três páginas [...] para os responsáveis alemães do Plano Quadrienal e os diretores do seu ministério que atuarão no Leste” – Backe cobrou, sobretudo, empenho dos seus subordinados, que deviam agir sem se deter em queixas voltadas para os superiores. Estes, por sua vez, seriam incumbidos de determinar os objetivos a serem alcançados pelos subordinados, sem recursos adicionais, reclamações ou hesitação (Backe, 1941). Dessarte, o que realmente importava era cumprir a missão dada, não importando quais meios seriam utilizados para tanto: ao contrário, sua recomendação era que os expedientes empregados fossem elásticos a tal ponto que sua escolha ficasse a critério de cada subordinado (Gerhard, 2009).

A condução dada por Backe ao Ministério do Abastecimento e da Agricultura se ancorava na defesa da flexibilidade, da agilidade, do desempenho e do cumprimento dos objetivos e das missões. Partindo da equiparação entre a vida e uma arena de competição peremptória na qual apenas os mais fortes e adaptáveis sobrevivem – bem aos moldes do darwinismo social tão caro ao regime nazista –, ele considerava relevantes valores que ainda hoje são conclamados em prol das empresas e organizações. Dito de outro modo, “o alossauro

¹⁶⁸ Herbert Backe foi o principal especialista em agricultura do Plano Quadrienal. Como ministro, em 1942, implementou nos territórios do Leste um Plano de Fome a fim de subtrair víveres alimentícios das populações. Preso, se suicidou em 1947, antes de ser julgado em Nuremberg (Cf. Chapoutot, 2023).

Backe, monstro arcaico e distante em seu uniforme da SS, reaparece na nossa época, ressurgue onde vivemos, pois emprega as mesmas palavras, utiliza as mesmas categorias, pensa e vive os mesmos conceitos” (Chapoutot, 2023, p. 13).

Sem quaisquer traços de modéstia, ele se concebia como um homem de realizações e potenciais (*Leistungsmensch*) que, em virtude das funções exercidas, se interessava pela organização do trabalho e pelas estratégias de gestão dos indivíduos (*Menschenführung*), o que equivale ao atual *Management*, cuja origem antecede o nazismo, mas teve entre 1933-1945 um período profícuo de desenvolvimento. Sua metodologia de trabalho, que preconizava cálculo e previsibilidade advinda das diretrizes dos superiores, acrescida da imprevisibilidade e da arbitrariedade ínsita aos mecanismos adotados por aqueles que cumpriam as ordens, não foi criação de Backe, mesmo que ele tenha sido um dos seus mais ferrenhos defensores. Ao contrário, a implementação da *Auftragstaktik* (*Tática de missão e/ou de objetivo*), método militar e administrativo em que os intentos são traçados por instâncias superiores, cabendo aos escalões mais baixos apenas executá-los, não importando *como*, data do século XIX, quando foi planejado por Gerhard von Scharnhorst, reformador do exército prussiano entre 1806 e 1813. Foi o militar que batizou a gestão empreendida via centralização descentralizada de *tática de missão* (*Auftragstaktik*): “rigidez centralizadora na definição dos objetivos e da estratégia pelo comando supremo e flexibilidade na execução em campo: o método deu frutos, a julgar pela impressionante série de vitórias do exército prussiano” (Chapoutot, 2023, p. 108).

O militar prussiano Gerhard von Scharnhorst é o elo que vincula Herbert Back, figura que enseja em si o exemplo de um acadêmico que se desviou do malogro advindo das crises pós-Primeira Guerra a partir da inserção no funcionalismo público, a Reinhard Höhn, paradigma do “SD e do SS intelectual”, o “arquétipo do intelectual tecnocrata” (Chapoutot, 2023, p. 82). O jovem ambicioso era conhecido pelos membros do Gabinete de Segurança do *Reich* como o conselheiro científico de Himmler devido ao seu rápido reconhecimento como um “sinuoso estrategista e um temível cão de guarda da pureza ideológica do nazismo” (Mazower, 2013, p. 288), o que o levou a coordenar, além de um grupo de estudo financiado pela SS para o exame de problemas advindos da expansão territorial, um projeto de pesquisa que pleiteava examinar as bases político-históricas do conflito entre alemães e poloneses, que culminou com a publicação de *A luta pela recuperação do Leste alemão: experiências de assentamento na Prússia Oriental de 1886 a 1914*.

Reinhard Höhn era o típico espécime do portador do título de doutorado que ambicionava vincular as experiências apreendidas mediante exame histórico ao conhecimento teórico inerente às Ciências Jurídicas. Os dois campos, ele acreditava, deveriam ser

critérios analisados a fim de resolver os problemas de recursos humanos (*Menschenmaterial*) que a veloz multiplicação de territórios impunha: se um gigantesco império (*Riesenreich*) deveria ser administrado com uma quantidade crescente de pessoal, o contexto a partir de 1939 ensejava restrições à essa demanda. Era inadiável, portanto, “pensar uma transformação do serviço público alemão, não apenas em tempo de guerra, mas também para os séculos de paz que estariam por vir”. Para logr-lo, algumas perguntas demandavam resposta científica: “Como fazer *mais* com *menos* homens? [...]. Fazer melhor com menos é o que cabe aos agentes da administração alemã, que devem reformular e mesmo transformar suas práticas para enfrentar os desafios do momento e de amanhã” (Chapoutot, 2023, p. 25-26).

Mediante tais imperativos, Reinhard Höhn adotou como ponto de partida uma ferrenha crítica ao Estado, instituição que, em sua interpretação, era obsoleta: para se esquivar da entidade estatal legatária da “dominação dos príncipes soberanos da era moderna”, hipostasiado como “personalidade invisível e transformado em instância perene da soberania” que nada mais é do que um “aparelho (*Apparat*) a serviço do poder” (Chapoutot, 2023, p. 45), seria indispensável utilizar seus serviços e funcionários como ferramentas em prol do aprimoramento da raça, porém, sem perder de vista que os interesses estatais, sempre limitados pela territorialidade e pelos pleitos dos grupos que o compõem, oferecem barreiras a um movimento que se pretende ilimitado. Tal esvaziamento da relevância do Estado, portanto, reside na imputação de um sentido contrasseletivo¹⁶⁹: ao “impor a sobrevivência e a multiplicação dos fracos, inúteis e fracassados, o Estado estimula uma gangrena fatal ao ‘corpo do povo’ (*Volkskörper*) – metáfora organicista que designa a ‘comunidade do povo’ e na realidade é a tal ponto literal que deixa de ser uma metáfora” (Chapoutot, 2023, p. 51).

De acordo com Rebentisch (1986), com a aproximação da guerra e a necessidade de administrar as agências que se multiplicavam, o Terceiro *Reich* gradativamente ingressou em uma forma de gerenciamento mais fluida, a *Menschenführung*, em tradução livre, a direção dos homens, uma adaptação do *management* americano¹⁷⁰. “A era gerencial da *Menschenführung* garante que cada um possa, sendo ‘guiado’ ou ‘dirigido’, participar da vontade e da liberdade

¹⁶⁹ “Do darwinismo social [...], os nazistas herdaram a ideia de que o Estado contraria e entrava a dinâmica da natureza. Esta, como se sabe, deixa definhando ou morrer o que não é viável. Ora, em virtude da redistribuição de riquezas que promove e de um sistema de previdência social, o Estado garante a sobrevivência dos que não são viáveis. Indo de encontro à lógica implacável e sadia da ‘seleção natural’ [...], o Estado assume um papel contrasseletivo ou antisseletivo, que permite que prosperem o doente e o incapaz” (Chapoutot, 2023, p. 50).

¹⁷⁰ “A produção alemã também exigia operários e empregados convictos da necessidade de sua tarefa e entusiastas no trabalho. A *Menschenführung* (direção das pessoas) nazista devia tomar o lugar da *Verwaltung* (administração) rígida e autoritária do passado, a ‘força de trabalho’, o ‘capital’ ou o ‘material humano’ (*Menschenmaterial*) só podia ser plenamente eficaz e rentável se fosse livre e feliz, autônomo e rico em iniciativas – ou pelo menos se tivesse a ilusão de sê-lo. Na encruzilhada da ideologia, da política e da economia, a *Menschenführung* nazista, esse pensamento do *management*, foi uma das principais expressões do III *Reich*” (Chapoutot, 2023, p. 141).

do Führer [...], homem que entendeu e pôs em prática a vontade profunda da raça germânica, que a reconciliou consigo e com sua natureza” (Chapoutot, 2023, p. 62). Adotando como base o modelo de comando de Gerhard von Scharnhorst, Höhn defendia um arquétipo administrativo formado por servidores imbuídos da legítima alegria de trabalhar pelo bem germânico e, consequentemente, do *Reich*. Como “o indivíduo não é nada, seu povo é tudo”, essa perspectiva “é ao mesmo tempo utilitarista e reificante. Ela transforma cada um em coisa (*res*), em objeto, que deve ser útil para ter o direito de viver e existir. O indivíduo germânico torna-se uma ferramenta, um material” (Chapoutot, 2023, p. 68-69).

Coordenando a revista *Reich, Volksordnung, Lebensraum*, Höhn foi um alto funcionário da SS, chegando à patente de *Oberführer* (o equivalente a general) em 1944. No periódico, publicou diversos ensaios sobre Scharnhorst, reunindo características das reformas que ele empreendeu no exército prussiano e que, na sua interpretação, deveriam servir de inspiração tanto para a administração do *Reich* quanto para os empresários do pós-guerra¹⁷¹: para o prussiano, assim como corrobora o alemão, o esforço por uma verdadeira reforma tem de começar pelos escalões superiores, que devem ser instruídos a fim de que consigam *pensar* (*denken*). Todavia, esse convite à reflexão nem de longe equivale ao dois-em-um como *partners* do diálogo interior:

Certamente seria o caso de traduzir essa palavra [*denken*] como “refletir”: não se trata tanto, com efeito, de pensar os fins, mas de refletir sobre os meios de alcançar os objetivos estabelecidos pelo comando supremo. “Pensar”, na concepção de Scharnhorst e Höhn, não significa, assim, participar da mais alta reflexão, mas estar apto à mais baixa. Não se trata de refletir sobre os objetivos e criticá-los, mas de estar em condições de alcançá-los mediante uma adaptação ideal do combate ao terreno [...]. *Denken*, nesse contexto, portanto, significa menos “pensar” (os fins) que “calcular” (os meios) (Chapoutot, 2023, p. 105-106).

Essa vulgar deturpação do pensamento se embasava na valorização da *expertise*, em detrimento da reflexão livre, crítica e genuína. Com efeito, a posse de saberes elementares para a realização de uma função específica – tornando o “pensar através da experiência” não apenas supérfluo, mas indesejável, e demonstrando “a impotência tanto do funcionário quanto do cidadão comum para influenciar o curso do governo” (Leo, 1969, p. 40) – tinha como objetivo viabilizar uma gestão em que cada ato administrativo era flexível, porquanto se adaptava às circunstâncias. Porém, os oficiais do exército prussiano, do mesmo modo que os membros da média e baixa hierarquia do Terceiro *Reich*, ficaram completamente alheios à

¹⁷¹ No próximo capítulo, com o fito de compreender como a burocracia permaneceu como modelo de organização das instituições públicas e privadas do pós-guerra, será retracado o sucesso com o qual Höhn se reinseriu na Alemanha até o início dos anos 2000, quando veio a óbito.

definição dos objetivos. Sua incumbência é “encontrar, por si mesmo [...], a maneira de alcançá-los. Ele é, portanto, livre para obedecer” (Chapoutot, 2023, p. 108). Esse apelo à liberdade, porém, era uma fraude: a *liberdade para obedecer*; para executar os objetivos impostos, se referia apenas aos meios, jamais aos inquestionáveis fins, e tal domínio se ancorava no próprio fortalecimento do abismo entre chefe e executante.

Höhn era o grande entusiasta dessa metodologia de gestão que alia um comando autoritário incontestável com a permissão para que os subordinados encontrassem os meios mais eficazes para cumprir as ordens recebidas. Com ele, assim como com Backe, pode-se apreender que “corresponde à essência e a identidade alemãs que tudo aquilo que não precise ser tratado pelo poder central seja gerido de maneira descentralizada” (Stuckart, 1941, p. 4), de modo que a centralização descentralizada, ou a previsibilidade imprevisível que caracterizou a burocracia nazista, é um atributo alemão precípuo e naturalmente considerado o procedimento administrativo ideal para um *Führerstaat*. “A história descentralizada do Sacro Império Romano-Germânico é bem oportuna para promover um princípio de subsidiariedade que alivia a administração central e confere ampla margem de avaliação e ação aos escalões locais, aos administradores em campo” (Chapoutot, 2023, p. 26-27).

Porém, ser *livre para obedecer* fazia com que os oficiais subordinados a Scharnhorst ficassem em uma desconfortável posição: ao passo em que não eram merecedores dos méritos advindos de possíveis êxitos, eram considerados os únicos culpados por prováveis fracassos. Sendo assim, recaía sobre seus ombros um encargo quase absoluto, mesmo que efetivamente não houvessem participado de nenhuma tomada de decisão, apenas de seu *modus operandi* executório. Como consequência, a fim de afastar maximamente o risco de malograr,

[...] o suboficial ou oficial prussiano tornou-se, na prática militar e no imaginário coletivo, a encarnação do tirano [...], do chefe detalhista e cheio de si, do assediador sem alma. Sua violência estridente, sua brutalidade sobre botas transformou-se num lugar comum [...]. Seria essa violência um apanágio natural, um componente necessário do seu etos de sargento-instrutor vociferante ou apenas a expressão possível de um medo pavoroso – o medo de fracassar, quando era livre para obedecer? Nos ombros do oficial do campo e do suboficial cai, compacta e áspera, a cascata da responsabilidade e do desprezo, vinda do olimpo em que diplomados da escola superior de guerra conferenciam e confabulam em estados-maiores que definem os objetivos supremos de cada circunstância (Chapoutot, 2023, p. 109).

O sistema de comando planejado por Scharnhorst como metodologia de gerenciamento militar e interpretado por Backe, e principalmente por Höhn, como o procedimento ideal para a administração do *Reich* foi eficaz e perverso. Eficaz, no que concerne à organização militar até a Primeira Guerra Mundial. Perverso na sua atuação direta na

organização de um governo comprometido com o assassinato e que mantinha seus próprios colaboradores sob a contradição inerente ao apelo à liberdade em um contexto em que ela não era apenas supérflua, mas insistentemente combatida.

5.3 “Em que sentido, então, ele se considerava culpado?”: A efígie de Eichmann, o burocrata *par excellence*

“A coisa toda é *stinknormal*, indescritivelmente inferior, sem valor”

(Arendt, 1961, s./p.)

No dia 11 de maio de 1960, 15 anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, Adolf Eichmann foi capturado em um subúrbio de Buenos Aires por agentes da polícia secreta israelense e levado a Jerusalém para a realização do julgamento no qual pesavam contra ele 15 acusações, que iam desde crimes de guerra até crimes contra a humanidade. Alguns meses depois, o Congresso Judaico Mundial distribuiu um panfleto no qual o réu era apresentado como o responsável pela execução da Solução Final. O retrato exibido pelo folheto era de alguém monstruoso, o que contrastava com a opinião do próprio Eichmann sobre si mesmo¹⁷² – um funcionário zeloso que fizera aquilo que era esperado de seu ofício – e com o abismo com que Arendt se defrontou durante a cerimônia jurídica: será que não se pode esperar de alguém “normal” a consciência acerca da natureza de seus atos? Se Eichmann não era uma exceção no aparato do *Reich*, seria possível esperar que apenas exceções agissem normalmente em um contexto de dominação total? Seria plausível considerar que um assassino burocrata “poderia não ser monstruosamente dedicado ao mal, mas sim ‘incapaz de separar o certo do errado?’” (Young-Bruhel, 1997, p. 307).

Mesmo que Adolf Eichmann, responsável pelo *Bureau* IV-B4 e especialista na Questão Judaica, tenha se tornado uma das faces mais conhecidas do Terceiro *Reich*, sua participação no regime ficou inicialmente desconhecida, ainda que mesmo em 1945, Dieter Wisliceny, um dos seus subordinados, o tenha mencionado, porém, de modo *pro forma*. Tal esquecimento mudou no ano seguinte, nas reiteradas vezes que seu nome foi citado por Rudolf Höss, comandante de Auschwitz, e quando o próprio Wisliceny, em Nuremberg, retrçou pela primeira vez o seu perfil público, com ênfase em seu papel na execução da Solução Final. Para

¹⁷² Cesarani (2004, p. 359) oferece alguns indícios relevantes acerca do perfil de Eichmann. O seu relatório pessoal, produzido pelo Serviço de Segurança e pela Polícia Secreta (todos os funcionários o possuíam), o descreveu como “confiável, consciencioso, cuja camaradagem é exemplar”. Dieter Wisliceny, um dos seus superiores, o descreveu como “um nacional-socialista convicto, com uma vida familiar impecável”, mas que também era “um típico funcionário subalterno, pedante, um amante da ordem, um *pater familia*”.

comprová-lo, entregou alguns documentos que apontavam Eichmann como um personagem de destaque na operacionalização do extermínio, o que motivou o próprio burocrata, até então preso pelas tropas estadunidenses em um campo destinado para a detenção de ex-funcionários da SS, a fugir do local (feito para o qual obteve suporte tanto de outros presos quanto de alguns funcionários) até Lüneburger Heide, onde residiu por 4 anos trabalhando como lenhador. Em seguida embarcou para a Itália, local em que obteve a documentação falsa que o rebatizou como Ricardo Klement, mudança indispensável para sua fuga rumo à Argentina.

Mesmo com essa menção pública e com relatórios que comprovavam sua participação no extermínio, a figura de Eichmann permaneceu marginal por alguns anos¹⁷³. Tal olvido pôde ser percebido nos momentos anteriores à sua captura: “quando Fritz Bauer, Procurador-Geral de Hesse, na Alemanha, avisou a Isser Harel, chefe do Serviço Secreto de Israel, que Eichmann havia sido localizado em Buenos Aires, Harel teve que procurar informações sobre o fugitivo” (Reitlinger, 1968, p. 2). Entretanto, o julgamento de Israel o colocou sob os holofotes, e a sua descrição como aquele que, dentre outras atividades, “levantou o telefone e os vagões deixados para os centros de extermínio, cuja assinatura selou a condenação de milhares” (Reitlinger, 1968, p. 3) apresentou um novo tipo de criminoso, que executa sem necessariamente manusear os instrumentos do extermínio, mas através de procedimentos de rotina, relatórios e listagens. “E quando olhamos para Eichmann, vemos que ele não tem [...] o que se entende por ‘motivos criminosos’. Ele queria fazer parte do grupo. Ele queria dizer nós” e, sob as condições das burocracias totais, “fazer parte do grupo e dizer ‘nós’ foram suficientes para configurar o maior de todos os crimes” (Arendt, 2021, p. 322).

Eichmann não foi um aluno brilhante – apesar de ter tido uma vida social na juventude bastante normal, incluindo amigos, “namoradas e, mais tarde, uma esposa. Ele era convencionalmente burguês” (Cesarani, 2004, p. 16) –, tampouco um profissional de destaque, mesmo antes de seu ingresso na SS. Anteriormente à solicitação de seus superiores na Gestapo de que ele lesse *Der Judenstaat*, tratado sionista de Theodor Herzl, e *História do sionismo*, de Josef Böhm, jamais havia lido um livro inteiro, inclusive o *Mein Kampf*. Na interpretação de Ruiz (2018, p. 200), este “não é um detalhe menor, uma vez que é comum ao burocrata subjetivar-se a partir de visões lineares, pobres e reducionistas do mundo”.

¹⁷³ Além das ocasiões já mencionadas, a única exceção digna de nota são as menções a Eichmann feitas por Gerald Reitlinger no livro *The Final Solution: The Attempt to Exterminate the Jews of Europe*, na qual ele foi descrito como um administrador da perpetração do assassinato em massa, um típico funcionário público alemão que viveu absorto em seu trabalho mesmo que não tenha obtido quaisquer glórias dele advindas (Cf. Reitlinger, 1968).

Diferente de seus irmãos, não concluiu a escola vocacional, e já que ele nunca foi um aluno promissor, “seu pai o tirou da escola [...] muito antes da formatura. Daí a profissão que aparece em seus documentos: engenheiro de construção, tinha a mesma ligação com a realidade quanto a declaração que nascera na Palestina e de que era fluente em hebraico e ídiche” (Arendt, 2017, p. 40), deixando entrever a pretensão que o fazia preferir ser enforcado como um oficial da reserva, do que passar a vida como um discreto funcionário da Companhia de Óleo a Vácuo.

Seu ingresso na SS, em abril de 1932, não se deu por convicções ideológicas, mas mediante a ambição de participar de um movimento bem-quisto e que pudesse lhe fornecer as condições para se projetar socialmente e para ter uma carreira de sucesso. Afinal, suas ambições não coadunavam com o posto de caixeiro viajante. Cesarani (2004, p. 7)¹⁷⁴ corrobora desta perspectiva, trazendo um adendo interessante a ela: em sua juventude em Linz, antagonicamente ao que suas funções no Terceiro *Reich* poderiam demonstrar, Eichmann não nutria nenhuma admiração pelo movimento nazista; ao contrário, “via os nazistas locais como forasteiros indesejáveis”, o que auxilia a compreender porque somente “se juntou a eles quando o partido avançou eleitoralmente e alcançou respeitabilidade”. Portanto, mais pelo acaso do que por méritos próprios, ocupou uma posição de relevância estratégica na “grande máquina da carnificina” (Arendt, 2011b, p. 378) incumbida da Solução Final.

Como o seu ingresso no Partido e na SS foi mediado pelo convite do advogado Ernst Kaltenbrunner, comandante do Escritório Central de Segurança do *Reich*, ele empregou Eichmann como chefe do *Bureau IV-B-4*, sob ingerência de Heinrich Müller que, por sua vez, respondia diretamente a Reinhardt Heydrich, “antigo oficial da Inteligência da Marinha que viria a ser [...] ‘o verdadeiro engenheiro da Solução Final’”. Na ocasião, tratava-se de uma agência fundada dois anos antes com o mesmo objetivo compartilhado por outros setores da burocracia nazista: “funcionar como Serviço de Inteligência do Partido”, o que implicava, na prática, a espionagem dos membros do Partido Nazista, mas cujas funções eram bem mais amplas, o que a fez se tornar “o centro de informação e pesquisa da Polícia Secreta do Estado, a Gestapo” (Arendt, 2017, p. 48), incumbência gradativamente mais relevante especialmente

¹⁷⁴ É importante destacar que a importância da pesquisa de Cesarani sobre a figura de Eichmann, incluindo os limites e as potencialidades do exercício de suas funções, em especial para a presente Tese, se deve a dois motivos principais: 1) a interpretação aqui corroborada de que o Estado nazista era composto por uma burocracia organizada e hierarquizada convivendo concomitantemente com uma disfuncionalidade que colocava em risco a própria racionalidade da organização; 2) a frequência com que o historiador se remete a Arendt e seu retrato do burocrata nazista, oras coadunando com suas reflexões acerca da estrutura e do funcionamento do Estado nazista – o que acena para a sua burocracia –, oras acenando para as limitações da reflexão da autora, especialmente a defesa de que não havia um fanatismo antisemita em Eichmann e pelo que ele ponderou como uma inocência no conceito de obediência cadavérica, o que, a seu ver, nublou o seu retrato do burocrata.

após a fusão da SS e da polícia. O jovem ambicioso, portanto, viu no ingresso a SS sua única chance de constituir uma carreira e ser socialmente respeitado. A ânsia com a qual se agarrou à oportunidade lhe rendeu, inicialmente, bons frutos: de 1937 a 1941, “passou de *Untersturmführer* para *Hauptsturmführer* (isto é, de segundo-tenente a capitão); e em um ano e meio mais passou a *Obersturmbannführer*, ou tenente-coronel” (Arendt, 2017, p. 79), última promoção que lhe foi concedida, mesmo com os serviços prestados e com o aumento das ascensões militares à medida que a guerra se aproximava do fim.

Os *pogroms* de Goebbels mencionados nas seções anteriores foram proveitosos para Eichmann, porquanto o imperativo de reduzir que outras iniciativas do mesmo formato atrapalhassem o fluxo do extermínio fez com que fosse criada, em 1938, diretamente por Herman Göring, o Centro para a Emigração Judaica, agência sediada em Berlim com o fito de organizar a emigração de judeus. Essa agência, que deveria servir “como modelo a ser usado no estabelecimento de uma autoridade central” (Arendt, 2017, p. 79), que futuramente coordenaria todos os passos da implementação da questão judaica, ficou sob o comando de Heinrich Müller, que no ano seguinte foi designado para exercer a coordenação de uma filial do Centro para a Emigração Judaica situada em Praga. Assim, porquanto “cada um dos Escritórios Centrais da SS [...] era dividido em seções e subseções, o RSHA acabou tendo sete seções principais”, formando um verdadeiro labirinto incumbido do trato com os inimigos objetivos, no qual cada setor se voltava para categorias que iam desde os comunistas até os judeus. Eichmann foi nomeado “em 1941, para a mesa [*bureau*] IV-B-4 no RSHA. Como o seu superior imediato, o chefe da IV-B acabou sendo uma nulidade, seu superior real era sempre Müller. O superior de Müller era Heydrich e, mais tarde, Kaltenbrunner, cada qual, por sua vez, sob o comando de Himmler, que recebia ordens diretamente de Hitler” (Arendt, 2017, p. 84).

Cesarani (2004, p. 8) oferece um panorama das atividades de Eichmann no período:

A política judaica nazista passou por várias mutações antes de chegar ao assassinato sistemático em massa [...]. A política populacional nazista estava simbioticamente relacionada à política judaica, já que poloneses e judeus foram deslocados para dar lugar aos alemães étnicos. Heyrich, o aparato de segurança da SS e Eichmann foram os principais executores dessa política. Entre dezembro de 1939 e março de 1941, Eichmann assumiu um papel de liderança no despejo brutal de mais de 500.000 poloneses e judeus. Foi essa experiência que o transformou de especialista em emigração voluntária e forçada em especialista em deportação em massa.

Portanto, sua participação no aparato burocrático nazista ganhou novos contornos desde meados de 1938, quando ele participou da expulsão de 45 mil judeus austríacos no período de 8 meses, número que, no dobro do período, passou para 148 mil, o que fez com que seu ano de atuação em Viena, na chefia do Centro de Emigração dos Judeus Austríacos, tenha

sido o mais feliz de sua vida. “Graças ao seu ‘sucesso’ em Viena, a carreira de Eichmann começou a decolar. Ele ficou sob a tutela de Heydrich, que viu no ‘modelo de Viena’ a prova de que a SD detinha a chave para resolver a Questão Judaica” (Cesarani, 2004, p. 364). Tal “êxito” foi possível devido ao senso de organização e de negociação que motivaram sua iniciativa (talvez a única em sua carreira sem muito brilho) de elaborar uma linha de montagem “na qual o primeiro documento era posto no começo, depois iam sendo inseridos os outros papéis, e no final o passaporte teria de sair como produto final”, o que demandava um trabalho a muitas mãos, envolvendo desde as comunidades judaicas até o Ministério das Finanças. O sucesso da proposta de Eichmann demonstra que o mediano pode ser atrozmente eficaz para governos reduzidos à administração. A mecanicidade desse processo fora descrita por Arendt (2017, p. 58) nos seguintes termos:

Quando estava tudo pronto e a linha de montagem estava fazendo seu trabalho rápida e eficientemente, Eichmann “convidou” os funcionários judeus de Berlim para inspecioná-la. Eles ficaram horrorizados. “Isto é como uma fábrica automática [...]. Numa ponta você põe um judeu que ainda tem alguma propriedade [...], ele atravessa o edifício de balcão em balcão, de sala em sala, e sai na outra ponta sem dinheiro, sem direitos, apenas com um passaporte onde se lê: você deve deixar o país dentro de quinze dias. Senão, irá para um campo de concentração.

Organizacionalmente, o cargo ocupado por Eichmann não era elevado: por exemplo, os chefes dos grupos de extermínio (*Einsatzgruppen*), sob o comando de Heydrich, dispunham de patentes mais altas e eram “membros da elite intelectual da SS” (Arendt, 2017, p. 233). Entretanto, seu posto acabou ganhando evidência pela importância da questão judaica, da qual ele se tornou um *expert*¹⁷⁵. Mesmo assim, o fato dele ter sido notificado apenas em 1941 que a Solução Final equivalia ao extermínio físico dos judeus – enquanto meses antes ela não era mais segredo para os altos escalões do Partido – comprova que, mesmo que ele tenha sido um dos primeiros homens do baixo escalão a sabê-lo, isso nem de longe fazia dele um *habitué* dos altos círculos da burocracia totalitária: “ele nunca ficava sabendo nada além do necessário para realizar um trabalho específico, limitado” (Arendt, 2017, p. 99).

Hilberg descreve como o setor IV-B-4 se inseria no aparato nazista nesse período de crescimento do totalitarismo nazista e, por conseguinte, da ascensão do setor IV-B-4:

¹⁷⁵ O historiador Raul Hilberg (2020, p. 3) descreve o panorama que fez com que as funções exercidas pelo setor IV-B-4 tivessem tamanha relevância: “Na cadeia de etapas que levou à extinção milhões de vítimas judias, a Reichsbahn, como eram conhecidas as ferrovias alemãs, transportou os judeus de muitos países e regiões para os campos de extermínio [...]. Os judeus foram passados de uma jurisdição para outra: das autoridades civis ou militares que os haviam desenraizado e concentrado, para a Polícia de Segurança, que estava encarregada de reuni-los, para a Reichsbahn, que os transportou para os campos onde foram gaseados. As operações da Reichsbahn foram um elo crucial neste processo e sua importância é ressaltada por sua magnitude. Os campos são responsáveis pela maioria dos judeus mortos, e quase todos foram transportados para lá por ferrovia”.

O mecanismo que realizou a Solução Final consistia em uma ampla variedade de escritórios, alemães e estrangeiros, uniformizados e civis, centrais e municipais. Duas agências serviram como instrumento para realizar o processo de deportação em seu núcleo: o escritório IV-B-4 do RSHA, relativamente pequena, a outra, o Ministério dos Transportes, uma das maiores. O Referat IV-B-4, sob o comando de Adolf Eichmann, cobriu toda área de deportação fora da Polônia. O Ministério dos Transportes, com subsidiárias e afiliados, era responsável por trens em toda a Europa do Eixo. Mesmo uma seção tão pequena como a de Eichmann estava envolvida em múltiplas decisões. Dentro da área de Protetorado do Reich, a jurisdição de Eichmann se estendia da captura ao transporte. Nos países satélite e sob ocupação, da Europa Ocidental até os Balcãs, ele alocou especialistas em questões judaicas [...] para definir planos de deportação *in loco* (Hilberg, 2016, p. 478).

O desconhecimento com relação às próximas medidas a serem tomadas é uma característica da burocracia – da qual Eichmann é figura paradigmática – que revela, por outro lado, que mesmo que se trate de uma forma de governar que se ancora na *expertise*, a ausência de informações mantém os funcionários em um estado de alerta constante. Ainda assim, pode-se assentir que eles eram portadores de segredos: no entanto, aqui segredo não remete simplesmente a uma confidência ou a discrição relativa a algum tipo de código misterioso, mas, ao contrário, possuía a finalidade prática de converter os funcionários em cúmplices dos crimes perpetrados pelos governos. Portanto, aqueles que eram informados das diretivas vinculadas à Solução Final deixavam de ser *portadores de ordens* para se converter em *portadores de segredos*. Para tanto, faziam juramentos especiais ao *Führer* e ao *Reich*, da mesma forma que os membros da SS já o haviam feito desde a criação da força paramilitar, em 1934.

Só aqueles que estão de posse do conhecimento [...] quanto às novas categorias possíveis de pessoas indesejáveis e dos métodos operacionais dos altos escalões podem comunicar-se uns com os outros sobre o que realmente constitui a realidade de todos. Só eles estão numa posição de acreditar no que sabem ser verdadeiro. Este é o seu segredo e, para guardá-lo, instalam-se como sociedade secreta. E permanecem como membros, mesmo quando a organização secreta os prende, os obriga a fazer confissões e finalmente os liquida. Enquanto guardam o segredo, pertencem à elite e geralmente não o revelam (Arendt, 2011b, p. 486).

O segredo dos segredos totalitário, os laboratórios da dominação total e o que lá acontecia, vinculava os funcionários da SS (o que justificava porque era tão difícil, mesmo para colaboradores, acessá-los, para o que era indispensável uma permissão especial (Kogon, 1974)). Entretanto, isso não significa que a população ou que os funcionários nazistas desconhecem a sua existência e o que ela implicava, porém, “todos num país totalitário sabem que o maior dos crimes é falar a respeito desses ‘segredos’” (Arendt, 2011b, p. 486). Essas informações não comunicadas, como tudo aquilo que não é compartilhado entre os homens, perdem realidade e adquirem aspecto de mero pesadelo.

Eichmann permaneceu por um ano na filial do Centro para a Emigração Judaica em Praga, onde se tornou *expert* em emigração, até que, com o início da guerra, quando “o regime tornou-se abertamente totalitário e criminoso” (Arendt, 2017, p. 82), foi designado para retornar a Berlim – comprovando uma das teses arendtianas descritas em *Origens do totalitarismo* de que as frequentes mudanças a que os funcionários estavam submetidos eram valiosas à governança totalitária porque inviabilizavam o desenvolvimento do trabalho em equipe, a criação de vínculos e impediam o acúmulo de experiência em um único setor – para assumir o posto de Müller, passo organizacional motivado pela fusão promovida por um decreto assinado por Himmler que unificou o Serviço de Segurança da SS, órgão ao qual Eichmann era até então vinculado, à Polícia Regular do Estado Alemão. Na ocasião,

[...] todos os funcionários da polícia, não só da Gestapo, mas também da Polícia Criminal e da Polícia da Ordem, receberam títulos da SS correspondentes às suas patentes anteriores, fossem ou não membros do Partido, e isso significa que, no espaço de um dia, uma patente importante dos velhos postos civis foi incorporada à seção mais radical da hierarquia nazista. Ninguém, pelo que eu sei, protestou ou pediu demissão (Arendt, 2017, p. 82).

O que seria uma ascensão profissional, após 1939, além de oneroso, era improdutivo: como pensar que a emigração em massa continuaria sendo uma solução para tornar a Alemanha *judenrein*? Entretanto, o aumento do território expandiu também a população judaica do *Reich*, o que tornava imperioso repensar a questão mediante as conjunturas que se apresentaram a partir de 1939. Assim, embora a interrupção das autorizações para emigração só tenha acontecido em 1941, a concentração em guetos no Leste, os Conselhos de Anciãos Judeus e a execução – indiscriminada e aleatória – empreendida pelos grupos de extermínio (*Einsatzgruppen*), cujas operações já eram comuns na Polônia, ofereceram possíveis direcionamentos para o imperativo de diminuir a quantidade de judeus do território mediante a concentração e o extermínio. Por conseguinte, quando Eichmann “tomou posse de seu novo cargo [...] ele ainda tinha diante de si um incômodo dilema: por um lado, a ‘emigração forçada’ era a fórmula-chave para solucionar a questão judaica e, por outro, não era mais possível” (Arendt, 2017, p. 86). Como não fazia mais sentido dedicar esforços para a evacuação, coube ao setor liderado por Eichmann organizar os transportes – ou “carregamentos”, como constava nas documentações oficiais – dos inimigos objetivos até os campos.

Diante dos imperativos da guerra, entre 1941 e 1942 o terceiro passo em prol da resolução da questão judaica foi dado: o extermínio. No capítulo “A Conferência de Wansee, ou Pôncio Pilatos” de *Eichmann em Jerusalém*, Arendt (2017, p. 170) descreve os testemunhos e os documentos que comprovam que no verão de 1941 foi oficialmente decretada por Hitler a

aniquilação física dos judeus, o que o situa na posição de “único e solitário arquiteto da Solução Final”, mas que, para realizá-la, precisou de cada um de seus funcionários, que se tornaram seus cúmplices. A Conferência, portanto, tinha como objetivo discutir os processos administrativos indispensáveis para a implementação da Solução Final. No que diz respeito às medidas necessárias para viabilizá-lo, o superior de Eichmann, Heydrich, havia sido encarregado de planejá-lo, motivo pelo qual o convocou para participar da reunião como secretário, já que ele era especialista em assuntos judaicos e em sua deportação em massa (ainda que fosse o funcionário em mais baixa posição hierárquica e social presente).

Em seu julgamento, duas décadas após a Conferência, Eichmann descreveu ter sentido “satisfação” em participar da reunião, e o motivo para tanto foi que, a seu ver, a decisão do extermínio foi tomada pelos funcionários do alto escalão, motivo suficiente para que ele pudesse “lavar as mãos”, dissipando crises de consciência sobre as atividades que começariam a fazer parte de sua rotina. Dito de outro modo, ele considerou que a ocasião havia o isentado de responsabilidade, ainda que “como gerente do genocídio, estava seguro de sua posição e de seu papel” (Cesarani, 2004, p. 12). Afinal, porquanto ele pudera “ver com os próprios olhos e ouvir com os próprios ouvidos não apenas Hitler, não apenas Heydrich ou a ‘esfinge’ Müller, não apenas a SS e o Partido, mas a elite do bom e velho serviço público disputando e brigando entre si pela honra de assumir a liderança dessa questão ‘sangrenta’” (Arendt, 2017, p. 130), não precisaria, portanto, que *logo ele* ficasse com receios ou remorsos: afinal, *quem era ele* para ousar ter suas próprias opiniões sobre um assunto discutido por seus superiores? “O que veio a seguir, como relembra Eichmann, fluiu mais ou menos serenamente e se tornou rotineiro. Ele logo se transformou num perito de ‘evacuação forçada’, como já havia sido um perito em ‘emigração forçada’” (Arendt, 2017, p. 131).

O aceleração da Solução Final se deu em 1942, mormente com a morte de Heydrich, quando Himmler assumiu a chefia do Gabinete de Segurança e solicitou a Eichmann rapidez nos transportes rumo aos campos de extermínio. “O eficiente Eichmann fez o melhor que pôde para obedecer. Em junho, arquitetou o acordo com o Ministério das Relações Exteriores para o transporte de 40 mil judeus da França e da Holanda, bem como de 10 mil da Bélgica ‘ao campo de Auschwitz para serviços de trabalho’” (Mazower, 2013, p. 460). Porém, tais ofensivas tornaram os campos cada vez menos secretos, de modo que oposições à política alemã começaram a ser sentidas: os protestos do Vaticano e a negativa do Governo de Vichy em deportar judeus franceses, ainda que concordasse em entregar judeus estrangeiros ou sem pátria, o que aconteceu também na Holanda, na Bélgica e na Hungria, onde os judeus sequer utilizavam a insígnia da estrela amarela. Tais pressões, ignoradas em um primeiro momento,

suscitaram, a seguir, que Himmler decidisse acelerar ainda mais a evacuação em toda a Europa, o que abriu precedentes para que o processo de extermínio gradativamente ocorresse de forma mais desorganizada do que vinha acontecendo até então.

Porém, os ventos que apontavam para um período de atuação profissional profícua duraram bem menos do que o anseio de Eichmann por reconhecimento poderia supor, e já em 1943, o escritório IV-B-4 perdeu monopólio da *expertise* sobre a questão judaica, o que limitou sua frente de atuação, especialmente devido ao conflito de jurisdições oriundas de regras contraditórias, fruto da multiplicação de repartições. Entretanto, “apesar dessas limitações, Eichmann conseguiu organizar o transporte de milhões de seres humanos para a morte. Ele administrou o genocídio da mesma forma que o CEO de qualquer corporação administraria uma empresa multinacional”, porquanto a “deportação de humanos para a morte foi tratada com a mentalidade corporativa de resolução de problemas [...], não é necessário ser anormal para se tornar um praticante do genocídio” (Cesarani, 2004, p. 12; 16-17).

O esmero com que Eichmann desempenhava suas funções possui epítome no massacre da Hungria: após a ocupação alemã no país, em março de 1944, nos quatro meses subsequentes, dos cerca de 750 mil judeus que ali residiam, 437 mil foram enviados a guetos e, em seguida, mandados para Auschwitz-Birkenau, dos quais pelo menos três quartos foram imediatamente gaseados. Essa fabricação de cadáveres em larga escala, “que ultrapassa a hostilidade e não cabe em categorias políticas” (Arendt, 2008, p. 243), foi possível porque Eichmann foi acompanhado de sua equipe para o país com o fito de coordenar pessoalmente o processo de deportação e “pela primeira vez ele comanda seu próprio *Sonderkommando*, composto por seus homens mais leais e experientes” (Cesarani, 2004, p. 13).

De acordo com Mazower, a Hungria representa o ponto máximo e o início do decréscimo de sua carreira. Em 1944, após 437 mil judeus húngaros serem deportados para Auschwitz em um momento em que já era publicamente conhecido o que isso significava, figuras como o presidente Roosevelt, o papa e o rei da Suécia solicitaram clemência ao almirante Miklós Horthy, que comandava o país, para que impedisse mais transportes. Ele aquiesceu e ao “intervir no Ministério do Interior e substituir unidades da polícia por regimentos leais do Exército, Horthy, com seus 75 anos, barrou os planos de Eichmann no meio do caminho e evitou que os judeus de Budapeste fossem deportados. Eichmann ficou perplexo” (Mazower, 2013, p. 469). Conquanto sem a cooperação dos húngaros, suas atividades não poderiam continuar, Himmler ordenou a retirada das unidades de trabalho de Eichmann na Hungria em setembro de 1944. Como retaliação, Horthy foi substituído no governo húngaro sob ordens alemãs, porém, o seu sucessor, Ferenc Szálasi, também resistiu em entregar os judeus húngaros

de Budapeste, o que encerrou definitivamente as deportações do país. Como nova retaliação, grupos de extermínio foram enviados a fim de executar judeus, o que foi feito de maneira exitosa, ainda que arbitrária: eles andavam a esmo nas ruas, sem nenhum planejamento prévio, atirando nos judeus e saqueando seus negócios e residências.

A efetividade do extermínio dos judeus húngaros (considerando a rapidez com a qual foi empreendida) foi viabilizada pelo fanatismo nazista do local e pela obediência cadavérica dos envolvidos. No entanto, o fato de Eichmann representar “apenas uma das várias agências nazistas com interesse em destruir os judeus húngaros” (Cesarani, 2004, p. 13) acabou fomentando a dissolução do escritório que ele coordenava, dando início ao fim de sua nem tão promissora carreira. Dito de outro modo, mesmo que o caso da Hungria tenha sido o pináculo da crueldade de suas funções e do seu empenho com a viabilização da Solução Final, também acena para a superfluidade do próprio Eichmann dentro da estrutura do regime nazista. Com efeito, após seu retorno a Berlim, foi alocado em uma agência que se dedicava à “Luta contra as Igrejas”, tema que lhe era desconhecido e que não despertava sua alegria de trabalhar, típica das operações de outrora.

Eichmann cuidou para que suas atividades estivessem justificadas por ordens, regulamentos e decretos que pudessem lhe servir de amparo. Assim, além de obedecer às diretivas que recebia, era um cidadão zeloso dos deveres que envolviam o seu ofício, porquanto “ele sempre fora um cidadão respeitador das leis, porque [como o comando do *Führer* era o centro da ordem legal alemã], as ordens de Hitler, que executou o melhor que pôde, possuíam força de lei” (Arendt, 2017, p. 35). Cesarani (2004, p. 363) destaca que Eichmann considerava “importante agir legalmente, mas nesse contexto a legislação geralmente tomava a forma de decretos arbitrários e sua principal função era regular as relações entre as agências”. Sob esse pano de fundo e “como um bom homem nacional-socialista, ele divorciou o que normalmente seria considerado como as consequências morais e humanas de suas ações de sua competência puramente formal e legal”.

Essa necessidade de permanecer coberto por ordens capazes de justificar suas atuações demonstrava que sua existência era pautada por uma obediência que ele mesmo descreveu como *cadavérica*. Esse tipo de sujeição fica elucidada em suas notas manuscritas:

Desde a minha infância, a obediência cega era algo que eu não conseguia tirar do meu sistema. Quando entrei para as forças armadas, aos 27 anos, descobrir que ser obediente não era nem um pouco mais difícil do que tinha sido durante minha vida até aquele ponto. Era impensável que eu não seguisse ordens [...]. Agora que olho para trás, percebo que uma vida baseada em ser obediente e seguir ordens é uma vida muito

confortável, de fato. Viver dessa maneira reduz ao mínimo a necessidade de pensar (Eichmann *apud* Cohen, 1999, s./p.).

Essa perspectiva se coaduna com o que Arendt argumenta em sua conversa com Joachim Fest: a obediência cadavérica percorre como um *leitmotiv* não apenas a vida de Eichmann, de modo exemplar, mas daqueles que se veem enredados pelas teias burocráticas, de modo amplo. Ela se refere não apenas a um cuidado com o cumprimento da lei, ou mesmo a ideia de que o bom funcionário é aquele que empenha todos os seus esforços para atender ao chamado do dever de modo irrepreensível, mas à incapacidade de submetê-lo ao crivo crítico oriundo do pensamento, o que encarcera o raciocínio aos limites estabelecidos pelas normas e regulamentos. Nesse sentido, “essa forma francamente maníaca de idealizar a obediência” (Arendt, 2021, p. 327), que permitiu que o funcionalismo alemão tenha, sem dificuldade, se adequado às manobras políticas de Paul von Hindenburg, para, a seguir, cumprir com eficiência as diretrizes de Hitler para, enfim, permanecer em atividade nos órgãos públicos e privados de Adenauer, lança as bases para uma *existência fraudulenta*, porquanto inumana.

Adequando a obediência cadavérica para o contexto da Solução Final, ela pode ser entrevista, por exemplo, na insistência de Eichmann ao prosseguir com os transportes até os campos mesmo após as solicitações de Himmler de que fossem interrompidos. Em sua lógica de obediência cadavérica, fazia sentido não seguir as novas diretivas, mas esmerar-se nas anteriores, de tal modo que “foi o momento em que [...] começou a tomar iniciativas – por exemplo, organizou as marchas à pé dos judeus de Budapeste até a fronteira da Áustria depois que o bombardeio aliado arrasou com o sistema de transportes” (Arendt, 2017, p. 155), o que corrobora com os estudos de Browning (1994, p. 478), para quem “embora o plano para exterminar os judeus da Europa tenha sido concebido e aprovado na euforia da vitória, ele foi tenaz e fanaticamente executado nos anos de derrota iminente”. Portanto, a lógica da obediência cadavérica o impeliu a não apenas se tornar cada vez mais radical, mas a realmente tornar final a solução para a questão judaica, e o “êxito” de seus serviços na Hungria, em 1944, o comprova.

O problema que urge diante de tais argumentações é que, no pleno funcionamento da burocracia totalitária, Eichmann não foi a exceção, mas, ao contrário, se aproximou muito mais da regra, no que concerne aos funcionários que aquiesceram em se tornar coautores do extermínio mediante o exercício de suas funções.

E assim como a lei de países civilizados pressupõe que a voz da consciência de todo mundo dita “Não matarás” [...], a lei da terra de Hitler ditava à consciência de todos: “Matarás”, embora os organizadores dos massacres soubessem muito bem que o assassinato era contra os desejos e os pendores normais da maioria das pessoas. No Terceiro Reich, o Mal perdera a qualidade pela qual a maior parte das pessoas o

reconhecem – a qualidade da tentação. Muitos alemães e muitos nazistas, provavelmente a esmagadora maioria deles, deve ter sido tentada a não matar, a não roubar, a não deixar seus vizinhos partirem para a destruição [...] e a não se tornarem cúmplices de todos esses crimes tirando proveito deles. Mas Deus sabe como eles tinham aprendido a resistir à tentação (Arendt, 2017, p. 167).

A figura de Eichmann como burocrata *par excellence* e a permanência dos burocratas de Hitler nas instituições do pós-guerra impõem, para Arendt, inadiáveis questionamentos: “o que significa para um indivíduo estar inserido num aparato burocrático? [...] o tipo Eichmann ainda se encaixa no conceito tradicional de assassino? Não seria ele muito mais um funcionário num aparato assassino do que um assassino?” (Arendt, 2021, p. 332-333). Tais questões suscitam ainda outras: será que Eichmann, tanto formal quanto legalmente, sabia o que estava fazendo? Ele estava em posição de julgar as consequências de suas funções laborais? A fim de tentar respondê-las¹⁷⁶, em “Culpa organizada e responsabilidade universal”, Arendt ressalta que a incapacidade de estabelecer pontes mínimas entre o exterior (lidar com as consequências que o ofício profissional impõe, por exemplo) e o interior (arcar com as condições de manutenção do diálogo entre *eu* e *eu mesmo*), que em Eichmann torna premente a sua incapacidade de pensar, corrobora que a burocracia, ao converter homens em peças substituíveis de imensos maquinários, torna sua existência inumana e potencialmente destrutiva: porquanto uma vida verdadeiramente humana é sempre coexistida, a extinção da pessoa individual – que se esvazia, já que os sujeitos se resumem a funcionários – fomenta a aura de anonimato ínsita às burocracias. “A burocracia administrou o assassinato em massa, que naturalmente criou uma sensação de anonimato, como em qualquer burocracia. A pessoa individual é extinta” (Arendt, 2021, p. 333). Nesse pano de fundo, o mal banal, burocrático, se personificou na figura de Eichmann, que representava o perfil do funcionário reduzido às demandas da realização de seu ofício: não era “nenhum Iago, nenhum Macbeth, e nada estaria mais distante de sua mente do que a determinação de Ricardo III de ‘se provar um vilão’”. Além de sua ambição de obter progressos pessoais e reconhecimento, nenhuma motivação mefistofélica o impulsionou. “E essa aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele

¹⁷⁶ As respostas para as questões mencionadas fogem ao escopo da Tese. Porém, pode-se ressaltar que como ele havia visitado campos de extermínio e era o comandante de Theresienstadt, a resposta para ambas as questões foi afirmativa. Em seguida, coube ao tribunal indagar se o havia feito por ameaça direta à sua vida, ou se havia feito esforços na direção de reduzir as consequências do seu crime. Esse, porém, não era o caso de Eichmann, que nem foi coagido a participar mediante perigo de morte imediata, tampouco agiu em prol de minorar os danos causados por seu ofício. Também não era possível atenuar sua participação sob a justificativa de que se tratava de atos de Estado e, portanto, que não podiam ser julgados por cortes civis, porque se assim fosse, nem os superiores de Eichmann, nem mesmo o próprio Hitler, poderia ser legalmente penalizado. Porquanto “atos de Estado [...] têm por base ‘um exercício do poder soberano’ e ficam, por isso, inteiramente fora do âmbito legal, todas as ordens e comandos, pelo menos em teoria, continuam sob controle judicial” (Arendt, 2017, p. 108).

certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto [...], ele *simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo*” (Arendt, 2017, p. 310).

Após a realização das 244 seções oficiais do julgamento de Eichmann na Casa da Justiça, em Israel, o burocrata foi condenado em todas as 15 acusações que lhe foram imputadas, o que foi de encontro com a argumentação da defesa de que o único agravo que lhe cabia era a culpa por auxiliar e instigar a realização dos crimes que ele, por si mesmo, jamais havia cometido. Entretanto, independentemente de suas convicções, em 15 de dezembro de 1961, sua sentença de morte foi pronunciada, sendo executada em 31 de maio de 1962, após cumpridas as etapas de revisão processual e de apelação as quais ele tinha direito.

5.3.1 Eichmann e a formação de um aparato paralelo ao setor IV-B-4: os funcionários judeus

“[...] o capítulo mais sombrio de toda uma história de sombras”

(Arendt, 2017, p. 134)

O ponto nevrálgico da controvérsia Eichmann se funda na denúncia sobre a cooperação dos conselhos judeus nas atividades do setor IV-B-4, inicialmente com o objetivo de empreender um plano de evacuação maciça e, posteriormente, com participação direta em diversas atividades inerentes a Solução Final. Entretanto, os detalhes sobre como funcionários judeus compilavam listas de pessoas e de suas propriedades, mantinham atualizados relatórios descritivos sobre apartamentos de famílias judaicas que estivessem vazios ou até colaboravam diretamente com a polícia nazista a fim de obrigar os judeus a embarcar nos trens rumo aos guetos e campos de concentração já haviam sido descritos pelo historiador Raul Hilberg, a quem Arendt se remeteu especialmente em *Origens do totalitarismo* e revisitou em *Eichmann em Jerusalém* a fim de compreender qual o grau de participação do burocrata no aparato.

No entanto, um exame mais acurado sobre o *modus operandi* da burocracia totalitária demonstra que essa cooperação não se deu de forma excepcional, mas, ao contrário, compartilhou do mesmo afã pela racionalização e pela rotinização que todas as demais partes do aparato, o que pode ser comprovado pela existência de funcionários judeus, empregados em agências nazistas (especialmente vinculadas ao setor IV-B-4, sob o comando de Eichmann) que destinavam aos colaboradores judeus parte estratégica das atividades necessárias para a consecução do extermínio. Para Arendt (2008, p. 158), isso comprova que o “novo tipo de funcionário” apresentado pelas burocracias totais não era imbuído por um “caráter nacional específico”. Ele não era tipicamente francês, inglês ou alemão, mas foi o subproduto, assim

como boa parte dos demais funcionários, de um contexto de degradação política e moral que nublou as diferenças entre os carrascos e as vítimas.

Parte da normalidade com a qual os funcionários judeus participaram do aparato total deve-se ao fato de que eles já estavam acostumados a organizações hierarquizadas, ainda que descentralizadas: de fato, toda cidade com população judaica dispunha de uma comunidade local (*Gemeinde*) com um corpo responsável por administrar espaços de convivência e bem-estar da comunidade judaica, como escolas, sinagogas e orfanatos. Essas comunidades locais eram supervisionadas por organizações regionais (*Landesverbände*) e, após 1933, eram coordenadas por uma “máquina burocrática judaica [...], um aparato judeu com funções cada vez mais importantes” (Hilberg, 2016, p. 197-198). Gradativamente, essa organização foi nazificada, até que em 1939 se tornou oficialmente uma instituição nazista.

A criação, em 1939, da Associação dos Judeus do *Reich* da Alemanha (*Reichsvereinigung*), cujas principais posições eram ocupadas por judeus sionistas que, por sua vez, compunham uma “burocracia judaica, cujo papel nesses massacres administrativos foi essencial” (Arendt, 2017, p. 240), indica não apenas a participação da liderança judaica na consecução do extermínio, mas que os funcionários judeus – correspondentes, extramuros, aos presos colaboracionistas dos campos de concentração – compunham um aparato paralelo na burocracia totalitária cuja finalidade era facilitar a dominação total e, mais ainda, servir “de cobaias para os nazistas em suas investigações do problema de como fazer com que as pessoas ajudem a executar suas próprias sentenças de morte, o último aperto no parafuso do esquema de dominação total” (Young-Bruhel, 1997, p. 478).

Tais afirmações aduzem à indagação acerca de como funcionaria sua atuação no *modus operandi* da consecução do extermínio, de modo geral, e mais especificadamente, sua colaboração com o escritório IB-B-4, gerenciado por Eichmann. O primeiro passo era o registro dos judeus e demais inimigos objetivos, o que era realizado, concomitantemente, por agências nazistas e judaicas, sendo que cabia às últimas realizar os cadastros e o controle das associações judaicas europeias. A partir desses dados, eles eram reunidos e deportados em “carregamentos” rumo aos centros do Leste, a depender de sua capacidade. Para lograr as condições materiais para o transporte, além do setor a qual Eichmann era vinculado, foi essencial a colaboração do Ministério dos Transportes, que fornecia os vagões – geralmente de trens de carga – mesmo em um momento de escassez de equipamentos, além de auxiliar a logística de transporte evitando problemas como o choque entre os “carregamentos” de judeus e outros envios. Também era essencial a colaboração do Ministério das Relações Exteriores, que mantinha contato com as autoridades dos países que não estavam ocupados pelos nazistas (os locais ocupados não

necessitavam de nenhuma autorização, posto que sem cidadania, os indivíduos estavam à mercê das autoridades) para pressionar a deportação dos judeus e evitar que ela acontecesse de modo desordenado. Por fim, para lográ-lo, peritos interministeriais dedicaram-se para elaborar “a legislação necessária para tornar apátridas as vítimas, o que era importante sob dois aspectos: tornava impossível para qualquer país inquirir sobre o destino deles e permitia que o Estado em que residiam confiscasse suas propriedades” (Arendt, 2017, p. 131).

Por outro lado, ao mencionar a questão das propriedades, desvela-se a importância do Ministério das Finanças, a quem cabia preparar o *Reichsbank* para receber somas vultuosas usurpadas dos inimigos objetivos, o que incluía desde dentes de ouro até patrimônios fundiários. Tal abrangência tornou necessário que parte dos funcionários do Ministério se ocupassem da categorização das propriedades e do seu envio para a Casa da Moeda. Como “os nazistas nunca matavam sem primeiro se certificarem do saque”, os bens das vítimas eram entregues “ao tesouro do Reich após deduções ‘adequadas’ para despesas e gorjetas para os assassinos que não precisavam de nenhuma lição sobre roubo” (Tenenbaum, 1955, p. 57).

Cabia a Eichmann “coordenar todos esses esforços, impor alguma ordem naquilo que descrevia como ‘completo caos’, onde ‘todo mundo dava as próprias ordens e fazia o que bem entendesse’”. Em uma estrutura organizacional em que setores se multiplicam, é inviável que o resultado seja a perfeita coordenação e previsibilidade; ao contrário, é muito mais fácil tal estrutura ruir frente às múltiplas frentes de comando e perante o ilogismo que deriva das ordens pautadas nos meros humores e estados de espírito das lideranças. Portanto, “a forma monolítica dessa forma de governo é um mito” (Arendt, 2017, p. 170).

Tentando ir na contramão desse caos organizacional, o trabalho exercido por Eichmann e pelo Conselho dos Anciãos Judeus tendeu a previsibilidade:

Eichmann e seus homens informavam aos Conselhos de Anciãos Judeus quantos judeus eram necessários para encher cada trem, e eles elaboravam a lista de deportados. Os judeus se registravam, preenchiam inúmeros formulários, respondiam páginas e páginas de questionários referentes a suas propriedades, de forma que pudessem ser tomadas mais facilmente; depois se reuniam nos pontos de coleta e embarcavam nos trens. Os poucos que tentavam se esconder ou escapar eram recapturados por uma força policial judaica especial (Arendt, 2017, p. 131).

Na interpretação arendtiana, o fino liame que cindia carrascos e vítimas no que tange à participação da liderança judaica foi justificado pela perspectiva de que se havia chegado o momento em que judeus eram selecionados em listas que cindiam os que deveriam

morrer daqueles que ganhariam maior sobrevivência¹⁷⁷, caberia aos próprios judeus se ocupar dessa árdua tarefa, equívoco de julgamento que fez com que a maioria dos inimigos objetivos se visse diante de dois algozes: as autoridades nazistas e as judaicas. Na Holanda, por exemplo, onde as lideranças judaicas rapidamente se coordenaram e se converteram em funcionários do aparato de extermínio, dos 103 mil judeus deportados para campos de extermínio, somados a mais de 5 mil enviados para Theresienstadt, apenas 519 sobreviveram. Porém, metade dos que participavam dos Conselhos para Judeus do *Reich*, seja nos campos ou no território holandês, conseguiu sobreviver. Na pena arendtiana, trata-se do epítome do colapso moral causado pelo totalitarismo, que repercutiu tanto entre os perseguidores quanto entre as próprias vítimas. “Se perguntarmos a essas pessoas porque elas continuaram naquilo por tanto tempo, elas dizem que foi porque queriam evitar algo pior. E se perguntarmos por que as coisas acabaram tão mal, elas dizem que não tinham nenhum poder. Nesse momento, tudo desaba e a apologia se torna uma simples desculpa [...]. Eles também eram todos burocratas” (Arendt, 2021, p. 330).

De acordo com Arendt (2017), nenhum líder judeu encarnou com traços tão atrozmente reais a colaboração com a consecução do extermínio quanto o rabino Leo Baeck, “líder dos judeus de Berlim e chefe da Nazi-Reichsvereinigung controlada pelos nazistas – sucessor da Reichsvertretung controlada pelos judeus, que fora dissolvida em 1939” (Young-Bruhel, 1997, p. 322). A partir de sua participação no julgamento de Eichmann e com base nos relatos contidos no livro de Hilberg (2016), Arendt constatou que quando o rabino estava no campo de Theresienstadt, em 1943, soube de Auschwitz e o que o campo representava. Porém, mesmo munido de tal informação, preferiu omiti-la de seus companheiros de prisão, inclusive perante aqueles que se voluntariavam para ir de Theresienstadt a Auschwitz.

Não bastasse silenciar acerca do que o campo de extermínio significava, o que o tornou um portador voluntário de segredos, sua trajetória pregressa demonstra que sua disposição para sê-lo o tornou um funcionário judeu do aparato burocrático nazista: alguns meses antes de ser enviado a Theresienstadt, aquiesceu de bom grado à diretiva da Gestapo de nomear policiais judeus incumbidos de prender judeus e os acompanhar até os transportes por considerar que colaboradores judeus tornariam o suplício de seus companheiros mais fácil,

¹⁷⁷ Com relação a essas listas, é paradigmática a figura do sionista húngaro Rudolf Kastner, funcionário judeu do Conselho de Judeus Húngaros, agência nazista sediada em Budapeste, que estava diretamente ligada ao setor em que Eichmann atuava. A fim de salvar 1684 judeus (que incluíam seus próprios familiares, além de membros influentes da comunidade judaica húngara e suas famílias e integrantes do partido sionista de esquerda Maipai. Todos eles tiveram que pagar altos tributos para a SS), nas listas de judeus para deportação ele entregou cerca de 476 mil outros judeus para a morte sabendo qual seria o seu provável destino e sem informar-lhes sobre ele. As primeiras denúncias sobre o futuro ministro do governo de Ben-Gurion foram expostas nos panfletos publicados pelo sionista húngaro Malchiel Gruenwald, em 1952, que o chamou de “funcionário carreirista” e “colaborador judeu”, e confirmadas por Raul Hilberg, em *A destruição dos judeus europeus* (Hilberg, 2016).

“quando na verdade eles eram mais brutais e menos corruptíveis considerando tudo o que estava em jogo para eles” (Young-Bruhel, 1997, p. 322).

Entretanto, não foi apenas o rabino Leo Baeck que participou das atividades de Eichmann, especialmente durante sua estadia em Viena. Em *Eichmann em Jerusalém*, Arendt (2017, p. 77) menciona pelo menos mais duas autoridades que colaboraram com o *Bureau IV-B-4*: Josef Löwenherz e Paul Eppstein. Löwenherz foi o primeiro a ser nomeado oficialmente funcionário judeu do *Reich*, cuja relevância partia do fato de que ele transformou a comunidade judaica “numa instituição a serviço das autoridades nazistas”. Sua eficiência fez com que fosse um dos únicos funcionários judeus a ser recompensado pelos serviços prestados: ele não só ficou a salvo em Viena até o fim da guerra como depois dela embarcou sem dificuldades para a Inglaterra e, posteriormente, para os Estados Unidos, onde faleceu em 1960.

O outro funcionário judeu, Paul Eppstein, era um burocrata incumbido da emigração dos judeus de Berlim que atuava na Associação dos Judeus do *Reich* (*Reichsvereinigung*), organização judaica central constituída pelos nazistas em 1939 que exemplifica a multiplicação de funções característica do aparato nazista: ela exercia as mesmas colocações de uma outra organização dissolvida em julho de 1939, a *Reichsvertretung*, criada em 1935 para centralizar a representação dos judeus na Alemanha mediante as prerrogativas advindas da Lei de Cidadania do *Reich*, promulgada no mesmo ano. Seu presidente era o rabino Leo Baeck e a maioria dos funcionários judeus da Associação foram nomeados diretamente pelo Ministério do Interior, que priorizou os judeus, como Paul Eppstein, que haviam feito parte do Conselho de Representação Judaica. Com a guerra, foi detido pela SS e enviado para Theresienstadt, onde também passou a fazer parte da burocracia local: foi nomeado ancião judeu do campo (*Judenältester*) pelo próprio Eichmann. Porém, os excelentes serviços prestados antes e depois de sua prisão não conseguiram o salvar da morte por fuzilamento, em julho de 1944, demonstrando que as falaciosas distinções fomentadas pelos conselhos judeus nunca foram levadas a sério pelos nazistas. Sua função, na verdade, “era permitir certas exceções a fim de manter a regra geral com maior facilidade” (Arendt, 2017, p. 149).

Mais do que exemplificar a inutilidade da atuação de Eppstein – que, ao fim e ao cabo, não salvou sequer a sua própria vida –, é mandatório levar em consideração a organização da Associação, porquanto ela reitera exemplifica a ramificação da burocracia nazista: sua sede era em Berlim, em um prédio oficial do governo nazista, de onde coordenava outros 40 escritórios distritais que agrupavam as comunidades judaicas de menor porte, acrescidos de mais 17 escritórios que articulavam as comunidades mais numerosas, com mais de mil membros

oficialmente registrados. Suas atividades eram supervisionadas por Fritz Wöhrn, SS-*Hauptsturmführer* funcionário do *Bureau-IV-B-4* chefiado por Eichmann (Gruner, 1996).

Cabia à Associação dos Judeus preparar as comunidades judaicas para a emigração, colaborando para a eficiência do processo, o que justifica sua vinculação ao escritório coordenado por Eichmann e a assertiva arendtiana de que “a escolha dos indivíduos mandados para o fim era, com poucas exceções, tarefa da administração judaica” (Arendt, 2017, p. 136). Entretanto, na prática cabia-lhe também relatar o patrimônio dos judeus, arrecadar “doações” com base nessas posses, bem como, até 1941, a partir desses valores, emitir uma espécie de fomento para os judeus mais pobres, que consistia no valor necessário para que pudessem ser aceitos como emigrantes em outros países. Acrescidas a essas funções, outros campos de ingerência da Associação foram: a organização e o financiamento do sistema escolar judaico, assim como os cursos de capacitação e de formação profissional (até 1942, quando as aulas foram definitivamente suspensas), a concessão de licenças para a utilização de transporte público e para o acesso a lojas e a administração de bens e terras comunitários, como cemitérios e sinagogas. Coube também a Associação preparar as listas e relatórios estatísticos dos judeus e de suas propriedades utilizadas na Conferência de Wansee (Meinl; Hindemith, 2004).

A relevância estratégica da Associação, que recebeu, via decreto, “o direito de dispor absolutamente de toda a riqueza espiritual e material dos judeus e de toda força de trabalho judaica” (Arendt, 2017, p. 134) residia também nas rotinas administrativas de atualização das listas de registros de judeus a partir da comparação destas com as informações obtidas por agências nazistas, como aquelas que distribuíam os cartões de racionamento e de identificação (mormente através dos recibos de recebimento das insígnias da estrela judaica). Ademais, a partir de outubro de 1941, a Gestapo incumbiu os funcionários judeus da Associação, sob ameaça de retaliação, com outras funções, como a entrega das ordens de deportação, a elaboração e a entrega das fichas para bagagens e a distribuição de água e alimentos nos pontos de embarque. Todavia, essa colaboração não impediu que, entre 1942 e 1943, duas operações especiais fossem montadas com o objetivo de prender os funcionários da Associação: parte deles foi deportada e a maioria enviada para Theresienstadt. Com o fim da guerra, parte do material produzido pela Associação foi descoberto: cerca de 42 mil fichas de judeus, distribuídas em índices de falecidos, de imigrantes, de estrangeiros e de estudantes berlinenses (Meyer *in* Kosmala; Schoppmann, 2002).

Até o início da guerra, a Associação de Judeus do *Reich* apresentava a seguinte organização: 1) *Presidência*: Rabino Leo Baeck; 2) *Departamento Financeiro e Comunitário*, comandado pelo advogado judeu Arthur Lilienthal e subdividido em duas agências principais:

Departamento Financeiro, liderado por Paul Meyerheim, e Secretaria Municipal, coordenada pelo próprio Arthur Lilienthal; 3) *Departamento de Migração*, comandado por Paul Eppstein, subdividido em quatro agências principais: Migração Geral, Estatísticas, Informações e Emigração Feminina (liderada por Cora Berliner), Passagem, Finanças e Administração (liderada por Victor Löwenstein), Aconselhamento para emigrantes e planejamento de emigração (chefiada por Julius Seligsohn), Migração palestina e Escritório da Agência Judaica para a Palestina (chefiada por Erich Gerechter e Ludwig Jacobi); 4) *Preparação para a Emigração*, comandado por Conrad Cohn e subdividido em três agências principais: Formação profissional e reorganização de carreira (também comandada por Conrad Cohn), Departamento de Agricultura (liderado por Martin Gerson) e Direito Empresarial e Questões Econômicas (liderada por Philipp Kozower); 5) *Departamento Escolar*, comandado por Paula Furst e cindido em uma agência complementar, Atendimento ao professor e aulas de idioma, coordenada por Ilse Cohn; 6) *Departamento de Bem-Estar Judeu*, também comandado por Conrad Cohn e cindido em outros dois departamentos: Bem-estar geral (liderado por Hannah Karminski) e Saúde (de incumbência de Walter Lustig) (Meyer, 2011; Hartmann, 2021).

O ponto fulcral trazido à tona pela existência de agências como a Associação de Judeus do *Reich* é que a colaboração da liderança judaica pode ser descrita como a pedra angular da atuação do escritório IV-B-IV. “Daí que o estabelecimento de governos de fachada em territórios ocupados fosse sempre acompanhado pela organização de um escritório judeu central e [...] nos lugares onde os nazistas não conseguiram estabelecer um governo marionete, fracassou também a obtenção da cooperação dos judeus” (Arendt, 2017, p. 133-134). Com efeito, sem a ajuda administrativa e policial dos funcionários judeus, transformados em instrumentos e cúmplices de assassinato, a coordenação não seria possível; ao contrário, o cenário provável seria o caos absoluto: “sem a cooperação das vítimas, dificilmente teria sido possível para uns pouco milhares de pessoas, a maioria das quais trabalhava em escritórios, liquidar muitas centenas de milhares. Ao longo do caminho para as suas mortes, os judeus poloneses não viam mais do que um punhado de alemães” (Arendt, 2017, p. 133).

No entanto, ainda que, do ponto de vista da burocracia nazista, a relevância estratégica da inserção dos funcionários judeus nos procedimentos inerentes a Solução Final seja incontestável, Arendt (2017) descreve que ainda que a resistência não fosse possível, há uma diferença desta com relação à cooperação, liame incômodo que fomentou boa parte do que a própria autora denominou de *a controvérsia Eichmann* (Arendt, 2016e). No entanto, em entrevista a Samuel Grafton, em 1963, a autora elucida sua perspectiva sobre a participação dos líderes judeus no aparato burocrático total:

Nunca houve um momento em que os líderes da comunidade poderiam ter dito: “não cooperem mais, lutem!”. A resistência que existia desempenhava um papel muito pequeno, significava apenas: não queremos esse tipo de morte, queremos morrer com honra. Mas a questão da cooperação é realmente incômoda. Certamente houve um momento em que os líderes judeus poderiam ter dito: Não cooperaremos mais, tentaremos desaparecer. Esse momento deveria ter chegado quando eles, já totalmente informados do que significava a deportação, eram solicitados a preparar para os nazistas as listas de deportação (Benhabib *in* Villa, 2001, p. 70-71).

5.3.2 Um epílogo sobre Eichmann: os jargões e o mal burocratizado

“[...] o súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe diferença entre fato e ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento)” (Arendt, 2011b, p. 526)

Em Jerusalém, Eichmann justificou sua dificuldade de comunicação mediante dois vieses distintos e complementares: 1) o uso de *slogans* e palavras aladas, expressão alemã que designa frases clássicas, cujos grandes criadores eram Hitler e Himmler, que cunharam frases de efeito como “Minha honra é minha lealdade” e “Estas batalhas as futuras gerações não terão mais de lutar”, divulgadas, predominantemente nos discursos proferidos nas festas de final de ano. Especialmente a primeira, para Arendt (2011b, p. 374), acena para a fidelidade e a obediência irrestritas “que transcendem o significado da mera disciplina ou da fidelidade pessoal”; 2) a autodefesa de sua dificuldade em se fazer entender com a constatação de que o único idioma que dominava era o oficialês, que “se transformou em sua única língua porque ele sempre foi genuinamente incapaz de pronunciar uma única frase que não fosse um clichê” (Arendt, 2017, p. 61). Esse dialeto particular e procedimental se notabilizava pela incomunicabilidade e pela incapacidade reverter seus termos na fala comum, porquanto eram vazios de significado e de realidade: “o nível de desconexão entre linguagem burocrática e realidade era tamanho que dava a impressão de que os eventos estavam acontecendo numa ‘realidade’ diferente para Eichmann” (Assy, 2015, p. 8).

A constatação acerca da incomunicabilidade e da intraduzibilidade dos jargões burocráticos corrobora a sentença arendtiana de que “a razão que não quer comunicar-se já é irrazoável”: porquanto desde Aristóteles o homem é descrito como *dzōon politikon* e *logon echon*, já que “na medida em que é político, ele possui a faculdade do discurso, a capacidade de compreender, de se fazer compreendido e de persuadir” (Arendt, 2008, p. 458-459), um código linguístico que não comunica o que é, que não viabiliza o compartilhamento de experiências – e “sem o chão firme da experiência do real, objeto primeiro de nosso pensamento, abre-se espaço para o êxito de teorias e de ideologias” (Rocha; Castelo Branco,

2018, p. 234) –, tampouco dispõe do potencial de fundação de mundos que o discurso político possui. Dito de outro modo, como é mediante o *logos* que os homens se tornam compreensíveis uns aos outros e é a partir dele que a esfera pública é constituída, o “mundo não é humano simplesmente por ser feito por seres humanos e nem se torna humano simplesmente porque a voz humana nele ressoa, mas apenas quando se tornou objeto de discurso [...]. Humanizamos o que ocorre no mundo e em nós mesmos apenas ao falar disso, e no curso da fala aprendemos a ser humanos” (Arendt, 2008, p. 33-34). No caminho oposto, em um espaço em que a fala não comunica o que é, seus integrantes tendem a nem se entenderem entre si, tampouco compreenderem os eventos que constituem a tessitura de seu entorno.

O oficialês é uma “língua obscura e burocrática, a serviço de uma megalomania centralizadora” (Rego; Pina e Cunha; Wood Jr., 2010, p. 72), cujas bases são predicativos burocráticos: 1) a opacidade ínsita às organizações, cuja não-visibilidade é fomentada pela ausência de significado real dos jargões, clichês e expressões administrativas, que “funcionam como uma armadura, bloqueando a consciência do réu [Eichmann] exatamente naqueles momentos críticos em que a realidade o ameaçava” (Arendt, 1995, p. 20); 2) a cisão entre a minoria que governa e a maioria que é governada. O abismo entre esses dois grupos é aumentado pela dificuldade de compreender os registros orais e escritos que emanam das instituições burocráticas. O entrecruzamento entre esses dois pontos faz com que “suas decisões sejam secretas, seus custos ignorados e seus resultados desconhecidos. Fogem do olhar do público e reagem com vigor a qualquer iniciativa que lhes ameace a conduta dissimulada” (Rego; Pina e Cunha; Wood Jr., 2010, p. 73). Entretanto, já que “tudo o que é político inexoravelmente também é passível de ser expresso linguisticamente, uma língua individual é, por natureza, apolítica e, assim, incapaz de estabelecer vínculo entre o indivíduo falante e a realidade, enquanto construção plural” (Rocha; Castelo Branco, 2018, p. 226).

Nesse sentido, enquanto o discurso político, a capacidade humana de comunicar aos seus semelhantes o que é, ou o que um dado objeto lhe parece ser (*dokei-moi*), funda um mundo de relações humanas, ao mesmo tempo em que humaniza os próprios homens, um espaço entretecido por um discurso que mascara o real, ou que ambiciona enquadrar em seu código toda a realidade, não viabiliza a apresentação de quem o expressa (o seu *quem*), não possibilita a narração e a memória, tampouco funda uma forma de governar humana, com significado humanamente partilhável. Ao fim e ao cabo, conquanto a “consideração do ponto de vista do outro, nesses termos, se baseia na pressuposição do compartilhamento linguístico do espaço público, na apreensão lógica daquilo que é factualmente dado”, quando o isolamento, o terror e a solidão minam as possibilidades do confronto com a realidade, solo a partir do qual se

estabelecem as condições do pensar, “é praticamente eliminada do homem a possibilidade de empreender o novo e de aparecer aos demais, mediante a instituição linguística. Os sujeitos, nessas condições [...] experimentam a sensação de não-pertencimento, uma das mais desesperadas que o homem pode ter” (Rocha; Castelo Branco, 2018, p. 226-227).

A conversão dos jargões burocráticos no idioma oficial do funcionário se origina na pretensão de lograr uma objetividade máxima no exercício de seu ofício, o que acaba repercutindo em toda a existência. Era, portanto, a linguagem típica do assassino burocrata, que falava “dos campos de concentração em termos de ‘administração’ e dos campos de extermínio em termos de ‘economia’”: era a típica mentalidade da SS, e algo de que Eichmann ainda se orgulhava muito no julgamento” (Arendt, 2017, p. 83). Portanto, o fato dos funcionários serem portadores de segredos facilitou que os jargões burocráticos expressos oralmente ou redigidos em inúmeros relatórios, memorandos e documentos ficassem sujeitos a eufemismos que substituíam “assassinato” por “Solução Final”, ou “deportação”, que passou a equivaler a “mudança de residência” ou “reassentamento”.

Dessarte, enquanto na fala comum, a linguagem, enquanto uma forma de celebração e de expressabilidade do senso comum e da realidade, permanece aberta a alterações, desusos e acréscimos de novos termos, mudanças que respondem aos novos eventos e à sempre cambiante maneira humana de lidar com eles, nos jargões burocráticos, “ligeiras mudanças nas regras de linguagem” eram realizadas em situações pontuais – como nas correspondências entre o Ministério das Relações Exteriores e as autoridades do Vaticano, quando “Solução Final” era substituído por “Solução Radical”, a fim de evitar que o Estado Católico assumisse a defesa dos judeus batizados. Assim, a própria caracterização desse recurso linguístico como uma regra de linguagem representava um eufemismo: na verdade, tratava-se de mentiras, o que fica demonstrado com o fato de que “quando um portador de segredos tinha que encontrar alguém do mundo exterior [...], recebia, junto com suas ordens, a ‘regra de linguagem’” (Arendt, 2017, p. 101) que deveria ser utilizada de acordo com as especificidades da situação.

Tais regras de linguagem eram de grande valia para o bom andamento dos aparatos burocráticos. Seu objetivo principal – tal como é o fito de jargões, clichês e toda espécie de frases prontas e códigos de expressão e conduta convencionais – era fornecer um escudo contra a realidade, porém, isso não significava tornar os funcionários ignorantes acerca do que estavam fazendo, mas os impedir de equacionar as consequências do seu ofício “com o seu antigo e ‘normal’ conhecimento do que era assassinato e mentira” (Arendt, 2017, p. 101). A notável predisposição de Eichmann para frases de efeito, acrescida à sua inépcia com relação ao potencial de comunicabilidade inerente à fala comum, que é expressar tudo aquilo que é e como

o que é me parece, o tornou um espécime ideal para a perpetuação de figuras de linguagem, cujo objetivo é afastar seus usuários da realidade com a mesma força com a qual o terror comprime os homens uns contra os outros. Em outras palavras, o burocrata como *animal laborans*, do qual Eichmann é figura paradigmática, se converte em um tipo de anti-narrador.

Porquanto a linguagem funda tanto a vida ativa quanto a vida do espírito, de tal modo que “pensar é falar consigo mesmo e falar é pensar com os outros” (Parekh, 1981, p. 94), a incapacidade de comunicação de Eichmann (diálogo exterior com seus pares) repercute outra inabilidade: a de pensar (diálogo interior consigo mesmo). Como visto no capítulo sobre “A compreensão da burocracia em Hannah Arendt”, as inflexões arendtianas sobre o pensamento bebem da fonte socrática do diálogo interior, ao passo em que também devem a Heidegger e a Kant, mormente na diferenciação com relação a cognição. É importante ressaltá-lo a fim de evitar mal-entendidos: Eichmann não era irracional ou estúpido, mas um homem comum, de trajetória anterior ao seu ingresso na SS bastante medíocre, incapaz de ver as coisas sob o ponto de vista de outrem porque ele “nunca havia tomado conhecimento [...] da exigência de atenção do pensamento feita por todos os fatos e acontecimentos em virtude de sua mera existência” (Arendt, 2014, p. 19). Para Villa (2023, p. 103), o que se destaca é a “dependência de burocratas, frases feitas e clichês que o isolavam das realidades horríveis de seu trabalho”.

A banalidade caracteriza o tipo de mal que emana de burocracias. É um fenômeno que “se manifesta nos inimagináveis clichês e formulações” (Arendt, 2021, p. 326) utilizados irrefletidamente por funcionários habilitados para compreender as rotinas administrativas, porém, ineptos para colocá-las sob o crivo crítico proveniente do pensamento. Essa tipologia comprova que a disposição deliberada para ser mau não é condição necessária para realizar ou ser cúmplice de crimes. Ou seja, “o maior mal é um produto não da premeditação, mas da ‘irreflexão’, isto é, a incapacidade de se afastar e refletir sobre as próprias ações” (Parekh, 1981, p. 71), o que realoca o pensamento de uma atividade marginal no que concerne à política (afinal, ele não ambiciona aparecer, já que impõe uma retirada momentânea e deliberada do mundo das aparências, tampouco iniciar novos processos, tal como o faz a ação, pois “como o daimon socrático, o pensamento não pode nos dizer o que devemos fazer, mas pode impedir de tolerar ou nos tornar indiferentes às más ações” (Bernstein *in* Villa, 2001, p. 285). Seu ímpeto é compreender e significar o mundo, o que inclui as experiências cotidianas e tudo aquilo que nos atravessa os sentidos) para uma atividade central para sua permanência.

Assim, Arendt acentua a sua importância fulcral para fazer julgamentos políticos, inclusive acerca de si mesmo, porquanto o diálogo interior dissolve categorias fixas de pensamento e as regras de condutas aceitas e, ao fazê-lo, aplaina o terreno para o ajuizamento

de casos “particulares sem a ajuda de universais pré-estabelecidos. Não é que o pensamento forneça ao julgamento novas regras para subsumir o particular. Em disso, ele afrouxa o controle do universal sobre o particular, liberando o julgamento de categorias ossificadas de pensamento e padrões convencionais de comportamento” (D’Entreves *in* Villa, 2001, p. 248)¹⁷⁸. Devido ao potencial de pôr em xeque os critérios e códigos instituídos, permitindo que os indivíduos julguem por si mesmos, e não meramente sigam os comportamentos e convicções da maioria, o pensamento adquire importância política

As dificuldades de comunicação apresentadas por Eichmann repercutiam também na sua memória “extraordinariamente deficiente” (Arendt, 2017, p. 67), um “armazém, cheio de histórias humanas do pior tipo” (Arendt, 2017, p. 95-96) que só funcionava quando rememorava fatos vinculados à sua carreira – e, ainda assim, “não se submetia à ordem cronológica, mas também não era simplesmente caótica” (Arendt, 2017, p. 95). Por outro lado, tão deficitária quanto a memória de Eichmann era a sua consciência, acalmada pelo fato de que não ninguém a sua volta lhe pareceu efetivamente contrário à Solução Final, o que lhe pareceu o suficiente para que ele também não achasse necessário fazê-lo.

Em uma leitura complementar, se o pensar, enquanto diálogo, também pode ser considerado um movimento de contar para si a mesma história, o arrependimento provém justamente de recontá-lo, pondo os elementos da narrativa sob o crivo do interlocutor invisível. Desse modo, sem pensamento, não há arrependimento, o que faz com que não seja viável esperá-lo de homens que, assim como Eichmann, jamais despertaram para o imperativo da vida interior, o que explica porque, para Arendt (2021, p. 323), “um funcionário que não é nada mais que um funcionário é um homem muito perigoso”.

Sem pensamento não há julgamento válido, tampouco arrependimento e memória, e em uma forma de governo na qual o primeiro é inviabilizado, remorso e comprometimento também o são, e como é a lembrança (enquanto capacidade humana de contar para si várias vezes a mesma história) que impede a malfeitoria, “se me recuso a lembrar, estou realmente pronta para fazer qualquer coisa, do mesmo modo que minha coragem seria absolutamente temerária se a dor, por exemplo, fosse uma experiência imediatamente esquecida” (Arendt, 2004, p. 159). Dito de outro modo,

¹⁷⁸ Para Villa (2023, p. 100), a própria forma como Arendt analisa Eichmann demonstra como esse movimento do pensar é possível: “a questão não é se Arendt estava certa sobre Eichmann em si, mas sim como ela formulou seu julgamento. Aqui devemos notar que a banalidade do mal’ não era uma frase familiar antes de Arendt formulá-la. Isso é importante, pois mostra que Arendt, quando confrontada com um particular concreto (Eichmann em carne e osso), se viu incapaz de colocá-lo sob os conceitos prontos para uso (ou universais descritivos) que ela e outros trouxeram ao julgamento: ‘fanático da SS’ e ‘antisemita cruel’, entre eles. Arendt, em outras palavras, teve que procurar um conceito adequado ao ‘novo tipo de criminosos’ que ela sentia que Eichmann representava”.

[...] o maior mal perpetrado é o mal cometido por Ninguém, isto é, por ser um humano que se recusa a ser uma pessoa. Dentro da estrutura conceitual dessas considerações, poderíamos dizer que o malfeitor que se recusa a pensar por si mesmo no que está fazendo e que, em retrospectiva, também se recusa a pensar sobre o que faz, isto é, a voltar e lembrar o que fez (que é *teshuvah*, isto é, arrependimento), realmente deixou de se constituir como um alguém. Permanecendo teimosamente como um ninguém, ele se revela inadequado para o relacionamento com os outros que, bons, maus ou indiferentes, são no mínimo pessoas (Arendt, 2004, p. 177).

Para Arendt, a diminuta quantidade de movimentos de resistência ao regime de Hitler, muito mais suscitados por discordâncias no que concerne à condução da guerra e nas “máculas” que seriam deixadas na história do povo alemão do que motivados por genuína revolta com relação aos crimes cometidos pelo regime – “parece nunca ter ocorrido a eles que isso significava algo além, e mais horrendo, do que ‘tornar nossa posição enormemente difícil’ e representar ‘uma mancha no bom nome da Alemanha’, além de minar a moral do Exército” (Arendt, 2017, p. 117) – demonstra que a consciência do funcionário médio, assim como o cidadão, de modo geral, funcionava bastante similarmente ao que aconteceu com o próprio Eichmann. A verdade é que como “a consciência enquanto tal parecia ter se perdido na Alemanha” (Arendt, 2017, p. 119), os bons alemães “muitas vezes fazem juízos morais acerca de si mesmos e dos outros tão equivocados quanto aqueles que se recusam a admitir que a Alemanha fez qualquer coisa fora do normal” (Arendt, 2008, p. 283).

Aqueles que se opuseram ao nazismo demonstravam um funcionamento da memória, da consciência e, com elas, das atividades espirituais, especialmente o pensamento, de modo marcadamente diverso do perfil de funcionário imerso nas burocracias totais. Não porque dispusessem de alguma habilidade superior – ainda que pudessem ser comparados à “posição de uma pessoa normal que se vê largada em um manicômio, onde todos os internos sofrem do mesmo delírio: em tais circunstâncias, fica difícil confiar nos próprios sentidos” (Arendt, 2008, p. 283) –, mas essencialmente porque sua capacidade de distinguir o certo e o errado permaneceu intacta. Esses homens e mulheres comuns, que não eram santos nem heróis, mantiveram-se firmes na convicção de que sua adesão ao sistema impediria a convivência consigo mesmo. Como “viver consigo mesmo significa falar consigo. E o ato de falar consigo é basicamente pensar – uma espécie de pensamento que não é técnico e do qual todos são capazes”, estando imersos em um contexto em que não é possível resistir, porém, frente ao qual não podem concordar, “aqueles que se afastaram sem fazer nada admitiram a si próprio ser impotentes e se agarraram a esse princípio [...] de que alguém impotente ainda pode pensar” (Arendt, 2021, p. 332).

6 A DESPOLITIZAÇÃO DA POLÍTICA: OS CRIADORES DE IMAGEM, OS RESOLVEDORES DE PROBLEMAS E OS TOMADORES DE DECISÃO

Quando giro o botão de meu rádio e escuto que nos Estados Unidos os negros são linchados, digo que mentiram para nós: Hitler não está morto; quando giro o botão de meu rádio e fico sabendo que os judeus são insultados, desprezados, pogromizados, digo que mentiram para nós: Hitler não está morto; quando giro, enfim, o botão do meu rádio e ouço dizerem que, na África, o trabalho forçado está instituído, legalizado, digo que, verdadeiramente, mentiram para nós: Hitler não está morto (Césaire *apud* Fanon, 2020, p. 104-105).

A assustadora constatação de que apenas a burocracia (dos países Aliados) foi capaz de vencer a burocracia (do regime totalitário de Hitler) certamente conduz ao arguto questionamento acerca da impossibilidade de uma superação dessa forma de governar, suspeita que nas primeiras décadas do século XX já era retrçada tanto nos escritos weberianos quanto na obra literária de Kafka. Será possível, então, pensar em novas formas de organização das instituições públicas e privadas? Certamente a tendência de uma setorialização da política torna ainda mais estratégica a posição dos assessores de mentalidade científica nos processos de tomada de decisão, porém, é possível evitar que seus pareceres não ganhem uma aura de verdade absoluta, mediante a qual tanto as opiniões politicamente genuínas quanto as verdades factuais que não se coadunam com o modelo da *expertise* são desvalorizadas?

Para tentar responder a tais questões, que gravitam em torno da permanência da burocracia como forma de organização das instituições públicas e privadas, pode-se partir do exemplo da Alemanha pós-1945, onde “não é segredo para ninguém que a administração em todos os níveis está eivada de antigos nazistas” (Arendt, 2004, p. 305). Porém, a difusão da burocracia como forma predominante de governar não se restringe ao solo alemão: ao contrário, é uma tendência global, agudizada pelo atual desenvolvimento tecnológico, no qual a dominação burocrática, “governo que não é nem da lei, nem dos homens”, desvela-se também como a administração realizada por “escritórios ou computadores anônimos, cuja dominação despersonalizada pode vir a se tornar uma ameaça maior à liberdade e àquele mínimo de civilidade sem o qual nenhuma vida comunitária é concebível, do que jamais foi a mais abusiva arbitrariedade dos tiranos do passado” (Arendt, 2004, p. 66).

Mediante esse pano de fundo de dominação despersonalizada, o capítulo analisará a forma burocrática de governar após o fim do totalitarismo hitlerista, a fim de identificar continuidades e idiosincrasias da burocracia hodierna, que abrange o período que se inicia com o fim da Segunda Guerra Mundial e alcança a atualidade. Para lográ-lo, ele se dividirá em quatro partes principais. No primeiro momento, o êxito com o qual o jurista Reinhard Höhn,

apresentado no capítulo anterior, se reinseriu na Alemanha, se tornando um dos expoentes das teorias do *management*, serve como mote para compreender a perpetuação dos métodos de gestão nazistas nas instituições públicas e privadas atuais. A seguir, serão analisados três tipos descritos por Arendt como os assessores da atualidade: os criadores de imagem, os resolvidores de problemas e os tomadores de decisão, relacionando-os com os elementos do mundo moderno, mormente o advento de uma mentalidade científica na política, e a redução desta à criação e recriação de imagens, em um contexto de mentira organizada. Por fim, será retrçado como a burocracia governamental se serve dos instrumentos tecnológicos, notadamente a internet e a inteligência artificial, para radicar sua força nos corpos políticos atuais.

6.1 Escólios sobre a permanência e o fortalecimento da burocracia pós-1945: um retorno a Höhn

É fértil ainda o colo que o criou
(Brecht, 1992, p. 213)

O jurista Reinhard Höhn, retrçado no capítulo anterior como um ferrenho crítico do Estado e um dos intelectuais que se dedicaram mais efetivamente a analisar e empreender propostas acerca do modelo organizacional do Terceiro Reich, também se coaduna com as argumentações desenvolvidas no presente capítulo: como seu intuito principal é compreender *como e por quais meios* a burocracia não apenas sobreviveu ao fim dos regimes totalitários mas, ao contrário, ganhou fôlego novo, o sucesso de Höhn após a queda do nazismo o situa em uma posição privilegiada nesse sentido.

O ano de 1945 impôs um corte biográfico no seu trabalho de pesquisa, assim como aconteceu com diversos outros ex-funcionários do regime. Porém, diferente de Eichmann, que buscou refúgio em outro continente, com um novo nome, o doutor em direito público não se deu a esse trabalho: mesmo sem emprego e sem o *status* social que ele oferecia, considerou que o fim da guerra lhe impunha o desafio de se reinserir “deixando de mudar: depois da guerra, torna-se exatamente o que sempre foi. Aqueles que querem a todo custo mudar – de carreira, de vida –, ao contrário de um Eichmann, ou de um Mengele, é que fracassam” (Chapoutot, 2023, p. 88). Ao fim e ao cabo, *Doktor Höhn* manteve-se firme a sua concepção de se adaptar maximamente às circunstâncias, aproveitando-as ao seu favor, certamente bem além do limite do que seria moralmente aceitável (Paoli, 2020).

Sua estratégia obteve notório sucesso: após um período inicial em que trabalhou como terapeuta que trata moléstias a partir de procedimentos não-convencionais em Lippstadt, sua situação financeira e social ascendeu rapidamente devido ao crescimento das redes de apoio estabelecidas entre antigos membros do *Reich*. “Essas redes são ativas e poderosas, pois antigos tecnocratas e intelectuais da SS são encontrados em toda parte no mundo da administração, da universidade, da justiça e da economia” (Chapoutot, 2023, p. 89).

O fato é que os *managers* do *Reich* foram sem demora inseridos nos altos cargos do setor privado da Alemanha graças tanto à atuação dessas redes de solidariedade quanto à inequívoca simpatia dos empresários com relação a ideologia nazista, o que explica porque valorizavam tanto a sua alta formação quanto sua experiência no comando das agências e demais órgãos governamentais do *Reich*, “e no qual não foram esquecidos os excelentes negócios realizados, durante doze anos, graças ao rearmamento e à frutífera cooperação entre a indústria alemã e o império concentracionário da SS” (Chapoutot, 2023, p. 89). Porém, é mandatório ressaltar que esse movimento de “penetração nacional-socialista na República Federal da Alemanha” (Hachmeister *in* Wildt, 2002, p. 349) ganhou ainda mais força – e chancela jurídica – com a promulgação da Lei de Anistia, em dezembro de 1949.

A lei de anistia de 31 de dezembro de 1949, assim, lava o seu passado, junto com o de outros oitocentos mil nazistas. Mas as redes da SS não se limitam a proporcionar papéis, certificados de boa conduta ou virgindade penal. Por sua presença nos círculos do poder político e econômico, e isso até bem perto de Adenauer, na chancelaria e no coração dos conselhos de administração e das direções gerais das maiores empresas, os movimentos de solidariedade da SS conseguem cargos de empregos para os “antigos” (Chapoutot, 2023, p. 90).

Com esses auxílios, em 1953, Reinhard Höhn já ocupava o posto de diretor da Sociedade Alemã de Economia Política, uma associação que tinha como objetivo realizar pesquisas com o fito de conceber métodos gerenciais mais eficazes. Seus alunos pertenciam majoritariamente aos quadros superiores das indústrias e empresas alemãs e, para atender as especificidades desse público, sua missão era “formar *managers* à americana, *leaders* polivalentes que sejam diferentes dos especialistas, doutores disso ou engenheiros daquilo, tão apreciados na Alemanha desde o reinado de Guilherme II” (Chapoutot, 2023, p. 92). A fim de lográ-lo, o modelo a ser seguido deveria ser a Escola de Negócios de Harvard e, em vista disso, três anos depois foi fundado o *campus* da Academia de Executivos na cidade de Bad Harzburg. Sob a direção do ex *SS-Oberführer Doktor* Reinhard Höhn, a referida instituição de ensino formou seiscentos mil alunos em formato presencial e cem mil em cursos ofertados à distância, o que era uma modernidade ímpar no período. Sendo assim, o homem que poderia estar no

banco de réus de algum tribunal de guerra não apenas escapou de quaisquer sanções jurídicas como se tornou uma figura influente na elite econômica da República Federativa da Alemanha, e um dos grandes formadores de executivos dos médio e alto escalões da Europa.

Os alunos da *Akademie* são profissionais em exercício que ocupam postos de comando, enviados pelos empregadores para algumas semanas ou meses de aperfeiçoamento em Bad Harzburg. Escola de formação contínua de alto nível, ela é comparável ao seu equivalente francês, o INSEAD [Instituto Europeu de Administração de Negócios] ou a outra faculdade de administração de empresas que confira MBAs a quadros superiores. Os seminários de Reinhard Höhn e seus colegas são frequentados ao mesmo tempo pela elite e a base de sustentação do “milagre econômico alemão”: executivos da Audi, da BMW e da Hoechst, mas também da Bayer, da Telefunken, da Esso, da Krupp, da Thyssen e da Opel, sem esquecer Ford, Colgate, Hewlett-Packard e até a rainha alemã do sex-shop e da pornografia, Beate Uhse International que, como outras 2500 empresas, envia seus gerentes para ouvirem as boas lições de antigos membros da SS (Chapoutot, 2023, p. 95, grifo nosso).

No ensaio “Heil Boss!”, Pacchiani (2021, s./p.), mediante o sucesso que as ideias de *management* de Höhn lograram no pós-guerra, propõe a seguinte indagação: “existe uma ligação entre o nazismo e a gestão pública adotada nas administrações governamentais, aperfeiçoadas até os novos métodos de gestão atuais?”. *Mutadis mutandis*, a argumentação até aqui empreendida demonstra que o aparato administrativo atual não é distante nem do que foi colocado em prática pelos regimes totalitários, nem daquilo que foi idealizado pelos tecnocratas que trabalhavam a serviço do *Reich*, grupo ao qual certamente *Doktor Höhn* se enquadrava.

Afinal, a sua pergunta de partida, adotada durante as inquietações intelectuais que subjaziam ao pano de fundo do Terceiro *Reich*, permanecia incontestavelmente atual: como produzir mais para o aparato governamental com menos recursos e menos pessoas? Se, em um primeiro momento, além das crenças racistas e eugenistas, as ideias fordistas e tayloristas estabeleceram as principais bases teóricas de suas propostas, em um segundo momento ele “aperfeiçoou uma metodologia que hoje chamaríamos de ‘gestão de projetos’, moldando uma parte substancial da administração das empresas alemãs” (Pacchiani, 2021, s./p.), mormente a partir de considerações ergonômicas, econômicas e estéticas da rotina das empresas, que visavam restringir a efetiva liberdade dos trabalhadores, mas o fazendo de uma forma que o que se desvelasse aos seus olhos fosse um pretenso cuidado com o bem-estar e a saúde.

Com efeito, encarando as empresas modernas como exércitos, Höhn não precisou fazer muitas alterações nas argumentações e pesquisas desenvolvidas durante o Terceiro *Reich*; ao contrário, apenas as discussões sobre a raça, a indispensabilidade do espaço vital e antissemitismo foram deixadas de lado. Já a influência de Scharnhorst, a liberdade de obedecer e a *tática de missão* (*Auftragstaktik*) foram mantidas, porém, gravitando no que ele denominou como *gerenciamento por delegação de responsabilidade*. Em completa antinomia com o que

Arendt concebe, responsabilidade aqui não se refere a qualquer sentido de pertença e de cuidado com o mundo e com os demais, mas como mero sinônimo de incumbência laboral.

Aproximando o seu modelo de *management* da cultura democrática valorizada na época, Höhn conclamou que *colaboradores*, e não funcionários, fazem funcionar as engrenagens das empresas, sejam elas públicas ou privadas. Até porque esse novo estilo de gestão tinha como propósito não apenas aumentar a eficiência, mas afastar a formação de grupos com interesses de classe em comum, de modo que “o que a *Betriebsgemeinschaft* – comunidade de operários e chefes na empresa – fora no III Reich era perpetuado pela empresa de Höhn – a comunidade dos *managers* e colaboradores livres” (Chapoutot, 2023, p. 117). A seu ver, a luta de classes deveria ser extinta das empresas e da arena política, em prol de assegurar a unidade da comunidade, não mais racial, como outrora, mas trabalhista. Assim, nomeá-los como colaboradores, ao invés de funcionários e termos correlatos, possui o objetivo de aliená-los de sua superfluidade com relação à empresa e ao processo produtivo, de modo mais amplo. Ademais, pretende também compartilhar com os subordinados quaisquer ônus pelos fracassos, mesmo que as glórias pelos êxitos situem apenas os chefes como protagonistas. Entretanto,

A consequência dessas contradições e dessa perversão nada tem de teórica: nunca pensar nos fins, estar confinado exclusivamente ao cálculo dos meios é algo constitutivo de uma alienação do trabalho cujos sintomas psicossociais são conhecidos: ansiedade, esgotamento, *Burnout*, além dessa forma de desistência interna que agora é chamada de “*bore*” “*out*” (Chapoutot, 2023, p. 122).

Na sua interpretação, a inadiabilidade de reformular o estilo de gestão – logicamente o substituindo pelo que ele conceitua – advém da constatação de que a administração tradicional é legatária do absolutismo que fundou o mundo moderno. Sendo assim, é necessário adaptá-la às exigências mais atuais. Por exemplo, para Höhn, se as empresas públicas e privadas perseguem o progresso e a excelência, isso denota que “o progresso é a crescente indiferenciação entre administração e empresa, setor público e setor privado. Os mesmos princípios de organização e critérios de avaliação devem ser aplicados às duas esferas”, de modo que “a administração pública, assim, é moldada segundo os princípios da economia política” (Chapoutot, 2023, p. 125). O modelo de *Doktor Höhn*, assim, representaria o ponto nevrálgico de indiferenciação entre interesses públicos e econômicos na era pós-Segunda Guerra Mundial, além de ser o principal expoente do *management* levado a cabo no milagre alemão. Dito de outro modo, o trânsito por ele empreendido nas duas etapas do desenvolvimento da burocracia como forma moderna de gestão – ou seja, durante e depois do regime de Hitler – demonstra cabalmente que as ideias, as terminologias e o *modus operandi* da

atual ciência da gestão de pessoas e da administração pública guarda atrozes semelhanças com o que era defendido no período entre 1933 e 1945. Com efeito, há muito mais continuidade do que ruptura, e própria a continuidade de Höhn como a face da burocracia em ambos os períodos corrobora tal constatação.

Porém, o sucesso do jurista começou a ruir em 1965, com a publicação do *Livro Pardo: os criminosos de guerra e os criminosos nazistas que ocupam postos na RFA. Estado, economia, exército, administração pública, justiça, ciências*, no qual duas páginas são dedicadas exclusivamente ao “oficial da SS e jurista da coroa para Himmler” (Norden, 1965, s./p.) e, um ano depois, com a série de reportagens sobre a SS publicada no jornal *Der Spiegel*, quando seu nome e suas atividades em prol do regime hitlerista foram citados sete vezes. A repercussão advinda dessa publicidade negativa acabou fazendo com que suas ideias acerca de formas ideais de governança passassem por uma série de críticas, como a constatação acerca do inchaço burocrático que seria necessário para colocá-las em prática. Por exemplo, os quadros dos formandos da escola “devem assimilar 315 regras de aplicação do método, a começar pela redação detalhada de descrições de função dos empregados, além das diferentes normas que regem as relações e a comunicação entre empregados e chefes, por sua vez organizados em estados-maiores” (Chapoutot, 2023, p. 130).

Com a proposta de elaborar uma estratégia de gestão que viabilizasse a desburocratização das empresas públicas e privadas, as ideias de Höhn passaram a ser concebidas como ultrapassadas. Entretanto, mesmo com esse afã crítico inicial, os métodos de Bad Harzburg concebidos pelo jurista conclamam práticas que permanecem atuais na administração e na gestão de pessoas, como a *cultura do diálogo e da crítica construtiva* em prol do cumprimento irrestrito de objetivos e prazos. Porém, uma observação mais arguta desses imperativos administrativos demasiado atuais identifica com qual facilidade eles se reverberam em controle total, medo e exaustão, além de reificar e tornar supérfluos todos aqueles que fazem parte desse modo de organização. Se, por um lado, a ascensão das teorias do *management* se deve ao fato de conclamar o não-autoritarismo em um momento especialmente profícuo para esse tipo de discurso – a saber, pós-1945 –, por outro lado, proporciona aos colaboradores uma liberdade fraudulenta, já que eles efetivamente não são responsáveis pela tomada de decisões¹⁷⁹.

¹⁷⁹ “Em perfeita continuidade com o que preconizava antes de 1945, Höhn imagina uma organização participativa. Antes de 1945, o operário e o empregado eram colegas de trabalho (*Betriebsgenosse*) do chefe (*Führer*), e não mais inimigos de classe dele. Depois de 1949, na RFA, o momento é de participação generalizada, na cogestão pretendida por Adenauer e Erhard para evitar a luta de classes e qualquer risco comunista. Nesse contexto, a doutrina de Bad Harzburg serve de catecismo nas empresas, nos exércitos e mais adiante na administração pública, uma espécie de religião da fábrica e do Estado perfeitamente harmonizada, graças à autonomia que parecia garantir, com as novas verdades de uma democracia e de uma economia liberais” (Chapoutot, 2023, p. 143).

Ser rentável/eficaz/produtivo e se impor em um universo de concorrência para vencer na luta pela vida: todo esse vocabulário típico do pensamento nazista continuou sendo usado por ele depois de 1945, como ainda acontece hoje com demasiada frequência. Os nazistas não inventaram essas expressões – elas foram herdadas do darwinismo social militar, econômico e eugenista do período 1850-1930 – mas as encarnaram e ilustraram de um modo que nos deveria fazer pensar sobre o que somos, pensamos e fazemos. Devemos então, máquinas entre máquinas que somos, enrijecer nossos corpos como o aço em fábricas? Devemos “lutar” e sermos “combatentes”? Devemos “gerir” nossa vida, nossos amores e emoções e ter um bom desempenho na guerra econômica? São ideias que acarretam a reificação de si, do outro e do mundo – a transformação generalizada de toda a existência, de todo ser em “objetos” e “fatores” (de produção), até o esgotamento e a devastação (Chapoutot, 2023, p. 145).

6.2 Criadores de imagem (*image-making*) e resolvidores de problemas (*problem-solvers*): tipos modernos¹⁸⁰

Em tais circunstâncias, nada pode ser mais assustador do que o constante crescimento do prestígio dos assessores de mentalidade científica nos conselhos dos governos nas últimas décadas. O problema não é que eles tenham sangue-frio suficiente para “pensar o impensável”, mas sim que eles não pensem (Arendt, 2011a, p. 21).

A importância da verdade percorre os escritos arendtianos. Por exemplo, aparece no texto “Filosofia e política”, de 1954, e em “Verdade e política”, ensaio da década de 1960 em que Arendt responde à controvérsia Eichmann enquanto vítima da mentira e da opinião¹⁸¹. Em ambos, o conflito entre verdade e política é retratado mediante a ambiguidade da figura platônica: no primeiro, a tradição de pensamento político, inaugurada com a morte de Sócrates, é examinada por Arendt (1993) desde a desconfiança de Platão com a persuasão até a oposição entre verdade e opinião, frente a qual caberia ao filósofo submeter aos homens comuns sua verdade, estabelecendo uma espécie de ideocracia. No segundo, o filósofo grego é concebido como o precursor do conflito entre verdade e política que, na pena arendtiana, emana de dois modos de vida opostos: a do filósofo, sobremaneira interessado na busca pela verdade, e do cidadão, cujo critério é a opinião. Entretanto, o contexto da política norte-americana, acrescido do aumento da quantidade de textos disponíveis sobre os regimes totalitários e, inclusive, a própria controvérsia Eichmann, motivaram a autora a direcionar sua reflexão não apenas para a importância da verdade enquanto impulso homérico em *dizer o que é*, a possibilidade de

¹⁸⁰ A proposta teórica da elaboração de *tipos* é característica do pensamento de Arendt. A própria autora explana sobre isso em “Hannah Arendt sobre Hannah Arendt”: “De alguma forma, todos nós construímos o que Max Weber chamou de ‘tipo ideal’. Ou seja, avaliamos certo conjunto de fatos históricos e discursos, e assim por diante, até que se forme um tipo de regra consistente” (Arendt, 2021, p. 523).

¹⁸¹ Em sua conversa com Roger Errera, Arendt vincula a controvérsia Eichmann a um enfrentamento aos aparatos burocráticos. Ela assim descreve: “[...] essa controvérsia foi em parte causada pelo fato de eu ter atacado a burocracia. E ao atacar a burocracia, é bom estar preparado, porque ela vai se defender e contra-atacar” (Arendt, 2021, p. 561).

expressabilidade do real, mas a sua relevância para o potencial político do discurso e, com ele, o estabelecimento de um mundo verdadeiramente humano.

No entanto, o caminho oposto, não apenas repercutido através da mentira, mas também nas considerações acerca do sigilo e do engano, perpassa as investigações da autora. Para Walters e Luscombe (2017), assim como assumimos também nesta Tese, a análise sobre as consequências antipolíticas da mentira para a política do século XX não deve ser restrita à dualidade *segredo-publicidade*, mas inserida nos debates que subjazem ao espectro que a vincula à verdade, especialmente no cenário político pós-imperial.

As reflexões de Arendt sobre o segredo e o engano ocorrem num amplo campo histórico-filosófico. Embora a maioria das discussões sobre o sigilo localize o problema dentro do horizonte epistemológico e normativo da democracia laiberal, o envolvimento contínuo de Arendt com o que ela via como a “grande tradição” do pensamento político ocidental significa que ela está sintonizada com as principais transformações nas formas e normas que subentendem a prática da ocultação e do engano. Algumas destas transformações só são visíveis quando saímos da modernidade. Note-se aqui que, embora nós, “modernos”, possamos tipicamente justapor *segredo* com *publicidade*, a sua análise não começa com esta combinação. Em vez disso, ela localiza a questão do sigilo com temas como verdade e mentira. Isto permite um descentramento do segredo, uma vez que este se insere numa constelação diferente de elementos e práticas que perturbam o presente. Mas também lhe permite destacar o fato de que certas suposições que fazemos sobre a mentira não são universais, mas bastante recentes (Walters; Luscombe, 2017, p. 8-9).

Frente ao exposto, descortina-se uma significativa interseção entre mentira, sigilo e engano: trata-se de formas violentas de discurso que, longe de expressar a realidade, pretendem mascarar-la, ou até mesmo oferecer um sucedâneo a ela. Porquanto a introjeção do sigilo como *modus operandi* dos governos pode ser considerada como o primeiro passo para a implementação de regimes baseados no terror, cabe destacar que aqui não são mencionadas as informações estratégicas que os corpos políticos mantêm em confidencialidade, os *arcana imperii*, cuja ocultação sempre foi considerada legítima e justificada porque nem visavam iludir todas as pessoas, tampouco ambicionavam colocar a verdade factual em xeque. Contrariamente, o alvo dos sigilos e enganos retraçados sob os fios da mentira moderna são informações conhecidas publicamente, ou passíveis de sê-lo: “a diferença entre segredo de Estado e mentira é que, no primeiro, o Estado apenas classifica as informações que poderão vir a público; no segundo, trata-se de manipular a população. A ampliação da ideia de segredo de Estado e sua transformação em mentira está relacionada a criação e uso da imagem como sucedâneo da veracidade na comunicação política” (Aguiar, 2009, p. 13).

Em “Verdade e Política”, Arendt distingue as formas tradicionais das modernas no que concerne a *arte de mentir*. O que a autora concebe como a moderna manipulação dos fatos, diferente da mentira tradicional, voltada para um indivíduo ou grupo específico e destituída do

propósito de criar uma realidade fictícia tão abrangente a ponto de ambicionar oferecer um sucedâneo a verdade factual – definida por Arendt como “aquilo que não podemos modificar” e, com isso, “o solo sob o qual nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós” (Arendt, 2016e, p. 325) –, a mentira organizada, a negação da verdade dos fatos, a imprecisão deliberada, é atualmente estabelecida mediante “gigantescas organizações de interesses” (Arendt, 2016e, p. 315) formadas no seio das instituições públicas e que lançam as bases para uma razão de Estado nos moldes do que, anteriormente, era acionado pelos governos em suas relações internacionais. Dito de outro modo, as mentiras que se voltavam para enganar adversários estrangeiros passaram a ser dirigidas também para consumo interno, ou seja, para ludibriar os próprios cidadãos, o que somente foi possível com a maciça utilização da propaganda e, especialmente, com as “imagens criadas para consumo” (2016e, p. 315), um produto como qualquer outro, comercializado nas sociedades massificadas.

A fim de compreender como esse estado de coisas é viabilizado, o ensaio “A mentira na política: considerações sobre os Documentos do Pentágono”, publicado inicialmente em *New York Review of Books*, em novembro de 1971, e posteriormente reimpresso em *Crises da República*, oferece um ponto de vista privilegiado para identificar os *tipos de burocratas* presentes no referido documento – os criadores de imagens, os resolvedores de problemas e os tomadores de decisões –, a partir dos quais Arendt retraça o papel dos assessores dos governos atuais que, por sua importância estratégica e pela tendência burocrática em cindir a política em nichos especializados, converte funcionários em *experts* em sua área de atuação. Além disso, se a atual abrangência da mentira na política é agudizada pelo desenvolvimento tecnológico, pela conversão dos interesses econômicos em mote principal dos governos e pela própria tipologia dos corpos políticos, tais *tipos* iluminam como a *arte da mentira e do engano* está presente em nosso recorte histórico-temporal. Não à toa, Arendt considerou que cada um deles, à sua maneira, colaborou para que a mentira e o engano se convertessem nos dois fundamentos da política americana no que tange às intervenções militares durante a Guerra Fria, de modo geral, e mais especificamente, com relação ao Vietnã. Ao mesmo tempo, a sua importância nos aparatos governamentais os entifica como variantes da moderna arte de mentir, frente aos quais a mentira tradicional se mostra bem menos ameaçadora.

6.2.1 Os criadores de imagens

No domínio da política, onde o sigilo e o embuste deliberado sempre tiveram um papel importante, o auto-embuste é o perigo por excelência; o impostor autoenganado perde todo o contato não somente com a sua plateia, mas também com o mundo real, que

continuará importunando-o, pois ele pode tirar sua mente dele, mas não pode tirar o seu corpo (Arendt, 2015, p. 39).

O primeiro grupo de especialistas ao qual a teórica política se refere é aquele composto por *image-making*, os criadores de imagem do governo americano. Trata-se dos *experts* em Relações Públicas do governo, os funcionários que atualmente lidam com assessoria de comunicação, gerenciamento de crises, resposta ao público em geral e produção de conteúdo (funções especialmente relevantes com o advento das redes sociais). Suas competências e habilidades giram em torno da comercialização de produtos¹⁸², motivo pelo qual Arendt argumenta que eles adquiriram o *know-how* de seu ofício na Madison Avenue¹⁸³.

A propaganda de tais mercadorias, elaborada com o fito de ampliar a sua comercialização, tornando-as cobiçadas e lucrativas, tinha como objetivo provocar um determinado comportamento: no caso, a posse de tais bens. Partindo do pressuposto de que as reações humanas podem ser antecipadas e calculadas, tal como defendido pelas teorias behavioristas cujo sucesso no século XX é inconteste, os publicitários americanos não apenas reduziram ação à comportamento, mas identificaram que homens manipuláveis são reduzidos a um mero feixe de reações, frente os quais é possível antecipar preferências e, inclusive, possíveis resistências, como quaisquer espécies observadas em um laboratório. À vista disso, se a propaganda parte do princípio de que os homens podem ser conduzidos e manipulados, pode-se depreender que, para ser eficaz, sua linguagem é coercitiva e violenta: mesmo que tal coerção não atue diretamente sobre o corpo físico da população, seu intuito é sempre induzir uma conduta, difundir um modismo ou perpetuar um discurso. Por conta disso, “para aumentar a venda de qualquer produto, todos os recursos são mobilizados: a autoridade da ciência, a notoriedade dos consumidores, a beleza dos objetos” (Aguilar, 2007, p. 9).

Na leitura de Aguilar (2009), o sucesso da propaganda na circulação de mercadorias se ancora na laborização da sociedade – ou seja, sua organização a partir do trabalho e dos seus processos –, que traz como consequência imediata a redução dos indivíduos a meros seres biológicos. No decaimento das demais atividades que compõem tanto a vida ativa quanto a vida do espírito, a capacidade de consumir se torna a pedra de toque, movimentando o ciclo contínuo que envolve a díade trabalho-consumo. Com efeito, este último “passou a ser, nas sociedades contemporâneas, a medida da autoestima, da felicidade, da realização e do sucesso. É nesse tipo

¹⁸² Parte da equipe a qual Arendt se refere foi contratada pelo governo americano após o sucesso na empresa privada. Com efeito, seus integrantes “trazem as competências que aperfeiçoaram na comercialização de detergentes em pó para o negócio de venda de guerra” (Walters; Luscombe, 2017, p. 9).

¹⁸³ Uma das principais vias nova-iorquinas que abriga as principais instituições bancárias do país e sedes de marcas como Chanel, Jimmi Cho, Calvin Klein, Hermes, Dolce e Gabanna, Ralph Lauren, entre outras.

de sociedade que a publicidade comercial passou a desempenhar importância capital não só para a economia, mas também para a política” (Aguilar, 2009, p. 9).

Ou seja, sua formação e interesse se voltam para o consumo, em uma sociedade na qual mesmo os bens duráveis devem ter duração limitada. Na atual economia do desperdício, a prosperidade não se assenta apenas na abundância, mas principalmente no processo de produção e consumo¹⁸⁴, para o qual a criação de uma sedutora imagem das empresas e dos produtos por ela oferecidos é a razão de ser da manutenção do próprio processo econômico e político sobre o qual os governos e seus aparatos burocráticos se assentam.

Essa tendência [...] adquiriu proporções gigantescas, durante a última década, quando toda a nossa cena política foi regida pelos hábitos e prescrições do que é eufemisticamente chamado de relações públicas, isto é, pelo “bom senso” de Madison Avenue. É o critério dos funcionários de uma sociedade de consumo que anunciam seus produtos ao público, cuja grande maioria gasta muito mais tempo consumindo as mercadorias do que se leva para produzi-las. A função de Madison Avenue é ajudar a distribuir a mercadoria, e seu interesse está focalizado cada vez menos nas necessidades do consumidor e cada vez mais na necessidade de a mercadoria ser consumida em quantidades cada vez maiores. Se a abundância e a superabundância eram os objetivos originais do sonho de Marx de uma sociedade sem classes baseada no excedente natural do trabalho humano [...], então vivemos a realidade do sonho socialista e comunista, exceto que esse sonho tem sido concretizado além das fantasias mais indômitas de seu autor, por meio do avanço da tecnologia, cujo último estágio provisório é a automação; o sonho nobre transformou-se em algo que mais se assemelha a um pesadelo (Arendt, 2004, p. 331-332).

Ainda mais decisivo do que tais reverberações de cunho predominantemente social e econômico é a introjeção dessa mentalidade de relações-públicas no palco político. Sendo a imagem um produto como qualquer outro, sua fonte de inspiração são as técnicas de venda e a propaganda que incrementava a comercialização das superfluidades vendidas na Madison Avenue. Os responsáveis por tal empreendimento são os assessores do tipo *image-making*, os criadores de imagens cuja inspiração para seu dantesco empreendimento é a quantidade de pessoas para as quais a imagem criada se voltará, ou, dito de outro modo, a quantidade de vítimas atingidas por suas invencionices. Quando tais imagens se referem a propaganda nacional, o *modus operandi* de tais burocratas é descrito por Arendt nos seguintes termos:

¹⁸⁴ Arendt descreve, no capítulo “A vida activa e a era moderna” de *A condição humana*, a sua análise acerca do que intitula como *economia do desperdício*. Pelas repercussões que tais argumentações ensejam para a compreensão da formação dos criadores de imagens, a citamos: “Na Alemanha, a completa destruição substituiu o inexorável processo de depreciação de todas as coisas mundanas, processo esse que caracteriza a economia de desperdício na qual vivemos agora. O resultado foi quase o mesmo: um aumento súbito da prosperidade que, como ilustra a Alemanha do pós-guerra, se alimenta não da abundância de bens materiais ou de qualquer outra coisa estável e dada, mas do próprio processo de produção e consumo. Nas condições modernas, a conservação, e não a destruição, significa ruína, porque a própria durabilidade dos objetos conservados é o maior obstáculo ao processo de reposição, cujo crescimento constante da velocidade é a única constância restante onde esse processo se estabelece” (Arendt, 2016b, p. 313).

“politicamente, o ponto fundamental é que a moderna arte de autoilusão tende a transformar uma questão externa em um problema interno, de modo que um conflito internacional ou intergrupar torna, qual fora um bumerangue, ao palco da política doméstica” (Arendt, 2016e, p. 316). As autoilusões e autoembustes que retraçaram as relações entre os países durante a Guerra Fria – e, sem dúvida, posteriormente a ela – demonstram a veracidade de tal assertiva.

Ao ser introduzida na cena pública, a imagem e a propaganda que a repercute colocam em risco a legitimidade dessa esfera: se para a convivência política entre os homens a confiança é indispensável, ao recorrer com frequência às ficções, ambas diluem os marcos de confiabilidade existentes, seja com relação à própria política, mormente voltada para entidades e órgãos públicos, seja no que tange ao convívio com os demais. Ademais, como tal discurso ficcional prima pela coerência – que em parte alguma existe na realidade –, com voracidade suas mentiras passam a influenciar de modo direto na organização da sociedade, demonstrando que a propaganda “toma o lugar da veracidade como forma de asseverar e estabilizar as relações entre os homens” (Aguilar, 2009, p. 9). Sem a estabilidade da verdade, o mundo que é tecido pelas relações humanas fica gravemente comprometido e, com ele, a capacidade de agir, de dizer o que é, de pensar e de julgar.

Acerca do engano e do autoengano, é digna de menção a argumentação empreendida por Arendt sobre as limitações inerentes a mentira tradicional como distintivos com relação à mentira organizada. Enquanto na primeira aqueles que se encontravam a serviço da arte de iludir, os estadistas e diplomatas – estes últimos, os antecedentes dos resolvidores de problema e da mentalidade de relações públicas presente nos assessores da atualidade – conheciam a verdade factual e sabiam como preservá-la, na segunda, os funcionários acabam se tornando vítimas de suas próprias mentiras a tal ponto que “a autoilusão se tornou um instrumento indispensável ao mister de fazer imagens” (Arendt, 2016e, p. 313). A política restrita à mentalidade de relações públicas se volta meramente para o próximo processo eleitoral, em vista do qual as imagens, para consumo interno e externo, são criadas.

Para viabilizá-lo, como descrito anteriormente, o que os *image-making* realizam é uma espécie de propaganda e, portanto, sua função se origina e, ao mesmo tempo, se legitima “na sociedade de consumo, com seu excessivo apetite por mercadorias a serem distribuídas através de uma economia de mercado” (Arendt, 2015, p. 17). Por conta disso, a estreita conexão entre imagem e propaganda negligencia o compartilhamento de opiniões, de palavras e de eventos, transformando a realidade em mera possibilidade. Sua mentalidade se volta especialmente para as disposições de um mercado consumidor a adquirir um determinado produto, ideia ou serviço, “intangibilidades cuja realidade concreta é mínima” (Arendt, 2015,

p. 17). Ou seja, sua capacidade inventiva é potencialmente ilimitada, pois como os criadores de imagens não mantêm vínculos com a realidade, carecem das limitações que o real impõe, como os próprios eventos e a presença dos demais. Contudo:

[...] sempre é possível explicar as imagens e emprestar-lhes plausibilidade – isso lhes confere momentânea vantagem em relação à verdade factual –, mas ela jamais pode competir em estabilidade com aquilo que é simplesmente porque calhou que fosse assim e não de outra maneira. Esse é o motivo por que a mentira corrente, em termos metafóricos, arranca o chão sob nossos pés, sem fornecer nenhuma outra base em que nos postemos (Arendt, 2016e, p. 318).

Nesse sentido, o recorte temporal não nos deixa enganar: fabricar imagens como mote da política global, a atividade a qual se dedicam os *image-making*, é uma novidade, mesmo que a mentira tenha sido recorrentemente entendida, no decorrer “do imenso arsenal da insensatez humana registrado na história” (Arendt, 2004, p. 334), como meio justificável para a consecução de objetivos políticos e militares. Porém, divergindo dessa situação anterior, na qual a mentira não havia se consubstanciado em princípio, mas “era a prerrogativa conscienciosamente velada de um pequeno número de homens e reservada às circunstâncias extraordinárias” (Arendt, 2004, p. 334), a mentira por princípio, a fabricação de imagens, atividade aparentemente inofensiva levada a cabo com extremo zelo e inventividade pelos *image-making* nas burocracias pós-Segunda Guerra Mundial, “tinha sua proliferação permitida em todas as categorias de todos os serviços governamentais, militares e civis” (Arendt, 2004, p. 334). Sua intenção, divergindo do sigilo e da mentira tradicional, não era esconder informações estratégicas de inimigos, mas manipular tanto o Congresso quanto o povo dos Estados Unidos, inclusive, lidando com fatos que, em absoluto, eram desconhecidos do público geral. Tal estado de coisas é possível porque a máquina de relações públicas é constantemente retroalimentada por boas notícias, sejam elas oriundas da manipulação e da distorção dos fatos, seja pela dinâmica inerente às próprias imagens, seja por ambas.

Sem dúvida, os criadores de imagens estão cômicos que necessitam “enganar um inimigo ao nível social ou nacional”, o que traz como reverberação direta que “todo um grupo de pessoas e mesmo nações inteiras podem orientar-se por uma teia de ilusões à qual seus líderes desejaram sujeitar seus oponentes” (Arendt, 2016e, p. 315). Assim como a mentira, que necessita sempre que outra lhe suceda, servindo-lhe de complemento frente a trama factual, a fim de que ela não torne premente o embuste, a imagem, enquanto discurso ficcional criado sem qualquer compromisso com a verdade, precisa sempre que novas imagens sejam criadas, com o mesmo objetivo. Como, com frequência, os fatos precisam ser manipulados para que a imagem adquira contornos de veracidade, para sustentá-la é indispensável “a auto-ilusão, a

manipulação generalizada dos fatos e a um rearranjo em toda trama factual. O preço disso é a corrosão da confiança pública e, na maioria das vezes, a violência” (Aguiar, 2009, p. 10). O que acontece em seguida, então, “segue quase automaticamente. O esforço principal tanto do grupo enganado quanto dos próprios enganadores tenderá a se dirigir no sentido de manter a imagem da propaganda intacta” (Arendt, 2016e, p. 315). Por isso, aqueles que, participando do grupo dos que criam as imagens ou colaboram para que elas se perpetuem e que “insistem em falar sobre fatos ou ocorrências que não se encaixam na imagem” (Arendt, 2016e, p. 315), tal como ocorreu com Daniel Ellsberg¹⁸⁵, são considerados mais perigosos do que adversários externos, o que auxilia a entender a hostilidade com a qual são tratados.

Cientes de que seu ofício é a atratividade potente inerente à linguagem imagética, os *image-making* são legatários de Goebbels e de suas metodologias para converter a mentira em sustentáculo governamental e revérbero da ideologia, comprovando a tese de Aguiar (2007), para quem a mudança introduzida na comunicação política pós-regimes totalitários é justamente a confiança na mentira e a centralidade da propaganda, predominantemente ancorada em imagens e na resolução e antecipação de problemas. Porquanto “as mentiras da propaganda totalitária são distintas das mentiras comuns de regimes não totalitários [...], pois através de sua constante negação da importância dos fatos em geral, todos os fatos podem ser mudados e todas as mentiras podem ser tornadas verdadeiras” (Arendt, 1994, p. 252), o que se desvela é um *continuum* nesse *modus operandi*. Mediante a criação de imagens cujo objetivo é oferecer um sucedâneo à realidade, toda a trama factual é posta em risco, pois elas não apenas norteiam, mas pleiteiam substituir a realidade. “Através delas, os fatos perdem seu caráter contingente. Sua garantia não são os testemunhos e os documentos, mas a coerência proveniente da ficção imagética” (Aguiar, 2009, p. 15).

De modo similar às reuniões sigilosas dos altos escalões da burocracia governamental, que distante dos olhos e do conhecimento da população decidem sobre questões que perpassam sua existência, a própria imagem e seus predicados, além das estratégias para difundi-las, eram “debatidas em inúmeros memorandos e ‘opções’, isto é, nos ‘roteiros’ e seu ‘público’” (Arendt, 2004, p. 334), ratificando que a propaganda elevada a nível governamental é a antítese da política, já que enquanto a última se origina na opinião, na deliberação e na participação, a primeira se robustece em condições de sigilo, de alheamento e de invisibilidade. No domínio de ninguém, não surpreende o fato de que a redução da política às imagens torna a

¹⁸⁵ Economista e cientista político que fez parte da equipe de Robert MacNamara que redigiu os Documentos do Pentágono e que, posteriormente, compilou os seus sete volumes para entregar para o *New York Times*. Foi ele, inclusive, que entregou o material para o repórter Neil Sheehan, responsável pelas publicações.

sua própria criação uma disciplina especializada e, portanto, cuja participação dos cidadãos não é apenas desnecessária, mas também indesejável. Partindo dessa constatação, cabe perguntar: se o público passa a não ser mais informado adequadamente no que tange aos processos de tomada de decisão, teria restado alguma centelha do ideal republicano a partir do qual os próprios Estados Unidos foram fundados?

Com efeito, a única limitação com a qual os *image-making* precisam lidar se desvela quando eles constatarem que o mesmo mercado consumidor que pode, com relativa facilidade, ser manipulado para comprar um dado produto ou a aderir a um certo modismo pode não sê-lo para formar opiniões acerca de questões políticas, a não ser em condições de terror total, quando os homens e mulheres perdem contato com a realidade, seja porque não dispõem das informações necessárias para formar uma opinião, seja quando, em um contexto de mentira generalizada, passa-se a não acreditar mais em nada, nem mesmo nas próprias experiências¹⁸⁶. Para uma política baseada puramente em imagens e na força de sua persuasividade, tudo pode se tornar o que não é e, como tal, nada permanece o tempo suficiente para ser imortalizado na história, encontrando “um abrigo seguro no domínio dos assuntos humanos” (Arendt, 2015, p. 16). Se nada permanece, consequentemente, não se pode confiar em nada.

O que torna possível o governo totalitário ou qualquer tipo de ditadura é a população não ser informada. Como se pode ter uma opinião sem estar informado? Por outro lado, se todos mentem, a consequência não é acreditar em mentiras, mas não acreditar mais em nada – e com razão, pois a mentira, por sua natureza, tem que ser modificada, tem que ser “re-mentida” [...]. De modo que um governo que mente, que persegue objetivos diferentes em momentos diferentes, deve constantemente reescrever sua história. Isso significa que a população fica privada não só da sua capacidade de agir, mas também da sua capacidade de pensar e julgar. E, com uma população assim, pode-se fazer o que bem entender (Arendt, 2021, p. 547-548).

É, então, para formar profissionais aptos a lidar com tais questões que as teorias que propõem métodos em prol da manipulabilidade dos homens – e aqui Arendt (2015, p. 18) insere, inclusive, as especulações cujo *modus operandi* se reverbera ou deriva da antiga abordagem que pode ser melhor descrita como “uma promessa na mão e um chicote nas costas” – ganham tanto eco na política e na sociedade atual, inclusive, entre os intelectuais, legatários de uma época inicial de glorificação da propaganda e da convicção de que “metade da política é ‘construção de imagem’ e a outra metade a arte de fazer o povo acreditar em imagens” (Arendt,

¹⁸⁶ “[...] a longo prazo, o resultado mais certo da lavagem cerebral é uma curiosa espécie de cinismo –, uma absoluta recusa a acreditar na verdade de qualquer coisa, por mais bem estabelecida que ela possa ser. Em outras palavras, o resultado da substituição coerente e total da verdade dos fatos por mentiras não é passarem essas a ser aceitas como verdade, e a verdade a ser difamada como mentira, porém um processo de destruição do sentido mediante o qual nos orientamos no mundo real – incluindo-se entre os meios mentais para esse fim a categoria de oposição entre verdade e falsidade. Não há remédio para esse problema” (Arendt, 2016e, p. 317-318).

2015, p. 18). Para esses criadores de imagens, nas situações em que as cartas estão sobre a mesa e que decisões políticas precisam ser tomadas, o recurso à manipulabilidade dos homens, nem que seja através da promessa e do chicote, tende a ganhar importância.

Partindo do recorte-histórico posterior à Segunda Guerra Mundial, compreende-se por que o desenvolvimento da imagem e da propaganda – e do ofício de criá-las – está intimamente relacionado com o advento dos meios de comunicação de massa que, como o qualificativo já deixa entrever, expressa os anseios das multidões, carentes de mundo e não-reconciliadas com a contingencialidade inerente à realidade, o arbitrário “poderia ter sido de outra forma que constitui o preço da liberdade” (Arendt, 2016e, p. 301). Porém, um sistema de comunicação de massa a nível global – o que ganha premência com o advento da internet e a ascensão das redes sociais – impõe uma importante reverberação no que tange a imagem:

[...] não existe em parte alguma uma potência próxima de ser grande o bastante para tornar sua imagem irrefutável. As imagens têm, pois, uma probabilidade de vida relativamente curta; é de crer que sejam desacreditadas não apenas quando a fraude for derrubada e a realidade reaparecer em público, mas antes mesmo que isso aconteça, pois constantemente fragmentos de fatos perturbam e desengrenam a guerra de propaganda [...]. Dificilmente a expectativa de vida das imagens poderia ser ampliada [...]. A melhor forma de ilustrar isso são os sistemas, relativamente aparentados, de governos totalitários e ditaduras de partido único, os quais são claramente os órgãos mais eficientes quanto ao abrigo das ideologias e imagens do impacto da realidade e da verdade (Arendt, 2016e, p. 316-317).

A presença dos *image-making* nos Documentos do Pentágono comprova, então, que a Guerra do Vietnã não possuiu outra justificativa a não ser o fortalecimento da *imagem* americana de superpotência e, conseqüentemente, a “reputação dos Estados Unidos e de seu presidente” (Arendt, 2015, p. 23). No palco dos negócios humanos, o *script* era claro: tratava-se do imperativo de convencer o mundo da imagem da onipotência americana, da sua liderança – o que implicaria, obviamente, auxiliar nações pequenas e atrasadas a enfrentar a ameaça comunista, bem aos moldes da mentalidade imperialista cujo governo invisível de Cromer é exemplar – e, certamente, da chancela de que, em termos de política internacional, os estadunidenses podiam fazer o que quisessem¹⁸⁷. Porém, diferente do afã imperial por poder e

¹⁸⁷ Além das claras aproximações com o período imperial, trata-se, *mutadis mutandis*, de uma continuidade com relação à burocracia totalitária e sua busca por legitimar-se também a partir da ideia de onipotência. Sobre isso, Arendt explana: “nos regimes totalitários aparece com clareza inequívoca que a onipotência do homem corresponde à inutilidade dos homens. Por isso, com base na crença de que tudo é possível, se deduz imediatamente a *práxis* de tornar os homens supérfluos, em parte os dizimando e, em geral, liquidando o homem enquanto homem. Se o homem é onipotente, então não lhes parece claro, a nível factual, por que existem tantos exemplares, a não ser para colocar em prática essa onipotência, ou seja, como meros auxiliares, no estilo dos objetos. Cada segundo homem é uma prova contra a onipotência do homem, uma demonstração de que nem tudo é possível. É primariamente a pluralidade que limita o poder dos homens e do homem. A ideia da onipotência e de que tudo é possível conduz à unicidade [...]. Seria razoável pensar que as teorias políticas da Europa terminaram em teoremas do puro poder porque a filosofia europeia partiu do homem” (Arendt, 2008, p. 51; 53).

por lucro, o que implicava em anexar e expandir, tratava-se da imagem como objetivo permanente da política e, por conseguinte, como um fim em si mesmo. Nesse contexto, a esfera pública é reduzida a um “teatro de conjecturas, imaginação e fantasia no qual os atores, os políticos, têm que apresentar a melhor imagem [...], mentindo como uma ação comercial” (Nnamdi, 2019, p. 20). Mediante a ambição de transformar a imagem em sucedâneo da verdade e da própria política nos modernos processos de manipulação das massas e de difusão de ideologias, é premente a importância dos criadores de imagens:

O alvo básico não era nem poder nem lucro. Nem tampouco influência no mundo para servir a interesses particulares, tangíveis, para o que seria necessário e intencionalmente utilizado o prestígio, a imagem da “maior potência do mundo”. O objetivo era agora a própria imagem, como está manifesto na linguagem dos resolvidores de problemas com seus *scripts* e “plateias” tomados emprestados do teatro. Para esse alvo básico, todas as políticas se tornaram meios permutáveis a curto prazo [...]. A construção da imagem como política global – não a conquista do mundo, mas a vitória na batalha “para ganhar a mente dos povos” – é realmente algo novo no imenso arsenal de loucuras humanas registrado na história (Arendt, 2015, p. 25).

6.2.2 Os resolvidores de problemas

Temo que por trás das mais recentes descobertas esteja a mais velha definição do homem como *animal rationale*, de acordo com a qual nos distinguimos em nada além do atributo adicional da razão. A ciência moderna [...] foi longe em provar que os homens compartilham todas as outras propriedades com algumas espécies do reino animal – exceto que o dom adicional da razão torna-o uma fera mais perigosa. É o uso da razão que nos torna perigosamente irracionais (Arendt, 2011a, p. 80).

O segundo grupo de especialistas descrito por Arendt em “A mentira na política”, e que aparece na citação acima, é composto pelos *problem-solvers*, os resolvidores de problemas, caracterizados por uma notável autoconfiança e convicção de que, independentemente das conjunturas e da contingencialidade com as quais precisem lidar, suas habilidades os farão prevalecer. O fato de serem especialistas em suas áreas faz com que, com frequência, eles participem das “altas fileiras do serviço civil” (Arendt, 2015, p. 19) e das empresas privadas. São burocratas *par excellence* que “foram atraídos para o governo das universidades e dos diversos centros de assessoramento; alguns deles preparados assim, como pensavam, para resolver todos os ‘problemas’ da política” (Arendt, 2015, p. 19). Não é difícil entender o porquê de sua alegada confiança na educação – obviamente, na sua própria – e na posição – porquanto situavam-se nos altos escalões burocráticos – que o cargo que dispunham lhes possibilitava galgar, tanto financeira quanto sociopoliticamente.

O responsável pela alcunha *problem-solvers* foi Neil Sheehan, jornalista do *New York Times* que recebeu diretamente de Daniel Ellsberg – ele mesmo um resolvidor de

problemas – um compêndio dos 47 volumes que compunham os Documentos do Pentágono. Além do próprio Ellsberg, parcela significativa da equipe responsável pela elaboração do relatório “História do processo norte-americano para tomada de decisões em política vietnamita”, cumprindo ordens do Secretário de Defesa Robert S. McNamara, também pode ser descrita como *problem-solvers*: “dezoito oficiais militares e dezoito civis dos centros de assessoramento, universidades e serviços públicos [...] apenas um ‘punhado deles criticava o comprometimento americano’ no Vietnã, mas é a eles que devemos esta história verídica [...] sobre o que se passava na máquina do governo” (Arendt, 2015, p. 19).

Cabe aos resolvidores de problemas analisar o objeto de seu alvitre a fim de avaliá-lo e de fornecer soluções para ele, o que implica produzir relatórios e documentação de natureza diversificada. No caso daqueles que produziram os Documentos do Pentágono, Arendt destaca que sua destreza admirável os tornava – e aos seus pareceres – enciclopédicos e cruelmente objetivos. No entanto, “a despeito de serem inegavelmente inteligentes – o que é manifesto em muitos memorandos de seus próprios punhos – eles também acreditavam que a política não passa de uma espécie de relações públicas, e foram levados por todas as bizarras premissas psicológicas subjacentes nesta crença” (Arendt, 2015, p. 20). Porquanto sua opinião sobre política é equivocada, pode-se entender por que sua inserção na *Realpolitik* é desastrosa.

Exemplo da ingerência dos resolvidores de problema nos governos foi a criação, em 1955¹⁸⁸, com o *Institute of Economy Affairs*, de *think tanks* que, como o próprio nome deixa entrever (em tradução livre, “reservatórios de ideias”), são instituições autônomas ou afiliadas a governos, partidos ou corporações que oferecem assessoria e serviços de inteligência em áreas como segurança, economia, questões ambientais, saúde pública e tecnologia da informação. Sua atuação se dá mediante a produção de pesquisas e de recomendações estratégicas para empresas públicas e privadas, com o fito de acessibilizar e simplificar informações dos e, principalmente, para os governos¹⁸⁹. Mesmo que seu objetivo publicamente conhecido seja a

¹⁸⁸ Mesmo que sua origem oficial seja o período da Segunda Guerra Mundial, contexto no qual referiam-se a locais seguros que os líderes dispunham para planejar estratégias militares, e que no pós-Segunda Guerra tenham se referido aos gabinetes estratégicos de inteligência que muniam os governos de informações, suas influências reais remontam ao imperador Carlos Magno, quando a prática de contratar assessoria especializada para se esquivar das taxas pagas à Igreja fez com que advogados contratados passassem a fornecer conselhos especializados aos imperadores, gerenciamento que se pautava especialmente em questões econômicas e políticas. Essas práticas se tornaram corrente em diversos países: os centuriões de Magdeburg produziram análises encomendadas acerca do crescimento do protestantismo, enquanto na França, intelectuais da Republique de Lettres produziam pesquisas em diversas áreas de interesse do governo (Soll, 2017).

¹⁸⁹ De acordo com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap, 2021), atualmente existem cerca de 8 mil *think tanks*. No Brasil existem mais de 100 instituições desse tipo, com forte ingerência no governo, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), instituto criado na década de 1940 com o fito de formar os administradores públicos do país, é atualmente um dos órgãos responsáveis pelo cálculo do Índice Geral de Preços (IGP) e pela métrica de inflação nacional; o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), incumbido do exame geral sobre

difusão de saberes em prol do desenvolvimento de políticas públicas, “exercem pressão sobre o Estado para fazer valer seus interesses e interferir na execução das políticas públicas, executadas interna e externamente nos países” (Caetano; Mendes, 2020, p. 3).

Sua influência somente é possível porque a atuação de competentes acadêmicos era a *anima* dos *think tanks* e, com eles, também dos governos. Teixeira (2007) aponta seis tipos de intelectuais resolvedores de problemas em ambos: 1) *scholars-statesman*, que ocupavam cargos no governo americano (incluindo o Pentágono e o Conselho de Segurança Nacional); 2) *policy specialists*, que desenvolvem pesquisas de médio-longo prazo acerca de temas gerais de governança, especialmente políticas públicas; 3) *policy consultants*, que se dedicam a pesquisas de curto prazo; 4) *government experts*, que participam das pastas ministeriais e das agências governamentais oficiais; 5) *policy interpreters*, que aparecem nos veículos de comunicação que, por sua vez, dependem de sua chancela científica a fim de transmitir suas notícias; 6) *policy entrepreneurs*, que atuam na formação de agências e instituições diversas, como as próprias *think tanks*. Desvela-se, assim, diversos tipos de *problem solvers*.

No que concerne ao contexto retrçado por Arendt em “A mentira na política”, quando as *think tanks* já influenciavam os rumos da política norte-americana, vale ressaltar que mesmo que o público nacional e internacional somente tenha tido conhecimento da trama de mentiras que compunha o tecido do governo a partir das informações enciclopedicamente organizadas pela equipe de resolvedores de problemas que redigiu os Documentos, Arendt alerta que não cabe esquecer que esses funcionários também haviam participado da trama de embustes que envolvia a intervenção no Vietnã. Nesse sentido, a indagação sobre o porquê de terem participado de tais mentiras – e, se tomarmos Ellsberg como exemplo, algum tempo depois, resolvido também torná-las públicas – desvela que eles certamente o fizeram menos por patriotismo do que pela manutenção da *imagem* nacional.

Sendo assim, desvela-se uma diferença entre os *problem-solvers* e os *image-making*: por mais que os segundos pudessem, através da criação de imagens, resolver sérios problemas de política interna e externa, solucionar conflitos fazia parte de seu ofício, mas não era o seu objetivo principal, como o era dos primeiros. Até porque o imperativo de a todo momento criar e recriar imagens já lhes demanda tempo e *expertise*. No entanto, eles têm em comum o empenho, cada um a seu modo, de se desonerar dos fatos e da incumbência de conhecê-los.

a economia, a sociedade e a gestão pública brasileira e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), responsável por produzir os mais importantes relatórios sobre segurança pública brasileira, como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e o Atlas da Violência, que embasam as políticas de segurança pública do país.

Esse descompromisso com os fatos, ou a sua mera utilização “como trampolins para ‘ideias’” (Arendt, 2017, p. 308), acena para outro elemento comum a esses dois tipos: ambos se vinculam pelo seu empenho com a mentira na política. Porquanto o embuste foi sempre utilizado como meio para lograr fins políticos – o que fez Arendt afirmar que a sinceridade e a verdade jamais foram inseridas no rol das virtudes políticas –, isso certamente se deve ao fato de que, nesse campo, os atores lidam com acontecimentos contingentes. Por se tratar de eventos que sempre poderiam ter sido de outra forma até que a realidade eliminasse “todas as demais potencialidades inerentes a uma dada situação” (Arendt, 2016e, p. 301), denota-se porque a trama factual vive em um permanente estado de ameaça quanto o discurso desvinculado da realidade seduz as massas desarraigadas: com frequência ele é muito mais crível do que a própria realidade. Portanto, embora as escolhas verdadeiramente políticas sejam limitadas pela verdade, uma vez que a última se converte em instrumento para evitar as primeiras, a política dá lugar à delegação de decisões a especialistas em resolução de problemas. Tal delegação, ao passo em que dilui o desenvolvimento do senso de responsabilidade pelas deliberações governamentais, é o *modus operandi* a partir do qual a burocracia se aplaína.

[...] se a verdade é aquilo que não podemos mudar e a política é a atividade humana preocupada com as coisas que podem ser mudadas, então torna-se evidente que a política não pode ser baseada somente em verdades. Em vez disso, a ação política tem que decorrer das nossas opiniões sobre o mundo, sobre certos aspectos que eu posso e você pode não perceber. Afinal, é uma das alegrias e dos pressupostos da pluralidade que o mundo nunca seja revelado a dois homens exatamente através do mesmo aspecto. É sobre esse aspecto, sobre a opinião, que se constrói a política como atividade orientada para mudar o mundo. No entanto, ao mesmo tempo, a política também depende da verdade – precisa saber o que não pode mudar, para saber o que pode mudar (Barbi, 2018, p. 85).

Assim sendo, tanto os resolvedores de problemas quanto os criadores de imagem tendem a flertar muito mais amiúde com a propagação de mentiras do que a se dispor a relatar a verdade dos fatos, mesmo que estejam plenamente cômicos dela. É, aliás, o fato de que eles dispõem das informações reais que os possibilita saber o que cada plateia deseja ouvir, rearranjando os fatos de modo a adequá-los aos anseios de seu público. Trata-se de uma perigosa interseção entre os assessores da atualidade e os funcionários do aparato nazista: ambos se notabilizam pela insolúvel confiança “no poder da mentira – na capacidade de [...] reescreverem a história [...] para adaptar o passado à ‘linha política’ do momento presente, ou de eliminarem dados que não se ajustam às suas ideologias” (Arendt, 2015, p. 17)¹⁹⁰.

¹⁹⁰ O historiador Dietrich Orlow, em *The History of the Nazi Party I: 1933-1939*, destaca que cada apelo da propaganda do Partido Nazista e da propaganda do Reich se dirigia a cada camada do eleitorado alemão que, por sua vez, originava associações e agências com campos mais específicos de atuação. Levando em conta os campos

Nesse sentido, divergindo da discrição, os *arcana imperii* que Arendt anuncia como justificáveis no trato de questões políticas de natureza específica e inseridos em um recorte temporal igualmente limitado, a construção de imagens como objetivo permanente da política e a sua equiparação a uma disciplina especializada que, aos moldes da alta matemática, somente pode ser compreendida pelos *experts* nas suas operações e linguagens, faz com que as deliberações permaneçam ocultas dos cidadãos. Em tal contexto, eles têm contato apenas com os discursos ideológicos e imagéticos elaborados pelos *image-making* e pelos *problem-solvers*, preparados com a perícia de um cientista que manipula processos laboratoriais.

Como especialistas, os resolvidores de problemas acreditam fortemente no método, no rigor da ciência e na sua capacidade de explicar os objetos que analisam. Todavia, sua competência cognitiva com frequência enfraquece sua capacidade de pensar e de se posicionar frente às múltiplas possibilidades que a realidade descortina.

Os “resolvidores de problemas” mostram-se, por isso, incapazes de perceber que a realidade não se reduz a simples premissas para conclusões lógicas. Ao reduzirem as escolhas e os dilemas a poucas opções, negligenciam a realidade humana. Eles não julgam, apenas calculam. Quando os problemas surgem e a realidade começa a se contrapor à imagem e a desobedecer aos seus cálculos e soluções, criam outra ficção para sustentar a anterior (Aguiar, 2009, p. 16).

Por utilizar o marco teórico científicista, mas, principalmente, por contar com as mentes especialistas mais brilhantes de cada campo técnico, a burocracia pós-1945 foi entusiasticamente auxiliada pelos intelectuais do período, “fascinados pela enormidade do exercício mental” (Arendt, 2015, p. 26) que o empreendimento burocrático requeria. Trata-se, portanto, da redução do pensamento a uma *techne*, deturpação que se contrapõe ao próprio âmago do qual brotam as atividades espirituais: a experiência. “E se perdemos contato com o solo da experiência, nos metemos em todo tipo de teorias. Quando o teórico da política começa a construir seus sistemas, ele também está lidando com abstrações” (Arendt, 2021, p. 505). Reduzindo a contingência e a multiplicidade que compõem o real a fórmulas e estatísticas, com frequência as soluções encontradas pelos resolvidores de problemas não são exequíveis, ou possuem potencial político desastroso.

Esse panorama acena para outro ponto comum entre os dois tipos retraçados: nenhum deles passa por qualquer crivo público. Sua escolha não provém da deliberação ou de mandato publicamente instituído, mas da escolha por campo de especialidade ou preferência

de interesse e especificidades de cada uma delas, o discurso era construído. Nesse sentido, quando o público era de operários, falava-se de forma distinta, e com conteúdo significativamente diferente, do que era argumentado quando se tratava de um encontro com empresários, por exemplo.

pessoal daqueles que tomam as decisões, e por se tratar de um processo apartado de qualquer luminosidade, abre-se espaço tanto para a corrupção quanto para o abissal alheamento da população com relação aos meandros dos processos resolutivos. Seu poder, nesse sentido, é invisível, e seu campo de atuação é amorfo.

À maneira dos habilidosos cientistas, e tão desprovidos de fala quanto, estes burocratas de nosso tempo também são indivíduos dotados de uma profícua imaginação, habilidade descrita por Arendt como a capacidade de tornar presente na mente aquilo que está sensorialmente distante dos sentidos. Para entender a relação entre a mentira e a imaginação, é fulcral partir da etimologia do próprio termo: *mentir* remonta ao *mentice* latino, que acena não apenas para o campo semântico *mentir*, mas também para *inventar* e *imaginar*. Nesse sentido, se agir requer imaginar que as coisas poderiam ser diferentes do modo como se apresentam para que efetivamente elas possam ser transformadas, “a mesma imaginação que permite contestar os fatos para ter a iniciativa de transformá-los permite desconsiderá-los, o que [...] quer dizer que a capacidade de mudar os fatos e a capacidade de negar os fatos estão interrelacionadas” (Lafer, 1995, p. 16). Devido a tal compartilhamento original, a todo momento os homens e as mulheres que lidam com deliberações políticas podem se sentir tentados a recorrer à falsificação deliberada dos fatos, demonstrando que a mentira na política, mesmo que não seja capaz de fundar mundos verdadeiramente humanos – já que sem a confiança e a veracidade, não há como agir *com* os demais – não é acidental. Em suma, para o político profissional “é quase igualmente irresistível superestimar as possibilidades dessa liberdade e, implicitamente, tolerar a negação ou distorção mentirosa dos fatos” (Arendt, 2016e, 307).

A mentira comprova a liberdade humana. Ela demonstra que os indivíduos não são irremediavelmente limitados pelas contingências. Arendtianamente falando, a negação deliberada dos fatos é sempre precedida pela habilidade humana de fantasiar que as coisas podem ser diferentes do que de fato são. Porém, ao tornar esse movimento compulsivo, esgarçam-se as tramas de factualidade que funcionam como bússolas que auxiliam os homens a compreender e a se orientar nos espaços de convivência, demonstrando que mesmo que a mentira seja considerada partícipe do metiê governamental, sua utilização maciça e a ambição em oferecer um sucedâneo à verdade, substituindo-a, são problemas políticos de primeira grandeza, já que colocam em xeque a própria permanência do mundo. Ademais, já que a mentira implica o necessário movimento de imaginar que o estado de coisas que fundamenta a realidade poderia ser diferente do que é, porquanto “o reverso da verdade tem mil formas e um campo ilimitado” (Arendt, 2016e, p. 318), realiza-se uma deliberada alteração da verdade e, como tal, inicia-se um processo cujas consequências são imprevisíveis, inclusive, para o próprio

mentiroso. Sob pavimentos antipolíticos e destituídos do senso de responsabilidade pela permanência do mundo, mentir é uma forma de ação e o mentiroso é um ator por excelência, já que a mentira implica a tentativa de modificar o registro histórico e o “apagamento da linha divisória entre verdade factual e opinião é uma das inúmeras formas que o mentir pode assumir, todas elas formas de ação” (Arendt, 2016e, p. 309). Por fim,

[...] o que é talvez mais perturbador, se as mentiras políticas modernas são tão grandes que requerem um rearranjo completo de toda a trama factual, a criação de outra realidade [...] na qual elas se encaixem sem remendos, falhas ou rachaduras, exatamente como os fatos se encaixam em seu próprio contexto original, o que impede essas novas estórias, imagens e pseudofatos de se tornarem um substituto adequado para a realidade e a factualidade? (Arendt, 2016e, p. 313).

Dessa feita, depreende-se que os assessores retraçados por Arendt são *tipos ideais* não *apenas* porque possuem características que os tornam modelos exemplares, mas *também* porque eles ensejam em si os sintomas de seu próprio tempo. Dito de outro modo, os criadores de imagem e os resolvedores de problema são o inequívoco resultado da conversão da mentira moderna, a mentira organizada, a falsidade cabal, em alicerce da política. O ponto nevralgico dessa discussão é que se “nenhum mundo humano destinado a perdurar após o curto período de vida dos mortais seria capaz de sobreviver sem que os homens estivessem propensos a [...] dizer o que é” (Arendt, 2016e, p. 285), o que representaria para a permanência do mundo tamanha inversão, qual seja, a de tornar corrente na política a difusão daquilo que *não é*?

Entretanto, os resolvedores de problemas

[...] não somente eram inteligentes, mas orgulhavam-se de serem ‘racionais’, e realmente o eram, num grau assustador acima do ‘sentimentalismo’ e no amor pela ‘teoria’, o mundo do esforço mental puro. Eles estavam ansiosos por descobrir fórmulas, de preferências expressas numa linguagem pseudomatemática, que unificassem os mais disparatados fenômenos com os quais a realidade se apresentava; ou seja, estavam ansiosos por descobrir *leis* pelas quais explicar e prever fatos políticos e históricos, como se fossem tão precisos, e portanto tão seguros como os físicos acreditavam que fossem os fenômenos naturais (Arendt, 2015, p. 20).

Assim sendo, o manejo que fazem da linguagem é predominantemente antipolítico, ou seja, tem como fito mascarar a realidade, e não revelá-la, o que se reverbera em sua ambição por descobrir fórmulas a partir das quais os fenômenos políticos podem ser enquadrados. Tal matematização, uma ode à simplificação e, conseqüentemente, à deturpação do real, é antipolítica *par excellence*: enquanto a matemática é uma disciplina especializada, cujos resultados são mensuráveis e previsíveis, a política é o campo da contingência e da imprevisibilidade. Além disso, enquanto o campo de interesse da alta matemática é restrito a *experts*, a política é o domínio de todos, seja devido aos seus riscos, seja porque sua gênese são

as habilidades de agir e discursar em conjunto. Porque todo agir é um *agir com os demais*, fatos e processos políticos jamais são tão precisos quanto números e fórmulas.

No Prólogo de *A condição humana*, Arendt descreve não apenas as implicações políticas do desenvolvimento científico, mas explana acerca das razões pelas quais é “prudente desconfiar do julgamento de cientistas *qua* cientistas”, e arrazoa que não se trata nem de mau-caratismo, nem de ingenuidade, mas porque eles “se movem em um mundo no qual o discurso perdeu seu poder” (Arendt, 2016b, p. 4). Para entender, então, o ocaso da política fomentado pelo sucesso da entrada dos assessores de mentalidade científica nos aparatos governamentais da atualidade, deve-se partir da defesa arendtiana de que “é o discurso que faz do homem um ser político” (Arendt, 2016b, p. 5), o que faz com que as experiências humanas só tenham sentido se puderem ser linguisticamente mediadas e compartilhadas. Da substituição de uma gramática verdadeiramente política por uma normatização antipolítica, depreende-se que:

[...] pode haver verdades para além do discurso e que podem ser de grande relevância para o homem no singular, o homem na medida em que, seja o que for, não é um ser político. Os homens no plural, isto é, os homens na medida em que vivem, se movem e agem no mundo, só podem experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e se fazer entender aos outros e a si mesmos (Arendt, 2016b, p. 5).

Mesmo que a linguagem matemática tenha sido introduzida nas ciências como abreviações enunciadas na fala comum, atualmente dispõe de tal complexidade que não é mais viável que ela faça o caminho inverso, ou seja, que seja retraduzida no tipo de discurso que concerne à política. Daí depreende-se que a “*reductio scientiae ad mathematicam*” permite substituir o que é dado através dos sentidos por um sistema de equações nas quais todas as relações reais são dissolvidas em relações lógicas entre símbolos. É essa substituição que permite à ciência moderna cumprir sua tarefa de produzir os fenômenos e objetos que deseja observar” (Arendt, 2016b, p. 353). Sua origem não é o anseio por dizer o que é em termos de compartilhamento de mundo, mas a generalização, a abstração e a cognição. Se essa tríade tende a desviar os homens da reflexão acerca da teia de relações humanas, não se pode esquecer que ela somente é obtida mediante a introspecção que, por sua vez, pela ausência do contato com os demais, está indissociavelmente vinculada à mentira e apartada da política. Porquanto “cada fato pode ser desfeito, pode ser apagado por uma mentira. Mentir pode obliterar o evento exterior cuja reflexão já se converteu numa característica da alma” (Arendt, 1994, p. 21), a mentira organizada é serva da introspecção, “o mero interesse cognitivo da consciência por seu próprio conteúdo”, na qual “só está envolvido aquilo que a própria mente produziu; como ninguém interfere, a não ser o produtor do produto, o homem vê-se diante de nada e de ninguém

a não ser de si mesmo” (Arendt, 2016b, p. 347), elemento *per quam* a capacidade humana de perquirir, gênese da ciência, é inviabilizada, do mesmo modo como o estatuto plural da política é esvaziado.

Partindo do mesmo pano de fundo, tecido pela preocupação de Arendt (2021, p. 549) em identificar que, *mutadis mutandis*, a criminalidade permaneceu como elemento constituinte dos princípios organizacionais, configurando “um estilo de política que é em si criminoso”, Young-Bruehl (1997) destaca que a introspecção pode impedir a compreensão verdadeiramente política e, como tal, pode adquirir contornos ainda mais ameaçadores quando se converte em distintivo dos assessores de mentalidade científica presentes nos governos atuais. Por isso mesmo, a crítica de Arendt a ela é marcadamente política, porquanto se volta para a preservação da distinção entre assuntos públicos, concernentes aos homens no plural e interesses privados, que por mais legítimos que sejam, se radicam no homem, espécime singular. Tal inversão se radica nas reverberações da introspecção: inicialmente ela “aniquila a situação existente, dissolvendo-a em disposições de ânimo”, enquanto, concomitantemente, “confere a tudo que é subjetivo uma aura de objetividade, publicidade, interesse extremo” (Arendt, 1994, p. 29).

Diferente dos físicos, que lidam com processos naturais que não possuem nos homens a sua origem, motivo pelo qual podem ser por eles observados, mensurados e enquadrados em fórmulas e esquemas previsíveis – mesmo que, por vezes, a força da natureza irrompa de forma brusca –, a política é o campo do inesperado, porquanto deve sua origem à capacidade humana de iniciar processos cujas consequências não podem ser antevistas, já que tal dinâmica ocorre no plural. Porém, no que tange aos homens imersos nas instituições governamentais, “enquanto tiverem apetite para a ação e estiverem apaixonados por teorias, dificilmente terão a paciência do naturalista para esperar que as teorias e as explanações hipotéticas sejam provadas ou negadas pelos fatos”. Ao contrário, “estarão mais tentados a ajustar sua realidade – que é, antes de tudo um produto do homem, e portanto poderia ser diferente – à sua teoria, ficando deste modo mentalmente livres de sua contingência desconcertante” (Arendt, 2015, p. 20-21). Ao fim e ao cabo, o risco que daí advém é que o modo propriamente humano de compreender o mundo e se relacionar com ele tenha seu sentido esvaziado.

Formados no advento das teorias de jogos e das análises de sistemas, os *problem-solvers* equacionam a política com problemas que carecem de solução técnica e especializada. Seu apreço às fórmulas, estatísticas e todo tipo de mensuração matemática os tendenciona a se distanciar da realidade coexistida e compartilhada e a se aproximar de uma metodologização e

burocratização dos processos. “Os seus modelos matemáticos podem ser absolutamente válidos, mas assim que entram no domínio da política, perdem o seu isolamento teórico. Eles são colocados em relação com coisas deste mundo, cuja inter-relação causal escapa a qualquer modelo racional” (Barbi, 2018, p. 89). Por conta desse movimento, não é incomum que verdades racionais, provenientes de mentalidades científicas, tenham resultados positivos no plano teórico, mas se transformem em desastres quando aplicadas em um campo em que nem o objeto investigado, tampouco suas reverberações, atuam sobre o espécime singular, mas sobre os indivíduos no plural. A série de equívocos na tomada de decisões estadunidenses durante a Guerra do Vietnã, que se apoiavam principalmente nas análises dos resolvidores de problema, demonstram que, com sua mentalidade científica, eles ambicionavam controlar processos políticos aos moldes de intervenções técnicas passíveis de manipulação.

Ora, se as questões políticas podem ser racionalmente solucionadas dessa forma, demonstra-se porque as teorias produzidas pelas mentes mais inteligentes que atuavam no governo americano pareciam consideravelmente mais plausíveis do que a realidade que, por seu caráter contingente, não pode ser enquadrada em premissas para fins lógicos ou dispor de quaisquer causalidades intrínsecas. Assim, sua inserção na manutenção de um estado de coisas comprometido com a mentira não pode ser imputada, de maneira reducionista, à corrupção moral, mas a sua “imersão total no meio tecnocrata. Para estes especialistas, o autoengano é tão proeminente quanto o engano: [...] eles estavam tão imersos na verdade dos seus modelos tecnocratas que muitas vezes perdiam de vista o quão grave a guerra estava realmente a desenrolar-se” (Walters; Luscombe, 2017, p. 10). Trata-se de uma deformação profissional possibilitada pelo esforço sistemático na introspecção e na confiança de que a mente ensimesmada pode ser a medida de todas as coisas, o único recurso realmente confiável que os homens dispõem para encontrar soluções para os problemas com os quais se confrontam. É a essa conjuntura que Beiner (1992, p. 113) alude quando assevera que: “O perigo real nas sociedades contemporâneas é que as estruturas burocráticas, tecnocráticas e despolitizadas da vida moderna encorajam a indiferença e tornam cada vez mais os homens menos capazes de pensamento crítico e menos inclinados a assumir responsabilidades”, e que Barbi (2022, p. 409) complementa quando assente que “enquanto a autoridade epistêmica continuar a ser o porto seguro onde o público procura abrigo, a tecnocracia será sempre um risco”.

A deturpação proveniente da redução da política à tecnocracia reside na sua distinção natural com relação ao juízo, que mesmo que leve em conta os pareceres técnicos, não faz das soluções epistêmicas a sua finalidade, mas, quando tanto, um dos muitos meios que são levados em conta no processo de ajuizar sobre um dado particular. Arendtianamente

falando, as decisões políticas não deveriam ser reduzidas, tal como ocorre nas burocracias, a meras soluções técnicas, mas precisam permanecer como as “expressões de um esforço contínuo para manter um espaço partilhado”, revelando que compreender e compartilhar pontos de vista com os demais não possui, em primeira instância, quaisquer finalidades epistêmicas, mas se configura como o “esforço para compreender a expressão pública de outra pessoa, contribuindo para o estabelecimento de um mundo comum” (Barbi, 2022, p. 410). A capacidade de iniciar processos e o fato de que os homens são absolutamente distintos em suas similaridades escapa a qualquer resolução lógica de problemas e, inclusive, a tentativa de seccionar a política em problemas específicos advindos de áreas específicas. É natural que os governos lidem com a resolução de problemas e leve em conta a *expertise* nos seus processos de tomada de decisão. A questão que se impõe é quando a política se restringe a solucionar problemas e quando estes passam a ser concebidos como querelas que, por sua complexidade, só podem ser resolvidas mediante a atuação de especialistas.

Em uma leitura complementar, a redução da política à resolução de problemas – e quanto maior o corpo político, mais problemas precisarão ser resolvidos – acena para a aversão à contingência como um dos últimos elementos capazes de vincular as massas desarraigadas. Porquanto a política é o campo da deliberação, da troca de opiniões e dos julgamentos como formas de se posicionar perante os demais, a cientifização e a matematização se reverbera na substituição da política pela busca de verdades indiscutíveis, capazes de regular os assuntos humanos, os libertando de quaisquer erros advindos da troca de opiniões. O imperativo que se coloca é que a “insistência na verdade impede a entrada de outras perspectivas na esfera pública” (Barbi, 2022, p. 413). Tal perspectiva, quando se torna corrente,

[...] produz uma noção de verdade “pura e dura” que nomeia as coisas como elas são, mas que contrasta totalmente com qualquer critério objetivável e absoluto da verdade. Se isso for esquecido, o ponto de vista de quem ou o que quer que seja considerado o detentor da técnica se torna o único admitido no fórum público. Em vez de ser o locus do debate e do conflito político, o público é forçado à conformidade quando a tecnocracia não é controlada. Essa delimitação obscurece qualquer distinção de plausibilidade, veracidade e competência de todos os pontos de vista que são excluídos do fórum público. Isto, por sua vez, pode aumentar as chances de uma negação das verdades factuais (Barbi, 2022, p. 413).

Se a verdade racional especializada e a *expertise* se converterem em limites intransponíveis a inviabilizar a discussão movida por diferentes pontos de vista sobre o mundo, então, o malogro da política é escapar às fronteiras que a verdade dos fatos impõe. Porquanto a “premissa de que a competência epistêmica leva a melhores decisões não significa necessariamente renunciar completamente à verdade ou à factualidade”, em uma utilização

idealizada da *expertise* em favor da administração, o contraponto que jamais deve ser olvidado é que “se a verdade, a factualidade e a competência especializada entrarem na imagem de um julgamento político, isso nunca poderá ser um fator externo procedendo o próprio julgamento e o transformando em um processo de subsumir dados empíricos em esquemas conceituais pré-dados” (Barbi, 2022, p. 413). Tal tentativa de equilíbrio recai na constatação arendtiana de que o perigo de tomar os fatos como resultados inequívocos de algum desenvolvimento necessário caminha *pari passu* com o risco de tentar negá-los e manipulá-los (Arendt, 2016e). Ambos os caminhos implicam na gradativa incapacidade de debater politicamente o mundo, em prol de lograr a comodidade que os axiomas científicos fornecem.

Em sua conversa com Roger Errera¹⁹¹, em 1973, Arendt fornece um exemplo retirado dos Documentos do Pentágono acerca da mentalidade burocrata e tecnocrata¹⁹² ínsita aos criadores de imagem e aos solucionadores de problema: a *teoria do dominó*, mencionada diversas vezes no relatório como justificativa adotada para as intervenções militares realizadas pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Segundo essa pseudoverdade, que “foi a teoria oficial ao longo da Guerra Fria, de 1950 até cerca de 1969” (Arendt, 2021, p. 550), amplamente repercutida entre os especialistas que produziram os Documentos, se um país cedesse ao espectro do comunismo, os seus vizinhos cairiam em seguida¹⁹³. Tal teoria é exemplar no que tange à mentalidade científica predominante nos aparatos governamentais não porque os especialistas acreditavam verdadeiramente nela, mas porque sua utilização “lhes proporcionava um enquadramento dentro do qual podiam trabalhar. E eles utilizaram esse enquadramento, apesar de saber – e todos os relatórios de inteligência e todas as análises factuais que lhes eram apresentadas reforçavam isto – que aquelas pressuposições estavam factualmente erradas” (Arendt, 2021, p. 551).

Partindo desse panorama, duas observações podem ser depreendidas. Primeiro, tomando como base a constatação de que os *problem-solvers* se apoiavam em uma teoria, não

¹⁹¹ Pesquisador e professor francês, bastante atuante na área de Direito Internacional, o que lhe permitiu atuar em importantes organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

¹⁹² A fim de compreender melhor as repercussões dessa mentalidade tecnocrata, é importante destacar as quatro características de um regime tecnocrático. De acordo com Lenk (1994), são eles: 1) Trata-se de um governo especializado; 2) Governo dominado por imperativos e aparatos tecnológicos; 3) Governo que apresenta restrições factuais; 4) Tendência ao estabelecimento de um estado de vigilância.

¹⁹³ O uso público dessa argumentação foi feito pela primeira vez pelo presidente Dwight Eisenhower em 7 de abril de 1954, em um pronunciamento na Conferência sobre a Indochina, realizada em Genebra. A imagem dos países caindo para o comunismo, em uma reação em cadeia, tal como peças de dominó, buscava validação a partir dos exemplos da “queda” para o comunismo da China, em 1949, da Coreia, em 1953, e a expulsão dos franceses e a posterior criação do Vietnã do Norte em 1954. Proteger o mundo da ameaça comunista – tal como representava a metáfora das peças de dominó – seria uma missão que caberia aos Estados Unidos e, consequentemente, era intrínseca à sua imagem de superpotência.

apenas em seus memorandos secretos, mas também nos seus posicionamentos públicos, sem acreditar de fato nela, mas simplesmente porque utilizá-la como pressuposição lhes fornecia as justificativas de que careciam para realizar seu ofício, comprova-se que essa mentalidade de relações públicas, na qual a política gravita em torno da imagem, representa o atual estágio de divórcio entre o compromisso com a verdade e o exercício da *Realpolitik*, burocraticamente organizada e mediada pelo imperativo tecnocientífico, cujas reverberações políticas são incontestáveis. Dito de outro modo, mesmo que não acreditassem nas bases racionais postas por teorias como a do dominó, elas lhes ofereciam as condições de trabalho ideais, ou seja, lhes viabilizava converter especulações em fatos supostamente estabelecidos que, por sua vez, *locus* exemplar para pôr em prática suas teorias lúdicas e análises de sistemas. Uma imagem produzida pelas mentes inventivas e especializadas não precisa se referir ao que é, mas apenas dispor de uma aparência de verdade. Por isso as imagens se ajustam com tanta facilidade aos discursos ideológicos, que, por sua vez, com elas compartilham do abismo entre o real e aquilo que expressam. Justifica-se, assim, porque a sua interpretação acerca da Guerra do Vietnã foi predominantemente marcada por fórmulas nas quais nem eles mesmo acreditavam, mas que lhes asseguravam unificar as facetas díspares que os eventos lhes apresentavam. Sua interpretação não levava em conta a sua experiência, mas a sua *expertise*.

Por outro lado, tomar uma mentira como pressuposição factual e técnica funciona como indicativo da reiteração da dificuldade das massas em lidar com a contingência. Nesse sentido, os resolvedores de problema, “acostumados a traduzir o conteúdo dos fatos para a linguagem dos números e das porcentagens, onde podem ser calculados, permanecem na ignorância indescritível que suas ‘soluções’ reservam” (Arendt, 2015, p. 26). Situados na encruzilhada entre o engano e o autoengano, “nenhuma realidade e nenhum bom senso podia penetrar as mentes dos resolvedores de problemas que incansavelmente preparavam seus *scripts* para plateias” (Arendt, 2015, p. 26) diferentes, a quem os *problem-solvers* consideravam meras maiorias silenciosas e, portanto, passíveis de manipulação.

Outro ponto fulcral para compreender as nefastas reverberações da ascensão da mentalidade científica se radica no fato de que é inerente à ciência considerar *o homem*, e não *os homens*, demonstrando que a ciência é essencialmente a-política, de modo que seu caráter político ou antipolítico depende da utilização dada aos seus incrementos. Ao considerar a política a partir do ponto de vista do um, que é naturalmente solitário, perde-se de vista a pluralidade e, com ela, o fato de que é próprio de uma análise verdadeiramente política a consideração “dos diferentes em seus modos de estar juntos. Os homens se organizam politicamente segundo determinados aspectos comuns que lhes são essenciais em um caos

absoluto ou a partir de um caos absoluto de diferenças” (Arendt, 2008, p. 16). Examinar o homem no singular é colocar a política sob o ponto de vista do seu oposto, pois enquanto o homem é a-político, ela surge em seu intermédio. Tal mudança de ponto de referência denota as diferenças basilares entre a mentalidade científica, que, na melhor das hipóteses, é politicamente estéril, e o ponto de vista político: se *o homem* é o tema da ciência enquanto *os homens* são os sujeitos da política, formas antipolíticas de governar se coadunam com a vitória de uma mentalidade científica, e não com o triunfo da esfera *entre*.

Dessarte, os riscos da burocratização dos governos, somados aos riscos do advento de uma mentalidade científica como ponto de referência apolítico introduzido na política, acenam para a despolitização do domínio político. Mesmo em regimes democraticamente estabelecidos, a burocracia funciona justamente a partir do *modus operandi* da delegação de decisões a especialistas, o que é descrito por Arendt através das figuras dos criadores de imagem e dos resolvidores de problema, cabendo aos tomadores de decisão apenas o aval final. Isso faz com decisões que afetem diretamente a rotina dos cidadãos não seja por eles efetivamente legitimada – já que a legitimação em regimes representativos se restringe ao voto em um determinado representante, e não em uma equipe de especialistas que o acompanhem. Em que pese, então, haver uma legitimidade jurídica, porquanto os representantes da vontade da maioria dos cidadãos têm o direito de escolher os próprios assessores, não há uma *legitimidade verdadeiramente política* na delegação burocrática, pois a política reduzida à *expertise* faz com que todos aqueles que não são peritos, ou seja, a maioria da população, não participe dos processos deliberativos¹⁹⁴. “O cerne da questão é que a despolitização da política derivada da expertise não se baseia nos conteúdos reais da expertise em si, mas na autonomização da expertise, que delimita a política como se produzisse verdades absolutas” (Barbi, 2018, p. 93) oriundas das afirmações e dos pareceres técnicos produzidos pelos funcionários peritos.

Com isso, alcança-se um momento fulcral da argumentação: como o campo de atuação dos governos passa a ser limitado não por leis, as fronteiras invisíveis que circunscreviam a *polis*, mas pelos pareceres dos resolvidores de problemas, a questão principal não é nem que os tomadores de decisão contem com a avaliação desses *experts*, mas que a política acabe limitando o alcance de ações políticas alternativas por tais avaliações ganharem

¹⁹⁴ Barbi (2018, p. 91) coloca o problema nos seguintes termos: “[...] o problema não reside na perícia em si. Embora a delegação de decisões possa ser criticada, ela o é devido ao conteúdo real das políticas que produz e à sua legitimação [...]. O problema que se coloca é o da legitimação da delegação apenas no que diz respeito ao seu conteúdo político real e não no modo como as opções políticas são limitadas pela própria experiência [...]. Se o conteúdo potencial das políticas depende diretamente da avaliação de peritos sobre uma situação dada, então acabamos com uma crítica que aceita completamente o efeito delimitador da expertise na esfera política”

a falsa chancela de verdades absolutas. A consequência direta desse estado de coisas é a limitação da formação de opiniões verdadeiramente políticas. Afinal, se ela é um campo especializado, e se mesmo os especialistas parecem, muitas vezes, não saber o que estão fazendo, o que faria com que homens e mulheres comuns o soubessem ou fizessem melhor? Abre-se uma perigosa brecha para a instauração de uma indiferença que, com relação aos assuntos públicos, é sempre perigosa.

A despolitização manifesta-se quando passamos a considerar a “verdade” do especialista como “absoluta”. Assim que passamos a considerá-lo, eles delimitam a esfera da ação política. Quando esse “equivoco” da especialização se torna endêmico, temos uma situação em que a especialização interrompe a formação genuína de opiniões no âmbito político. Tal difusão é problemática porque significa o colapso completo do domínio político como domínio da opinião (Barbi, 2018, p. 94).

Assim como acontece com a mentira, a mentalidade puramente científica levada ao extremo se torna contraproducente: a sua vitória total implica, *mutadis mutandis*, a eliminação dos cientistas que, ao fim e ao cabo, se tornam tão supérfluos quanto os demais homens e mulheres. Em um cenário de agudo desenvolvimento tecnocientífico, somado à utilização dessa mentalidade científica no âmbito da política, a clássica formulação de Clausewitz de que a guerra pode ser interpretada como a continuação da política por outros meios é atualmente inaplicável; ao contrário, cada vez mais se desvela atualíssima a assertiva de Bobbio (1997), para quem a violência – e, com ela, inequivocamente, também a guerra – nem é a política por outros meios, tampouco a parteira da história, mas, muito mais provavelmente, a sua coveira¹⁹⁵.

No entanto, essa imersão no meio tecnocrata, entendido como a utilização de dispositivos tecnológicos e epistocráticos nos processos de tomada de decisão, e o consequente desvencilhamento da realidade que envolve os resolvedores de problemas e os criadores de imagens, encontra limitações na própria ação. “O criador de imagens convicto cai em erro ao acreditar que pode antecipar as transformações mentindo sobre questões factuais” (Arendt, 2016e, p. 319). Mesmo que o mentiroso seja dotado de uma elevada capacidade imaginativa, seus engodos e embustes jamais conseguirão antecipar os próximos passos, porque a política é o campo da contingência e do inesperado. Dito de outro modo, mesmo a mentira organizada e seus modernos incrementos não consegue antever os processos ínsitos ao palco dos assuntos

¹⁹⁵ Ou ainda, na pena arendtiana: “[...] a guerra deixou de ser a *ultima ratio* das negociações que ocorrem em conferências, nas quais os objetivos da guerra eram assentados no momento da suspensão das negociações, de modo que as ações militares que eclodiam depois nada mais eram, de fato, que a continuação da política por outros meios. Aqui trata-se muito mais de alguma coisa que jamais poderia ser, de maneira natural, objeto de negociações, trata-se da existência [...] de um país e de um povo. Somente nesse estágio – em que a guerra não pressupõe mais como viável a coexistência das partes inimigas e só quer liquidar, de maneira violenta, os conflitos surgidos entre elas – a guerra deixou realmente de ser um meio da política e começa, na condição de guerra de extermínio, a romper os limites impostos à coisa política e, com isso, a se auto-exterminar” (Arendt, 2017, p. 91-92).

humanos, em que muitos atores colaboram para a efetivação de um dado evento ou para o início de um determinado processo. “A ação é um ‘nós’ e não um ‘eu’. Somente se fosse apenas eu, seria possível prever o que aconteceria. Isso faz parecer que tudo o que de fato ocorre é inteiramente contingente. Ninguém sabe o que vai acontecer apenas porque depende de uma quantidade enorme de variáveis” (Arendt, 2021, p. 551).

Por fim, a imersão no meio tecnocrata e a mentalidade científica acenam para outra característica comum a criadores de imagem e resolvedores de problemas: ambos acreditam mais na sua capacidade cognitiva para resolver problemas na arena pública do que na sua habilidade de aprender com a experiência. Esse atributo, porém, não é uma prerrogativa inaugurada por eles, porquanto já estava presente nos ideólogos que lhes antecederam que, mesmo sem dispor de sua *expertise*, compartilhavam do mesmo objetivo: proteger os homens do impacto da realidade e diluir sua confiança na experiência como fonte de aprendizado, especialmente no que concerne à política. Sua incapacidade de lidar com a realidade os faz com frequência recorrer a analogias que, assim como os clichês, possuem a função de apartar os homens da realidade com a finalidade de enquadrá-la às ideologias vigentes ou na tentativa de confirmar as imagens que eles próprios defendem. Ao fim e ao cabo, incapazes de enfrentar a realidade em seus próprios termos, compreendendo-a a partir de seu aparato mental singular, lhes é mais fácil substituir os termos do real por analogias. Dessa feita, a proteção da realidade empreendida pelo uso corrente de analogias tanto possui o potencial para esquivar os homens do exercício de pensar sobre cada evento, encontrando suas singularidades, como também para colaborar com uma mentalidade que, sem dificuldades, legitima massacres.

Entretanto, apesar desses vícios comuns, o advento dos resolvedores de problema nos aparatos governamentais se deve justamente a tentativa de escapar dos equívocos cometidos pelos próprios ideólogos: diferentemente dos últimos, que acreditavam em visões de mundo, os primeiros se fiavam em métodos (Arendt, 2015). Na tentativa de superar tal malogro, os resolvedores de problemas podem ceder à tentação alterar o passado, o presente e o futuro. Tal deturpação, na ótica arendtiana, possui consequências funestas para a política:

Se o passado e o presente são tratados como partes do futuro – isto é, levados de volta ao seu antigo estado de potencialidade – o âmbito político priva-se não só de sua principal força estabilizadora como do ponto de partida para transformar, para iniciar algo novo. O que começa então é a constante mudança e confusão em absoluta esterilidade, característica de tantas nações jovens que tiveram a má fortuna de nascer na era da propaganda (Arendt, 2016e, p. 319).

Todavia, diferente dos esforços, da astúcia e do empenho dos assessores de mentalidade científica, a trama de embustes e auto-embustes revelada nos Documentos não

surpreendeu a população americana, de modo geral, haja visto o abismo que, gradativamente, cindiu governantes e governados e culminou com a baixa popularidade de Eisenhower e, posteriormente, de Nixon. Nesse contexto, cabe o seguinte questionamento: se os funcionários do governo americano, por maior que tenha sido o seu engenho, não conseguiriam enganar a população, teriam sido eles mesmos as principais vítimas de suas próprias invencionices? Daniel Ellsberg, resolvidor de problemas que participou da redação dos Documentos e que, posteriormente, os compilou e entregou ao *The New York Times*, denominou esse processo de *auto-embuste interno*: nas condições dos aparatos burocráticos atuais, o embuste não apenas finda em auto-embuste, mas se inicia com ele, demonstrando com que facilidade a verdade factual pode se perder nos labirintos burocráticos, cujos círculos internos a substituem pela preocupação em confirmar as imagens criadas e recriadas.

Provavelmente em vista de seus altos cargos e impressionante auto-segurança, estivessem tão convencidos de seu sucesso irresistível não no campo de batalha, mas na arena das relações públicas, e tão certos da firmeza de suas premissas psicológicas sobre as possibilidades ilimitadas na manipulação das pessoas, que *anteciparam* uma crença e vitória gerais na batalha pelas mentes das pessoas. E como eles, de qualquer modo, viviam num mundo desfactualizado, não foi difícil dar tão pouca atenção ao fato de que a platéia se recusava a ser convencida quanto a outros fatos. O mundo interno do governo com sua burocracia de um lado, e sua vida social, de outro, fizeram o auto-embuste relativamente fácil. Jamais uma torre de marfim de eruditos preparou melhor as mentes para ignorar fatos da vida do que o fizeram os diversos centros de assessoramento para os resolvidores de problemas, e a reputação da Casa Branca para os assessores do presidente (Arendt, 2015, p. 38-39).

A verdade é que a burocracia ofereceu aos criadores de imagem e aos solucionadores de problemas um espaço profícuo não apenas para o estabelecimento de um estado de coisas em que as fronteiras entre sigilo, embuste e auto-embuste são diluídas, mas, principalmente com relação ao último, já que com frequência tais funcionários perdem qualquer contato não apenas com a platéia para a qual dirigem seus engodos, mas também com o próprio mundo. Seu afã de equacionar problemas políticos com impasses mensuráveis e manipuláveis fez com que eles tivessem interpretados os relatórios que recebiam das agências de inteligência não com base em juízos singulares, mas como a possibilidade de aplicar sobre o real as técnicas de cálculo de resultados na qual possuíam *expertise*. A sua atuação desastrosa acena, assim, não apenas para a sua ausência de julgamento, mas principalmente para o quanto as verdades puramente matemáticas são insuficientes para evitar o malogro em política.

6.3 Tomadores de decisão (*decision-makers*) e os processos de resolução das burocracias governamentais

Quanto maior é a burocratização, maior a atração pela violência. Em uma burocracia plenamente desenvolvida não há ninguém a quem se possa inquirir, a quem se possam apresentar queixas, sobre quem exercer as pressões do poder. A burocracia é a forma de governo na qual todas as pessoas estão privadas da liberdade política, do poder de agir; pois o domínio de Ninguém não é um não domínio e onde todos são igualmente impotentes temos uma tirania sem tirano (Arendt, 2011a, p. 101).

Logo no começo de “A mentira na política: considerações sobre os Documentos do Pentágono”, Arendt deixa entrever que a divulgação do relatório sigiloso solicitado pelo Secretário de Defesa Robert MacNamara a sua equipe de resolvedores de problema representou uma profícua oportunidade para aprender o *modus operandi* “dos processos de tomada de decisão do governo” (Arendt, 2015, p. 14), porquanto suas páginas desvelam a estrutura do aparato governamental estadunidense e de suas reais pretensões entre 1945 e 1967.

Com efeito, os Documentos comprovaram que não era apenas um grupo de especialistas que não dispunham de cargos publicamente disputados que estava comprometido com a inveracidade, mas que, ao contrário, os mais altos escalões do governo compartilhavam desse mesmo empreendimento, ratificando que a mentira se converteu em componente central dos mecanismos de tomada de decisão governamental. Assim, é dos cargos elevados da burocracia governamental que Arendt aponta o último *tipo* de participantes dos processos de tomada de decisão: os *decision-makers*, os tomadores de decisão, aqueles que mais frequentemente conhecemos as faces públicas e a quem, efetivamente, como o próprio termo denota, cabe o poder de definir os rumos das políticas nacionais. Parte deles possui cargo publicamente instituído mediante participação popular, como o presidente dos Estados Unidos, enquanto outros, mesmo não tendo sido eleitos via sufrágio universal, são figuras conhecidas da população, seja mediante aparições na imprensa, seja através de pronunciamentos oficiais, como o próprio Secretário de Defesa McNamara. Ambos são exemplos de *decision-makers*.

O contexto a partir do qual é retraçado o perfil dos tomadores de decisão é problemático. Ele é apresentado por Arendt ainda na Parte I de “A mentira na política: considerações sobre os Documentos do Pentágono”, quando ela argumenta que o presidente norte-americano é “passível de ser uma vítima ideal de completa manipulação” (Arendt, 2015, p. 18). Por conta da abrangência de seu ofício, com frequência o Chefe de Estado se cerca de assessores que, atuando em áreas específicas, filtram as informações que serão transmitidas ao político, resumindo-as e interpretando-as para ele. Se o inchaço da máquina governamental certamente ampliou as demandas dos presidentes, o que torna inviável que eles participem

efetivamente de todo o processo de realização de estudos, de confecção de relatórios e memorandos, de reuniões, entre outros procedimentos de rotina, por outro lado, eles somente conhecem o seu país a partir da compreensão de seus assessores, e não a sua própria. Por tal constatação, Arendt assevera: “o presidente [...] é a única pessoa deste país cuja possibilidade de escolha pode ser predeterminada” (Arendt, 2015, p. 18), além de ser ele também facilmente iludível pelos *scripts* e exames marcadamente parciais de seus assessores, o que nos leva a constatar que “se o cidadão número um do país se entregou à mentira, então é óbvio que a mentira penetrou nas rubricas e na estrutura da política, permeando o governo” (Nnamdi, 2019, p. 17). Alguns anos depois, o ex-secretário geral norte-americano Henry Kissinger (2011, p. 27) descreveu vividamente esse processo: “os altos cargos ensinam a tomar decisões, não a sua substância”.

Certamente tal assertiva não pode ser considerada um atenuante aos políticos profissionais, ou uma legitimação para a tendência em se esquivar da responsabilidade, inclusive, sobre os desmandos realizados pelo seu próprio governo. Porém, demonstra até que ponto a organização burocrática colabora para a desfactualização, a cisão entre a tomada de decisão e a verdade factual, afastamento que atinge não apenas as equipes de criação de imagens e de resolução de problemas, mas também aqueles que determinam os rumos da *Realpolitik* a partir dos documentos e da linguagem imagética produzidos por elas. Além disso, a desfactualização comprova que o conhecimento especializado proveniente de uma mentalidade científica, ao ser introduzido na política, pode se reverberar com inaudita facilidade em tomar os eventos e os processos como resultados inexoráveis de regras necessárias e que, como tais, podem ser calculados e manipulados. A verdade é que “o modelo burocrático desalojou por completo a realidade: os fatos duros e inflexíveis, que tantos analistas da inteligência foram regamente pagos para coletar, foram ignorados” (Arendt, 2015, p. 27). O resultado advindo da substituição da verdade dos fatos pela mentira organizada ultrapassa meros equívocos de interpretação, mas equivale a perda de sentido com o qual os homens se orientam no mundo.

Ademais, a desfactualização é fomentada pela burocracia porquanto as avaliações, os estudos de natureza diversa, assim como todo tipo de documentação oficial, não são realizados pelos tomadores de decisão, que muitas vezes permanecem alheios aos seus processos, mas às equipes de criadores de imagens e de resolvidores de problemas. Os *decision-makers*, nesse sentido, eram meros executantes das recomendações, dos relatórios e das análises produzidas, especialmente, pelos resolvidores de problemas.

Além disso, a setorialização do aparato governamental com frequência demonstra que é perfeitamente possível que um setor seja completamente alheio ao que outro executa, em

um estado de *restrição exagerada* de informações em que é impossibilitado tanto ao povo quanto aos próprios tomadores de decisão formar opiniões politicamente válidas, mantendo-se assustadoramente alheios aos fatos¹⁹⁶. “E isto é assim não porque uma mão invisível deliberadamente os desencaminhe, mas porque trabalham em tais circunstâncias e com tais hábitos mentais que não lhes permitem nem tempo nem boa vontade para caçar fatos pertinentes em montanhas de documentos, 99,5% dos quais não deveriam ser restritos e a maior parte dos quais são irrelevantes para qualquer finalidade prática” (Arendt, 2015, p. 35).

Mesmo que os documentos produzidos pelas agências de inteligência e interpretados pelos resolvedores de problemas possam ser caracterizados pela sua objetividade enciclopédica, consequência de sua mentalidade científica e da redução da política à imagem, não se pode esquecer que eram redigidos por homens, e não por computadores, e que tais homens por trás das máquinas de escrever, dos telefones e dos teletipos – assim como dos atuais computadores – possuem preferências e estão sujeitos a estados de ânimo que podem interferir em suas ponderações: pode-se, por exemplo, optar por sugerir uma manobra militar em detrimento de outra, assim como arrazoar que determinada assertiva tenderá a produzir melhores resultados. Assim, o que os Documentos do Pentágono também ratificaram foi que, se por um lado, “algumas vezes se tem a impressão de que foi um computador e não tomadores de decisões que foram soltos no sudeste asiático” (Arendt, 2015, p. 40), ainda mais premente é que o afastamento da realidade impediu que suas técnicas e estatísticas conseguissem se acerrar do fato incontestável de que durante a intervenção militar na região da Indochina de 1945 a 1967, muito risco foi corrido em troca de pouco lucro a ser obtido. Daí depreende-se porque, mesmo com tamanho apelo ao cálculo de consequências e a redução das ações a meios para fins ulteriores, o resultado obtido pela política estadunidense foi o oposto do que previam criadores de imagens, resolvedores de problemas e tomadores de decisões, incapazes de compreender que mesmo uma grande potência é sempre limitada pela existência de outras potências, constatação antagônica à imagem que ambicionavam difundir.

Também nesse sentido o contexto da Guerra do Vietnã é exemplar: concomitantemente com a confusão e a difusão de mentiras, destaca-se uma espantosa ignorância dos tomadores de decisão norte-americanos sobre relevantes informações acerca da

¹⁹⁶ Examinando como isso se dá na prática das disfuncionalidades da burocracia, Arendt (2015, p. 34-35) assevera: “É de surpreender que *Os Documentos do Pentágono* fossem preparados durante tantos anos sem que as pessoas da Casa Branca, no Departamento de Estado e no Departamento de Defesa tivessem conhecimento do estudo; mas ainda é mais surpreendente que, após o seu término, com coleções despachadas em todas as direções dentro da burocracia do governo, a Casa Branca e o Departamento de Estado fossem incapazes até mesmo de localizar os quarenta e sete volumes, indicando claramente que os que deveriam estar mais interessados no que o estudo relatava nunca tinham postos os olhos nele”.

história, da política e da geografia vietnamita. Fatos de conhecimento público, como as reverberações da Revolução Chinesa para o Vietnã, a disputa que envolvia Moscou e Pequim e, ainda mais importante para as pretensões norte-americanas, que o povo vietnamita resistia a invasões estrangeiras com sucesso a, pelo menos, dois milênios, não foram considerados em nenhum momento na tomada de decisão. Na verdade, a própria equivocada interpretação dos criadores de imagem e dos resolvidores de problema e que, em grande medida, foi corroborada pelos tomadores de decisão, de que se tratava de uma pequena e atrasada nação, era mais uma prova de que tais assessores ou eram ignorantes quanto a milenar história e cultura vietnamitas, ou menosprezaram tais fatos e, com isso, não os levaram em consideração nos processos decisórios. A pura ignorância e a negligência deliberada se tornaram as principais marcas do *establishment* já que criadores de imagem, resolvidores de problema e tomadores de decisões não careciam de fatos ou informações acerca da verdade factual; ao contrário, como eles dispunham de teorias para validar suas ações, tal como aconteceu com a teoria do dominó, os dados que não coadunavam, ou que não pudessem figurar como premissas lógicas advindas desse estado de coisas desfactualizado, eram cabalmente negados ou completamente ignorados. A desfactualização e as resoluções de problemas foram bem-vindas porque o menosprezo pela realidade era inerente às próprias políticas e objetivos. “O que eles precisavam saber da Indochina [...] quando ela não passava de um teste ou um dominó, ou um modo de conter a China ou provar que *somos* a mais poderosa entre as superpotências?” (Arendt, 2015, p. 45).

Na interpretação de Barbi (2022), tal ocaso burocrático da ação se radica nas experiências políticas avindas de contextos democráticos. O que à primeira vista pode parecer contraditório, é tratado pelo autor nos seguintes termos: mesmo em um tipo ideal de regime participativo, mormente aqueles com maiores dimensões territoriais e com uma quantidade significativa de eleitores, existirão questões técnicas que devem ser resolvidas e estas, obviamente, não ficarão ao encargo do *demos*, mas de instituições e especialistas com a *expertise* necessária para resolvê-las. Porém, se tal delegação não implica necessariamente na redução da ação a um mero meio, isso seria logrado devido a salvaguarda da manutenção de espaços em que os cidadãos podem debater sobre os objetivos do corpo político, enquanto caberia ao aparato estatal apenas identificar os meios para alcançá-los. Entretanto, tal visão simplista acaba por se olvidar de que mesmo nesse cenário ideal, “os meios estarão sempre nas mãos de quem melhor os souber conceber – os especialistas” (Barbi, 2022, p. 397). Dessa feita, não é acidental que quem concentra o poder de decidir e de conhecer os meios, acabe, em algum momento, tentando a convertê-los em fins.

O crescimento da influência dos assessores descritos anteriormente com relação aos tomadores de decisão é proporcional ao afastamento do Executivo com relação ao Legislativo. Mais particularmente, “é o resultado de nosso sistema de governo em que o senado está sendo privado, ou reluta em exercer, seus poderes de participação e assessoramento na condução de assuntos externos” (Arendt, 2015, p. 18). Sem o debate e o intercâmbio de perspectiva entre os poderes, o processo de tomada de decisões fica exposto a “transitórios modismos e tendências da sociedade – no nosso caso, as excentricidades de nossa sociedade de consumo e dos encarregados das relações públicas que a abastecem” (Arendt, 2015, p. 18-19).

Assim, tanto o Senado quanto o Congresso têm sua participação nos processos de tomada de decisão restrita, limitação que é diretamente proporcional ao crescimento da atuação dos burocratas de mentalidade científica. Tais trâmites decisórios amiúde prescindem de deliberação nessas casas, porquanto se baseiam mormente nos relatórios das agências de inteligência, bem como nos documentos e nas recomendações sugeridas pelos resolvidores de problema e pelos criadores de imagem, registros que, por sua vez, são lidos e interpretados pelos assessores dos tomadores de decisão, a quem cabe apenas o veredito final do que será ou não realizado. A consequência indiscutível desse processo é que participar efetivamente deles tende a ser cada vez mais um privilégio de poucos, pois, se por um lado, uma pretensa saída para a dicotomia entre ciência e política no palco burocrático recairia na indispensável contenção da autonomia dos especialistas, o que seria logrado mediante a manutenção da esfera pública e a *expertise* mínima que devem ter os tomadores de decisão, quando nem um nem outro acontecem, ou seja, quando os espaços potenciais de participação popular são minados e quando os tomadores de decisão desconhecem completamente os meandros dos processos decisórios e as informações elementares sobre os problemas com os quais se defrontam, um acordo básico que mantenha os fins políticos na posição efetiva de fins e os meios científicos na categoria dos meios parece inalcançável¹⁹⁷.

Por fim, no que cabe a uma analítica do perfil e do *modus operandi* da atuação dos tomadores de decisão, é importante ressaltar a mudança de comportamento, de intenção e de ânimo com relação a esse grupo no decorrer das décadas, inclusive, com relação à própria

¹⁹⁷ Habermas (1987) se confrontou com esses dois polos, a saber, a possibilidade de manutenção dos fins políticos e a demarcação dos meios científicos em um contexto de governança burocrática, e alcançou como possível equilíbrio a via pragmática. Porém, o que se mostra mais factível na experiência política dos tempos sombrios não é o pragmatismo habermasiano, mas a prevalência da mentalidade científica às expensas de um ponto de vista verdadeiramente político, pois um equilíbrio entre esses dois polos somente seria viável se desacordos acerca dos próprios meios e fins em um dado contexto político estivessem ausentes. Na prevalência de desacordos, não parece factível que os cidadãos comuns e os próprios tomadores de decisão disponham das ferramentas para significar e manter intactas as distinções entre as decisões políticas e as chancelas epistêmicas.

produção do relatório “História do processo de tomada de decisão em política vietnamita”. Nesse caso, o Secretário de Defesa Robert MacNamara é um exemplo paradigmático: foi sua a solicitação para a equipe de 36 especialistas, entre civis e militares chefiados por Leslie Gelb, da produção de um documento detalhado e sigiloso para descobrir, desde o governo Truman (1945-1953) até a administração Johnson (1963-1969), quanto o governo americano tinha mentido sobre as intervenções no Sudeste Asiático. Para lográ-lo, o relatório deveria ser feito a partir de cem perguntas, respondidas a partir de registros factuais.

Na interpretação de Arendt, a iniciativa de MacNamara de perquirir o que havia dado errado, em qual momento e por quê, representou, “pelo menos por alguns instantes, a reputação deste país no mundo [...]. É como se toda esta gente envolvida numa guerra injusta e diretamente comprometida com ela de repente se lembrasse o quanto deviam ao ‘decente respeito de seus ancestrais pelas opiniões da humanidade’” (Arendt, 2015, p. 46).

Na entrevista com Roger Errera, Arendt argumenta que a atitude de MacNamara de ter solicitado o relatório a uma equipe mista, composta tanto por resolvidores de problemas do governo quanto exteriores à administração, é tipicamente americana e, portanto, dificilmente teria acontecido em países europeus, cuja razão de Estado tenderia a utilizar o próprio aparato a fim da manutenção do *status quo*, inviabilizando que as informações obtidas viessem à público¹⁹⁸. Tal fenômeno, *stricto sensu*, se relaciona com os *arcana imperii* mencionados anteriormente e que, devido às transformações da burocracia no século XX, foram atualizados para a dicotomia entre *o poder oculto porque se oculta*, que remonta aos segredos de Estado tradicionalmente conhecidos, e *o poder que oculta*, que se radica na perspectiva de que, em política, há mentiras úteis, o que confere uma aura de “legitimidade” para que governantes induzam a um estado de falsidade tanto a nível exterior (ou seja, com relação aos outros países) como interior (no que tange aos próprios governados), contanto que os fins o chancelem. “Daí a *communis opinio*, na doutrina da razão de Estado: os governantes que detêm o poder, podem e devem defender-se dos inimigos externos e internos e, por isso, têm o direito de mentir, ou seja,

¹⁹⁸ “Errera – Seria possível imaginar um ministro europeu, ao ver sua política prestes a fracassar, encomendar a uma equipe de especialistas externa a seu governo um estudo cujo objetivo seria ... Arendt – Não foi *extérieur de l’administration*. Eles vieram de todos os lugares e também de ... Errera – Mas pessoas de fora do governo também estavam envolvidas. Então, você poderia imaginar um ministro europeu na mesma situação encomendar um estudo desse tipo para entender como tudo aconteceu? Arendt – Claro que não. Errera – E por que não? Arendt – Por causa da razão de Estado [...]. Ele teria imediatamente começado a acobertar. Do lado oposto está a atitude de MacNamara [...]. Essa é uma atitude americana. Ela mostra que na época as coisas ainda iam bem, apesar de ter dado errado. E iam bem porque ainda havia MacNamara, que queria saber. Ele disse à sua equipe de estatísticos: descubram o que aconteceu, descubram a razão para tudo ter dado errado – e aí toda a bagunça foi descoberta” (Arendt, 2021, p. 552).

tanto o de *simular*, isto é, o de fazer aparecer aquilo que não é, quanto o de *dissimular*, isto é, não fazer aparecer aquilo que é” (Lafer, 1995, p. 22, grifos do autor).

Assim, a liberdade de contar com funcionários do Estado para a realização de um estudo que comprovasse as falhas do próprio Estado somente é possível em um governo das leis, e não dos homens. Entretanto, a *res publica*, com o advento da esfera social, com o desenvolvimento tecnocientífico e com a economia do desperdício na qual se radica a participação dos criadores de imagem nas burocracias governamentais, permanece sob a ameaça: os homens comuns, na ausência de espaços institucionais que lhes assegurem participação efetiva e, com ela, desfrutar da felicidade pública, passam a equacionar felicidade com deleites privados e materiais, difundidos via comunicação propagandística.

Porém, Arendt acreditava que o empenho de MacNamara em conhecer as etapas do processo de tomada de decisão, desconhecidas inclusive para ele, um tomador de decisões por excelência, não são mais comuns nem mesmo em um governo da lei. Para a autora, porquanto essa “atitude desapareceu da política americana em seu mais alto escalão”, se cada vez mais aqueles que definem os rumos da política estão não apenas mais alheios aos procedimentos com os quais se comprometem, mas, principalmente, menos interessados em conhecê-los, é porque “essas pessoas já acreditavam antes na construção de uma imagem”, mas agora “querem que todos acreditem na imagem, ninguém deve olhar além dela e isso, é claro, é uma realidade política inteiramente diferente” (Arendt, 2021, p. 553).

6.4 *E pur si muove!* A e-burocracia e os algoritmos

A conclusão de que a forma típica moderna de organização em larga escala é na verdade hierárquica, impessoal, automatizada, é difícil de evitar. É uma questão de modificações ou variações dentro e à volta do modelo burocrático de Weber, mais do que a sua substituição (Rego; Pina e Cunha; Wood Jr., 2010, p. 88).

Apesar da mais antiga biografia de Galileu Galilei, escrita pelo físico Vincenzo Viviani, não mencionar a famosa frase imputada ao filósofo, matemático e físico quando, em 1633, ele compareceu ao Tribunal da Inquisição a fim de renegar a teoria heliocêntrica, a expressão “*E pur si muove!*” se perpetuou como a sentença proferida pelo cientista após escapar da sentença de morte, mas ser condenado à prisão domiciliar, que cumpriu até morrer. Progressivamente, ela passou a ser utilizada também a fim de sinalizar objetos, pessoas e processos que continuam a se mover, independente de esforços contrários. Porém, como a menção a Galileu e a frase a ele imputada colaboram com o exercício argumentativo aqui empreendido?

Em primeiro lugar, é mandatório destacar que desde o aparecimento da burocracia como forma de governar, uma de suas características é a adaptabilidade. No século XIX, surgiu como forma híbrida de governar colônias, sem recorrer nem ao *telos* da anexação, nem à tentativa de reproduzir nesses territórios as instituições políticas das nações europeias. Entretanto, o alheamento e o ideal de racionalização fizeram com que rapidamente a gestão burocrática fosse adotada pelo Velho Continente, onde ganhou contornos mais bem delineados, até alcançar os extremos dos regimes totais. Com o desenvolvimento tecnocientífico que caracterizou os séculos XX e XXI, essa forma de dominação ganhou força e se firmou como modelo de gestão pública e privada. Com efeito, a atual utilização dos recursos de tecnologia da informação nos aparatos governamentais e a permanência da burocracia demonstra que *e pur si muove!*

Por outro lado, a figura de Galileu é retrçada no capítulo final de *A condição humana*, ocasião em que Arendt descreve que a Era Moderna, cujo ponto de inflexão é predominantemente científico, teve origem com três eventos: a descoberta da América e as grandes navegações, a Reforma Protestante e a expropriação de parcela significativa da população da proteção da família e do lar, ou seja, da posse privada de um mundo comum, e a invenção do telescópio e o início da ciência moderna. Dentre eles, o último foi aquele que mais retrçou as faces da modernidade, porquanto montou o palco para um mundo novo, “inteiramente determinado por uma ciência e uma tecnologia cuja verdade objetiva e conhecimento técnico [*know-how*] e prático decorrem de leis cósmicas e universais” (Arendt, 2016b, p. 332).

Visto que se tornou lugar comum indicar que nesse mundo regido por leis científicas, a capacidade de criar a vida é diretamente proporcional ao potencial de destruí-la, mais importante para a presente Tese é reiterar que o sucesso da ciência moderna, cujos precursores são Galileu e Newton, inauguraram uma mentalidade científica que gradativamente migrou da empiria para o palco dos assuntos humanos, tal como comprova a importância dos especialistas para o aparato burocrático governamental. Como “a situação criada pelas ciências tem grande importância política” (Arendt, 2016b, p. 4), é mister identificar de que modo a forma de governar analisada se utiliza dos incrementos tecnocientíficos, se tornando ainda mais amorfa, mais especializada e, de modo ainda mais premente, o governo de uma minoria experiente cada vez mais minoritária, às expensas do alheamento da maioria. É o que será feito a seguir, a partir da internet e dos algoritmos.

6.4.1 A e-burocracia

Como os homens podem viver em um mundo estabelecido e sustentado por forças tecnológicas que estão além da compreensão mesmo do mais bem informado leigo, que se baseiam nos resultados obtidos por processos matemáticos que insistentemente se recusam a ser traduzidos de volta para a linguagem do mundo de nossos sentidos? (Arendt, 2021, p. 462)

O processo iniciado por Galileu no século XVII certamente adquiriu contornos muito mais drásticos do que previu o seu iniciador. Em “Sobre a condição humana”, ao descrever os impactos da tecnologia para uma sociedade de trabalhadores e consumidores, Arendt conceitualiza o processo de *cibernetização*. Trata-se de um fenômeno novo que, diferente da Revolução Industrial, “que consistiu na substituição da força muscular, não da força cerebral” (Arendt, 2021, p. 371), ganha contornos mais bem delineados com as máquinas assumindo cada vez mais definitivamente atividades que sempre imputamos à mente humana. Com efeito, a transformação de uma cultura material, tangível, para uma conectada, cujos paradigmas tecnológicos são as informações em rede, a diluição das fronteiras que distinguem o *online* do *offline*, as mensagens curtas, o imperativo de respostas rápidas e a velocidade retraçam o contexto atual, de tal modo que as instituições públicas paulatinamente seguiram tal paradigma tecnológico. Segundo dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2017), no que se refere ao uso de tecnologia pelos órgãos federais e estaduais, no ano da realização da pesquisa, 100% das instituições utilizaram computadores nas rotinas administrativas, 90% possuíam site próprio e sistemas de informação e bancos de dados digitais.

Tal processo de cibernetização denunciado por Arendt está inserido na *sociedade da informação*, na qual a régua para medir o sucesso de empresas públicas e privadas é a disponibilidade de recursos tecnológicos. Isso significa que a matriz tecnológica, mais recente herdeira do sucesso das ciências nos séculos XVI-XVIII e da crença no progresso ilimitado alcançado via desenvolvimento científico, é atualmente o fio condutor que vincula as relações econômicas, políticas e sociais, retrato pintado por Aguiar (2007, p. 12-13) nos seguintes termos: “a constituição da sociedade do conhecimento vai se realizando na medida em que não apenas o processo produtivo, mas o conjunto das relações estabelecidas no interior das sociedades passa a pressupor a mediação cibernética”. Nesse contexto em que as conexões institucionais, produtivas, sociais e políticas são mediadas por processos informatizados, não apenas o conhecimento se converte em matéria-prima e em mercadoria, mas o próprio sistema que estrutura as tecnologias da informação – e, portanto, o uso que se faz delas, assunto de interesse político – se difunde sob o formato de uma rede na qual a *internet* possui protagonismo

inconteste. Mais do que pretender descrever os efeitos sociais e científicos de tal virada, comparada por Adam Schaff (1995, p. 53-60) como proporcional à centralidade da propriedade privada para o capitalismo clássico, juntamo-nos a Aguiar (2007, p. 15), para quem é mandatório indagar em que medida os arranjos tecnológicos alteram as relações e instituições “e como isso se dá em relação às formas de governo, tanto nas suas formalidades quanto regime, forma de instituição e modo de ser da sociedade. Isto é, de que maneiras as instâncias definidoras e deliberadoras em relação à vida comum se efetivam. Trata-se, portanto, de indagar a respeito da legitimidade do poder nessa nova forma de sociedade”.

A questão que subjaz a esse cenário é retrçada pelo processamento das informações, que parece se situar no polo cada vez mais oposto ao do campo aplainado pela deliberação, pelo juízo e pelo diálogo, o que equivale a dizer que a primeira serve perfeitamente a formas de governo sem política. Nesse contexto em que dados não faltam, as perguntas que não encontram sucedâneo no modo como eles são transmitidos são: 1) A quantidade de informações caminha *pari passu* com a qualidade e com a verdade como elementos constituintes desses dados? 2) Porquanto neutralidade não é possível, a quem interessa que tais informações viralizem, enquanto outras permaneçam desconhecidas? Com efeito, a tecnologia, a conectividade e a virtualização (dos processos, das relações, dos governos e dos homens) não se voltam ou dependem, em última instância, de quem concentra o poder governamental, mas “com a reprodução do sistema que opera e controla as condições em que ocorrem a produção das mercadorias, as relações, a circulação das informações e o consumo. É como se o poder perdesse o seu centro, não para enfraquecer-se, mas para adquirir ubiquidade e inviabilizar uma estratégia de ação” (Aguiar, 2007, p. 16). Um poder sem centro que inviabiliza resistências e media a existência: idiossincrasias comuns a burocracias e às sociedades informatizadas. Não é difícil perceber a facilidade com a qual as duas se tangenciam e se completam.

O pano de fundo que vincula as duas faces da moeda posta pela díade *cibernetização-sociedade da informação* repercute a própria reestruturação do modo de produção capitalista que fomentou, um século antes, a expansão territorial e mercadológica como imperativo antipolítico de primeira grandeza. Porém, a ênfase nas novas tecnologias gera consequências para os governos: 1) A informação passa a ser matéria-prima (contexto no qual os saberes informacionais não são mais o meio para o desenvolvimento de novas tecnologias, mas as últimas estão desenvolvidas a ponto de possibilitar aos homens atuar sobre as informações, manipulando-as); 2) As reverberações do paradigma tecnológico dispõem de alta penetrabilidade (já que os conhecimentos e as informações perpassam toda a existência humana, quaisquer alterações neles ganham repercussões igualmente amplas); 3) A lógica e a

semântica da rede predominam nas relações (o que faz com elas sejam implementadas em todos os processos sociais e políticos, virtualizando-os); 4) Flexibilidade (o que permite rearranjos); 5) Convergência das tecnologias (elementos tecnológicos interligam diversas áreas do saber e, por tal interconexão, passam a ser as categorias a partir das quais os homens refletem sobre os processos, inclusive da política) (Castells, 2000). Esses predicados devem ser levados em consideração para que possamos entender a contextura que viabilizou o desenvolvimento da *e-burocracia*, entendida como a informatização dos processos burocráticos.

Segundo Carvalho (2020), o processo de digitalização dos aparatos burocráticos governamentais pode ser enquadrado em dois momentos. O primeiro remonta à aquisição de aparelhos como computadores, impressoras, *softwares* de edição de texto, de escaneamento e de registro de dados, a fim de substituir as máquinas de escrever e os teletipos. A ideia era tornar os processos de trabalho mais eficientes e conectados às novas tecnologias, além de viabilizar “a gestão mais eficiente de informações em setores relevantes, como no caso de arquivos, de recursos humanos e da contabilização de receitas e despesas públicas” (Carvalho, 2020, p. 123). O segundo período remonta à estruturação de departamentos de tecnologia da informação nos aparatos governamentais, incumbidos de

[...] planejar, formular e aplicar as diretrizes, as normas e os processos necessários para a implantação das políticas de governo eletrônico. Posteriormente, com a ampliação do acesso à internet, órgãos e entidades públicos passam a disponibilizar informações em sítios eletrônicos, permitindo algum tipo de contato e recebimento de demandas do público. Apesar das possibilidades de maior interação, proporcionadas pelas tecnologias da web, o foco das políticas de governo eletrônico, em geral, permanece o mesmo: aprimorar processos internos de trabalho sem alterações significativas na cultura e na lógica burocráticas sobre as quais se estruturam as relações que se estabelecem entre a administração pública e os cidadãos (Carvalho, 2020, p. 123).

Tal adaptabilidade demonstra que a combinação da tendência burocrática de se expandir com a devoção dos seus funcionários na lógica ínsita ao próprio aparelho torna a gestão burocrática praticamente insubstituível. Nem mesmo o advento da internet e, com ela, a substituição das pilhas físicas de papéis para os arquivos eletrônicos com planilhas e processos digitalizados dinamizaram seus processos ou acenaram para formas de dominação pós-burocráticas¹⁹⁹. Com efeito, a *e-burocracia* parece conferir novas faces – nem um pouco menos

¹⁹⁹ “[...] reproduziu-se no ambiente digital o conhecido modelo de organizar filas para disponibilizar fichas ou senhas de atendimento. Foram ignoradas as diversas possibilidades abertas pelas novas tecnologias, que permitem a realização do agendamento pela internet em qualquer horário, além da possibilidade de apresentação antecipada de informações necessárias à prestação do serviço ou, mesmo, a entrega deste de forma integralmente digital. Mencionem-se, ainda, como pontos negativos, a ausência de mecanismos de avaliação e a não utilização de dados gerados pela utilização do serviço pelos usuários como forma de aprimorá-lo” (Carvalho, 2020, p. 130).

kafkianas – àqueles que, tal como Joseph K., se veem enredados por seus meandros, que “agora ganharam um mundo paralelo, virtual, que reproduz suas incoerências e acelera seus vícios” (Rego; Pina e Cunha; Wood Jr., 2010, p. 36).

Esse fortalecimento da burocracia na era digital é agudizado também pela implementação de sistemas abrangentes e sofisticados de controle social. Por exemplo, enquanto a rede de computadores possibilita o acesso a informações pessoais de funcionários e clientes – o que inclui comportamentos e preferências –, os governos ampliam seus sistemas de segurança, o que se reverbera em mais câmeras nas vias públicas e mais policiamento²⁰⁰. Como visto, a burocracia tende a fomentar estados policiais tanto quanto se adequa a formas antipolíticas de governar. Na verdade, tais elementos são as duas faces da mesma moeda.

Para Gabriel (2003), se a jaula de ferro weberiana ofereceu uma potente e eficiente metáfora para a burocracia até meados do século XX, período em que a preocupação com gestões eficientes e racionalizadas foi preponderante, por outro lado, o atual desenvolvimento dos incrementos de vigilância, *pari passu* com o foco das organizações se voltar para o consumidor dos produtos e serviços – um consumidor cada vez mais ávido não apenas pelo útil e pelo funcional, mas por se sentir seduzido, alienado por aquilo que consome –, faz com que a metáfora não consiga mais abranger as especificidades da atual burocracia. Mediante tal constatação, ele propõe uma outra alegoria, a *jaula de vidro*, como metáfora mais adequada a gestão característica do século XXI, contexto em que tudo vira interesse público – fenômeno agudizado pelas redes sociais –, ao passo em que uma sociedade cada vez mais panóptica e orweilliana se afirma. Entretanto, diferente do que uma leitura desatenta de tais imagens poderia equivocadamente deixar entrever, “o declínio da jaula de ferro da racionalidade de Weber não nos trouxe a liberdade [...] nem a desolação da lei da selva”: ao contrário, “como material que gera, distorce e dissemina imagens, o vidro evoca tanto o brilho como a fragilidade das organizações da modernidade tardia” (Gabriel, 2003, p. 166).

Nesse sentido, se havia um otimismo inicial com relação à utilização da tecnologia em aparatos burocráticos, o que se depreende é que cada vez mais as decisões governamentais estão nas mãos de especialistas, até porque apenas eles possuem o *know-how* para acompanhar o desenvolvimento dos incrementos tecnológicos. Ademais, a esperança de que os especialistas desempenhassem algum tipo de mediação entre as informações do governo e os cidadãos

²⁰⁰ Na obra *The numerati*, Stephen Baker (2008) analisa como especialistas em estatística e tecnologia da informação examinam bases de dados para identificar, a partir do que os indivíduos acessam enquanto estão na internet, possíveis clientes, funcionários ou mesmo criminosos em potencial, e como tais informações são cruciais para as organizações burocráticas contemporâneas.

comuns, de modo que os últimos, mesmo destituídos da *expertise*, pudessem dispor dos dados suficientes para emitir opiniões politicamente válidas, deu lugar à agudização do desenvolvimento tecnocientífico e sua entrada maciça na política, inviabilizando quaisquer mediações entre especialistas e cidadãos.

Para Cavarero (2023), a internet e o advento das redes sociais colaboram para o estabelecimento de relações entre poder, multidões e tecnologia em que os fios da burocracia atual são tecidos. Na era dos *smartphones*, os políticos profissionais consolidam sua própria imagem a partir de *selfs*, em coreografias tecnológicas²⁰¹ que, mesmo não dispondo da coordenação dos filmes de Leni Riefenstahl, ainda assim acenam para um evento comum: a desfactualização da política e o apelo a uma *Realpolitik* personalíssima. Os acessórios são marcadamente mais tecnológicos, porém, não há nada de animador nisso: a artificialidade dos dispositivos é incorporada aos movimentos corporais, biológicos, o que se reverbera em um novo tipo de homem: não apenas um *animal laborans* desapegado das outras atividades que lhe conferem verdadeira face humana, mas um *animal conectado*.

Os cumprimentos fugazes que tradicionalmente vinculavam os cidadãos aos políticos, principalmente nos períodos eleitorais, cederam espaço para as ainda mais fugazes *selfies* divulgadas nas redes sociais – assim como as *lives*, deturpadas substitutas do espaço público, já que dispensam a presença física e a disposição para agir e discursar com os demais –, que mediam o cada vez mais superficial contato da população com os seus representantes. “O que vem à tona, nesta multidão, é o desejo de imortalizar um vínculo imaginário de intimidade com o líder, um vínculo que [...] toma forma e duração naquela fotografia que indivíduos não relacionados, narcisicamente excitados com a autoexposição, conseguiram fotografar sincronizando o seu gesto [...]. A liturgia das *selfies* é uma cerimônia festiva” (Cavarero, 2023, p. 93-94). Além disso,

²⁰¹ O escrito italiano Ivan Carozzi descreveu um cenário que se coaduna com as argumentações de Cavarero em um artigo publicado pelo jornal *Il Post*: “Saviani [líder do Partido Liga e ex-Ministro do Interior] sai para a rua e encontra, à sua direita e à sua esquerda, duas alas de uma multidão controlada por um duplo cordão policial. Todas essas pessoas estão espremidas em fila esperando por uma selfie. Saviani está preparado, visto que a mesma cena se repete em todos os lugares há algum tempo. Saviani desenvolveu uma *expertise* em relação à selfie e tornou-se um verdadeiro maestro de cerimônia. Ele gesticula e dá instruções técnicas em voz alta, não sem uma peremptória descontraída; ele aproveita o momento para fazer uma piada [...] depois pede às pessoas aglomeradas em fila para prepararem seus celulares. Então ele se aproxima do primeiro grupo, indica para onde proceder depois de tirada a foto, tira o telefone diretamente da mão de cada pessoa, com certa brutalidade, depois foca, sorri e atira. Ele se irrita até com quem chega com o celular não-preparado [...]. Enquanto isso, os policiais permanecem por perto para que a cerimônia das selfies ocorra sem incidentes. Mais do que celebrar seu poder, a multidão quer [...] um bom enquadramento para fotografá-lo com os smartphones que brandem. Braços que sobem com o telefone na mão, simultaneamente, como se fossem os braços de um só corpo. Como se esse corpo, em cujas mil extremidades aparecem os celulares, atuasse numa performance peculiar. A multidão entusiasmada compreende mimeticamente uma coreografia, um arranjo ordenado e coordenado de gestos e cliques” (Carozzi, 2019, s/p., grifo nosso).

Se é verdade [...] que o fenômeno das selfies com o líder político revela muitos aspectos da atual relação entre poder, massas e tecnologia, também é verdade que o “sujeito-coletivo” [...] se assemelha a uma multidão altamente individualizada e perfeitamente mimética no seu gesto sincrônico de se expor publicamente. Certamente não é uma pluralidade. Prova disso está no fato de que o próprio ato de participar – se é que ainda queremos usar esse verbo – já despojado o seu caráter de relação interativa, tolera até a postura das costas, a interrupção de todo contato visual, face-a-face, substituído pelo dispositivo pessoal da tela que reflete e fabrica, materializa e imortaliza, o vínculo de intimidade pública (Cavarero, 2023, p. 94).

Os adeptos mais ferrenhos do mundo virtual podem justificar tal mudança assentindo que a imagem registrada possui permanência maior do qualquer abraço ou aperto de mão. Entretanto, diferente do que uma leitura mais desavisada poderia supor, “embora a cerimônia seja coletiva, obtêm-se egoisticamente algo para si, ou melhor, obtêm-se um eu de forma duradoura, partilhado online e, portanto, hipervisível, na fotografia que imortaliza a ligação pessoal com o líder. Quase como se o individualismo narcisista fosse, hoje e paradoxalmente, o elemento estrutural das massas” (Cavarero, 2023, p. 91). Posto isso, pode-se afirmar que o individualismo, reformulado com o potencial de difusão imagética e propagandística da internet, faz com que formas antipolíticas de governar e tecnologia caminhem *pari passu*.

Esse individualismo em rede é um campo fértil para a disseminação de mentiras – as famosas *fake news* – e para a agudização da desfactualização. Por outro lado, ele é ampliado pela constante difusão de imagens e informações, o que mantém a população em peremptório estado de alerta. Ao descrever o fenômeno que denominou de *cultura participativa em rede*, Cavarero (2023) destaca que, arendtianamente falando, não há nada de participativo nesse processo; ao contrário, a defesa de Arendt na relação entre os indivíduos como nascedouro da política, o que implica na participação direta de uma comunidade plural de atores políticos, se fundamenta como um potente contraponto às formas de governar que se baseiam na *ausência conectada*, e não na *presença em um espaço físico real e compartilhado*. Assim, se a possibilidade do ambiente virtual de oferecer espaços de participação ainda anima alguns assessores de mentalidade científica, que defendem a hipótese de que os ambientes virtuais oferecem sucedâneo tecnológico e atualizado para a esfera pública, tal promessa não consegue resolver a antiga indagação acerca da exequibilidade de uma democracia direta²⁰². Levando em

²⁰² Arendt empreende uma leitura crítica acerca das democracias representativas por ponderar que a pluralidade, um dos alicerces da política, não pode ser plenamente representável sem recair em algum tipo de deturpação: dado que ela se afirma pela singularidade de cada indivíduo, a tendência da pluralidade é que ela seja irrepresentável. Em *Sobre a revolução* a autora critica a democracia representativa nos moldes estadunidenses por arrazoar que nela os cidadãos têm sua ação política restrita ao voto dado nas eleições. Antagonicamente a esse sistema político, Arendt sobrelevou a importância da existência de órgãos políticos cívicos que, destituído da antinomia *governantes versus governados*, formavam um domínio político que reivindicava direitos sem reivindicar soberania.

conta as atualizações que subjazem à essa problemática, a conjuntura retraçada pode ser colocada nos seguintes termos: existe algo que seja capaz de assegurar que aqueles que tomam decisões discricionárias utilizarão os aparatos tecnológicos a favor de sua própria deliberação, evitando, assim, quaisquer abusos?

Enquanto Arendt rejeita a ontologia individualista da tradição política moderna, substituindo o seu sujeito abstrato e atomizado por uma subjetividade corporificada e relacional, os defensores do autoritarismo digital transformam esse mesmo sujeito em um indivíduo ainda mais isolado [...]. Não por coincidência, esse indivíduo está permanentemente situado no isolamento do que Arendt chama de domínio privado. A ágora virtual funciona como uma rede imaterial que vincula indivíduos privados, que permanecem tão privados e isolados que a sua presença no espaço político virtual pressupõe a sua ausência física (Cavarero, 2023, p. 24).

Tal argumentação guarda semelhanças com as conclusões de Dias (2022) acerca da atualidade de um mundo de semblâncias, marcadamente antipolítico, cujas bases totalitárias – a propaganda, a solidão, a mentira organizada, entre outros atributos – adquirem novos contornos com o desenvolvimento tecnocientífico. Por outro lado, sua aparência menos apocalíptica faz com suas reverberações passem amiúde despercebidas, o que amplia sua coercitividade. A virtualização da política, então, bem como sua insípida tentativa de fazer da esfera virtual um simulacro deturpado da esfera pública, já que prescinde por completo da disposição para aparecer sem a qual dilui-se não só a esfera de aparência, mas o próprio poder enquanto componente da política, viabiliza não apenas que políticos de matriz autoritária ganhem força, como Trump, Bolsonaro, Erdogan e Orbán, mas que façam da ausência o solo ideal para aplinar discursos de ódio e mentiras que, por sua vez, criam uma “semblância de politização por parte de uma massa de indivíduos que se julgam politizados quando encontram coro para suas opiniões em alguns de seus pares que a replicam. Nesses grupos, todavia, a não adesão a uma ideia posta é vista como critério de exclusão” (Dias, 2022, p. 15).

Tais conexões virtuais dificilmente se reverberam em relações reais. “As multidões de selfies são altamente individualistas e estruturalmente não relacionadas. O fato de estarem juntas no mesmo espaço não se traduz em uma forma de relacionamento e, muito menos, em uma experiência de pluralidade” (Cavarero, 2023, p. 92). A consequência dessa contextura é o crescimento de movimentos e partidos cuja face autoritária é incontestável²⁰³, já que suas lideranças se utilizam da tecnologia para elaborar uma imagem positiva de si mesmas,

²⁰³ Sobre a ascensão do populismo e do autoritarismo em diversos países nas últimas décadas, é interessante notar que houve um aumento exponencial das vendas de *Origens do totalitarismo* no período. Nos Estados Unidos, o início desse incremento se deve ao movimento gerado pelos protestos contra Donald Trump, em especial dos livreiros independentes norte-americanos. Após essas ações coordenadas, a obra arendtiana chegou a alcançar a 25ª posição de livro mais vendido no jornal *USA Today*.

inaugurando uma espécie de tecnopopulismo (Cf. Urbinati, 2019; Bickerton; Accetti, 2021). Como com o incremento tecnocientífico os criadores de imagem ganham posição de destaque ainda maior nas burocracias governamentais, os integrantes da sociedade da *selfie* são divulgadores da imagem das próprias lideranças e, desse modo, eles mesmos se convertem em uma espécie de *image-making*, porém, destituídos do prestígio, da remuneração e da participação efetiva no processo de tomada de decisões.

Com o advento das redes sociais, o palco dos assuntos humanos se tornou cada vez mais alheio ao irromper de atos e palavras em vista do comum; ao contrário, em uma era em que tudo se torna espetacularizável, inclusive as mais privadas atividades, o político profissional se converte em uma celebridade, enquanto a turba de indivíduos que o acompanha é cada vez menos movida por opiniões políticas genuínas. Com a internet, a imagem ganhou ainda mais relevância, seja para pessoas físicas, seja para aparatos governamentais: afinal, não seriam as redes sociais uma espécie de vitrine a partir da qual a ambição dos *image-making*, difundir uma determinada imagem a nível global e com a rapidez de um *click*, se torna realidade? Conquanto ser e aparecer coincidem, sob dominação tecnocrática, visibilidade *online* é sinônimo de existência. O aparecimento físico, nesse contexto, é desnecessário, já que “a imagem é o inautêntico que decide sobre a realidade da situação” (Cavarero, 2023, p. 92).

6.4.2 Os algoritmos

O renascimento [...] de nossos medos mais comuns de que as armas científicas possam destruir toda a vida, de que a tecnologia desfigure crescentemente os homens, assim como ela já corrompeu a terra e obscureceu o céu (Arendt, 2011a, p. 115).

A *Realpolitik* exercida nas redes com frequência faz uso de dois tipos de jargões: em primeiro lugar, notabilizam-se aqueles vinculados à violência. *Guerra cibernética*, *desinformação armada*, *exército de trolls*, entre outros, são incluídos no burocratês anteriormente disponível, que fazia uso de um vocabulário predominantemente administrativo. Em segundo lugar, há a utilização maciça de expressões como *sociedade em rede* e *sociedade da informação*, que acenam não apenas para uma organização social voltada para a tecnologia, em uma semântica mais ampla, mas remetem ao uso intensivo de *softwares* que, por sua funcionalidade, tornam a rotina dos seus usuários mais confortável. Todavia, mesmo fazendo uso contínuo desses aparelhos, cada vez menos se sabe como eles funcionam e quais seus riscos.

A burocracia digital também apresenta outras ameaças, que se somam àquelas que subjazem as burocracias, de modo geral, e que se fazem presentes desde a sua origem, no século

XIX. Os algoritmos, por exemplo, decodificados por tecnólogos da informação para as grandes organizações públicas e privadas, fornecem as informações necessárias para o estabelecimento de uma linguagem “hipersimplificada, sensacionalista e excitante, modelada a partir da publicidade e dirigida a um público que procura a confirmação daquilo em que já acredita” (Cavarero, 2023, p. 23). Herzog (2021, p. 2) descreve que a hipersimplificação da linguagem algorítmica facilitou a sua utilização em diversos âmbitos, difusão que frequentemente passa despercebida.

A tomada de decisões algorítmicas desempenha um papel cada vez maior em nossas vidas. Os algoritmos nos recomendam livros, músicas e restaurantes ou alocam nossos turnos e tarefas no trabalho. Quando solicitamos um empréstimo, nosso pedido será executado por meio de um sistema de pontuação algorítmica. Os algoritmos apoiam as decisões de contratação e promoção. Decidem sobre priorização nas listas de espera para habitação. Programas algorítmicos também são usados no policiamento preditivo e em decisões de liberdade condicional. Os algoritmos há muito entraram nas esferas sociais e políticas nas quais os direitos básicos estão em jogo (Herzog, 2021, p. 2).

Para empreender uma análise dos algoritmos como um dos principais mecanismos digitais utilizados pela *e-burocracia*, é mandatório entender o que eles são. Segundo Herzog (2012), trata-se de procedimentos computacionais em prol da resolução de problemas matemáticos. Como necessitam de diversificadas etapas e operações numéricas, eles podem atingir um grau de complexidade que impõe que a decodificação feita pelos computadores acerca de seus signos seja cada vez mais eficiente e veloz. Para lográ-lo, sua linguagem é formulada de modo que os sistemas computacionais possam entendê-la, o que impõe que a fala comum seja transcrita para códigos formais aproximativos. Silveira (2017, p. 268) os define como “rotinas logicamente encadeadas”, ou ainda como “o conjunto de instruções introduzidas em uma máquina para resolver um problema bem definido [...] e sua sintaxe incorpora uma estrutura de comando para permitir que isso aconteça”. De modo amplo, “eles expressam uma solução computacional em termos de suas condições lógicas (conhecimento sobre o problema) a partir de estruturas de controle, ou seja, estratégias para resolver o problema”.

Um ponto importante para compreender as implicações da utilização dos algoritmos reside em seu próprio funcionamento: ao serem apresentados a um determinado problema, eles são independentes para encontrar as melhores soluções para resolvê-lo, e o fazem a partir de tentativa e erro, categorizando elementos – inclusive seres humanos – a partir da tarefa proposta pelos programadores e em vista de manter baixas as taxas de erro e altas as qualidades dos dados. Para tanto, utilizam duas formas de automação: “em primeiro lugar, automatizam o processo de submeter dados à análise, realizando tarefas que seriam impossíveis de executar

manualmente” e, em seguida, utilizam esses dados para “um segundo e muito diferente conjunto de operações: a tomada de decisões” (Barocas; Hood; Ziewitz, 2013, p. 5).

Porém, dois problemas advêm com frequência do seu uso: em primeiro lugar, como são os algoritmos que encontram as soluções mais adequadas para cada problema, muitas vezes não é viável nem mesmo para os programadores acompanhar os procedimentos que fizeram com que uma dada solução fosse artificialmente escolhida. Além desse, um segundo decorre do fato de que distorções em suas interpretações e, conseqüentemente, em sua resolução de vezes, mesmo cada vez menos prováveis, nem de longe são impossíveis²⁰⁴.

É necessário discutir as implicações das decisões automatizadas efetuadas por algoritmos que possuem a capacidade de aprendizagem ou de revisão a partir de informações obtidas após sua ação. O algoritmo utilizado pelo motor de busca do Google é desse tipo. A cada busca que fazemos, o algoritmo aprende com os temas que mais nos interessam, com as escolhas de links que fazemos e com outros elementos que conformam as nossas opções preferenciais. Assim, o algoritmo recolhe dados sobre nossas ações, nossas preferências e definem nosso perfil [...]. Nem os desenvolvedores que criaram o algoritmo conseguem saber como ele agirá depois de um tempo de funcionamento, pois ele aprendeu com os dados coletados [...], as decisões dos algoritmos possuem vínculo com sua origem, mas sua autonomia decisória é grande, difícil de estimar (Silveira, 2017, p. 274-275).

Se as primeiras opiniões sobre a sua utilização foram predominantemente positivas (cf. Peck, 2013; Tegmark, 2017), embasadas pela crença de que a inteligência artificial poderia auxiliar as instituições públicas e privadas a tomar decisões de maneira objetiva, desprovida do fator humano – preconceitos, estados de espírito, preferências pessoais, entre outros – que pode causar sérios entraves aos procedimentos burocráticos, além de auxiliar no antigo anseio por libertar os homens dos grilhões do trabalho e considerar que tais instrumentos tecnocráticos e epistêmicos protegeriam os processos de tomada de decisão de movimentos antipolíticos, pouco restou desse otimismo inicial. Com inaudita rapidez, teóricos começaram a arrazoar sobre como a utilização dos algoritmos poderia implicar no fim da privacidade e em novas formas de discriminação, atingindo drasticamente a parcela socioeconomicamente mais vulnerável, que não dispõe nem dos instrumentos tecnológicos para acessar tais recursos, nem do conhecimento para tanto. Para eles, o encolhimento dos espaços de deliberação fomentado pelo uso maciço

²⁰⁴ “Podem existir vários problemas, por exemplo, taxas de erro em diferentes categorias (como entre homens e mulheres que mudam de nome quando casam), o que pode levar a distorções. Dependendo de como os algoritmos são usados, o feedback pode ser distorcido. Por exemplo, se for utilizado um programa para classificar os candidatos entre aqueles que conseguem uma entrevista de emprego e aqueles imediatamente rejeitados, não há possibilidade de obter feedback sobre os candidatos rejeitados. É por isso que, para chegar a avaliações significativas, é preciso considerar a tomada de decisão algorítmica nos contextos em que é utilizada: é a combinação de vários fatores sociais e dos programas que leva a certos resultados” (Herzog, 2021, p. 6).

de algoritmos, especialmente em decisões empreendidas pelos governos, tende a ser ainda mais radical (cf. Kim, 2017; Eubanks, 2017)²⁰⁵.

Entretanto, no que concerne ao campo de interesse e de argumentação da presente Tese, é importante considerar que o uso de algoritmos é o ponto culminante de um processo que se inicia com o advento do social entre as esferas pública e privada – e, com ele, o ingresso de uma perspectiva economicista da existência humana –, da valorização do comportamento previsível em detrimento da ação espontânea – importância que justifica a utilização de teorias behavioristas nas ciências e na política –, do advento da ciência e da tecnologia – processo que remonta ao início da era moderna, com Galileu (a quem aludimos no título desse subcapítulo) e Newton nas ciências e Descartes na filosofia – e, por fim, da burocracia como forma de governar. Ao fim e ao cabo, trata-se de tendências antigas que ganham novos contornos.

No que tange ao uso de algoritmos pelos aparatos governamentais, é elucidativa a alusão de Howard (2015) de uma *Pax Técnica*, referindo-se ao arranjo socioeconômico e político em que instituições estão conectadas em prol da definição de padrões e análise de dados. Nesse sentido, para o leitor que se indague *para quem os algoritmos são usados*, é importante destacar que as decisões algorítmicas se coadunam perfeitamente com as hierarquias e setorializações da burocracia, de tal modo que é ingênuo considerar que elas abrem outros espaços que não os inacessíveis gabinetes dos resolvidores de problemas. Assim, compreende-se que mesmo que não sejam visíveis, sua programação e utilização não é neutra, como a própria *expertise* também não o é, tal como o próprio Weber (2012) asseverou ao argumentar que o ponto de vista “neutro” a partir do qual o especialista compreende o mundo é determinado pela perspectiva normativa que defende. Ademais, por sua natureza e utilização carecerem de visibilidade, mesmo que seus efeitos possam ser bastante contundentes²⁰⁶, não se trata de um arranjo democrático, mas que, por sua intangibilidade, tende a se espraizar.

²⁰⁵ Um dos criadores da linguagem de programação e, posteriormente, um dos pioneiros na investigação sobre as consequências da utilização da inteligência artificial nos processos de tomada de decisão, especialmente a nível governamental, Joseph Weizenbaum, se utilizou do marco teórico arendtiano afim de arrazoar sobre a redução da racionalidade à logicidade empreendida, inicialmente, pela abordagem tecnocrática baseada em modelos de conflito e escolha racional utilizados pelas agências de inteligência norte-americanas durante a Guerra Fria. Portanto, se trata “da própria possibilidade de colisão de interesses humanos genuinamente incomensuráveis e de valores humanos díspares, daí a existência dos próprios valores humanos” (Weizenbaum, 1976, p. 14).

²⁰⁶ O ponto nevrálgico dessa discussão é que a invisibilidade dos algoritmos contrasta com a tangibilidade de suas reverberações. Exemplo disso ocorreu nos Estados Unidos quando, em 2015, a Agência de Proteção Ambiental do país, em parceria com pesquisadores da Universidade de West Virgínia, descobriu que um *software* utilizado nos computadores de bordo dos carros da Volkswagen possuía um algoritmo que conseguia identificar quando os veículos estavam passando por testes e, naquele momento, reduziam a emissão de poluentes. Por outro lado, em uso comum, não havia quaisquer reduções, o que implicou em cerca de 482 mil carros comercializados entre 2009 e 2015 violando todos os parâmetros de legislação ambiental.

Abre-se, nesse ponto da argumentação, o espaço para uma importante diferenciação: mesmo que a burocracia, por ser o governo de uma minoria experiente às expensas de uma maioria inexperiente, sirva perfeitamente para governos cujo princípio de ação seja meramente ideológico, a primeira não ambiciona fornecer explicações totais, capazes de abranger passado, presente e futuro, mediante o conhecimento de leis supra-humanas, eternas e imutáveis, tal como a segunda pretende fazer. E é justamente por isso que

[...] o perigo que coloca no domínio político pode passar despercebido. Contrariamente à ideologia, os conselhos dos especialistas são muitas vezes divididos em questões-chave: por exemplo, alguns economistas defendem a austeridade, outros a intervenção. No entanto, estas verdades heterogêneas, embora claramente não absolutas, conseguem ter um forte efeito limitante. A perícia não delimita o político ao impor um ponto de vista particular (como faria a ideologia), mas delimita-o ao dificultar o acesso a diferentes e novos pontos de vista (Barbi, 2018, p. 94).

Ademais, se os próprios desenvolvedores não conseguem prever como os algoritmos resolverão problemas, e se eles se alteram constantemente para se ajustar aos diferentes revezes, como governantes poderão utilizá-los? Tal questão foge do escopo técnico, porquanto possui premência política, e pode ser exemplificada em algumas situações: 1) *softwares* utilizados por tribunais estadunidenses a fim de oferecer estatísticas de avaliação de risco que apoiem deliberações de procuradores e juízes têm, mais frequentemente, reproduzido o racismo judicial do país; 2) a ausência de regulação com relação à tecnologia e ao acesso à informação serve como justificativa para que o público desconheça ainda mais os processos que gerem os serviços prestados pelas instituições públicas, além de não prever nenhum tipo de punição para o vazamento de dados; 3) organizações públicas têm cada vez mais utilizado *softwares* para decidir sobre prioridade de atendimento e unificação das informações dos cidadãos, porém, os sistemas de pontuação utilizados podem falhar em escolher opções sobre quem será atendido primeiro, ou mesmo que terá acesso a determinado benefício; 5) os algoritmos utilizados por sites e redes sociais podem interferir drasticamente na política e nos processos eleitorais, especialmente pela propagação rápida de notícias falsas e pelo uso de *bots*. A eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil, comprova tal assertiva.

Os aparatos burocráticos e tecnocráticos com os quais Arendt lidou e direcionou seu esforço de compreensão, em comparação com a atual tecnologização da burocracia, ainda permitiam maior espaço para que os indivíduos pudessem aparecer uns para os outros. Atualmente, com a digitalização dos procedimentos, a internet e o uso de algoritmos, a tendência é que tais espaços sejam cada vez mais diluídos e que os indivíduos fiquem cada vez

mais condicionados a modos de encontro instrumentalizados. Se, em *A condição humana*, Arendt assegura que a ação e o discurso são as únicas atividades que não são mediadas por coisas, porquanto se realizam *entre-os-homens*, o que se desvela hoje é antinômico ao que foi descrito pela autora, já que cada vez menos se desenvolve um *entre* efetivo, e, quando há, ele é instrumentalizado, mediado por *smartphones*, *computadores* e *tablets*.

Herzog (2021) fornece um interessante exemplo acerca do desenvolvimento algorítmico da burocracia nas últimas décadas. No pós-Segunda Guerra Mundial, período efusivamente vivido por Arendt, era comum que *homme de lettres* se encontrassem em livrarias a fim de recitar poesias, discutir sobre os lançamentos e novas promessas literárias, ou até mesmo criar clubes de leitura. Atualmente, além desses encontros serem cada vez mais escassos e a própria quantidade de livrarias ser cada vez mais diminuta,

[...] esse processo é bastante diferente da forma como os algoritmos fornecem recomendações de compra de livros. Aqui os indivíduos aparecem como construções estatísticas, como “o que é” e não um “quem”: somas de pontos de dados que podem incluir idade, sexo, localização e, em particular, compras anteriores. Os algoritmos comparam esses dados com outros, alinhando-os e, em seguida, emitindo recomendações [...]. Quanto mais pontos de dados estiverem disponíveis, mais os programas algorítmicos poderão adaptar suas recomendações a cada indivíduo específico (Herzog, 2021, p. 16).

Nenhuma refinada análise transversal de dados pode reproduzir a qualidade das relações verdadeiramente humanas e que, como tais, podem prescindir a quaisquer objetos. Ademais, espaços de visibilidade mútua são supérfluos para a inteligência artificial, ensejando uma ausência de transparência que é consideravelmente mais abissal do que a *tiranía sem tirano* com a qual Arendt retrçou a burocracia como forma de governar²⁰⁷: se os processos decisórios restritos aos assessores de mentalidade científica já eram desconhecidos dos cidadãos, quanto mais apartados eles estarão das decisões advindas da linguagem matemática dos algoritmos, mediante a qual nenhuma explicação pode ser dada, nem mesmo pelos seus programadores.

[...] a forma como Arendt descreve o julgamento também deixa claro que é muito diferente da forma como os algoritmos tomam decisões. Uma diferença tem a ver com a falta de transparência [...]. Quando somos confrontados com um algoritmo, muitas vezes não sabemos como os resultados foram produzidos. Em contraste, em processos de julgamento, especialmente naqueles que são verdadeiramente intersubjetivos, podemos ver como ocorre o processo de ajuste mútuo de perspectivas [...]. Uma de

²⁰⁷ A opacidade da burocracia e a ausência de transparência que a caracteriza pode ser mais bem elucidada pela pesquisa, realizada em 2018, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil, com instituições federais em todos os setores. Do total, 75,2% não disponibilizam nenhuma informação aos cidadãos, assim como não disponibiliza nenhum canal de avaliação dos serviços prestados. Dos que possuem tais mecanismos de avaliação, 63% não disponibiliza quaisquer resultados obtidos (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2018, p. 56).

suas características é ser um modo aberto e convidativo de tentar convencer os outros, o que exclui truques retóricos manipulativos (Herzog, 2021, p. 19).

A *e-burocracia* também é oposta a defesa arendtiana da natalidade e do inesperado que advém do segundo nascimento, pois, quando “o potencial [...] é a possibilidade de codificar o conhecimento passado para que os usuários atuais não tenham que repetir os mesmos erros indefinidamente” (Herzog, 2021, p. 17), abre-se a perigosa brecha para que o elemento accidental dê lugar a uma previsibilidade sincrética²⁰⁸, já que as soluções que os algoritmos podem dar não são realmente inovadoras, pois estão enquadradas em categorias predefinidas, de tal modo que depois que eles forem programados, não conseguem mudar de predicamento. Porquanto o passado pode ser plenamente codificado, e suas pérolas transformadas em estatísticas e parâmetros de cálculo de repetição, o futuro poder-se-ia ser igualmente previsto. Nada de humano parece efetivamente restar nesse enquadramento da realidade a regras e procedimentos matematizáveis que, por sua vez, impõem aos tomadores de decisão “aplicar políticas *ex post* aos eventos. Embora as regras tenham a vantagem da previsibilidade, os padrões permitem que os tomadores de decisão adaptem um resultado aos fatos, aumentando a probabilidade de uma decisão ‘ideal’” (Herzog, 2021, p. 22-23).

Assim, depreende-se que “existem limites importantes para a ‘novidade’ que os algoritmos podem criar” (Herzog, 2021, p. 18), de modo que se estabelece um decréscimo de qualidade entre a tomada de decisões humanas e aquelas cuja base é unicamente a inteligência artificial. Como os programas computacionais precisam ser ensinados de antemão, programados para executar tarefas, o que também abre espaço para profecias autorrealizáveis acerca do futuro, o que é decisivo é que os algoritmos podem ser plenamente capazes de encontrar novos meios, mas jamais podem descobrir novos fins.

Dessarte, a tendência é que a política seja cada vez mais gerida não a partir de espaços de aparência, deliberação e pertencimento, mas de *não-lugares*, ou seja, espaços transitórios, de inexistência de memória e de superfluidade. Estes não-lugares digitais tornam ainda mais inviável responsabilizar alguém por um equívoco ocorrido durante o processo de tomada de decisões – com frequência, o “sistema” é indicado como o grande vilão pelos

²⁰⁸ Herzog (2021, p. 17-18) amplia o escopo dessa discussão argumentando que: “Os algoritmos funcionam com dados passados que, em alguns casos, chegam até o presente, mas também podem ser muito mais antigos, e baseiam-se no pressuposto de que as mesmas correlações que existiam no passado também se manterão no futuro. Por exemplo, se os candidatos com um determinado diploma universitário eram adequados para o trabalho no passado, presume-se que o mesmo será verdade para a próxima rodada de candidatos de emprego [...]. Uma organização que utiliza sistemas algorítmicos para classificar candidatos deve assumir que seu futuro grupo de candidatos terá o mesmo grau de variação que sua base atual de funcionários. É também por isso que a estrutura de preconceitos, por exemplo, ou mesmo discriminação contra minorias, continuam a ser reproduzidas”.

juízos equivocados, porém, quem é o sistema? Alguma face humana pode lhe ser apontada? –, o que destaca outra dissonância entre a política atual e a defendida por Arendt: não parece haver restado nenhum mundo comum no sentido arendtiano, espaço em que homens e mulheres interpretam a realidade, compartilham opiniões sobre ela e, assim, se reconciliam com tal estado de coisas. “Face a face com um algoritmo, não faz sentido tentar convencê-lo, ainda menos do que no caso de um burocrata sujeito a regras, que exemplifica o ‘governo de ninguém’. Se quisermos obter um resultado diferente, a única coisa que podemos fazer é enganar o sistema, adivinhando quais parâmetros inserir para obter os resultados desejados”. Já que a mentalidade é puramente estratégica, “os algoritmos não deixam outra escolha senão o caminho da manipulação” (Herzog, 2021, p. 20). O que fica perdido quando os homens se deparam com os processos decisórios guiados por inteligência artificial é a própria condição humana e, com ela, a responsabilidade pelo mundo, a imprevisibilidade e a contingência da ação. Portanto, o não-lugar algorítmico é essencialmente antipolítico, porquanto seu *páthos* “não é estimulado pela realidade, mas por uma virtualidade que simula cada vez mais de forma irracional e sem sentido um mundo de semblância” (Dias, 2022, p. 16).

Tomando como base os requisitos da utilização de algoritmos na política, mormente o impedimento de relações verdadeiramente humanas, a carência de compreensibilidade nos processos de tomada de decisão e a ausência de transparência, alguns autores têm argumentado que a *e-burocracia* locupletada pela inteligência artificial possui pontos de convergência com os regimes totalitários. A substituição da imprevisibilidade e incontrolabilidade pela previsibilidade e pelo controle, por exemplo, são tecnologicamente executadas pela IA, o que conduz Watanabe *et. al.* (2023) a deduzir que sob sua égide, os homens se esquivam do contato significativo e plural com os demais, assim como, *mutadis mutandis*, ocorre no totalitarismo, a fim de se relacionar com o mundo e com os demais a partir dos artifícios tecnológicos, ou seja, mediante regras gerais e conjuntos de dados, que por trabalhar com categorizações, fomentam estereótipos que desconsideram a individualidade e a pluralidade.

Nessa conjuntura, a promessa de simplificação e objetividade do começo da utilização dos mecanismos tecnológicos pelas instituições governamentais deu lugar a inacessibilidade, ao enquadramento de homens em categoriais, a perda do sentido da fala comum²⁰⁹, a veloz difusão de informações sem o crivo de sua veracidade, a diluição das

²⁰⁹ As atuais ferramentas de geração de textos, como o Chatgpt, o comprovam: a produção em segundos de textos com temática ilimitada e grafados com coerência e correção quase sem participação humana impõem questionamentos éticos, e até mesmo no que tange às competências cognitivas, sobre o uso de tecnologias, os parâmetros educacionais, a automação da linguagem e a sua desvinculação com a compreensão de um determinado assunto. Ademais, com frequência informações distorcidas, ou mesmo inverossímeis, são veiculadas por esses

fronteiras entre fato e ficção, a exclusão de perspectivas contrárias, a dissociação entre pensamento e habilidades cognitivas, falta de sentido, o esvaziamento da espontaneidade, a desfactualização, a redução do humano a um meio para a consecução de fins ulteriores e a superfluidade da ação e do discurso. É mediante esse contexto que Dias (2022, p. 16) se defronta ao afirmar que:

Vivemos, hoje, transformações de modos de se ocultar a realidade através das virtualidades: dos algoritmos que nos afastam de experiências plurais transformando-nos em consumidores/mercadorias; bem como da transformação dos fatos em *fake news* e da produção, por sua vez, de outras *falsas notícias* como se fossem, estas sim, a revelação de uma verdade escondida. As propagandas, aqui, se transformaram por meio dos aplicativos de mensagens (*Telegram* e, em especial no Brasil, *Whatsapp*), das redes socio-virtuais (*Facebook*, *Instagram*), de programas de áudio por podcasts e de vídeos, sobretudo no *Youtube*. A fantasia que muitos deles promovem consegue alcançar uma massa consumidora que não verifica suas informações, sobretudo aquelas que se vendem já em títulos chamativos – conhecidos como *click bait* – e que oferecem uma explicação do mundo diferente daquele visto no cotidiano e na nossa formação básica. A criação de teorias da conspiração sobre quem governa o mundo e sobre os inimigos que precisamos combater consegue estimular a fantasia e imaginação de muita gente, tanto das elites que já possuem privilégios, quanto daqueles que sofrem diariamente e que se veem rechaçados pelo mundo em que vivem. Não importa se as mentiras não são reais, pois, ao criar as semelhanças de um mundo que não existe, elas prometem resolver todos os problemas, sejam os efetivamente reais, sejam os fictícios.

Certamente existem muitas áreas que a internet, a inteligência artificial e o uso de algoritmos podem auxiliar²¹⁰, porém, o grande problema se desvela quando os processos ínsitos à tomada de decisão são legatários de deliberações cuja origem não é humana. Dito de outro modo, não se trata de uma nostalgia por períodos em que os avanços da tecnologia ainda salvaguardavam os espaços mínimos para a atuação, ou mesmo da rejeição a esses instrumentos. Ao contrário, trata-se de mediante às críticas de Arendt à redução da política a uma disciplina especializada e à burocratização da esfera pública, ponderar acerca da diluição cada vez mais efetiva dos insubstituíveis espaços que resguardam a ação política.

O conhecimento sobre fatos que estão claramente estabelecidos, que não requerem discussão é o tipo de conhecimento que poderia ser codificado em algoritmos: por exemplo, os agentes políticos podem e devem usar calculadoras de bolso cujo

softwares, o que é causado pelo seu próprio *modus operandi* que mistura fato e ficção: “para produzir um texto, geradores de texto como o ChatGPT funcionam como grandes modelos de linguagem, que calculam a probabilidade de qual palavra segue uma determinada sequência e compõem seus textos com base nesses cálculos [...]. Portanto, não geram textos com base temática ou por meio de compreensão e pensamento, como fazem os humanos” (Watabe *et. al.*, 2023, p. 8).

²¹⁰ As decisões algorítmicas são ideais em situações em que as regras conseguem abarcar toda a realidade e, portanto, o debate é desnecessário, tais como acontece nos jogos, nos quais as categorias são exemplarmente bem definidas porque as missões particulares estão sempre subsumidas a partir de universais postos de antemão. Antagonicamente, a teia de relações humanas jamais está previamente posta e, por isso, uma compreensão crítica e alargada dos problemas ultrapassa mensurações: quem de nós jamais passou pela situação de não ter seu problema resolvido em instituições públicas ou privadas ao tentar enquadrá-lo às perguntas de um questionário?

software codifica certas leis matemáticas. O problema, contudo, é que poucos fatos são tão claros e tão claramente reconhecíveis como as leis matemáticas; afinal, mesmo os fatos científicos não caem de algum céu platônico, mas são descobertos em discussões e interpretações contínuas das evidências por parte dos cientistas. O seu significado e relevância na avaliação de situações e possibilidades também devem ser uma questão de julgamento (Herzog, 2021, p. 25).

Com efeito, os algoritmos gradativamente ocuparam funções consideravelmente mais amplas do que se concebia ser possível inicialmente. Assim, se a sua introdução nos sistemas de tomadas de decisão parecia inofensiva, ficando o problema restrito àqueles que deliberavam sobre seu uso, o que o olhar retrospectivo nos permite perceber é que sua utilização maciça torna inviável regressar a um estado de coisas anterior à sua utilização. A metrificação da vida e a redução do real ao cálculo equivalem à substituição do diálogo pela unidimensionalidade das narrativas e dos processos de tomada de decisão, a redução dos cidadãos a consumidores (de ideologias, de imagens, de narrativas desvinculadas da verdade) e de atos de governo a iniciativas de *marketing*, tornando factível a ambição dos criadores de imagens e dos resolvidores de problemas em converter o palco dos assuntos humanos em prosclênios em que a linguagem imagética é exaustivamente reproduzida. Com isso,

A política que coloca a IA no centro de suas operações nos promete perfeição e racionalidade. Ao fazer isso, contudo, ela aplaina a imensa complexidade das relações humanas, simplificando narrativas complexas em regras algorítmicas concisas e explicações monocausais. Enquanto a nossa experiência fenomenológica do mundo não se conformar aos modelos simplistas por trás da maioria dos sistemas de IA, não deveríamos nos surpreender ao ver mais e mais pessoas caindo nas narrativas conspiratórias e extremamente complexas das fake news: as notícias podem ser completamente falsas, mas, pelo menos, admitem uma complexidade narrativa irreconhecível por Alexa ou Siri (Morozov, 2018, p. 142-143).

Mediante o pano de fundo antipolítico descrito, poder-se-ia indagar: levando em conta tantos malefícios, por que os homens continuam acrescentando cada vez mais artificialidade aos processos decisórios? Para responder a essa questão, é mister identificar que o crescente desenvolvimento tecnocientífico faz com que os indivíduos, enquanto *animais conectados*, acreditem mais em inteligência artificial do que seria recomendado fazê-lo. Cria-se, assim, uma mentalidade endossada por governantes e governados que considera que, por sua autoridade epistêmica, cabe aos especialistas e aos próprios mecanismos tecnológicos tomar as melhores decisões, inclusive no que tange à política. Como a maioria das pessoas não é contrária à aplicação desses mecanismos na política – mesmo que desconheçam até que ponto eles podem nefastamente participar dos governos –, e ainda que não seja completamente irreversível a utilização de recursos tecnocientíficos nos processos de tomada de decisão, é pouco provável que haja um retorno ao período em que eles não eram utilizados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo por homens claramente identificados, que podem ser pessoalmente responsabilizados pelos seus atos, é, portanto, a pré-condição para a existência de um sistema eficaz de ética internacional. Onde a responsabilidade pelo governo é amplamente distribuída entre um grande número de indivíduos, com diferentes concepções sobre o que é moralmente exigido nos assuntos internacionais, ou sem nenhuma concepção, a moralidade como uma medida eficaz à política internacional torna-se impossível (Morgenthau, 1978, p. 254).

O objetivo da presente Tese foi, a partir do empreendimento teórico arendtiano, analisar a burocracia como forma de governar que inviabiliza a participação política e a liberdade. Partindo dessa assertiva, algumas questões motivaram o esforço de compreensão que a fundamentou: o que é a burocracia? O que ela significa para homens e mulheres comuns, que ficam à margem de seus processos, e para funcionários, que ainda que dela participem, permanecem alheios a seus trâmites? Por que ela é mais eficazmente descrita como uma forma de governar do que enquanto um modelo organizacional de dominação racional voltado para a salvaguarda do Estado moderno? Quais idiosincrasias a tornam adaptável ao ponto de ser utilizada tanto em democracias liberais quanto em regimes totalitários?

Antes de respondê-las, foi mandatório considerar que ao examinar a burocracia, Arendt se aproximou da teoria weberiana, especialmente quando ele sai de uma leitura puramente sociológica e se aproxima de uma perquirição política, o que é destacado em textos como “A política como vocação” e “Parlamento e governo da Alemanha reorganizada”, quando destaca a inevitabilidade como predicativo da governança burocrática, atributo que proviria da “especialização e do treinamento técnico e racional”, contextura em que “o moderno funcionário, com formação especializada começou a reinar, seu poder é inquebrantável, porque toda a organização que provê as necessidades mais elementares da vida é talhada segundo o seu rendimento” (Weber, 2014, p. 201). Portanto, a importância do exame sobre o funcionário, acrescido do destaque dado a elementos como a hierarquia e a importância da especialização para uma forma de domínio que emerge em um contexto de valorização da ciência, são traços ressaltados pelo cientista social e corroborados pela autora.

Porém, divergindo de Weber, Arendt não considerava que a burocracia era uma simples forma de dominação racional-legal a serviço do Estado moderno. Ao contrário, sua análise apontava que ela nem se baseava em leis – porquanto sua força se firma justamente na utilização de outros meios de regulamentação, como decretos, relatórios e atos administrativos – tampouco era racional no sentido de uma dominação que segue *necessariamente* um fluxo lógico em suas práticas. Dando um passo além, a autora ainda considerou que a burocracia não

está a serviço do Estado, mas, antagonicamente, é a demonstração cabal de seu declínio. O distanciamento da proposta arendtiana com relação às formulações weberianas firma-se, portanto, na sua conceitualização da burocracia como forma de híbrida de governo cujo fim é a sua própria manutenção, e não um modelo de disposição de instituições e relações institucionais que cooperam com a permanência da forma-Estado nacional. O desdém da burocracia totalitária com relação ao estado alemão o demonstra com contornos bem realísticos.

Ao destacar que a burocracia é uma forma de governo cuja finalidade é sua própria manutenção (ou, dito de outro modo, que ela é o governo por regras, mas não é *apenas* o governo por regras), Arendt oferece um contraponto com relação a teoria weberiana, e ao fazê-lo, questiona o que seriam formas de governar e como elas repercutem na maneira como os homens vivenciam experiências políticas e antipolíticas. Percorrendo esse trajeto, se afasta das formulações clássicas, especialmente aquelas advindas de Platão que, para ela, foi o responsável por 3 deturpações: 1) a cisão entre *archein* e *prattein*, que seccionou a ação política entre o governo (o governante, *archōn*, a quem cabe o comando) e a realização das diretrizes fornecidas pelo governante (*prattein*); 2) a cisão anterior tornou a política o campo dividido entre *os que sabem mas não agem* e *os que agem mas não sabem* (afinal, se sua incumbência é o cumprimento de ordens, eles não precisam saber *porque* as executam. Basta realizá-las); 3) a interpretação das formas de governar que se baseia apenas na quantidade de *quens* exerce o controle das instituições governamentais e que, ao fazê-lo, desconsidera a importância da ação. Para Arendt, o critério de categorização das experiências políticas deve se afastar da consideração sobre *quem* governa para acentuar *a distância que a ação, em uma determinada forma de governar, possui do centro da experiência política*, assertiva que a aproximou de Montesquieu, de sua tipologia e da valorização da ação que ela ensinava, tal como examinado no primeiro capítulo da Tese.

A mudança de ponto de referência proposta por Arendt traz algumas implicações. A mais relevante delas é que distinções hermeticamente ajustadas, tal como formuladas pela tradição, não coadunam com a sua interpretação, porquanto as experiências políticas são fluidas, assim como o ato de governar pode se dar de muitas maneiras, permanentemente abertas à novas vivências que se somam àquelas já conhecidas. Assim, pensar formas de governar sob a companhia de Arendt demanda do leitor o esforço por não se restringir às categorias conhecidas desde a Antiguidade, assim como pelo modo de formulá-las. Por conta dessa fluidez, em seus escritos, cursos e entrevistas, diversas práticas governamentais foram destacadas como forma de governar: Estado-constitucional, Estado-nacional, totalitarismo,

repúblicas, sistemas de conselhos, democracia e burocracia são algumas das experiências políticas e antipolíticas que, na leitura arendtiana, podem ser assim consideradas.

Por outro lado, Arendt, a quem tanto interessava “encontrar a base experiencial de posturas, decisões e políticas” e, “com a ajuda da filologia ou da análise linguística, retraçava o caminho dos conceitos políticos até as experiências [...] que davam origem a tais conceitos” (Young-Bruhel, 1997, p. 279; 286), certamente levou em consideração na sua análise a própria genealogia do *kratos*: na poesia grega, dois termos eram utilizados a fim de designar *poder* – *physis* e *arché*, sendo o primeiro vinculado ao *kosmos* e o segundo, à *polis*. A *arché* substituíra *dynasteia* (soberania) e *kratos* (domínio), porém, a partir do esquema cosmogônico de Hesíodo exposto na *Teogonia*, se tornou sinônimo de *começo*, enquanto *kratos* se remeteria ao poder a partir do qual Zeus dominava o universo, mantendo sua ordem (Vernant, 2008; 2002). Assim, as diferentes formas do *kratos*, ao se remeterem à sujeição e ao comando arbitrário, se afastam, desde sua origem etimológica, da esfera pública, agônica e performativa a qual Arendt se remonta, que se aproxima muito mais do campo forjado pela *arché*. Dito de outro modo, a tipologia das formas de convivência humana baseadas no *kratos* nasceram ensejando em si as sementes de sua própria destruição.

Partindo desse panorama, as reflexões arendtianas impuseram, tal como retraçado especialmente no capítulo “A compreensão da burocracia em Hannah Arendt”, constatar que a maioria das experiências políticas descritas como formas de governo podem ser compreendidas como *formas de dominação* (à exceção de repúblicas, conselhos e sistemas federativos), o que afasta quaisquer ilusões que possam equacioná-las com organizações políticas. Ao contrário, à luz do empreendimento teórico arendtiano, governar é antitético à existência em uma comunidade, espaço em que as relações não são ditadas pela lógica de comando-obediência. Como a própria existência do governo pressupõe a distinção entre os poucos que comandam e a maioria que é comandada, então, muito mais facilmente formas de governar se voltam para a dominação. Partindo dessa constatação, tornou-se teoricamente justificada a escolha da presente Tese de se referir à burocracia como uma forma de governo: já que, na leitura arendtiana, formas de governo não são *necessariamente políticas* (se o fossem, Arendt não se referiria ao totalitarismo como tal), a burocracia é uma forma de dominação e, como tal, fundada sob alicerces antagônicos à política. Portanto, representa o seu ocaso, seu não-lugar.

Complementarmente, tomando como base a aproximação de Arendt com o exame montesquiano e, por conseguinte, a sua assertiva de que cada uma das tipologias se embasa em um princípio que coloca em movimento os cidadãos e as instituições governamentais, coube à Tese identificar qual seria o princípio que subjaz à burocracia. Identificando que alguns dos

seus elementos estavam presentes desde os impérios da Antiguidade – ainda que, nessas condições, não estivessem concatenados em uma forma única de governar – e que, dentre eles, se sobressaía a utilização de funcionários especialistas, atributo que não apenas permaneceu, mas ganhou força desde o imperialismo britânico (em uma contextura em que se vinculava também à cisão entre raças superiores e inferiores) e especialmente após o advento de uma mentalidade científica na política, foi possível apontar a *expertise* como princípio de inação que vincula os homens e mulheres mediante essa forma antipolítica de gestão. Nesse sentido, ela seria tanto o critério de escolha dos funcionários quanto a pretensa justificativa para aqueles que não detém o conhecimento especializado, que constituem sempre a maioria da população, permanecerem alheados dos processos de tomada de decisão. Arendt o percebeu e o expressou claramente quando assentiu, em *Origens do totalitarismo*, que o governo da minoria só pode se consolidar às expensas da não-participação da maioria e que essa forma de governar repercute na equiparação da política a uma ciência formada por técnicas e procedimentos que devem ficar ao encargo restrito de quem detém a *expertise* para as realizar. Tal panorama demonstra que sob condições burocráticas, o “estadista está rodeado, cercado, por um exército de especialistas”, o que faz com que a ação política propriamente dita se encontre restrita ao “estadista e aos especialistas. O estadista tem de tomar a decisão final. Dificilmente poderá fazer isso de maneira realista, visto que não pode saber tudo sozinho. Ele precisa do conselho de especialistas” (Arendt, 2008, p. 51). O problema que daí emerge é que seu campo de atuação não se limita a questões técnicas, que demandam resoluções especializadas, mas abrange todos os processos de tomada de decisão política.

Com efeito, ainda que todos os tipos de governo se baseiem na presença, em maior ou menor número, de funcionários, àquele ao qual nos remetemos, o *homem-profissão* kafkiano, o *animal laborans* arendtiano e o *animal-burocraticus* retraçado pela presente Tese, é produto sub-reptício da Era Moderna e das “técnicas corporativas de gestão do mercado” (Ruiz, 2018, p. 198). Ele não obedece a ordens por constrição, mas em prol da eficiência e da competência funcional, *radix* da cisão entre o que entende como sua responsabilidade pessoal (ou seja, o que faz livremente, sem ser em nome de outrem, seja o governo, ou uma corporação privada), e a sua função de ofício, que deve ser zelosamente executada e frente a qual não cabe questionamentos ou responsabilidade pessoal, já que, na lógica funcional, o que é feito o é em nome de outrem²¹¹. A responsabilidade pessoal que todos – inclusive, enquanto funcionários –

²¹¹ Ruiz (2018, p. 232) oferece o seguinte panorama acerca da missão do funcionário, que é “uma missão delegada que se exercita em nome de outro. O funcionário exerce sua função por delegação de ofício, sua condição funcional não decorre da sua subjetividade, mas do mandato concedido pela autoridade institucional que o nomeou

assumem perante os processos que iniciam, esvaziada de sentido ou alocada para a mera observância da vida privada, faz com que a lógica do funcionalismo burocrático sobreleve que ao funcionário não cabe responsabilidade “ética das consequências da função encomendada, pois ele realiza essa função independentemente de sua consciência ética” (Ruiz, 2018, p. 207).

A tensão agonística que daí emana se espalha pela desresponsabilização ao qual o funcionário predominantemente apela – e introjeta – sobre possíveis danos causados pelo cumprimento de normas. Não parece haver conciliação nessa condição: como apaziguar o cumprimento do dever de ofício com possíveis discordâncias éticas por ele suscitadas? Priorizar a última poderia conduzi-lo a não ser mais uma peça eficiente, necessária, enquanto sobrelevar a primeira o exporia a esquivar-se da eticidade inerente ao seu comportamento funcional, ao que ele poderia recorrer munindo-se das excusas de que quem detém a responsabilidade por suas ações é quem as delegou, iniciando um ciclo de terceirização de compromissos e, a depender das conjunturas, de culpabilidade. Aí reside a outra face da importância do funcionário para a eficiência e a permanência de aparatos burocráticos: ele não é importante apenas porque opera o maquinário, cumpre ordens, redige documentos, mas porque a partir dele é inaugurada a cisão e o esvaziamento da responsabilidade, dissonante da operatividade funcional e procedimental a qual almeja a dominação burocrática.

Todavia, ainda que inserida no aparato, essa minoria experiente também é mantida à margem de boa parte dos processos de tomada de decisão, o que foi bem descrito por Hitler quando assentiu que a maioria dos funcionários era incapaz de dar um salto além de sua própria sombra. A movimentação peremptória como característica burocrática mantém os funcionários (especialmente aqueles que não fazem parte dos escalões mais altos) sempre um passo atrás das diretivas, alheados das dinâmicas inerentes ao movimento ao qual eles mesmo servem, ainda que estejam melhor posicionados do que os cidadãos comuns com relação aos próximos passos dados pelo aparato. Nesse sentido, o alheamento é um atributo burocrático que, *mutadis mutandis*, envolve a todos os homens e mulheres, inseridos em menor ou maior grau nas organizações.

Mediante o exposto, o par conceitual alheamento-*expertise*, ao distinguir a burocracia como forma de governar, é o fio condutor argumentativo que percorre, somando-se às idiossincrasias de cada um dos períodos do seu desenvolvimento, todos os capítulos

funcionário. Sem essa nomeação, ele mantém a condição subjetiva de pessoa, mas não pode ser nem agir como funcionário de uma autoridade ou instituição. O ofício do funcionário divide a pessoa subjetiva da pessoa institucional. Enquanto pessoa subjetiva, suas ações são, em grande medida, irrelevantes para o cargo. Enquanto funcionário representa, de ofício, uma função que lhe foi conferida de forma ministerial”.

apresentados pela presente Tese. Estes, por sua vez, apresentaram possíveis direcionamentos para as perguntas elencadas no início das Considerações Finais. A apresentação das diferentes facetas da burocracia auxilia a compreender sua natureza facilmente adaptável a diferentes modos de organização política delineados pela díade comando-obediência.

Porém, tal como descrito desde a Introdução e devidamente justificado em cada capítulo, tal exame se esquivou de uma tradicional apresentação conceitual a fim de deixar que a existência, os feitos e as reflexões dos personagens apresentados iluminassem o sentido último da burocracia. Isso foi possível porque esses personagens, longe de serem “abstrações personificadas com algum significado alegórico”, foram escolhidos “dentre a multidão de seres vivos, no passado ou no presente, porque possuíam uma significação representativa na realidade que apenas necessitava de alguma purificação para revelar seu pleno significado” (Arendt, 2004, p. 237) e a fim de que pudessem iluminar os conceitos e suas repercussões factuais. Ao fazê-lo, nos aproximamos daquilo que Parvikko (2004) aponta como uma das possíveis reverberações da leitura de Max Weber em Arendt (interpretação extremamente vinculada à admiração que Jaspers nutria pelo cientista social): “a construção de tipos ideais ganha lugar somente se lograr êxito em revelar fenômenos concretos em sua interdependência e significado”. Dito de outro modo, “quanto maior a necessidade de uma apreciação aguçada do significado de um fenômeno, mais imperativa é a necessidade de operar com conceitos sistematicamente definidos. O tipo ideal é esse meio de construção conceitual” (Parvikko, 2004, p. 238). Assim, a escolha por apresentar diferentes tipos de burocracia (a imperial, a do início do século XX, a totalitária, a pós-totalitária e a e-burocracia) e seus funcionários, ao passo em que se alinha com a construção teórico-argumentativa da própria Arendt, faz jus ao seu criador, que foi o primeiro a se perguntar sobre o que seria a burocracia e quais suas repercussões para uma sociedade e um modelo de fazer política em que ela parece inescapável.

O primeiro capítulo de desenvolvimento da Tese dedicou-se ao exame dos principais elementos que se cristalizaram, tornando a burocracia possível. Além do exame sobre as formas de governar, foi importante analisar o advento da sociedade – já que a burocracia é uma forma social de governar e, portanto, que ao repercutir uma espécie de esfera doméstica a nível nacional, realoca os assuntos que antes diziam respeito ao *oikos* para as pautas governamentais prioritárias, em um inchaço que se sustenta mediante o encolhimento da esfera pública – e o fortalecimento da administração e da mentalidade científica na política, o modelo do Estado-nação (porquanto em seus *Diários filosóficos* ela afirma que a burocracia repercute o seu declínio), de modo diretamente proporcional a pujança dos interesses nacionais (e posteriormente raciais) na sua formulação. Por fim, o capítulo foi encerrado com a crítica

arendtiana à burocracia partidária, assertiva que se justifica na constatação de que de possíveis espaços preservadores da ação, do discurso e da participação, as legendas partidárias, ao centralizar entre seus correlegionários aqueles que se elegerão via sufrágio universal, acabam inviabilizando a participação efetiva dos cidadãos comuns.

A exposição do primeiro capítulo enseja algumas iluminações essenciais para a compreensão da Tese. Além dos panoramas já destacados acerca das formas de governar, ressalta-se que a fuga da ação para o governo a partir de Platão e seguida pela tradição de pensamento político, com exceção de Montesquieu, conflui, nas condições de uma sociedade massificada e de governos restritos à administração, para a equiparação da política a uma disciplina especializada e que, tal como as ciências, é seccionada em diversos ramos técnicos e procedimentais. Essa aguda setorialização colabora para a institucionalização de um estado de coisas em que se sobressaem a diluição da responsabilidade, de modo diretamente proporcional a ampliação do senso de impunidade, pelo aumento do controle e o anonimato, distintivos da governança burocrática e que a tornam mais perigosa do que as tiranias, já que nela não há um *quem* que possa ser questionado pelas decisões, ou tampouco temido, tal como acontece com o déspota. Sendo uma forma de governo destituída do elemento pessoal do governar, de um *quem*, uma face pública por trás dos procedimentos aleatórios, a burocracia foi interpretada por Arendt como o *domínio de ninguém*, ou seja, a forma de organização das instituições públicas em que não há um *quem* a ser desvelado, inaugurando um estado de coisas no qual até mesmo os governantes possuem um campo muito mais restrito de ação, porquanto cedem boa parte desse espaço de ingerência aos técnicos e especialistas do aparato que chefiam.

O segundo capítulo dedicou-se ao exame sobre o início da burocracia como forma de governar, período bem demarcado por Arendt como o governo de Lorde Cromer no Egito, entre 1883 a 1907, quando o imperialista era, publicamente, o cônsul-geral britânico no Egito, mas, na prática, exercia as incumbências de chefe de Estado, inicialmente com muitas ressalvas no que concerne ao que ele mesmo caracterizou como uma forma de dominação sem precedentes, com a qual sem dificuldades se reconciliou pouco tempo depois, sob a justificativa de que o trato com “raças inferiores”, inaptas para o autogoverno, exigia uma gestão impessoal e alheada. Para retratar o panorama em que isso foi possível, foi essencial analisar o imperialismo e a mentalidade do administrador imperial, seções que antecederam a apresentação de Cromer e do seu modelo de governo que, poucas décadas depois, tal qual um bumerangue, já havia se disseminado para as instituições públicas e privadas da Europa e se transmutado da forma de dominar povos inferiores para o modelo de gerir respeitáveis cidadãos, porém, também considerados incapazes de participar dos processos de tomada de decisão.

A apresentação do contexto imperial trouxe acréscimos essenciais à argumentação, que se sobressaem à mera descrição do surgimento da forma de domínio examinada. O primeiro deles é a degradação dos padrões morais ocidentais, incapazes de se manter firmes frente às mudanças suscitadas pela emancipação política da burguesia e, com isso, pelos imperativos econômicos convertidos em prioridade governamental e pela superfluidade que converte coisas e homens em produtos excedentes. A política da turba que daí se originou repercute o ocaso da política, obliterada pela violência e pela subjugação inicialmente legitimada pela mentalidade imperial, especial e estrategicamente inclinada a explicar superioridades raciais mediante lendas em que os ideais pueris de cavaleiros enviados a povoados desamparados coadunaram-se com a subjugação de povos cuja inferioridade era cancelada pela sua não-participação nas nações europeias.

O segundo acréscimo, complementar ao anterior, destaca que o surgimento da forma burocrática de governar foi retraçado pela força e antipoliticidade provenientes da ideia de raça, do *páthos* da dominação mundial, do afã pela ideia de que a expansão é um fim em si mesma que, ao se antagonizar ao ideal de territorialidade que sustenta os estados nacionais, repercute o seu declínio, e dos primeiros massacres administrativamente concebidos, o que inclui a criação dos campos de concentração. Nesse sentido, destaca-se a semelhança entre os repertórios antipolíticos imperial e totalitário, inaugurando uma gramática política e uma forma de governar descoberta pelos mais elevados membros da *intelligentsia* europeia (especialistas, peritos, *homme de lettres*, membros de raças superiores), cuja perícia parecia-lhes motivo suficiente para puxar os cordões da política governamental por trás dos bastidores, nos *bureaux*.

O terceiro acréscimo advindo das argumentações desenvolvidas pelo capítulo acena para a tipologia geral do governo burocrático de Lorde Cromer. Forjado pela era do capitalismo cavallheiresco e com formação em raças subjugadas, o que foi logrado em sua estadia em Corfu e especialmente na Índia, utilizou-se do estatuto jurídico inglês para implementar uma dominação que baseava-se na promulgação de decretos e medidas administrativas sucessivas, no alheamento como condição indispensável para o trato com raças inferiores, sem inclinação natural para o autogoverno, gerida por uma minoria detentora de *expertise* que governa às expensas da não-participação da maioria da população, que desconhece as faces daqueles que os governa. A gestão via sigilo, imprevisibilidade e arbitrariedade – ou seja, com características mais kafkianas que weberianas – era mantida mediante o estabelecimento de um estado policial e por funcionários plenamente dispostos a obedecer às leis da expansão, tornando-se seus representantes, o que lhes conferia uma aura inerrante, ainda que, na verdade, pela dicotomia

entre sua pequenez e a grandiosidade do movimento irresistível ao qual serviam, não conseguissem prever sequer os próximos passos que o exercício de suas funções impunham.

O capítulo seguinte não apenas demonstrou a repercussão da gestão burocrática nos países europeus, mas também se embasou na leitura arendtiana sobre Franz Kafka, escritor que, na interpretação de Canovan (1992; 1974), Bernstein (1996), Di Pego (2015), e assumida pela presente Tese, exerceu grande influência na análise arendtiana sobre a desumanização a que o aparato burocrático eficazmente promove, seja entre os cidadãos comuns, condenados de antemão a vagar pelos seus labirintos infindáveis, seja entre seus próprios funcionários, que veem na sua participação no sistema, geral e amorfo, o clímax de sua existência sem-sentido. As leituras de Arendt sobre Kafka retraçadas no capítulo sobrelevaram de que modo a influência do literato pode ser entrevista no empreendimento teórico da autora, privilegiando o retrato da sociedade – uma súcia de ninguéns em traje a rigor, indistintos e inumanos –, a lacuna entre o passado e o futuro como o salto que nos humaniza mediante o pensamento, e as considerações sobre a burocracia contidas em *O Castelo* e *O processo*, escritos em que os K.'s de Kafka se afirmam como a epítome do homem comum, previamente sentenciado por aparatos que desconhece, ainda que inocentes e de notável boa-vontade.

Da argumentação do capítulo retraçado mediante os K.'s de Kafka (além dele mesmo, Joseph K. de *O Processo* e o agrimensor K., de *O Castelo*, somados ao “Ele” e aos personagens anônimos de *Descrição de uma luta*), desvelaram-se as reverberações que essa forma de governar desempenha nos homens que não conseguem escapar de seus tentáculos. A manutenção dos indivíduos sob o jugo perpétuo do acaso e de leis sobre-humanas, cujo movimento é irresistível e cujo significado é inacessível, só pode se sustentar e agravar um desalojamento, uma exclusão que abrange, *mutadis mutandis*, a todos. Esse mundo desmundanizado é incapaz de fornecer abrigo, e as sociedades que o constituem se notabilizam pela indiferença, pela violência com o trato com os discordantes e com os incompatíveis e com a conversão de seus integrantes em ninguéns incapazes de se distinguir e iniciar novos processos, demonstrando que a sociedade é o terreno propício para o crescimento de governos anônimos e despersonalizados, ou seja, burocráticos. Na sociedade formada por homens e mulheres indistinguíveis e ajustados aos códigos vigentes, o palco político, domínio de ninguém, permanece vazio.

O capítulo também demonstrou que o exame arendtiano sobre o homem previamente condenado pelo aparato – cujo inimigo objetivo do totalitarismo é sucedâneo – é herdeiro das narrativas kafkianas que retraçam o *homem-funcionário* como o tipo predominante em burocracias, de modo que a imagem do especialista inserido nessas estruturas é a do

“estranho que procura sobreviver ou progredir como uma exceção, agradando ou enganando alguns ‘eles’” (Pitkin, 1998, p. 261). Plenamente identificado com suas funções e ansioso por fazer parte das medidas da sociedade, dele não se pode esperar outra perspectiva senão aquela que considera que o que não tem função social definida é passível de eliminação, já que a própria realidade é medida pela régua ditada pela funcionalidade. Porém, desatento a quem é e zeloso por desempenhar os papéis que lhe cabem, ele não passa de um ninguém, que só pode voltar a ser um alguém quando se reencontrar com aquilo que o humaniza: sua história, suas relações, suas formas de se expressar, sua liberdade e sua boa vontade.

O capítulo seguinte se ancorou no mesmo solo que fundamenta o empreendimento teórico arendtiano: a necessidade de compreender o que tornou o totalitarismo possível. Fazê-lo perpassou entender a burocracia que o instituiu, incluindo o exame sobre suas divisões, sobre como a multiplicação de cargos e funções trabalhou em prol dos extermínios e da manutenção de um governo ancorado na ideia de um movimento peremptório e como funcionários imbuídos do senso de dever pelo ofício faziam o melhor (pior) possível na execução de seu trabalho. Sem a atuação desses tipos completamente comuns, “componentes sem rosto da máquina destrutiva” (Hilberg, 2020, p. 3), o êxito nos confiscos, no trabalho forçado ou na concentração em guetos e campos não seria possível. Portanto, “se um Adolf Hitler e seus escritórios partidários e formações paramilitares foram essenciais para a destruição, assim o foi, [...] em igual medida, a prontidão, no sentido mais amplo da palavra, de agências comuns para se engajarem nas tarefas inerentes à Solução Final” (Hilberg, 2020, p. 8).

Essa mesma *anima* motivou a elaboração das seções que se dedicaram à efígie de Adolf Eichmann. Seu retrato indica porque ele pode ser concebido como o modelo do funcionário burocrata: medíocre, vaidoso, superficial e supérfluo, inabilitado para a reflexão, ainda que dotado de certa eficiência organizacional. Cidadão de bem, filho da *déclasse*, membro de uma típica família de classe média que permaneceu tratado pelos seus superiores como um inferior social e hierárquico. Eichmann enseja não apenas o protótipo do funcionário, do burocrata inserido em uma forma de dominação total, mas sobreleva como o cidadão comum, que jamais aspirou participar da política e busca se sentir participante e aceito em movimentos nos quais possa mostrar seu valor – nem que seja meramente para cumprir ordens – pode, a depender da forma de governar estabelecida, se proteger do confronto com a realidade mediante a irreflexão, o autoengano e a obediência cadavérica, ou seja, “não uma prontidão para fazer ajustes necessários e realistas, mas uma predileção por uma deferência desnecessária, irracional, resultante de uma perspectiva estreitamente egocêntrica que negligencia a solidariedade” (Pitkin, 1998, p. 261). Afinal, as “distorções da realidade que Eichmann fazia eram horribéis

por causa do horror com que elas lidavam, mas em princípio não eram muito diferentes das coisas usuais na Alemanha pós-Hitler” (Arendt, 2017, p. 71).

A vultuosidade do exame sobre a burocracia totalitária pôde ser observada não apenas pelo tamanho do capítulo, mas especialmente pelo objetivo de cada uma das suas seções: a defesa de que a multiplicação de cargos e funções, um dos atributos que distingue as burocracias totais, deriva-se da coexistência de 4 aparatos principais, utilizados em prol da consecução do extermínio das categorias de inimigos objetivos, foi o mote das duas primeiras seções. Em seguida, perquiriu-se porque os campos de concentração e extermínio se afirmaram como os laboratórios dos regimes totais, eficientes em prol de formar os súditos ideais tanto dentre as vítimas quanto entre os perpetradores e, nesse mote, como eles reproduziram os aparatos burocráticos extramuros. Logo após, o exame se direcionou para os funcionários, concebidos ou como assassinos burocratas, ou como homens subalternos, categorias distintas em termo de graus de participação, porém, aproximadas pela superfluidade, pelo ressentimento e pelo predomínio dos *pater família*, filisteus incapazes de identificar continuidade entre as repercussões de seu dever de ofício, sua vida privada e a afirmação de sua identidade. Por fim, a carreira e as discussões arendtianas sobre Eichmann unem, ao passo em que exemplificam como todos esses elementos se entificam na figura da cabine de vidro.

Entretanto, coube ao capítulo também demonstrar como, apesar dos apelos à operacionalidade, à funcionalidade e à racionalidade, a burocracia nem sempre é tão razoável quanto aparenta ser. Ainda que concebida pelas mais altas camadas da *intelligentsia* europeia e legitimada pelo apelo ao discurso científico e procedimental em um contexto em que a ciência e a técnica passaram a ditar as molduras a partir das quais os homens experienciam a realidade e lidam com ela, a arbitrariedade denunciada por Arendt provém justamente do fato de que por trás da fachada do cálculo e da previsibilidade, muitas das resoluções são meras respostas aos eventos, amiúde tão imprevisíveis quanto eles. Ademais, elas também são completamente sujeitas aos humores dos funcionários, influenciadas por reviravoltas e mutáveis quanto qualquer paixão. Frente a esses estados de espírito, aos homens nada resta além de estarem sob *domínio perpétuo do acaso*, o que ficou demonstrado na burocracia total, contexto em que o que hoje salvava alguém, amanhã poderia ser a causa da morte de milhares. Os campos de concentração e a atuação dos grupos de extermínio foram os dois exemplos do que a argumentação considerou ser o alicerce dessa tipologia: a díade caos-sistematização, que demonstra que a burocracia carece do predicativo mundano de “ficar imóvel e permanecer” (Arendt, 2014, p. 56), o que a torna uma forma de governar antimundana que se perpetua quando a esfera pública cede espaço para a ascensão do social, da economia e da mentalidade

científica na gestão dos governos e é controlada por um aparato de policiamento contínuo em que todos são convertidos em vítimas ou carrascos de leis cujo funcionamento é inacessível e independe da vontade humana.

Mesmo com a constatação de que as atrocidades perpetradas pelas burocracias totais somente foram possíveis porque seus projetos foram executados não só por homens subalternos, mas também por assassinos burocratas, “tecnocratas [...], *managers* ou gestores que deslocavam populações, impunham a fome e preconizavam a exploração das energias até o esgotamento total, com um distanciamento profissional e um sangue frio – uma decência, dizia Himmler – absolutamente notáveis” (Chapoutot, 2023, p. 16), os ideais de eficiência, cálculo, cumprimento de normas, previsibilidade e organização não foram abandonados. Assim, a continuidade entre as idiossincrasias reveladas pela efígie de Eichmann e de outros funcionários, como Reinhard Höhn, e o contexto posterior ao fim dos regimes totais é elo que vincula o capítulo sobre a burocracia total ao seguinte, dedicado a compreender de que modo ela ganhou sobrevida após 1945. Para defendê-lo foi essencial, após alguns escólios acerca do sucesso da carreira de Höhn, que de paradigma do SS intelectual passou a ser o *Meister* dos gestores dos maiores conglomerados privados e das instituições públicas europeias do pós-guerra, adaptando as ideias do *Reich* para um contexto de Guerra Fria, recorrer aos tipos de assessores de mentalidade científica cuja influência nos governos atuais é incontestável. Trata-se dos criadores de imagem, dos resolvidores de problema e dos tomadores de decisão, figuras apresentadas por Arendt no ensaio “A mentira na política”, cuja participação no governo americano é decisiva, mas que podem, com facilidade, ser encontrados nos *corpus* governamentais de todos os países.

A mentalidade do *management* é um dos fios de Ariadne que nos vincula aos regimes totalitários e que torna sua linguagem insistentemente atual. Nesse sentido, perguntas como “por que, em que contexto e para atender a que necessidades certos agentes refletiram sobre a organização do trabalho, a repartição de tarefas e a estruturação das instituições na administração pública e na economia privada?” ou ainda “que pensamento gerencial desenvolveram? Que orientações imprimiam ao trabalho, ao indivíduo e ao serviço público e ao Estado?” (Chapoutot, 2023, p. 18) demonstram as reverberações de práticas adotadas pelos governos totais nas burocracias atuais. O sucesso dessa continuidade auxilia a identificar por que tais funcionários, ainda que “dispostos a morrer como robôs”, abandonaram “calmamente o movimento como algo que não deu certo”, procurando “outra ficção promissora, ou esperando até que a velha ficção recupere força suficiente para criar um novo movimento” (Arendt, 2017, p. 413).

A apresentação desses tipos de burocratas presentes nas sociedades atuais possibilitou ampliar o horizonte argumentativo, abrangendo discussões caras ao empreendimento teórico arendtiano, como a localização da verdade para a construção e a manutenção de um mundo comum, a interseção entre mentira, engano e sigilo, especialmente engendrados pela mentira moderna (que se diferencia da tradicional porquanto não se volta para um público específico e porque esta não ambicionava encontrar um sucedâneo para a realidade), os perigos de uma política voltada para a criação e manutenção de imagens (o que inclui e parcialmente explica o sucesso das propagandas na *realpolitik*) e a ascensão de uma mentalidade de relações-públicas na gestão governamental que, ao lado da mentalidade científica, passam a equacionar a política a um jogo de xadrez no qual o que importa é prever os próximos movimentos dos companheiros de tabuleiro, olvidando-se que a política, por sempre envolver vários agentes, permanece aberta ao inesperado que deles pode irromper.

Ainda que esses atualíssimos panoramas já fossem suficientes para demonstrar a permanência da burocracia pós-1945 e o seu desenvolvimento (afinal, nada mais desejável do que a permanência de uma forma de governar que se sustenta mediante o apelo à racionalidade instrumental e à *expertise* em uma sociedade cada vez mais movida pelos avanços tecnocientíficos), as discussões do último capítulo direcionaram-nos a refletir sobre como a governança burocrática se faz presente hoje, tangenciando nossos hábitos e acesso a serviços. A contemporaneidade desse tema é incontestável: atualmente se discute com grata frequência (ainda que consideravelmente menos do que seria seguro) os limites da inteligência artificial (inclusive, utilizada como arma política), as técnicas de *deep fake*, o uso dos algoritmos e de que modo as redes sociais (que, diferentemente da teia dos assuntos humanos, não conectam verdadeiramente, tampouco conseguem manter a singularidade dos atores) se convertem, com facilidade, em potentes veículos de disseminação de mentiras propagadas em massa – sem falar nos riscos da automação já antevistos por Arendt no Prólogo de *A condição humana*, que podem criar uma sociedade de empregados sem emprego. Porém, sem perder de vista o mote da presente Tese, coube perguntarmo-nos: como a burocracia se adaptou a essas condições, impostas de modo crescente e irreversível nas últimas décadas?

Em um estado de coisas em que as informações parecem cada vez mais divorciadas da deliberação, do julgamento político e do diálogo, abre-se a perigosa brecha para sua manipulação tecnificada, informatizada e antipolítica: a era da sociedade em rede e da cibernetização repercute, no que concerne às formas de governar, no advento da *e-burocracia*, dominação empreendida mediante a informatização dos processos e procedimentos burocráticos. Tal desenvolvimento, inicialmente lido muito positivamente como o esforço

governamental por se enquadrar às novas tecnologias e às facilidades que elas oferecem, se tornou sinônimo de desserviço e controle: filas *online* para acessar um aplicativo bancário, dificuldade para falar com um atendente humano ao contactar uma provedora privada de serviços, o imperativo de digitalização de documentos, acrescidos ao novos tipos de crime provenientes do espaço virtualizado não parecem acenar para uma melhoria real do acesso a instituições públicas e privadas, mas apenas para uma adaptação dos problemas e das fachadas já conhecidas para uma forma de existência cujas fronteiras entre *online* e *offline* parecem cada vez mais tênues.

Porém, será que a burocracia é tão irresistível quanto Weber considerou e explicitou em sua metáfora da jaula de ferro? A fim de esquivarmo-nos do ciclo de síntese-dialética-antítese no qual a própria autora também não se deteve (ao contrário, ela parecia bem mais socrática em suas ponderações, especialmente na descrição do filósofo grego de que compartilhar o que foi pensado equivale a expressar perplexidades, tal como descrito no *Mênon* (80d) quando afirma que: “eu mesmo não tenho a resposta quando produzo perplexidade nos outros; é pelo fato de estar mais perplexo do que qualquer outra pessoa que levo os outros à perplexidade”), não propusemos, na presente Tese, saídas para uma governança burocrática que, com o desenvolvimento tecnocientífico das últimas décadas, se fortaleceu ainda mais. No entanto, ainda que se esquivasse de resolutivas dialéticas, Arendt ofereceu algumas iluminações para a problemática mediante experiências políticas que não se baseiam numa relação estrita de comando-obediência e que, portanto, repercutem centelhas capazes de resgatar a dignidade da política. A sua existência acena para a constatação da autora expressa no final d’*A condição humana*, de que a condição humana e suas atividades não podem ser completamente perdidas, o que faz com que novos inícios e ações políticas genuínas sempre possam advir, mesmo em cenários desfavoráveis. Dito de outro modo, porquanto o futuro está sempre aberto e o campo da política é contingente, os atores podem criar “novas estruturas, novas redes nas quais a ação política pode surgir” (Lang, Williams, 2001, p. 187).

É o caso dos sistemas de conselhos, organizações espontâneas que historicamente surgiram do curso de revoluções, das ações e das demandas do povo e, por conta disso, não se restringem ao fluxo inaugurado pela burocracia partidária, única mediação política existente em democracias representativas. Neles, espaços de liberdade são mantidos justamente mediante as deliberações populares, e na ausência de chefes ou especialistas, contraposto aos partidos, em que o poder emana do alto, nos conselhos o poder é mantido horizontalmente, tornando os homens e mulheres realmente iguais em direitos e oportunidades, e não engendrados em labirintos de seções, setores, organizações e agências em que seu mais simples acesso é

garantido apenas mediante sua *expertise*. Nas experiências dos conselhos, as virtudes políticas se sobressaem entre a escolha, mediada pelos pares, da designação dos líderes, e não os conchavos ou arranjos entre legendas, o que lhes possibilita oferecerem os espaços adequados para proporcionar aos cidadãos a igualdade política indispensável para que participem, eficaz e efetivamente, das decisões, o que culminaria com o “estabelecimento de um novo corpo político”, no qual “as alegrias da felicidade pública e as responsabilidades dos negócios públicos são o quinhão daqueles que provém de todas as esferas sociais, que anseia pela liberdade pública e que não pode ser ‘feliz’ sem ela” (Arendt, 2016c, p. 213; 226).

Porém, ainda essas experiências politicamente genuínas possuem fragilidades. O sistema de conselhos, por exemplo, jamais conseguiu resistir ao confronto com aparatos burocráticos munidos com os incrementos da violência. Motivada por essas limitações, Arendt escreveu “Tiro pela culatra”, discurso proferido em maio de 1975 como parte das celebrações de 200 anos da república americana. A ocasião comemorativa, que remete a “pontos luminosos do registro histórico” que se tornaram “modelos paradigmáticos de nossa tradição de pensamento político”, ou seja, a fundação de um governo da lei, e não dos homens (e que não se restringe a quantidade de *quens* que governa), não nos deixa olvidar que esses momentos, assim como o que representam, são exceções que “permanecem de forma esplêndida na memória para iluminar o pensamento e a ação dos homens em tempos sombrios” (Arendt, 2004, p. 330).

No entanto, a mercantilização da política – ou a política *a la* Madison Avenue –, movida pelos impulsos de abundância e desperdício e refinada pelos aparatos que municiam a mentira como sustentáculo do poder, ainda que deixem em segundo plano a *anima* verdadeiramente política da fundação, vez por outra se veem ameaçados pelo irromper da verdade por trás das camadas de imagens, de setores, de governos invisíveis. Assim como o receio de Cromer de que o governo alheado inaugurado pelas nações europeias no final do século XIX se voltasse como um bumerangue para a administração das metrópoles foi confirmado pelo turbilhão dos acontecimentos das décadas subsequentes, demonstrando que o cuidado do administrador imperial não surtiu o efeito esperado e que “o inesperado e ruinoso tiro das más ações se volta contra o malfeitor” (Arendt, 2004, p. 241), resta-nos a esperança de que o acerto de contas com a verdade, com a resistência e com o pensamento faça com que os tiros disparados por esse estado de coisas, enfim, saiam pela culatra.

A temerária esperança que daí emana encontra sucedâneo na convicção arendtiana de que os exemplos deixados pelas experiências políticas genuínas e, especialmente, pela vida de homens e mulheres comuns, porém, que se tornam excepcionais pela resistência da

manutenção de suas atividades espirituais em um contexto em que o pensamento tende a ser forjado pelas contingências burocráticas, pode auxiliar-nos a lidar com um mundo em que tal estado de coisas é possível. Esse tipo de reconciliação promovida pela compreensão é típico de homens e mulheres de boa vontade – tal como aqueles retratados por Kafka e repercutidos por Arendt – que anseiam se sentir à vontade do mundo, mas que não estão dispostos a pagar o preço de abrir mão do que os humaniza para serem aceitos nele. Porquanto o pensamento equivale a “capacidade de distinguir o certo do errado, o belo do feio. E isso, na verdade, pode impedir catástrofes, pelo menos para mim, nos raros momentos em que as cartas estão sobre a mesa” (Arendt, 2004, p. 257), cada homem e mulher de boa vontade, que se antagonizam ao *animal burocraticus*, renovam a confiança de que se as atividades que tornam os homens o que eles realmente são não podem ser definitivamente perdidas, não é milagre algum que o inesperado que os subjazem façam com que tiros saiam cada vez mais pela culatra, ainda que não seja possível antever aonde eles podem nos levar.

REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, B. **We, the people**. Cambridge: Belknap Press, 1993.
- AGAMBEN, G. K. *In*: AGAMBEN, G. **Nudité**. Roma: Nottetempo, 2009. p. 20-37.
- AGUIAR, O. A política na sociedade do conhecimento. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 30, n. 1, 2007, p. 11-24.
- AGUIAR, O. A. **Filosofia, política e ética em Hannah Arendt**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009. (Coleção Filosofia; 28).
- AGUIAR, O. Hannah Arendt e o direito. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza, v. 9, n. 18, jul./dez. 2017, p. 87-94.
- AGUIAR, O. A. Veracidade e propaganda em Hannah Arendt. **Cadernos de ética e filosofia política**, São Paulo, n. 10, p. 7-17, 2007.
- AHMED, L. **Women and Gender in Islam**. New Haven: Yale University Press, 1992.
- ALBROW, M. **Bureaucracy**. London: Macmillan Press, 1970.
- ALDRICH, J. H. **Why parties?** A second look. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- ALMEIDA, R. M. **A questão da *constitutio libertatis* em Hannah Arendt**: caminhos para um republicanismo federalista. 2020. 219 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- AL-SAYYID-MARSOT, A. L. **A History of Egypt**: From the Arab conquest to the present. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- AMARAL, O. E. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, mai./ago. 2013, p. 11-32.
- AMIEL-A. Hannah Arendt lectrice de Montesquieu. **Revue Montesquieu**, Lyon, n. 2, p. 119-138.
- ANDERS, G. **Kafka**: pró & contra. Trad. Modesto Carone. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016b.
- ARENDT, H. **A dignidade da política**. Trad. Helena Martins *et. al.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARENDT, H. **A promessa da política**. Trad. Pedro Jorgensen Jr. 6. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2016a.

ARENDT, H. **A vida do espírito**. Trad. Cesar Augusto de Almeida *et. al.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ARENDT, H. **Compreender**. Formação, Exílio e totalitarismo. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

ARENDT, H. Correspondence: Heinrich Blucher, 20.abr.1961. Série Family Papers, 1898-1975. In: **Hannah Arendt Papers**. Manuscript Division. Washington: Librería del Congreso.

ARENDT, H. Correspondence: Robert Silvers and The New York Review of Books, 14.dez.1969. Série: Correspondence Publishers, 1944-1975. In: **Hannah Arendt Papers**. Manuscript Division. Washington: Librería del Congreso.

ARENDT, H. **Crises da República**. Trad. José Volkmann. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ARENDT, H. **Diários Filosóficos**. Trad. Raúl Gabás. Barcelona: Herder Editorial, 2006.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ARENDT, H. **Entre amigas**. A correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy. Trad. Sieni Campos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016e.

ARENDT, H. **Escritos judaicos**. Trad. Laura Degaspere Monte Mascaro *et. al.* Barueri: Amariyls, 2016d.

ARENDT, H. **Essays in understanding: 1930-1954**. New York: Harcourt, Brace & Co., 1994.

ARENDT, H. From Machiavelli to Marx. Série: Courses; Cornell University, Ithaca, N.Y.; Machiavelli to Marx, 1965. In: **Hannah Arendt Papers**. Manuscript Division. Washington: Librería del Congreso, 1965.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, H. **O que é política?** Trad. Reinaldo Guarany. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

ARENDT, H. **Pensar sem corrimão**. Compreender 1953-1975. Trad. Beatriz Andreiuolo *et. al.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ARENDT, H. **Rahel Varnhagen**. A vida de uma judia alemã na época do Romantismo. Trad. Antônio Trânsito e Gernot Kludasch. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARENDT, H. **Responsabilidade e julgamento**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARENDT, H. **Sobre a revolução**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2016c.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

ARENDT, H. Stalinism in retrospect. Série: Courses; Columbia University; A reconsideration of Stalinism, 1972. In: **Hannah Arendt Papers**. Manuscript Division. Washington: Librería del Congreso.

ARENDT, H. **The promise of politics**. New York: Schocken Books, 2005.

ARENDT, H. **Zwischen Vergangenheit und Zukunft**. Übungen im politischen Denken I. München: Piper, 2012.

ARENDT, H.; JASPERS, K. **Correspondence**. Trad. Robert e Rita Kimber. Nova York: Harcourt Brace & Company, 1993.

ARNDT, D. **Arendt on the political**. New York: Cambridge University Press, 2019.

ASSY, B. **Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BARBI, G. N. Technocracy and the public sphere. **Ethics & Politics**, Trieste, n. XXIV, 2022, p. 391-418.

BARBI, G. N. The depoliticization of the political: an arendtian account of expertise in politics. **Raisons Politiques**, Paris, v. 70, n. 2, 2018, p. 75-96.

BARBOSA, K.; FERREIRA, F. Occupy government: democracy and the dynamics of personnel decisions and public finances. **National Bureau of Economic Research**, Cambridge, n. 25501, jan./2019, p. 1-60.

BARNET, H. **Constitutional and administrative law**. 5. ed. London: Cavendish, 2005.

BARNETT, M. N. The UN Security Council, indifference and genocide in Rwanda. **Cultural Anthropology**, Arlington, v. 12, n. 4, 1997, p. 551-578.

BARNOUW, D. **Visible spaces: Hannah Arendt and the German-Jewish experience**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.

BAROCAS, S.; HOOD, S.; ZIEWITZ, M. **Governing algorithms: a provocation piece**. 2013. Disponível em: http://www.papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2245322.

BAKER, S. **The numerati**. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2008.

BALZAC, H. de. **Os funcionários**. Lisboa: Editora Padrões Culturais, 2009.

BAUMAN, Z. **Modernidade e holocausto**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BEETHAM, A. **A burocracia**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BEINER, R. Hannah Arendt on Judging. *In*: BEINER, R. **Hannah Arendt, Lectures on Kant's Political Philosophy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 89-156.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENZ, W.; DISTEL, B. **Der Ort des Terrors**. Geschichte der nationalsozialistischen Konzentrationslager. Frankfurt: CHBeck, 2010.

BERNI, S.; CAMERANO, A. **L'alchimia del potere**. La filosofia política di Hannah Arendt. Milano: Mimesis, 2022.

BERNSTEIN, R. **Hannah Arendt and the jewish question**. Cambridge: MIT Press, 1996.

BERNSTEIN, R. **Why read Hannah Arendt now?** Cambridge: Polity Press, 2018.

BEST, W.; HÖHN, R. **Grundfragen der deutschen Polizei**. Bericht über die konstituierende Sitzung des Ausschusses für Polizeirecht der Akademie für deutsches Recht am 11. Oktober 1936. Hamburgo: Hanseatische Verlagsanstalt, Arbeitsberichte der Akademie für deutsches Recht, 1936.

BICKERTON, C.; ACCETTI, C. Populism and Technocracy: opposites or complements? **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, Londres, v. 20, 2017, p. 186-206.

BIDERMAN, S.; LEWIT, I. **Mediamorphosis: Kafka and the moving image**. New York: Columbia University Press, 2016.

BIRMINGHAM, P. **Hannah Arendt and human rights: the predicament of common responsibility**. Indiana: Indiana University Press, 2006.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Variale *et. al.* 13. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

BOBBIO, N. **Il problema della guerra e la via dalla pace**. 4. ed. Bologna: Il Mulino, 1997.

BOLOGNESE, B. Organização partidária: modelos de análise e novas agendas. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 95, 2020, p. 1-32.

BORREN, M. **Hannah Arendt's political phenomenology of word**. Amsterdam: F & N Eigen Beher, 2009.

BOWEN-MOORE, P. **Hannah Arendt's philosophy of natality**. London: Macmillan, 1989.

BRASIL. **Serviços e Informações do Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos>. Acesso em: 01.jul.2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa sobre serviços públicos de atendimento do governo federal**. Brasília: Enap, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01.jul.2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.571, de 29 de maio de 2018**. Disciplina a criação, organização, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/normas-editadas-pelo-tse/resolucao-no-23-571-de-29-de-maio-de-2018-2013-brasilia-df>. Acesso em: 11.mai.2024.

BRECHT, B. **Teatro completo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BREEN, K. **Under Weber's Shadow**. Modernity, Subjectivity and Politics in Habermas, Arendt and MacIntyre. Farnham: Ashgate, 2012.

BREITMAN, R. **The architect of genocide: Himmler and the Final Solution**. Massachusetts: Brandeis University Press, 1991.

BRISKIEVICZ, D. A. Política e ciência em Hannah Arendt. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza, ano 12, n. 23, jan./jun. 2020, p. 74-86.

BROWNING, C. R. **Ordinary men**. Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland. London: Penguin Books, 2001.

BROWNING, C. R. Raul Hilberg. **Yad Vashem Studies**, Jerusalem, v. 35, n. 2, 2007, p. 7-20.

BROWNING, C. R. The nazi decision to commit mass murder: three interpretations. The euphoria of victory and the Final Solution: summer-fall 1941. **German Studies Review**, Baltimore, v. 17, n. 3, 1994, p. 473-481.

BRUNKHORST, H. Equality and elitism in Arendt. In: VILLA, D. (Org.). **The Cambridge Companion to Hannah Arendt**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 178-198.

BRUNKHORST, H. Power and the rule of law in Arendt's thought. In: GOLDONI, M.; McCORKINDALE, C. **Hannah Arendt and the law**. Oxford: Hart Publishing, 2012. p. 215-228.

BUCKLER, S. **Hannah Arendt and political theory**. Challenging the tradition. Eastbourne: Edinburgh University Press, 2011.

CAETANO, M. R.; MENDES, V. R. Think thanks e a atuação do empresariado na educação. **Educar em revista**. Curitiba, v. 36, 2020, p. 1-17.

CANOVAN, M. Arendt's theory of totalitarianism: a reassessment. In: VILLA, D. (Org.). **The Cambridge Companion to Hannah Arendt**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 25-43.

CANOVAN, M. **Hannah Arendt: a reinterpretation of her political thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CANOVAN, M. **The political thought of Hannah Arendt**. New York: Harcourt, 1974.

CAROZZI, I. "Preparate i telefoni". **Il Post**, 8 de janeiro de 2019. Disponível em: www.ilpost.it/?blog_post=preparate-i-telefoni. Acesso em: 20.dez.2023.

CARVALHAL, T. F. **Franz Kafka e a literatura francesa: a realidade em Kafka**. Porto Alegre: Movimento, 1973.

CARVALHO, L. B. Governo digital e direito administrativo: entre a burocracia, a confiança e a inovação. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 279, n. 3, set./dez. 2020, p. 115-148.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Volume 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELO BRANCO, J.; ROCHA, L. A dimensão política da linguagem na perspectiva de Hannah Arendt. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa, v. 17, n. 1, jun./2018, p. 218-239.

CAVARERO, A. **Surging democracy**. Notes on Hannah Arendt political thought. Stanford: Stanford University Press, 2023.

CESAIRE, A. **Discourse on Colonialism**. New York: Monthly Review Press, 2001.

CESARANI, D. **Becoming Eichmann**. Rethinking the life, crimes and trial of a Desk Murderer. Boston: Da Capo Press, 2004.

CHAPOUTOT, J. **Livres para obedecer**. A gestão, do nazismo aos nossos dias. Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2023.

CHIAVENATO, I. **Administração: Teoria, processo e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

COHEN, R. Why? New Eichmann Notes Try to Explain. **The New York Times**, 13.ago.1999. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1999/08/13/world/why-new-eichmann-notes-try-to-explain.html>. Acesso em: 05.nov.2024.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2017**. Disponível em: <http://data.cetic.br/cetic/explore>. Acesso em: 12.dez.2023.

CORREIA, A. **Hannah Arendt e a modernidade**. Política, economia e a disputa por uma fronteira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

CORREIA, A. **O caso Eichmann**. Hannah Arendt e as controvérsias jurídicas sobre o julgamento. São Paulo: Edições 70, 2023.

CORREIA, A. Questão social (pobreza). In: CORREIA, A.; ROCHA, A. G. V.; AGUIAR, O. A. **Dicionário Hannah Arendt**. São Paulo: Edições 70, 2022.

CROMER, L. **Modern Egypt**. New York: The Macmillan Company, 1916.

CROMER, L. The government of subject races. In: CROMER, L. **Political and Literary Essays (1908-1913)**. London: The Macmillan Company, 1913. p. 3-53.

CYRINO, A. R. Revolução na Inglaterra? Direitos Humanos, Corte Constitucional e Declaração de Incompatibilidade das leis. *Novel espécie de judicial review?* **Revista de Direito Processual Geral**, Rio de Janeiro, n. 62, 2007, p. 27-44.

D'ARCAIS, P. F. Once tesis sobre Hannah Arendt. **Claves de Razón Práctica**, Madrid, n. 168, dez./2006, p. 10-13.

DE JONG, D. **Bilionários nazistas**: a tenebrosa história das dinastias mais ricas da Alemanha. Rio de Janeiro: Objetiva, 2023.

D'ENTRÈVES, M. P. **The political philosophy of Hannah Arendt**. London: Routledge, 1994.

DEUTSCHER, M. **Judgement after Arendt**. Hampshire: Ashgate, 2007.

DIAS, L. B. Totalitarismo e mundo de semblâncias a partir de Hannah Arendt. **Cadernos Arendt**, Teresina, v. 3, n. 3, 2022, p. 1-17.

DI PEGO, A. **La modernidad en cuestión**. Totalitarismo y sociedad de masas en Hannah Arendt. La Plata: Editorial de la Universidad Nacional de la Plata, 2015.

DIPROSE, R. Arendt on responsibility, sensibility and democratic pluralism. In: SCHAAP, A.; CELERMAJER, D.; KARALIS, V. **Power, judgement and political evil**. Conversation with Hannah Arendt. New York: Routledge, 2010. p. 58-77.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EdUSP, 1999.

DUARTE, A. Hannah Arendt, biopolitics and the problem of violence: from *animal laborans* to *homo sacer*. In: KING, R.; STONE, D. (Eds.). **Hannah Arendt and the uses of history: imperialism, nation, race and genocide**. New York: Berghahn Books, 2007. p. 191-204.

DUARTE, A. Hannah Arendt e o pensamento político: a arte de distinguir e relacionar conceitos. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza, ano 5, n. 9, jan./jun. 2013, p. 39-62.

DUMEZ, H. Essai sur la théorie de l'action de Hannah Arendt dans ses implications pour la re-cherche en science sociale. **Le Libellio d'Aegis**, Paris, v. 3, n. 2, 2006, p.10-24.

DURRANI, O. Editions, translations, adaptations. *In*: PREECE, J. **The Cambridge Companion to Kafka**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 206-225.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora UnB, 1980.

ECCEL, D. Franz Kafka lido por Hannah Arendt: cultura, formação e política. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 31, n. 52, jan./abr. 2019, p. 304-322.

ELSKINS, C. **Legacy of violence**. A history of The British Empire. Nova York: Knopf, 2022.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Afinal, o que é um think tank e qual é a sua importância para políticas públicas no Brasil?** 2021. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/afinal-o-que-e-um-think-tank-e-qual-e-a-sua-importancia-para-politicas-publicas-no-brasil>.

ERDLE, B. R. “Dis/Placing Thought: Franz Kafka and Hannah Arendt”. *In*: COOLS, A.; LISKA, V. (Eds.). **Kafka and the Universal**. Berlim: De Gruyter, 2016, p. 307-320. (Interdisciplinary German Cultural Studies).

ESTÁCIO, P. Imperialismo e representações do império em *Kim*, de Rudyard Kipling. **Revista Anglo Saxônica**, Lisboa, n. 13, p. 29-44, 2017.

EUBANKS, V. **Automating Inequality**. How High-Tech Tools Profile, Police and Punish the Poor. New York: St. Martin’s Press, 2017.

EVANS, R. J. **A chegada do Terceiro Reich**. Trad. Lúcia Brito. 3. ed. São Paulo: Planeta, 2017.

EVANS, R. J. **Terceiro Reich no poder**. Trad. Lúcia Brito. 3. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. S. Nascimento. Rio de Janeiro: UBU, 2020.

FEHÉR, F. El pária y el ciudadano (sobre la teoría política de Arendt). *In*: FEHÉR, F.; HELLER, A. (Orgs.). **Políticas de la postmodernidad**. Ensayos de crítica cultural. Madrid: Península, 1994. p. 268-277.

FEINGOLD, H. The bureaucrat as a mass killer: Arendt on Eichmann. **Response: a contemporary Jewish review**, Londres, v. XII, n. 3, 1980.

FEST, Joachim. **Hitler**. Volume 2 (1933-1945). Trad. Analúcia Teixeira Ribeiro *et. al.* 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.

FORTI, S. Hannah Arendt: filosofia e política. *In*: MONDADORI, B. **Hannah Arendt**. Milano: Massa & Marti, 1999.

FRAZER, E. Power and violence. *In*: HAYDEN, P. **Hannah Arendt: key concepts**. New York: Routledge, 2014. p. 155-166.

FRIEDLANDER, H. Step by Step: The Expansion of Murder, 1939-1941. **German Studies Review**, Baltimore, v. 17, n. 3, out./1994, p. 495-507.

FRUM, D. If America's Democracy Fails, Can Other Ones Survive? Yascha Mounk says the rise of populism isn't over yet. **The Atlantic**, 04/03/2018. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2018/03/yascha-mounk-democracy/554786/>. Acesso em: 30.jun.2024.

GABRIEL, Y. Glass palaces and glass cages: organizations in times of flexible work, fragmented consumption and fragile selves. **Ephemera**, Londres, v. 3, n. 3, 2003, p. 166-184.

GERHARD, G. Food and genocide. Nazi agrarian politics in the occupied territories of the Soviet Union. **Contemporary European History**, Cambridge, v. 18, n. 1, fev./2009, p. 45-65.

GORDON, M. Viewing Violence in the British Empire: Images of Atrocity from the Battle of Omdurman, 1898. **Journal of Perpetrator Research**, Winchester, v. 2, n. 2, 2019, p. 65-100.

GRUNER, W. **Judenverfolgung in Berlin 1933–1945**. Eine Chronologie der Behördenmaßnahmen in der Reichshauptstadt. Berlin: Stiftung Topographie, 1996.

GUIMARÃES, A. R. S.; RODRIGUES, M. R.; BRAGA, R. J. A oligarquia desvendada: organização e estrutura dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, 2019, p. 1-41.

GÜNDOĞDU, A. **Hannah Arendt and the contemporary struggles of migrants**. New York: Oxford University Press, 2015.

GÜNDOĞDU, A. **Rightlessness in the age of rights**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

HABERMAS, J. The Scientization of Politics and the Public Sphere. In: HABERMAS, J. **Toward a Rational Society**. Cambridge: Polity Press, 1987. p. 44-52.

HALES, C. Bureaucracy-lite and continuities in managerial work. **British Journal of Management**, Londres, n. 13, p. 51-66, 2002.

HAHN, B.; KNOTT, M. L. **Von den Dichtern erwarten wir Wahrheit**. Berlin: Matthes & Seitz Berlin, 2007.

HARRINGTON, A. Alfred Weber's essay 'The civil servant' and Kafka's 'In the penal colony': the evidence of an influence. **History of the Human Sciences**, London, v. 20, n. 3, p. 41-63, 2007.

HARTMANN, J. Die Bezirksstelle Westfalen der Reichsvereinigung der Juden in Deutschland in Bielefeld 1939 bis 1943. **Rosenland Zeitschrift für lippische Geschichte**, Lippe, n. 25, 2021, p. 68-151.

HEBERLEIN, A. **On love and tyranny**. The life and politics of Hannah Arendt. Ontario: Anansi International Press, 2021.

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. **Scientia e Studio**, São Paulo, v. 5, n. 3, 2007, p. 375-398.

HEIDEGGER, M. Ciência e pensamento do sentido. *In*: HEIDEGGER, M. **Ensaaios e conferências**. Trad. Emmanuel Carneiro Leão *et. al.* Petrópolis: Vozes, 2001a. p. 39-60.

HEIDEGGER, M. Die Frage nach der Technik. *In*: HEIDEGGER, M. **Vorträge und Aufsätze**. Stuttgart: Neske, 1994. p. 9-40.

HEIDEGGER, M. O que quer dizer pensar? *In*: HEIDEGGER, M. **Ensaaios e conferências**. Trad. Emmanuel Carneiro Leão *et. al.* Petrópolis: Vozes, 2001b. p. 111-124.

HEIDEGGER, M. **Serenidade**. Trad. Maria Madalena Andrade e Olga Santos. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

HELLER, A. **Hannah Arendt**. A life in dark times. New York: New Harvest Houghton Mifflin Harcourt, 2015.

HERFELD, M. **A produção social da indiferença**: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental. Petrópolis: Vozes, 2016.

HERMSEN, J. J. **A good and dignified life**. The political advice of Hannah Arendt and Rosa Luxemburg. New Haven: Yale University Press, 2022.

HERÓDOTO. **História**. Trad. M. Bovero. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

HERZOG, L. Old facts, new beginnings: thinking with Hannah Arendt about algorithmic decision-making. **The review of politics**, Cambridge, v. 83, n. 4, 2021, p. 555-577.

HILBERG, R. The Bureaucracy of Annihilation. *In*: Hilberg, R.; BROWNING, C.; HAYES, P. **German railroads, Jewish souls**. The Reichsbahn, Bureaucracy, and the Final Solution. New York: Berghahn, 2020. p. 1-19.

HILBERG, R. **A destruição dos judeus europeus**. São Paulo: Amaryllis, 2016.

HIRUTA, K. **Hannah Arendt and Isaiah Berlin**. Freedom, politics and humanity. Princeton: Princeton University Press, 2021.

HOBSBAWN, E. J. **A era dos impérios**. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSON, J. A. **Imperialism**: a study. 1902. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/index.htm>.

HOWARD, P. N. **Pax techina**. How the internet of things may set us free or lock us up. New Haven: Yale University Press, 2015.

HYAM, R. **Britan's imperial century 1815-1914**: a study of empire and expansion. New York: Palgrave Millan, 1976.

JACKSON, M. **The politics of storytelling**. Variations on a theme by Hannah Arendt. 2. ed. Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 2013.

- JANDA, K. **Political parties: a cross-national survey**. Nova York: The Free Press, 1980.
- KAFKA, F. **A muralha da China**. Trad. Torrieri Guimarães. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- KAFKA, F. **Descrição de uma luta**. Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- KAFKA, F. **Diários 1909-1923**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Todavia, 2021.
- KAFKA, F. **Na colônia penal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- KAFKA, F. **Narrativas do espólio: 1914-1924**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KAFKA, F. **O castelo**. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- KAFKA, F. **O castelo**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- KAFKA, F. **O processo**. Trad. Marcelo Baecks. Porto Alegre: L&PM, 2020.
- KALYVAS, A. **Democracy and the politics of the extraordinary**. Max Weber, Carl Schmitt, and Hannah Arendt. New York: Cambridge University Press, 2008.
- KANT, I. **A paz perpétua**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- KATEB, G. **Hannah Arendt**. Politics, conscience, evil. Totowa: Rowman, 1983.
- KATZ, R.; MAIR, P. The membership of political parties in European Democracies, 1960-1990. **European Journal of Political Research**, Amsterdam, n. 22, 1992, p. 329-345.
- KEOUGH, D. R. **The ten commandments of business failure**. London: Penguin, 2008.
- KERSHAW, I. **Hitler**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KERSHAW, I. Improvised genocide? The emergence of the “Final Solution” in the “Warthegau”. **Transactions of the Royal Historical Society**, Cambridge, v. 2, 1992, p. 51-78.
- KERSHAW, I. The Führer image and political integration: the popular conception of Hitler in Bavaria during the Third Reich. In: HIRSCHFELD, G.; KETTENACKER, L. (Eds.). **Der Führerstaat: mythos und realität**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1981. p. 133-161.
- KEY JR., V. O. **Suthern politics in state and nation**. Nova York: A Caravelle, 1949.
- KHILNANI, S. The British Empire was much worse than you realize. **The New Yorker**, 28 march of 2022. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2022/04/04/the-british-empire-was-much-worse-than-you-realize-caroline-elkinss-legacy-of-violence>.
- KIESS, J. **Hannah Arendt and Theology**. New York: T&T Clark Bloomsbury, 2016.
- KIM, P. T. “Data-Driven Discrimination at Work”. **William & Mary Law Review**, Williamsburg, v. 58, n. 3, 2017, p. 857-936.

KING, R. H. **Race, culture and the intellectuals**. 1940-1970. Baltimore: Johns Hopkins Press, 2004.

KIPLING, R. **O fardo do homem branco**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7564167/mod_resource/content/1/O%20fardo%20do%20Homem%20Branco%20-%20Wikisource.pdf. Acesso em: 19.fev.2024.

KIPLING, R. **O homem que queria ser rei e outras histórias**. Trad. Cristina Carvalho Boselli. São Paulo: Abril, 2010. (Clássicos Abril Coleções).

KIPLING, R. The first sailor. In: KIPLING, R. **A book of words**. 1918. Disponível em: <https://www.telelib.com/authors/K/KiplingRudyard/prose/BookOfWords/firstsailor.html>. Acesso em: 16.fev.2024.

KISSINGER, H. **White House Years**. New York: Simon & Schuster, 2011.

KITCHEN, J. E. Violence in defence of empire: the British Army and the 1919 Egyptian revolution. **Journal of Modern European History**, Londres, v. 13, n. 2, 2015, p. 249-267.

KLUSMEYER, D. Hannah Arendt's critical realism: power, justice and responsibility. In: LANG JR., A.; WILLIAMS, J. (Eds.). **Hannah Arendt and international relations: reading across the lines**. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 113-178.

KOGON, E. **Der SS-Staat**. Das System der Deutschen Konzentrationslager. Pirmasens: Komet Verlag, 1974.

KRISTEVA, J. **Hannah Arendt**. Trad. Ross Guberman. New York: Columbia University Press, 2001.

LACOMBE, F.; HEILBORN, G. **Administração: princípios e tendências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LAFER, C. **Desafios: Ética e Política**. São Paulo: Siciliano, 1995.

LEE, C. J. Race and bureaucracy revisited: Hannah Arendt's recent reemergence in african studies. In: KING, R.; STONE, D. (Eds.). **Hannah Arendt and the uses of history: imperialism, nation, race and genocide**. New York: Berghahn Books, 2007. p. 68-86.

LENIN, V. U. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENK, H. **Macht und Machbarkeit der Technik**. Stuttgart: Reclam, 1994.

LEO, J. U. S. Impotency is growing, Hannah Arendt says at Forum. **The New York Times**, Sunday, may 25, 1969. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1969/05/25/issue.html>. Acesso em: 20.jan.2024.

LEOPOLDO E SILVA, F. Martin Heidegger e a técnica. **Scientia e studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, 2007, p. 369-374.

LEPSIUS, M. R. Charismatic leadership: Max Weber's model and its applicability to the rule of Hitler. *In*: GRAUMANN, C. F.; MOSCOVICI, S. (Eds.). **Changing conceptions of leadership**. New York: Springer, 1986. p. 53-66.

LEVI, P. **A assimetria e a vida**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LEVI, P. **É isto um homem?** São Paulo: Editora Rocco, 2013.

LEVI, P. **Os afogados e os sobreviventes**. Os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. Trad. Luiz Sergio Henriques. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LOPEZ, F.; PRAÇA, S. Cargos de confiança e políticas públicas no Executivo federal. *In*: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (Orgs.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018. p. 141-160.

LOPEZ, F.; PRAÇA, S. Critérios e lógicas de nomeação para o alto escalão da burocracia federal brasileira. *In*: LOPEZ, F. (Ed.). **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. p. 107-138.

LOPEZ, F.; SILVA, T. M. Filiações partidárias e nomeações para cargos da burocracia federal (1999-2018). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, jul./ago. 2019, p. 711-731.

LUBAN, D. Explaining Dark Times: Hannah Arendt's Theory of Theory. **The New School of Social Research**, New York, v. 50, n. 1, 1983, p. 215-48.

MACHADO, L. B. Ideologia e algoritmos: uma análise a partir do conceito de ideologia em Arendt. **Logos & Culturas**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 61-80.

MAIR, P. Party organizations: from civil society to the state. *In*: KATZ, R.; MAIR, P. (Ed.). **How parties organize**: change and adaptation in party organizations in Western Democracies. London: Sage, 1994. p. 1-22.

MAK, L. **The British in Egypt**: community, crime and crises 1882–1922. London: Tauris, 2012.

MANTENA, K. Genealogies of catastrophe: Arendt on the Logical and Legacy of Imperialism. *In*: BENHABIB, S. **Politics in dark times**. Encounters with Hannah Arendt. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 83-112.

MARINI, A. **La temporalità del linguaggio**. Il significato secondo Hannah Arendt. Falconara Marittima: l'Orecchio di Van Gogh, 2008.

MARTINS JUNIOR, J. P. Organizações partidárias. **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. 5, jul./dez. 2015, p. 65-81.

MARRUS, M. **The unwanted**. European refugees in the twentieth century. Oxford: Oxford University Press, 1985.

MASLIN, K. **The experiential ontology of Hannah Arendt**. Lanham: Lexington Books, 2020.

MAY, L.; KOHN, J. **Hannah Arendt: twenty years later**. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1996.

MCGOWAN, J. **Hannah Arendt: an introduction**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

MEINL, B.; HINDEMITH, B. **Legalisierter Raub**. Die Ausplünderung der Juden im Nationalsozialismus durch die Reichsfinanzverwaltung in Hessen. Frankfurt: Meno, 2004.

MERLE, R. **A morte é meu ofício**. Trad. Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2022.

MEYER, B. Das unausweichliche Dilemma: Die Reichsvereinigung der Juden in Deutschland, Deportationen und die untergetauchten Juden. *In*: KOSMALA, B. SCHOPPMANN, C. (Orgs.). **Überleben im Untergrund**. Berlin: De Gruyter, 2002.

MEYER, B. **Tödliche Gratwanderung**: Die Reichsvereinigung der Juden in Deutschland zwischen Hoffnung, Zwang, Selbstbehauptung und Verstrickung (1939–1945). Göttingen: Wallstein, 2011.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB, 1982.

MORGENTHAU, H. J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. 5. ed. New York: Alfred A. Knopf, 1978.

MOROZOV, E. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

MORUZZI, N. C. **Speaking through the mask**: Hannah Arendt and the politics of social identity. Cornell: Cornell University Press, 2000.

MOTTA, F. C. P. **O que é burocracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MOTTA, F. C. P.; BRESSER-PEREIRA, L. C. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Thomson, 1980.

MOTTA, F. C. P.; GOUVEA DE VASCONCELOS, I. F. **Teoria Geral da Administração**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

MROVLJE, M. Narrating and understanding. *In*: HAYDEN, P. **Hannah Arendt: key concepts**. New York: Routledge, 2014. p. 66-84.

MUNRO, J. Kipling's Kim and co-existence. **English literature in transition, 1880-1920**, Maryland, v. 7, n. 4, p. 222-227, 1964.

MURPHY, P. Power and paradox: Hannah Arendt's America. *In*: SCHAAP, A.; CELERMAJER, D.; KARALIS, V. **Power, judgement and political evil**. Conversation with Hannah Arendt. New York: Routledge, 2010. p. 185-198.

MURRAY, N. **Kafka**. Mem Martins: Europa-América, 2006.

NAKHLA, R. The British in Egypt. **Studies: an Irish Quarterly Review**, Dublin, v. 9. n. 33, mar./1920, p. 101-117.

NAUMANN, B. **Auschwitz**. A report on the proceedings against Robert Karl Mulka and others before the court at Frankfurt. Introduction by Hannah Arendt. London: The Pall Mall Press Limited, 1966.

NEUMANN, F. **Behemoth**. The Structure and Practice of National Socialism, 1933-1944. Chicago: Ivan Dee; Book Club Edition, 2009.

NNAMDI, B. S. Hannah Arendt on lying in politics: a philosophical perspective. **International Journal of Public Administration and Management Research**, Nottingham, v. 5, n. 1, mar./2019, p. 13-22.

NORDEN, A. **Braunbuch. Kriegs und Naziverbrecher in der Bundesrepublik**. Staat, Wirtschaft, Armee, Verwaltung, Justiz, Wissenschaft. Berlin: Nationalrat der nationalen Front des Demokratischen Deutschland und Dokumentationszentrum der Staatlichen Archivverwaltung der DDR, 1965.

OEWNS, P. How dangerous it can be to be innocent: war and the law in the thought of Hannah Arendt. In: GOLDONI, M.; McCORKINDALE, C. **Hannah Arendt and the law**. Oregon: Hart Publishing, 2012. p. 251-270.

ORLOW, D. **The History of the Nazi Party I: 1933-1939**. Pittsburg: University of Pittsburg, 1973.

ORWELL, G. **1984**. Trad. Alexandre Hubner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ORWELL, G. **O que é fascismo e outros ensaios**. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

OWEN, R. **Lord Cromer**. Victorian Imperialist, Edwardian Proconsul. Oxford: Oxford University Press, 2004.

PACCHIANI, S. Heil, boss! At management school with Nazi Reinhard Höhn. **Brussels Morning**, 24 de maio de 2021. Disponível em: <https://brusselsmorning.com/heil-boss-at-management-school-with-nazi-reinhard-hohn/13352/>. Acesso em: 15.jan.2024.

PAOLI, P.-F. Reinhard Höhn, de la SS à l'élite économique de l'Allemagne de l'Ouest. **Le Figaro**. 2020. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/livres/reinhard-hohn-de-la-ss-a-l-elite-economique-de-l-allemande-de-l-ouest-20200115>. Acesso em: 15.jan.2024.

PAREKH, B. **Hannah Arendt and the search for a new political philosophy**. London: Macmillan Press, 1981.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Estrutura partidária**. Disponível em: <https://pt.org.br/estrutura-partidaria/>. Acesso em: 13.mai.2024.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA DO BRASIL (PSDB). **Dos órgãos do partido e suas competências nos níveis nacional, estadual e municipal.** Disponível em: <https://www.psdb.org.br/z-outros/livros/titulo-iii-dos-orgaos-do-partido-e-suas-competencias-nos-niveis-nacional-estadual-e-municipal/>.

PARVIKKO, T. A note on Max Weber's impact on Hannah Arendt's thought. **Max Weber studies**, Londres, v. 4, n. 2, 2004, p. 235-252.

PECK, D. "They're Watching You at Work". **The Atlantic**, Boston, dez./2013, p. 72-84.

PITKIN, H. F. **The attack of the blob.** Hannah Arendt's concept of the social. Chicago: Chicago University Press, 1998.

PLATÃO. **A República.** Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PLATÃO. **Mênnon.** Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2010. (Coleção Clássicos Edipro).

PLATÃO. **O Político.** Trad. José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores).

PRIOR, A.; RIVERO, A. **Agnes Heller and Hannah Arendt: a dialogue.** Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2018.

REBENTISCH, D.; TEPPE, K. (Orgs.). **Verwaltung contra Menschenführung im Staat Hitlers.** Studien zum politisch-administrativen system. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986.

REGO, A.; PINA E CUNHA, M.; WOOD JUNIOR, T. **Kafka e o estranho mundo da burocracia.** São Paulo: Atlas, 2010.

REITLINGER, G. **The Final Solution.** The Attempt to Exterminate the Jews of Europe 1939-1945. 2. ed. London: Vallentine, 1968.

RENSMANN, L. Totalitarianism and evil. In: HAYDEN, P. **Hannah Arendt: key concepts.** New York: Routledge, 2014. p. 87-107.

ROBSZKIEWICZ, M.; WEINMAN, M. D. **Hannah Arendt and politics.** Edinburg: Edinburg University Press, 2022.

ROCHA, L. Lorde Cromer e o domínio de ninguém: considerações sobre a burocracia e o papel do burocrata na teoria política de Hannah Arendt. **Revista Reflexões**, Fortaleza, v. 11, n. 21, jul./dez. 2022, p. 128-146.

ROCHA, L. O Ele, os K's, o homem de boa vontade: Arendt, leitora de Kafka. **Perspectivas**, Palmas, v. 6, n. 2, p. 200-227, 2021.

ROCHA, L. Reflexões sobre liberdade e libertação em Hannah Arendt a partir da palestra Liberdade para ser livre. **Kairós Revista Acadêmica da Prainha.** Fortaleza, v. 19, n. 2, jul./dez. 2023, p. 157-172.

ROCHA, L.; AGUIAR, O. A. O assassino burocrata (desk murderer) e o homem subalterno: reflexões a partir do ensaio “Auschwitz em julgamento”. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza. Ano 16, n. 31, jan./jun. 2024, p. 128-144.

ROCHA, L.; CASTELO BRANCO, J. O que são os tempos sombrios de Hannah Arendt? **Cadernos Arendt**, Teresina, v. 3, n. 5, 2022, p. 135-151.

RODOWICK, D. N. **An education in judgement**. Hannah Arendt and the Humanities. Chicago: University of Chicago Press, 2021.

ROUSSET, D. **Le jours de notre mort**. Paris: Hachette, 1993.

ROUSSET, D. **O universo concentracionário**. Trad. João Tiago Proença. Lisboa: Editora Antígona, 2016.

RUIZ, C. M. M. B. Arqueologia do *officium*: Eichmann, o funcionário e a banalidade da catástrofe: interseções de Agamben e Arendt. **Philosophos**, Goiânia, v. 23, n. 1, jan./jun. 2018, p. 197-242.

SAID, E. W. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SATTA, S. “O mistério do processo”. **Revista Sequência – Estudos jurídicos e políticos**, Florianópolis, v. 31, n. 60, jul./2010, p. 11-28.

SCARROW, S. E.; WEBB, P. D.; POGUNTKE, T. **Organizing Political Parties Representation, Participation, and Power**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

SCHAFF, A. **A Sociedade Informática**. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. São Paulo: Unesp-Brasiliense, 1995.

SCHIO, S. M. Alguns aspectos da interpretação de Arendt a Kafka. **Cadernos Arendt**, Teresina, v. 3, n. 5, 2022, p. 123-134.

SELL, C. E. A técnica e a modernidade. **Política e trabalho: Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 21, out./2004, p. 43-57.

SHENHAV, Y. Beyond ‘instrumental rationality’: Lord Cromer and the imperial roots of Eichmann’s bureaucracy. **Journal of Genocide Research**, New York, v. 15, n. 4, dez./2013, p. 379-399.

SIGWART, H.-J. **The wandering thought of Hannah Arendt**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

SILVEIRA, S.A. Governo dos algoritmos. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 21, n. 1, 2017, p. 267-282.

SKRAN, C. **Refugees in inter-war Europe**. The emergence of a regime. Oxford: Oxford University Press, 1995.

SOUKI, N. **Hannah Arendt e a banalidade do mal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

SOLL, J. **How Think Tanks Became Engines of Royal Propaganda**. 2017. Disponível em: <https://www.tabletmag.com/sections/history/articles/think-tanks-jacob-soll-propaganda>.
STACH, R. **Kafka: os anos decisivos**. Trad. Sofia Mariutti. São Paulo: Todavia, 2022.

SWIFT, S. **Hannah Arendt**. New York: Routledge, 2009.

TEGMARK, M. **Life 3.0**. Being human in the age of Artificial Intelligence. London: Penguin Books, 2017.

TEIXEIRA, T. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA: a arte de pensar o impensável**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

TENENBAUM, J. The Einsatzgruppen. **Jewish Social Studies**, Indiana, v. 17, n. 1, jan./1955, p. 43-64.

TOPOLSKI, A. **Arendt, Levinas and a politics of rationality**. London: Rowman & Littlefield International, 2015.

ULUS, H. E. Franz Kafka's "Description of a struggle" and the narrative of ontological shift. **Gaziantep University Journal of Social Sciences**, Gaziantep, v. 19, n. 1, p. 1-10, 2020.

UPDIKE, J. Prefácio. In: Kafka, F. **The complete stories**. New York: Schocken Books, 1971.

URBINATI, N. **Me the People**. How Populism transforms Democracy. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

VERNANT, J. P. **As origens do pensamento grego**. Trad. Ísis B. B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

VERNANT, J. P. **Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica**. Trad. Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

VETÖ, M. Coherence et terreur. Introduction à la philosophie politique de Hannah Arendt. **Archives de Philosophie**, Paris, v. XLV, n. 4, out./dez. 1982, p. 549-584.

VILLA, D. **Arendt and Heidegger**. The fate of political. Princeton: Princeton University Press, 1996.

VILLA, D. **Hannah Arendt: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2023.

VILLA, D. (Org.). **The Cambridge Companion to Hannah Arendt**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

VOLK, C. **A ordem da liberdade**. Direito e política no pensamento de Hannah Arendt. Trad. Thiago Dias da Silva. Rio de Janeiro; São Paulo: EdUERJ; Contracorrente, 2022.

ZETLAND, M. **Lord Cromer**. Being the authorized life of Evelyn Baring First Earl of

Cromer. London: Hodder and Stoughton, 1932.

ZOLBERG, A. The formation of new states as a refugee-generation process. **The Annals of the American academy of political and social science**, New York, n. 467, 1983.

WATANABE, A. Exploring totalitarian elements of artificial intelligence in higher education with Hannah Arendt. **International Journal of Technoethics**, Hershey, v. 14, 2023, p. 1-15.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WEBER, M. **Economy and Society**. An Outline of Interpretative Sociology. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1978.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. II. Brasília: Editora da UNB, 1999; 2000.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, M. **Escritos políticos**. Trad. Régis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Abril, 2014.

WEBER, M. **Max Weber Collected Methodological Writings**. New York: Routledge, 2012.

WEBER, M. **Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída**: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária. Trad. Maurício Tragtenberg. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 1-85. (Coleção Os Pensadores).

WEBER, M. **The theory of social and economic organization**. New York: Free Press, 1947.

WEGNER, P. E. Life as he would have it: the invention of India in Kipling's "Kim". **Cultural Critique**, Minnesota, n. 26, p. 129-159, 1993.

WEISS, H. (Ed.). **Biographisches Lexikon zum Dritten Reich**. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2002.

WEIZENBAUM, J. **Computer power and human reason**. San Francisco: W.H. Freeman and Company, 1976.

WELLMER, A. Arendt on revolution. In: VILLA, D. **The Cambridge Companion to Hannah Arendt**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 220-241.

WHITE, W. H. **The organization man**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1956.

WHITFIELD, S. J. **Into the dark**. Hannah Arendt and totalitarianism. Philadelphia: Temple University Press, 1980.

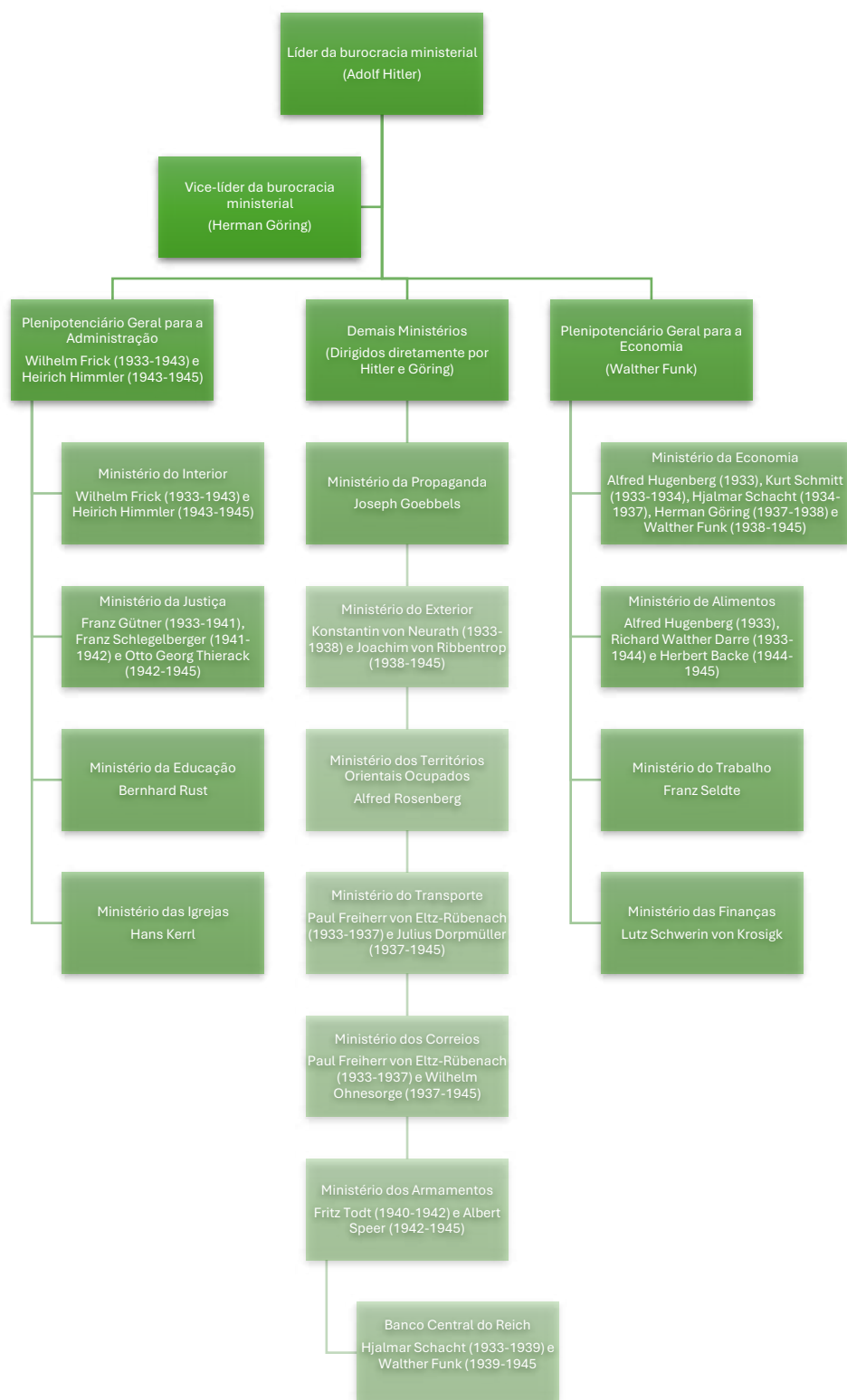
YOUNG-BRUEHL, E. **Por amor ao mundo**. A vida e a obra de Hannah Arendt. Trad. Antonio Tránsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

YOUNG-BRUEHL, E. Reflections on Hannah Arendt's *The life of mind*. In: HINCHMAN, L. P.; HINCHMAN, S. K. **Hannah Arendt**. Critical essays. Albany: University of New York, 1994.

YOUNG-BRUEHL, E. **Why Arendt matters**. Yale: Yale University Press, 2006.

APÊNDICES

Apêndice A: Organograma da Burocracia Ministerial Nazista (1933-1945)



Fonte: Adaptado de Hilberg (2016).

Apêndice B: Tabela comparativa da burocracia das Forças Armadas e suas ramificações na Alemanha Nazista

Führer Adolf Hitler					
Exército/ Aeronáutica	Marinha	Administração da <i>Wehrmacht</i>	SS	Partido Nazista	Juventude Hitlerista
Marechal do <i>Reich</i>	—	—	—	—	—
Marechal do Campo	Grande Almirante	—	<i>Reichsführer</i> SS	<i>Reichsleiter</i>	Líder da Juventude do <i>Reich</i>
Coronel- general	Almirante Geral	—	Líder do Grupo Coronel SS/Coronel Geral das <i>Waffen</i> -SS	<i>Gauleiter</i>	—
General	Almirante	Chefe geral do Estado-maior	SS- <i>Obergruppenführer</i> / General da <i>Waffen</i> -SS	Oficial de Comando Chefe	Liderança Juvenil do <i>Reich</i>
Tenente- general	Vice- almirante	Diretor do Estado- maior geral/ Diretor Ministerial	Líder do grupo SS/ Tenente-general da <i>Waffen</i> -SS	Chefe de Comando	Líder regional
Major- general	Contra- almirante	Superintendente do corpo	Líder da Brigada SS/ Major General da <i>Waffen</i> -SS	Chefe de comando	Guia de área
Coronel	Capitão-do- mar/ Comodoro	Conselheiro Marcial da Suprema Corte	<i>Oberführer</i> -SS/ SS- <i>Standartenführer</i>	Gerente de Serviço/ Chefe de Departamento	Líder-chefe de bandeira/ Líder de proibição
Tenente- coronel	Capitão de fragata	Superintendente Chefe/Tribunal Marcial Sênior	<i>Obersturmbannführer</i> SS	Gerente de divisão Sênior	<i>Oberstammführer</i> (JH)
Major	Tenente comandante	Chefe/Conselheiro da Corte Marcial	SS <i>Sturm</i> bannführer	Gerente da Seção Principal	<i>Stammführer</i> (JH)
Capitão	Tenente- capitão	Juiz	<i>Hauptsturmführer</i> SS	Diretor de operações	Líder principal seguidor
Primeiro- tenente	Primeiro tenente no mar	Inspetor de Justiça do Exército	<i>Obersturmführer</i> SS	Diretor de operações	Líder de retenção sênior
Tenente	Tenente no mar	Mestre de Armas	<i>Untersturmführer</i> SS	Gerente de Operações	Líder seguidor
Sargento	Contramestre chefe do Estado-maior	—	SS <i>Sturmscharführer</i>	Gerente-chefe de plantão	—
Sargento- mor	—	—	SS- <i>Stabsscharführer</i>	—	—
Sargento <i>Junker</i>	Alferes sênior no mar	—	SS- <i>Standartenoberjunker</i>	Gerente de plantão sênior	<i>Oberscharführer</i> (JH)
Sargento Sênior	Contramestre chefe	—	<i>Hauptscharführer</i> SS	Gerente de plantão sênior	<i>Oberscharführer</i> (JH)
Sargento Alferes	Alferes no mar	—	SS- <i>Standartenjunker</i>	Gerente de plantão	Sargento (JH)
Aspirante	Aspirante	—	<i>Junker</i> -SS	Chefe de departamento sênior	Líder de camaradagem
Cabo	Cabo	—	SS- <i>Rottenführer</i>	Ajudante sênior	<i>Oberrottenführer</i> (JH)
Soldado	Marinheiro	—	SS- <i>Sturmmann</i>	Ajudante	<i>Rottenführer</i> (JH)

Fonte: Adaptado de Weiss (2002).

Apêndice C: Organograma do Escritório IV-B-4

